UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ARIEL FELDMAN

ESPAÇO PÚBLICO E FORMAÇÃO DO ESTADO
NACIONAL BRASILEIRO

A atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ARIEL FELDMAN

ESPAÇO PÚBLICO E FORMAÇÃO DO ESTADO
NACIONAL BRASILEIRO

A atuação política do Padre Carapuceiro (1822 a 1852)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Berbel

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

São Paulo

2012

À Iara e ao Barba, meus pilares.

*À Baby e ao Bujão, meus melhores
amigos.*

À minha Bernardinha, minha amada.

Ao Todo Poderoso, se é que ele existe.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a atuação pública do pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793-1852), monge beneditino que se secularizou aos 40 anos de idade, jornalista de sucesso, seis vezes deputado provincial, duas vezes deputado geral e diretor de diversas instituições educacionais em Pernambuco. Analisar-se-á sua atuação em dois pilares que estruturaram o processo de construção do Estado nacional brasileiro, a imprensa e as assembleias legislativas. Tem-se como hipótese que esse indivíduo foi um agente construtor desses espaços públicos. Tendo em vista que qualquer projeto político para ter sucesso no Brasil da primeira metade do século XIX necessitava do apoio de jornais e da articulação de bancadas legislativas, pretende-se analisar os projetos os quais Lopes Gama elaborou para a nação dentro desses espaços de discussão política.

Palavras-chave: Miguel do Sacramento Lopes Gama, espaços públicos, Estado nacional brasileiro.

ABSTRACT

These thesis aims to analyze the public performance of Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793-1852). He was a Benedictine monk born in Pernambuco who became secular at the age of 40 and acted as a successful journalist, six times provincial legislator, twice general legislator and director of several educational institutions in Pernambuco. His performance on two pillars which structures the Brazilian national State construction process will be reviewed: the press and the legislative assemblies. The hypothesis is that this person was a building agent of those public spaces. Bearing in mind that the success of any political project in the first half of the XIX century in Brazil had to count with the support of the newspapers and with the articulation of the legislative benches, we intend to analyze the Lopes Gama's projects for the nation, which were elaborated inside those political discussion public spaces.

Keywords: Miguel do Sacramento Lopes Gama, public spaces, Brazilian national State.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar esta pesquisa.

Agradeço a Márcia R. Berbel pela orientação profissional, competente, comprometida e sempre aberta ao diálogo. Obviamente, a responsabilidade por esta tese é inteiramente minha.

Agradeço a Luiz Geraldo Silva, que acreditou em mim e me apresentou ao Padre Carapuceiro.

Agradeço a Renata e Avraam, que fizeram eu me sentir em casa no Recife.

Agradeço a Hugo, Liso e Flávia, que fizeram com que eu me sentisse em casa no Rio de Janeiro.

Agradeço ao Fábio, irmão e companheiro de garoa paulistana.

Agradeço a Bruno Augusto Dornelas Câmara, que me enviava cotidianamente achados sobre o Padre Carapuceiro.

Agradeço a Alain Youssef, Tâmis Parron, Bruno Estafanes, André Godinho e Roberto Saba pelas discussões sempre produtivas.

Agradeço a Hildo Leal, que substituiu a falta de catálogos e organização do Arquivo Público de Pernambuco com sua memória invejável.

Agradeço a Raquel Sobral, Paula Botafogo, Lucas Chnaiderman, Bruno Sobrinho, Ana Aquino e Luís Rechdan, companheiros de jornada e de seminários sempre fecundos.

Agradeço a Denis Bernardes (*in memoriam*) e Miriam Dolhnikoff pelas sugestões e críticas na banca de qualificação.

Agradeço a todos os colegas da Faculdade de História do Tocantins (FACTHO) da UFPA, que sempre foram compreensivos e me ajudaram muito a conciliar a atividade docente com o trabalho de pesquisa.

Agradeço a todos os demais que foram importantes para a elaboração desta tese.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
Espaços públicos.....	10
O estudo da atuação política de um indivíduo.....	15
Breve história da memória do Padre Carapuceiro.....	17
Ambiente católico e ilustrado, origens familiares e atuação em 1817.....	23
<u>CAPÍTULO 1 - A MESMA INDEPENDÊNCIA (1822-1825)</u>	29
1.1 - Breves considerações historiográficas.....	32
1.2 – Unitários e federalistas.....	36
1.3 - A constitucionalização do Reino Unido em Pernambuco: a experiência autonomista (1821-1822).....	40
1.4 - A soberania da nação segundo Lopes Gama – oposição à concepção federalista (julho de 1822).....	47
1.5 - Conter a revolução e depor militarmente uma Junta – manobras discursivas de Lopes Gama (setembro de 1822).....	53
1.6 - A agonia do Reino Unido e a formulação do Brasil como nação – a visão de Lopes Gama (julho de 1822 a outubro de 1823).....	57
1.7 – Tópicas do discurso de Lopes Gama.....	62
1.8 – Convergências e divergências.....	71
1.9 – Alianças políticas.....	75
1.10 - A carta se torna Constituição (1825).....	78
<u>CAPÍTULO 2 – GUERRA AOS EXTREMOS (1829-1831)</u>	87
2.1 - A luta por cargos na província.....	98
2.2 - Filtrando os exageros.....	104
2.3 – A defesa da soberania nacional.....	112
2.4 - A defesa de elementos populares na Constituição – o Brasil dentro do mundo americano.....	117
2.5 - Povo, nação e aristocracia de mérito.....	124

2.6 - Identidades étnicas e nacionais do discurso político	130
<u>CAPÍTULO 3 – REVOLUÇÃO E FEDERAÇÃO (1831-1834).....</u>	<u>143</u>
3.1 - O velho e o novo significado do vocábulo <i>revolução</i>	146
3.2 - A ampliação dos canais de participação política.....	148
3.3- De Frei Sonâmbulo a escritor do Carapuceiro.....	153
3.4 - A revolução moral.....	160
3.5 - Restrição da cidadania política – a dimensão institucional.....	169
3.6 - Restrição da cidadania política – a dimensão não institucional.....	176
3.7 - As reformas federais – o renascimento dos debates públicos.....	180
3.8 - As reformas federais – a adesão de Lopes Gama e da opinião pública	186
3.9 - As associações políticas e o esvaziamento do conteúdo revolucionário do federalismo.....	191
<u>CAPÍTULO 4 – O PADRE CARAPUCEIRO NA FORMAÇÃO DO REGRESSO (1835-1842).....</u>	<u>205</u>
4.1 – A nova dinâmica dos espaços públicos provinciais e a estabilidade política.....	211
4.2 – A Assembleia Provincial de Pernambuco e a reforma judiciária e policial.....	217
4.3 – Estado social e estado político: a reforma das instituições eletivas....	230
4.4 – <i>O Carapuceiro</i> e a política da escravidão.....	243
<u>CAPÍTULO 5 – POLÍTICA INSTITUCIONAL E APOIO POPULAR ÀS VÉSPERAS DA PRAIEIRA (1843-1847).....</u>	<u>262</u>
5.1 - O caminho de Lopes Gama rumo à Praia.....	269
5.2 – O papel da Assembleia Provincial na luta entre praieiros e guabirus (1843-1845).....	274
5.3 – Um jornalismo de matiz popular.....	283
5.4 – O antilusitanismo da década de 1840.....	288
5.5 – O socialismo utópico na atividade jornalística de Lopes Gama.....	291
5.6 – Atingindo os setores não letrados da sociedade: velhas práticas, novas proporções.....	298

5.7 - A atuação da bancada praieira, Lopes Gama e a conciliação (1846).....	305
5.8 - Epílogo (1847-1852).....	314
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	318
<u>ANEXO I</u> – Cronologia da vida pública de Miguel do Sacramento Lopes Gama.....	323
<u>FONTES</u>	326
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	330

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo analisar a atuação pública do pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama (1793-1852), monge beneditino que se secularizou aos 40 anos de idade, jornalista de sucesso, seis vezes deputado provincial, duas vezes geral, diretor do Curso Jurídico de Olinda e diretor de diversas instituições educacionais em Pernambuco. Percebe-se, assim, que esse indivíduo atuou em dois novos espaços instituídos pelo constitucionalismo vintista, os quais foram importantes elementos no processo de construção do Estado nacional brasileiro: a imprensa periódica e as assembleias legislativas.

Defende-se a hipótese de que esse monge secularizado participou do processo de construção dos espaços públicos brasileiros e das instituições liberais que a modernidade trazia. Lopes Gama, por uma opção pessoal, decidiu atuar politicamente na imprensa e nas assembleias legislativas de âmbitos regional e nacional. Ele não teve a carreira típica retratada por José Murilo de Carvalho, na qual os políticos formavam-se bacharéis, ingressavam num baixo cargo dentro da magistratura e ascendiam sempre dentro do aparato do Estado. Lopes Gama atuou nas instituições do Estado, sobretudo as educacionais, como também na sociedade civil, isto é, dentro dos espaços públicos que se consolidavam. Parte-se, então, de pressuposto contrário ao de uma historiografia secularmente arraigada, que tende a enxergar a ausência da sociedade civil dentro do funcionamento político imperial.¹

É importante destacar que, desde o primeiro reinado, o parlamento manteve-se perenemente aberto, ao contrário de muitas nações europeias. Frisemos, também, que a imprensa se consolidou, gradualmente, como um dos principais espaços de debate político no Brasil.

Advoga-se, neste trabalho, que a atuação pública de Lopes Gama foi relevante na transição do Antigo Regime para uma ordem constitucional, de um Estado patrimonial para um sistema que defendia a propriedade privada, de uma época em que as questões políticas eram resolvidas e tratadas em restritos círculos reinóis e

¹ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996 [1980]. Quem, talvez, iniciou essa visão de que inexistia uma sociedade civil no funcionamento político imperial foi Raimundo Faoro. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2009 [1958]. Cf., também: Ricardo Salles. “Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell ‘Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857’”. *Almanack Braziliense*, nº 10. São Paulo, 2009.

aristocráticos para uma sociedade na qual periódicos circulavam, na maioria das vezes, livremente e em diversificados espaços públicos. Na construção dessa nova ordem, quando conceitos como vassalagem foram substituídos por aqueles que se relacionam com a representação política, diversos desafios foram lançados, diversos projetos e expectativas de futuro entraram em conflito. Tratava-se de uma época em que já não mais se esperava pelo juízo divino, pois se começava a acreditar que as ações humanas eram os fatores determinantes do porvir.² Assim, esta tese tem como foco analisar os projetos de futuro divulgados por um indivíduo na imprensa e nas assembleias legislativas. Seus projetos, portanto, eram divulgados e compartilhados com o restante da sociedade.

Espaços públicos

Tanto a imprensa quanto o parlamento foram instituições essenciais para a construção de uma esfera pública, tal qual formulou Jürgen Habermas. Marco Morel apropriou-se da teoria do filósofo alemão para um estudo das primeiras décadas de Brasil imperial. Para Morel, o *espaço público* abrange a “cena ou esfera pública, na qual interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado”. Envolve, também, a “esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados”. Finalmente, engloba “os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”. Para Morel, apenas a partir de 1820, com a promulgação das leis de liberdade de imprensa pelas cortes constituintes de Lisboa, começou a ser instaurado “um espaço público de crítica”.³ Segundo ele, em trabalho escrito em parceria com Mariana Monteiro de Barros,

havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII. No entanto, a imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e ideias, não praticava o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do Absolutismo (ainda que ilustrado) português. E é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*.⁴

² Reinhart Koselleck. *Futuro pasado*: para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona : Ediciones Paidós, 1993, pp. 21-105.

³ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo : Hucitec, 2005, p 18; Jürgen Habermas. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].

⁴ *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, D&PA, 2003, p. 65.

Outro importante estudo que abordou a temática da imprensa foi empreendido por Robert Darnton. Sob sua coordenação, um grupo de pesquisadores se dedicou ao estudo da imprensa na França antes e depois da Revolução. Estes autores procuraram enxergar as prensas tipográficas não apenas como máquinas capazes de registrar os acontecimentos, mas também como uma “força ativa na história”. Darnton afirma que “a prensa tipográfica foi o principal instrumento na criação de uma nova cultura política” e que “para tomar o poder tem que tomar a palavra e difundi-la”. Além disso, o historiador francês escreve que “num mundo sem telefone, rádio, televisão, a única maneira de comover a opinião pública numa escala nacional é o tipo móvel”. Dessa maneira, temos em mente que o processo de formação do Brasil como Estado-nação autônomo processou-se no seio de uma conjuntura mais ampla: a emergência de uma nova cultura política em todo o mundo atlântico, sobre a qual jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas e qualquer outro tipo de impresso exerciam grande influência.⁵

Para Carla Hesse, a liberdade de imprensa na França, promulgada em 1789, marcou o colapso das instituições literárias do Antigo Regime, isto é, das corporações livres, e o “centro de gravidade do comércio editorial mudou perceptivelmente da civilização elitista do ‘livro’ para a cultura democrática do panfleto e da imprensa periódica”. Assim, a “Revolução Francesa foi uma revolução cultural (...) por ter transformado o ‘Iluminismo’ de um corpo de pensamento num novo conjunto de práticas culturais baseadas no mais livre e mais amplo intercâmbio de ideias já visto”. No Brasil, embora não existissem corporações livres nem um grande número de impressores antes de 1820, tal como existia na França pré-revolucionária, pode-se dizer também que houve uma mudança nos hábitos culturais de leitura com a liberdade de imprensa. Antes desta, liam-se livros importados legal ou ilegalmente e os imensos periódicos do período joanino – algumas edições tinham mais de cem páginas. Com a liberdade de impressão, jornais curtos, com no máximo quatro páginas e numa linguagem mais acessível, passaram a predominar nas principais províncias do Brasil. Não há dúvida de que o estabelecimento da imprensa periódica significou a ampliação da leitura no Reino do Brasil.⁶

⁵ Robert Darnton; Daniel Roche(orgs.). *A Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1996, pp. 15-16.

⁶ Carla Hesse. “Transformações econômicas na edição”, in: Robert Darnton; Daniel Roche(orgs.). *A*

Cabe ressaltar, também, que duas das áreas de atuação de Lopes Gama, a imprensa e as assembleias legislativas, estão intrinsecamente vinculadas, não só no modelo teórico formulado por Habermas, que vê esses dois espaços como pilares estruturais da esfera pública, mas também na prática política levada a cabo no período de construção do Estado nacional brasileiro. Em um primeiro momento, o período do constitucionalismo vintista, os debates no Congresso de Lisboa interagem com a nascente imprensa periódica luso-brasileira de forma dinâmica e intensa. Aquilo que era discutido e deliberado pelos representantes da nação tornava-se pauta para o debate impresso dos dois lados do Atlântico.⁷ Outro momento no qual se verifica o nítido entrelaçamento entre essas duas instituições é o do fechamento da Constituinte em 1823. Logo após cercar a assembleia com baionetas, D. Pedro I decidiu também censurar a imprensa. O Rio de Janeiro só voltou a ser palco de amplas discussões públicas com a reabertura do Assembleia Geral em 1826. No contexto da abdicação, verifica-se novamente o paralelismo entre essas duas instituições. No período subsequente ao sete de abril, o parlamento exerceu enorme poder sobre a sociedade. Além disso, nesse mesmo período, contabilizou-se o maior número de periódicos publicados nas duas primeiras décadas de Brasil independente, seja na corte, seja em Pernambuco. Os gráficos a seguir indicam a intensidade da imprensa periódica tanto no Rio de Janeiro quanto em Pernambuco.⁸

Revolução Imprensa, p. 132-133.

⁷ Lúcia Maria B. Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro : Revan : FAPERJ, 2003; Isabel Lustosa. *Insultos impressos*. A guerra dos jornalistas na independência: 1821-1823. São Paulo : Cia. das Letras, 2000.

⁸ Outros estudos serviram de base teórica para essa tese, os quais identificam na imprensa livre de discussão política e na publicidade da atividade parlamentar dois importantes elementos formativos do Estado nacional brasileiro: Luciano da Silva Moreira. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*. Tese de doutorado (História). Belo Horizonte, UFMG, 2011; Marcelo Basile. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. 2004. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. Tassia Toffoli Nunes. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*. Os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2010.

Gráfico 1: Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro (1821-1848)⁹ **Gráfico 2: Jornais (por título) publicados em Pernambuco (1821-1848)¹⁰**

A trajetória da imprensa periódica pernambucana foi semelhante à da fluminense. Nas duas províncias, percebe-se um primeiro momento de euforia impressa,

⁹ Fonte: Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (1808-1889) existentes na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1965, vol. 85, pp. 1-208 (edição fac-similada). Gráfico inspirado em Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, p. 23.

¹⁰ Gráfico elaborado com base nos dados colhidos em: Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife : Typografia do Jornal do Recife, 1908; Luiz do Nascimento. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. 9 vols. Recife: UFPE, 1969.

que se iniciou com a revolução constitucionalista do Porto, em outubro de 1820, e durou até a dissolução da constituinte, em novembro de 1823. A fase de amplo debate político estendeu-se um pouco mais em Pernambuco, ou seja, prolongou-se até o fim da Confederação do Equador, em agosto de 1824. Esses momentos de censura e repressão demonstram que a liberdade imprensa não cresceu linearmente, havendo avanços e retrocessos. No Rio de Janeiro, a abertura da primeira legislatura, em 1826, marcou, de certa forma, o ressurgimento da liberdade de imprensa. Em Pernambuco, por sua vez, em se tratando de uma província que acabara de passar por um processo revolucionário, essa retomada das discussões impressas tardou um pouco mais a acontecer. O franco debate apenas reiniciou em 1829, na conjuntura das eleições gerais para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho de Governo e deputados à assembleia Imperial (2ª legislatura).¹¹

Contudo, em ambas as localidades, é notório que, no início do Período Regencial, a atividade imprensa alcançou níveis até então nunca presenciados. Em Pernambuco, já existiam pelo menos três tipografias bem aparelhadas, e as divergências de opinião proliferavam-se nos pasquins, gazetas e periódicos. “A Revolução de 7 de abril”, como muitos denominaram o dia da abdicação de D. Pedro I, foi um marco político de alto significado: uma verdadeira ampliação dos espaços públicos.¹² Frisemos que, a partir de 1835, o debate público no âmbito provincial ganhou um novo componente: uma assembleia legislativa local. Inicialmente, divulgaram-se apenas as atas dos encontros dessa instituição, pois ainda não havia taquígrafos em Pernambuco.¹³ As primeiras discussões da Assembleia Provincial registradas e publicadas datam de 1843.

Após a aprovação do Ato Adicional (1834), ocorreu uma retração nos espaços públicos, tanto na corte como em Pernambuco. O final do período regencial, se

¹¹ O mesmo gráfico para as províncias de São Paulo e Minas Gerais demonstra variações muito semelhantes às apresentadas nos gráficos expostos acima. Cf. Luciano da Silva Moreira. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*, p. 210.

¹² Sobre a abdicação de D. Pedro I e a utilização do vocábulo “revolução” para caracterizar esse acontecimento, ver: Arnaldo Contier. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis : Vozes, 1979, pp.13-15; Marco Morel. *O período das Regências*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003, pp. 20-31; Augustin Wernet. *O Período Regencial*. São Paulo : Global, 1997, pp. 21-24. Sobre as máquinas tipográficas em Pernambuco no início da década de 1830: Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 41-46. Sobre a relação entre o número de impressores e tipografias com as discussões políticas na Revolução Francesa, ver: Carla Hesse. “Transformações econômicas na edição”.

¹³Sobre a taquígrafia em Pernambuco: Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983, v. 10, pp. 455-458.

comparado com o início, pode ser considerado um tempo de discussões menos acaloradas e diversificadas. Já a segunda metade da década de 1840 apresenta uma peculiaridade em Pernambuco. Com a ascensão do partido praieiro ao poder, observa-se uma curva ascendente no número de periódicos publicados no Recife, curva essa que não se observa no Rio de Janeiro. Às vésperas da Insurreição Praieira (1848), as ruas da capital pernambucana fervilhavam com uma inédita quantidade de gazetas circulando. O inchado núcleo urbano do Recife, às vésperas da Praieira, também foi palco de comícios e manifestações políticas originais, que atingiram uma proporção jamais vista anteriormente.

Aliás, esse é outro pressuposto importante dessa tese, isto é, enxergar a palavra escrita intimamente relacionada com outras formas de comunicação (orais, visuais e teatrais). O que era veiculado nos periódicos estava intimamente relacionado com as palavras gritadas em levantes militares ou em manifestações de ruas. Os debates parlamentares repercutiam em botequins, na barbearia e nas praças. O sermão do pároco era altamente influenciado pelo debate jornalístico. O dito confundia-se com o escrito. Para Morel, trata-se de uma “época marcadamente híbrida entre práticas e valores consagrados naquilo que passava a se chamar Antigo Regime e outros, que se pretendiam modernos”. Utilizando relatos de diplomatas franceses que passaram pelo Rio de Janeiro em meados do século XIX, Morel analisou outros meios de comunicação típicos de uma sociedade arcaica: vozes, discursos públicos, gestos nas ruas e também a teatralização da política ocorrida dentro da sala do teatro. Nesse cenário híbrido, entre práticas antigas e modernas, destaca-se “a importância de tais manifestações públicas para a política vivida no cotidiano, numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual e num momento de construção da ordem nacional”.¹⁴

O estudo da atuação política de um indivíduo

Antes da década de 1970, era possível empreender análises históricas sem estudar a vida de nenhum indivíduo sequer. Entretanto, depois da explosão das novas correntes historiográficas a partir deste decênio, é, de certa forma, consensual que não

¹⁴ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, p. 57; Ariel Feldman. “Os múltiplos espaços de discussão política: ampliação e diversificação da esfera pública no período regencial (1831-1840)”, In: Wilma Peres Costa; Cecília Helena de Salles Oliveira. (Org.). *De um Império a Outro: Formação do Brasil, Séculos XVII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 319-328.

se pode mais analisar contextos históricos omitindo-se a participação dos indivíduos.¹⁵ Dessa forma, os estudos de trajetórias individuais ganharam força e destaque no meio acadêmico.¹⁶ Existe, atualmente, a percepção de que o estudo da atuação política individual é um método de pesquisa histórica extremamente pertinente. Ademais, atualmente não se subordina mais o plano político às estruturas econômicas. Admite-se certa independência do político em relação ao estrutural. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves,

a história política tem saído do abandono a que foi relegada por muitos anos. O interesse que esse setor da história vem despertando, à luz de bases novas e com novos objetivos, resulta de uma tomada de consciência da 'importância e da autonomia do campo político', que deixa de ser visto como um simples reflexo da ação de forças supostamente determinantes, situadas num nível mais profundo da realidade. Por outro lado, isso não significa que a história política deva constituir uma chave de inteligibilidade única, ainda que ofereça um terreno favorável de experiência para apreender as relações entre estruturas e eventos, entre estratégias individuais e coletivas.¹⁷

Atualmente, há duas maneiras de se enxergar o estudo de uma trajetória individual. A primeira propõe um forte enquadramento do indivíduo dentro dos limites impostos pela sociedade. Pierre Bordieu, em ensaio intitulado *A ilusão biográfica*, afirma que “a história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico”. Esse sociólogo francês, que elaborou os conceitos de *habitus* e *campus*, confere preponderância do meio social em relação ao indivíduo, pois este estaria extremamente enquadrado dentro dos parâmetros do mundo que o cerca. A segunda abordagem procura destacar a liberdade que o indivíduo pode ter em

¹⁵ Ver: Giovanni Levy. “Usos da biografia”, in: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s.d.. Sobre as novas problemáticas que preocupam os historiadores especialistas em independência da atualidade, em comparação com os da geração passada, encabeçada por Carlos Guilherme Motta, cf. Jurandir Malerba. “As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v.24, n.1, 2005, p. 99-126.

¹⁶ A seguir, citar-se-ão alguns trabalhos recentes, que utilizaram o método biográfico para iluminar a compreensão da história política do Império do Brasil: Marcello Otavio Basile. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro : Ed. da Fgv, 2001; Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001; Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. Campinas : Pucc, 1995; Magda Ricci. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, Cecult Ifhc, 2001. O sucesso editorial de biografias percebe-se na recente publicação, pela Companhia das Letras, da série “Perfis brasileiros”, na qual especialistas escrevem com o intuito de atingir o público comum. José Murilo de Carvalho (2007) publicou uma biografia de D. Pedro II e Isabel Lustosa (2006) uma sobre D. Pedro I.

¹⁷ Lúcia Maria B. Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais*, p. 19. Sobre os novos direcionamentos da história política, cf. Pierre Rosanvallon. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. *Revista Brasileira de História*. V. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.

relação ao mundo social. Giovanni Levi chama atenção que “para todo indivíduo existe uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”.¹⁸

Tem-se em mente, pois, que o estudo de uma trajetória individual apresenta algumas vantagens que permitem ao pesquisador observar o processo histórico de um ângulo privilegiado. Analisar a atuação pública de Lopes Gama possibilitará a apreensão das respostas que esse indivíduo forneceu para a sociedade no calor das lutas políticas momentâneas. No entanto, sabe-se que se trata de uma metodologia que, por vezes, oferecerá uma visão parcial e limitada da realidade social.

Dessa forma, o estudo de uma trajetória política individual será utilizado como instrumento para iluminar a compreensão do processo de formação do Estado nacional brasileiro. O corpo documental utilizado para a consecução desta tese é composto principalmente por anais parlamentares, periódicos, panfletos, folhetos e livros de autoria de Lopes Gama. Em suma, essa documentação reflete opiniões de Lopes Gama que se toraram públicas. A documentação oficial deixada, sobretudo, pelas instituições de instrução pública será utilizada de forma subsidiária. O indivíduo aqui analisado deixou enorme número de correspondências de caráter administrativo. Pretende-se, pois, mapear por meio dessas fontes uma trajetória política individual, verificando quais projetos foram ensejados ao longo de uma vida dentro de dois espaços cruciais para a formação de uma monarquia representativa e constitucional.

Breve história da memória do Padre Carapuceiro

A problemática desta pesquisa, que é analisar a vida de Lopes Gama sob um enfoque político, jamais foi levada a cabo, apesar de ele ter sido bastante estudado por historiadores e folcloristas. A ênfase dos pesquisadores sempre foi conferida ao jornal *O Carapuceiro*, que circulou entre 1832 e 1842 e foi um imenso sucesso editorial. A enorme repercussão desse periódico, que durou uma década, lhe rendeu até um apelido, não apenas para o restante de sua vida, mas também para a posteridade, pois existe hoje no Recife uma via pública denominada rua Padre Carapuceiro. A maneira pela qual esse

¹⁸Giovanni Levy. “Usos da biografia”, p. 182; Pierre Bordieu. “A ilusão Biográfica”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, s.d., p.183.

indivíduo é conhecido atualmente pelos recifenses indica os usos que se fizeram de sua memória desde sua morte.¹⁹

A historiografia tem privilegiado a crítica de costumes que, supostamente, empreendeu *O Carapuceiro*, fonte que já no final do século XIX e início do século XX tornou-se bastante utilizada pelos folcloristas. Em 1908, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicou, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a obra *Folk-lore Pernambucano*, um trabalho de fôlego sobre a “cultura popular” de sua província. Nessa obra, *O Carapuceiro* serviu de base documental para assuntos como o “bumba-meu-boi”, “olhados, quebrantos e malefícios” e “nossas festas de campo”.²⁰ Esse autor, preocupado com a construção das raízes da cultura popular, esqueceu-se de frisar que, em todos os números de *O Carapuceiro*, Lopes Gama formulou o modelo de cidadão que desejava para a nação. Esse periódico foi, então, acima de tudo político, porque esteve sempre preocupado em defender que reformas democráticas fossem efetuadas em um futuro distante, e ainda não vislumbrado, sendo necessário, naquele momento, aristocratizar o processo político no Brasil, pois nem todos, na opinião do Padre Carapuceiro, tinham plenas condições de exercer a cidadania. Em minha dissertação de mestrado, essas e outras ideias foram defendidas. Procurei, na dissertação, verticalizar a análise sobre o jornal *O Carapuceiro* e demonstrar que esse jornal foi, acima de tudo, político.²¹

Câmara Cascudo perpetuou essa imagem de Lopes Gama como um crítico de costumes, transcrevendo verbetes da obra de Pereira da Costa em seu *Dicionário do*

¹⁹ As primeiras biografias de Lopes Gama foram publicadas na imprensa periódica logo após sua morte: Pedro Autran da Mata e Albuquerque. “Biografia do falecido Cônego da Capela Imperial o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”. *Diário de Pernambuco* (30/abril/1853); “Uma lágrima sobre o túmulo do nosso amigo Reverendíssimo Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”. *O Liberal Pernambucano* (11/novembro/1852) - agradeço a Bruno Dornelas Câmara pelo envio desse jornal. Seguiram-se os seguintes verbetes sobre a vida de Lopes Gama (em ordem cronológica): Lino do Monte Carmelo Luna. *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano*. Pernambuco : Typografia de F. C. de Lemos e Silva, 1857, pp. 100-102; Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife : Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981 [1882], p. 727; Alfredo de Carvalho. “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama”. *Almanaque de Pernambuco para o ano de 1904*. Recife : Imprensa Industrial, 1904, p. VIII. Tentou-se descobrir, na câmara municipal do Recife, quando a Rua Padre Carapuceiro começou a existir e quem foi o responsável pela sua idealização. Não se obteve sucesso nessa busca.

²⁰ Outra obra de Pereira da Costa, *Vocabulário Pernambucano*, na qual obras de Lopes Gama também foram largamente utilizadas, foi publicada postumamente em 1937. Essa também relega a dimensão política desse jornal e desse indivíduo para um segundo plano. *Vocabulário Pernambucano* procurou servir, segundo Mario Souto Maior, de referência aos estudiosos da “linguagem portuguesa falada em Pernambuco”. Mario Souto Maior. “Um vocabulário pernambucano”, In: Francisco Augusto Pereira da Costa. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Editora do Brasil, 1976, p. 9.

²¹ Ariel Feldman. *O império das carapuças*. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). Dissertação de Mestrado (História). Curitiba, UFPR, 2006.

Folclore Brasileiro e atribuindo ao Padre Carapuceiro o mérito de ter sido um dos primeiros a usar o vocábulo “samba”. Câmara Cascudo também dedicou uma seção do seu livro *Antologia do Folclore Brasileiro* a Lopes Gama, qualificando-o como um estudioso brasileiro de folclore do século XIX e o primeiro a relatar os folguedos do bumba-meu-boi.²²

Gilberto Freyre e Waldemar Valente reiteraram essa ideia ao definir Lopes Gama como um “caricaturista social”. Freyre, que usou esse periódico como fonte em sua obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933, considerou a trajetória do jornal *O Carapuceiro* como uma “campanha alegre”. Os outros jornais que Lopes Gama publicou ao longo de sua vida seriam, segundo Freyre, panfletários e políticos. Esses foram brevemente comentados e tratados como tema secundário. Dessa forma, uma dimensão de primordial importância para a análise da vida desse indivíduo, ou seja, a dimensão política, foi, com o passar do tempo, sendo encoberta. Olívio Montenegro também não deu a devida importância a essa questão. Na sua obra *Memórias do Ginásio Pernambucano*, de 1943, dedicou uma curta seção à figura de Lopes Gama, uma vez que este foi o primeiro diretor deste estabelecimento de ensino. Montenegro procurou enfatizar Lopes Gama como um literato: “revendo-se a obra não só de doutrinação religiosa e política, mas de crítica de costumes, fica-se espantado que o seu nome não ocupe um lugar maior na nossa literatura nacional”.²³

Luis Delgado, por sua vez, publicou em 1958, pela coleção Nossos Clássicos, da Editora Agir, o livro *Lopes Gama: textos escolhidos*. Foi a primeira vez que alguns trechos integrais de autoria de Lopes Gama saíram dos arquivos — ou das coleções velhas em mãos de particulares e donos de sebos — para atingir o público comum. Delgado, entretanto, perpetuou uma imagem mitificada do Padre Carapuceiro, dizendo que “as palavras, no Padre Lopes Gama, estavam sempre unidas a alguma coisa: um pensamento, uma convicção, uma vontade de servir”. Ao longo deste trabalho, discutir-se-á sobre os projetos e os interesses políticos que estavam relacionados a esta “vontade de servir”.²⁴

²² Luiz da Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo Global, 2003 [1954], pp. 614-615; Idem. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo Global, 2003 [1943], pp 186-187.

²³ Gilberto Freyre. “O Padre Carapuceiro”, in: Waldemar Valente. *O padre Carapuceiro: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969, p. xxix-xxxiv; Idem. “Um ortodoxo brasileiro do século XIX”. *Jornal do Comércio* (17/dezembro/1942); Olívio Montenegro. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, p. 14.

²⁴ Luiz Delgado. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958, pp. 14-15.

Em 1983, foi publicada uma versão fac-similar, organizada por Leonardo Dantas Silva, em três volumes, contendo todos os exemplares do periódico *O Carapuceiro* de 1832 a 1842. No prefácio, o organizador desse louvável trabalho deixou transparecer o caráter folclórico ainda atribuído a essa fonte, dizendo que passou a defender “por sugestão de Câmara Cascudo, a microfilmagem da coleção do jornal do Padre Lopes Gama, *O Carapuceiro*, como o mais importante documentário crítico de costumes da primeira metade do século XIX no Brasil”. Uma ruptura com essa visão, que já foi iniciada, será ampliada e ganhará novas dimensões nessa tese.²⁵

José Antônio Gonsalves de Mello, ao publicar, em 1996, a obra *Diário de Pernambuco: Economia e Sociedade no segundo reinado* - em comemoração aos 170 anos desse periódico, o mais antigo em circulação na América Latina –, considerou Lopes Gama como um dos “mais famosos colaboradores” do jornal *Diário de Pernambuco* na década de 1840. Contudo, o organizador da coletânea deixou bem clara sua opção pela escolha “de artigos sobre os costumes da época”. Por exemplo, Gonsalves de Mello destacou que Lopes Gama foi um dos primeiros a registrar o hábito de comer feijoada. Novamente, a crítica de costumes é frisada como a característica central da vida desse ator social que, neste trabalho, se pretende enxergar, acima de tudo, como um agente político construtor do Estado e da Nação.²⁶

Já Amaro Quintas e Gláucio Veiga procuraram analisar as proposições políticas de Lopes Gama. Quintas, em 1958, publicou *O Padre Lopes Gama político*. Não sendo um trabalho biográfico de vulto, por ser um ensaio com balizas cronológicas restritas a 1845-46, época em que o Padre Carapuceiro escreveu a gazeta *O Sete de Setembro*, a análise de Quintas é repleta de interpretações típicas de um historiador marxista vivendo a época da Guerra Fria. Ele considera, por exemplo, uma apreciação de Lopes Gama no *Sete de Setembro* n. 17, de novembro de 1845, como precursora da teoria da luta de classe de Marx. Trabalho de pesquisa empírica riquíssima, a obra de Quintas hoje tem utilidade, sobretudo, para análises historiográficas ou para consultar fontes, fatos e acontecimentos do período que antecedeu a Revolução Praieira. Sabe-se, graças à existência desse trabalho, que Lopes Gama atuou na campanha jornalística que denegriu

²⁵ Miguel do Sacramento Lopes Gama. *O Carapuceiro*. (3 vols.). Edição Fac-similar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

²⁶ José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco. Economia e Sociedade no 2º. Reinado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996, pp. 301-397. Cf. também Leonardo Dantas Silva (org.). *O Carapuceiro no Diário de Pernambuco e índice das edições autônomas*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1996.

a imagem dos clãs aristocráticos Rego Barros e Cavalcanti Albuquerque às vésperas da Revolução Praieira.²⁷

Gláucio Veiga, por sua vez, publicou, em 1981, o compêndio *História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife*, no qual há uma seção dedicada àquele que foi, por duas vezes, diretor do pioneiro Curso Jurídico de Olinda, criado juntamente com o do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1827. Mas, se há um grande mérito no trabalho de Veiga pelo fato de tratar pioneiramente o jornal *O Carapuceiro* como um subsídio para a história das ideias políticas, existem algumas ressalvas também. Veiga se prendeu muito às ideias de Lopes Gama, como se fossem descoladas de um contexto histórico. Não estabeleceu relações importantes entre elas e o momento político vivido. Veiga, filósofo de formação, criticou os historiadores porque não contam com uma “sólida formação filosófica”. Afirmou que “é comum, entre eles, a perda do ‘sentido universal’ de certos fatos e a equívoca tendência de ‘localizar’ situações”. Entretanto, como é possível compreender a aversão nutrida por Lopes Gama em relação a qualquer tipo de processo revolucionário sem ter em mente as alianças que o monge beneditino travou durante a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824? Este trabalho, ao contrário do estudo de Gláucio Veiga, relacionará as ideias com o momento político, contextualizando-as.²⁸

Evaldo Cabral de Mello organizou uma coletânea, publicada em 1996 pela Companhia das Letras, na qual selecionou apenas aquilo que ele chamou de “artigos de feitio costumbrista” do periódico *O Carapuceiro*. Na introdução, fez uma bela síntese das ideias políticas de Lopes Gama, mas acabou por reafirmar antigos olhares sobre esse indivíduo. Afirmou que “na história do jornalismo brasileiro da primeira metade do século XIX, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama ocupou um lugar à parte”, dando a entender que *O Carapuceiro* foi um jornal completamente diferente dos demais que circularam naquela época, os quais primavam por discussões politizadas. Esse “lugar à parte” reservado ao Padre Carapuceiro dentro da imprensa periódica já foi questionado.²⁹ O humor e a sátira tiveram, sobretudo, o caráter de afirmação política e a

²⁷ Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958, pp. 31-32 e 43-44. Nelson Werneck Sodré analisa brevemente as ideias de Lopes Gama em *O Sete de Setembro* e também com uma visão marxista. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, pp. 18-19 e 160-164.

²⁸ Gláucio Veiga. *História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Editora Universitária, 1981, V. II, pp. 261-285.

²⁹ Ariel Feldman. *O império das carapuças*.

capacidade de legitimar ideias que, extrapolando os hábitos e a vida privada, abarcaram um campo mais vasto e com implicações institucionais mais concretas, como, por exemplo, a aristocratização da Guarda Nacional.³⁰

Maria Lúcia García Pallares-Burke, por sua vez, tentou demonstrar que o jornal *O Carapuceiro* empreendeu uma “tradução cultural” do jornalismo de crítica de costumes da Inglaterra do século XVIII, constatando que Lopes Gama transcreveu em alguns artigos, principalmente naqueles que tratam sobre as mulheres, longos trechos do periódico inglês *The Spectator* (1711-1714). A autora defendeu a tese de que um modelo de representação do gênero feminino veiculado na Inglaterra no início do século XVIII foi “traduzido culturalmente” para a realidade brasileira do período regencial. Pallares-Burke acredita que Lopes Gama observava e prescrevia “de acordo com poderosas convenções e estereótipos que formavam parte de um quadro mental internacional, fácil de transportar apesar das barreiras linguísticas, nacionais e culturais.” A autora, assim, apesar de esboçar rapidamente certas proposições políticas assumidas por Lopes Gama no periódico *O Carapuceiro*, perpetuou a tendência secular de enxergar esse indivíduo como um crítico de costumes.³¹

A linha interpretativa iniciada por Pereira da Costa no século XIX teve vida longa. Ainda hoje, a imagem de Lopes Gama como um crítico de costumes ou como um literato é reiterada. Ainda hoje, relega-se a dimensão política desse indivíduo a um segundo plano.³² Essa arraigada imagem extrapola os limites da academia e atinge a memória popular. Ao digitar “Miguel do Sacramento Lopes Gama” no Google, pode-se perceber isso nitidamente.³³ Fugindo dessa tendência, pretende-se analisar a atuação de

³⁰ Evaldo Cabral de Mello. (org.). *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 7 e 10.

³¹ Maria Lúcia García Pallares-Burke. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo : Hucitec, 1996, pp. 164-165. Sobre o conceito de “tradução cultural”, ver a introdução do trabalho de Pallares-Burke. Cf., também, da mesma autora: *The Spectator. O teatro das luzes – Diálogo e Imprensa no Século XVIII*. São Paulo : Hucitec, 1995.

³² Cf. os seguintes trabalhos, os quais podem ser inseridos, em linhas gerais, nessa tradição iniciada por Pereira da Costa no final do século XIX: Elza Maria Gonçalves da Silveira. *O Carapuceiro: um periódico satírico na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado em Letras. Belo Horizonte, UFMG, 2007; Marcília Rosa Periotto. “O jornal ‘O Carapuceiro’ (1832-1845): uma leitura na perspectiva da história da educação”. *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil*, 2007; Hebe Cristina da Silva. “O Padre Lopes Gama e o romance no Brasil”. *Anais do 14º Congresso de Leitura do Brasil*, 2003; Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. “Uma fábrica de carapuças”. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 170, ano XXX, julho/setembro 1998, pp. 209-214; Lourival Araújo da Silva. “Nova Lusitânia: Fragmentos do Imaginário Pós-Colonial”. *Revista Veredas*. Ano 10, n. 9, 2003 (ao bem da verdade, esse último trabalho propõe uma leitura psicanalítica de *O Carapuceiro*).

³³ Citamos alguns exemplos: Gabriel Sarmiento da Silva. “Tipologias brasileiras: o pelintra”, disponível

Lopes Gama nos espaços públicos, atentando para sua importância na formação do Estado nacional.³⁴

Ambiente católico e ilustrado, origens familiares e atuação em 1817

Observam-se duas características presentes na formação de Miguel do Sacramento Lopes Gama: suas origens urbanas e o ambiente ilustrado em que cresceu. Ele nasceu no Recife, no ano de 1793. Seu pai, João Lopes Cardoso Machado, português, formado em medicina pela Universidade de Coimbra, foi nomeado Delegado da Real Junta de Proto-Medicato em Pernambuco, em 1783, casando-se com a brasileira Ana Bernarda do Sacramento Lopes Gama, provinda de família influente dentro do aparato político colonial do porto do Recife. Observam-se vários Gamas como vereadores na câmara do Recife, desde que esse povoamento assumiu a condição de vila em 1710. Seu tio-avô materno, por exemplo, José Fernandes Gama, foi tradutor de obras de Ovídio. O fato de seu pai ter se formado pela Universidade de Coimbra, quando essa instituição de ensino superior estava sofrendo os efeitos das reformas pombalinas, que tiveram início em 1772, é altamente significativo para compreender o ambiente intelectual do período. Embora não houvesse uma pedagogia monolítica em Coimbra e várias correntes de pensamento se entrecruzassem no ambiente universitário, pode-se afirmar que, apesar dessa pluralidade acadêmica, a concepção de mundo ali

em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0035.html>; Luís Antônio Giron. “Padre chicoteia coquetes e dândies”, disponível em <http://www.digestivocultural.com/ensaios/imprimir.asp?codigo=23>; “O Carapuceiro por Gilfrancisco”, disponível em http://www.geminaliteratura.com.br/literaturagfl_julho2006.htm; Felipe Jucá. “Lopes Gama e suas farpas”, disponível em <http://recantodasletras.uol.com.br/cronicas/986560>. Por fim, citamos o excelente site de crônicas de Xico Sá, intitulado “O Carapuceiro”, disponível em <http://carapuceiro.zip.net/> (último acesso em todos esses sítios em 08/maio/2010).

³⁴ Fugindo dessa tendência que se assinalou, a de analisar a vida de Lopes Gama relegando a dimensão política a um segundo plano, tem-se alguns trabalhos. Discutir-se-á com alguns desses trabalhos ao longo da tese: Mariza Saenz Leme. “Dissedências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o Conciliador Nacional em Pernambuco”. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo : Unisinos, 2007; Diego Henrique Barros Nery. “O Uso da Concepção de Progresso como Arma Política em Pernambuco(1837-1850)”. *Anais do XIII Encontro Estadual de História*. Paraíba, ANPUH-PB, s.d.; Idem. “O uso de periódicos pernambucanos na construção de estratégias políticas (1842-1850). *Anais do I Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História*. Recife, UFPE, 2008; Idem. “Representações do Progresso em Lopes Gama (1832-1842)”. *Anais V Simpósio Nacional Estado e Poder*: Hegemonia. Universidade Federal Fluminense, Nitéroi, 2008; Idem. *Representações do progresso e a cultura inscrita no periódicos pernambucanos (1837-1850)*. Dissertação de mestrado (História). Recife, UFRPE, 2010; Luiz Sávio de Almeida. *Federalismo e região: dois breves estudos*. Maceió : EFUFAL, 1997; Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca “A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuceiro”. *Almanack*. Guarulhos, n.03, pp.99-115, 1º semestre de 2012.

presente era fortemente marcada pela ilustração, não se tratando da francesa anticlerical, mas, sim, da portuguesa, fortemente articulada com o catolicismo.³⁵

Aliás, na própria capitania de Pernambuco já eram efetivadas reformas administrativas de caráter ilustrado típicas do pombalismo desde o final do século XVIII. Citemos, como exemplo, a tentativa de racionalizar e controlar as tropas auxiliares de “pretos e “pardos”, empreendida pelo então governador de Pernambuco, José César de Meneses, em 1782, e continuada, no início do século XIX, pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Em um panorama econômico mais amplo, com o intuito de “racionalizar a estrutura empresarial em favor dos grandes comerciantes nacionais [portugueses] estabelecidos”, Pombal criou companhias de comércio monopolistas, como, por exemplo, a de Pernambuco. Outro exemplo emblemático do alcance das reformas ilustradas em Pernambuco é a instalação do Seminário de Olinda a partir do ano de 1800, no local do antigo Colégio dos Jesuítas, conforme proposta elaborada pelo Bispo Azeredo Coutinho. Segundo Pereira da Costa, um escritor coevo afirmou que a fundação do Seminário, pelo seu programa de estudos superiores e científicos, “transformara Olinda em uma nova Coimbra”. A ampla participação de Padres formados no Seminário de Olinda na Revolução de 1817 demonstra que a circulação de novas ideias havia ali ganhado território favorável.³⁶

³⁵ Dados biográficos de Miguel do Sacramento na bibliografia supracitada no subtítulo **Breve história da memória do Padre Carapuceiro**. A informação de que José Fernandes Gama foi tradutor de Ovídio está em: José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, p. 307-308. Sobre a pluralidade ideológica dentro da Universidade de Coimbra no final do século XVIII, ver: Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 176-178. Sobre a reforma em Coimbra, ver também: Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal*. O paradoxo do iluminismo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 95-118. Para a atuação dos Gama na câmara do Recife, ver: George Felix Cabral de Souza. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca, Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica, 2007, sobretudo anexo I. Para uma genealogia da família Gama, ver: Orlando Cavalcanti. *Gente de Pernambuco*. Recife: 2000, v. II, pp. 27-29. Há, nessa última obra, referência há uma longínqua origem nobre da família Gama. Contudo, Lopes Gama, no século XIX, já não se mostrava interessado em ostentar essa origem. Em 1845, defendendo seu irmão publicamente, Lopes Gama elogiou-o por nunca ter ostentando sua origem nobre para superiorizar-se em relação a seus rivais. *Diário Novo* nº 194 (3/set/1845). Outra breve referência sobre a origem nobre da família Gama em Alfredo de Carvalho. “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama”, 1791-1852”.

³⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*. v. VII, pp. 11-16. Sobre as reformas ilustradas nas tropas auxiliares de “pretos” e “pardos”, ver: Luiz Geraldo Silva. “Negros Patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003, pp.502-507. Sobre as companhias monopolistas de comércio, ver: Keneth Maxwell. *Marquês de Pombal*, pp. 51-69. Sobre o Seminário de Olinda, ver: Gilberto Luiz Alves. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800/1836*. Campo Grande/Campinas: Ed. UFMS/Autores Associados, 2001. A expressão catolicismo ilustrado é utilizada por Francisco Jose Calazans Falcon. *Época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ativa, 1982, pp. 326-368, pp. 326-368.

Nesse contexto de aprofundamento das concepções de mundo ilustradas, Lopes Gama adentrou na vida monástica, tendo iniciado seus estudos religiosos em 1805, no mosteiro de São Bento de Olinda. Professou-se monge beneditino em Salvador, no ano de 1808, no mosteiro de São Bento da Bahia. Tornou-se, pois, Frei Miguel do Sacramento Lopes – ele assinou assim até incorporar o sobrenome materno mais tarde. Retornou ao Recife em data desconhecida, permanecendo como membro da ordem beneditina até 1834, ano em que se secularizou. Escrevendo para o jornal *Diário de Pernambuco*, de 30 de abril de 1853, o amigo e colega de Lopes Gama no corpo docente da Faculdade de Direito de Olinda, Pedro Autran da Mota Albuquerque, disse que,

depois da abdicação, vendo Frei Miguel desamparada dos bens da fortuna a sua irmã que o criara, D. Ana Benedita Boaventura do Carmo, e suas sobrinhas, entendeu que devia secularizar-se, como, de fato, fez, bem ao seu pesar porque tinha grande amor ao instituto de São Bento, e chamou-as para sua companhia.

Sua mãe faleceu em 1801 e sua irmã, Dona Ana, assumiu o lugar materno. Só a partir de 1834, Frei Miguel passou a ser conhecido apenas como Padre Lopes Gama. Sua entrada no Mosteiro de São Bento oferece grandes evidências da influência que sua família materna já exercia na administração da capitania, pois foi seu tio-avô materno que solicitou à corte autorização para que Lopes Gama se tornasse noviço beneditino. Uma série de outros despachos à sede da monarquia portuguesa assinados por José Fernandes Gama leva a crer que ele realmente gozava de posição privilegiada na administração da capitania.³⁷

Pouco se sabe sobre a vida de Lopes Gama antes de 1817, mas os dados acima levantados já são bastante significativos, uma vez que demonstram a ligação que tinha com setores de sua família materna, os Gama. Ele não se envolveu nos acontecimentos revolucionários transcorridos em Pernambuco, em 1817. No contexto da devassa instaurada após o fracasso da revolução, obteve alguns privilégios, sendo nomeado pelo Capitão-General Luiz do Rego Barreto lente de Retórica do Seminário de Olinda. Assim, o fato de não ter aderido ao projeto revolucionário lhe rendeu seu primeiro cargo público, pois o Seminário encontrava-se bastante desfalcado, já que vários padres que

³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino- PE. AHU-PE_acl_cu_015, c264, 0.17705 [projeto resgate].

participaram da Revolução tinham sido mortos ou tinham sido presos e remetidos à Bahia.³⁸

Outro dado bastante curioso, e também significativo, é o posicionamento conservador assumido, em 1817, pelo pai de Lopes Gama, João Lopes Cardoso Machado, que, nesse período, ocupava o cargo de físico-mor. Em carta a um destinatário identificado apenas como “meu compadre”, datada de 15 de junho de 1817, Cardoso Machado expõe sua indignação em relação à quebra da hierarquia social e étnica que os acontecimentos revolucionários provocaram: “Vossa Mercê não suportava chegasse a Vossa Mercê um cabra com um chapéu na cabeça e bater-lhe no ombro e dizer-lhe: adeus patriota, como estais, daí cá tabaco, ora tomai do meu; como fez um cativo do Branderodes ao Ouvidor Afonso; porém já se regalou com 500 açoites na cadeia”. Percebe-se que se trata de um relato que demonstra a visão de um homem ilustrado, que ocupava uma posição de destaque como médico, e que se via horrorizado com o anseio das classes populares em se equipararem socialmente aos setores mais abastados. O pai de Lopes Gama exclamou, em outro momento, que “os cabras, mulatos e crioulos, andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais”. Aliás, a família Gama também não se envolveu na Revolução, o que demonstra a postura contrarrevolucionária tomada pela ascendência de Lopes Gama, tanto do lado materno quanto do paterno.³⁹

Como um espaço público de discussão política não foi plenamente instaurado durante os três meses de revolução, mas apenas ensejado, é impossível analisar a atuação de Lopes Gama em 1817. Por meio da voz paterna, tem-se o único relato sobre a atitude de Lopes Gama perante a revolução. Seu pai, com muito medo, conseguiu fugir do Recife e embarcou para sua casa em Poço da Panela, subúrbio do Recife situado às margens do Capibaribe. Quando chegou a seu destino, o doutor João Lopes

³⁸ Provavelmente Lopes Gama assumiu a cadeira do Padre Miguelinho, que era o professor de retórica do Seminário de Olinda desde o início do século. Miguel Joaquim de Almeida Castro foi executado por crime de lesa majestade em junho de 1817. Sobre o Padre Miguelinho, cf. Keila Cruz Moreira. “Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir”. *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, 17 a 20 de maio de 2006. Sobre a Revolução de 1817, ver: Glacyra Lazzari Leite. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.; Carlos Guilherme Mota. *Nordeste 1817. Estruturas e argumentos*. São Paulo : Perspectiva, 1972; Francisco Muniz Tavares. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife : Typ. Industrial, 1884 [1840].

³⁹ In: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1953, v. CII, pp. 5-14. Cf. também Denis Bernardes. “Pernambuco e o Império (1822-1824): sem constituição soberana não há união”, in: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*, pp. 235-36.

Cardoso Machado achou “todos chorando, e Frei Miguel animando-os, o qual apenas se tocou a rebate saiu do mosteiro a pé e foi fazer companhia às irmãs e sobrinhas”.⁴⁰

Passados alguns anos, a revolução constitucionalista na cidade do Porto rebentou e a liberdade de imprensa atingiu Pernambuco. Lopes Gama usou toda a habilidade adquirida como professor de retórica para iniciar uma profícua atuação de jornalista político.

No primeiro capítulo, será analisada a atuação pública de Lopes Gama no processo de independência em Pernambuco (1822-1825). O objetivo central desse capítulo é demonstrar como o monge beneditino ajudou a construir o ideário de que, desfeita a união constitucional entre o reino do Brasil e o de Portugal, a soberania passava a residir em uma nova nação, a brasileira. Este deveria ter como centro o Rio de Janeiro, o poder executivo deveria estar concentrado nas mãos do príncipe regente e o legislativo em uma assembleia soberana. Nesse sentido, Frei Miguel procurou esvaziar a província como unidade capaz de ter ampla autonomia administrativa.

No segundo capítulo, será demonstrado como Lopes Gama se inseriu em um debate jornalístico violentíssimo, o qual foi denominado *guerra aos extremos* (1829-1831). O eixo de sua proposta política era a manutenção da Constituição de 1824, base que deveria reger a vida institucional da nova nação. Nesse contexto, ele procurou afirmar o conceito de *soberania nacional* como contraponto à noção de *soberania monárquica*. Em suma, ele buscava, dentro dos espaços públicos, afirmar o sistema constitucional e representativo tal qual estipulava a carta de 1824, opondo-se às mudanças no sistema político justificadas por terem origem a partir da vontade do monarca.

No terceiro capítulo, será analisado o projeto de “revolução moral” elaborado por Lopes Gama em *O Carapuceiro* a partir de 1832. Tendo em vista que a abdicação do imperador (1831) foi vista pelos contemporâneos como uma revolução, a campanha pública do padre jornalista pretendia frear os setores da sociedade que buscavam realizar transformações políticas e sociais profundas e imediatas. Nesse capítulo, também será analisada a atuação de Lopes Gama no movimento federalista do início da

⁴⁰ In: *Documentos Históricos*, v. CII, p. 6.

década de 1830, verificando de que forma ele buscou esvaziar o conteúdo revolucionário que as reformas descentralizadoras poderiam ter.

No quarto capítulo, teve-se como objetivo verificar como se deu a inserção do Padre Carapuceiro dentro do movimento que ficou conhecido como *regresso* (1835-1842). A partir de 1835, ele se estabeleceu em um novo espaço para atuar publicamente, a Assembleia Provincial, local em que exerceu a função de deputado, ininterruptamente, por uma década. Em 1840, ele teve também uma breve, mas importante passagem pela Assembleia Geral.

Por fim, no quinto capítulo, buscou-se entender o papel exercido por Lopes Gama dentro das disputas partidárias que antecederam a Insurreição Praieira (1848-1849). No contexto dos aguerridos embates políticos que ocorreram entre 1843 e 1848, buscou-se perceber a importância de sua atuação em duas instituições, a Assembleia Provincial e a Geral. Além disso, foram analisadas as formas de arregimentação popular utilizadas pela imprensa praieira, com destacada atuação do Padre Carapuceiro.

A ortografia das citações de época foi atualizada. A pontuação das citações, por vezes, também foi atualizada.

CAPÍTULO 1 - A MESMA INDEPENDÊNCIA (1822-1825)

Evaldo Cabral de Mello publicou, em 2004, a obra *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. Para ele, “o federalismo pernambucano (como também o padre Feijó) pretendia que, desfeita a unidade do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania reverterse às províncias, onde propriamente residia, as quais poderiam negociar um pacto constitucional, e, caso este não lhes conviesse, usar de seu direito a constituírem-se separadamente, sob o sistema que melhor lhes parecesse.”⁴¹

Neste capítulo, será analisada a atuação pública de Miguel do Sacramento Lopes Gama na imprensa periódica entre 1822 e 1825. O cerne da análise que se pretende aqui difere bastante da proposição de Evaldo Cabral de Mello. Os escritos jornalísticos de Frei Miguel procuraram construir o ideário de que, desfeita a unidade do Reino de Portugal e Brasil, a soberania passaria a uma nova unidade política, o Brasil. Conhecido nas províncias do norte como projeto do Rio de Janeiro, esse ideário lançou as bases desse projeto de nação, projeto que previa poderes provinciais bastante reduzidos, se comparados com o período anterior, o da vigência do constitucionalismo vintista. Esse ideário também ajudou a legitimar o juramento da Constituição outorgada, como sendo um legítimo pacto constitucional dentro dos padrões da modernidade política, que tinha como mote suplantar os tenebrosos tempos do despotismo. A consolidação da Carta de 1824 em Pernambuco foi, sem sombra de dúvidas, um dos elementos-chave na repressão à Confederação do Equador (1824). Lopes Gama pode ser considerado, portanto, um agente ideológico da repressão.

Assim, Evaldo Cabral de Mello analisou *a outra Independência* em Pernambuco, isto é, o projeto derrotado militarmente em 1824, que primava por um Estado nacional de tipo federalista. Nas páginas que se seguem, entretanto, pretende-se mostrar *a mesma independência*, isto é, aquela que projetou o Brasil como uma unidade política autônoma com um centro forte, tanto legislativo quanto executivo. Tendo em vista que eram tempos de indefinições política e institucional, e que existiam projetos de futuro divergentes, é imprescindível a análise do que era veiculado no nascente espaço público luso-brasileiro. Esse tipo de análise demonstra que a afirmação do projeto do Rio de Janeiro em Pernambuco não se deu apenas através da repressão imperial, mas

⁴¹ São Paulo : Ed. 34, 2004, p. 14 e contracapa.

também contou com a decisiva participação de parte da população local. Em outras palavras, o centro do império não se constituiu apenas através de si próprio. O centro constituiu-se com importantes adesões das partes.⁴²

Primeiramente (subtítulo **1.1**), será feito um breve balanço historiográfico, para demonstrar a novidade da temática aqui enfatizada. Demonstrar-se-á que são raríssimos os estudos verticalizados que privilegiam indivíduos que não se inseriram no ciclo revolucionário pernambucano (1817 e 1824). No subtítulo seguinte (**1.2**), será elaborada uma reflexão sobre duas categorias com as quais se operará ao longo do capítulo: *unitários* e *federalistas*. Apesar de toda complexidade da luta política, pode-se afirmar que esses dois grupos conformaram as duas principais tendências. Mostrar-se-á que essas duas tendências cristalizaram-se no decorrer do tempo e que não existiram projetos antagônicos definidos *a priori*. Por esses motivos, será problematizada a utilização de tais categorias, mostrando-se a polissemia desses termos.

Na sequência (**1.3**), será feita uma narrativa analítica dos principais eventos políticos transcorridos durante o processo de constitucionalização do Reino Unido, com enfoque no caso pernambucano. Demonstrar-se-á que, durante a vigência do vintismo, se estabeleceu em Pernambuco uma experiência de governo autônomo inédita. Nesse período, a província emergia como unidade administrativa com ampla autonomia.

No subtítulo **1.4**, será iniciada a análise da atuação pública de Lopes Gama, objeto central desta tese. Nesse subtítulo, será averiguado o que o monge beneditino entendia por soberania da nação. Demonstrar-se-á que sua concepção sobre o assunto buscava esvaziar a província como unidade decisória, numa crítica que tinha implicações políticas concretas. Em seguida (**1.5**), mostrar-se-á como Lopes Gama, sutilmente, apoiou, nos espaços públicos, a deposição de uma junta governamental constituída, em uma época em que levantes militares eram vistos como sinônimo de anarquia. Logo após, no subtítulo **1.6**, será verificado como Lopes Gama se posicionou em relação aos projetos de união entre Brasil e Portugal, dentro do sistema constitucional. Em outros termos, verificar-se-á como esse jornalista se manifestou, entre 1822 e 1823, em relação ao projeto que vislumbrava a união de dois reinos, cada

⁴² Parte-se aqui de visão oposta à de Ilmar R. Mattos. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Brasiliense*, vol 1, maio de 2005. Mattos elabora a ideia de “expansão para dentro”, isto é, de que a consolidação de um império com o centro no Rio de Janeiro teve um sentido definido. Em outras palavras, para esse autor, a expansão se deu a partir do centro, irradiando-se para as províncias.

qual com um executivo e um legislativo próprio. A partir de quando o monge beneditino passou a enxergar o Brasil como nação independente de Portugal? Esse foi o questionamento central que foi feito às fontes. Na sequência (1.7) serão analisadas três tópicos recorrentes no discurso de Lopes Gama, as quais estiveram estreitamente relacionadas à defesa que fez do Brasil como uma nação em construção: as reiteradas críticas às cortes lisboetas, a contínua referência à guerra na Bahia e o rompimento da imagem arraigada em Pernambuco de que o Rio era o local do despotismo.

No subtítulo 1.8, será ponderado quais foram os pontos programáticos que causaram as principais divergências entre Lopes Gama e os jornalistas rivais. Em seguida, (1.9), serão mapeadas as alianças interpessoais estabelecidas por esse indivíduo. Dentro de que agrupamentos Lopes Gama circulava? Que lideranças políticas eram mais acessíveis a ele? Finalmente (1.10), será abordada a atuação de Frei Miguel no contexto da repressão à Confederação do Equador (1824-1825). Nesse período, iniciou-se o processo de afirmação da Carta Constitucional de 1824, que passaria a ser vista como legítima e representativa da soberania da nação, sinal de moderação, legalidade e único caminho para evitar os extremos: anarquia/revolução, de um lado; absolutismo/despotismo, de outro.

Pode-se periodizar, grosso modo e esquematicamente, o processo de independência em Pernambuco da seguinte forma: junta presidida por Gervásio Pires Ferreira (outubro de 1820 a setembro de 1822); junta dos Matutos (setembro de 1822 a dezembro de 1823); junta presidida Manuel Carvalho Pais de Andrade (dezembro de 1823 a junho de 1824); Confederação do Equador (julho a setembro de 1824); repressão à Confederação do Equador (outubro de 1824 a 1825).⁴³ Além dessa periodização básica que será utilizada, é necessário tomar o cuidado de analisar a província de Pernambuco inserida em uma conjuntura mais ampla: atlântica, ibérica e luso-brasileira. Na medida do possível, tentar-se-á pensar todas essas dimensões correlacionadas.⁴⁴

A principal fonte que se usará para essa análise é o periódico *O Conciliador Nacional*, escrito por Lopes Gama entre 1822 e 1823, e publicado nas vilas do Recife e

⁴³ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*. Apenas o último período – repressão à Confederação do Equador – não foi estabelecido nem analisado por este autor.

⁴⁴ Tal proposta é levada a cabo por Evaldo Cabral de Mello, em uma narrativa interpretativa que concatena muito bem todas essas dimensões. Outra obra que foi essencial para este capítulo, a de Denis Bernardes, também articula essas dimensões de forma consistente. *O Patriotismo Constitucional*. São Paulo : Hucitec/Fapesp; Recife : UFPE, 2006.

em Olinda. Vale ressaltar que a série documental não está completa, de tal modo que, com uma documentação fragmentada, a análise será mais qualitativa do que quantitativa.⁴⁵

1.1 Breves considerações historiográficas

É natural que a historiografia sediada do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não tenha olhado com bons olhos a Revolução de 1817, o governo de Gervásio e a Confederação do Equador. Varnhagen acusou tanto a junta gervasista como os revolucionários de 1824 de separatistas e anti-nacionais. Mais tarde, Pereira da Silva faria as mesmas acusações.⁴⁶ Em 1884, Maximiliano Lopes Machado, prefaciando a segunda edição da obra de Francisco Muniz Tavares, *História da revolução de Pernambuco em 1817*, procurou demonstrar que o livro de Tavares veio para revelar a verdade que havia sido deturpada por Varnhagen e Pereira da Silva. Estes últimos, segundo Maximiliano, acusaram falsamente os pernambucanos de “íngratos à mão benfazeja que proscrevia o regime colonial e abria as portas do Brasil a todas as nações amigas”.⁴⁷ Deixando de lado o fato de que a obra do ex-revolucionário de 1817, Muniz Tavares, é anterior às de Varnhagen e Pereira da Silva, é interessante notar que, no último quartel do século XIX, a preocupação central de um historiador pernambucano era recontar a história da emancipação brasileira, a seu ver, vista exclusivamente sob o ponto de vista do Rio de Janeiro.

Tem-se a certeza, contudo, de que a obra de Muniz Tavares inaugurou, em 1840, uma vertente historiográfica que teria vida fecunda ao longo do século XIX, adentrando ainda com força no XX. O Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico

⁴⁵ Contamos com os números 1, 4, 5, 7 e 8 de 1822; 9, 10, 14, 18, 36 de 1823 (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e Biblioteca Nacional – a partir de agora, respectivamente, indicados pelas siglas APEJE e BN). Mariza Saenz Leme analisou recentemente esse periódico. Essa autora constatou que as proposições políticas de Lopes Gama já se diferenciavam das aspirações autonomistas gestadas por parte da elite pernambucana. Saenz Leme afirma que Lopes Gama, ao colocar a soberania nacional como prioridade em relação à soberania do povo, a qual considerava embrião da anarquia, defendeu nesse jornal a constituição de um centro maior de poder, o Rio de Janeiro. Saenz Leme demonstrou que Lopes Gama, no bojo do movimento constitucional vintista, também foi um contumaz defensor de uma Assembleia Constituinte no Brasil, único instrumento capaz de assegurar a soberania da nação. A essa análise deveras pertinente, acrescentar-se-ão outras reflexões nesse capítulo. “Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o *Conciliador Nacional* em Pernambuco”.

⁴⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte : Edusp / Itatiaia, 1981 [1854-1857]; Idem. *História da independência do Brasil: até o reconhecimento pela antiga metrópole*. São Paulo : Melhoramento, 1962 [1916- obra póstuma]; João Manuel Pereira da Silva. *História da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro : Garnier, 1865.

⁴⁷ pp. VII-VIII.

Pernambucano (IAHGP), fundado em 1862, foi o principal local de produção dessa contra-memória à história nacional veiculada pelo IHGB. Essa vertente historiográfica, que aqui se está denominando de *regionalista*, jamais questionou a instituição monárquica ou a unidade do Brasil. Aliás, isso nem os próprios revolucionários de 1824 pretendiam questionar a priori. O eixo dessa vertente historiográfica consistiu em revalorizar o ciclo revolucionário pernambucano de 1817-1824, dando ênfase à atuação dos indivíduos que compuseram o grupo que, como se verá, a historiografia recente vem chamando de *federalista*.⁴⁸

Essa historiografia *regionalista*, gestada no século XIX, influenciou profundamente toda a produção historiográfica subsequente, sobretudo em relação à seleção dos temas e dos períodos a serem enfatizados. Tematicamente, essa historiografia enfatizou a atuação dos *federalistas*. Os estudos sobre a junta gervasista e sobre a junta carvalhista proliferaram-se, sendo o governo dos matutos relegado a um segundo plano, como se sua compreensão fosse menos importante para entender a formação do Estado nacional brasileiro. Já em relação ao processo de repressão à Confederação do Equador e de afirmação da carta de 1824 em Pernambuco, o silêncio é maior ainda. Estudar a repressão e construir a imagem de mártires sempre foram duas facetas da mesma moeda. Em outros termos, não era de praxe estudar, dentro do processo mais amplo de repressão ao movimento revolucionário de 1824, a construção do discurso político que estabeleceu as bases da monarquia constitucional representativa nos moldes que a carta de 1824 estabelecia.

Ulysses de Carvalho Soares Brandão, vencendo concurso promovido pelo IAHGP, publicou a obra *A confederação do Equador (1824-1924)*. Tratava-se da comemoração do centenário dessa revolução. Interessante notar que ele gastou um quarto de seu livro mostrando os antecedentes remotos que, de alguma forma, influenciaram os revolucionários de 1824, com ênfase especial na formação do gênio

⁴⁸ Em ordem cronológica: Joaquim Dias Martins. *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco : Lemos e Silva, 1853; Antônio Joaquim de Melo. *Obras políticas e literárias*, de Joaquim do Amor Divino Caneca, 1875 (utilizou-se aqui uma reedição desses textos organizada por Evaldo Cabral de Mello. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001); Idem. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco / Editora Universitária, 1973 [1895]. A única grande biografia de Antônio Joaquim de Melo que trata de personagem adepto do projeto *unitário* é: *Obras religiosas e profanas do vigário Francisco Ferreira Barreto*. Recife : Typ. Mercantil, 1874. Mas, diferentemente das outras biografias, essa enfatiza menos aspectos políticos e mais aspectos literários. Essa obra está, pois, mais próxima da abordagem que o mesmo autor fez em uma coletânea de pequenas biografias: *Biografia de alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife : Typographia Universal, 1856.

republicano de Pernambuco, gestado desde a expulsão dos holandeses (1654). Contudo, para tratar do período referente à junta dos matutos, Brandão escreveu apenas um curto capítulo.⁴⁹

Barbosa Lima Sobrinho proferiu duas conferências, as quais se transformaram na obra *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador* [1979]. Embora o título indique que o assunto tratado no livro começa na independência (1822), chegando até a Confederação do Equador (1824), o autor pula, indiscriminadamente, o período no qual a junta dos matutos (1823) governou. Esse fato talvez reflita a tendência basilar presente na historiografia *regionalista*. Essa tendência relega a um segundo plano a atuação política do grupo que os historiadores contemporâneos denominam de *centralistas* ou *unitários*.⁵⁰ Para citar um último exemplo dessa historiografia *regionalista*, observam-se as duas publicações de Costa Porto. A primeira intitula-se *Os tempos de Gervásio Pires* [1978]; a segunda, *Pequena história da Confederação do Equador* [1974]. A ausência de um livro sobre a junta dos matutos não é casual. Tal lacuna observa-se em razão de uma tendência historiográfica inaugurada no século XIX, a qual influenciou toda uma produção sobre o assunto ao longo do século XX.⁵¹

Os autores oitocentistas contestavam as obras dos fundadores da historiografia nacional brasileira, notadamente Varnhagen e Pereira da Silva. Essa contestação parece que teve longa vida, pois, mesmo na já citada obra de Evaldo Cabral de Mello [2003], ela parece ter relevância. Esse autor inicia sua obra afirmando que “a fundação do Império do Brasil é ainda hoje uma história contada exclusivamente do ponto de vista

⁴⁹ Recife : Governo de Pernambuco, 1924, pp. 11-58 e pp. 145-153. Amaro Quintas também defende a tese de uma essência republicana na cultura política pernambucana desde os tempos da colonização. *A Revolução de 1817*. Recife: José Olympio / FUNDARPE, 1985 [1939]; Idem. “Agitação republicana no nordeste”, in: Sérgio Buarque de Holanda(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972 [1960]. Renato Lopes Leite, em um modelo interpretativo bastante diverso, defende a existência de um pensamento republicano consolidado na época da independência do Brasil. *Republicanos e libertários*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵⁰ Usou-se aqui a edição de 1998 (Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, Fundação de Cultura Cidade do Recife). Barbosa Lima Sobrinho fez um trabalho de pesquisa riquíssimo. Essa obra, porém, em alguns momentos, evoca a um regionalismo ufanista. Exemplifica-se o que está se chamando de regionalismo ufanista com essa frase de Sobrinho: “a ação corajosa e decidida da Junta Provisória que Gervásio Pires Ferreira comandava, de certo que com prudência, e talvez ainda mais com escrúpulos de consciência, de quem não sabia esquecer os juramentos prestados em praça pública. Mas sempre com firmeza e um desassombro, que ainda hoje devem encher de orgulho os corações pernambucanos”. O regionalismo de Sobrinho é, no entanto, sempre subordinado ao nacionalismo brasileiro já consolidado ao longo do século XX.

⁵¹ Ainda dentro das linhas gerais da historiografia regionalista, ver as obras: Gilberto Vilar de Carvalho. *A liderança do clero nas revoluções republicanas (1817-1824)*. Petrópolis : Vozes, 1979; Teobaldo Machado. *As insurreições Liberais em Goiana, 1817-1824*. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/FUNDARPE, 1990.

do Rio de Janeiro, à época, pelos publicistas que participaram do debate político da Independência, e depois pelos historiadores como Varnhagen, Oliveira Lima, Tobias Monteiro ou Otávio Tarquínio”. Evaldo Cabral de Mello, mesmo sendo sócio correspondente do IAHGP, não pode ser considerado um autor *regionalista*. A riqueza de sua análise, os instrumentos teóricos que utiliza e o debate que empreende com uma historiografia acadêmica colocam sua obra em outra vertente. Algumas influências dessa historiografia tão arraigada em Pernambuco, entretanto, são perceptíveis em seu trabalho. Não obstante seu enfoque ser conferido ao grupo *federalista*, Mello é autor de uma das melhores análises e narrativas sobre a junta dos matutos e sobre o grupo *unitário*.

Em relação à historiografia acadêmica que abordou a independência em Pernambuco, não se fará um balanço geral sobre ela. Incorporar-se-ão algumas de suas reflexões ao longo do capítulo. Cabe notar, contudo, que, embora tenha preocupações muito diferentes da historiografia *regionalista*, a academia parece ter absorvido suas preferências temáticas. Além de um artigo de Marcus J. M. Carvalho⁵², não se verifica nenhum estudo que verticalize sua análise na tendência *unitária*.⁵³

Frisemos, por último, a inexistência de trabalhos que analisem a construção do ideário político pós-repressão. Estudos têm demonstrado como procedeu a comissão militar instalada depois da vitória imperial, em 1824.⁵⁴ Mas se sabe, hoje, que a política nunca é exercida somente pelo meio da força.⁵⁵ Junto com a imposição militar, há sempre um discurso que a legitima, o qual deve encontrar algum tipo de correspondência social. Esse é o discurso que se analisará ao fim do capítulo. Ao lado do enforcamento dos líderes da revolução, ao lado da prisão de centenas de rebeldes, ao

⁵² “Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

⁵³ Os trabalhos que se seguem enfocam suas análises na atuação política de indivíduos vinculados aos *federalistas*: Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da liberdade*; Maria de Lourdes Viana Lyra. “Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca”. *Revista Brasileira de História*. 1998, vol.18, n.36; Denis Bernardes. *Patriotismo constitucional*; Márcia Regina Berbel. “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político”, in: JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí : Hucitec/FAPESP/Unijuí, 2003.

⁵⁴ Cf. Glacyra Lazzary Leite. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989, pp. 121-139. Sobre a mudança que ocorreu no processo de execução entre 1817 (quando o corpo do supliciado ainda era esquartejado e exposto publicamente) e 1824, ver a interessante reflexão de Denis Bernardes. *Patriotismo constitucional*, pp. 17-18.

⁵⁵ Cf. Adam Przeworski. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”, Revised paper prepared for the 2006 *Beijing Forum*, 2006, p. 25

lado de açoites na população escrava que se mostrava impertinente, houve um processo de legitimação discursiva da ordem constitucional de 1824.

1.2 – Unitários e federalistas

O projeto que aqui se denomina de *unitário* foi se configurando ao longo do exercício da junta que substituiu a gervasista. A junta dos matutos era composta, sobretudo, por senhores de engenhos da zona da mata sul, ao contrário da exclusivamente recifense junta gervasista. Por isso, originou-se a alcunha de matutos.⁵⁶ Trabalhar-se-á com um pressuposto que, apesar de relativamente óbvio, é de importância crucial ressaltar. O projeto *unitário* não existia como uma carta de intenções explícitas no momento em que a junta gervasista foi deposta. Inexistia uma cartilha que regulasse as aspirações dessa tendência política. Suas propostas foram sendo formuladas entre 1822 e 1824. Como bem notou Evaldo Cabral de Mello, “será no decurso do governo dos matutos que a açucarocracia definir-se-á em favor do projeto fluminense”. Ou como observou Marcus Carvalho, “essas duas facções [*centralistas* e *federalistas*] obviamente não eram partidos pré-concebidos e coesos”, sendo “um anacronismo pensar assim”. Para Carvalho, essas tendências “se formariam ao sabor dos acontecimentos, como resposta a dois processos contemporâneos: a paulatina polarização entre o Rio de Janeiro e Portugal, e o desejo das elites locais de controlar as rendas e a política provincial”.⁵⁷

Evaldo Cabral de Mello, que prefere usar o termo projeto *unitário*, esboça um modelo explicativo que estabelece a base geográfica dessa tendência política na zona da mata sul. Para ele, “ao passo que o Império ganhará adesões por todo o interior (...), os federalistas ver-se-ão limitados ao Recife, Olinda e núcleos urbanos da mata norte”. Esse autor distingue, dessa forma, dois tipos de povoamento e os relaciona com as transformações políticas. A zona da mata úmida (sul), açucareira por excelência, onde predominava a grande lavoura, o trabalho escravo em larga escala e o povoamento

⁵⁶ Matuto seria um termo pejorativo, o qual indicava que apenas habitantes citadinos teriam habilidade para governar. Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 113-115.

⁵⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 113; Marcus J. M. Carvalho, “Cavalcantis e cavalgados”, pp. 5-6. Carvalho utiliza o termo projeto *centralista* no lugar de projeto *unitário*, apropriando-se de definição consagrada pela historiografia espanhola. Preferiu-se utilizar aqui o termo usado por Mello, ou seja, projeto *unitário*, pois um projeto federalista também prevê a existência de um centro político e administrativo. Entendemos por projeto unitário a defesa de uma nação homogênea, na qual a lei é mesma para todos os cidadãos, sendo emanada de um único local, no caso do Brasil a Assembleia Geral.

esparso, seria a base política dos *unitários*. Já a base dos federalistas estaria, além de Olinda e Recife, na mata seca (norte), predominantemente algodoeira, onde prevaleciam propriedades não tão grandes, o trabalho livre estava mais arraigado e os núcleos urbanos eram mais significativos.⁵⁸ O autor dessa tese, entretanto, ressalta que o projeto *unitário* nasceu no núcleo urbano de Recife-Olinda, para depois ganhar a importante adesão da açucarocracia da mata sul.⁵⁹ Neste capítulo, será analisada justamente a atuação de uma pessoa do mundo urbano dentro do nascente espaço público: um indivíduo que aos poucos foi se alinhando ao projeto *unitário*.

Marcus Carvalho, por sua vez, chama atenção para o fato de que a oposição negociantes *versus* plantadores não pode ser aplicada para entender as divisões políticas do período. “Nas duas facções das elites políticas locais” – afirma ele – “havia tanto comerciantes como plantadores, mesmo porque, no topo do mundo dos negócios, quase sempre ocorria um cruzamento dessas categorias, fosse investimento ou casamento na família”. No seu entendimento, o grupo *centralista* se caracterizava, sobretudo, por ser composto de beneficiários do Antigo Regime, em termos de acumulação de poder, mesmo que em cargos secundários. Para Carvalho, “a independência com Pedro no trono, era a mais segura para manter o *status quo ante*”. O autor acrescenta ainda que esse grupo manifestava pretensões de fidalguia, algo que a monarquia centralizada no Rio de Janeiro poderia realizar. Carvalho nota que o “projeto dos Andrada obteve a simpatia de várias famílias de antiga riqueza que detinham vários títulos de Capitães-Mores nas comarcas e que, depois da independência, virariam Barões, Viscondes, Condes e até Marqueses”.⁶⁰

Lopes Gama encaixa-se nesse modelo sugerido por Marcus Carvalho. Sua família era, de fato, beneficiária do Antigo Regime. Seu pai era físico-mor, um cargo que o distinguia dentro da hierarquia social, como ele bem demonstrou na carta que escreveu a um compadre seu após a revolução de 1817 (ver introdução). Lopes Gama,

⁵⁸ *A outra independência*. Evaldo Cabral de Mello utiliza o mesmo modelo geopolítico para analisar a revolução de 1817. Luis Geraldo Silva contesta, porém, a aplicação desse modelo para 1817, defendendo que essa divisão geográfica só se manifestará na esfera política a partir da década de 1820. “‘Pernambucanos, sois portugueses’: natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”. *Almanack Braziliense*, n. 1, maio de 2005.

⁵⁹ *A outra independência*, pp. 86-88.

⁶⁰ “Cavalcantis e cavalgados”, pp. 5-6. Denis Bernardes faz proposição semelhante, só que um pouco mais abrangente e politizada, afirmando que a derrota da Confederação do Equador “deu vida longa aos que construíram a nação brasileira sobre os alicerces dos privilégios, da escravidão, da exclusão social e da dependência externa”. “Pernambuco e o Império”, p. 249.

por sua vez, era um recente beneficiário do Antigo Regime. Recebeu, provisoriamente, a cadeira de retórica do Seminário de Olinda após a restauração monárquica de 1817. Essa cadeira foi confirmada, como se verá posteriormente, nos últimos dias de Luís do Rego Barreto – o último capitão general – no poder. Esse modelo sugerido por Marcus Carvalho ajuda-nos, pois, a compreender a atuação de Lopes Gama. Isso ficará explícito ao longo deste capítulo. No próximo capítulo, porém, será realizada uma análise mais aprofundada sobre o que Lopes Gama entendia por aristocracia. Ele não pretendia construir uma aristocracia nos moldes do Antigo Regime. Ele projetava um novo tipo de aristocracia, típica da modernidade política.

É imprescindível, também, refletir sobre a polissemia de um vocábulo: *federação*. Valentim Alexandre estabeleceu a nomenclatura de *integracionistas* para um grupo de deputados portugueses nas cortes de Lisboa.⁶¹ Esses políticos enxergavam uma nação portuguesa una, indivisível, e apenas com um único centro de poder, Lisboa. Márcia Berbel afirmou que os *integracionistas* externavam “a necessidade da total centralização: Executivo (reis e ministros), Legislativo (as Cortes) e Judiciário (as instâncias máximas para os julgamentos).”⁶² Qualquer proposta que vislumbresse divisões políticas no seio dessa nação una seria mal vista e tachada, pejorativamente, de federalista.

Márcia Berbel afirma que “as palavras associadas ao federalismo foram poucas vezes pronunciadas nas Cortes de Cádiz, Madrid ou Lisboa”. Esse silêncio nos debates constitucionais do mundo ibérico coevo é significativo. Podiam-se apresentar projetos com caráter de tipo federativo, mas jamais usar a palavra. Foi assim que Antonio Carlos de Andrada defendeu o projeto da bancada paulista nas Cortes. Esse, após a chegada da notícia da convocação da constituinte brasileira em Lisboa, defendia a existência de três assembleias legislativas: uma em Portugal, outra no Brasil e a terceira de caráter unificador.⁶³ “Eu concebo muito bem como deve haver dois corpos legislativos peculiares em duas partes da monarquia dependendo de um corpo geral” – afirmava

⁶¹ *Os sentidos do Império*: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

⁶² Márcia Regina Berbel. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”. *Revista de Índias*, v. LXVIII, 2008, p. 239.

⁶³ O projeto inicial da bancada paulista em Lisboa não previa um legislativo próprio para o Brasil. Essa demanda foi incorporada ao longo do ano de 1822. Para a versão inicial deste projeto, ver: Márcia Regina Berbel. *A nação como artefato*: Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999, pp. 133-134. Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, p. 611.

Antônio Carlos de Andrada. Em seguida, ele defendeu que tal projeto “não pode ser federação, mas sim união”.⁶⁴

Assim, o projeto de Antônio Carlos, o qual pretendia a formação de um centro forte de poder para o Brasil no Rio de Janeiro, é denominado pela historiografia atual de *unitário/centralista*, enquanto, nas Cortes de Lisboa, ele foi acusado pejorativamente de *federalista*. Por isso, deve-se ter muita cautela com o uso dessa terminologia. Federalismo foi um termo que teve variações semânticas consideráveis entre 1787 e 1834.

Um dos motes centrais do federalismo norte-americano, por exemplo, era a construção de um centro de poder que tivesse força e que fosse capaz de amalgamar as partes. Tanto é que os opositores da Constituição norte-americana de 1787, a pedra de toque dos federalistas norte-americanos, acusavam o texto de ser altamente centralizador.⁶⁵ O federalismo Pernambucano da independência tinha um caráter completamente distinto. Pretendia fortalecer as partes na luta pela divisão de poderes, isto é, desejava conceder maior poder decisório às províncias. Os federalistas pernambucanos admitiam a província como uma unidade administrativa dentro de um Estado nacional, mas com amplo grau de autonomia.

Por conseguinte, Lopes Gama, sem jamais usar o vocábulo federação, vislumbrava, no interior da nação portuguesa, uma divisão de tipo federativa, com dois reinos relativamente autônomos. Quando tratava de conceder autonomia à província, contudo, não admitia que a soberania fosse dividida.

Por fim, um último aspecto merece ser ressaltado. Essas categorias – *unitário/centralistas* e *federalistas* – variaram de acordo com o ponto de vista. Marcus Carvalho notou que os irmãos Cavalcanti – notórios *centralistas* – demonstraram “bastante autonomia e desembaraço ao defenderem os interesses de suas bases locais” na Câmara e no Senado ao longo da década de 1820. Carvalho, então, ressalta: “eles eram federalistas no Rio de Janeiro, mas em Pernambuco eram Centralistas”.⁶⁶ Em

⁶⁴ Apud. Márcia Regina Berbel. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”, p. 243; Paula Botafogo Caricchio Ferreira, “O Federalismo luso-americano revisitado: o balanço das autonomias nas Cortes de Lisboa”. *Anais do XIX encontro regional de História*. ANPUH, São Paulo, 2008.

⁶⁵ Alexander Hamilton; James Madison; Jonh Jay. *O Federalista* [1787-1788]. Brasília : Universidade de Brasília, 1984.

⁶⁶ Marcus “Cavalcantis e cavalgados”, p. 7.

outra vertente, Bernardo José da Gama, primo de Lopes Gama e um dos principais líderes *unitários/centralistas*, pregava também certo grau de descentralização. Defendia que “as leis gerais do Império teriam de ser modificadas por estatutos adaptados às peculiaridades das províncias e que conferissem a seus governos competências tanto mais amplas quanto se encontrassem mais distantes do Rio, desde que não afetassem as relações de subordinação ao governo central”.⁶⁷

Operar-se-á com essas categorias porque elas são essenciais para entender as lutas políticas que se configuraram entre 1822 e 1825. No entanto, é preciso ter o devido cuidado para não torná-las divisões rígidas que empobrecem a análise.

1.3 - A constitucionalização do Reino Unido em Pernambuco: a experiência autonomista (1821-1822)

Após a revolução constitucionalista iniciada no Porto em agosto de 1820, aos poucos abraçada em várias partes da monarquia portuguesa, foram instituindo-se formas de governo autônomas nas antigas capitanias brasileiras. Como uma revolução inserida no mundo atlântico e mais especificamente no mundo ibérico, esse governo autônomo denominou-se *junta*, fórmula primeiramente experimentada durante as guerras napoleônicas na Espanha e na América Espanhola. Os revolucionários pernambucanos de 1817 já haviam experimentado, de maneira muito breve, uma forma de governo muito semelhante às *juntas* hispano-americanas. Frisemos, por fim, que a Constituição de Cádiz (1812) serviu de modelo inicial aos vintistas luso-brasileiros, até março de 1821.⁶⁸

Em Pernambuco, contudo, assim como em outras províncias, o processo de instalação de um autogoverno e da liberdade de imprensa não se processou de forma pacífica. A primeira tipografia a funcionar em Pernambuco havia sido a “Oficina tipográfica da República de Pernambuco 2ª vez restaurada”, que auxiliou os revolucionários de 1817 na divulgação de seus intentos. Depois de reprimida a revolução, a coroa ordenou que os materiais dessa tipografia fossem remetidos ao Rio

⁶⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 120-121. Evaldo sintetizou as idéias de Bernardo José da Gama a partir da *Memória sobre as principaes causas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos, e reunir as suas províncias*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1822.

⁶⁸ Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*; Márcia Regina Berbel. “A constituição espanhola no mundo luso-americano.” Uma reflexão sobre a apropriação das experiências políticas do Rio da Prata em Pernambuco na época da independência foi feita por Luis Geraldo Silva “Pernambucanos, sois portugueses”.

de Janeiro, o que não foi cumprido por completo. Quando eclodiu a revolução do porto, em agosto de 1820, ainda se encontravam na oficina do Trem, posterior Arsenal de Guerra, alguns *tipos*.

Em setembro de 1820, a junta de governo nomeada pelos revolucionários vintistas “decreta a liberdade de imprensa e circulação de impressos portugueses fora dos limites metropolitanos”.⁶⁹ Luiz do Rego Barreto, ainda governador e capitão-general de Pernambuco, mandou construir uma prensa de madeira, para que fossem, junto com os restos da “tipografia dos rebeldes”, iniciados os trabalhos tipográficos. Depois da impressão de alguns comunicados oficiais, de proclamações, de avisos e de outros papéis avulsos, foi publicado o primeiro periódico pernambucano a 21 de março de 1821, *Aurora Pernambucana*. Redigido pelo português Rodrigo da Fonseca Magalhães, tratava-se de um órgão que procurou aplaudir os atos da administração de Luiz do Rego Barreto. Entretanto, mesmo sendo o único periódico impresso na província, e apesar de um espaço livre de crítica ainda não estar instalado nesse momento em Pernambuco, há indícios de que uma discussão já estava instituída, justamente por meio de papéis manuscritos. Segundo Alfredo de Carvalho, havia “pasquins manuscritos” que atiravam contra a *Aurora Pernambucana* “pungentes inventivas”.⁷⁰

No dia 6 de maio de 1821, entretanto, desembarcaram no Recife os ex-revolucionários de 1817, presos na Bahia desde a repressão joanina e agora anistiados pelas Cortes. A maioria, no entanto, preferiu seguir direto para Goiana, vila situada na zona da mata norte, pois Recife e Olinda estavam bem vigiados pelo último capitão general da província, Luis do Rego Barreto. Esse homem, aliás, havia sido um dos chefes da devassa instaurada em dezessete, ou seja, era o reencontro entre o algoz e os supliciados. Ademais, se no Rio de Janeiro a Constituição havia sido jurada em 21 de abril, Rego Barreto ainda não havia feito o mesmo em Pernambuco. Ele fez o juramento

⁶⁹ Esse decreto foi publicado no Rio de Janeiro em 2 de março de 1821, recebendo autorização de D. João VI no dia 9 do mesmo mês. Os artigos 8, 9 e 10 das bases de constituição portuguesa, validados no dia 10 de março de 1821, regulamentaram com mais detalhes a liberdade de imprensa. Isabel Nobre Vargues. *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997.

⁷⁰ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 36-37 e 59-62; Francisco Augusto Pereira da Costa. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”. *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco*, n. 39. Recife: Typographia de F. P. Boulitreau, 1891, p. 32-33; Flávio José Gomes Cabral. “‘Vozes públicas’: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime Português (1820-1821)”. *Saeculum – Revista de História*, v. 13, João Pessoa, jul/dez. 2005.

apenas a 11 de julho, no meio do turbulento processo de eleições para deputados a serem enviados às Cortes.⁷¹

No dia 21 de julho, um revolucionário de 1817 tentou, sem sucesso, assassinar Luís do Rego, morrendo afogado na fuga. Era enorme o grau de tensão que havia entre uma parte da população local e as autoridades do Antigo Regime, que sequestraram seus bens, condenaram seus familiares à morte ou à prisão na Bahia. Em 30 de agosto, Luís do Rego Barreto formou uma junta de governo, sendo ele próprio o presidente. Paralelamente, porém, formava-se outra junta na cidade de Goiana, que considerava o procedimento eleitoral estabelecido pelo General Barreto ilegal. Com ambos os lados armados por tropas pardas e negras, a guerra civil era iminente. Olinda e Recife, últimos redutos de Luís do Rego Barreto, estavam cercadas pelas tropas Goianistas. Após a chegada do decreto de setembro elaborado pelas Cortes, o qual estabelecia as regras para a formação das juntas de governo e separava a administração civil da militar, subordinando esta última à Lisboa, os dois lados resolveram dialogar. A convenção de Beberibe, ocorrida no dia 5 de outubro de 1821, estabeleceu o armistício e o retorno de Rego Barreto a Portugal. No dia 26 de outubro, formava-se a primeira junta governativa de Pernambuco que experimentaria um modelo de autogoverno provincial nos moldes do constitucionalismo moderno. O presidente da nova junta foi Gervásio Pires Ferreira, comerciante nativo de grosso trato e ex-revolucionário de 1817. Segundo a tradição, ele esteve completamente mudo nos cárceres baianos, comunicando-se apenas por meio de escritos. Ainda segundo a tradição, recuperou a fala pouco tempo após ser eleito presidente.⁷²

Apenas depois do retorno de Luís do Rego Barreto a Portugal ocorreu a primeira explosão da palavra impressa em Pernambuco. A Oficina do Trem, depois denominada *Tipografia Nacional*, sendo logo em seguida comprada por particulares e incrementada com materiais trazidos de Portugal, foi a tipografia que se encarregou de

⁷¹ Marcus J. M. de Carvalho. “Cavalcantis e cavalgados”, pp. 3-4; Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 65-69; Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 355-399.

⁷² Marcus J. M. de Carvalho. “Cavalcantis e cavalgados”, pp. 4-5; Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 69-74; Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 355-399; Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 28-42. Para a discussão em Cortes que desembocou nos decretos de 29 de setembro de 1821, o qual deu forma aos governos provinciais do ultramar, ver: Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*, pp. 579-589; Márcia Regina Berbel. *A nação como artefato*, pp. 96-111.

dar suporte ao debate público. Lopes Gama participaria desse debate jornalístico apenas a partir de julho de 1822, publicando a primeira fase de *O Conciliador Nacional*.⁷³

Vejamos, pois, a atuação de Lopes Gama dentro dessa guerra civil. Ele havia ganhado o cargo de lente de retórica do seminário de Olinda após a repressão, em 1817, mas a carta régia confirmando essa cadeira foi assinada no dia 20 de setembro de 1821, por D. João, já em Lisboa. O rei dirigia-se ao último capitão general da história de Pernambuco, Luís do Rego Barreto. Como se observou, em outubro desse ano, Luís do Rego retornou a Portugal. A carta chegou quando o capitão-general já havia partido. O “cumpra-se”, portanto, foi assinado pela junta gervasista no dia 14 de novembro de 1821.⁷⁴ O que se pode concluir em relação a tudo isso? Sem dúvida, a notória vinculação de Lopes Gama com Luís do Rego Barreto. Esse deve ter se apressado para obter a carta régia, tendo em vista que sua partida era iminente por causa da guerra civil que se precipitava entre ele e a junta goianista.

Pouco antes de 3 de maio de 1823, Cipriano Barata acusou Lopes Gama de não ter aderido ao movimento goianista, algo considerado um crime político para época. O monge beneditino prontamente se defendeu afirmando que, quando a província esteve dividida, escapuliu imediatamente para o território de jurisdição da junta revolucionária.⁷⁵ Verdadeira ou não essa fuga, Lopes Gama era um apaniguado de Rego Barreto. Ele próprio admitiu isso futuramente, ao elogiar a conduta do general. Tais elogios, porém, só ocorreram a partir da década de 1830, quando a figura de Rego Barreto não mais representava o nefando despotismo.⁷⁶

Lopes Gama, alguns anos mais tarde, vangloriou-se de ter tido a coragem de pregar contra “o dito batalhão infernal”, ou “batalhão ligeiro, na quinta-feira maior, na matriz do corpo santo.”⁷⁷ Tratavam-se de rivalidades gestadas entre a comunidade

⁷³ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 37-49 e 66-68; Francisco Augusto Pereira da Costa. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”, p. 36-39; Flávio José Gomes Cabral. “Vozes públicas”

⁷⁴ Registro de Provisões, vol. 15/3, p. 227 e verso (APEJE).

⁷⁵ *O Conciliador Nacional* nº 14 (03/maio/1823).

⁷⁶ Sobre os elogios que Lopes Gama fez a Luís do Rego na década de 1830, ver: Glaúcio Veiga. *História das idéias da faculdade de direito do Recife*, v. II, p. 280, nota 3. No início de 1830, a cadeira de retórica de Lopes Gama esteve ameaçada. Lopes Gama defendeu-se na imprensa alegando ter sido confirmado por carta régia, mas, em vez de publicar a própria carta régia, publicou um documento de um escrivão que confirmava a existência de tal documento. Sua intenção era, portanto, omitir o nome de Luís do Rego Barreto em um momento em que a memória de sua figura ainda era um tabu. *Diário de Pernambuco* n. 306 (04/fevereiro/1830). Cf. o capítulo 2 desta tese (subtítulo 2.1).

⁷⁷ *Diário de Pernambuco* nº237 (05/novembro/1829).

lusitana e a população nativa desde a guerra dos mascates (1710), as quais explodiram após a saída de Luís do Rego Barreto. Segundo o próprio Lopes Gama,

os paisanos corriam armados aos quartéis e se incorporavam para ajudar os batalhões da terra, e como não tivessem corpo a que pertencessem e fossem prontíssimos em correr às armas, começaram de os denominar “batalhão ligeiro”. Serenando pouco a pouco a tormenta, a gente da última classe abusou daquele título, saiu pelas ruas a espancar e em verdade devemos confessar que a Excelentíssima Junta foi um tanto descuidada em dar logo as providências antes que chegassem a tais extremos, mas é igualmente verdade que acudiu com energia, prendeu e fez processar os amotinadores e ficou restabelecida a tranquilidade pública.⁷⁸

Mesmo com uma crítica sutil à junta gervasista, Lopes Gama apoiou-a. Durante os primeiros anos da década de 1820, parecia que existia entre as classes mais abastadas da província um certo consenso. Era preciso amenizar a rivalidade entre europeus e nativos, tanto na tropa como na “gente de última classe”. A primeira proclamação pública de Gervásio Pires, feita em 18 de setembro de 1821, teve essa intenção. Ainda antes de ser eleito presidente, em uma espécie de manifesto de campanha, ele se direcionava à comunidade lusitana, que estava amedrontada: “Pernambucanos, que é isto? Que terror e pânico se tem apoderado de alguns dentre vós? (...) Acaso vos assusta o Governo Temporário de Goiana? Vós bem sabeis, ou já o devíeis saber que (...) ele nunca distinguiu os Portugueses pelo local de seu nascimento”.⁷⁹ Nesse mesmo sentido, isto é, para amenizar as rivalidades, Frei Caneca publicou, em 1822, a obra *Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria*. Nesse folheto, que não foi publicado antes por falta de tipografia disponível, Caneca defendeu que a pátria de escolha deveria sobressair-se à pátria de nascimento. Em outros termos, o frade carmelita defendia que os lusitanos instalados em Pernambuco eram tão cidadãos quanto os naturais da terra.⁸⁰

Voltemos, no entanto, a tratar do governo de Gervásio Pires Ferreira. Enumeremos os principais aspectos desse interessante e inédito laboratório político. Essa junta contestou decisões tanto do congresso de Lisboa como da regência de D. Pedro, situada no Rio de Janeiro. De Lisboa, contestou a subordinação da administração militar que as Cortes pretendiam submeter às províncias, por meio da nomeação que o congresso fazia do governador das armas. Aliás, semelhante contestação seria levada a

⁷⁸ *O Conciliador nacional* nº 4 (04/setembro/1822).

⁷⁹ Apud. Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 28-30.

⁸⁰ In: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, pp. 53-99. Cf. também Maria de Lourdes Viana Lyra. “Pátria do cidadão”.

cabo em grande parte das províncias do ultramar. O governo de Gervásio expulsou dois batalhões portugueses do solo pernambucano e seus respectivos comandantes, ambos nomeados por Lisboa. É notável que muitas dessas decisões tenham sido tomadas após uma reunião deliberativa denominada Grande Conselho, a qual se tornaria prática recorrente do grupo gervasista em momentos de crise. Do grande conselho, participavam os membros da Junta, o Governador das Armas, os chefes de todos os corpos militares e oficiais de altas patentes ou representantes de tropas, os magistrados, os presidentes de repartições civis, negociantes importantes e cidadãos conspícuos, com os delegados do Clero e os vigários das três paróquias do Recife. Apesar de ainda persistirem classificações que indiquem uma sociedade corporativa com suas três divisões clássicas – clero, nobreza e povo –, não era essa a essência do Grande Conselho. Tratava-se muito mais de verificar a vontade da província em assuntos considerados cruciais, atitude que pode ser considerada como típica da modernidade política. Por fim, frisemos que Gervásio criou batalhões com gente da terra, notadamente batalhões de pretos e pardos.⁸¹

Em relação às decisões emanadas do Rio, a principal contestação se deu em relação à convocação do Conselho de Procuradores, feita por decreto em 16 de fevereiro de 1822.⁸² Tal conselho caminhava na contramão do liberalismo vintista, porque os representantes provinciais enviados ao Rio comporiam órgão consultivo, e não representativo, além de os ministros terem ali seu assento garantido. A justificativa ideológica para a criação desse conselho era fortalecer a união entre as províncias do reino do Brasil, criando um centro em torno do príncipe regente em solo fluminense. Aumentava-se, no entanto, cada vez mais, a desconfiança em relação às práticas políticas emanadas do Rio. Práticas políticas arcaicas, no limite despóticas, acreditavam alguns coevos. De Lisboa, pensavam essas pessoas, irradiava um liberalismo mais arrojado.⁸³ Até a junta governativa de Minas Gerais contestou a criação do Conselho de Procuradores. A diferença é que a proximidade dessa província com a corte, as redes

⁸¹ Barbosa Lima Sobrinho. *Pernambuco: da independência à Confederação do Equador*, p. 33; Antonio Joaquim de Mello, *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 43-52; Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 65-112; Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*.

⁸² Dennis Bernardes enumera também a “não-aceitação das medidas de cerceamento da liberdade de imprensa e oposição às perseguições políticas feitas por ordem do ministro José Bonifácio”. “Pernambuco e o Império”, p. 242.

⁸³ Barbosa Lima Sobrinho. *Pernambuco: da independência à confederação do Equador*, p. 39; Antonio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 65-77; Marcus J. M. Carvalho. “Cavalcantis e cavalgados”, p. 2; Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 499-610; Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 83-84 ; *Segarrega* nº 13 (13/julho/1822).

comerciais e de interesse estabelecidas entre mineiros e fluminenses e a própria presença física do regente – ao lado de tropas, diga-se de passagem –, em sua célebre viagem à região mineradora, facilitaram a adesão de Minas ao projeto pedrino.⁸⁴ Em Pernambuco, essa adesão se estabeleceria, como se verá, de forma mais conflituosa.

Segundo Marcus J. M. de Carvalho, para tendência *federalista*, cujas raízes estão no governo de Gervásio, “tanto fazia a sede do reino ser no Rio como em Lisboa – ou até nos dois lugares – desde que fosse mantida a autonomia provincial, conquistada com a Revolução do Porto.”⁸⁵ Denis Bernardes, autor do estudo mais verticalizado sobre a junta gervasista, afirmou que as bases de seu programa de governo estavam: “no projeto controle das rendas locais, em uma nova política fiscal, na reorganização de todas as repartições públicas mediante, também, a realização de concursos públicos para o preenchimento dos cargos, na publicação da receita e despesa, no controle sobre a força armada, na ampliação da educação fundamental e na criação de uma academia (universidade)”.⁸⁶ Bernardes continuou afirmando que era em grande parte o programa de 1817, sem o separatismo e sem a república. Em suma, ambos os autores concordam que a ampla autonomia provincial foi uma das pedras de toque do governo de Gervásio.

A junta de Gervásio foi derrubada por repetidos motins, todos liderados por emissários do Rio de Janeiro. O primeiro desses emissários, Antônio de Meneses Drumond, havia chegado ao Recife em fevereiro de 1822. Era diretamente vinculado ao ministério comandado por Bonifácio. Sua missão: promover a adesão da Junta gervasista ao príncipe regente, que, a partir do Fico, afrontava diretamente as Cortes.⁸⁷ Aliciando tropas locais, Drumond promoveu, em 1º de junho de 1822, uma tentativa de fazer com que o governo provincial reconhecesse o “Príncipe Real como regente e Poder Executivo independente (...) e sem restrição”. Segundo a ata em que se registrou o acontecido, os líderes da reivindicação “iam seguidos de alguns moços de casaca, de alguns moços militares e de muitas gentes de cor e descalças”. Gervásio, ao chegar

⁸⁴ Cecília Helena Salles de Oliveira. *Astúcia liberal*. São Paulo : Universidade São Francisco, 1999, pp 61-106; Wlamir Silva. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderna na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo : Hucitec, 2009, pp. 73-103; Iara Lis Carvalho e Souza. *Pátria coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1830). São Paulo : Editora UNESP, 1999, pp. 237-256.

⁸⁵ “Cavalcantis e cavalgados”, p. 5.

⁸⁶ Essa síntese encontra-se em “Pernambuco e o Império”, p. 240. O estudo verticalizado sobre o tema acima referido é *O patriotismo constitucional*.

⁸⁷ Denis Bernardes. *Patriotismo constitucional*, p. 613. Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp, 88-90.

atrasado à sala de sessões, protestou, afirmando que “aquilo era verdadeiramente um motim e não um ato regular do povo; que aquele congresso era composto de mui poucas pessoas para poderem representar o povo, e ainda mesmo o da Vila, quanto mais o da Província.”⁸⁸ Ao fim e ao cabo, Gervásio foi obrigado a assinar o requerimento para não causar uma comoção militar. A primeira experiência de autogoverno pernambucana estava com seus dias contados. Em breve, chegaria ao fim essa experiência administrativa que Denis Bernardes definiu como um mandato legitimado “por um processo eleitoral definido institucionalmente segundo os padrões políticos referenciados à constitucionalização do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.” Em outros termos do próprio Bernardes, defendendo a elaboração de uma história do evento político no tempo curto, mas sem desprezar inserções de caráter estrutural: “Se é possível pensá-lo [o governo da Junta gervasista] dentro de um arco temporal que vai dos anos finais do século XVIII e alcança, pelo menos, 1848, não se pode ignorar que as condições de sua vigência estão contidas e marcadas pelo *vintismo*[grifo do autor]” O projeto político da junta presidida por Gervásio Pires Ferreira era, então, “coerente com o constitucionalismo em sua vertente mais radical, aquela para qual a soberania residia na Nação.”⁸⁹ Pretende-se demonstrar, neste capítulo, que Lopes Gama também sempre defendeu um constitucionalismo que afirmava residir a soberania na nação. Tratava-se, porém, de um constitucionalismo que diferia em vários aspectos do *vintista*/gervasista/federalista.

1.4 A soberania da nação segundo Lopes Gama – oposição à concepção federalista (julho de 1822)

Voltemos, pois, a descrever o epílogo da junta gervasista no poder. Chegou, pouco antes de 5 de julho, a notícia de que havia sido convocada uma constituinte brasileira. Curioso é que a notícia não chegou por via oficial, mas sim por impressos, tanto periódicos quanto avulsos. Além dos jornais, emissários do Rio de Janeiro também chegaram para espalhar a novidade, cooptar a população local e as tropas. Aqui, é necessário situar uma personagem importante em nossa análise: Bernardo José da Gama, primo de Lopes Gama, que se tornaria, por nomeação imperial feita após a dissolução da Constituinte em 1823, Visconde de Goiana.

⁸⁸ Apud. Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires*, pp. 78-86.

⁸⁹ *O patriotismo constitucional*, p. 610, 631 e 624, respectivamente.

Pernambucano formado em Coimbra, já havia ocupado o cargo de juiz de fora do Maranhão (1808-1812), e de ouvidor de Sabará, Minas Gerais (1815-1818). Com o agravante de ser pernambucano, as autoridades joaninas desconfiaram que ele tivesse vínculos com os revolucionários de 1817 e o deportaram para Lisboa. Às margens do Tejo, foi corregedor do crime. Com a revolução de 1820, ficou livre para voltar a atuar politicamente⁹⁰. Já no Rio, aliou-se a setores da Câmara do Rio de Janeiro, notadamente o grupo maçônico liderado por Gonçalves Ledo. Bernardo José da Gama foi uma das pessoas que assinou o requerimento por uma constituinte brasileira.⁹¹ Antes do grupo maçônico de Gonçalves Ledo ser reprimido e expatriado por Bonifácio, o que ocorreu a 02 de novembro de 1822, o futuro Visconde de Goiana já havia feito valer sua influência política na Corte, pois havia sido nomeado presidente do Tribunal da Relação de Pernambuco. Tratava-se de uma nova instituição criada pelo ministério bonifacista para afirmar sua política de enfrentamento com as Cortes na questão da existência de tribunais superiores no Brasil. Chegou ao Recife, ao que parece, no dia 2 de julho. Ao seu lado, estavam as tropas Pernambucanas envolvidas na Revolução de 1817, as quais haviam sido deportadas para atuar na guerra da Cisplatina. Qual era a missão de Bernardo José da Gama? Conseguir adesão de Pernambuco à convocação da constituinte brasileira.⁹²

A trajetória individual de Bernardo José da Gama reflete a complexidade do período. Vinculado à maçonaria fluminense liderada por Gonçalves Ledo, ele sobreviveu à repressão feita por Bonifácio porque já estava em Pernambuco. Eleito deputado constituinte em 1823, presenciou o exílio do poderoso Andrada. Após a dissolução da constituinte, foi agraciado com o título de visconde. É necessário ter em mente, pois, que projetos chegavam do Rio de Janeiro de diversas frentes, não de uma única facção. Desembarcavam emissários enviados por Bonifácio, mas também desembarcavam emissários enviados pela câmara do Rio. Grupos rivais, portanto. Os maçons queriam o voto direto como regra nas eleições que escolheriam os novos

⁹⁰ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, pp. 212-222.

⁹¹ Renato Lopes Leite. *Republicanos e libertários*, pp. 97-159; Cecília Helena Salles de Oliveira, *A astúcia Liberal*, pp. 197-255

⁹² Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 613-614; Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 97-99.

deputados. Venceu a proposta de Bonifácio, que regulamentava a eleição indireta, em dois graus.⁹³

Voltando a falar da convocação da constituinte, nota-se que ela não era dirigida ao governo provincial. Tratava-se de uma convocação oriunda da câmara do Rio de Janeiro dirigida às diversas câmaras municipais. Dessa forma, a câmara do Rio de Janeiro (a corte não era uma força política monolítica à época⁹⁴) passava por cima do governo provincial como órgão de representação da vontade dos povos, aspecto que muito irritou os membros da junta de Gervásio, como fica explícito em Ata do dia 5 de julho. Os membros da junta queixavam-se que a convocação de uma constituinte brasileira era assunto demasiado sério, posto que tal convocação tirava a procuração que os deputados, em Lisboa, tinham como representantes da nação. Acreditavam que assunto de tamanha seriedade deveria ser decidido pela vontade dos povos. Que “nada se fizesse sem se ouvirem todos os povos da província,” – clamava Joaquim José de Miranda, um dos membros da junta – “depois de terem os Compromissários elegido os seus eleitores de paróquia, para que juntos na Catedral de Olinda manifestem a sua vontade”.⁹⁵

Sublinhemos três aspectos centrais em relação à ata dos trabalhos da junta gervasista de 5 de julho. Em primeiro lugar, os membros do governo entendiam que a vontade dos povos era corporificada na província, verificada de acordo com o processo eleitoral. Em segundo lugar, a junta procurava relegar essas duas importantes decisões – a eleição de procuradores para o conselho de Estado e a de deputados para uma constituinte – à decisão do colégio eleitoral. Por fim, frisemos que, na opinião dos membros da Junta, convocar um legislativo no Brasil era acabar com a união do Reino Unido. Eles pensavam que dois legislativos não poderiam coexistir numa mesma nação. Os *federalistas* pernambucanos externavam, então, uma concepção unitária de centro

⁹³ No momento em que chegou a Pernambuco, Bernardo José da Gama representava a efêmera aliança entre a câmara do Rio de Janeiro/maçonaria (grupo liderado por Ledo) com o ministério bonifacista. Renato Lopes Leite. *Republicanos e libertários*, pp. 97-159; Cecília Helena Salles de Oliveira, *A astúcia Liberal*, pp. 233-271.

⁹⁴ Resenhando a obra de Evaldo Cabral de Mello, *A outra independência*, Andréia Slemian faz a seguinte crítica: o historiador pernambucano tende a enxergar o Rio de Janeiro como força política monolítica e homogênea. “Uma outra Independência do Brasil. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824”. *Dialogia (UNINOVE)*, São Paulo, v. 4, p. 129-132, 2005.

⁹⁵ Apud. Antonio Joaquim de Melo. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, p. 108. A Ata do dia 5 de julho completa entre as páginas 106-11.

legislador. A descentralização, nesse enfoque, residiria em questões administrativas e não legislativas.⁹⁶

Nesse turbulento contexto, Lopes Gama estreou sua profícua carreira de jornalista político. O primeiro exemplar do jornal *O Conciliador Nacional* saiu à luz no dia 4 de julho de 1822. Lopes Gama ainda não fazia menção à convocação da constituinte. Apesar de não mencionar a novidade vinda do Rio de Janeiro, é muito provável que Bernardo José da Gama tivesse encomendado a Lopes Gama a abertura de um periódico, para que, quando desembarcasse, tivesse um veículo para expressar suas ideias. Nesse primeiro número do *Conciliador*, já se percebe um nítido alinhamento de Lopes Gama ao ideário trazido por seu primo. Três meses depois, como se verá em seguida, ele já adequaria suas ideias perfeitamente aos interesses desse parente.⁹⁷ Visto que o primeiro número de um periódico era uma carta de intenções do redator, analisemos com rigor esse exemplar.

O redator iniciou seu texto com a clássica ideia dos jornais coevos: de que o dever do bom cidadão é dirigir a opinião pública almejando a felicidade social. Em seguida, afirma que as bases da nossa constituição estão “fundadas em o direito natural, e que bem se podem chamar axiomas políticos”. Justifica a exposição desses aforismos “por não serem alguns bem entendidos do vulgo”. Cita, por fim, os dois axiomas: 1º) “*A Soberania da Nação reside essencialmente em a mesma Nação*”; 2º) “*Todo Cidadão é livre*” [grifo de Lopes Gama]. Em seguida, continua explicando que, nessa edição inicial, fará considerações acerca do primeiro conceito: Soberania da Nação. Sobre a segunda ideia – “todo cidadão é livre” –, Lopes Gama deve ter escrito no segundo número, o qual não resistiu ao tempo.⁹⁸

O que o monge beneditino entendia por *Soberania da Nação*? Primeiramente, é nítida sua preocupação em inverter a lógica clássica do Antigo Regime, a qual postulava que a soberania residia no monarca. Em se tratando de um jornal que pretendia dirigir a opinião pública e o “vulgo”, era preciso anunciar os novos tempos de maneira bem didática e clara. “Não são os Reis que fazem as Nações” – escreve ele – “mas sim que o

⁹⁶ Antonio Joaquim de Melo. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, p. 111.

⁹⁷ Concluiu-se que as ideias de Bernardo José da Gama eram extremamente convergentes com a campanha política de *O Conciliador Nacional*, analisando dois folhetos de sua autoria: *Recordações ao governo da província de Pernambuco, por um seu compatriota*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822; *Memória sobre as principaes cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos, e reunir as suas províncias*, 1822.

⁹⁸ *O Conciliador Nacional* n. 1 (4/julho/1822).

consenso das Nações é que faz os Reis (...) Pode uma Nação sem Rei ser muito bem governada, mas não pode existir Rei nem governar [sic] sem Nação”.

Frei Miguel continua sua explanação, enfatizando duas ideias: “ 1. que se não pode admitir Soberania em uma só Província, enquanto ligada, fazendo parte de uma Nação, e menos em uma Cidade, Vila, &c.” Ele justifica essa advertência “porque homens há que se persuadem de boa fé, que a Soberania Nacional existe por exemplo na Província da Beira: outros, que no Povo de Lisboa, outros em Pernambuco, e alguns finalmente até no lugarejo de Itambé &c. &c.” Dessa forma, Lopes Gama dava um recado direto ao nascente federalismo pernambucano que procurava afirmar a ampla autonomia provincial. Em uma época em que os campos políticos ainda não estavam bem definidos, ele buscava esvaziar a província como centro decisório de poder. Lopes Gama deixa isso bem explicitado em sua segunda ressalva: “2. Que depois de reunidos os Deputados em Cortes só do Congresso devem emanar as leis civis, e criminais, as formas, por que devem ser governadas as Províncias, o número, qualidades dos empregados públicos &c. &c.”.⁹⁹

No dia 6 de julho, a câmara de Olinda manifestou sua opinião sobre o assunto. Essa não desconhecia a “necessidade da convocação de uma Assembleia Representativa e Legislativa no Brasil para melhormente e com conhecimento de causa se tratar dos negócios e interesses do Brasil”. Mas “como este negócio é da província, à província é que compete decidir; portanto, este Senado é de parecer que V. Excs. quanto antes se dignem convocar uma Assembleia Geral Constituinte desta província, composta por todas as Câmaras da província por si, ou por seus Procuradores aquelas que não puderem comparecer (...)”.¹⁰⁰ Os vereadores olindenses representavam, pois, o autonomismo provincial levado às últimas consequências. Eles compunham, então, um setor do gervasismo que veiculava propostas extremas. Talvez essa ideia, aventada na Câmara de Olinda, de convocar de uma constituinte provincial, levou Evaldo Cabral de Mello a formular sua hipótese de que o federalismo pernambucano postulava que “desfeita a unidade do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania reverterse às províncias, onde propriamente residia (...)”.¹⁰¹

⁹⁹ *O Conciliador Nacional* n. 1 (4/julho/1822)

¹⁰⁰ In. Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, p. 112. Cf. também Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 98.

¹⁰¹ *A outra Independência*, p. 14 e contracapa.

Percebe-se, dessa forma, a complexidade dos enunciados políticos. Como já se observou anteriormente, a Junta gervasista questionava a constituinte brasileira criticando a ideia de legislativos concomitantes dentro de uma mesma nação. A câmara olindense, por sua vez, defendia uma constituinte pernambucana, alternativa que apresentava a mesma contradição acima explicitada, mas favorecia o estabelecimento de um governo provincial autônomo. As propostas políticas surgiam, assim, ao sabor dos acontecimentos. A solução de uma constituinte provincial jamais teria sido cogitada quando o grupo autonomista tinha uma boa relação com as Cortes de Lisboa. Os gervasistas não enxergavam problema em Pernambuco ser uma unidade administrativa dentro da nação portuguesa, desde que gozassem de ampla autonomia. A convocação de uma constituinte provincial só foi conjecturada no momento em que as relações da junta com o congresso lisbonense se degradaram. Além da recusa em receber tropas lusas, a junta gervasista apoiou o Fico e questionou a ideia de se retirarem os tribunais superiores do Brasil, ou seja, afrontou as Cortes.¹⁰² Segundo Denis Bernardes, apesar dos vários desentendimentos ocorridos, essa junta se sustentava institucionalmente nas Cortes. Como bem notou um deputado português coevo, a “Junta de Pernambuco obedece numas coisas e desobedece em outras”. Dessa forma, ao enfraquecer sua relação com as cortes, a junta abriu espaço para a ação dos emissários fluminenses.¹⁰³

Evaldo Cabral de Mello defendeu que um dos eixos do federalismo pernambucano era o entendimento de que, na crise do Reino Unido, a soberania passasse a residir na província (com, no limite, uma constituinte provincial). Esse ideário, contudo, parece que perdeu espaço para outro que se construiu gradativamente: a soberania residiria em uma nova nação – O Brasil –, a qual teria um centro definido, o Rio de Janeiro. Lopes Gama foi um dos jornalistas que formulou essa proposta.¹⁰⁴

Antes, contudo, de se analisar a construção do Brasil como nação autônoma nos escritos de Lopes Gama, ver-se-á como ele, sutilmente, colaborou com a queda da junta gervasista.

¹⁰² O projeto autonomista vislumbrava, no limite, que a última instância para julgar recursos jurídicos residisse na província.

¹⁰³ Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 612-613.

¹⁰⁴ Márcia R. Berbel analisou uma fala que Vergueiro, deputado paulista em Lisboa, pronunciou nas cortes, na mesma época, isto é, no dia 10 de junho de 1822. Para a autora, Vergueiro, “apelando para uma unidade que atentasse para as especificidades do Brasil, chegou perto de defini-lo como corpo nacional”. *A nação como artefato*, p. 179.

1.5 - Conter a revolução e depor militarmente uma Junta – manobras discursivas de Lopes Gama (setembro de 1822)

Esta tese demonstrará como as propostas políticas de Lopes Gama modificaram-se através do tempo. Ele adaptou seu ideário ao contexto em que vivia. Houve um elemento, entretanto, que pode ser encontrado ao longo de toda sua trajetória jornalística: condenar processos revolucionários. O vocábulo “revolução” constituiu-se, assim, em um polo negativo de seu discurso. O grande modelo revolucionário, a Revolução Francesa, era lida, no Brasil da década de 1820, sob o filtro da restauração borbônica (1815).¹⁰⁵

Lopes Gama tinha plena consciência de estar vivendo em uma época revolucionária. No início do já citado *Conciliador Nacional* número 1, Lopes Gama afirmou que após as revoluções, o corpo moral (a “nação”) fica fraco, doente. Seu jornal se propôs, então, a cuidar da convalescença dessa nação.

Na já referida explanação sobre a soberania nacional, Lopes Gama afirmava ser “impraticável que todos se reúnam em um mesmo lugar”. Por isso, “a razão ensina, que, para dar-se vontade geral, bastam os votos da maior parte da Nação, representada por seus Deputados, ou Procuradores, em os quais coletivamente reside por delegação a Soberania do Povo.” Existia uma importante diferença entre *procurador* e *representante/delegado* vigente à época. O primeiro poderia ter sua condição de representante anulada pelos povos que o escolheram. O segundo, ao receber a soberania dos povos, tornava-se seu depositário absoluto. Antes de se definir como adepto da representação por delegação, Lopes Gama defendeu ora uma concepção, ora defendeu outra. Após a dissolução da constituinte, e da outorga da Carta de 1824, ele se tornou, definitivamente, defensor da representação por delegação. Esse sistema seria um freio institucional a possíveis revoluções.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Marco Morel. *A transformação dos espaços públicos*, pp. 23-60. Muito importante para entender-se a leitura que se fazia da Revolução Francesa na época da Independência são as duas edições publicadas no Brasil da obra de Edmund Burke. A primeira é de 1812 (Rio de Janeiro : Imprensa Régia); a segunda, de 1822 (Lisboa: Nova Imprensa da Viúva Neves e Filhos). Ambas foram traduzidas, organizadas, prefaciadas e concluídas por José da Silva Lisboa, futuramente visconde de Cairu. *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke por José da Silva Lisboa*, 1812. A edição de 1822 acrescentou a palavra “grande” antes do nome do autor inglês.

¹⁰⁶ Em *O conciliador nacional*, Lopes Gama vai se mostrar indeciso sobre qual dos modelos seria o ideal. Cf. nº 1 e 18. Em 1830, ele já se mostrava adepto da representação por delegação. Cf. capítulo 2 desta tese, subtítulo 2. 5.

Lopes Gama defendeu um centro no Brasil para evitar, pelo menos momentaneamente, as “loucas pretensões de democracia, impraticáveis (ao menos por estas gerações mais próximas) neste vastíssimo continente, cuja cultura rural, e mental está quase no berço”. Por isso, ele se identificava com as queixas das províncias do sul. Desrespeitar as Cortes, no entanto, seria uma atitude imperdoável – pregava Lopes Gama. Admitia a hipótese, porém, de romper com o soberano congresso, se esse não atendesse aos clamores vindos da América. Nesse caso, o pacto seria desfeito e redigido um manifesto solene explicando os motivos do desligamento. Como principais erros do congresso, Lopes Gama apontava as clássicas insatisfações que pipocaram em várias províncias ultramarinas: a exigência do retorno do príncipe e as tropas enviadas da Europa (sobretudo à Bahia). “O que pretendemos porém é que apesar destas faltas” – emendava Lopes Gama – “ao nosso parecer remediáveis, nós não deslizemos dos verdadeiros princípios do Governo Constitucional, e que à força de um liberalismo mal entendido cheguemos a cair nos abismos d’anarquia”. Por fim, citava a Revolução Francesa como o exemplo negativo de um povo que transpõe a barreira de seus direitos.¹⁰⁷

O que se pode inferir dessa arguição de Lopes Gama? Ele já expressava aversão a processos revolucionários. Apesar de apoiar as mudanças políticas advindas do liberalismo, do constitucionalismo e do sistema representativo e de defender que a soberania residia na nação, Lopes Gama era contrário às mudanças revolucionárias. Todos deveriam respeitar os pactos estabelecidos e jamais destruir governos. Quando admitia a hipótese de que o Brasil se desligasse do congresso lisboeta, ainda o fazia de maneira tímida. Essa seria uma medida que poderia evocar a ideia de revolução. O “liberalismo mal entendido” deveria ser evitado. A Revolução Francesa nos ensina, dizia Lopes Gama, “com horror a que ponto de iniquidades pode chegar um Povo, quando transpõe as barreiras de seus legítimos direitos”. Por tudo isso, Lopes Gama era muito cuidadoso em propor rompimento definitivo com a instituição na qual ainda residia, por hora, a soberania da nação, isto é, o congresso lisbonense. Será visto adiante que as críticas de Lopes Gama ao congresso lisbonense, restritas e tímidas no início, tornar-se-ão, durante o segundo semestre de 1822, cada vez mais agudas. Defender tomadas de posição que tivessem conotações revolucionárias era algo a ser feito gradualmente.

¹⁰⁷ *O Conciliador Nacional* n. 1 (4/julho/1822)

Mas como Lopes Gama conseguiu conciliar em um mesmo discurso aversão a processos revolucionários e apoio a um grupo político que prescindia de tropas para derrubar um governo constituído, isto é, a junta gervasista? Continua-se a trabalhar, pois, com a hipótese de que *O Conciliador Nacional* foi uma plataforma política para a atuação de Bernardo José da Gama, o qual tinha como primeiro objetivo fazer a convocação da constituinte brasileira vingar em Pernambuco, o que alcançou através do movimento armado de 3 de agosto.¹⁰⁸ A segunda meta do futuro visconde de Goiana era derrubar a junta gervasista, o que realizou em 16 de setembro, por meio de outro levante militar. Dentro dos padrões de decoro da época, não se poderia defender levantes militares através da imprensa. Tal postura era imoral a um publicista.

A primeira tentativa de fazer a junta gervasista aderir ao projeto do Rio de Janeiro, empreendida em 1º de junho de 1822, foi mal vista na província. Tropas forçaram nesse dia, como já foi visto anteriormente, a Câmara do Recife e a Junta a atribuírem ao príncipe regente o poder executivo do Brasil, independente de Portugal. Como a vontade da província não tinha sido consultada, a Câmara do Recife e a Junta remeteram a ata de 1º de junho, assinada sob baionetas, à câmara da capital, que ainda era em Olinda. Lopes Gama esteve no dia 15 de junho reunido na câmara da capital, junto com vereadores, cidadãos de todas as classes, homens bons e outras pessoas circunspectas. Na ata dessa sessão, a câmara olindense apenas concordou em “que se requeresse e reclamasse ao Soberano Congresso e a El-Rei o Sr. D. João VI a conservação do Sereníssimo Senhor Príncipe Real na qualidade de Regente do Brasil, como centro do Poder Executivo, nesta parte da grande Família Portuguesa”.¹⁰⁹ Dessa forma, a Câmara de Olinda, com Lopes Gama incluso, não repetiu o que a congênere recifense e a Junta haviam feito sob coação militar, isto é, não aclamou o regente como poder executivo independente de Portugal. Em outras palavras, os olindenses foram no sentido contrário do motim liderado pelo primeiro emissário do Rio de Janeiro, Antônio de Meneses Drumond. Essa espécie de Grande Conselho olindense mostrava-se nitidamente contra as manifestações político-militares vindas dos sul. Lopes Gama, um defensor dos projetos vindos da Corte, tinha, então, que ser muito cauteloso.

¹⁰⁸ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 102-103; Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 119-129.

¹⁰⁹ Antonio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, pp. 87-89.

Se não era prudente apoiar explicitamente o motim de 1º junho, considerado uma “bernarda”¹¹⁰, Lopes Gama decidiu valer-se de meios indiretos. Publicou, em 4 de setembro de 1822, uma carta assinada pelo Amigo da União. Teria sido Lopes Gama o autor da carta? Jamais se saberá. Tratava-se de uma resposta a outra correspondência inserida no periódico gervasista *Segarrega*, assinada por Filarete. Referindo-se ao motim de 1º de junho, o Amigo da União questionava: “assim se escapa e ilude a vigilância de tantos? Polícia, rondas, Governo, providências; tantas medidas adotadas para manter o público sossego, tudo dormia?” Propunha, dessa forma, um consentimento do governo gervasista, o qual não poderia ter ignorado “a inundação de escritos do Rio, destinados a dirigir para ali a Opinião Pública?”. Dessa forma, não negava que o motim tivesse sido organizado, tal como afirmou o Filarete, por “dois ou três vagabundos vindos do Rio de Janeiro”. Apenas jogava a responsabilidade na inatividade do governo gervasista, que, para o Amigo da União, sabia de todo o movimento rebelde, pois a trama foi concatenada, segundo a descrição do Filarete, no “botequim, casa de jogo, nas ruas, e casas de seus *rendez-vous*”. Assim, o Amigo da União indagava: “Qual Bando, conselho, ou insinuação [do governo], que apareceu contra a impetuosa torrente da opinião do Sul, que fazia aqui o objeto da curiosidade pública, e ocupava os ânimos?”¹¹¹

No mesmo dia da publicação dessa correspondência, a junta gervasista foi deposta (16 de setembro de 1822). As tropas que apoiaram sua deposição continham, como bem denúncia à própria junta em ofício ao príncipe regente, “oficiais inexpertos e homens de cor”. Denis Bernardes notou que se tratava de “antigas rivalidades entre oficiais portugueses remanescentes e soldados negros e mulatos, mas que também passaram a ter a Junta como alvo”. Os emissários do Rio utilizaram bem os antagonismos étnicos que existiam entre as tropas, prometendo benefícios e promoções a esses setores sociais. Em outras palavras, esses emissários utilizaram melhor esses antagonismos do que a junta gervasista, que também já havia criado batalhões de pretos e pardos.¹¹² Quando interessava aos grupos políticos, eles ataçavam a rivalidade entre portugueses americanos e europeus. A rivalidade entre nativos e adventícios foi, portanto, muito bem utilizada pelos *unitários*. Estes formularam um projeto de nação que pleiteava a centralidade do Rio de Janeiro, que exigia o príncipe regente como

¹¹⁰ Bernarda significa motim popular, levante armado. Cf. *O Conciliador Nacional* n° 4.

¹¹¹ *O Conciliador Nacional* n. 4 (04/setembro/1822); *Segarrega* n. 13 (03/julho/1822).

¹¹² Denis Bernardes. *O patriotismo constitucional*, pp. 618-620.

detentor do poder executivo de forma independente e assegurava que a soberania teria como local a nova Assembleia Constituinte.

1.6 A agonia do Reino Unido e a formulação do Brasil como nação – a visão de Lopes Gama (julho de 1822 a outubro de 1823)

O título do periódico aqui analisado é *Conciliador Nacional*. Não há dúvida de que Lopes Gama pretendia, *a priori*, conciliar a nação portuguesa. Primeiramente, ele defendeu a união da nação por meio de dois reinos unidos, cada qual com um executivo próprio. Em seguida, a união desses reinos se estabeleceria por meio de dois legislativos separados.¹¹³ Ao bem da verdade, durante o segundo semestre de 1822, esses projetos de união vigoraram muito mais no campo das práticas discursivas do que no campo institucional. Como bem observou Antonio Carlos de Andrada nas Cortes, em 20 de julho, em um tom de imenso realismo político: “o Sul do Brasil quase que desconhece a autoridade do Congresso; para que é legislar para um país que não obedece?”.¹¹⁴ Se a união entre Rio e Lisboa parecia fadada ao fracasso, o destino dos territórios entre a Bahia e o Pará, porém, ainda estava indefinido. Pernambuco situa-se bem no meio dessas duas bases lusitanas na América. Dessa forma, percebe-se que o Reino Unido, institucionalmente, era um projeto agonizante. Rio de Janeiro e Lisboa não mais se comunicavam. A indefinição estaria, pois, em outros territórios americanos.

Mesmo que institucionalmente o Reino Unido não mais existisse a partir da convocação da constituinte brasileira, Lopes Gama pregou a união da grande família portuguesa até dezembro de 1822. Em 4 de julho, defendeu que a permanência do príncipe como poder executivo no Brasil era “o único meio de ter sempre ligada à Grande Família Luso-Brasílica”.¹¹⁵ Em 4 de setembro, ele indagava: “Por que há de Portugal perder o seu Brasil? Por que há de o Brasil perder seu Portugal? Não será possível sustentar ligada a Grande Família para a felicidade d’ambos os mundos?” Na sequência, postulava: “entre os povos, que querem ser irmãos não se admitem

¹¹³ Lopes Gama não fez referência à ideia de três legislativos – um brasileiro, um português e um geral –, tal qual formulou Antonio Carlos de Andrada nas Cortes. Para o projeto de Antônio Carlos de Andrada nas Cortes cf. Marcia R. Berbel. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”, p. 243.

¹¹⁴ Apud. Marcia R. Berbel. *A nação como artefato*, p. 184.

¹¹⁵ *O Conciliador Nacional* nº 1.

morgados. Haja união: nós a julgamos da mais decidida vantagem: mas haja igualmente recíproca independência”.¹¹⁶

Ainda em 4 de setembro, criticava a atitude das Cortes lisboetas, mas clamava por “União e Integridade Nacional”. Esperava que aquele congresso se apercebesse dos erros. Sonhava com um português europeu proferindo um discurso conciliador, nos seguintes termos: “Vossos navios, e os nossos condecorados com o mesmo pavilhão, cubram os mares. [...] Haja no Brasil um Poder Executivo, e este seja [...] o Sereníssimo Príncipe Real: haja uma Assembleia Legislativa, e esta de acordo a nossa trabalhará sobre os meios de nossa mútua independência, e de nossa perpétua União.”. Seguiu referindo-se aos portugueses como “irmãos”. Mostrando uma gama extremamente variada de sentimentos de pertença, indaga: “o que deve fazer Pernambuco? Que deve fazer o Brasil todo?”. Prosseguiu falando, por um lado, dos “gloriosos fastos do Brasil”, e, por outro, falando dos “heroicos descendentes dos Vieiras, Vidaes, Camarões e Dias”. Finalizou, em tom conciliador, afirmando que “nossos irmãos europeus [...] nenhuma culpa têm das sinistras intenções, com que alguns deputados em Portugal, adquirindo partidos, e preponderância no Congresso, tem querido subjugar o Brasil”.¹¹⁷

Há, no discurso de Lopes Gama, três sentimentos de pertencimento. Ele é ao mesmo tempo pernambucano, descendente dos Vieiras, Vidaes, Camarões e Dias; é brasileiro e também faz parte da “Grande Família” Portuguesa. Quando se refere à “Grande Família”, percebe-se que se trata da família portuguesa, na qual brasileiros e portugueses são irmãos. O Brasil, entretanto, não é mais apenas uma unidade administrativa dentro do mundo português, mas um espaço politicamente definido, que deveria ser regido por um Executivo e um Legislativo próprio. Quando se refere à nação, contudo, percebe-se que essa é a referida “Grande Família”. Ele ainda considerava, àquela altura, os deputados em Lisboa representantes da nação. A ideia de Reino Unido, nascida em 1815, sob influência direta da Santa Aliança, parecia ainda ter credibilidade. Não era, no entanto, o Reino Unido forjado na corte joanina e no Congresso de Viena. Tratava-se agora de dois reinos constitucionais, cada qual com um legislativo e um executivo próprio. Mesmo estando institucionalmente agonizante, esse

¹¹⁶ *O Conciliador Nacional*, nº 4.

¹¹⁷ *O Conciliador Nacional*, nº 4.

arranjo político ainda era veiculado no campo discursivo. O ideário de união ainda repercutia nos espaços públicos.¹¹⁸

Em 16 de setembro, Lopes Gama afirmava que “os justos movimentos do Rio de Janeiro, e mais províncias” proclamam a “união” e “só não querem a dependência, e tutoria de Portugal”. Pouco depois, escreve:

Não cessaremos sobretudo de recomendar a união, a boa inteligência, e harmonia dos Povos. Esqueçamos desavenças domésticas, sejamos todos amigos, congressemos-nos em uma só vontade, quando se trata de salvar toda família. Gritemos altamente a Portugal, e ao mundo, que queremos a união com os nossos irmãos europeus; o que não queremos são os ferros que nos quer lançar o Congresso: queremos leis permanentes, mas feitas cá por uma Assembleia da nossa confiança: e ultimamente que seja nosso Regente o Senhor Príncipe Real, que ouvindo os nossos clamores jurou ser nosso Perpetuo Defensor, e nós dele.¹¹⁹

Em 19 de novembro, após a chegada da notícia do grito do Ipiranga no Recife, Lopes Gama explicava o que entendia por “independência”. Deixava claro que eram mentirosos os boatos de que independência significava república. Falsos rumores, segundo ele, circulavam afirmando que o laço verde com a inscrição “independência ou morte” era o fim do trono, da igreja, das missas etc. O laço verde seria, segundo essas fofocas, “invenção dos Pedreiros livres, que querem renovar a cena de 817 [sic]”. Se o príncipe regente criou esse laço, indagava Frei Miguel, como ele poderia significar a república?.¹²⁰ “Independência do Congresso de Lisboa (...) amando seus irmãos da Europa” – clamava o monge beneditino. Em seguida, dizia que os brasileiros “só não querem viver sob o jugo da velha metrópole”. Por fim, afirmava:

Queremos sim a – independência – de meia dúzia de facciosos, que arrogando a si todos os poderes, conhecidos na sociedade, tem preso e coacto o Nosso sempre Amado Rei o Senhor D. João VI (...) Queremos enfim, a – independência – de nossos negócios,

¹¹⁸ A Constituição portuguesa de 1822, vigente a partir de 23 de setembro desse ano, ainda estabelecia, no seu artigo 20, que “A Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios. O seu território forma o *Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves*, e compreende: (...)II. Na América, o reino do Brasil, que se compõe das Províncias do Pará e Rio Negro, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Baía e Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, e das Ilhas de Fernando de Noronha, Trindade, e das mais que são adjacentes àquele reino.” Disponível em <http://www.arqnet.pt/portugal/liberalismo/c1822t6.html> (consultado em abril de 2010).

¹¹⁹ *O Conciliador Nacional* nº 5.

¹²⁰ Uma reflexão sobre o peso que teria acusações de republicanismo na época e o uso político dessas acusações, no capítulo 2.

pertensões [sic], e requerimentos, para nos não vermos na dura necessidade de atravessar duas mil léguas do Atlântico¹²¹

Onde residia, então, a união da Grande Família Portuguesa para Lopes Gama? Se os legislativos eram independentes e os judiciários e executivos também, onde residia essa união? Institucionalmente, Lopes Gama não formulou nenhum tipo de arranjo para estabelecer essa união, mas continuou pregando-a. O único vínculo explicitado no trecho citado acima é o dinástico: “nosso sempre amado Rei o Senhor D. João VI”.

Como Lopes Gama não formulou propostas concretas de união, é necessário averiguar quando desaparece a defesa da ideia de reino unido de seus escritos. Quando ele deixa de utilizar palavras como “Grande Família”, “irmãos” e “união”? Essas expressões deixam de aparecer em seus escritos após a aclamação do imperador, feita no Recife no dia 8 de dezembro de 1822. Acredita-se aqui que o desaparecimento das referidas palavras após essa data é sintomático.

O jornal *O Conciliador Nacional* relatou detalhadamente a cerimônia de aclamação: “embandeiraram-se todas as Fortalezas, e Embarcações, e deram uma salva Real de 101 tiros”. Às 8 horas da manhã, as tropas de primeira e segunda linha começaram a marchar e se postaram no campo do erário. Era “inumerável o adjunto de Cidadãos de todas as classes”. “Acabado que fosse o beija mão”, todos “puseram-se a caminho para os Paços do Conselho”. “A sala estava magnificamente adornada, e debaixo de um riquíssimo docel, o Retrato do Nosso Querido, e Imortal Imperador”. Após a missa, com pregação de Frei Caneca, ocorreu um *Te Deum*, no qual Lopes Gama orou “mostrando as justas razões da nossa Independência, e a necessidade da Aclamação do SENHOR D. PEDRO I IMPERADOR CONSTITUCIONAL, E PERPETUO DEFENSOR DO BRASIL [texto original com maiúscula] (...) Nas três noites sucessivas houve iluminação geral, sendo notável que as luminárias se estendessem aos subúrbios do Recife”. Nessas três noites, também houve teatro, “sendo grandíssimo o concurso de todas as classes de Cidadãos”.¹²²

¹²¹ *O Conciliador Nacional* n. 8. Cecília Helena Salles de Oliveira demonstrou como o 7 de setembro não teve um significado de ruptura para os coevos, tendo sido a construção dele como momento fundador da nação algo posterior. *A astúcia liberal*, pp. 28-34.

¹²² *O Conciliador Nacional*, n. 9 (23/janeiro/1823).

Já foi visto que, para Lopes Gama, a soberania residia na nação. Ao aclamar o Imperador, a nação lhe delegava parte dessa soberania originária. A outra parte da soberania era delegada à Assembleia Constituinte. Aliás, essa fórmula seria consagrada no artigo 11º da Constituição de 1824: “os Representantes da Nação brasileira são o Imperador, e a Assembleia”. Se houve um momento de inflexão no discurso de Lopes Gama, no sentido de conferir ao Brasil o *status* de nação, esta inflexão se processou após a aclamação.

Essa inflexão no discurso de Lopes Gama corrobora os estudos de Iara Lis Carvalho e Souza, que buscou verificar “quais as redes de poder, discursivas, festivas, cotidianas que erigem a noção de Brasil, enquanto corpo político autônomo”. Para ela, essas redes forjaram “sua primeira soberania enfeixada no primeiro imperador do país”. Crucial na construção dessa concepção de soberania foi a “noção de contrato-imperador-festa”. Por fim, a autora frisa que “nessa construção da figura do soberano, vem à tona toda uma rede de relações capitaneadas pelas câmaras no Brasil”.¹²³ Em Pernambuco, a câmara do Recife foi a primeira a promover a aclamação do Imperador. Essa se mostrou campo fértil para incubação dos projetos vindos do Rio de Janeiro. Ainda não estavam definidos quais eram os mecanismos que verificariam a vontade da nação (nem tampouco de qual nação estavam tratando). Observou-se, anteriormente, que a Junta gervasista acreditava que os eleitores de todas as câmaras da província deveriam se reunir na capital para manifestar a vontade dos povos, quando isso fosse necessário. Entretanto, a partir da convocação da constituinte, outro mecanismo parece ter prevalecido em Pernambuco. A consulta direta às câmaras tornou-se a forma pela qual o centro, o Rio de Janeiro, comunicar-se-ia com as partes. Essa via de comunicação foi estabelecida, sobretudo, quando a liderança provincial era hostil às ordens oriundas da corte.

A partir da aclamação, pois, *O Conciliador Nacional* não mais pretendia se conciliar com a nação portuguesa, seu objetivo inicial. Uma nova nação – o Brasil – já era definitivamente visualizada por Lopes Gama depois de o imperador ter sido aclamado no Recife. Em 31 de maio de 1823, noticiando efusivamente a instalação da constituinte brasileira, Lopes Gama escrevia, dirigindo-se aos deputados: “Ilustres Representantes de um Povo, que jurou ser livre, amados Concidadãos, que ora reunidos

¹²³ Iara Lis Carvalho e Souza. *Pátria Coroada*, p. 17.

nesse Sagrado recinto representais a Soberania Brasiliense”. Na sequência, afirmava que nos “Constituintes reside coletiva, e essencialmente a Soberania da Nação”. Por fim, elogiava o juramento que os deputados foram obrigados a fazer na abertura da primeira sessão. Elogiava, especialmente, o trecho que obrigava os deputados a não “admitir com alguma Nação, qualquer outro laço de união, ou federação”.¹²⁴

Em outubro de 1823, quando *federalistas* e *unitários* quase chegavam às vias de fato, Lopes Gama elaborou uma reflexão sobre o termo *guerra civil*. Ele estava muito preocupado com as comoções populares na província. Segundo ele, estavam sendo semeadas “intrigas entre os Brasilienses, a fim de verem, se nos desunem”. Ele distingue dois tipos de *guerra civil*: 1º) anarquia total, todos contra todos; 2º) entre dois partidos. Após citar vários exemplos de guerra civil ao longo da história, ele concluiu: “de qualquer fonte que nasça a guerra civil (diz Mr. Gondon) ela é sempre funesta ao Povo que a faz”.¹²⁵ Em suma, Lopes Gama pregava que a nação não deveria jamais dividir-se. Dever-se-ia estabelecer um consenso nacional em torno da constituinte e do imperador.¹²⁶ Qualquer divisão no seio da nação era funesta. Dentro do arranjo de reino unido (Portugal e Brasil), Lopes Gama se mostrou um contumaz crítico dos *integracionistas*, que viam a nação portuguesa una e indivisível, com o centro em Lisboa. Mas, a partir de 1823, em se tratando da nação brasileira, seu discurso remetia a conceitos nitidamente integracionistas: um centro (o Rio) e uma nação (o Brasil).

1.7 – Tópicos do discurso de Lopes Gama

Ao lado da emergência do Brasil como Estado independente, Lopes Gama reiterou diversos argumentos. Estes aparecem repetidamente em *O Conciliador Nacional* e foram imprescindíveis para dar sustentação ao ideário que propugnava o Brasil como nação autônoma, com o centro – tanto o executivo como o legislativo – no Rio de Janeiro.

A primeira tópica do discurso de Lopes Gama – as *reiteradas críticas às cortes lisbonenses* – não é novidade para a historiografia, que já tratou do tema de forma exhaustiva.¹²⁷ Não repetiremos as queixas de Frei Miguel ao congresso luso-brasileiro,

¹²⁴ *O conciliador Nacional* n. 18 (31/maio/1823).

¹²⁵ *O Conciliador Nacional* n. 36 (04/outubro/1823)

¹²⁶ Adam Przeworski estabelece o consenso como característica basilar do sistema representativo ocidental. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”.

¹²⁷ Isabel Lustosa, *Insultos impressos*, pp. 116-144; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e*

pois são as que pipocaram por toda a América Portuguesa: subordinação do governo das armas à Lisboa, a ordem de regresso ao príncipe regente, o envio de batalhões lusitanos, extinção dos tribunais superiores no Brasil, a rejeição dos projetos apresentados por deputados brasileiros em cortes, a desmembração das províncias brasílicas, a proibição de armamentos e apetrechos de guerras para os portos do Brasil e, por fim, os nefandos projetos “recolonizadores”.¹²⁸ Criticar veementemente as Cortes se tornou, em dado momento, lugar comum entre todos os agrupamentos políticos.

Frisemos apenas três aspectos dessas críticas que Lopes Gama fez às Cortes, as quais se tornaram lugar comum na imprensa brasileira do período. Em primeiro lugar, como bem notou Denis Bernardes, a junta gervasista sustentava-se institucionalmente nas Cortes. Era preciso esvaziar esse vínculo institucional. Se no Rio de Janeiro as violentas críticas ao congresso lisbonense foram precoces, em Pernambuco elas começaram mais tarde. *O Conciliador Nacional* se constituiu, pois, em um órgão de divulgação desse movimento de difamação das cortes gestado na imprensa fluminense a partir da segunda metade de 1821, o qual teve início mais tardio em Pernambuco.

Em segundo lugar, prestemos atenção para o desaparecimento dessas críticas. Em 1823, elas já não mais existem no jornal de Frei Miguel. Os debates constituintes já haviam terminado em Lisboa, tendo sido jurada a Constituição em primeiro de outubro de 1822. Em novembro, iniciaram-se os trabalhos das primeiras cortes ordinárias. No mês seguinte, essa legislatura nomeou uma regência para funcionar na Bahia, com jurisdição em todo Brasil. Por fim, em maio de 1823, ocorreu a Vila Francada, movimento liderado pelo infante D. Miguel, o qual derrubou o primeiro constitucionalismo português.¹²⁹ Todos esses fatos, acima citados, não mereceram a atenção de Lopes Gama em seu jornal, pois devem ter chegado a Pernambuco a partir de novembro/dezembro de 1822.¹³⁰ O Brasil, como se viu anteriormente, a partir de dezembro de 1822, já era visto por Lopes Gama como nação. Os debates públicos não

constitucionais, pp. 285-312.

¹²⁸ O *Conciliador Nacional* n. 1 (04/julho/1822), n. 4 (04/setembro/1822), n. 5 (16/setembro/1822), n. 7 (20/outubro/1822) e n. 8 (19/novembro/1822). Antonio Penalves Rocha observou que seria impossível, dada a conjuntura internacional da época, que o Brasil voltasse a ser colônia de Portugal. Para esse autor, pois, a ameaça de recolonização pelas cortes foi um artifício retórico utilizado com nítidas intenções políticas. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo : Ed. Unesp, 2009. Cf. também: Márcia Regina Berbel, “A retórica da recolonização”, in: István Jancsó(org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

¹²⁹ Valentim Alexandre. *Os sentidos do império*.

¹³⁰ Apenas a Vila Francada mereceu breves referências de Lopes Gama no *Conciliador Nacional* nº 36 (04/outubro/1823).

eram mais pautados pelo congresso de Lisboa. Os debates parlamentares que repercutiram mais profundamente nos espaços públicos recifenses e olindenses, a partir de então, foram os da constituinte brasileira.

O terceiro e último aspecto reside nos usos que Lopes Gama fazia dessas críticas ao congresso. Sua intenção era, ao enfraquecer Lisboa, fortalecer o Rio de Janeiro. Observando essa frase de Frei Caneca, de 1823, percebe-se como sua intenção era diversa ao criticar as Cortes: “Se o Rio fizer conosco, o que Deus não permita, o mesmo que Portugal fez com o Brasil, que se segue?”.¹³¹ É muito claro que o frade carmelita criticava a pretérita atuação das Cortes sem ter em mente fortalecer o Rio como novo centro político.

A segunda tópica do discurso de Lopes Gama é a *contínua referência à guerra na Bahia*. Pela proximidade dessa província com Pernambuco, o que constituía uma ameaça, e pelo fator emotivo que era um conflito com batalhões pernambucanos envolvidos, a guerra na Bahia foi muito usada por ele para desagregar a “Grande Família Portuguesa”.¹³² A fundação de uma nova nação também se deu por oposição a um inimigo declarado, isto é, os batalhões lusitanos que travavam guerra a poucos quilômetros de distância.¹³³ A ameaça de uma invasão portuguesa terá usos políticos até as vésperas da Confederação do Equador. Após bloquear o porto do Recife, em razão do governo provincial descumprir ordens imperiais, D. Pedro ordenou o retorno de sua esquadra por medo de uma invasão portuguesa no Rio de Janeiro (29 de junho de 1824). O governo pernambucano presidido por Manuel Carvalho Pais de Andrade acusou D. Pedro de abandonar Pernambuco à própria sorte, pois se acreditava que o ataque de uma expedição lusitana ao Recife também era iminente. O argumento do abandono de Pernambuco à própria sorte terá imenso peso político para a proclamação da Confederação do Equador. Em suma, todos os agrupamentos políticos usaram a ameaça portuguesa como mote para acalantar seus projetos.¹³⁴

¹³¹ “O *Caçador* atirando à *Arara Pernambucana* em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama”, 1823. In: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, p. 140.

¹³² Apesar de conter em seu bojo um nacionalismo ufanista anacrônico, utilizou-se aqui o excelente trabalho de pesquisa de Rodrigues para adquirir noções básicas sobre a guerra na Bahia. *Independência: revolução e contra-revolução*. Livraria Francisco Alves Editora, 1975, v. 3, pp. 191-205

¹³³ Clément Thibaud chama atenção para certo desprezo que a historiografia recente demonstra em relação à guerra como momento fundador das nacionalidades latino-americanas nos oitocentos. “La ley y la sangre. La ‘guerra de razas’ y la constitución en la América Bolivariana”. *Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.5-23, 1º semestre 2011.

¹³⁴ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 202-204; Glacyra Lazzari Leite. *Pernambuco*

Vejamos, então, como Lopes Gama referiu-se repetidamente à guerra na Bahia. Em 4 de julho de 1822, referia-se “a impunidade do déspota Madeira na Bahia, que ufano alardeia suas atrocidades, faz crer, que tomam em pouca monta as desgraças daquela Província”.¹³⁵ Em 4 de setembro de 1822, demonstrando que o debate imprenso era intenso no mundo luso-brasileiro, criticava os periódicos baianos “Semanário Cívico, e seus consócios madeirinos, Sentinela, Idade d’Oiro &c.”, que chamam de rebeldes os “Brasileiros que querem poder Executivo, e Assembleia Legislativa no Brasil”.¹³⁶ Em 16 de setembro, dia em que ocorreu o motim que depôs Gervásio, o monge beneditino criticava as Cortes, que rejeitavam sempre as propostas dos deputados baianos para suspender o envio de tropas àquela província. Para Lopes Gama, os lusos só queriam um posto militar avançado no Brasil, ao menos nas províncias do Norte. Na sequência, aproveitava para alfinetar o governo gervasista, já completamente enfraquecido:

A Bahia, nossa vizinha, geme sob o pezo das armas do Tirano Madeira, e aqueles, que muito folgam das desgraças do Brasil, com tanto, que se conserve sujeito, enviam reforço ao Sultão para sustentar o ponto. É mister, que Pernambuco esteja em vela de todos os lados, não se esquecendo da máxima do Poeta – Beati, quos faciunt aliena pericula cautos – O Governo [de Gervásio], que até aqui tem guardado uma atitude equívoca, e desconfiada, deve agora revestir-se de incansável energia. A nossa mocidade bem que resoluto, e corajosa precisa de que a instrua, e dirija: e como com palavras se não repelem balas; cumpre que o recrutamento continue sem contemplação e panos quentes. A Pátria está ameaçada dos horrores da guerra: chama por seus filhos; e para a defender todo o bom Patriota deve ser militar.¹³⁷

Alguns dias antes, em primeiro de setembro, a junta gervasista relutou em fornecer auxílio militar em larga escala às tropas brasileiras na Bahia, fornecendo apenas 200 soldados de 1ª e 2ª linha. Recusou-se, também, a armar navios mercantes e enviá-los à Bahia, remetendo apenas mantimentos para esquadra que bloqueava o porto de Salvador.¹³⁸

1824, pp. 107-109; Ulysses de Soares Carvalho Brandão. *A Confederação do Equador*, pp. 205-214.

¹³⁵ *O Conciliador Nacional* n. 1.

¹³⁶ *O Conciliador Nacional* n. 4. Sobre os periódicos baianos acima referidos, ver: Maria Beatriz Nizza da Silva. *Movimento constitucional e separatismo no Brasil (1821-1823)*. Lisboa : Livros Horizonte, 1988.

¹³⁷ *O Conciliador Nacional* n. 5.

¹³⁸ *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco*. Recife : Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1997, pp. 128-129; Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*, v. 8, pp. 260-266, 300-304 e 313-319.

No dia 7 de outubro, Lopes Gama publicava um discurso do deputado baiano Cipriano Barata nas Cortes, o qual criticava o envio de tropas a Bahia. Tratava-se, na visão de Cipriano, de medida impolítica, cruel, intempestiva e anti-constitucional. Em 19 de novembro de 1822, Lopes Gama criticava os deputados portugueses que classificavam como facciosas as sete províncias que reconheceram D. Pedro como regente e perpétuo defensor do Brasil e que apoiaram uma Assembleia Brasílica. Na sequência, criticava os

elogios ao Brigadeiro Madeira, como herói da Constituição do Sr. M. F. T., e B. C. [Manuel Fernandes Thomaz e Borges Carneiro]¹³⁹ &c., remessas de Tropas para aquele porto; e nem palavra a respeito da vontade d'aqueles Povos. Mandem-se baionetas para conter, subjugar os rebeldes, e facciosos – é o parecer constante dos corifeus anti-brasílicos.¹⁴⁰

Em 21 de fevereiro de 1823, Lopes Gama afirmava que chegavam falsas notícias referentes à guerra na Bahia, as quais falavam da vitória de Madeira. Para desmentir tais afirmações, ele transcreveu um ofício do General Labatut, datado de 9 de janeiro do mesmo ano. O general relatava perdas consideráveis das tropas madeiristas. Aliás, era grande a preocupação em afirmar a situação vantajosa no combate. Era o outro lado do conflito: a guerra da informação. A proximidade de Pernambuco com a Bahia fazia com que notícias chegassem em velocidade e quantidade maior do que as novidades vindas do Rio de Janeiro ou de Lisboa. Em 20 de maio 1823, o *Diário da Junta do Governo* comentava sobre essa guerra de informações e boatos. Esse diário, órgão oficial da junta dos matutos, provavelmente foi escrito por Lopes Gama.¹⁴¹

Apareceram cartas vindas da Bahia a diferentes pessoas, e cada uma aberta, só continha um folheto intitulado = Declarações feitas a todos os Brasileiros, e mais cidadãos para conhecerem o doloso e falso sistema do Rio de Janeiro &c. = e para lhe darem extração, e crédito fizeram autor dele o Brasileiro Luiz Pereira de Nóbrega de Souza Coutinho.¹⁴² Seria sobre prolixo escusado o refutar este papel incendiário, e atrevido, produção do mais refinado inimigo do Brasil, que valendo-se do desagrado, em que tem incorrido certa facção do Rio de Janeiro, quer ver, se por aí pode dar quebra na Grande Causa de Nossa Emancipação e liberdade. (...) Para se conhecer que é apócrifo este insolente folheto, basta ver, que o Nóbrega está no Havre de Grace, e que dizendo um N. B., que fora escrito na fortaleza de Santa Cruz, e confiado a um amigo para se imprimir, onde houvesse liberdade de imprensa; ali apareceram fatos posteriores à sua estada naquela

¹³⁹ Deputados portugueses que exerceram forte liderança nos debates em Cortes.

¹⁴⁰ *O Conciliador Nacional* n. 8.

¹⁴¹ Alfredo de Carvalho atribui a autoria desse jornal, a partir do número 5, a Lopes Gama. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 73-75.

¹⁴² Sobre esse folheto e seu autor, ver o comentário de Marco Morel em *Sentinela da liberdade e outros escritos*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 249, nota 1.

fortaleza, e outros tão recentes, que não podiam ter chegado ao Havre, ou serem escritos, e voltarem ao Novo Mundo para serem impressos na Bahia. Além disso, este Brasileiro, ainda que perseguido pela intriga, muito ordinária em tais ocasiões, nunca teria o despejo de aconselhar a cada página a seus Patrícios, que se unam ao tirano Madeira. Este escorrego traiu o escritor, e só por isso salta aos olhos, que aquele infame papel fora escrito por um dos sequazes do partido Europeu.¹⁴³

A historiografia já demonstrou que boatos podem influenciar acontecimentos políticos de alta relevância, tal como a revolta escrava do Haiti.¹⁴⁴ Um impresso assinado por um brasileiro que presenciava a guerra na Bahia poderia causar uma reviravolta e prejudicar a adesão de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Lopes Gama tratou logo de utilizar a arma que tinha em mãos: o prelo. Em uma província que recebia notícias da guerra na Bahia por diversas fontes – correspondências, manuscritos, boatos orais e impressos –, era preciso divulgar o ponto de vista que interessava o mais rápido possível. Nesse mesmo número do *Diário da Junta do Governo*, o redator procurou desmentir o que fora noticiado pelo *Diário do Governo de Lisboa* no dia 22 de março de 1823. Segundo o redator, “o partido anti-brasiliense é incansável em maquinações, e intrigas para embaraçar o brilhante progresso da nossa independência.” O jornal lisbonense afirmava que as tropas de Labatut haviam sido totalmente batidas e fugira na direção de Minas. Os povos de Cachoeira, principal base das tropas de Labatut, haviam recebido as tropas constitucionais lusitanas com entusiasmo. Por fim, a gazeta portuguesa noticiava que, após a chegada de rebeldes feridos, a notícia da vergonhosa derrota tinha causado uma grande sensação em Pernambuco. “Ora dá-se mentir, como isto?” – indignava-se o redator do Diário oficial da junta dos matutos – “(...) os partidistas da recolonização Brasília(...) inventam proezas, e vitórias do Madeira para dar um choque elétrico a todos os seus devotos, e aderentes espalhados pelo Brasil”.¹⁴⁵

Segundo o redator do *Diário da Junta de Governo*, provavelmente Lopes Gama, os “partidistas da recolonização” espalhavam boatos para aumentar o “desagrado, em que tem incorrido certa facção do Rio de Janeiro”. O “partido anti-brasiliense” pretendia, pois, “dar um choque elétrico a todos os seus devotos, e aderentes espalhados pelo Brasil”. Destaquemos esse aspecto, o qual está intimamente relacionado com a terceira tópica do discurso de Lopes Gama. “Certa facção do Rio de Janeiro” ainda era

¹⁴³ *Diário da Junta de Governo* n. 13 (20/maio/1823).

¹⁴⁴ Carolyn E. Fick. “A Revolução Francesa em São Domingos: um triunfo ou um fracasso?”, In: D.Gaspar, D.Geggus (ed). *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

¹⁴⁵ *Diário da Junta de Governo* n. 13 (20/maio/1823).

vista com muita desconfiança em Pernambuco, algo que fica explícito ao se analisar os escritos de Frei Caneca e Cipriano Barata em 1823.

Barata, em 28 de maio deste ano, fez leitura muito diversa do impresso atribuído a Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, o qual Lopes Gama afirmou ser apócrifo. Em primeiro lugar, Barata não desconfiava da autoria do folheto. Em segundo lugar, o ex-deputado baiano que, então, residia no Recife afirmava que Nóbrega escreveu “a princípio algumas verdades sobre o sistema de terror e arbitrariedades do Ministro José Bonifácio”. Para Barata, “a pintura que se acha no dito papel é de fato horrorosa e deve tocar o coração de todo aquele que não [ilegível] forjado do ferro da Sorocaba”. Na sequência, Barata enfatizou que “a perseguição no Rio de Janeiro se estende até os ilustres Deputados ou Representes das Províncias, como aconteceu ao fugitivo Deputado do Rio Joaquim Gonçalves Ledo”. Após citar outros deputados perseguidos e presos, escreveu que “hoje vemos os Ministros do Rio encarcerando um Deputado dos nossos e afugentando outro sem motivo plausível, pois a questão é pelo nome Carbonário ou Republicano, que se acaso existem são coisas de pensamento ou opiniões vagas que não fazem mal (...). E querem persuadir que há de haver liberdade nos Deputados já aterrados com estes acontecimentos! Porventura tais procederes não devem pôr as Províncias desconfiadas?”¹⁴⁶

Era imensa, pois, a desconfiança que havia em Pernambuco em relação a alguns projetos vindos do Rio de Janeiro. Frei Caneca externava a mesma suspeita nos idos de 1823. Em debate com o primeiro redator do *Diário da Junta do Governo* [dos matutos],¹⁴⁷ o frade carmelita defendia-se de uma acusação muito recorrente que se fez aos gervasistas, tanto na imprensa, como também nos motins que derrubaram a junta. Tanto no levante de 1º de junho de 1822, como no de 3 de agosto e na deposição da Junta, no dia 16 de setembro, pipocaram acusações de que o governo provincial era inimigo da causa do Brasil. “Inimigos da causa do Brasil em Pernambuco?” – questionava Frei Caneca – “não há em Pernambuco inimigo da causa do Brasil, ou por

¹⁴⁶“Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Alerta!” Nº 16 (28/maio/1823), In: Marco Morel (org.). *Sentinela da liberdade e outros escritos*, pp. 249 e 250. Cipriano Barata aludia à sua própria situação. Eleito deputado à constituinte brasileira pela Bahia, recusou-se a sair de Pernambuco alegando que, no Rio de Janeiro, as liberdades individuais não estavam garantidas. Preso pelo junta dos matutos no final de 1823 para tomar assento no congresso, chegou à corte quando a assembléia já havia sido dissolvida. Foi preso e passou todo o primeiro reinado atrás das grades. Cf. Marco Morel (org.). *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*, pp. 164-227.

¹⁴⁷ Sobre a autoria dos cinco primeiros números deste *Diário*, cf. subtítulo 1.9 desta tese.

outro modo, *não são inimigos da causa do Brasil essas pessoas que o bom redator quer inculcar*”[grifo de Caneca]. Seguiu o frade explicando porque se desconfiou tanto das ordens vindas do Rio:

Os pernambucanos, sem o esperar, viram s.a.r. ficar no Brasil, contra o decreto das Cortes lusitanas, e aparecer o de s.a.r. de 16 de fevereiro de 1822, convocando o conselho de procuradores-gerais das províncias e quando ainda não se havia organizado este conselho, aparece, remetido às Câmaras, e não ao governo da província, o outro decreto de 3 de junho do mesmo ano, convocando as Cortes Constituintes Legislativas do Brasil; ainda se não principiava a dar execução a este novo decreto, eis senão quando o Senado do Rio de Janeiro, por uma virtude hoje desconhecida, previa a vontade de todo o Brasil de aclamarem a s.a.r. em imperador constitucional; imediatamente é s.a.r. aclamado em 12 de outubro, e coroado em 1º de dezembro. Nos interstícios destes diversos sucessos, nenhuma embarcação apareciam que noticiassem os fatos intermédios, que deveriam unir naturalmente os anéis desta cadeia, e quando se recebem participações particulares, por via de regra foram tais, que se não podia fazer ideia alguma clara das pretensões e da marcha rápida que levava aquela Corte em tão novas mudanças. Então, o que queria o redator e o seu conluio? Queria que estivéssemos a devorar tudo que aparecesse, sem exame, sem ideias claras, e com o risco de vermos nossas costas infestas das esquadras de Portugal, e todos perdidos?¹⁴⁸

Além de tecer críticas a dois movimentos que foram os baluartes da pregação jornalística de Lopes Gama – a convocação da constituinte e a aclamação do imperador¹⁴⁹ –, Caneca demonstrava, ainda em 1823, extrema desconfiança aos projetos políticos vindos do Rio de Janeiro.

Para combater essa desconfiança, Lopes Gama reiteradamente procurou demonstrar em seu jornal como o clima político no Rio de Janeiro era liberal, constitucional e garantia as liberdades individuais. A terceira tópica de sua atividade jornalística foi, então, o *rompimento da imagem arraigada em Pernambuco de que o Rio era o local do despotismo*.

Em 16 de setembro de 1822, no dia em que estava sendo deposta a junta de Gervásio, Lopes Gama mostrava-se preocupado com “acusações contra o atual sistema do Rio de Janeiro, pois não tem faltado quem daquela Corte escreva para aqui notícias aterradoras de arbitrariedades ali cometidas”. Para mostrar “quanto se mostra liberal o Nosso amável Regente, e Perpétuo Defensor, e como no Rio de Janeiro se pensa, fala, e

¹⁴⁸ *Cartas de Pftia a Damão*, “Análise dos cinco primeiros números do *Diário do Governo*, redigidos pelo Padre Quintela”, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, p. 170-171.

¹⁴⁹ Como já se viu, Caneca, apesar da desconfiança em relação a projetos do Rio de Janeiro, proferiu um sermão no ato de aclamação do imperador. Cf “Sermão da aclamação de d. Pedro I”, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, pp. 101-120.

escreve com liberdade”, Lopes Gama publicou uma carta de João Soares Lisboa. Tal carta, inserta no *Correio do Rio de Janeiro* número 62, tratava sobre intrigas palacianas com minuciosos detalhes. Lopes Gama, após transcrever a carta, procura demonstrar como D. Pedro não poupou Berquó, Gordilho e o Marechal Moraes, mesmo sendo seus amigos íntimos, de serem expostos no jornal de João Soares Lisboa como intrigantes. Lopes Gama concluiu assim:

Eis os sentimentos, de que está dominado o nosso Regente: eis como se escreve na Corte, que se diz governada por Áulicos, e aduladores. Província conhecemos nós, que alardeia liberalismo, onde se algum Escritor assim falasse às primeiras Autoridades, passaria por faccioso, e perturbador, não faltando quem procurasse torná-lo odioso aos Povos &c. &c.

A chegada do Sr. Felipe Neri Ferreira, Membro da Ex. Junta desta Província, parece que terá desvanecido as desconfianças, e suspeitas, que em alguns existiam sobre as pretensões da Corte do Rio de Janeiro.¹⁵⁰

A situação política de liberdade na Corte pintada por Lopes Gama não se mostrou precisa. Ocorreram prisões, exílios e cerceamento da imprensa. O próprio João Soares Lisboa, após ter sido absolvido pelo júri popular – mecanismo criado por decreto imperial para julgar crimes contra abuso de liberdade de imprensa – exilou-se em Buenos Aires devido a perseguições políticas.¹⁵¹ Mas o que se pretende aqui não é demonstrar a falsidade da argumentação de Frei Miguel. Pretende-se demonstrar o quanto era importante difundir nos espaços públicos pernambucanos a liberalidade dos projetos vindos do Rio de Janeiro. Em 3 de maio de 1823, Lopes Gama escrevia:

Algumas pessoas nos têm acusado de não escrevermos contra o despotismo, mormente do Ministério do Rio de Janeiro; e apesar de haverem lido todos os N^{os} deste nosso periódico, e de estarem persuadidos do liberalismo de nossas ideias, parece, que daí concluem, que nós, ou advogamos a infame causa da arbitrariedade, ou somos tão medrosos, que nos tolhemos de tocar nessas matérias.

Duas razões nos têm conservado meros espectadores dos passos daquele Ministério, que em verdade vai fazendo ciosas [sic, coisas] bem capazes de desgostar os Povos, e ao Nosso Amado Imperador. A primeira tem sido a falta de unanimidade das pessoas, e cartas, que de lá vem; umas dizendo maravilhas, outras queixando-se amargamente. A segunda, e principalíssima é vermos o estado de versatilidade em que vivem os Povos; porque separados de Portugal, donde só nos podem [ilegível] males, não nos têm parecido político fazer-lhes olhar para o Rio de Janeiro com desconfianças: porque desta a revolta há só um passo. Justo

¹⁵⁰ *O Conciliador Nacional* n. 5. Felipe Neri havia ido ao Rio em missão “diplomática”, para consolidar as relações entre a junta gervasista e a corte. Retornou ao Recife na segunda quinzena de agosto. Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 105.

¹⁵¹ Isabel Lustosa. *Insultos impressos*, pp. 174-226 e 257-273.

é, que se vá reclamando contra o que ali aparecer de mau: mas é preciso muito gesto para não perder o feitio, e a obra.¹⁵²

Lopes Gama não era simpático ao ministério Andrada. Seu primo, Bernardo José da Gama, como já se explicou anteriormente, era de agrupamento político oposto a Bonifácio. O futuro Visconde de Goiana, ao lado da maçonaria fluminense, havia estabelecido uma breve e frágil aliança com o patriarca da independência para ganhar a adesão de Pernambuco à convocação da constituinte. Lopes Gama chegou a fazer tímidas críticas ao ministério encabeçado por Bonifácio.¹⁵³ Mas não podia fazer essas críticas de modo veemente, tal como faziam Cipriano Barata e Frei Caneca. Se hoje se sabe que o genericamente denominado “projeto do Rio de Janeiro” não era um só, naquela época, pintar o centro do nascente império do Brasil com cores de despotismo era temerário. Poder-se-ia “perder o feitio, e a obra”. A referida “obra” era, na opinião dele, a construção de uma nação una e soberana, cujos alicerces estavam no imperador e na constituinte.

Como já se demonstrou antes, os principais projetos veiculados em *O Conciliador Nacional* foram a defesa de uma Constituinte Brasileira e a formulação gradual de uma nação brasileira soberana. Como também já foi demonstrado, o projeto político veiculado por Lopes Gama procurou esvaziar a ideia que Evaldo Cabral de Mello defende como sendo uma das bases do federalismo pernambucano, isto é, a ideia de que, desfeito o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania reverterse à unidade provincial. Três tópicos estiveram extremamente imbricadas dentro desse projeto de Estado nacional: *críticas às cortes lisbonenses*, a *contínua referência à guerra na Bahia* e o *rompimento da imagem arraigada em Pernambuco de que o Rio era o local do despotismo*.

1.8 – Convergências e divergências

É muito difícil precisar exatamente qual era a proposta constitucional de Lopes Gama para o império do Brasil. A análise de periódicos não nos permite mapear com exatidão qual o arranjo institucional que o monge beneditino vislumbrava para o Brasil. Os jornais da época formulavam, muitas vezes, propostas políticas genéricas. Tratam-se, portanto, de fontes que por vezes nos deixam na superfície dos projetos de futuro. Frei

¹⁵² *O Conciliador Nacional* n. 14.

¹⁵³ Cf. *O Conciliador Nacional* nº 14, 18 e 36.

Caneca, que tinha a coleção completa do jornal *O Conciliador Nacional* em mãos, deparou-se com a dificuldade de definir as diretrizes gerais desse periódico. O Frei Carmelita escreveu um impresso intitulado *Sobre a doutrina anticonstitucional e perigosa do Conciliador Nacional nº 34*. Caneca admitia que em um “golpe geral de vista sobre o *Conciliador* se conhece que o seu redator está ao fato dos princípios gerais, os mais próprios das atuais circunstâncias do Brasil”. Em outros termos, Caneca achava

inegável que naquele periódico se encontram enunciadas as maiores verdades, dignas dos direitos dos povos, da justiça do Brasil, os fundamentos da Constituição, que nos deve felicitar, e ao mesmo tempo terríveis aos déspotas, e seus flagelos e morte.

A soberania dos povos é sustentada com rigor (nº 3, 18, 22, 30); os povos não são herança de ninguém (nº 4); Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos aos caprichos de um só (nº 17); os reis não são emanções da divindade, sim autoridades constitucionais (nº 6); os reis não são pais dos povos, antes os povos são pais dos reis (nº 1); o povo, apesar das cortes, fica com o poder soberano para alterar e suspender as cortes (nº3); não se desobedece às cortes, quando encontrarem nossos direitos (*ibid.*); se a Assembleia Legislativa falta às condições do pacto social, fica dissolvido o contrato, e as províncias com direito salvo de cassar as procurações aos deputados, e nomear outros (nº25); os povos tem direito de dissolver a forma de governo (nº 28); as cortes são superiores ao imperador (nº 23); a obediência ao soberano Congresso deve ser razoável (nº1); um congresso pode ser faccioso (nº3) e opressor (nº4); clamando-se ao soberano Congresso sobre alguma lei que dele dimanar, a qual contrária seja aos interesses dos povos, se estes não forem atendidos, desfeito está o pacto; cabe-nos então reassumir nossos direitos (nº1); não se deve obedecer as leis prejudiciais (nº4); o povo do Brasil deu por generosidade o trono ao imperador (nº18); no sistema constitucional e lei é que governa (nº15); o governo constitucional é o melhor para o Brasil (nº25); a Constituição deve dar cabo do despotismo (nº61); o governo absoluto, o maior de todos os males (nº1); entre os povos que querem ser irmãos, não deve haver morgados (nº4); os grandes são vermes sutis, que vão roendo a liberdade (nº15); nobreza hereditária, prejudicial ao Brasil (nº19); os aristocratas tudo voltam em seu proveito contra todas as classes da sociedade (nº20); a Câmara Alta inteiramente prejudicial (*ibid.*); ataca a aristocracia em geral (nº 25 e 29) e particularmente o partido aristocrata do Rio de Janeiro (nº 16 e 17); estabelece a igualdade social (nº15 e 21); e diz afinal, que não se deve retrogradar da carreira da honra (nº5).¹⁵⁴

O projeto político de Frei Caneca apresentava, por vezes, semelhanças com o de Lopes Gama. O próprio frade carmelita demonstrou que havia convergência de princípios. Ambos os redatores estavam inseridos em um movimento amplo de mudanças políticas profundas. Em outros termos, ambos os indivíduos estavam

¹⁵⁴ *Cartas de Pítia a Damão*, nº VII, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, pp. 247-248. Esse impresso deve ter sido publicado poucos dias antes de 4 de outubro de 1823, dia em que saiu à luz o nº 34 do *Conciliador Nacional*.

inseridos num processo estrutural de transformações políticas do mundo atlântico. Ambos pretendiam participar da construção de um Estado de tipo nacional, constitucional e representativo.

Se havia convergências de fundo entre esses dois projetos políticos, onde estavam as principais divergências entre Frei Caneca e Lopes Gama? Talvez umas das divergências fosse o sistema de representação. Uma das reivindicações do liberalismo tanto de Caneca como de Cipriano Barata era a representação unicameral. Apesar de, segundo Frei Caneca, Lopes Gama ter afirmado no número 20 do *Conciliador* que é “a Câmara Alta inteiramente prejudicial”, ele transigiu com esse princípio e tornou-se um defensor do senado.

Outro elemento que distinguia enormemente os projetos políticos veiculados nos espaços públicos pernambucanos era a relação entre o poder executivo e o legislativo. Caneca criticou duramente Lopes Gama por este defender o Imperador como chefe militar da nação. Caneca criticou, também, o paralelo que *O Conciliador* estabeleceu entre o presidente dos Estados Unidos e o Imperador. Se o executivo norte-americano tinha amplo controle sobre o exército, por que o brasileiro não poderia ter? – argumentava Lopes Gama. Caneca, por sua vez, era intransigente na defesa do legislativo unicameral como órgão regulador das atividades militares. Para o carmelita descalço, em argumento nitidamente extraído de *O Federalista*, o mandato temporário do presidente norte-americano e arranjo de tipo federal eram dois mecanismos que regulavam o imenso poder militar nas mãos do executivo.¹⁵⁵ Ademais, e agora Frei Caneca se utilizava de categorias estabelecidas por Montesquieu: “a *virtude*, princípio fundamental das repúblicas, faz que na federação os diversos estados confederados se oponham aos projetos do opressor, a *honra* nas monarquias apresenta aos monarcas infinitos braços, que o sustentem no despotismo e tirania [grifo de Caneca]”.¹⁵⁶

¹⁵⁵ *O Federalista* do nº 2 ao 11 aborda a questão da necessidade de um exército unificado.

¹⁵⁶ Montesquieu. *Do Espírito das leis*. São Paulo : Martin Claret, 2007 [1748], Título III: “Dos princípios dos três governos”, pp. 34 a 44; “Sobre a doutrina anticonstitucional e perigosa do Conciliador Nacional nº 34”, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, p. 256-257. A questão militar foi assunto abordado em *O Conciliador Nacional* nº 1, 5, 7, 8, 14, 18 e 36. Entre os diversos assuntos abordados por Lopes Gama nesses números destaca-se: a necessidade de subordinar o governo militar ao civil, as polêmicas promoções militares feitas pela junta de Goiana, uma crítica veemente à incorporação de batalhões estrangeiros ao exército nacional e à defesa da criação de guardas cívicas. Para a concepção de Cipriano Barata sobre como deveriam ser organizadas as forças militares, *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Alerta!* nº 5 e 9 (suplemento), in: Marco Morel (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos*, pp. 191-196 e pp. 203-214.

Observemos dois aspectos dessa polêmica entre o frade carmelita e o monge beneditino. Em primeiro lugar, observa-se que a apropriação do sistema de governo estadunidense era feita por cada um dos publicistas a seu gosto. Se Lopes Gama usou o exemplo norte-americano para pleitear amplos poderes nas mãos do executivo, Frei Caneca se valeu do mesmo exemplo para contra-atacar e mostrar que no Brasil era preciso subordinar as forças armadas ao legislativo. Em segundo lugar, cabe destacar que a relação entre esses dois poderes – executivo e legislativo – talvez fosse a principal divergência entre os *unitários* e *federalistas*. Além da diferença central que se destacou ao longo deste capítulo – Estado unitário *versus* Estado com ampla autonomia provincial –, a relação entre o imperante e a Assembleia Constituinte quiçá seja o outro grande ponto capaz de gerar convulsões políticas.

Contudo, o grande ponto de inflexão no pensamento de todos os atores sociais envolvidos na luta política em Pernambuco nessa época foi, sem sombra de dúvidas, a dissolução da constituinte. As decisões tomadas, nesse momento, realmente demonstram a postura que cada grupo ou cada indivíduo adotou. Os *federalistas*, a partir desse momento, capitaneados por Manuel Carvalho Pais de Andrade na presidência da província, não aceitaram a dissolução. A pedra de toque do carvalhismo – a exigência da reconvocação da constituinte – demonstra que esse grupo não enxergava outra forma de ver a soberania da nação manifestada. A única forma que eles aceitavam era por meio de uma Assembleia Nacional.¹⁵⁷ O *Projeto de governo para as províncias Confederadas e que as deve reger em nome da soberania nacional (...)* por Manuel Carvalho Pais de Andrade, presidente do governo de Pernambuco, previa em seu último artigo que “serão unicamente executadas e observadas na Confederação do Equador as Leis, que decretou e mandou observar a Dissolvida Soberana Assembleia Constituinte do Brasil, e nenhuma outras.”¹⁵⁸

Já para Lopes Gama e para aqueles que acolheram a Constituição outorgada, a dissolução foi um mecanismo legítimo dentro de um Estado que se pretendia liberal. Ao fim deste capítulo, tratar-se-á de como esse indivíduo justificou publicamente a outorga de uma Carta.

¹⁵⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 193-194.

¹⁵⁸ In: Ulysses Brandão. *A Confederação do Equador*, p. 370.

1.9 – Alianças políticas

Verificar as alianças estabelecidas por Lopes Gama com exatidão apresenta algumas dificuldades. Não há dúvida de que *O Conciliador Nacional* se constituiu, inicialmente, em plataforma política para os interesses de Bernardo José da Gama. Depois de derrubada a Junta gervasista, contudo, os Gama não foram contemplados no poder provincial. O futuro visconde de Goiana foi eleito deputado à constituinte brasileira por Pernambuco, o que foi uma considerável vitória. Os outros parentes, entretanto, foram preteridos na eleição que formou a junta dos matutos. José Fernandes Gama, tio avô de Frei Miguel, e Bernardo José da Gama foram identificados como os principais cabeças do levante racial ocorrido em fevereiro de 1823 que ficou conhecido como *Pedrosada*. O comandante das armas interino da junta dos matutos, o mulato Pedro da Silva Pedroso, havia sido um dos protagonistas centrais da derrubada de Gervásio, em 16 de setembro de 1822. Novamente aliciando tropas de negros e pardos, tomou o Recife por alguns dias, no final de fevereiro de 1823, depondo a junta dos matutos e buscando constituir um novo governo. O descontrole da tropa, contudo, foi imenso. O Recife tomou ares de Haiti. A repressão não tardou. Tropas vindas da zona da mata sul invadiram a cidade e a junta dos matutos foi reempossada. É praticamente inegável que os dois Gama acima citados foram os principais articuladores civis desse fracassado golpe.¹⁵⁹

Lopes Gama teve alguma relação com a articulação da *Pedrosada*? Impossível saber. Ao que tudo indica, não. Frei Caneca, em *Resposta às calúnias e falsidades da Arara Pernambucana, redigida por José Fernandes Gama, preso na Corte do Rio de Janeiro*, comentou: “Não te lembrás que na casa do Senado se gritou solenemente – *fora Gamas, fora família de Gamas?*”. Em nota de rodapé, porém, o frade fez uma ressalva: “Perdoem-me o senhor deputado Caetano Maria Lopes Gama, cujas virtudes respeito muito, e seu irmão o senhor padre mestre frei Miguel Lopes, a necessidade que me vejo desta citação”.¹⁶⁰ Essa ressalva de Caneca, feita em outra ocasião de forma

¹⁵⁹ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, pp. 121-126; Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*, v. 8, pp. 403-408; *O Conciliador Nacional* nº 14. Cf. Luiz Geraldo Silva. “Negros Patriotas”.

¹⁶⁰ In: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, p. 128.

quase idêntica¹⁶¹, demonstra que não havia indícios que incriminassem Lopes Gama e seu irmão, futuro visconde de Maranguape, como articuladores da *Pedrosada*.

Mas não é possível desprezar as relações familiares. Não é possível descartar a possibilidade de o padre mestre frei Miguel Lopes ter tido algum vínculo com esse movimento urdido por seus familiares. Para se ter noção da proximidade desse monge beneditino com José Fernandes Gama, esse último elaborou uma solicitação ao regente D. João VI no início do século XIX. Esse requerimento possibilitou a Lopes Gama tornar-se noviço da ordem de São Bento. Como já se observou anteriormente, uma série de outros despachos à sede da monarquia portuguesa assinados por José Fernandes Gama demonstra que ele gozava de posição privilegiada na administração da capitania no início dos oitocentos. Fernandes Gama usou sua influência para ajudar o sobrinho.¹⁶²

Voltemos a março de 1823. Restituída a ordem, Lopes Gama condenou a *Pedrosada*, obviamente. A defesa de seu parente, como era de se esperar, foi tímida e indireta. Ele respondia a uma acusação proferida por Cipriano Barata. Este afirmava que o redator de *O Conciliador* estava nomeando “pessoas para seu desdouro”. Por que Cipriano não censurava, também, o redator da *Gazeta Pernambucana*? – indagava Lopes Gama. Este último não havia personalizado os co-réus de Pedroso? Não havia feito críticas nominais a “José Fernandes Gama, Ludgero, &c. (...)”. Esses, para Lopes Gama, deveriam ser punidos, “mas nunca vilipendiados”.¹⁶³

Há uma informação, contudo, que, se confirmada, pode definitivamente demonstrar como Lopes Gama, para além de suas relações familiares, também cultivava bons contatos dentro da junta dos matutos. Como já foi visto, segundo Alfredo de Carvalho, Lopes Gama foi o segundo redator do *Diário da Junta de Governo*. Ainda segundo o historiador pernambucano, quando Manuel Carvalho Pais de Andrade

¹⁶¹ Novamente em nota de rodapé, Frei Caneca fez outra ressalva na sua veemente acusação aos Gama: “Os que conhecem o reverendíssimo padre mestre frei Miguel Lopes, e seu irmão o ilustre deputado Caetano Maria Lopes Gama, logo veem que aqui não são compreendidos”. “O Caçador atirando à *Arara Pernambucana* em que se transformou o rei dos ratos José Fernandes Gama”, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, p. 139.

¹⁶² Arquivo Histórico Ultramarino- PE. AHU-PE_acl_cu_015, c264, 0.17705 [projeto resgate]. Sobre José Fernandes Gama: Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 96, nota 59; Adriana Maria Paulo da Silva. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2007, pp. 119 -129; José Antônio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, pp. 307-308.

¹⁶³ *O Conciliador Nacional* nº 14 (3/maio/1823). Infelizmente, o número 6 da *Sentinela da Liberdade*, o qual Lopes Gama refuta, é um dos poucos números desse jornal ausente na coletânea organizada por Marco Morel supracitada.

assumiu o poder provincial, em dezembro de 1823, o jornal oficial do governo passou a ser dirigido por Natividade Saldanha, membro da junta governativa que faria a Confederação do Equador.¹⁶⁴ Se confirmadas tais informações, fica nítido que o prestígio de Lopes Gama dentro da Junta dos matutos era grande.¹⁶⁵ E isso mesmo depois da *Pedrosada*, pois ele teria assumido a direção do diário oficial do governo justamente após esse levante racial. Entretanto, como Luís Nascimento já detectou várias falhas na obra de Alfredo de Carvalho, não se pode enxergar essas informações como absolutamente certas.

É comprovado, porém, que Lopes Gama não gozava de boa reputação dentro do grupo liderado por Manuel Carvalho Pais de Andrade. A informação de que o governo carvalhista sacou Lopes Gama do cargo de redator do diário oficial da província pode ser imprecisa. O desaparecimento de *O Conciliador Nacional*, entretanto, é extremamente sintomático. Os *federalistas*, quando assumiram o poder, controlaram todo o aparato tipográfico do núcleo urbano Recife-Olinda. A Tipografia *Cavalcante e Companhia*, o prelo do qual saíam os principais jornais da província, funcionou por mais de um ano, mas passou a ser propriedade do governo carvalhista. A justificativa era a falta do pagamento de uma dívida, no entanto, a intenção era nitidamente política: os carvalhistas pretendiam controlar os mecanismos que formavam a opinião. Em 30 de julho de 1824, foi emitida uma portaria para apreensão de todo o material tipográfico.¹⁶⁶

Desde o início de 1824, já não existiam jornais de oposição à Carvalho. A outra tipografia que funcionava na província foi criada por Antonio José Miranda Falcão no final de 1823. Esse, vinculado ao grupo *federalista* e depois envolvido na Confederação do Equador, imprimiu periódicos de caráter notadamente doutrinários, que tendiam a defender o grupo em questão. Publicou o *Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Caneca, *O Liberal* e *O Sentinela da Liberdade* (2ª época), ambos redigidos pelo Padre João Batista da Fonseca, *O Argos Pernambucano*, redigido por Natividade Saldanha e *Dezengano aos Brasileiros*, redigido por João Soares Lisboa. Todos os gazeteiros acima

¹⁶⁴ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 73-75.

¹⁶⁵ Foi realizada uma busca nas *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco* para confirmar a atribuição da redação do jornal a Lopes Gama e nada foi encontrado. Com ajuda de Hildo Leal, ex-diretor do APEJE, a quem agradeço imensamente, buscou-se essa informação na documentação oficial manuscrita da época e também nada foi encontrado.

¹⁶⁶ A tipografia Cavalcante e Companhia chamou-se primeiramente Oficina do Trem, depois Tipografia Nacional. Após o confisco feito pelos carvalhistas, voltou-se a chamar Tipografia Nacional. Francisco Augusto Pereira da Costa. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”, pp. 38-39; Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 40-41.

citados estiveram implicados na Confederação do Equador, e os periódicos que redigiram foram importantes veículos de opinião e de aglutinação política. Dessa forma, não foi apenas o governo imperial e seus aliados que cercearam a liberdade de imprensa. O Carvalhismo também se utilizou desse expediente, algo até agora silenciado pela historiografia.¹⁶⁷

1.10 - A carta se torna Constituição (1825)

Em 1829, um correspondente do *Diário de Pernambuco*, que assinava como *Sonâmbulo*, disse que foi visitar o padre mestre frei Miguel do Sacramento Lopes e o indagou: “Que faz, meu Amigo, que não sai a terreiro a pulverizar esse infame, que tão caluniosamente o tem injuriado por todas as formas?” O infame referido era o vigário Francisco Ferreira Barreto, jornalista que no início da década estava no mesmo campo político que Frei Miguel, mas que no final do decênio, tornou-se seu opositor.¹⁶⁸ Lopes Gama respondeu ao *Sonâmbulo* que desprezava os “latidos” desse prelado. Este se propôs, então, a defender seu amigo publicamente. A seguir, então, este libelo será sintetizado, pois ele narra a trajetória de Lopes Gama entre 1821 e 1825. Um detalhe importante: o *Sonâmbulo* era o próprio Frei Miguel. Trata-se, então, de um relato autobiográfico disfarçado.

Referindo-se a um jornal que Lopes Gama escreveu em fins de 1823, talvez início de 1824, e hoje desaparecido, o *Sonâmbulo* questionava: “O Cahete [nome do periódico] não passou do 4º ou 5º Nº, e por quê? Porque nessa ocasião entrou Carvalho na governança e o meu Amigo, prevendo a tempestade, recolheu-se ao silêncio”. Em seguida, indagava ao vigário Barreto: “como ousa Vm. Criminar o Conciliador [Nacional], e o Caheté por dizerem mal dos Europeus genericamente em uma época, em que o Soberano fulminava anátemas contra eles?”. Frei Miguel “escrevia contra os Europeus por ir de acordo com o Soberano, que por manejo político precisava de os intimidar para conseguir a Independência.” Mas Frei Miguel – ressaltava o *Sonâmbulo* – sabia distinguir os portugueses honrados dos inimigos e, mesmo escrevendo contra os Europeus, “não se tirava da casa do Ex-presidente Affonso, e do Excelentíssimo Marquez, pedindo por este, e por aquele, e até fez, que aquele protegesse um oficial, que

¹⁶⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”, pp. 37-43; Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*

¹⁶⁸ Cf. Antônio Joaquim de Mello. *Obras religiosas e profanas do vigário Francisco Ferreira Barreto*.

acabava de combater na Bahia no exército do Madeira!”. Segue o *Sonâmbulo* indignado: “Avançar que o meu Amigo foi Carvalhista é digno de apupada. Foi Carvalhista, escondeu em dus [sic] Mosteiro um caixão de cartuxame, levado pelo Cadete Marculino Alves Dias Villela para a projetada revolução contra o Carvalho?”¹⁶⁹

Deixando de lado a complexa temática do manejo político do anti-lusitanismo, a qual será contemplada no próximo capítulo, nota-se que Lopes Gama auxiliou operações militares contra Carvalho e frequentou a casa do presidente da junta dos matutos Afonso de Albuquerque Maranhão.

Após a derrota da Confederação, o *Sonâmbulo* relatava que Frei Miguel voltou a publicar o *Conciliador*. Nesse periódico, escreveu contra o partido dos confederados. A segunda fase desse jornal (1824-25) não resistiu ao tempo. Alfredo Carvalho observou que ao reaparecer em 1824, *O Conciliador Nacional* “assumiu atitude reacionária e, como órgão oficioso do governo do presidente José Carlos Maynik Ferrão¹⁷⁰, analisou com exagerada acrimônia os homens e os acontecimentos da Confederação do Equador”.¹⁷¹ O *Sonâmbulo*, entretanto, dizia que Lopes Gama nunca personalizava suas críticas; escrevia contra a facção, não contra indivíduos. Lopes Gama só havia citado o nome do chefe, Carvalho, e de João Soares Lisboa. Este último, além de ter sido, segundo o *Sonâmbulo*, o inventor da Confederação, já havia morrido. O melhor era, ainda segundo o *sonâmbulo*, carregar a tinta nos mortos do que fazer como o vigário Barreto, que denunciou vários foragidos pelo nome. Lopes Gama, ao contrário, pediu pela vida da várias pessoas ao General Lima e Silva, o chefe da repressão.¹⁷²

Na sequência, o *Sonâmbulo* defendeu Frei Miguel da acusação de que o General Lima e Silva se aborrecia com sua pessoa. Para provar o bom relacionamento de Lopes Gama com o chefe da repressão, o *Sonâmbulo* anexou uma carta assinada pelo General,

¹⁶⁹ *Diário de Pernambuco* nº 237 (05/novembro/1829).

¹⁷⁰ José Carlos Maynik Ferrão foi nomeado presidente de Pernambuco por D. Pedro I no início de 1824. O Imperador pretendia acabar com as tensões entre Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo e líder *unitário*, com Manuel Carvalho Pais de Andrade. Ferrão era, pois, uma opção conciliadora. Ele se negou assumir o cargo, atitude que teve influência direta na deflagração do movimento revolucionário. Ferrão só assumiria o cargo em 1825, após a derrota militar dos confederados e após 10 meses de governo civil e militar do general Francisco Lima e Silva. Esse último foi o chefe do exército imperial, e responsável pela devassa que condenou a morte alguns dos líderes da Confederação do Equador.

¹⁷¹ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, p. 67.

¹⁷² Sobre Francisco Lima e Silva, cf. nota 168.

datada de 14 de dezembro de 1825. Essa missiva era dirigida ao Padre Mestre Frei Miguel do Sacramento Lopes e mostrava “em que conceito ele [Lima e Silva] o tem”.¹⁷³

Finalizando a narrativa, o *Sonâmbulo* relatou que Frei Miguel foi escolhido pelo general para criar o Liceu Pernambucano, o primeiro estabelecimento de ensino secundário da província. Lopes Gama se tornou o primeiro diretor do liceu e o visitador de todas as aulas públicas existentes em Pernambuco. Por fim, o sonâmbulo relatou que Frei Miguel, por ter escrito contra a “ficção do Equador, (...) mereceu do Soberano a honra de Pregador de Sua Imperial Capella, e isto sem que ele o requeresse”. Essa honraria ainda era estampada orgulhosamente por Lopes Gama em 1851, na capa de um livro de sua autoria.¹⁷⁴

Esta narrativa, feita de forma indireta e em uma época em que Lopes Gama precisava provar que não era republicano, como se verá no próximo capítulo, é um documento de primeira importância para entender a sua atuação no período da Confederação do Equador. Faltou apenas um detalhe importante: ele também foi nomeado por Lima e Silva, em 2 de outubro de 1824, para controlar o aparato tipográfico da província.¹⁷⁵ Tornou-se, pois, o responsável pelo fechamento da imprensa “livre” após a derrota militar da Confederação do Equador. Entre outubro de 1824 e fins de 1825, só dois jornais circularam na província: a segunda fase de *O Conciliador* e o jornal oficial do governo, que, segundo Alfredo de Carvalho, foi de sua autoria também.¹⁷⁶

Mesmo que essa informação do historiador da imprensa pernambucana seja imprecisa, considera-se aqui Lopes Gama como o responsável pelas informações veiculadas nesse periódico, visto que tudo que saiu do prelo neste período foi de sua responsabilidade. Em 4 de julho de 1825, o *Diário do Governo de Pernambuco* relatava em tom encomiástico a despedida do General Lima e Silva: “quando as Autoridades, legalmente constituídas, sabem desempenhar as comissões, de que são encarregadas, por o *legítimo Soberano* [grifo meu], e tem somente a Lei por farol (...) tudo é paz, e harmonia.” Lopes Gama fazia referência às comissões militares que condenaram

¹⁷³ *Diário de Pernambuco* nº 237 (05/novembro/1829).

¹⁷⁴ *Lições de Eloquência Nacional, pelo Pe. M. do S. Lopes Gama, comendador da Ordem de Cristo e Pregador e Cônego da Imperial Capella, Professor Jubilado de Rethorica e Diretor do Lyceo de Pernambuco*. Pernambuco : Typographia de Santos e Companhia, 1851.

¹⁷⁵ Registro de Provisões 17/2 (provisões, portarias, editais e bandos) – APEJE.

¹⁷⁶ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, p. 93.

peessoas à morte, entre elas, Frei Caneca. O redator finalizava elogiando o general que no “curto espaço de oito meses, e dez dias, que eiserceu [sic] S. Exc. As funções [sic] do governo Civil, e Militar desta dita Província, fez que religiosamente se obedecessem as Imperais Ordens”.¹⁷⁷

Além de elogiar a atuação do Brigadeiro Lima e Silva, era preciso afirmar a carta de 1824. Essa precisava ser vista como o sustentáculo da ordem. Em uma província onde a contestação à dissolução da Constituinte assumiu ares de revolução, a Carta de 1824 não poderia ser vista como um vício de origem da nação brasileira. Era necessário veicular nos espaços públicos a ideia de que a Carta Magna era oriunda da soberania nacional. Em outros termos, era urgente transformar a Carta em Constituição. Lopes Gama atuou nessa operação de transformação semântica de profundo significado para a época.

Primeiramente, frisemos que Lopes Gama, como diretor do Liceu Pernambucano, ordenou que “nenhum rapaz será matriculado nas aulas de Retórica, e Filosofia, (...) se não apresentar ao Diretor dos Estudos certidão de ter jurado a Constituição do Império”.¹⁷⁸ Desnecessário seria destacar o agudo simbolismo desse ato. No entanto, vejamos agora um documento que revela o posicionamento de frei Miguel sobre o tema: *Dialogo entre um Corcunda um Constitucional, e um Federativo do Equador*. Impresso em 1825, e contendo cerca de 20 páginas, trata-se de uma fonte riquíssima que pode suscitar diversas análises.¹⁷⁹

Não sendo de autoria explícita de Lopes Gama, Bezerra Cavalcanti atribuiu a ele a sua paternidade. Acredita-se ser impossível comprovar isso, mesmo que o estilo, a linguagem e o posicionamento político externado nesse *Diálogo* sejam muito semelhantes a vários artigos que foram analisados de *O Carapuceiro*, escritos na década posterior. Diálogos entre personagens fictícios eram muito comuns na imprensa da época. Esse folheto foi um veículo de expressão para as ideias de Lopes Gama por outro motivo: era ele quem controlava tudo o que saía do prelo da Tipografia Nacional. Ademais, as probabilidades de ter sido ele o autor são enormes, mesmo que nem Pereira

¹⁷⁷ N° 66 (único exemplar existente).

¹⁷⁸ Instrução Pública, v. I, p. 10 (verso)- APEJE. Cf. também Olívio Montenegro. *Memórias do ginásio pernambucano*, pp. 9-10.

¹⁷⁹ Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa (org.). *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador*: um raro e curioso documento. São Paulo, 1975. O original encontra-se na BN. Não se trabalhou com ele por questões práticas.

da Costa nem Alfredo de Carvalho citem esse impresso como de sua autoria. Observando os indivíduos que participaram do debate público sobre a independência em Pernambuco, qualquer analista optaria por atribuir a Lopes Gama a paternidade desse curioso documento.¹⁸⁰

Em um diálogo entre três personagens, o “Constitucional” parece receber maior destaque. Os outros dois participantes, o “Federativo” e o “Corcunda”, apresentam seus argumentos de maneira breve e são sempre interrompidos pelo “Constitucional”, que, em longas exposições, defende seu ponto de vista. Tudo leva a crer que o ponto de vista do “Constitucional” é o mesmo defendido por Lopes Gama, em uma forma indireta de divulgar suas próprias ideias.

O “Corcunda” maldiz os “Reformadores e regeneradores dos Estados que têm produzido o inferno”. O “Federativo” se contrapõe, dizendo que “todas as revoluções e reformas são boas”. Já o “Constitucional” procura ponderar: “nem tanto, nem tão pouco; nas coisas humanas todos os extremos são viciosos”. Essa postura moderada, sempre buscando o meio-termo, foi característica marcante dos escritos de Lopes Gama a partir de 1829, como se verá adiante, seja em relação à política, seja em relação a outros assuntos cotidianos. Assim, observa-se no personagem fictício “Constitucional” a imagem do próprio autor, sendo que, sob esse mesmo signo de Constitucional, ele balizou suas opiniões desde 1825. Ser constitucional era sinônimo de moderação e bom senso, segundo pensamento que se buscava consolidar a partir de então.¹⁸¹

Enquanto o “Federativo” protestava dizendo que, quando o imperador dissolvera a Assembleia, “que era onipotente, dissolveu o Pacto social”, e o “Corcunda” chamava os revolucionários de “uns hereges, uns libertinos” dizendo que “onipotente só é Deus”, o “Constitucional” procurava contrabalançar essas duas opiniões opostas: “Pacto quer dizer = ajuste, ou contrato = Quanto dar o nome de Onipotente a Assembleia foi um desvario demagógico de algumas cabecinhas de gás carbônico”. Com uma linguagem coloquial e bem humorada, Lopes Gama expressou, por meio desse diálogo,

¹⁸⁰ João Alcides Bezerra Cavalcanti. *A Paraíba na Confederação do Equador*. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional, 1925, apud. Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa (org.). *Diálogo...*, p. 8. Encontram-se em *O Carapuceiro* números que utilizam o modelo de diálogo fictício, muito semelhante ao que se encontrou no *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador*. *O Carapuceiro*, n. 35 (20/agosto/1839), cujo título é “Diálogo entre Roberto Agricultor, Franklin Comerciante, e Rodrigo Empregado Público”, é emblemático no sentido de demonstrar a semelhança no estilo.

¹⁸¹ Pp. 11-12.

seu posicionamento sobre como deveria ser configurada a Monarquia Constitucional brasileira e como deveriam ser distribuídos os poderes, com proeminência do executivo sobre os demais. Em uma crítica indireta ao constitucionalismo vintista, o qual conferia preponderância do legislativo sobre o executivo, “o constitucional” dizia: “pretenderam reduzir o Rei a um simples cidadão, substituindo à forma Monárquica a mais escandalosa democracia”.¹⁸²

Questionado, nesse diálogo fictício, pelo “Federativo”, se D. Pedro, que havia prometido uma Constituição liberal, faltou com sua palavra, o “Constitucional” respondeu prontamente:

O imperador com efeito jurou uma Constituição liberal: e aqueles que gritavam contra o Projeto, por Ele oferecido aos Povos, ou eram democratas maníacos, que nem podem ouvir o nome de Rei; ou rapazolas ignorantes, que abraçavam suas paixões. Liberal significa = o que dá com largueza, mas sem prodigalidade, nem mesquinhez: ora ajuntando esse epíteto à palavra = Constituição =, temos, que Constituição liberal será aquela que der ao Povo, o que convém ao Povo para a sua segurança, e felicidade, ao Monarca o que lhe é devido para as promover, e impor obediência, e respeito às leis: ao nobre o que lhe compete, ao rico, marcando-lhe os limites de suas regalias, aos pobres, e pequenos, protegendo-os das violências destes, e d’aqueles. E não é isto exatamente o que se vê no Projeto? Logo o Imperador cumpriu à risca Sua Imperial Palavra.

No trecho acima citado, fica explicitado o processo pelo qual Lopes Gama procurou legitimar a Carta de 1824, caracterizando-a como uma autêntica constituição liberal. Ao monarca, caberia oferecer ao povo o que a ele conviesse, e “impor a obediência e o respeito às leis”. A “reivindicação” dos revolucionários de que D. Pedro I havia traído o projeto de uma Constituição liberal ao promover a dissolução da Assembleia Constituinte fica, assim, infundada para Lopes Gama.

Havia significações distintas para a palavra “constitucional”. Para os partidários da Confederação do Equador, a Constituição estava estreitamente vinculada à ideia de federação. Ao dissolver a Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, D. Pedro I desdenhou das partes integrantes do Império que, segundo os federalistas, deveriam ter voz ativa no processo de elaboração da carta constitucional. Ao não relevar a importância das províncias nesse momento, o imperador deixou de ser constitucional. Já, para Lopes Gama, o fato de a Constituição de 1824 ter sido outorgada não tirava a legitimidade dessa lei, e D. Pedro I continuava sendo constitucional.

¹⁸² P. 16 e 13.

O leitor desatento acharia que Lopes Gama justificava a outorga baseando-se no conceito de soberania monárquica, isto é, que o monarca impôs a Constituição por ser a fonte originária da soberania. Não era essa, porém, a base de sua argumentação. A defesa da preponderância do executivo sobre o legislativo é, realmente, nítida nesse folheto, mas existem outros aspectos a serem sublinhados. Vejamos mais alguns argumentos do “constitucional”:

De mais: Digam-nos os Portugueses: quem foi que Aclamou o seu 1º Afonso no campo de Ourique? A história nos diz, que foram as suas Tropas depois da vitória contra os infiéis: no Brasil que Aclamou ao Senhor D. Pedro Imperador Constitucional deste vasto Império? Foram não só as Tropas, mas todas as Câmaras, Empregados Públicos; foram enfim o Clero, a Nobreza, e o Povo. Por tanto assim para os seguidores da Legitimidade, como para os que derivam a Soberania do unanime consenso da Nação é Ele nosso muito legítimo Imperador.¹⁸³

Lopes Gama buscava justificar a soberania depositada em D. Pedro tanto da forma antiga, ou seja, para contemplar os “seguidores da Legitimidade”, como da forma moderna, contemplando “os que derivam a Soberania do unânime consenso da Nação”. O ato de aclamação, portanto, tinha esse duplo significado. Agradava tanto aos corcundas quanto aos federativos. Para verificar o “consenso da Nação”, entretanto, a província como unidade decisória foi preterida em favor das câmaras municipais. Vejamos de que forma “o constitucional” continua a defender a Carta de 1824 como oriunda da vontade nacional, algo que estava intimamente vinculado com a aclamação do imperador:

O imperador não deu a Constituição ao Brasil, como vós dizeis, nem tão bem estava obrigado a recebê-la, como a Assembleia lhe quisesse dar: por isso que Ele foi Aclamado, e feito Imperador por toda a Nação; donde se segue, que a Assembleia, que é delegada desta, nunca podia destruir o que solenemente tinha feito a delegante, ou sua Constituinte. Ofereceu a sim [sic] aos Povos, e muito mais livre, que a que havia feito a extinta Assembleia; e tanto ofereceu livremente, que lhe deu o simples título de = Projeto = As Províncias foram abraçando, e jurando até com entusiasmo: a maioria da Nação a quis: o Imperador a jurou; e foi então, que Decretou, fosse jurada pela parte menor, que eram duas Províncias, que faltavam, e não podiam seguir o exemplo de todas as mais; por que uma facção anárquico-democrática lhes atava as mãos: logo a Constituição do Brasil foi oferecida pelo Imperador à Nação, e abraçada por Ela, e por Ele, e eis sustentando, e mais firme que nunca o Pacto entre a mesma Nação e o Imperante.¹⁸⁴

¹⁸³ p. 15.

¹⁸⁴ p. 17.

A informação de que o Imperador submeteu a constituição às províncias é falsa. A constituição foi enviada às câmaras. Por que Lopes Gama invertia essa informação? Era necessário acabar com os descontentamentos basilares dos revolucionários de 1824. Qualificá-los como uma “facção” era imprescindível. As queixas dos confederados iam, pois, de encontro ao consenso estabelecido pela “maioria da nação”. Colocava-se, assim, a Constituição de 1824 dentro dos parâmetros básicos do sistema representativo ocidental, o qual considerava o consenso como diretriz básica a ser seguida, sendo divisões no seio da nação funestas e facciosas.¹⁸⁵ Não é coincidência que, em Portugal, se chamou o texto constitucional outorgado em 1826 de carta ao longo do século XIX, e no Brasil não.¹⁸⁶ Houve um processo de ressignificação semântica empreendido pela imprensa brasileira muito peculiar, e isso em um período de relativo controle tipográfico.¹⁸⁷ A constituição passou a ser vista como oriunda da vontade da maioria da nação, visão consolidada, como se verá, no final da década de 1820 e no início da de 1830.

Lopes Gama, por opção pessoal, participou dos debates jornalísticos entre 1822 e 1825. Dessa forma, ele ajudou a estabelecer em Pernambuco uma prática política até então inédita: a livre discussão. Sua atuação foi importante para a implementação de um projeto político que estabelecia o Rio de Janeiro como centro maior do império do Brasil. Após uma violenta guerra civil, ele defendeu a consolidação da Carta de 1824, em um momento de retração dos espaços públicos provinciais.

Por volta de 1826, Lopes Gama se retirou para sua casa de campo em Poço da Panela, paróquia do Recife situada às margens do rio Capibaribe. Ele reclamava de uma

¹⁸⁵ Adam Przeworski. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”, 2006, p. 25.

¹⁸⁶ Para uma defesa da Carta de 1826 em Portugal, a qual diverge em alguns pontos da feita por Lopes Gama em relação à Carta de 1824 para o Brasil, mas que converge em outros, ver: João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett. “Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convém na nova ordem de coisas do mundo civilizado [1830]”, in: Idem. *Obras completas de Almeida Garret*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1904.

¹⁸⁷ Outro texto fundamental para entender a afirmação da Constituição de 1824 em Pernambuco após a Confederação do Equador, mas, sob outro viés, foi escrito pelo vigário Francisco Ferreira Barreto. *Oração de acção de graças que na solemnidade do juramento do projecto, como constituição política do império, que mandou celebrar o Senado da Cidade do Recife, no dia 1º de Dezembro, anniversario da faustíssima coroação, e sagração de S.M.I.C., Na Igreja Matriz do SS. Sacramento de Santo Antônio do Recife*. Pernambuco: Tipografia Nacional, 1825. O mesmo texto encontra-se republicado em Antônio Joaquim de Mello. *Obras religiosas e profanas do vigário Francisco Ferreira Barreto*.

afecção nervosa. Quando os debates jornalísticos renasceram em 1829, a constituição foi violentamente contestada por um grupo denominado *Colunas do Trono e do Altar*. Sem constituição, não existiram espaços públicos de discussão política. Era preciso, então, defender a efetividade do texto constitucional. Em 1829, Lopes Gama voltou a atuar como um agente construtor dos espaços públicos brasileiros.

CAPÍTULO 2 – GUERRA AOS EXTREMOS (1829-1831)

A partir de 1829, a discussão política renasceu em Pernambuco. Após os dinâmicos debates jornalísticos do período da Independência (1821-1824), observam-se três anos de relativo marasmo nos espaços públicos dessa província. Em um local onde se precipitou um movimento revolucionário e uma subsequente repressão, o periodismo demorou mais para retomar suas atividades com força. Como já se observou na introdução, a imprensa livre da corte, que foi censurada após a dissolução da constituinte em 1823, já se mostrava vigorosa a partir de 1826. Nesse ano, instalou-se a primeira legislatura da Assembleia Geral. Novamente, tal qual durante o vintismo luso-brasileiro, percebe-se a estreita relação entre uma assembleia legislativa que torna pública suas discussões e a imprensa periódica. Em 1826, cerca de quatorze jornais já circulavam no Rio de Janeiro, quando, em Pernambuco, entre 1825 e 1828, apenas dois jornais de fato saíram do prelo (conferir os gráficos na Introdução). Nessa província, as polêmicas públicas ressurgiram apenas a partir de 1829. Era a conjuntura das eleições gerais para juízes de paz, vereadores, membros do Conselho de Governo (também chamado de conselho da presidência), para o Conselho Geral de Província e para deputados à Assembleia Geral (2ª legislatura).¹⁸⁸

Lopes Gama participou ativamente desse debate com uma frequência praticamente diária. Inicialmente, para se preservar, ele escondeu-se sob o pseudônimo de “Sonâmbulo”, mas, em um núcleo urbano com cerca de 27 mil habitantes e com uma classe letrada relativamente pequena,¹⁸⁹ era difícil que sua identidade não fosse revelada. Desde o aparecimento do “Sonâmbulo”, em 10 de agosto de 1829,¹⁹⁰ nas páginas do periódico *O Constitucional*, seus opositores já acusavam ser ele, Frei Miguel, o autor dessas correspondências.¹⁹¹ Esse, debaixo do seu pseudônimo, negou até o fim desse ano sua identidade. Em 22 de dezembro de 1829, entretanto, seus adversários subornaram um escravo de Lopes Gama que levava correspondências ao impressor. Essas cartas foram publicadas no diário *O Cruzeiro* e desmascararam

¹⁸⁸ Marcus J. M. de Carvalho. “A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador”. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999; Idem. “‘Aí vem o capitão-mor’: As eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil imperial”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, 2002, v. 7, n. 13, pp. 157-187.

¹⁸⁹ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 75, nota 17.

¹⁹⁰ *O Constitucional* n. 12.

¹⁹¹ Ver: *O Amigo do Povo* n. 12 (15/agosto/1829), carta assinada pelo “Seminarista Zangado”.

definitivamente sua identidade secreta.¹⁹² Voltar-se-á, adiante, a falar dessas correspondências, que são documentos de alta relevância para o estudo da atividade jornalística da época.

A discussão política desse período foi extremamente polarizada. De um lado, os jornais publicados na Tipografia do Cruzeiro: *O Amigo do Povo*, de frequência semanal, e *O Cruzeiro*, de frequência diária. Ambos tinham como redator principal padres – José Marinho Falcão Padilha e o Vigário Francisco Ferreira Barreto. Percebe-se que o clero ocupou esse importante espaço que surgia na sociedade, exercendo o papel de formador de opinião política.¹⁹³ Ambos os redatores já haviam participado do debate político entre 1822 e 1824. Participavam, tal qual Lopes Gama, da segunda experiência de amplo debate público no espaço urbano. É interessante notar que, entre 1822 e 1823, esses clérigos estiveram vinculados ao projeto unitário, ou seja, estiveram no mesmo campo político que Lopes Gama no início da década, para no final dela se tornarem inimigos ferozes. Essas gazetas – *O Amigo do Povo* e *O Cruzeiro* – apresentavam a sociedade *Colunas do Trono e do Altar*, que contava com gente graúda no jogo político provincial, gente que dominava boa parte da burocracia administrativa, militar e judiciária pernambucana. A presidência da província, por exemplo, era ocupada por Thomaz Xavier García d’Almeida, juiz que fora auditor militar do inquérito que condenou vários dos rebeldes de 1824.¹⁹⁴ O eixo desses periódicos era acusar seus opositores de republicanismo, pedindo severas punições a esses indivíduos taxados de demagogos, farroupilhas, anárquicos e revolucionários. Sua campanha jornalística iniciou-se após um levante de pequeno porte, conhecido como “república de Afogados”, em alusão ao bairro no qual foi iniciado o movimento. Segundo o relatório do Governador das Armas, no dia primeiro de fevereiro de 1829, “alguns malvados em número de vinte e poucos, mais ou menos, capitaneados por outros de sua facção” cometeram roubos e insultos em Afogados e foram em sentido à vila de Santo Antônio. Lá chegaram já em número de oitenta e soltaram os presos da cadeia, apoderaram-se das armas e quiseram instalar um governo revolucionário, mas foram repelidos e fugiram

¹⁹² *O Cruzeiro* n. 181.

¹⁹³ Cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Em Pernambuco os que oram também lutam: a imprensa abatinada e seus embates conceituais (1829-1831)”. *Pós-História* (Assis), n. 13/14, 2005/2006.

¹⁹⁴ Sobre a Coluna do Trono e do Altar pouquíssima bibliografia. Cf. Amaro Quintas. “O nordeste, 1825-1850”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972; Marcus J. M. de Carvalho. “A República dos Afogados”; Idem. ““Aí vem o capitão-mor””; Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Em Pernambuco os que oram também lutam”.

para o sertão. Paralelamente, surgiam no Recife pasquins e uma proclamação contra o Imperador, concitando os povos à rebelião.¹⁹⁵ Armitage, pouco interessado em exagerar esses acontecimentos, disse que foi uma “revolta, insignificante em si mesma, mas seguida depois de importantes resultados”.¹⁹⁶

Após essa suposta rebelião republicana, foi levada adiante a “devassa dos pasquins”, na qual foram indiciados e presos seis homens acusados de promover, por meio da palavra escrita, ataques contra o presidente e o comandante das armas. Entre eles, estavam Antonio Joaquim de Mello – futuro biógrafo de Frei Caneca e Gervásio Pires Ferreira – e João Barata de Almeida, chamado de “Baratinha” por ser sobrinho de Cipriano Barata.¹⁹⁷

Do outro lado da discussão, encontram-se os jornais impressos na Tipografia do Diário: *O Constitucional*, que tinha como redator principal o médico baiano Jerônimo Villela Tavares; *A Abelha Pernambucana*, escrito pelo considerado radical e polemista de longa vida no império Antônio Borges da Fonseca; e *O Diário de Pernambuco*, dirigido por Antônio José Falcão de Miranda, o dono da tipografia. Falcão de Miranda havia sido preso após a Confederação do Equador, mas foi solto alguns meses depois por falta de provas que o incriminassem. Em 1823, ele já era dono de tipografia, a qual foi responsável pela impressão dos principais periódicos *federalistas*. Percebe-se, pois, que as alianças políticas se transformaram profundamente em quatro anos.¹⁹⁸

Lopes Gama publicava cartas tanto no *Diário de Pernambuco* como no *Constitucional*. É difícil precisar todas as correspondências que ele escreveu, pois usava diversos pseudônimos, muitas vezes elogiando cartas que ele mesmo havia escrito sob outro disfarce. Optou-se aqui por seguir de perto todas as cartas que ele publicou

¹⁹⁵ Tobias Monteiro. *Historia do Império*. O primeiro reinado. Belo Horizonte : Itatiaia, 1982, p. 246. Outro relato coevo sobre o episódio, este do conselho da presidência, em *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco*, v.II, p. 63.

¹⁹⁶ João Armitage. *História do Brasil, desde a chegada da família real de Bragança em 1808 até a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro : Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837, p. 243.

¹⁹⁷ Marcus J. M. de Carvalho. “A República dos Afogados”

¹⁹⁸ Informações biográficas sobre alguns dos indivíduos já citados em Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Informações descritivas sobre os periódicos citados em Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*; Luis do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*. Para biografias analíticas sobre Borges da Fonseca, cf. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. *A atuação política de um publicista*; Mário Márcio de A. Santos. *Um homem contra o Império*: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa : A União, 1994. Para um relato descritivo sobre as tipografias em Pernambuco, ver: Francisco Augusto Pereira da Costa. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”.

debaixo do pseudônimo *Sonâmbulo*. O eixo desses periódicos publicados na Tipografia do Diário era acusar os *Colunas* de serem absolutistas, de tramarem secretamente para derrubar a constituição, de quererem promover o despotismo.

O provérbio latino *ne quid nimis*, que significa “nada em excesso”, tinha bastante apelo no início do século XIX.¹⁹⁹ O contrário do excesso, a moderação, era recomendada tanto para os afazeres cotidianos da vida quanto para a política. O *Dicionário da Academia Espanhola*, de 1824, definia como moderado “aquele que mantém o meio entre as extremidades, entre o pouco e o muito, entre a falta e o excesso”.²⁰⁰ Nesse momento histórico, havia dois tipos de extremos execráveis na esfera política: a anarquia de um lado, e o despotismo de outro. A anarquia era corporificada no discurso da época por meio da república e da democracia, ambos os sistemas sendo considerados distantes da moderação. A memória construída do período republicano/jacobino da Revolução Francesa era altamente negativa. A lembrança desse período histórico no Brasil independente, como já se observou, passou pelo filtro da restauração borbônica de 1815. Dessa forma, a república francesa era lembrada como o exemplo mais grotesco dos excessos cometidos pelas classes populares se apropriando do poder.²⁰¹

Ainda mais próximos, no tempo e no espaço, eram os exemplos da Confederação do Equador e da república pernambucana de 1817. Esses eventos revolucionários eram atribuídos ao exagero de certas pessoas, que, ainda que bem intencionadas, deixaram se levar pela atração irresistível que os extremos políticos exercem.²⁰² O número inicial do *Amigo do Povo*, de 30 de maio de 1829, traça um histórico da facção republicana desde 1817, afirmando que a agitação republicana não cessou em Pernambuco desde então. O recente episódio no bairro de Afogados seria

¹⁹⁹ Cf. http://www.latin-dictionary.org/Ne_quid_nimis (acesso em 16 de dezembro de 2009). Cf. também *O Carapuceiro* n. 5 (26/maio/1832).

²⁰⁰ *Diccionario de la lengua castellana*, pela Academia Espanhola (1824), apud. Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, p. 123-124.

²⁰¹ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 35-45. Cf. também as traduções que José da Silva Lisboa publicou da obra de Edmund Burke em 1812 e 1822, dois importantes documentos para a análise da memória da Revolução Francesa no Brasil independente. *Extratos das obras políticas e economicas de Edmund Burke por José da Silva Lisboa*.

²⁰² Sobre a revolução de 1817 ver *O Constitucional* n. 16, 35 e 66 (1829 e 1830). Sobre a Confederação do Equador ver os números 7, 24, 31, 38, 43, 45, 62, 82, 84, 125 e 126 (1829 e 1830). Ainda sobre a construção da memória da Confederação do Equador, cf. Luiz Geraldo Santos da Silva e Ariel Feldman. “Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840).” *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 143-163, 2010; Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “História e Memória: Os relatos da Confederação do Equador (1824-1924).” *Maracanan* (Rio de Janeiro). Ano III, n.1, janeiro 2005/março 2007.

sintomático, pois se os sublevados fossem apenas salteadores, eles não pretenderiam instalar governos, como o redator sugere que aconteceu. Assim, esse seria o objetivo do jornal: combater a facção republicana. Nesse mesmo número, o redator apoiava, inclusive, a criação de uma comissão militar para julgar os indiciados, tal como ocorrera na Bahia, em 1824, com os suspeitos de assassinar o governador das armas e após a Confederação do Equador. Nessas duas ocasiões, foram suspensas as garantias individuais e constitucionais dos réus.²⁰³

O outro extremo, o despotismo, foi o inimigo simbólico de quase todos os grandes movimentos políticos da Era das Revoluções. A Revolução Francesa, o grande ícone, o Movimento Constitucionalista de Cádiz (1812) e a Revolução do Porto (1820) tiveram como mote superar o obscuro tempo no qual vigorou o despotismo. Esse era talvez um sentimento compartilhado por grande parte dos indivíduos que viveram no mundo atlântico nessa época, o sentimento de que se vivia um momento histórico ímpar que marcava o fim do absolutismo monárquico. Em Pernambuco, o primeiro grande grito de liberdade contra o despotismo foi dado em 1817, e a campanha contra Luís do Rego Barreto, o último capitão general, ainda era forte na memória de todos. A análise da atuação dos deputados pernambucanos nas Cortes de Lisboa, entre 1821 e 1822, boa parte composta de ex-revolucionários de 1817 recém-libertados dos cárceres baianos, revela um pano de fundo comum. Esses deputados atribuíam para si o papel de inimigos do despotismo, sendo o déspota representado por Luís do Rego Barreto, o último capitão general e algoz após a revolução.²⁰⁴

Nessa guerra jornalística travada no Recife entre 1829 e 1831, ambos os grupos tentavam atribuir aos rivais os vícios dos extremos políticos, ao mesmo tempo em que procuravam se colocar como o meio-termo ideal, o exemplo de moderação. Como se verá, na maior parte das vezes, as acusações eram forjadas. Os *colunas* estavam longe de serem absolutistas, da forma como os seus opositores os acusavam. O grupo de Lopes Gama estava longe de ser republicano, democrático, tal como os *colunas* procuraram caracterizar. Evidentemente, tratavam-se de projetos políticos diferentes. O que se pretende fazer neste capítulo é filtrar os exageros atribuídos a cada um desses agrupamentos e procurar distinguir a diferença entre esses dois projetos de futuro. Na guerra aos extremos, os agrupamentos políticos caracterizaram seus opositores da forma

²⁰³ Tobias Monteiro. *Historia do Império*, pp. 233-242.

²⁰⁴ Cf. Márcia R. Berbel. “Pátria e patriotas em Pernambuco”.

mais exagerada possível. Focando a análise na atuação de Lopes Gama, mostrar-se-á como esse indivíduo se posicionou dentro dessa peleja na qual as palavras eram as armas. Nas palavras de Lopes Gama: “Mariborough, e o príncipe Eugênio na célebre batalha de Blenheim (a maior vitória que tem tido os ingleses) não tinham mais coragem à frente de suas numerosas brigadas, do que eu, quando dobro o papel, e molho a pena no meu tinteiro”.²⁰⁵

Antes de se iniciar a análise dos projetos desses dois agrupamentos políticos, mostrar-se-á que, além da oposição de ideias, brigava-se por cargos dentro da burocracia imperial (subtítulo **2.1**). Focar-se-á, obviamente, no caso de Lopes Gama, que por pouco não perdeu a cadeira de retórica do Seminário de Olinda, adquirida em 1817 e confirmada em 1821. Aliás, esse foi o único ordenado fixo que esse homem teve ao longo de sua vida. Em seguida (**2.2**), procurar-se-á distinguir, em linhas gerais, os dois projetos políticos que se esboçaram na imprensa periódica. Dar-se-á especial atenção para a análise do conceito de soberania nacional, noção fundamental dentro da proposta que Lopes Gama elaborava para o Brasil. No subtítulo seguinte (**2.3**), demonstrar-se-á que havia um conflito entre duas maneiras de se legitimar o poder instituído. A primeira pautava-se no conceito de soberania nacional, a segunda no de soberania monárquica. Logo após (**2.4**), mostrar-se-á como Lopes Gama defendeu a existência de elementos populares na Constituição do Brasil, com o argumento central de que esse Império fazia parte do mundo americano, não do europeu. No próximo subtítulo (**2.5**), por sua vez, demonstrar-se-á como Lopes Gama visualizava as elevações sociais, pois da mesma forma que defendia a ideia de que no Brasil inexistia uma nobreza de fato, sendo ridículo pensar nesses termos, advogava que era necessário construir um novo tipo de aristocracia, uma aristocracia de mérito. Por fim (**2.6**), procurar-se-á investigar como as identidades étnicas (homens livres de cor) e as identidades nacionais (portugueses *versus* brasileiros) foram utilizadas por Frei Miguel na construção de seu discurso. Com qual intenção ele manipulou essas distinções sociais?

Este capítulo pretende ser uma contribuição a um período que inicialmente foi preterido em nossa historiografia. Varnhagen, pela proximidade que o primeiro reinado

²⁰⁵ *O Constitucional* n. 151 (09/dezembro/1830). A batalha de Blenheim (nome de uma vila na Bavária, atual Alemanha) aconteceu em 1704 entre franceses/bávaros *versus* austríacos/ingleses. Esses últimos venceram sob a liderança do duque de Mariborough e do Príncipe Eugênio.

tinha da época em que escreveu sua obra, e pelas implicações que escrever sobre os anos finais da década de 1820 poderia ter, parou sua monumental obra na independência (esta, aliás, publicada postumamente).²⁰⁶ Mello Morais, da mesma forma, encerra sua obra *História do Brasil Reino e do Brasil Império* após a Independência, tendo apenas listado a sucessão de gabinetes ministeriais ao longo de todo século XIX.²⁰⁷ Dos grandes historiadores do século XIX, apenas João Manuel Pereira da Silva abordou o período subsequente à Independência, mas curiosamente essa narrativa não foi inserida em sua *História da fundação do Império do Brasil*. Esse autor publicou, separadamente, o livro *Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brasil*.²⁰⁸

Dessa forma, percebe-se que, no século XIX, o fim do primeiro reinado ou foi relegado ao silêncio, ou foi inserido fora daquilo que era considerado coma a “fundação do império”. Tal postura da historiografia novecentista muito se deveu a motivações políticas próprias, tendo em vista que se tratava da construção do passado em plena época imperial. Essas motivações estão intimamente relacionadas à consolidação dos saquaremas no poder e ao legado ideológico que eles deixaram.²⁰⁹ Exceção seja feita à obra de Armitage, que tentou reconstruir o passado recente sob o ponto de vista dos liberais moderados que detiveram o poder no início das regências. Para esse inglês, que tinha fortes vínculos com Evaristo da Veiga, era conveniente mostrar heroicamente a oposição que os setores mais liberais empreenderam no parlamento contra o primeiro imperador.²¹⁰

Nos últimos anos, a historiografia vem lançando novos olhares sobre o fim do primeiro reinado. Andréa Slemian procurou romper com a imagem de que o primeiro reinado teria sido uma experiência excessivamente centralizadora. A instalação dos

²⁰⁶ Francisco Adolfo Varnhagen. *Historia geral do Brasil* [1854-1857]; Idem. *História da Independência do Brasil : até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data* [1916].

²⁰⁷ Alexandre José de Mello Morais. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte : Itatiaia/ EDUSP, 1982 [1871].

²⁰⁸ A primeira obra, em sete volumes, foi escrita entre 1864 e 1868 (Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1877); a segunda em 1871 (Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1871).

²⁰⁹ Ilmar R. de Mattos, *Tempo saquarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990. Ver também: Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e civilização nos trópicos”. *Estudos Históricos*, 1998/1.

²¹⁰ João Armitage. *História do Brasil*. Seguem-se algumas análises interessantes sobre a obra de Armitage: Robert Rowland. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”, in: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*; Hendrink Kraay. “A visão estrangeira: a independência do Brasil (1780-1850) na historiografia européia e norte-americana”, in: István Jancsó. (org.) *Independência: história e historiografia*.

Conselhos Gerais de Província, a partir de 1829, conferiu às unidades provinciais certa autonomia administrativa. Essas assembleias foram projetadas constitucionalmente pela Carta de 1824, mas só puderam ser instituídas após longas discussões na Assembleia Geral. Seus membros – 21 nas províncias mais populosas – deveriam ser eleitos da mesma forma que os deputados gerais, isto é, em eleição de dois graus. Os Conselhos Gerais não poderiam legislar diretamente. Deveriam enviar o projeto de lei à Assembleia Geral, que aprovaria o projeto integralmente ou o rejeitaria por completo. O Conselho Geral de Pernambuco foi instalado em dezembro de 1829, no Forte do Matos, o mesmo local que abrigaria a futura Assembleia Provincial. Suas sessões regulares deveriam durar dois meses. O Conselho pernambucano aprovou projetos importantes a partir de 1830. Em 1833, por exemplo, conferiu à povoação do Brejo da Madre de Deus a condição de Vila. Em 1832, as cadeiras de humanidades do Seminário de Olinda foram transformadas no Colégio das Artes do Curso Jurídico. Tratava-se de uma espécie de curso preparatório para a carreira de bacharel em Direito. Lopes Gama foi afetado com essa decisão do Conselho Geral ratificada pela Assembleia Geral, pois sua cadeira de retórica se transferiu para essa nova instituição.²¹¹

Não se deve confundir o Conselho Geral com Conselho de Governo, também chamado de Conselho da presidência. Essa era outra instituição que definia seus membros em eleições de âmbito provincial. O presidente de província, nomeado pelo imperador, tinha que referendar muitas de suas decisões em conselho. E mais, quando o presidente estivesse ausente, o vice-presidente, que era o conselheiro mais votado,

²¹¹ Andréa Slemian. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 148-179. A autora demonstra como aqueles que pleiteavam maior autonomia para o Conselho Geral de Província tiveram uma vitória significativa na Assembléia Geral. Essa vitória se deu com a aprovação de uma lei que proibia a Assembléia Geral de emendar as leis vindas dos Conselhos Gerais de Província. Ou se aprovava integralmente a lei, ou se rejeitava. Outra discussão que foi central: as discussões empreendidas pelo Conselho deveriam ser publicadas? Em Pernambuco, segundo Pereira da Costa, elas foram publicadas no *Diário do Conselho Geral da Província de Pernambuco*. Para as medidas tomadas pelo Conselho Geral de Pernambuco, Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*. V. 6, pp. 200-201; v. 8, pp. 475-476; V. 9, p. 274. Para o funcionamento desses Conselhos previstos constitucionalmente, *Constituição Política do Império do Brasil*, Título 4º, capítulo V. Para uma lista dos conselheiros eleitos em 1829 em Pernambuco *O Constitucional* nº 6 (20/julho/1829). Por fim, conferir dois estudos recentes que abordam o funcionamento do Conselho Geral de São Paulo e outro que aborda a mesma instituição no Grão-Pará: Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2009; Marisa Saenz Leme. “Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo.” *Revista Brasileira de História*, v. 28, p. 197-215, 2008; André Roberto de Arruda Machado. “As ‘reformas em sentido federal’. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional.” *Revista Estudos Amazônicos* (Belém). Vol. IV, nº 1, 2009, p. 53-98.

assumia a chefia administrativa da província.²¹² Assim, quando, ao longo deste capítulo, for citado que os *colunas* eram contra o excesso de eleições no Brasil, tenha-se em mente que eles estavam se voltando contra essas instituições projetadas constitucionalmente e regulamentadas pelo parlamento. Essas mesmas instituições foram defendidas repetidamente por Lopes Gama.²¹³

Dessa forma, percebe-se que Lopes Gama mudou seu foco de atuação. No início da década de 1820, havia colaborado com a instalação de um sistema político relativamente centralizado. Ao comparar o sistema que a Carta de 1824 formulou para as províncias com a prática política da junta gervasista, percebe-se claramente que a autonomia das unidades provinciais foi bastante restringida. O texto constitucional, entretanto, abria brechas para certa autonomia provincial. Os *colunas*, em uma radicalização do *centralismo* do início da década, pretendiam acabar com essas brechas abertas pela lei magna do Império. Lopes Gama, por sua vez, mudou de campo político. Se entre 1822 e 1825 ele foi um *unitário*, entre 1829 e 1831 ele defendeu instituições que conferiam certa autonomia às províncias.

Além dos Conselhos Gerais, a primeira legislatura (1826-1829) regulamentou o funcionamento dos Juízes de Paz, outra instituição eletiva, e o sistema de jurados. William Wisser demonstra como, nos anos finais do primeiro reinado, o tribunal do júri teve imensa relevância para a consolidação de um espaço livre de discussão política no Rio de Janeiro. O corpo de jurados, ao ficar responsabilizado por julgar os crimes de imprensa, garantiria, segundo a visão dos coevos, a liberdade de imprensa. Em uma época de indefinição institucional, houve quem argumentasse que a palavra final sobre os crimes de imprensa deveria ficar a cargo dos tribunais superiores, os quais eram comandados por magistrados de carreira nomeados pela coroa. Wisser demonstra a relevância que esses embates políticos tiveram para consolidação de um espaço público de crítica relativamente livre. Para esse historiador norte-americano, a instituição do júri como instância decisória máxima em relação aos crimes de opinião foi fundamental no processo de transformação dos espaços públicos brasileiros.²¹⁴

²¹² O Conselho da presidência foi instituído pela lei de 20 de outubro de 1823. Essa lei foi a mesma que extinguiu as juntas governativas instituídas pelas Cortes de Lisboa. Cf. Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 108-125 e pp. 148-179; *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco*, 1997.

²¹³ Uma defesa dos Conselhos Gerais de Província em *O Constitucional* nº 3 e nº 32.

²¹⁴ William Wisser. *Rethoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. Dissertação de Mestrado, Chappel Hill, University of North Carolina, 2006, pp. 40-79. Sobre o mesmo assunto cf. *O Constitucional* nº 3,

Percebe-se que a transformação dos espaços públicos brasileiros foi acompanhada de diversas instituições que se consolidavam no bojo desse mesmo processo histórico. O paralelismo entre a criação do tribunal do júri como instância decisória para os crimes de imprensa, a perene existência, a partir de 1826, de uma assembleia legislativa que publicava suas discussões, a instalação do Conselho Geral de Província para discutir questões locais e a vivência cotidiana de processos eleitorais não era mera coincidência. Essas quatro instituições – o júri, o parlamento, o Conselho Geral de Província e as recorrentes eleições – foram parte integrante da transformação dos espaços públicos no Brasil.

Lançando o olhar para o mundo atlântico, observa-se que havia uma nítida divisão. Por um lado, existiam Estados que eram regidos constitucionalmente. Por outro, existiam Estados que ainda não haviam instituído uma constituição. Como a palavra “constituição” tinha vários significados para os coevos, é preciso situá-la historicamente. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves analisou “a trajetória do significado do conceito moderno de Constituição junto às elites políticas e intelectuais do Império do Brasil”. Essa autora afirmou que o conceito de constituição se inspirava em quatro vertentes significativas: “a de um constitucionalismo histórico; a de Montesquieu; a de Benjamin Constant; e a de uma versão democrática”.

A primeira vertente, a de um constitucionalismo histórico, pautava-se em instituições de Antigo Regime e pretendia fazer o mundo social voltar à antiga ordem, “tal como os astros faziam nas órbitas que lhes eram próprias”. Tentava-se esvaziar, dessa forma, o caráter revolucionário atribuído ao movimento constitucionalista como um todo. A segunda vertente, pautada no ideário de Montesquieu e também no de Edmund Burke, propugnava pela separação dos poderes e pela ideia de que o monarca deveria ter seus poderes limitados pela lei. O rei, contudo, deveria permanecer com o poder executivo forte o bastante para poder aplicar o conjunto de leis à sociedade. A terceira vertente pautava-se na obra de Benjamin Constant, o qual elaborou a teoria das garantias individuais. A Constituição deveria, segundo essa vertente, garantir as liberdades básicas dos indivíduos perante um Estado que deveria ter freios estabelecidos

4,78 e 151. Cf., também, sobre os casos de abuso de liberdade de imprensa, no fim do primeiro reinado, que foram remetidos ao júri popular em Salvador: Daniel Afonso da Silva. “As duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial”. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. de 2009, pp. 55-69. As discussões no parlamento sobre a legislação que regularia a imprensa e os crimes de opinião em Tássia Toffoli Nunes. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*, pp. 35-109.

institucionalmente. A constituição não deixaria, dessa forma, o poder público ameaçar os direitos individuais. Por fim, a vertente democrática, a qual afirmava que qualquer espécie de poder deveria ser oriunda da soberania do povo. Um coevo adepto da vertente democrática afirmou que a constituição não seria “um ato de seu governo, mas do povo que constituiu esse governo”.²¹⁵

Todas essas concepções em torno do constitucionalismo poderiam se mesclar e gerar novas interpretações, mas, em síntese, e apesar da polissemia do termo *constituição*, pode-se chegar a um significado aproximado do que significaria para a época ser um estado regido constitucionalmente. Segundo Maurizio Fioravante,

o constitucionalismo posterior à Revolução tem em essência um único adversário, que é sempre o mesmo ainda que adquira formas distintas: para Burke, o poder constituinte da Revolução, para Kant e Constant, a soberania popular superior à supremacia da lei como máximo instrumento de igualdade e de garantia de direitos, para Tocqueville, por fim, o processo histórico de nivelação social e de concentração de poderes, inerente à expansão do princípio democrático. [tradução livre do espanhol].²¹⁶

Em suma, em um Estado regido constitucionalmente, alguns aspectos institucionais não poderiam faltar: um parlamento que legislasse, um espaço mais ou menos livre de crítica, um executivo forte capaz de impor respeito à lei e um sistema consolidado de divisão de poderes. Almeida Garret, publicista português, escreveu *Portugal na balança da Europa*, em 1830. Exilado depois da ascensão de D. Miguel, ele defendeu a carta que D. Pedro ofereceu aos portugueses, em 1826. Segundo Garret, a usurpação miguelista deveria assustar a Europa. A Santa Aliança, no intuito de pacificar o continente depois das guerras napoleônicas, estabeleceu o princípio da legitimidade e da não interferência externa. As dinastias existentes antes de Napoleão varrer as monarquias europeias deveriam governar sem interferências externas. O caso português afetava, pois, o equilíbrio europeu.²¹⁷

O panorama europeu que Almeida Garret traça é interessantíssimo. De um lado, os Estados constitucionais (o “mundo civilizado”): a França, a Inglaterra, os Países Baixos e a Confederação Germânica. Do outro lado, os Estados não constitucionais

²¹⁵ Lúcia Maria Bastos Neves. “Constituição, usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009, pp. 186-190.

²¹⁶ Maurizio Fioravante. *Constitucion*. De la antigüedad a nuestros días. Editorial Trotta, 2001, p. 131.

²¹⁷ Almeida Garrett. “Portugal na balança da Europa.”

(“aqueles que têm medo à civilização”): Dinamarca, Suécia, Rússia, Áustria e a maioria dos Estados italianos. E quais foram os critérios usados por Garret para estabelecer essa divisão? Sobretudo a existência de um sistema representativo, de um sólido aparelho institucional de divisão de poderes e o respeito às leis estabelecidas.²¹⁸

Assim, pois, o Brasil estava inserido em um quadro internacional bastante polarizado. Ser constitucional não era apenas um artifício de retórica. Ser constitucional era claramente uma opção dentro de um mundo em que existiam outras opções políticas.

Por fim, cabe explicitar que esse é um período da vida de Lopes Gama praticamente relegado ao silêncio pelos estudiosos. Apenas Alfredo de Carvalho conferiu importância à militância jornalística de Frei Miguel entre 1829 e 1831, talvez até de forma exagerada. Para Carvalho, naquele momento, “o redator d’O CONSTITUCIONAL, atingiu sem dúvida, o fastígio da sua carreira jornalística político”, e “nunca mais, (...) a magnitude da empresa nem o entrelaçamento dos sucessos lhe permitiram desenvolver tão amplamente os seus recursos excepcionais como no período borrascoso de 1829-31”. A análise que será feita neste capítulo, obviamente, será bastante distinta da de Carvalho, pois, escrevendo um século depois, desconfiamos daquilo que as fontes explicitamente afirmam. Carvalho, tomando partido do biografado, afirmou que “num crescendo terríssono a sua voz [a voz de Lopes Gama] foi dominando a consciência nacional e norteando a opinião pública para a suprema investida à sombria cidadela do absolutismo.”²¹⁹

Feita a apresentação das fontes, do tema a ser analisado, feita uma pequena síntese historiográfica e traçado um breve panorama internacional sobre o período, passemos ao corpo central do capítulo.

2.1 - A luta por cargos na província

Como já se mencionou, os *colunas* ocupavam boa parte dos cargos administrativos, militares e judiciais da província. Ver-se-á, ao final do capítulo, que, de certa forma, os *colunas* foram derrotados nessa guerra aos extremos. Assim, nos motins que sucederam a abdicação do imperador, sobretudo na *Novembrada* (novembro de 1831), uma das reivindicações dos insurretos era a destituição de todas as pessoas de

²¹⁸ Ibidem, pp. 551-557.

²¹⁹ Alfredo de Carvalho, “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama”, pp. XV-XX.

origem portuguesa dos altos cargos provinciais.²²⁰ Como também se verá ao longo deste capítulo, os lusos foram cada vez mais sendo associados aos *colunas*. Entretanto, antes de a maré virar contra esse grupo taxado de absolutista, eles exerciam grande força dentro da burocracia provincial. E, ao descobrirem que Lopes Gama era o autor das cartas do *Sonâmbulo*, eles tentaram usar desse poder para destituí-lo da cadeira de retórica do seminário de Olinda.

Em 12 de agosto de 1829, uma carta assinada pelo “Seminarista Zangado”, publicada no *Amigo do Povo*, acusava Lopes Gama de receber 440\$000 vadiando, pois ele nunca havia lecionado um ano completo no Seminário de Olinda. O missivista ainda ironizou dizendo ser o tempo, para Frei Miguel, muito curto para tocar modinhas no violão. Aliás, o fato de Lopes Gama tocar modinhas de violão foi reiteradamente citado por seus inimigos. O “Seminarista Zangado” dizia, por fim, que Lopes Gama se despedira há três anos da rua da Horta para dar aula de primeiras letras no mato.²²¹ Essa carta era uma referência à licença que Lopes Gama solicitou, não se sabe exatamente quando, mas provavelmente por volta de 1825, por causa de “uma terrível afecção nervosa”.²²²

Em 22 de dezembro de 1829, como já se citou, os *colunas* roubaram correspondências dos opositores políticos e as publicaram em *O Cruzeiro*. Uma carta de Jerônimo Villela Tavares a Lopes Gama foi levada, entre essas, ao prelo. Villela, como já se disse, era o redator principal de *O Constitucional* e amigo íntimo de Frei Miguel. Foi seu médico nessa doença,²²³ além de frequentar sua casa. Lopes Gama disse que ficou “xispando”²²⁴ ao saber que Villela não compareceria à sua casa para comer um “peixe delicado”. Villela justificou sua ausência por não contar com um cavalo à sua disposição e porque suas crianças estavam com sarampo.²²⁵ Assim, o médico baiano se dirigiu a Lopes Gama, em uma carta pessoal que não deveria ter sido divulgada ao público:

²²⁰ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

²²¹ *O Cruzeiro* n. 12 (15/agosto/1829)

²²² *Diário de Pernambuco* n. 309 (08/fevereiro/1830). Supõe-se que a licença da cadeira de retórica tenha sido solicitada por volta de 1825, porque, no dia 12 de junho desse mesmo ano, ele pediu licença do cargo de diretor do Liceo. *Instrução Pública*, V. I, p. 1 (APEJE).

²²³ *Diário de Pernambuco* n. 309 (08/fevereiro/1830).

²²⁴ “Lançar chispas” significava à época “estar ardendo, irado”. Antonio de Moraes e Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa : Typ. Lacerdina, 1813, p. 389.

²²⁵ Conforme as cartas publicadas em *O Cruzeiro* n. 181 (22/dezembro/1829)

Doutor - Admiro que te espantes de ver posta em concurso a cadeira de Retórica do Seminário, a tua cadeira, assim como a de Filosofia. O Thomaz [presidente da província] provavelmente representou a necessidade de suprimir aquelas cadeiras duplicadas. O Imperador mandou propor a Assembleia, e esta sacudiu-lhe a cabeça, e veio então a ordem para as por em concurso (...) se entre muitas coisas ele [Thomaz] tem falado a verdade, esta foi uma delas; ele disse, quando te deu licença, que, finda esta, a punha a concurso, uma vez que para ela não fosses. Que tens isto? Em que achas ter ele feito mal? Tu não queres a cadeira, tens abandonado, agora só te resta pegares a reforma.²²⁶

A informação de que sua cadeira foi posta a concurso se concretizou. O único dado da citação acima que não procede é que Lopes Gama não queria mais a cadeira. Muito pelo contrário, ele lutou com todas suas forças para manter-se no cargo. Por uma conjunção de fatores, ele manteve-se nessa função, a qual só deixaria jubilado, isto é, aposentado, em 1839. O presidente da província, Thomaz Xavier García d'Almeida, perdeu seu cargo após a queda do ministro do Império José Clemente Pereira, que vinha sendo acusado na Assembleia Geral, juntamente com o ministro da guerra Oliveira Álvares, de instalar comissões militares irregulares, sendo o recente caso ocorrido em Afogados o mote central do debate parlamentar. Sem dar satisfação à Assembleia, José Clemente decidiu suspender as garantias constitucionais dos indiciados em Pernambuco, “por ser obvio não poderem eles [os rebeldes] deixar de estar de acordo com pessoas ocultas da maior consideração”.²²⁷ Instalando-se as sessões ordinárias da câmara em maio de 1829, essa solicitou satisfações ao ministro responsável por essa atitude considerada inconstitucional. As discussões no parlamento foram intensas. Dom Romualdo, arcebispo da Bahia, deixou o testemunho de que “o imperador mostrava-se sobremaneira empenhado em salvá-lo [José Clemente], e, pela segunda vez, dirigiu-se a mim, chamando-me ao Paço e pedindo-me que tomasse a defesa do mesmo Ministro e nela interessasse meus amigos”.²²⁸ Segundo Tobias Monteiro, Dom Pedro “fizera das janelas do palácio Imperial fronteiras ao edifício da Câmara (...) a sede do seu estado-maior, de onde ostentava a intervenção do poder individual contra o poder coletivo,

²²⁶ Ibidem. “*Reforma das tropas*, missão honesta da tropa conservando-lhes certo soldo, sem exercício”. “*Reformar a companhia*, dar baixa a um, e agregar outros a outras companhias, a outros conservar os postos sem exercício com soldo por inteiro, ou com meio soldo”. Antonio de Moraes e Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 579. Apesar dos verbetes acima se referirem à corporação militar, estes foram os significados mais próximos que encontramos para o que Villela Tavares quis dizer ao usar a palavra “reforma”. Supomos, pois, que ele utilizou tal vocábulo no sentido de “conservar os postos sem exercício com soldo por inteiro, ou com meio soldo”.

²²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados* – Sessão em 12 de junho de 1829, p. 87, citado por Tobias Monteiro, *Historia do Império*, p. 245.

²²⁸ *Memórias do Marquez de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia*, pp. 64-5, apud. Tobias Monteiro *Historia do Império*, p. 247.

ameaçado por contingente de militares, que enchiam as galerias, das quais, sem cessar, lhe enviavam notícias da marcha das operações”. Armitage, por sua vez, afirma que “nos últimos dias da discussão, as galerias encheram-se de oficiais militares, que no dia 18 patentearam os seus sentimentos, batendo sobre os parapeitos, e uma vez gritando ‘à ordem!’”.²²⁹ Essas descrições são, sem dúvida, tendenciosas. Como já se disse, Armitage escrevia a história do primeiro reinado sob a perspectiva dos liberais moderados do início da regência. Para ele, era importante mostrar como foi heroica a resistência de bravos parlamentares contra o despótico ministério. Tobias Monteiro reproduziu, de alguma forma, a concepção do historiador inglês. Mas, excessos à parte, o episódio descrito demonstra a consolidação de uma nova forma de se fazer política na qual os espaços públicos – notadamente imprensa e a Assembleia Geral – se mostravam imprescindíveis.

A vitória na votação sobre a responsabilidade dos ministros foi favorável à coroa. Ela se deu no dia 19 de junho de 1829 por uma diferença de apenas sete votos, o que mostrou a fragilidade do ministério frente à Câmara dos Deputados. Não tardaria muito para José Clemente ser destituído, o que se deu no início de dezembro. Junto com ele, caiu o presidente de Pernambuco Thomaz Xavier. Lopes Gama contou, então, com a sorte de os acontecimentos na corte terem prejudicado o maior patrono dos *colunas*, o presidente da província. Assim, no início de 1830, mesmo ainda sendo duramente criticado, por querer “mais um ano, além de três, que já teve, para curar os nervos frouxos”, manteve-se firme no seu posto. Os jornais *colunas* continuavam a questionar: se está doente, como consegue escrever para *O Constitucional* diariamente? Onde está a carta régia, ou imperial, em que está escrito que Lopes Gama é proprietário da cadeira de retórica? Apenas um simples aviso imperial não tinha nenhum valor legal, afirmavam os *colunas*.²³⁰ Mas agora os ventos políticos eram favoráveis a Lopes Gama.

Em pronta resposta, Lopes Gama publicou no *Diário de Pernambuco*, assinando seu verdadeiro nome desta vez, a carta régia que o confirmava como proprietário da cadeira de retórica. Tratava-se de um documento de 20 de setembro de 1821, assinado pelo então rei Dom João VI. Ele dizia que era absurda a crítica de que não conseguiu a cadeira por concurso. Ele havia sido “feito proprietário pelo Soberano”, assim como

²²⁹ Tobias Monteiro. *Historia do Império*, p. 247; João Armitage. *História do Brasil*, p. 253.

²³⁰ *O Cruzeiro* n. 198 (18/janeiro/1830).

todos os demais titulares do seminário de Olinda. Logo, se o depusessem, teriam que destituir todo o corpo docente, algo para ele considerado um disparate.²³¹

Dois aspectos são interessantes de elucidar em relação ao fato acima descrito. Primeiro, que os cargos públicos eram considerados como propriedades privadas vitalícias. Segundo, que o Estado nacional brasileiro se instituía sobre as bases do absolutismo português. Os proprietários de cargos públicos do período joanino não poderiam ser todos destituídos para se contratarem outras pessoas por meio dos novos padrões administrativos. No caso do sistema educacional, religioso ou laico, os novos padrões exigiam um concurso público e não uma carta régia. Lopes Gama, contudo, tirou seu sustento por cerca de duas décadas devido a uma nomeação feita ao modo do Antigo Regime. Como bem notou José Reinaldo de Lima Lopes, existiu uma ambiguidade que marcou “toda a formação do direito nacional no curso da primeira metade do século XIX, integrando o novo e o velho numa cultura e em instituições frequentemente paradoxais”. Citando o caso da aprovação da Carta de 1824 pelas câmaras municipais, e não por uma assembleia representativa, Lima Lopes afirma que se submetia “uma constituição que se imaginava liberal – e pois revolucionária quanto ao sistema anterior – a órgãos de legitimação do poder antigo”.²³²

Em fevereiro de 1830, já vitorioso e com seu cargo a salvo, Lopes Gama publicou outra carta no *Diário* esclarecendo toda a situação, dizendo que, em 1829, fez dois requerimentos para mais seis meses de licença, ambos com os devidos relatórios médicos comprovando sua “afecção nervosa”. Enviou um ao presidente Thomaz Xavier, outro diretamente à corte. O presidente, porém, sabendo que ele escrevia no *Constitucional*, pôs sua cadeira a concurso por meio de um Aviso de 17 de setembro de 1829. Segundo Lopes Gama, era um “Aviso sultânico”, com a rubrica do ministro do Império José Clemente. Lopes Gama questionava: como tirar sua propriedade sem provar que cometera algum crime? Ele poupava o Imperador de qualquer crítica, atribuindo tudo ao despotismo ministerial e às maquinações de José Clemente. Todavia, ao mesmo tempo, o ministro do Império, talvez por esquecimento, concedeu a Lopes Gama, em 22 de outubro, a licença que ele havia requerido à corte. Frei Miguel mostrou essa licença ao presidente Thomaz, que não a cumpre, afirmando que outra pessoa já

²³¹ *Diário de Pernambuco* n. 306 (04/fevereiro/1830).

²³² José Reinaldo de Lima Lopes, “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade de século XIX”, in: István Jancsó. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*, p. 195.

estava provida na cadeira de retórica. Por fim, Lopes Gama criticou o ex-presidente, dizendo que ele deveria ser mais grato ao filho do doutor João Lopes, porque seu pai havia hospedado Thomaz A. Xavier quando este retornou de Coimbra. Assim, além de injusto e despótico, o presidente Thomaz era ingrato.²³³

Essa luta por cargos na província de Pernambuco demonstra alguns aspectos. Em primeiro lugar, demonstra que os *colunas* realmente tinham vínculos com a corte e que essas ligações eram essenciais para a luta política provincial. Com a queda do ministério capitaneado por José Clemente Pereira, eles perderam o apoio do presidente da província. O ano de 1830 ainda apresentaria outros problemas para eles. Uma devassa foi aberta contra os *colunas*. De acusadores, os *colunas* passaram a ser acusados de constituírem uma sociedade secreta, o que por lei de 20 de outubro de 1823 era algo proibido.²³⁴ Os tempos haviam realmente mudado. Durante o Antigo Regime, como bem demonstra Koselleck, um agrupamento que quisesse pensar em termos políticos deveria necessariamente manter-se secretamente.²³⁵ Assim procederam, por exemplo, os revolucionários de 1817 em Pernambuco, mas, em pouco mais de uma década, os paradigmas haviam mudados. Uma sociedade com fins políticos não necessitava mais do segredo para sobreviver. Muito pelo contrário, uma sociedade tinha que se tornar publicamente reconhecida. Os *colunas* afirmaram que fizeram apenas cinco encontros e que todos foram para discutir as bases da sociedade que enviariam ao governo. Lopes Gama refutou esses argumentos afirmando que, nessas reuniões, eles planejavam derrubar o “trambolho”, isto é, a Constituição, maquinando mil atentados nefandos contra aqueles que se opunham ao seu projeto.²³⁶ Entretanto, mesmo perdendo o apoio do presidente da província, os *colunas* ainda contavam com muita gente dentro dos altos cargos judiciários. Talvez por isso uma devassa contra eles não foi instituída.

²³³ *Diário de Pernambuco* n. 309 (8/fevereiro/1830). Ver também, sobre o caso da cadeira de Retórica do seminário de Olinda *O Constitucional* n. 64 (08/fevereiro/1830), n. 68(22/fevereiro/1830), n. 71 (04/março/1830), n. 73 (11/março/1830), *O Diário de Pernambuco* n. 313 (12/fevereiro/1830), *O Cruzeiro* n. 216 (09/fevereiro/1830) e n. 225 (19/fevereiro/1830).

²³⁴ Cf. *O Constitucional* n. 37 (15/novembro/1829), n. 38 (9/novembro/1829), n. 40 (16/novembro/1829), n. 44 (30/novembro/1829), n. 51 (24/dezembro/1829), n. 62 (01/fevereiro/1830) e n. 65 (11/fevereiro/1830).

²³⁵ Reinhart Koselleck. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro : EDUERJ, 1999, sobretudo o segundo capítulo, pp. 49-111.

²³⁶ Acusações desse tipo, descrições sobre como foi formada a sociedade secreta *Colunas do Trono e do Altar* e acusações nominais a *colunas* em *O Constitucional* n. 32 (19/outubro/1829), n. 37 (05/novembro/1829), n. 38 (09/novembro/1829), n. 40 (16/novembro/1829), nº 41 (19/novembro/1829), nº 42 (23/novembro/1829), nº 44 (30/novembro/1829), nº 57 (14/janeiro/1830), nº 62 (01/fevereiro/1830), nº 62 (11/fevereiro/1830), nº 68 (22/fevereiro/1830), nº 73 (11/março/1830), nº 84 (19/abril/1830), nº 117 (12/agosto/1830) e nº 119 (23/setembro/1830).

Apenas após a abdicação seus empregos ficariam seriamente ameaçados pelos motins anti-lusitanos.

Em segundo lugar, fica claro que a luta política do período era uma moeda de duas faces. Além da oposição de distintos projetos de futuro, brigava-se por ocupar a burocracia estatal, ou se manter nela. O caso de Lopes Gama com sua cadeira de retórica é um exemplo pontual de algo que ocorreu aos montes entre 1829 e 1831: a disputa por cargos públicos.²³⁷ O redator do *Amigo do Povo*, José Marinho Falcão Padilha, tornou-se titular da cadeira de retórica do Liceu pernambucano nessa mesma época, cargo que só abandonaria quando jubilado.²³⁸

Passemos agora para a análise da outra face da mesma moeda: a oposição de distintos projetos políticos.

2.2 - Filtrando os exageros

Em novembro de 1829, Lopes debateu com uma correspondência inserta em *O Cruzeiro* assinada pelo “Amigo dos Colunas”. Ele iniciou assim: “A carta do Amigo dos Colunas, na minha opinião, corresponde a um livro inteiro, a um tratado de Absolutismo”. Esse tipo de acusação era recorrente, e quase toda a correspondência assinada pelo *Sonâmbulo* repetia essa insinuação. Utilizar-se-á esse debate como exemplo para mostrar o funcionamento disso que se está chamando de guerra aos extremos. Lopes Gama relata o suposto plano dos Absolutistas. Primeiro, dividiriam a opinião pública. Depois, manipulariam o Imperador para ele dissolver a Assembleia. Em seguida, as câmaras representariam a D. Pedro que o Brasil não estava em condições de ter uma constituição liberal. Na sequência, criariam uma câmara de Lords. Apenas por formalidade seria criada uma câmara para os farroupilhas. Segue Lopes Gama descrevendo o pérfido plano:

Esta nova Assembleia de vapor teria logo marcada a tarefa; isto é; fazer algumas emendas nas ramelozas ordenações do Reino de Portugal. Liberdade de Imprensa? *Vispere*²³⁹, Juri? Menos: O Princípio da Soberania Nacional? Excomungado: divisão de Poderes? Oh’ que crime! Responsabilidade dos Magistrados? Uns aos outros. Que

²³⁷Cf. Marcus J. M. Carvalho. “ ‘Aí vem o capitão-mor’ ”.

²³⁸ Cf. Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*.

²³⁹ *Vispere*: designa repulsa.

felicidade! Na Corte haveria uma ou duas Gazetas Ministeriais, em cada Província um Cruzeiro às ordens do Governo.²⁴⁰

Comparando essas acusações com a carta assinada pelo “Amigo dos Colunas”, verificou-se que o plano acima descrito é invenção de Lopes Gama. Todas essas concepções políticas reacionárias citadas não são encontradas nessa correspondência. Talvez a única concepção mais conservadora defendida pelo “Amigo dos Colunas” seja a defesa da inviolabilidade do monarca. Aliás, essa premissa não pode ser considerada retrógrada, visto que o autor citado pelo *Cruzeiro* é Benjamim Constant, o teórico liberal que mais influência teve na elaboração da constituição de 1824.²⁴¹ “Uma Assembleia cujo poder é ilimitado” – diz Constant citado pelo “Amigo dos Colunas” – “é mais perigosa que o povo”. O correspondente de *O Cruzeiro* continuou citando o autor francês: “um monarca hereditário pode, e deve ser irresponsável; é um ente a parte colocado no mais alto do edifício”. O uso dessas citações era claramente uma crítica à Assembleia Geral, que, nesse momento, cobrava responsabilidade dos ministros e, inclusive, do monarca em relação ao episódio de Afogados. Para o redator *coluna* era um absurdo “o chefe da Nação, ou o Poder Moderador (...) ser chamado a dar contas”.²⁴²

O exemplo acima demonstra claramente que os agrupamentos políticos eram pintados pelos seus opositores com cores exageradas, que nem sempre representavam as ideias expostas nos periódicos. Essa foi a tônica dos debates. Lopes Gama tentava aumentar o conservadorismo das propostas feitas por seus adversários, que o acusavam de ser republicano. Lopes Gama, por um lado, indignava-se por taxarem “*O Constitucional*, e a mim, que sou o intrépido sonâmbulo, por demagogo e fator de republicanismo”. Por outro, lado desafiava seus adversários: “dizei só = acabe o absolutismo = seja aniquilado todo o que ousar destruir a Constituição – Se tal publicardes, eu vos prometo fazer uma sátira em vosso louvor.”²⁴³

Mas, exageros à parte, realmente havia dois projetos distintos. Em Portugal, nessa época, uma violenta guerra civil ocorria, pois uma constituição praticamente igual

²⁴⁰ *O Constitucional* n. 38 (09/novembro/1829).

²⁴¹ Cf. sobre a apropriação que o constitucionalismo luso-brasileiro empreendeu da obra de Benjamin Constant, Antônio Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível*. Direito, Estado e Lei no Liberalismo monárquico português. Coimbra : Livraria Almedina, 2004, pp. 95-103.

²⁴² *O Cruzeiro* n. 128 (16/outubro/1829).

²⁴³ *O Constitucional* n. 41 (19/novembro/1829). Lopes Gama acusou seus inimigos de absolutistas na grande maioria de suas correspondências: *O Constitucional* nº 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 29, 30, 33, 34, 37, 38, 41, 43, 45, 51 (1829), 57, 60, 66, 68, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 84, 85, 117, 121, 126, 129 e 135 (1830).

à brasileira foi rechaçada por Dom Miguel, que tinha a intenção de reger a antiga metrópole de acordo com princípios muito mais conservadores que aqueles propugnados pela Carta de 1824. A circulação de pessoas e ideias entre o Brasil e sua antiga metrópole ainda eram intensas nesse decênio. Ademais, a Santa Aliança, até 1830, ainda exerceu forte influência no mundo ibérico como um todo. Essa península europeia, esse espaço geográfico e humano, ainda tinha vínculos extremamente estreitos com as antigas colônias luso-espanholas na América.²⁴⁴

Analisemos, pois, as reformas constitucionais propostas pelos *colunas* que faziam Lopes Gama dizer que “certos Escritores, (...) tem tanto de Constitucionais, como um Turco”.²⁴⁵ “Eles [os *colunas*]” – disse Lopes Gama em outra ocasião – “admitem a necessidade de uma Lei Fundamental (porque até a Turquia a tem) mas o que não querem é a Constituição, que atualmente temos; no que eles trabalham é para que esta Constituição seja reformada, e reduzida ao mísero estado, que pretendem”.²⁴⁶ Todas essas críticas foram feitas ao artigo publicado no *Amigo do Povo* número 10, que, na opinião de Lopes Gama,

é a confissão dos Redatores do respeito, que tem a atual Constituição, enquanto não for mudada e para que não seja mudada, mas destruída, apresentam as guapas emendas, ou golpes mortais, que deseja, se lhe dê, devendo os Povos tornar ao sicut erat²⁴⁷, isto é; cada Província uma coluna de cativos com seu Feitor para os Governar, os Ministros do Imperador fazendo tudo a seu gosto, formando leis, e mandando-as executar.²⁴⁸

Vejamos o outro lado do debate, o periódico *O Amigo do Povo* número 10. Este inicia defendendo que todos devem obedecer à Constituição, mas que propor boas reformas é algo digno dos melhores cidadãos. Segue dizendo que nossa Constituição foi uma obra de improviso, pois foi feita para acalmar os ânimos dos demagogos, e seu principal defeito seria a “demasia das formas populares”. Para o redator – não se sabe ao certo se quem escreveu esse artigo foi o vigário Francisco Ferreira Barreto ou o Padre José Marinho Falcão Padilha –, fórmulas populares não significariam a felicidade dos

²⁴⁴ François-Xavier Guerra. *Modernidad e independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid : Editorial MAPFRE; México : Fondo de Cultura Económica, 1993; Janaina Cardoso de Mello. “Textos infames, discursos profanos: a construção de uma cidadania polimorfa nos periódicos políticos oitocentistas no Brasil e Portugal”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História* - ANPUH, 2009, Fortaleza/CE.

²⁴⁵ *O Constitucional* n. 32 (19/outubro/1829).

²⁴⁶ *O Constitucional* n. 29 (08/outubro/1829).

²⁴⁷ Sicut erat in principio: Como era no início. Trata-se de uma expressão latina recorrente nas orações católicas.

²⁴⁸ *O Constitucional* n. 25 (24/setembro/1829).

Povos. Como exemplo, apresentava a Constituição Inglesa. Essa, na sua leitura, assegurava o essencial: a liberdade da nação contra prisões arbitrárias e o direito de propriedade. Para o redator, o único elemento popular da Constituição Inglesa era a eleição dos deputados ao parlamento. O redator *coluna* segue criticando o excesso de poder das municipalidades no Brasil, assim como dos Juízes de Paz. Na Inglaterra, as municipalidades não existiam sem uma carta real. Em seguida, critica as Assembleias Provinciais brasileiras, provavelmente se referindo aos Conselhos Provinciais. Essas instituições faziam do Brasil uma verdadeira república. Para quê tantas Assembleias? – questionava. Porventura, os deputados das províncias no Rio de Janeiro não conheceriam as necessidades locais? Onde a Nação tiraria tanta gente ilustrada?

Na sequência, critica o processo eleitoral como instância para delegar o poder. Em sua opinião, seria muito fácil lograr o povo. E mais, tantas eleições geram a divisão do poder executivo. Quando o poder executivo está junto com o legislativo, o governo é monárquico. Quando esses dois poderes estão separados e o legislativo pertence aos representantes da nação e também ao imperante, o governo é monárquico-constitucional, tipo de governo que *O Amigo do Povo* defende. Mas, quando o poder executivo é dividido entre muitos depositários e diversos magistrados públicos, o governo é republicano. Assim, se o monarca escolhe e distribui esse poder, “há uma perfeita unidade” no governo. Por fim, o redator de *Amigo do Povo* defende veto real absoluto, não apenas o suspensivo, tal como define a Constituição de 1824. Justifica a necessidade do veto absoluto nas mãos do monarca porque os deputados têm interesses momentâneos e podem deixar passar uma lei que vá contra o princípio da propriedade. Já o monarca, pai de todos, só tem bons interesses e jamais deixaria passar leis dessa qualidade.²⁴⁹

Em primeiro lugar, percebe-se que o ideário acima sintetizado não propõe acabar com a Assembleia Geral, com a representação nacional. A Assembleia, apesar de bastante criticada ao longo de 1829 por causa de sua relutância em deixar o ministério instalar uma comissão militar em Pernambuco, era frequentemente chamada de “Augusta Assembleia” pelos *colunas*.²⁵⁰ Não se pode, pois, classificar tal projeto como absolutista, até porque defender a propriedade privada era um *topos* característico do discurso liberal. Entretanto, sem sombra de dúvida, tratava-se de uma proposta mais

²⁴⁹ *O Amigo do Povo* n. 10 (01/agosto/1829).

²⁵⁰ Ver *O Amigo do Povo* n. 1 (30/maio/1829).

conservadora e centralizadora do que a tentativa de consolidar a Constituição de 1824. Essa lei fundamental já propôs um sistema de governo provincial bastante centralizado na Corte em relação ao sistema de Juntas que vigorou até 1823.²⁵¹ O que os *colunas* pretendiam agora era aumentar o grau de centralização de um sistema já relativamente centralizado. Pretendiam acabar com os Conselhos Gerais Provinciais, deixando os altos cargos provinciais inteiramente sob a batuta do monarca e do ministério no Rio de Janeiro. Era uma reação extremada o movimento federalista da Confederação do Equador.²⁵²

Lopes Gama, no contexto em que a Santa Aliança era ainda uma força europeia, tentou vincular os *colunas* a esse bloco internacional, como se verá adiante. Para ele, a forma pela qual a Constituição de 1824 no Brasil foi aceita pelos povos era completamente distinta da maneira pela qual a Carta Francesa de 1814 foi imposta. Esta última foi definida como uma benevolente concessão do Monarca. Dirigindo-se ao “Padre Força”, apelido inventado para o Vigário Francisco Ferreira Barreto²⁵³, o qual, segundo Lopes Gama, pretendia enforcar “republicanos” a seu bel-prazer, escreve:

V, Reverendíssima é absolutista; e provo. Vamos a um pouco de escolástica. Absolutista é aquele que quer, ou advoga um Governo, que seja superior à Lei. V, Reverendíssima, e sócios do Cruzeiro advogam este Governo; logo V. Reverendíssima e sócios do Cruzeiro são absolutistas. *Probo minorem*.²⁵⁴ V. Reverendíssima nega a Soberania Nacional: V. Reverendíssima cruzeirona tem-se esfaldado em dizer, que a Constituição nos foi dada pelo Imperador. V. Reverendíssima disse, que o Mesmo Augusto Sr. Podia de seu moto próprio reformar, mudar, pôr, e tirar a Constituição, como obra de tarraxa: V. Reverendíssima uma vez por outra, assim como já crismou *coluna* a primitiva Japoneza,²⁵⁵ crisma por Carta a atual Constituição, quando aquela é um favor do Monarca, bem como a que deu Luiz XVIII deu a França, e esta é um pacto soleníssimo entre o Imperador, e a Nação.²⁵⁶

Analisemos, pois, a complexa operação discursiva empreendida por Lopes Gama para classificar seus opositores como absolutistas e defender a constituição de 1824 no

²⁵¹ Cf. Marcia Berbel, “A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”, sobretudo pp. 248-252.

²⁵² Sobre as discussões no parlamento do primeiro reinado sobre a instalação dos Conselhos Gerais de Províncias, ver: Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 148-179.

²⁵³ Cf. sobre este apelido pejorativo, que foi um entre os vários criados para seus opositores, *O Constitucional* nº 43 (26/novembro/1829).

²⁵⁴ *Probo minorem* (latim):provo com a premissa menor.

²⁵⁵ Segundo Lopes Gama, o nome primitivo da sociedade secreta que se transformou na *coluna* era sociedade japônica. Difícil precisar se isso era uma ironia para associar os *colunas* ao sistema político japonês, de matiz absolutista segundo Lopes Gama, ou se realmente essa foi uma denominação usada inicialmente pelos *colunas*. Parece mais convincente a primeira hipótese. Cf. *O Constitucional* nº 32 (19/outubro/1829).

²⁵⁶ *O Constitucional* n. 41 (19/novembro/1829).

tom que o debate político dos anos 1829-1831 demandava de um periodista. Para associar os *colunas* ao absolutismo, ele os aproximava da França restaurada. Dessa forma, pretendia vinculá-los à Santa Aliança, europeia e tradicionalista. Essa associação, ou melhor, essa oposição Europa-América, no contexto da emancipação das colônias americanas, tinha um grande apelo, como se verá mais adiante. Tratava-se, pois, muito mais de uma estratégia discursiva do que de uma real associação ao absolutismo, pois, como bem notou Antônio Manuel Hespanha, a França de Luís XVIII muito mais se aproximava de um constitucionalismo moderado que adaptava as formas monárquicas tradicionais com a “diferença dos tempos”. O monarca francês usou esse termo para justificar a outorga da Carta de 1815; segundo ele, uma lei que se regia segundo a “diferença dos tempos”.²⁵⁷

Dessa forma, é simplista classificar o projeto político dos *colunas* como absolutista. Ao admitir que deputados eleitos pelos novos padrões eleitorais compusessem uma Assembleia Legislativa nacional, por exemplo, eles já se regiam de alguma forma, tal como disse Luís XVIII ao outorgar a carta constitucional em 1814, “segundo a diferença dos tempos”. Partindo do pressuposto que o mundo ibérico era um importante e definido espaço geográfico, com circulação de ideias e pessoas,²⁵⁸ percebe-se que os *colunas* tiveram forte influência de projetos constitucionais que surgiram em Portugal após 1822, no contexto da Santa Aliança. Esses foram elaborados por agentes históricos que Antonio Manuel Hespanha denominou de “constitucionalistas moderados”. Hespanha afirma que tais projetos compartilhavam a percepção “de Luís XVIII, em 1814, em que se consubstancia o fundamental do projeto reformista – aceitação das novidades institucionais que levassem ao melhoramento da administração pública e à racionalização da vida social, sem quebra aparente da continuidade constitucional.”²⁵⁹

Tais projetos foram interrompidos na ex-metrópole por causa do conflituoso desenrolar dos acontecimentos que levaram D. Miguel ao poder, que derogou a Carta de 1826. Assim, continuando com o mesmo pressuposto em mente – do mundo ibero-americano como um espaço de intensa circulação –, é inegável, também, certa aproximação dos *colunas* com o movimento miguelista. O ideário *coluna*, portanto,

²⁵⁷ Antônio Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível*, p. 46.

²⁵⁸ François-Xavier Guerra. *Modernidad e independências*; Janaina Cardoso de Mello. “Textos infames, discursos profanos”.

²⁵⁹ Antônio Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível*, p. 73.

também é repleto de reminiscências do Antigo Regime. Traçando, dessa forma, o paralelo com o ambiente político português, os *colunas* transitaram entre os projetos constitucionais de tipo moderado e o pensamento mais conservador, no limite absolutista, característico da restauração miguelista. Trata-se, enfim, de um pensamento político complexo, que não pode ser classificado grosseiramente como absolutista.

Morel, tratando dos restauradores fluminenses, definiu esse grupo como uma “tendência constitucional de forte matiz antiliberal (embora sem negar totalmente o liberalismo)”. Ao traçar o paralelo entre os restauradores brasileiros e o absolutismo português do mesmo período, Morel comentou que os miguelistas, por um lado, convocaram Cortes tradicionais reestabelecendo as três ordens tradicionais (nobreza, clero e povo. Por outro, eles “incorporavam parcialmente um vocabulário liberal e modernizante para exprimir sua legitimidade: representação dos povos, constituição, pacto social, entre outros”. Dessa forma, esse autor conclui que o uso de tal vocabulário não era mero oportunismo, mas “a composição de campo politicamente híbrido entre culturas políticas, em que o absolutismo não possuía mais legitimidade para erguer-se à maneira tradicional”.²⁶⁰

Trabalhamos, portanto, com esses pressupostos estabelecidos por Marco Morel para entender o pensamento *coluna*. Trata-se de agrupamento político eminentemente conservador, no limite absolutista, mas que externava muitas vezes um hibridismo entre valores arcaicos e modernos.

Contudo, o aspecto da propaganda jornalística *coluna* que mais os aproximava aos valores de Antigo Regime era a defesa da soberania monárquica. Como bem observou Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, foi comum os jornais *colunas* fundamentarem-se na Bíblia para “amparar a legitimidade dos reis com base no princípio da autoridade paterna que Adão, supostamente o primeiro pai e primeiro rei, transmitira a sua descendência”. Para essa historiadora, essa argumentação provavelmente derivava da doutrina de Robert Filmer, que escrevera no século XVII a obra *Patriarca: The natural power of kings*.²⁶¹ Marco Morel também destacou que os restauradores fluminenses, diretamente vinculados aos *colunas* pernambucanos,

²⁶⁰ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 129-130.

²⁶¹ “Em Pernambuco os que oram também lutam”, p. 287.

punham “em destaque a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular”.²⁶²

Nesse aspecto, esses agrupamentos políticos aproximavam-se daquilo que os miguelistas propunham do outro lado do Atlântico. Vejamos o que Antônio Manuel Hespanha menciona sobre o miguelismo a partir da análise de um texto de índole, justamente, constitucional, a *Exposição genuína da Constituição portuguesa de 1826*, publicada sob a forma de uma tradução do espanhol, em 1828.²⁶³ Após afirmar que a defesa da religião era um dos limites inderrogáveis ao poder do soberano, o qual teria sido violado na carta imposta por D. Pedro em 1826, ele prossegue afirmando:

(...) já a *soberania da nação*, isso sim, era um “dogma herético”. De facto, ao deixar à nação representada nas cortes “a só faculdade absoluta de fazer Leis, interpretá-las, suspendê-las, e revogá-las, a de corrigir abusos, promover o bem geral, etc. etc., e tudo a juízo das mesmas Cortes ...”, é claro que se estavam a abandonar ao arbítrio das vontades os fundamentos naturais da associação política, ou seja, “fazer aéreas as faculdades do Rei, e as garantias concedidas à Religião, à propriedade, e à mesma liberdade dos Cidadãos, que não podem ter firmeza alguma onde a Legislação Criminal, e Civil pode variar a cada momento, segundo o capricho das paixões, e de interesses momentâneos”.²⁶⁴

O ideário dos *colunas*, contudo, não pode ser igualado ao da restauração miguelista. Com algumas semelhanças entre esses dois movimentos, como, por exemplo, a defesa da religião,²⁶⁵ o entorno que os engendrava era bastante distinto. O novo mundo tinha, em relação ao velho, suas inevitáveis idiossincrasias. Aliás, nem é o objeto central desse trabalho a análise do ideário *coluna*. Abordou-se essa questão por ser inevitável, porque o ideário *coluna* dialoga com a atuação pública de Lopes Gama. Deixemos que outro estudo mais verticalizado situe melhor o pensamento *coluna*. Os *colunas* defendiam, em grande parte de seus escritos, o princípio da soberania monárquica. Contudo, como veremos, no calor dos debates, por vezes, acabariam transigindo com princípio da soberania nacional, buscando conciliar ideias que, teoricamente, seriam irreconciliáveis. Afinal, a noção de soberania da nação veio para

²⁶² Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, p. 128. Morel, ao tratar dos restauradores fluminenses, não se restringe a movimento que defendia a volta de D. Pedro I após a abdicação, mas traça um panorama desse agrupamento desde a década de 1820.

²⁶³ *Exposição genuína da Constituição portuguesa de 1826, na qual pelo seu mesmo texto se justificam, e desfazem as apparentes contradições e barbarismos que nella se contém. Impressa na língua hespanhola na cidade de Palencia em 1826*. Traduzida por F.P.F.C., Lisboa, Imprensa régia, 1828, apud. Antônio Manuel Hespanha. *Guiando a mão invisível.*, p. 91.

²⁶⁴ *Ibidem*, pp. 91-92.

²⁶⁵ Cf. o longo artigo, subdividido em vários números de *O Amigo do Povo* e intitulado “Apologia da Religião no Brasil”. A partir do *Amigo do Povo* n. 10 (01/agosto/1829).

suplantar a de soberania monárquica. Como bem observou Keith Michael Baker, “o princípio da soberania nacional está no próprio âmago da Revolução Francesa” e não há dúvidas de que “esse princípio tenha sido criado – e posto em prática – pela transferência da soberania do rei à nação (...)”.²⁶⁶

Lopes Gama, procurando mostrar que estava alinhado às profundas transformações que ocorriam no mundo Atlântico, explorou ao máximo essa dicotomia entre soberania da nação e soberania monárquica.

2.3 - A defesa da soberania nacional

Lopes Gama procurou defender a Constituição de 1824 no tom que o debate político de 1820 demandava, isto é, escorando-se na soberania da Nação. Os revolucionários da Confederação do Equador acusaram o processo de afirmação da Constituição de 1824 de ilegítimo. As câmaras, órgãos políticos que referendaram a constituição, não representariam a Nação. O Imperador e seu séquito, ao passarem por cima dos órgãos de representação nacional, haviam instituído uma lei fundamental ilegítima.²⁶⁷ Contudo, para Lopes Gama, o texto de 1824 foi aceito pela vontade da Nação. Já se observou que Lopes Gama iniciou esse processo de construção discursiva em 1825, afirmando que a constituição era oriunda da vontade nacional (subtítulo **1.10**). Como já se afirmou, esse foi um argumento central para que a Constituição vigorasse no Brasil e o jornalismo teve um papel central para difundir essa ideia. Defender esse conceito moderno – a soberania nacional – como o sustentáculo da nova ordem política foi, aliás, a tônica do discurso de Lopes Gama em toda década de 1820.

Voltando ao eixo de nossa análise, observou-se que Lopes Gama atacou os *colunas* com o argumento de que eles ofendiam o princípio da soberania nacional. O monge beneditino transformou a defesa desse conceito em uma das bandeiras centrais de sua campanha jornalística para consolidar a Constituição de 1824 sem modificações.

Em julho de 1829, *O Amigo do Povo* escreveu um longo artigo defendendo que ao longo da história moderna só existiram duas convenções nacionais. Em ambas, a nação se reuniu porque não existia governo, nem tampouco nenhuma espécie de poder constituído. O autor desse artigo foi provavelmente o vigário Francisco Ferreira Barreto.

²⁶⁶ “Soberania”, in: François Furet e Mona Ozouf (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989. Cf. também o verbete “Nação”, escrito por Pierre Nora.

²⁶⁷ Evaldo Cabral de Mello. *A outra independência*, p. 168.

A primeira das situações considerada pelo vigário Barreto como uma convenção nacional aconteceu em 1603. Nesse ano, após a morte da rainha da Inglaterra, o rei da Escócia Jacques 6º [sic] herdou o trono inglês.²⁶⁸ A Escócia se uniria com a Inglaterra? O povo se reuniu sem convocação do rei para resolver essa questão que lhe dizia respeito. A segunda situação que o vigário Barreto considerou uma convenção nacional aconteceu em 1688, novamente na Inglaterra. Após o que hoje se conhece como Revolução Gloriosa, o monarca havia fugido. Fez-se, então, na ausência de um imperante, uma convenção nacional para implementar um governo, o da dinastia de Orange. O redator *coluna* escreveu que não se pode levar em consideração convenções nacionais da América Inglesa e da Espanhola: “não se podem assemelhar os representantes das repúblicas aos representantes de uma monarquia”. Para o redator de *O Amigo do Povo*, o caso brasileiro era completamente distinto. O Brasil nunca havia ficado sem governo. Os brasileiros deram a D. Pedro o título de Imperador Constitucional, e este dissolveu a constituinte porque era nosso Defensor Perpétuo. Nessa ocasião, ele “gozava então de todos os poderes monárquicos, pois que não tínhamos ainda constituição, isto é, divisão de poderes”. O povo poderia tirar o poder do Imperador? Obviamente que não, acreditava o vigário Barreto: “Todos os poderes residiam nele, como Monarca; e se hoje não tem todos os poderes, é porque ele os quis dividir mudando a forma de Governo do Brasil. (...) Todos os poderes são hoje delegações da Nação, mas por quê? Porque a Constituição, que nos deu o Imperador, assim o determina: do contrário, o governo seria puramente monárquico, como era no passado”.²⁶⁹

Dois meses depois, Lopes Gama refutou as ideias do *Amigo do Povo* enfaticamente. Ele se propôs esclarecer três questões: 1) o que é história moderna; 2) o que é uma convenção e 3) o que é uma convenção verdadeiramente nacional. História Moderna, para Lopes Gama, é tudo o que se passou depois da queda do Império Romano. Em segundo lugar, “Convenção vem do verbo latino = convenire – que também significa – convir, concordar, determinar – e convenção em nossa língua quer dizer – concordia, tratado, ajuste, pacto &c.”. Depois de debater sobre outras questões pertinentes ao tema, escreveu que “se o Nosso Imperador convocou Deputados para formarem a Constituição, foi em virtude da Soberania que a Nação lhe conferiu,

²⁶⁸Creio o redator queria se referir a Jaime VI (1567-1625).

²⁶⁹*O Amigo do Povo* n. 17 (19/setembro/1829).

aclamando o seu Imperador: em qualidade de Príncipe Regente; Lugar Tenente de seu Real Pai, Ele o não podia fazer; porque nisso alterava as ordens do Delegante, que tal poder lhe não deixou.”. Percebe-se que a aclamação do Imperador – já se viu a importância dela nos jornais que Lopes Gama escreveu na época da Independência – era novamente conceituada como um momento decisivo – um momento de virada onde a vontade da nação indicou D. Pedro para exercer o poder constitucionalmente.²⁷⁰

Na sequência, Lopes Gama abordou o terceiro ponto: o que é verdadeiramente nacional: “é tudo aquilo, que é feito pela maioria da Nação”. Ele seguiu relatando que “o Snr. D. Pedro 1º, quando o Brasil tratou de sacudir o jugo, e fazer-se Independente, como um Príncipe Justo, qual outro Gustavo Wasa²⁷¹, identificou-se conosco; o Brasil não consentiu, que Ele o desamparasse, Ele foi, por assim dizer, o chefe da Gloriosa Revolução; não se opôs, antes ajudou as pretensões da Nação”. Lopes Gama terminou o artigo defendendo a antiguidade do princípio da soberania nacional, citando a revolta dos Países Baixos contra o domínio Habsburgo em 1579 e também o caso da sucessão dinástica sueca em 1720. Por fim, defendeu o amor e o respeito à constituição “não porque o Imperador a deu (Ele não a deu, apresentou-a, ofereceu-a aos Povos, e estes a aceitaram, e juraram: basta ler a mesma Constituição)”.²⁷²

Dois dias depois, *O Amigo do Povo* abordou novamente o assunto, dizendo que os “farroupilhas” incitavam os povos a derrubar governos: “falaremos ainda desta soberania do povo, e da prerrogativa que se lhe atribuem [de mudar governos]”. Ele assim definiu a soberania: “É a transferência [sic], e reunião de todas as forças particulares em as mãos de um Rei, ou de um Senado, que manda em derradeira instância na sociedade civil”. Prosseguiu afirmando que “todos poderes emanam portanto do povo. Mas o povo é obrigado a delegá-los todos (...). A Soberania Nacional não existe portanto no meio de um povo, senão porque ele a delega, e no momento em que ele a delega”. Dessa forma, “a soberania que vem do povo, não pode jamais voltar ao povo”. Concluiu o redator do jornal *O Amigo do Povo*, dizendo que se essa doutrina não for seguida, “o povo se persuade logo, que não é de sua dignidade submeter-se à

²⁷⁰ *O Constitucional* n. 23 (17/setembro/1829).

²⁷¹ Rei da Suécia (1594-1632).

²⁷² *O Constitucional* n. 23 (17/setembro/1829).

obediência”. Assim, “é impossível entregar aos caprichos do povo o direito de mudar arbitrariamente a seu depositário”.²⁷³

Façamos uma pausa na descrição do debate para uma reflexão centrada em três aspectos. Primeiro, observa-se que defender a antiguidade de um princípio, ou de uma prática, era algo relevante na discussão política da época. Lopes Gama advogava por um conceito tipicamente moderno (hoje nós, historiadores, bem sabemos disso). O tom de sua defesa, entretanto, construía a argumentação de que a soberania nacional já fora exercida pelos povos diversas vezes ao longo da “história moderna”. Essa prática foi recorrentemente levada a cabo por agentes sociais que viveram em tempos de radicais mudanças políticas: militavam por reformas afirmando estarem vinculados a práticas ancestrais. Muitos dos defensores da revolução constitucionalista portuguesa de 1820 procederam da mesma maneira. Eles apoiavam a construção de uma assembleia constituinte notadamente revolucionária afirmando estarem regenerando a ancestral nação portuguesa formada pelas míticas cortes de Lamego.²⁷⁴

O segundo aspecto a ser destacado é o caráter efêmero, veloz e transitório da imprensa periódica. Debates eram travados diariamente. As opiniões eram contestadas em uma velocidade alucinante para época, inimaginável no Brasil da década anterior. Réplicas e tréplicas sucediam-se e os debates iam tomando rumos não previstos no seu início. Em julho, o redator de *O Amigo do Povo* não admitia, de forma alguma, que o poder fosse oriundo da soberania nacional. Citou dois casos extremos da história, ambos na Grã-Bretanha, para mostrar a raridade e a excepcionalidade com que esse princípio se manifestava por meio de convenções nacionais. Já dois meses depois, em setembro, após uma dura crítica do *Sonâmbulo*, e de uma provável repercussão nos espaços públicos, seu tom mudou um pouco. Nessa ocasião, o jornalista *coluna* já admitia que “todos poderes emanam portanto do povo”, fazendo a ressalva de que esse “é obrigado a delegá-los todos”. Não se pode precisar de que forma as discussões imprensas repercutiam nas ruas, nas praças, nos botequins e nas barbearias.²⁷⁵ Todavia, ao observar essa discussão, por exemplo, pode-se supor que negar ao povo sua condição de fonte do poder poderia causar alguma repercussão negativa. Ademais, esse exemplo

²⁷³ *O Amigo do Povo* n. 17 (19/setembro/1829).

²⁷⁴ Lúcia Maria Bastos Neves. “Constituição, usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)”.

²⁷⁵ Sobre os variados espaços públicos de discussão política no Brasil Imperial, cf. Marco Morel. *A transformação dos espaços públicos*, pp. 223-240; e Ariel Feldman, “Os múltiplos espaços de discussão política”, 2008.

demonstra de que forma os *colunas* mesclavam concepções arcaicas com concepções modernas. A soberania monárquica, isto é, a concentração de poderes nas mãos de um rei, ideia basilar de sua pregação jornalística, foi preterida no calor de um debate. No calor das discussões *O Amigo do Povo* divulgava que “todos poderes emanam portanto do povo”.

O terceiro aspecto, e o que mais importa aqui, é a distinta atribuição de valores conferida a duas soberanias distintas, a saber, a soberania monárquica e a soberania nacional. Lopes Gama conferia um valor hierarquicamente superior à soberania da nação em relação à monárquica. Para ele, a independência, momento fundador, é justificada pela vontade da nação, que escolheu, por livre espontânea vontade D. Pedro para ser Imperador ao aclamá-lo. Já para o redator de *Amigo do Povo*, em sua primeira exposição, a soberania da nação seria uma delegação oriunda do monarca. Foi esse quem concedeu, por livre e espontânea vontade, poderes à nação, pois “todos os poderes residiam nele, como Monarca; e se hoje não tem todos os poderes, é porque ele os quis dividir mudando a forma de Governo do Brasil.”

Marco Morel, centrando sua análise, sobretudo, nos periódicos do período regencial, distingue a defesa de três soberanias distintas, isto é, a soberania popular, a nacional e a monárquica. Morel identificou cada agrupamento político característico do início das regências, com a defesa de uma dessas soberanias. Os caramurus, ou restauradores, herdeiros diretos dos *colunas*, eram defensores do princípio monárquico; os liberais moderados advogavam pelo princípio da soberania nacional; já os liberais exaltados propugnavam a soberania popular.²⁷⁶

No que difere, então, o início das regências do final do primeiro reinado? O enfrentamento, entre 1829 e 1831, foi mais polarizado e menos diversificado. Contrapondo-se aos defensores do princípio monárquico, os setores liberais estavam mais coesos e mais aglutinados. Nessa oposição aos *colunas*, a defesa da soberania nacional se mesclava e se confundia com a defesa da soberania popular. Antônio Borges da Fonseca, que se tornaria um liberal exaltado após a abdicação, entre 1829 e 1831, lutava ao lado de Lopes Gama, escrevendo o periódico *A Abelha*. Dessa forma, Frei Miguel considerava Borges da Fonseca:

²⁷⁶ Marco Morel. *A transformação dos espaços públicos*, pp. 99-151.

O Sonâmbulo, que é meu, não se tem deslizado um só ápice das máximas juradas na Constituição, que o Soberano nos ofertou, jurou, e mandou jurar sob pena de não ser considerado Cidadão Brasileiro (...) O Diário [de Pernambuco] tem seguido a mesma marcha: a Abelha é Constitucional; e se alguma expressão lhe tem escapado menos assisada, é filha de um zelo extremo pela justa liberdade, e é desculpável um Moço, que se vê continuamente insultado pelos praguentos, e desaforados Cruzeiro, e Amguixo.²⁷⁷

Mesmo fazendo a ressalva de que uma ou outra expressão escrita pelo redator da *Abelha* tem “escapado menos assisada”, Lopes Gama colocava-se no mesmo campo político de Borges da Fonseca. Tal alinhamento mudaria completamente em meados de 1831. O contexto político internacional da Santa Aliança, favorável a projetos constitucionais mais conservadores, assim como a situação interna do Brasil, que favorecia aos *colunas*, influenciou Lopes Gama a assumir um posicionamento bastante singular em sua trajetória política. Frei Miguel, por meio de seu disfarce nada eficaz de *Sonâmbulo*, aproximou, nesse momento histórico, o princípio da soberania nacional a elementos da soberania popular.

2.4 - A defesa de elementos populares na Constituição – o Brasil dentro do mundo americano

Procurou-se, até aqui, demonstrar que o contexto do debate político de 1829 a 1831 foi, de alguma forma, influenciado pelo andamento dos acontecimentos internacionais. Da Europa, como um todo, irradiava a influência da Santa Aliança. O mundo ibérico, por exemplo, possuía monarquias que não eram regidas constitucionalmente. Extremamente influenciado por esse contexto atlântico, e provavelmente preocupado com recente episódio ocorrido em Afogados, o Imperador D. Pedro I enviou uma carta ao bispo de Anemúria²⁷⁸, em 17 de março de 1829:

Meu mestre e meu amigo. Muito desejo por escrito e o mais breve que puder me dê a sua opinião acerca dos seguintes quesitos = 1º em que estado de fermentação revolucionária considera o Brasil = 2º Que remédios acha que se lhe podem dar = 3º Se será conveniente emendar a Constituição = 4º Se será melhor, depois de me conciliar e entilenciar [sic] com os diferentes soberanos influentes que estão indispostos contra mim, ver se Elês mandam uma força para apoiar a nossa (caso de necessidade) e Eu então Dar uma nova Constituição que seja verdadeiramente monárquica = 5º Em que época se deverá pôr em prática este plano.²⁷⁹

²⁷⁷ *O Constitucional* n. 43 (26/novembro/1829).

²⁷⁸ Frei Antônio de Arrábida (1771-1859).

²⁷⁹ Arquivo do Castelo d'Eu - Maço LXXXVI – doc 3859, citado por Otávio Tarquínio de Souza. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1954, Tomo II, 1960, p. 764.

Se até mesmo o Imperador pensava em dar uma nova constituição “verdadeiramente monárquica”, por que essa tentativa não foi levada adiante? Otávio Tarquínio de Souza, muito mais preocupado em esmiuçar a vida palaciana do que compreender a nova cultura política que emergia, entende que alguns conselheiros do Imperador foram decisivos para que ele desistisse desse projeto. Esse autor atribui aos pareceres do Marquês de Paranaguá e do próprio bispo de Anemúria papel decisivo na desistência do imperador em “dar uma constituição verdadeiramente monárquica” ao Brasil.²⁸⁰ Como nossos objetivos são completamente diferentes desse historiador, jornalista e biógrafo de meados do século XX. Nossa atenção se concentrará em outros aspectos. O foco deste trabalho é compreender a construção de uma opinião pública a qual alçou o princípio da soberania nacional acima do princípio da soberania monárquica. Essa corrente de opinião acabou por prevalecer, unindo diversificados setores da sociedade entre 1829 e 1831 e pregando que a moderação era manter a constituição de 1824. Qualquer projeto político contrário à manutenção do texto de 1824 era, para esses publicistas, um desvio de conduta que rumava ao extremo. Essa corrente de opinião teve importante vitória em 7 de abril de 1831, data que marca a primeira derrocada de projetos mais monárquicos que nacionais. Vejamos, pois, alguns outros traços desse projeto nacional defendido por Lopes Gama nos anos finais do primeiro reinado.

Em 22 de outubro de 1829, Lopes Gama escreveu que “talvez pareça impertinência (...) a defesa contínua da Soberania Nacional; mas bem ponderada a coisa é de tanto interesse, que desconhecido este princípio, a Constituição é uma simples graça do Soberano, e por consequência tão incerta, e precária como a vontade dos seus Augustos Sucessores”. Ao final desta correspondência, Lopes Gama escreveu algo que na década de 1830 jamais escreveria. Afirmou que não lhes são “desconhecidos os males da Revolução Francesa”, mas colocava a culpa antes no despotismo ministerial e monárquico do que nas paixões desenfreadas da população: “se os sofistas daquele século generalizarão as suas máximas ímpias, e revoltosas, é porque encontraram disposição nos ânimos para as abraçar à vista da relaxação, e prepotências dos Governos; da parte da Religião já pela imoralidade da Corte, e Agentes do Poder, e pela natural tendência da natureza humana a adotar o que lisonjeia as paixões”.²⁸¹ Ver-se-á que, ao longo do

²⁸⁰ Ibidem, pp. 763-775.

²⁸¹ *O Constitucional* n. 33 (22/outubro/1829)

período regencial, sua leitura da Revolução Francesa foi completamente distinta. Sobretudo a partir de 1837, Lopes Gama atribuiu os horrores da revolução antes aos excessos cometidos pelos populares do que ao despotismo áulico.²⁸² Do final do primeiro reinado ao final do período regencial, suas críticas mudaram de direção: dos males que a soberania monárquica poderia causar para os distúrbios que a soberania popular seria capaz de desencadear.

Alguns dias depois, Lopes Gama defendeu-se de uma acusação dos *colunas*, que afirmavam que ele, *O Sonâmbulo*, defendia a ideia de que “o povo que fez imperadores, os desfaz quando bem entende”. Ele defendia-se dizendo que não era assim que pensava. Dizia que as câmaras, o senado e os príncipes recebiam a autoridade dos povos, mas os povos não poderiam voltar atrás no momento que bem entendessem. Isso só poderia acontecer em casos de despotismo extremo. Abordou novamente a Revolução Francesa. Apesar de falar da culpa dos malvados jacobinos, afirmou algo que jamais afirmaria na década seguinte: “e se uma Nação inteira se rebela contra o seu Chefe, é prova, que este tem ultrapassado todas as regras sociais, tem calcado aos pés todas as leis, invadido todos os Direitos; e o resultado é ir o Chefe abaixo; porque contra a vontade de uma Nação inteira não há quem possa”.²⁸³

Lopes Gama continuou a correspondência asseverando que a Soberania Nacional reside nos povos e não acaba no momento em que a nação se forma, pois uma coisa é a soberania (está nos povos), outra é o exercício dela, o qual é delegado. Seria impraticável que um povo se governasse. Na sequência questionou: imaginem se a Soberania saísse dos povos logo após sua formação? O que seria do Brasil se D. Pedro morresse? D. Miguel seria o soberano do Brasil? Hoje – assegurou aliviado – tem-se Pedro I. Mas e depois? Se o princípio da Soberania Nacional for esquecido que futuro o Brasil teria? Dirigindo-se aos jornalistas rivais questionou: “E é desprezível, e insignificante o princípio da Soberania Nacional? Ah’ se a Nação Brasileira, degradando-se lastimosamente, chegasse a riscar de seu pensamento a convicção de sua Soberania originária, o Brasil, talvez na geração futura, faria infalivelmente uma terceira parte aos atuais Governos de Espanha, e Portugal”. Finalizou esclarecendo dúvidas sobre o exercício da soberania. A soberania, a seu ver, era exercida pelos quatro poderes: o Legislativo (assembleia e o imperador, que sanciona as leis), o Executivo e o

²⁸² Ariel Feldman. *O Império das carapuças*, pp. 107-108.

²⁸³ *O Constitucional* n. 35 (29/outubro/1829)

Moderador (nas mãos do monarca) e o Judiciário (a cargo dos juízes e jurados). Ele enfatizou, contudo, que em nenhuma dessas quatro pessoas morais residia a soberania – eram poderes delegados.²⁸⁴

Lopes Gama repetiu à exaustão esse tipo de defesa da Soberania Nacional, sempre se dirigindo aos rivais:

[você, redator do *Amigo do Povo*] pergunta quem é o Soberano, se a Nação, ou o imperador. Valha-nos Deus com este caboclinho! A Soberania originária, ou em essência, meu Cafelefele²⁸⁵, reside em a Nação; a Soberania delegada, isto é; o exercício da soberania está repartido entre o Imperador, a Assembleia, os Juízes e Jurados: e como o Imperador entra no Legislativo pela sanção das leis, tem todo o Executivo, tem o Moderador, e a nomeação dos Juízes, por isso lhe damos o título de Soberano; porque na realidade é quem reúne a maior cópia de Poderes.²⁸⁶

Lopes Gama usou diversas argumentações e exemplos históricos, sobretudo portugueses, para corroborar sua tese de que a soberania residia na nação.²⁸⁷ Muitas correspondências de Lopes Gama repetiram, com certas variações, os argumentos acima descritos.²⁸⁸

É preciso frisar que Lopes Gama, nesse específico momento histórico, procurou alargar, como nunca mais faria na sua trajetória política, a noção de soberania nacional. Essa flertou, pois, com os defensores de outro tipo de soberania, a popular. Talvez apenas durante o período que antecedeu a Revolução Praieira (1844-1849), ele voltaria a flertar novamente com um ideário de matiz popular.²⁸⁹ Mas o contexto político e ideológico, tanto no Brasil quanto no espaço atlântico, era completamente diferente na segunda metade da década de 1840. É, por isso, imprudente fazer comparações entres esses dois momentos históricos. Fato é, como se verá mais detalhadamente nos próximos capítulos, que, na década de 1830, Lopes Gama, aos poucos, foi direcionando

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ Apelido pejorativo direcionado ao Padre José Marinho Falcão Padilha.

²⁸⁶ *O Constitucional* n. 45 (3/dezembro/1829)

²⁸⁷ Na leitura de Lopes Gama, Dom João I (1358-1433), mestre de Avis, utilizou-se do princípio da soberania nacional convocando cortes para ganhar a disputa do trono com D. João de Castela: *O Constitucional* n. 85 (22/abril/1830). Lopes Gama cita a obra *Memórias Del Rei D. João I*, encomendada por D. João V ao acadêmico José Soares da Silva. Cf. também, sobre a origem de Portugal explicada por meio do princípio da Soberania Nacional, *O Constitucional* n. 45 (3/dezembro/1829)

²⁸⁸ Cf. ainda sobre a defesa da Soberania Nacional *O Constitucional* n. 23 (17/setembro/1829), n.29 (08/outubro/1829), n. 38 (09/novembro/1829), n. 34 (26/outubro/1829), n. 41 (19/novembro/1829), n. 60 (25/janeiro/1830), n. 66 (15/fevereiro/1830), n. 68 (22/fevereiro/1830), n. 76 (21/março/1830), n. 78 (29/março/1830), n. 125 (09/setembro/1830), n. 126 (13/setembro/1830), n. 135 (14/outubro/1830) e n. 138 (25/outubro/1830).

²⁸⁹ Cf. capítulo 5 dessa tese.

seus temores contra o outro extremo do mundo político, isto é, contra os exageros da participação excessiva do povo nas decisões políticas.²⁹⁰ Observemos, então, como Lopes Gama defendeu que no Brasil eram imprescindíveis alguns elementos populares em sua constituição política. Seu argumento principal nessa defesa foi a localização geográfica. O Brasil fazia parte do mundo americano.²⁹¹

No final da década de 1820, Lopes Gama utilizou-se dessa mesma vinculação geográfica e cultural, mas agora para defender, frente aos ataques *colunas*, certos elementos democráticos e populares no sistema político brasileiro. Em outubro de 1829, formulou pela primeira vez uma ideia que repetiria reiteradamente até o final de 1830:

Outro objeto [sic] não menos importante é a situação do Brasil. Este novo Império não está em o continente da Europa; mas n'América, torneada de Democracias. As continuas, e recentes guerras civis das novas Repúblicas são apenas assuntos de vagas declamações para os topeiras do *Amigo*²⁹² do Povo, que não vêem um palmo para fora da casa; mas para o homem, que sabe meditar, são dignas da maior atenção. Quando esses Povos sossegarem devem tornar-se Potências respeitáveis. Uma Nação, que luta por muito tempo (diz o sábio, e não Demagogo Montesquieu) em guerra civil, faz-se ao depois formidável à seus vizinhos; porque nessas contínuas agitações, todos se tornam guerreiros, e não deixam de aparecer gênios extraordinários capazes de revolver, e até dominar os Povos contrerrâneos. Se o Brasil, atacado para o futuro por esses Republicanos empreendedores não tiver um Governo, que contentando ao Monarca, e aos Povos os una em mútuo amor, de sorte que não tenham, que invejar a felicidade daqueles seus vizinhos, terá de passar por mil desgraças, cujos resultados não chegam ao meu alcance. Aconselhar ao Brasil, que forme uma Constituição, onde as formulas populares não tenham influência alguma, e isto parede e meia de Repúblicas viçosas, onde pelo contrário todo o Governo é popular; é quanto a mim, a troco de uns hábitos, que se espera alcançar do Imperante com estas, e outras adulações, que podiam aproveitar com outro Soberano, mas que com o Nosso são baldadas, expor a sua Pátria presentes, e a mil precipícios futuros.

(...)Eu digo, e sustentarei, que a felicidade do Império depende sobre tudo da base Monárquica, e das formulas populares; porque se para o diante os nossos vizinhos, já descansados nos quiserem chamar a participarmos da sua forma de Governo, todo o

²⁹⁰ Ariel Feldman. *O império das carapuças*, 2006, pp. 110-131.

²⁹¹ Cf. João Paulo Garrido Pimenta, "Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano". *Almanack Braziliense*, n. 3, maio de 2006. Esse autor demonstrou que, desde o período joanino, e sobretudo durante o processo de independência, se desenvolveu nos espaços públicos um ideário de que o Brasil fazia parte do mundo americano. Essa vinculação politicamente construída foi, segundo Pimenta, decisiva para a legitimação das reivindicações autonomistas brasileiras. Ainda sobre o mesmo tema, mas com enfoque na imprensa republicana cf. Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca. "A América como um conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832." *Cadernos do CHDD*. Centro de História e Documentação Diplomática (FUNAG), v. IV, p. 57-70, 2005.

²⁹² Quase sempre a palavra "Amigo", quando fazia referência ao nome do periódico rival *O Amigo do Povo*, aparecia impressa de cabeça para baixo em *O Constitucional*. Inseriu-se aqui, por falta de recursos técnicos, a palavra de cabeça para cima.

aparato de tropas mercenárias, e estrangeiras será ineficiente, se os Povos lhe não puderem responder, cheios de sua própria felicidade – Nós não invejamos os vosso Governo: o nosso é mais venturoso. Vós sois Cidadãos? Nós também somos. Escolheis os vossos Representantes? Também nós os escolhemos: Tendes Assembleias consultivas em vossos distritos? Nós igualmente as temos: Possuis a liberdade de Imprensa, e o Júri? Nós cá possuímos tudo. Vós tendes um Chefe eletivo, para cuja nomeação passais por mil cabalas, e sedições? Nós temos um chefe nato, Um Imperador Imortal, que é o Pai comum, e o fiel Executor, e Guarda das Leis, que ele, e nós a contento recíproco fizemos.²⁹³

Dois aspectos dessa fala de Lopes Gama precisam ser destacados. Em primeiro lugar, destaquemos que ele jamais deixou de ser um ardoroso defensor da monarquia. Nessa guerra aos extremos, para não ser incriminado de republicano, era preciso sempre citar falas imperiais, exaltando o monarca e a monarquia.²⁹⁴ Aliás, na tortuosa trajetória política de Lopes Gama, podem-se detectar dois elementos sempre presentes em seu discurso: a defesa da monarquia e da soberania nacional. Em essência, esses dois elementos foram continuamente advogados. O que cambiará ao longo do tempo será o quanto de elementos populares dever-se-ia inserir ou retirar da nação no exercício de sua soberania, ou, por outro lado, de que maneira os elementos monárquicos precisavam se combinar com outros princípios políticos.

Em segundo lugar, é importante ter em mente que, nesse momento, Lopes Gama ajudou a estabelecer instituições com certos traços democráticos, notadamente os Juízes de Paz, a Guarda Nacional e o Júri popular.²⁹⁵ Os juízes de paz, um cargo eletivo em nível local, foram projetados constitucionalmente em 1824, regulamentados em lei de 15 de outubro de 1827 e tiveram seus poderes amplamente expandidos em 1832, com a promulgação do Código de Processo Criminal. As guardas nacionais – dentro das quais as altas patentes eram também definidas através de processo eleitoral – foram criadas em agosto de 1831. Contudo, se, nesse exato momento, Lopes Gama participou da corrente da opinião pública que ajudou a sustentar a criação e a instalação dessas instituições de matiz democrático, no contexto do que a historiografia convencionou chamar de regresso conservador,²⁹⁶ ele sustentou as bases ideológicas das reformas que

²⁹³ *O Constitucional* n. 29 (08/outubro/1829). Lopes Gama repete formulação semelhante a esta em *O Constitucional* n. 43 (26/outubro/1829), n. 51 (24/dezembro/1829), n. 66 (15/fevereiro/1830), n. 80 (5/abril/1830) e n. 135 (14/outubro/1830).

²⁹⁴ Lopes Gama freqüentemente exaltou as qualidades do monarca, assim como citou falas imperiais, conferindo a elas o estatuto de verdade política incontestável. Cf. *O Constitucional* nº 38, 3, 44 (1829), 57, 65, 76, 78, 80, 84, 121, 127, 135, 151 (1830) e 132 (1831).

²⁹⁵ *O Constitucional* nº 32 (1829); *O Popular* nº 12, 28, 37 e 40 (1830).

²⁹⁶ Sobretudo Ilmar R. Mattos. *O tempo saquarema*.

passariam estes estabelecimentos a partir de 1837. Em dezembro de 1841, era aprovada a reforma do Código de Processo Criminal, a qual retirou dos juízes de paz (cargo eletivo) grande parte da autoridade judicial e policial anteriormente exercida.²⁹⁷ As altas patentes da Guarda Nacional, que também eram de caráter eletivo, voltariam a ser de nomeação imperial apenas em 1850.²⁹⁸ Todas essas instituições de caráter eletivo – assim como o Júri popular – foram criticadas nas páginas de *O Carapuceiro*, sobretudo a partir de 1837. O argumento central: o povo brasileiro não estava apto para a democracia. Nas palavras de Lopes Gama: “o povo do Brasil é tão apto para a democracia como o muçulmano para conhecer a jurisdição do papa”.²⁹⁹ Esse ideário, como veremos no capítulo 4, foi veiculado em um periódico de grande circulação e em uma linguagem coloquial e jocosa, exercendo dessa forma importante influência para sustentar as reformas nas instituições eletivas efetuadas de 1837 em diante.³⁰⁰

Visto como Lopes Gama associou o Brasil ao mundo americano e defendeu a solidificação de certos traços democráticos na constituição do Brasil contra o ideário *coluna* de uma constituição mais monárquica e aristocrática, voltemos a alguns questionamentos que ainda não foram completamente respondidos. Quem compunha a nação? Quem integrava com voz ativa as decisões oriundas da vontade nacional? Quais eram os mecanismos institucionais para apurar os anseios nação? Quais as divisões sociais que Lopes Gama vislumbrava para essa nação em construção? Ao refletir sobre esses questionamentos, perceber-se-á que, mesmo nesse momento histórico no qual flertou com traços da soberania popular, Lopes Gama nunca foi um militante desse conceito *stricto sensu*. O campo político no qual se colocou entre 1829 e 1831 demandava, como se verá ao final deste capítulo, certa aproximação com setores mais populares da sociedade. Lopes Gama, deliberadamente, empreendeu essa aproximação, a qual era necessária nesse momento de polarização da opinião pública. Seria, porém,

²⁹⁷ Thomaz Flory. *El juez de paz y el jurado en el brasil imperial, 1808-1817 : control social y estabilidad politica en el nuevo estado*. México : Fondo de Cultura Economica, 1986. Um trabalho descritivo e rico em informações sobre os juízes de paz é de Rosa Maria Vieira. *O Juiz de Paz do Império a nossos dias*. Brasília : Thesaurus, 1997.

²⁹⁸ Cf. Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.I., 1977.

²⁹⁹ *O Carapuceiro*, n. 1 (17/01/1838).

³⁰⁰ Ariel Feldman. *O Império das carapuças*, 2006, pp. 110-131; Idem, “Uma crítica às Instituições representativas do período das regências (1832-1840)”. *Almanack braziliense*, n. 4, nov.2006, pp. 65-81; Idem. “A cidadania no final do primeiro reinado (1830): Lopes Gama e as instituições representativas”, In: Gladys Sabina Ribeiro e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 65-78.

um erro crasso concluir que Lopes Gama, nesse momento histórico, foi um jornalista defensor de uma ampla participação popular na esfera pública.

2.5 - Povo, nação e aristocracia de mérito

Em junho de 1830, Lopes Gama iniciou sozinho a publicação do jornal bissetanal *O Popular*, que duraria até junho do ano seguinte. Foram 75 números, de quatro páginas cada. A maneira pela qual esse jornal chegou até os dias atuais, encadernado sob o formato de livro e com numeração contínua, talvez indique como ele circulou ao longo da década de 1830 e 1840.³⁰¹ Em *O Popular*, Lopes Gama se preocupou em explicar alguns artigos da Constituição de 1824, se dirigindo, sobretudo, para a “classe indouta”.³⁰² Com toda a fragilidade desta comparação, *O Popular* teve, tal qual *O Federalista*, jornal norte-americano escrito entre 1787 e 1788, a função de consolidar a carta constitucional.³⁰³ O jornal norte-americano atuou concomitantemente ao processo de aceitação da Constituição de 1787 pelos Estados confederados. Já o brasileiro foi escrito depois de a Constituição de 1824 estar em vigor por seis anos, de ter sido rechaçada em Pernambuco pela Confederação do Equador e de ainda sofrer, como se viu, relativa ameaça no início de 1830. Interessante notar também a mudança na estratégia de Lopes Gama dentro dessa guerra jornalística. Ele distanciou-se um pouco das polêmicas diárias, agressivas e pessoais que travava com Falcão Padilha e Ferreira Barreto e passou a escrever um jornal de caráter mais doutrinário do que combativo. Um jornal com mais elementos teóricos do que com trocas de ofensas: menos respostas, menos debate e mais preceitos políticos. Mostrar-se moderado em uma guerra na qual os extremos eram execráveis era uma tática prudente. Em carta privada a Villela Tavares, seu correligionário, Lopes Gama chegou a admitir: “como o Lombriga³⁰⁴ moderou-se a meu respeito, quis de propósito mostrar-me ainda mais moderado que ele”.³⁰⁵

Em sua defesa da constituição, Lopes Gama sustentou em *O Popular* a ideia de que a monarquia constitucional representativa era o equilíbrio entre as três clássicas

³⁰¹ Assim encontrou-se no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, mas apenas os números de 1830. Na Biblioteca Nacional está a coleção completa.

³⁰² *O Popular* n. 1 (02/06/1830).

³⁰³ Cf. Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. *O Federalista*, 1984.

³⁰⁴ “Lombriga” era mais um dos apelidos dados a José Marinho Falcão Padilha. Um correspondente de *O Cruzeiro* – assim se assinava.

³⁰⁵ *O Cruzeiro* nº 181 (22/dezembro/1829).

formas de governo: aristocracia, democracia e monarquia. Dessa forma, o monge recifense defendia uma constituição de forma muito semelhante a Almeida Garret, que, no mesmo ano (1830), publicou importante libelo defendendo a Carta de 1826, em Portugal. Tanto o publicista pernambucano quanto o português usaram uma formulação de origem inglesa.³⁰⁶ Lopes Gama afirmou que o governo misto conseguiria extrair de bom o que cada uma dessas formas de governo tinha. Por outro lado, o governo misto tenderia a neutralizar os defeitos desses grandes modelos governamentais.³⁰⁷ “A monarquia – escreveu Lopes Gama – “destrói a felicidade pública para satisfazer a ambição dos Áulicos, Nobres e Cortesãos que cercam o monarca”. Prosseguiu afirmando que a “Democracia é sujeita a intrigas e cabalas, a desenvoltura e anarquia.”. No que pode ser considerado o embrião da formulação que desenvolveria melhor em *O Carapuceiro* alguns anos depois, ele escreveu que “um país, como o nosso, ainda falto de luzes e virtudes civis, tem poucos amigos, e muitos adutores (...); por isso essa forma de Governo [a democracia] não nos convém”. Já a Aristocracia era defeituosa porque nela “os Magistrados e Nobres, e os geralmente chamados grandes são tudo, e a maioria do Povo nada”. Por fim, emendou:

Cansadas as nações de passarem pelos degraus ensanguentados de todas as três formas de governo; fatigados os maiores filósofos em procurar um governo, que evitasse o maior número de males, produzindo o maior número de bens;³⁰⁸ foi descoberto enfim o Governo Monárquico-Constitucional-Representativo. Esta forma é misto das três, e que tem sido abraçada pelas nações mais modernas e sábias, e respeitáveis, como a Inglaterra e França.³⁰⁹

Primeiramente, frisemos que a conjuntura internacional era levada em conta por Lopes Gama. Ele nitidamente destacava a Inglaterra e a França como Estados monárquicos, constitucionais e representativos. Em segundo lugar, percebamos que, para ele, o elemento democrático estaria assegurado no Brasil, sobretudo pela representação nacional, cujo lócus seria o parlamento. O elemento aristocrático, que esse jornalista político frisa não existir no Brasil, se faria presente dentro dessa esfera de

³⁰⁶ Almeida Garrett. *Portugal na balança da Europa*.

³⁰⁷ Lopes Gama lia periódicos ingleses. Cf. Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*.

³⁰⁸ A idéia de evitar “o maior número de males, produzindo o maior número de bens” é notadamente a base da filosofia política de Jeremy Bentham. Apesar de ter citado a essência da filosofia utilitarista de Bentham, Lopes Gama foi um ardoroso crítico desse filósofo inglês, provavelmente por motivos de ordem religiosa. Cf. *O Carapuceiro* n. 19 (21/06/1837) e n. 20 (24/06/1837). Ver também Jeremy Bentham. *Uma introdução aos princípios de moral e legislação* [edição incompleta]. São Paulo : Abril, 1983 [1789]. Ver também Cícero Araújo. “Bentham, o Utilitarismo e a filosofia política moderna”, in: Atílio A. Boron. *Filosofia política moderna : de Hobbes a Marx*. São Paulo : EDUSP, 2006.

³⁰⁹ *O Popular* n. 2 (05/06/1830). Ver também os números 3, 5, 7 e 24, que repetem essa formulação.

representação nacional, mas em uma instituição especial criada para representar não a nobreza inexistente, mas os mais ricos e notáveis: o Senado. Já o elemento monárquico teria como baluarte o imperador, que Lopes Gama enfatizou não reinar por vontade divina, mas por vontade dos povos. Assim como fez em *O Constitucional*, ele gastou muita tinta em *O Popular* defendendo essa ideia.³¹⁰ Ver-se-á, no próximo capítulo, que, nas páginas de *O Carapuceiro*, Lopes Gama defendeu, com considerável frequência, que, sem um povo religioso, não haveria constituição política que conseguisse fazer uma nação virtuosa.³¹¹ Entretanto, se durante as regências, ele associou o bom cidadão à educação católica, entre 1829 e 1831, refutar princípios religiosos no campo político era essencial para diferenciar-se dos *colunas*, deixando a eles a mácula de fanatismo. Essa seria, então, mais uma mudança de posicionamento de Lopes Gama ao longo do tempo: a importância da religião na esfera política.

Deve-se, contudo, entender o que Lopes Gama entendia por representação nacional e por Povo. Lopes Gama analisou o artigo décimo primeiro da Constituição, que dizia que “os Representantes da Nação brasileira são o Imperador, e a Assembleia”. Ele explicou, primeiramente, a diferença entre delegado e representante:

o delegado não é mesma pessoa moral que o delegante; depende da autoridade deste, nem deve fazer se não o que lhe foi ordenado por aquele, de que recebe o poder, ficando-lhe sempre responsável: tal é entre nós o ministério, tais são os magistrados, os presidentes, e todos os empregados que exercem jurisdição: o representante não é assim: o representante exerce o direito do representado por forma tal, que um, e outro são julgados, como fazendo uma mesma pessoa: por isso pela nossa Constituição, o Imperador, e a Assembleia, valem tanto, como a mesma Nação; o que quer dizer, que a massa dos Cidadãos Brasileiros, que é o que se chama Nação, renunciou ao exercício da Soberania, isto é; ao poder de fazer leis, de as mandar executar, e exercer a administração.³¹²

Esse seria o principal elemento democrático necessário para o equilíbrio do sistema político: a representação nacional. Desta forma, o Povo se faria representado. Povo e Nação, muitas vezes, são sinônimos no discurso de Lopes Gama, mas, por vezes, tem significados diferentes. O Povo, ou a Nação, ou a “massa dos cidadãos brasileiros”, não delegava a soberania. No momento em que escolhiam seus representantes, o Povo

³¹⁰ *O Popular*, números 1, 2, 3, 5, 6, 7, 12, 15, 18, 29, 31, 34 e 36.

³¹¹ Ariel Feldman. *O império das carapuças*, pp. 131-142.

³¹² *O Popular* n. 15 (21/07/1830).

não mais exercia a soberania. “Uma Nação – afirmava Lopes Gama – “exercendo por si mesmo a Soberania seria a imagem do inferno”.³¹³

Mas o que era o Povo? Lopes Gama respondeu que era o “agregado de todos os cidadãos, e pessoas, que vivem debaixo de certas leis” e que “desde os primeiros magistrados até o último Cidadão tudo é Povo”. O redator de *O Popular* procurou, contudo, desfazer o mau entendimento que muitos contemporâneos tinham da palavra “Povo”. Segundo ele, muitos confundiam “Povo” com “aquela classe ínfima, de qualquer Estado, isto é; a gente que não tem meios de vida, que é vadia, ignorante, mal educada, e viciosa”. Para ele, o Povo subdividia-se em duas categorias. A primeira era composta por “Magistrados, Militares, Ministros da Religião, Empregados Públicos, Agricultores, Comerciantes, Artistas etc.”. A segunda era composta por “homens de pior educação, e nenhuma indústria”. Essa segunda categoria era chamada de plebe. Concluía Lopes Gama: “Toda plebe, e canalha é Povo; mas todo o Povo não é plebe, e canalha”.³¹⁴

Como se observou, todos os cidadãos são considerados Povo para Lopes Gama. Excluídos dessa categoria, de Povo, só os escravos (que não eram citados quando esse assunto era tratado). Vejamos agora a explicação que Lopes Gama deu para a distinção entre cidadãos ativos e passivos. Ele escreveu que nem todos que habitam um Estado entram no Pacto Social, só os que compõem a Nação. “Ainda que todos os homens sejam iguais em direitos” – escreve o redator de *O Popular* – “isto é, devam ser igualmente protegidos pela Lei; contudo nem todos entram com faculdades iguais para a sociedade, nem concorrem com igual porção de meios para o benefício geral”. Esta é a origem, segundo Lopes Gama, da “distinção entre Cidadão ativo, e Cidadão passivo.”. O monge beneditino continuou exemplificando: “Antônio v.g. pode ser eleito deputado; porque é um cidadão honrado, e instruído; mas Jozé, que não sabe ler, nem escrever, não está nas circunstâncias de exercer o mesmo cargo”.

Ainda sobre o assunto da cidadania, Lopes Gama deixava claro que a cor não era o critério distintivo. Para ele, mais valia um pardo instruído do que um branco ignorante. “Não houveram [sic.] dois Adões: de um só procedemos todos” – diz o político e religioso Lopes Gama. Continuou afirmando que há muito tempo os pardos

³¹³ Idem.

³¹⁴ *O Popular* n. 22 (14/08/1830). O título do artigo é “O que se deve entender por Povo”.

ocupam cargos públicos de destaque. E mais, para ele, não existiam no Brasil famílias cem por cento brancas. Acreditar nisso seria a mesma coisa que acreditar que os portugueses não tinham sangue judeu ou mouro.³¹⁵ Ele tocava, dessa forma, em um assunto que até a revogação do estatuto da pureza de sangue empreendida por Pombal era tabu na sociedade luso-brasileira, sobretudo na pernambucana.³¹⁶ Mas se houve uma peculiaridade na construção da cidadania no mundo lusitano foi a inclusão dos pardos. O constitucionalismo vintista português, diferentemente do constitucionalismo espanhol de Cádiz, incluiu os egressos do cativeiro na condição de cidadãos, desde que nascidos livres.³¹⁷ Lopes Gama, assim, reiterou essa inclusão que já havia se iniciado há uma década no mundo luso-brasileiro. Ver-se-á, ao fim desse capítulo, as intenções políticas de Lopes Gama ao defender a cidadania ativa aos homens livres de cor.

Voltemos, pois, à análise dos vocábulos Povo e nação. Como já se mencionou, esses dois termos por vezes são sinônimos, por vezes diferem no discurso de Lopes Gama. Esses conceitos diferem quando o jornalista pernambucano afirmava que compõem a Nação apenas os que participam do pacto social. Esses, no entender dele, seriam os cidadãos ativos. Os outros são cidadãos também, mas não teriam direito a participar da representação nacional. Não comporiam a nação, seriam passivos, só teriam o direito de serem protegidos pelas mesmas leis. E o motivo para isso? Sobretudo a falta de instrução, sobretudo a falta de luzes. Era a lógica da exclusão justificada pela falta de educação, oriunda da ilustração setecentista e institucionalizada no império brasileiro.³¹⁸

Mas dentro do grupo de cidadãos ativos, seriam todos iguais? Deveriam ser igualmente conceituados aqueles que compunham a Nação? No entender de Lopes Gama, não. Quando defendeu o artigo décimo quarto da constituição, que instituiu o Senado, Lopes Gama afirmou que os senadores representavam uma classe diferente de cidadãos. Essa classe diferente de cidadãos, que o senado representava, não era fundada

³¹⁵ *O Popular*, n. 11(07/06/1830).

³¹⁶ Evaldo Cabral de Mello. *O nome e o sangue*. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. Companhia das Letras, 1989.

³¹⁷ Cf. Ana Cristina Nogueira da Silva. *A cidadania nos trópicos. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-1880)*. Tese de Doutorado (História do Direito). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004; Rafael de Bivar Marquese e Márcia R. Berbel. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pós-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”, In: Cláudia Maria das Graças Chaves; Marco Antonio Silveira. (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, v. 1.

³¹⁸ Cf. Sérgio Alcides. *Estes penhascos*. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo : Hucitec, 2003, p. 35-77.

no nascimento. Para Lopes Gama, as distinções fundadas no nascimento eram injustas e odiosas. Esse era um caráter vantajoso do Brasil no entender dele: a inexistência de uma nobreza de nascimento no Brasil. Aliás, ele, várias vezes, ironizou o pretenso caráter nobre que os grandes proprietários de terra pernambucanos atribuíam a si mesmos. Ver-se-á ainda que essas ironias atingiram seu ponto máximo quando a pretensa nobreza da terra pernambucana, notadamente os Cavalcanti-albuquerque e os Rêgo-Barros, tornou-se sua inimiga política às vésperas da Praieira (1848).³¹⁹ O mais importante de se notar, contudo, é que a principal diferença entre a Constituição de 1824 e a Carta de 1826 imposta ao reino português – documentos quase idênticos – era a existência, do outro lado do atlântico, da câmara dos pares, que além de vitalícia, como o senado brasileiro, era hereditária e não tinha limite de membros.³²⁰ D. Pedro I (IV de Portugal) teve que conceder certos privilégios à nobreza lusitana, uma classe social ainda extremamente influente no século XIX. Se no Brasil não existia uma nobreza histórica, os *colunas* advogavam pela inserção de mais elementos aristocráticos na Constituição brasileira. Pretendiam, pois, criar uma nobreza à moda antiga, ao estilo europeu. E a pregação deste tipo de nobreza no Brasil foi o mote para Lopes Gama realizar o que melhor sabia fazer: gracejos, chistes, piadas e agudas ironias.³²¹

Mas por que, então, se Lopes Gama negava a existência de uma nobreza brasileira, os senadores representavam uma classe diferente de cidadãos? Lopes Gama respondeu que para representar a “parte mais grada, mais rica”, pois “*nobre* vem do latim, *notabilis* por abreviatura, e naqueles tempos notável se chamava todo homem que se distinguia dos outros pelo seu saber, indústria, riqueza &c. &c.”.³²² Assim eram dois os motivos que distinguiam essa classe diferente de cidadãos: indústria (ou riqueza) e saber (a parte mais grada). Estavam, assim, sendo criadas as bases de uma nobreza por merecimento, outro ideário oriundo da ilustração e que o império brasileiro instituiu.³²³

A título de conclusão, façamos uma breve comparação. A interpretação que James Madison fez do senado americano que estava sendo proposto pela Constituição de 1789 é completamente distinta da elaborada por Lopes Gama. Madison estava preocupado em mostrar que o novo sistema político seria uma mescla de elementos

³¹⁹ Cf. capítulo 5 dessa tese.

³²⁰ Consultamos a carta de 1826 no site <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/carta826.html> (acesso em 22 de janeiro de 2010)

³²¹ *O Constitucional* nº 24, 29, 30, 31, 34 (1829), 68, 117 (1830); *O Popular* nº 4 e 33 (1830).

³²² *O Popular* n. 17 (28/07/2009).

³²³ Sérgio Alcides. *Estes penhascos*, pp. 35-77.

federais com nacionais. Preocupava-se em demonstrar ao público que por um lado a nova constituição não acabaria com a autonomia dos estados, e por outro, engendraria um arranjo nacional capaz de promover a coesão entre eles. Notem que para o publicista norte-americano, a distinção entre poderes *federais* e *nacionais* era crucial:

A câmara dos deputados [receberá o poder] (...) do povo da América e este será representado na mesma proporção de acordo com os mesmos princípios observados no Legislativo de qualquer Estado. Até aqui, o governo é nacional, e não federal. O Senado, por sua vez, tem seus poderes derivados dos Estados, como sociedades políticas e com situações semelhantes; e estes serão representados no Senado segundo o princípio da igualdade, como acontece no atual Congresso. Até aqui o governo é “federal” e não “nacional”.³²⁴

Percebe-se que são maneiras completamente distintas de justificar uma instituição política. O publicista norte-americano, James Madison, acreditava ser uma câmara alta necessária para equilibrar a representação das unidades federadas, as quais teriam bancadas muito díspares na câmara baixa. Já Lopes Gama focava seu argumento na necessidade de demarcar de forma nítida as hierarquias sociais da nova sociedade de tipo nacional que emergia.

2.6 - Identidades étnicas e nacionais do discurso político

Gladys Sabina Ribeiro escreveu um estudo verticalizado sobre a temática da identidade nacional e dos conflitos anti-lusitanos no Rio de Janeiro durante o primeiro reinado. Destaquemos algumas conclusões dessa autora que aqui muito nos auxiliarão. Ribeiro ressalta que “ser português”, ou “ser brasileiro”, nos primeiros anos de Brasil independente eram categorias sócio-políticas ainda em construção. Havia uma enorme indefinição sobre quais lusitanos de nascimento poderiam ser considerados brasileiros por adoção. Em decreto de 14 de janeiro de 1823, foi estabelecido que seriam considerados cidadãos brasileiros aqueles que prestassem “solene juramento à causa do Brasil e ao Imperador” na câmara de sua cidade.³²⁵ Esse decreto imperial foi revogado quando a Constituição de 1824 foi outorgada. A lei magna definiu, no seu artigo 6º, que são cidadãos brasileiros “todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua

³²⁴ *O Federalista* nº 39, extraído de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. *O Federalista*, pp. 332-333.

³²⁵ Gladys Sabina Ribeiro. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2002, p 70.

residência.”³²⁶ O mecanismo constitucional para definir cidadania era, pois, bastante genérico. Talvez por isso a prática de prestar um juramento na câmara municipal continuou a ser observada mesmo com a Carta de 1824 em vigor. Por isso, uma portaria imperial de 26 de janeiro de 1825 regulamentou o que já se fazia: juramentos na câmara das cidades deveriam ser documentados para comprovar cidadania de quem o prestou.³²⁷ A confusão sobre o assunto era enorme, como bem demonstrou a Gladys Sabina Ribeiro.

O problema esteve, na década de 1820, longe de ser resolvido. A dificuldade aumentava porque ainda desembarcavam lusitanos aos borbotões nos portos fluminenses. As tentativas por parte das autoridades de controlar a entrada destes que agora eram considerados estrangeiros e inimigos eram, na maior parte das vezes, frustradas. Passado o primeiro grande surto anti-lusitano do início dos anos 1820, com o reconhecimento da Independência por Portugal em agosto de 1825, a entrada de portugueses em solo carioca foi inclusive facilitada.³²⁸ E qual era o perfil dessa população que aqui desembarcava? Qual era a intenção destas pessoas que atravessavam o atlântico? Qual o volume desta migração?

Gladys Sabina Ribeiro demonstra que esses lusitanos eram, em sua grande maioria, pessoas pobres, que tinham como destino o mundo urbano brasileiro. No Brasil, por meio de laços de parentesco e amizade, tentariam a sorte como caixeiros em um estabelecimento de comércio a retalho, ou talvez como artífices. Segundo o censo de 1834, 20% dos homens brancos livres do Rio de Janeiro eram cidadãos portugueses. Dos 5.750 estrangeiros livres vivendo no Rio em 1834, 64,4% eram portugueses.³²⁹ Sintetizando esses dados: era muito considerável o contingente populacional de migrantes lusos vivendo na corte. A mesma observação pode ser feita em relação à capital pernambucana: não era nada desprezível o volume migratório de portugueses.³³⁰

Outra ideia central de Gladys Sabina Ribeiro é que os discursos anti-lusitanos foram sempre repletos de intenções políticas. Assim fizeram os Andradas em 1823.

³²⁶ Ibidem, p. 73.

³²⁷ Ibidem, p. 73.

³²⁸ Ibidem, pp. 87-145.

³²⁹ Ibidem, pp. 176-177.

³³⁰ Cf. tese recentemente defendida por Bruno Augusto Dornelas Câmara, a qual é o trabalho mais completo sobre a comunidade lusitana do Recife oitocentista. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese de doutorado (História). Recife, UFPE, 2012.

Denominaram seu jornal de *O Tamoio*, termo indígena. Apregoaram que eram nativos, verdadeiros defensores da causa do Brasil e acusaram seus inimigos – muitos naturais de Portugal – de serem defensores de interesses lusitanos.³³¹ Assim, também, procedeu Lopes Gama no contexto que está sendo analisado. Foram frequentes as acusações de lusitanismo aos *colunas* que exerciam importantes postos políticos, visto que muitos eram naturais de Portugal. Como já se observou, depois da abdicação, durante o motim chamado de *novembrada* (1831), os revoltosos exigiram que todos os naturais de Portugal que exercessem altos postos administrativos e judiciários fossem depostos.³³² Acusar seus opositores de lusitanismo era, pois, uma arma importantíssima nas mãos dos que nasceram no Brasil, ou até de alguns portugueses que, por algum motivo, eram considerados como legítimos brasileiros adotivos. Na guerra aos extremos, incriminar os opositores por serem absolutistas ou republicanos era artifício retórico eficaz. Acusar, no entanto, seus oponentes de lusitanismo era talvez um estratagema ainda mais apelativo. O discurso ficava ainda mais potencializado, pois dada a conjuntura do miguelismo em Portugal, Lopes Gama poderia facilmente associar os *colunas*, de uma só vez, ao absolutismo e ao lusitanismo.

Por fim, cabe enfatizar outra ideia fundamental da autora. Ribeiro defende que nos momentos de extrema instabilidade política os conflitos anti-lusitanos adquiriram caráter social, no limite, étnicos. O imenso contingente de imigrantes portugueses disputava o mercado de trabalho urbano com a população nativa. Essa era, em sua grande maioria, composta por homens livres de cor. Dessa forma, Gladys Sabina Ribeiro associa os enfrentamentos urbanos mais violentos, como a noite das garrafadas, com as manifestações anti-lusitanas que eram veiculadas na imprensa periódica. “Ser brasileiro”, para os homens livres de cor, significava se opor aos imigrantes portugueses pobres que disputavam com eles corpo-a-corpo a sobrevivência diária.³³³ Creio que as observações feitas acima servem para esclarecer uma enorme confusão feita pela histografia desde o século XIX. Essas categorias sociais historicamente construídas – o “ser português” e o “ser brasileiro” – foram reiteradamente muito mal utilizadas por diversos historiadores. Estes davam como definidas e prontas essas distinções sociais

³³¹ Gladys Sabina Ribeiro. *A liberdade em construção*, pp. 57-87.

³³² Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*.

³³³ Adilson Junior Ishihara Brito demonstra que, na província do Grão-Pará, entre 1823 e 1824, motins antilusitanos assumiram, no limite, caráter de conflitos étnicos. “*Viva a Libertê!*”: Cultura, Política Popular, Revolução e Sentimento Patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790 – 1824. Dissertação de mestrado (História) Recife: UFPE, 2008, pp. 246-248 e 290-297.

que para os coevos eram extremamente indefinidas.³³⁴ Enumeremos, pois, o que já foi dito até agora e que servirá de base para a análise de nossas fontes.

1) “Ser português” e “ser Brasileiro” eram distinções sociais e políticas de extrema fluidez e de alta complexidade, pois as fronteiras entre essas duas nacionalidades ainda estava em definição; 2) ao se analisar um discurso anti-lusitano deve-se ter como objetivo verificar quais eram suas intenções políticas, visto a imensa confusão que existia entre o “ser brasileiro” e o “ser português”; 3) a campanha anti-lusitana dentro da imprensa periódica relacionava-se diretamente com as rivalidades sociais e étnicas que opunham imigrantes lusitanos pobres a brasileiros natos, esses em grande parte homens livres de cor.

Antes de se passar, diretamente, para análise das fontes, é importante notar que as os conflitos entre nativos e adventícios tinham raízes históricas em Pernambuco. O primeiro enfrentamento se deu entre a nobreza da terra e os mascates portugueses em 1710. A tradicional açúcarocracia pernambucana, sediada, sobretudo, em Olinda, não aceitou a elevação do Recife à condição de vila. Esse entreposto comercial em franco crescimento era a sede dos comerciantes lusos, os quais saíram vitoriosos desse conflito.³³⁵ Em 1817, a rivalidade entre portugueses americanos e portugueses europeus aflorou novamente e foi um importante fator para o desencadeamento do processo revolucionário.³³⁶ Em 1822, época de plena escalada anti-lusitana, Frei Caneca procurou amainar as rivalidades que se acirravam entre os “portugueses indígenas de Pernambuco e os portugueses europeus nele estabelecidos”, defendendo que todos eram cidadãos da mesma pátria.³³⁷ Mesmo com o principal ideólogo da Confederação do Equador

³³⁴ A observação acima é válida para a obra de Varnhagen, Armitage, Pereira da Silva, Otávio Tarquínio de Souza e Tobias Monteiro (obras já citadas ao longo do capítulo). Pedro Otávio Carneiro da Cunha foi mais criterioso em relação ao entendimento dessas categorias politicamente construídas, “A fundação de um império liberal”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

³³⁵ Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos : nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo : Ed. 34, 2003.

³³⁶ Francisco Muniz Tavares. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Cf., também: Luiz Geraldo Silva, “Pernambucanos, sois portugueses”; Glacyra Lazzari Leite. *Pernambuco 1817*.

³³⁷ Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. “Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria [1822]”, in: Evaldo Cabral de Mello (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Cf. também Maria de Lourdes Viana Lyra, “Pátria do cidadão”. No Grão-Pará, logo após a adesão desta província ao projeto do Rio de Janeiro e a império do Brasil, em agosto de 1823, ocorreram diversos motins antilusitanos. Discursos muito semelhantes ao de Frei Caneca foram proferidos pela primeira junta governativa fiel à corte fluminense e pelo o bispo diocesano do Pará, Dom Romualdo de Souza Coelho, o qual recebeu a missão de tentar pacificar a conflagrada região do baixo Tocantins. Ambos os discursos buscavam equiparar pessoas nascidas na América e na Europa, considerando todos cidadãos brasileiros. Cf. Domingos Antônio Raiol. *Motins políticos ou história dos*

tomando essa atitude por meio de uma publicação impressa, os conflitos de 1824 foram repletos de agressões contra os marinheiros (assim eram denominados pejorativamente os lusos).³³⁸

Jeffrey Mosher, ao analisar a lusofobia em Pernambuco no século XIX, periodizou sua pesquisa entre 1822 e 1850. Esse autor, entretanto, acabou, infelizmente, enfatizando apenas o período da Revolução Praieira (1848). Ele não notou, por exemplo, a inexistência de provas contundentes que demonstrem o aparecimento do fenômeno antilusitano de forma significativa entre 1825 e 1829, isto é, entre a Confederação do Equador e agravamento da crise do primeiro reinado. Aliás, esse período é dado por Gladys Sabina Ribeiro como um hiato entre dois momentos de extrema lusofobia: a independência e a crise que antecedeu e sucedeu a abdicação.³³⁹ Mosher tampouco pormenorizou sua análise entre 1829 a 1833. Este sim, foi um período farto em manifestações anti-lusitanas. Nesses anos, ocorreu um processo de nacionalização do Estado, quando várias pessoas tachadas de lusitanas foram bruscamente substituídas por aqueles que se diziam nacionais nos quadros dirigentes da província.³⁴⁰

Passemos, pois, à análise do discurso anti-lusitano de Lopes Gama. Desde o início de sua campanha em *O Constitucional*, ele mostrou que era bom negócio associar os *colunas* ao bloco da Santa Aliança, ao movimento miguelista português a ao carlista espanhol. Ele acusava seus opositores de frequentemente copiarem escritos aristocráticos franceses. Quando esses faltavam, inseriam extratos da Gazeta de Madrid e até da Nova Turquia (Lisboa). Dessa forma, procurava mostrar que os *colunas* estavam vinculados a um movimento de dimensões atlânticas. Segundo ele, emissários da Nova Turquia iam até a Corte fluminense estabelecer contatos para acabar com o liberalismo do Novo Mundo. Dizia, enfim que:

O fim dos Despotas do antigo Mundo é unirem outra vez o Brasil a Portugal. E tanto isso é verdade que o Conde Mount-Lausier no seu livro intitulado – Monarquia Francesa em Janeiro de 1824 diz assim – Da outra parte do Atlântico um Príncipe da

principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o anno de 1821 até 1835. Rio de Janeiro : Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1865, pp. 90-91 e 100.

³³⁸ Lopes Gama os descreve em *O Constitucional* n. 82 (12/abril/1830) e no *Diário de Pernambuco* nº 237 (05/novembro/1829).

³³⁹ Gladys Sabina Ribeiro. *A liberdade em construção*, pp. 87-145.

³⁴⁰ Jeffrey Mosher, "Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850". *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000.

Casa de Bragança, que as novidades do tempo conduziram à Dignidade de Imperador, vem agora também falar-nos na divisão de Poderes, como Dogma da liberdade – Note-se de caminho que tal é a gabada Carta de França onde nem há divisão de Poderes! Eis porque o nosso Padre Cruzeiro é tão cartulêncio, não quer, senão Cartas Magnas, e Máximas, que todas são mínimas, fuzas e semifuzas. (...) é preciso toda a vigilância. Os colunas pois são criaturinhas, e emissários daquela conjuração.³⁴¹

Já se recorreu sobre a distinção que Lopes Gama estabeleceu entre a “Carta de França”, imposta de cima abaixo, e a Constituição brasileira, feita segundo a vontade da nação. Como se percebe ao ler a citação acima, era interessante para ele, vincular os *colunas* ao mundo europeu e absolutista, situando-se como defensor dos interesses verdadeiramente americanos, esta sim a terra da verdadeira liberdade. Ademais, ele usava um artifício retórico dos mais eficazes: a ameaça recolonizadora. Como bem notou Antônio Penalves Rocha, muito mais do que uma ameaça real ao tempo da independência, apregoar o medo da recolonização era um estratagema discursivo de enorme eficácia.³⁴² Passado o momento de arrefecimento do anti-lusitanismo entre 1825 e 1829, esse recurso retórico voltou à tona.

A conexão entre o absolutismo português-europeu com os *colunas* foi muito frequente nos escritos de Lopes Gama. Acusando-os de copiarem extratos do *Correio do Porto*, o beneditino insinuava que estavam vinculados com Portugal. Em seguida, estabeleceu dois blocos mundiais, defendendo os EUA, país que vinha sendo criticado em *O Cruzeiro* por difundir doutrina Monroe. Se a Europa poderia contaminar a América com o Absolutismo – relativizava Frei Miguel –, porque os EUA não poderiam defender a liberdade? Lamentava, enfim, o caso da América Espanhola, que estava em guerra civil por causa dos absolutistas enviados da Europa. Na Colômbia, o pérfido Morrillo falava em trono e altar e ameaçava prender todos os letrados.³⁴³

Em outra correspondência, Lopes Gama iniciava dando vivas à liberdade da América. Afirmava que sua profecia havia vingado, pois a liberdade do Novo Mundo havia vencido. Acusava os *colunas* de tentarem iludir a todos com gazetas de Madrid e de Cadiz, as quais afirmavam que o General Barradas (fernandista) estava vencendo no México. E assim, prosseguiram os *colunas*, o Brasil estaria perdido, cercado de vizinhos absolutistas. Mas, segundo Lopes Gama, era tudo mentira, pois se aqui o Imperador estava desbaratando os *colunas*, lá no México Barradas capitulava. A liberdade

³⁴¹ *O Constitucional* n. 41 (19/novembro/1829)

³⁴² Antônio Penalves Rocha. *A recolonização do Brasil pelas cortes*.

³⁴³ *O Constitucional* n. 43 (26/novembro/1829).

perseguida na Europa refugiava-se na América, tal como em Roma, que um dia havia sido uma colônia grega e depois foi o refúgio para liberdade.³⁴⁴

Assim, pois, eram frequentes acusações desse tipo dirigidas aos redatores *colunas*: “sócio da gentilha europeia”, “oráculo dos taberneiros miguelistas”.³⁴⁵ Entretanto, se associar seus inimigos ao absolutismo europeu era algo corriqueiro, acusar todos os naturais de Portugal de serem inimigos do Brasil era temerário.³⁴⁶ Como se viu, era enorme o contingente de imigrantes lusitanos que desembarcavam nas cidades portuárias brasileiras. Segundo Lopes Gama, os lusos iam “promovendo a emigração Portuguesa” e “introduzindo-se em todas as repartições”.³⁴⁷ O contingente de brasileiros adotivos deveria ser maior ainda, pois como afirmou Lopes Gama, “os que vivem no Brasil, ou são estrangeiros, e como tais devem ser tratados, ou juraram a Constituição, e são tão Brasileiros, como nós”. Ele não poderia indispor-se com essa enorme população natural de Portugal que jurara a Constituição e, por isso, era tão brasileira como ele. Seria temerário hostilizar irrestritamente qualquer pessoa nascida do outro lado do atlântico. *O Sonâmbulo* posicionou-se de forma semelhante a Frei Caneca em 1822, quando este tentou conciliar os interesses de americanos e europeus, tornando todos os cidadãos da mesma pátria. Contudo, se nos idos da independência, usava-se com frequência o termo pátria, muito provavelmente referindo-se a Pernambuco, agora Lopes Gama preferia usar o conceito de nação, dando a abrangência da nova unidade política que emergia, o Brasil.³⁴⁸

As correspondências de Lopes Gama alternaram um tom conciliatório com asserções anti-lusitanas mais agudas. Essa variação se processou de acordo com o termômetro da discussão política. Em fevereiro de 1830, referindo-se ao recrutamento que os *colunas* tentavam fazer para aumentar suas fileiras, escreveu: “Europeus cativos, e brasileiros ainda mais vis eram seus sócios, e prediletos: Europeus livres, Brasileiros Constitucionais eram objetos dos seus motejos, e irrisórias ameaças: mas graças ao espírito liberal! Pernambucanos, e Luso-Pernambucanos reuniram-se em

³⁴⁴ *O Constitucional* n. 66 (26/novembro/1830).

³⁴⁵ *O Constitucional* n.71 (04/março/1830).

³⁴⁶ Lopes Gama associou os *colunas* à Santa Aliança, ao absolutismo europeu, sobretudo o espanhol e o português, no *O Constitucional* nº 33, 38, 41, 43(1829), 65, 66, 71, 72, 76, 80, 85, 117, 121, 125, 126, 129, 127, 135, 151 (1830) e 32 (1831).

³⁴⁷ *O Constitucional* n. 32 (21/abril/1831).

³⁴⁸ Cf. Márcia Regina Berbel. “Pátria e patriotas em Pernambuco”.

sentimentos”.³⁴⁹ Nessa fala, pouco importava o local de nascimento, pois era mais importante a opção política. Um europeu poderia ser tanto “cativo”, se optasse pelo nefando absolutismo, quanto poderia ser “livre”, ou seja, um “luso-pernambucano”, se abraçasse a causa constitucional. Já um brasileiro de nascimento, se abraçasse o colonismo, poderia ser ainda mais vil que seus sócios lusitanos. Não era o momento, ainda, de colocar lenha na perigosa fogueira da lusofobia.

Mas se fosse para realizar uma acusação pessoal, carregar a tinta com palavreado anti-lusitano não seria problema.³⁵⁰ Ao acusar o já deposto ministro José Clemente Pereira, em março de 1830, frisou ser ele português de origem. Apesar de este ter prestado bons serviços na independência, depois ofereceu vergonhosamente várias comendas a inimigos manifestos da independência. Talvez sua pior atitude tenha sido a nomeação de Thomaz Xavier para a presidência de Pernambuco e ter apadrinhado vários *colunas*. Em um tom um pouco mais hostil aos naturais d’além mar, afirmou: “Europeus conheço de excelentes qualidades, de muito saber, e até de virtudes muito raras, mas de sentimentos verdadeiramente brasileiros, muito poucos”. Em seguida, escreveu que Thomaz Xavier era odiado pelos lusos, por causa de acontecimentos da Independência. Mas ao se tornar padrinho dos *colunas*, Thomaz Xavier passou a ser amado por eles. Da mesma forma, ocorreu com o Vigário Francisco Ferreira Barreto. Esse era odiado pelos lusitanos, mas foi apenas tornar-se *coluna* que passou a ser amado. Por fim, emendou: “não há mariola, que não seja assinante do *Cruzeiro*, e *Amigo do Povo*; de sorte que até mesmo os taberneiros (eu excetuo alguns, que só tratam de sua vida e são homens pacíficos) gente pela mor parte bruta, ignorante, e que nunca subscreveu a Periódicos, hoje são assinantes d’aqueles dois trombetas do absolutismo, e levam horas e horas as portas das tabernas soletrando nas folhas”.³⁵¹

Destaquemos alguns aspectos do acima descrito. Em primeiro lugar, a citação acima reitera a ideia de existir uma imensa população pobre de origem lusitana. Gente

³⁴⁹ *O Constitucional* n. 66 (15/fevereiro/1830).

³⁵⁰ Violentas acusações pessoais de caráter anti-lusitano contra adversários políticos em *O Constitucional* n° 72 (08/março/1830), no qual critica José Clemente Pereira; n° 71 (04/março/1830), n° 76 (21/março/1830) e n°82 (12/abril/1830), nos quais faz ácidas críticas ao ex-juiz de fora de Cartaxo (cidade portuguesa), que segundo Lopes Gama escrevia correspondências para os jornais *colunas* assinando-se *O intrépido*, pseudônimo que outrora teria sido utilizado pelo presidente Thomaz Xavier para participar da discussão política anonimamente; n° 117 (12/agosto/1830) e n° 126 (13/setembro/1830), nos quais trava embate com Maya (Joaquim José da Silva Maia), ex-redator do *Semanário Cívico*, jornal baiano escrito à época da independência, e segundo Lopes Gama autor de um artigo no *Imparcial Brasileiro*, este publicado durante 1830. Sobre *O Semanário Cívico*, cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil*, pp. 16-24.

³⁵¹ *O Constitucional* n. 72 (08/março/1830).

que Lopes Gama classificava pejorativamente como pobre, bruta e ignorante. Em segundo lugar, do trecho acima destacado infere-se que os periódicos não se restringiam ao público letrado. O jornalismo político tinha maior abrangência social do que talvez se imagina, como bem notou Marco Morel.³⁵² Embora caricata a descrição de Lopes Gama, é muito provável que variados setores da população levassem “horas e horas as portas das tabernas soletrando nas folhas”.

Em terceiro lugar, era imprescindível ao discurso político de Lopes Gama associar os *colunas* ao absolutismo português, por razões já bastante explicitadas anteriormente. Mas se essa associação era uma das chaves centrais de seus escritos, era preciso ter cautela ao vincular os *colunas* à população lusitana do Recife. Generalizações foram reiteradamente evitadas, inserindo-se quase sempre a ideia de que existiam europeus de excelente qualidade, os quais aderiram com sinceridade à causa do Brasil.³⁵³ Mesmo nos momentos de maior lusofobia, como durante crise que levou à abdicação do Imperador de 1831, Lopes Gama sempre procurou fazer ao menos algumas ressalvas. Ele não poderia menosprezar o apoio político de toda a população de origem lusitana. Em outra ocasião, acusava os *colunas* de quererem colocar todos os lusos contra ele. Relembrou que, no início dos anos 1820, escreveu veementemente contra os portugueses porque os tempos eram outros. A conjuntura da época demandava atitudes desse tipo, e até o imperador agiu dessa forma. Gabou-se de ter pregado na Quinta-Feira Maior, na igreja do Corpo Santo, contra o batalhão ligeiro, atitude à época extremamente corajosa e necessária. Este batalhão, como já se relatou no primeiro capítulo, promoveu saques ao bairro lusitano após a convenção do Beberibe (outubro de 1821). Assim, quando foi preciso, Lopes Gama protegeu lusitanos inocentes, como durante a Confederação do Equador, ocasião na qual escondeu alguns no mosteiro de São Bento de Olinda, instituição que então dirigia.³⁵⁴ Percebe-se, dessa forma, que a intensidade do anti-lusitanismo oscilou bastante conforme a ocasião. Essa oscilação, apesar de irregular, apresenta uma constante. Aproximando-se a crise que levou à abdicação de D. Pedro I, Lopes Gama se mostrava cada vez menos receoso em colocar combustível nesse perigoso barril de pólvora que era o sentimento lusofóbico. Durante o

³⁵² Marco Morel. *A transformação dos espaços públicos*, pp. 223-240 e Ariel Feldman, “Os múltiplos espaços de discussão política”.

³⁵³ Lopes Gama fez essas ressalvas em *O Constitucional* nº 66 (15/fevereiro/1830), nº 72 (08/março/1830), nº 80 (05/abril/1830), nº 82 (12/abril/1830), nº 84 (19/abril/1830), nº 85 (22/abril/1830), nº 117 (12/agosto/1830), nº 126 (13/setembro/1830) e nº 127 (16/setembro/1830).

³⁵⁴ *O Constitucional* n. 82 (12/abril/1830). Ver também: *Diário de Pernambuco* nº237 (05/novembro/1829).

início de 1831, a agressividade do discurso anti-lusitano de Lopes Gama aumentou muito.³⁵⁵ Não por coincidência, esse foi um ano repleto de manifestações de rua lusofóbicas, tanto na Corte quanto no Recife.³⁵⁶

Ademais, ao colocar-se em campo oposto aos imigrantes portugueses, Lopes Gama associava-se automaticamente à população nativa livre e pobre, inclusive homens de cor. Lembremos que havia um forte sentimento anti-lusitano presente nesses extratos sociais, que disputavam diariamente a sobrevivência urbana com emigrados recém chegados d'além mar. Lopes Gama deliberadamente utilizou a população livre de cor como arma política. Antonio de Miranda Falcão, dono da Tipografia do Diário, se dirigiu em carta particular a Jerônimo Villela Tavares, o redator principal de *O Constitucional*, nos seguintes termos:

Tendo os periódicos da coluna tantas vezes excitado contra o seu partido agente [sic] de cor, e levando presentemente o seu desaforo além de todos os limites, resolvi-me a fazer agora, o que a reflexão me tem feito para outras vezes guardar para tempo oportuno: (...) avise o nosso incomparável [Lopes Gama] para me remeter alguma cousa sobre isto, devendo firmar-se neste três pontos: o desprezo, e achincalhe, que aqueles periódicos tem feito à gente de cor: os direitos que pela nossa constituição ela tem como parte da Nação Brasileira, e os vexames, perseguição etc. etc. etc., que tem sofrido no tempo do Absolutismo. (...) que as primeiras cartas sejam moderadas, e que por nenhum modo pareçam excitar o partido, entretanto que eu cá fico o termômetro na mão, e conforme os graus, que for marcando, eu lhe gritarei mais, ou menos derijo[sic] É bem contra minha persuasão que aproveito essa brecha, mas assim o quer a pandilha,³⁵⁷ e é preciso não deixá-los dormir.³⁵⁸

Para Lopes Gama e seus aliados, o roubo e a publicação dessa correspondência foi um desastre, pois seus inimigos puderam revelar quais as intenções políticas que estavam por trás de alguns elementos de seu discurso. Já para nós, historiadores, esse furto muito nos ajuda. Com essa correspondência à disposição, é possível fazer afirmações conclusivas. Sem essa carta, é óbvio que o uso político do discurso seria analisado, mas com certo receio de exagerar em determinadas conclusões, as quais poderiam parecer precipitadas.

Primeira conclusão: a defesa dos direitos civis da gente de cor era deliberadamente uma tentativa de ganhar a simpatia de um amplo setor da sociedade.

³⁵⁵ Cf. o aumento do tom do discurso anti-lusitano em *O Constitucional* nº 32 (21/abril/1831), *O Popular* nº 68 (04/maio/1831), nº 69 (07/maio/1831) e nº 70 (11/maio/1831).

³⁵⁶ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*.

³⁵⁷ Pandilha: “concerto entre vários, para enganarem a alguém, principalmente no Jugo”. Antonio de Moraes e Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*, p.390.

³⁵⁸ *O Cruzeiro* n. 181 (22/dezembro/1829).

Mais uma vez, tem-se a convicção de que o jornalismo dialogava não apenas com a sociedade letrada e que contar com o apoio dos setores populares era importante arma no jogo político. Em segundo lugar, é nítido o receio que os letrados tinham ao realizar tal manipulação. Era preciso “ficar com o termômetro na mão”. Os princípios morais de Miranda Falcão diziam que era errado aproveitar “essa brecha”, como ele próprio admitiu. Percebe-se o tamanho desse receio ao procurar os escritos de Lopes Gama em defesa dos direitos civis da gente de cor. Esses foram poucos, rarefeitos e espalhados no meio de textos cujo assunto principal era outro. Ainda mais depois que *O Cruzeiro*, ao publicar a carta, alertou os homens de cor para não se iludirem “com as persuasões de Fr. Miguel”, pois “todos os elogios que se lhes dão, são filhos da intriga e não da filantropia, que inculcam ter”. Finalizava *O Cruzeiro* afirmando que “o filho do Doutor João Lopes [pai de Lopes Gama] de certo não quer ter a sorte, que teve o Barbadinho Francês na Revolução de São Domingos”.³⁵⁹

Encontrou-se, em datas posteriores à publicação dessa carta, apenas duas manifestações de Lopes Gama em prol dos direitos políticos da gente de cor. Já se citou um desses escritos, quando ele abordou o assunto da cidadania em *O Popular*, e defendeu que a cor não deveria ser o critério distintivo.³⁶⁰ Em março de 1830, Lopes Gama escreveu:

Já enfastia a repetição do caso sobre homens de cor: já respondi a isto satisfatoriamente, fazendo ver, que o *Cruzeiro*, e *Amigo do Povo* foram os que de seu *motu* próprio, e por muitos asnos, encestaram essa questão, que assas devia escandalizar essa classe de homens: o que apareceu no *Diário* em resposta a esses fachos de discórdia é um calmante:³⁶¹ em suma eu estou persuadido, que os homens de cor livres são Cidadãos; porque assim o manda a Constituição do Império, e isso não tem outra resposta, que não sejam asneiras.³⁶²

A maneira como Lopes Gama abordou o tema, de forma ríspida, rápida e conclusiva, demonstra a delicadeza do assunto, pois, como disse Miranda Falcão, de “nenhum modo” se poderia aparentar “excitar o partido”.

Em terceiro lugar, frisemos que apesar do texto constitucional conferir cidadania aos homens livres de cor se eles tivessem nascidos livres, o assunto ainda parecia estar

³⁵⁹ *Ibidem*, em nota de rodapé à carta.

³⁶⁰ *O Popular*, n. 11(07/06/1830).

³⁶¹ Realizou-se uma busca sobre “o que apareceu no *Diário* em resposta a esses fachos de discórdia” e nada foi encontrado. A busca foi feita nas edições do *Diário de Pernambuco* publicadas entre 22 de dezembro de 1829, quando foi enviada a carta de Miranda Falcão solicitando a Lopes Gama que ele escrevesse sobre o tema, e 4 de março de 1830, data da citação acima.

³⁶² *O Constitucional* n. 71 (04/março/1830).

em aberto. Em tempos de instabilidade constitucional, quando a península ibérica observava o retrocesso dos movimentos liberais do início da década, o campo político se mostrava passível de profundas modificações. Os *colunas*, aproveitando essa indefinição, publicaram o “Extrato do discurso de um deputado da Assembleia Nacional de França, sobre a admissibilidade dos homens de cor aos direitos de cidadão ativo”. Esse deputado francês questionava: “Conhece-se por ventura nas possessões americanas da Inglaterra, do povo o mais solidamente livre da Europa, homens de cor chamados ao exercício dos direitos políticos, ao privilégio de cidadãos ativos?” O mesmo deputado respondia: “Estes homens de cor das possessões inglesa satisfeitos com sua liberdade, e limitados à sua indústria, seguros com a proteção comum das leis(...), não aspiram a nenhuma autoridade civil”.³⁶³ O redator *coluna* fez um comentário ao final do discurso desse deputado francês. Ele concluiu que a admissão dos homens de cor como cidadãos ativos fez a França perder São Domingos. Os *colunas*, dessa forma, pretendiam modificar o texto constitucional na amplitude que este conferiu à cidadania. Já se observou que tanto a experiência constituinte luso-brasileira como a brasileira foram as que menos restringiram a cidadania aos homens livres de cor, pois na Espanha, negaram às castas³⁶⁴ direitos políticos.³⁶⁵ Mas essa abertura que constituição brasileira conferiu aos homens livres de cor ainda estava em franco processo de afirmação.

Em quarto, e último lugar, é nítido que na guerra aos extremos era importante associar os “vexames” e perseguições que “tem sofrido” a gente de cor ao “tempo do Absolutismo”. Na nova ordem constitucional, contra a qual os *colunas* impertinentemente se opunham, não ocorreriam mais esses abusos. O redator de *O Cruzeiro*, com tudo, tentou inverter essa associação entre absolutismo e opressão da gente de cor. Para ele, essa gente sofreu as piores surras por culpa dos processos revolucionários. Provavelmente, essa era uma referência às inúmeras prisões e castigos que ocorreram após a revolução de 1817 e à Confederação do Equador.³⁶⁶

³⁶³ *O Amigo do Povo* n. 18 (26/setembro/1829). Ver também *O Cruzeiro* n. 138 (29/outubro/1829), no qual a um artigo sobre os absurdos de uma correspondência assinada pelo “inimigo das diferenças de cor” inserta na *Ástrea*, um jornal fluminense, n. 474/476.

³⁶⁴ Grosso modo, esse termo designava, na Espanha, as populações que descendiam de africanos.

³⁶⁵ Rafael de Bivar Marquese e Márcia R. Berbel. “A ausência da raça”.

³⁶⁶ *O Cruzeiro* n. 181 (22/dezembro/1829). Sobre os conflitos étnicos em Pernambuco entre 1817 e 1824 cf. Marcus J. M. Carvalho. “O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23.” *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 43, n. 1, p. 1-30, 2006.

A partir de 1829, grupos políticos bastante polarizados travaram um embate para definir quem representava uma posição verdadeiramente moderada. Em um contexto atlântico de instabilidade constitucional, o grupo político ao qual Lopes Gama esteve vinculado conseguiu definir o seu projeto como sinônimo de moderação. Esse, grosso modo, pregava a manutenção da Carta de 1824 e a consolidação do sistema monárquico. Acontecimentos internacionais ajudaram a consolidar a vitória deste ideário – a Revolução de 1830 na França teve imensa repercussão nos espaços públicos.³⁶⁷

Com a abdicação do Imperador, entretanto, a discussão política se tornou mais diversificada. Lopes Gama modificou, a partir de 7 de abril, a maneira pela qual se manifestava publicamente. O federalismo, assunto desde 1824 silenciado, voltou a ser pauta central no debate político. Aos poucos, Lopes Gama se tornou um crítico ferrenho da soberania popular, achando que o sistema político brasileiro continha fórmulas populares em demasia. A agressividade do discurso anti-lusitano de Lopes Gama aumentou consideravelmente. Com os espaços públicos em plena efervescência, ele encontrou uma nova maneira de afirmar que suas ideias representavam a moderação: fundou *O Carapuceiro* em 7 de abril de 1832, um jornal pretensamente apolítico.

Em 13 de maio de 1831, anunciou-se que *O Sonâmbulo* não era mais o redator de *O Popular*, mas a folha continuaria sob os auspícios de outra pessoa. Uma moléstia foi dada como justificativa do afastamento.³⁶⁸ Essa justificativa – feita exatamente uma semana após a chegada da notícia da abdicação em solo pernambucano – merece desconfiança. A queda do imperador foi uma importante vitória do grupo de Lopes Gama sobre *os colunas*. Entretanto, também foi um duro golpe em um dos elementos cruciais do discurso deste indivíduo: a defesa da monarquia. Como adequar, pois, seus escritos a um país temporariamente sem rei? Seria possível conciliar a defesa de elementos populares na constituição com a defesa da monarquia durante as regências? Fora do debate público, e assistindo aos motins de rua que ocorreram no Recife em setembro e novembro de 1831, Lopes Gama provavelmente refletiu sobre essas questões.

³⁶⁷ Entre setembro e dezembro de 1830 *O Constitucional* conferiu amplo destaque às notícias da França e das demais localidades onde se processaram acontecimentos revolucionários, transcrevendo em boa parte de suas edições extratos de gazetas europeias. Lopes Gama se manifestou sobre o assunto em *O Constitucional* nº 135, 138, 139, 147 e 151 (1830). Cf., também, Marco Morel. *O período das regências*, pp. 20-31.

³⁶⁸ *O Popular* nº 71 (13/maio/1831).

CAPÍTULO 3 – REVOLUÇÃO E FEDERAÇÃO (1831-1834)³⁶⁹

A abdicação do imperador foi vista pelos coevos como uma revolução. Evaristo da Veiga comparou a queda de D. Pedro I com a do monarca francês, Carlos X, deposto menos de um ano antes: “A nossa revolução gloriosa em nada teve que invejar os três dias de Paris.”³⁷⁰ Para Lopes Gama, a “nobre Revolução de 7 de abril” contou com o “voto da Nação” e foi “tão geralmente aplaudida que nenhuma só província se declarou contra ela”.³⁷¹ Este vocábulo, revolução, esteve no centro do debate político empreendido entre 1831 e 1834.

Os coevos tinham, contudo, diferentes projetos de futuro para essa nova nação, o Brasil. Depois da “nobre revolução de 7 de abril”, o rumo que o Estado nacional deveria trilhar não estava definido. Essas pessoas, portadoras de distintos projetos de futuro, interpretaram, cada uma ao seu modo, a “nossa gloriosa revolução”. Segundo Marco Morel, cada uma das três grandes tendências políticas existentes na corte no início das regências, isto é, *restauradores*, *moderados* e *exaltados*, enxergaram a revolução de 7 de abril de um modo peculiar. Os *exaltados* acreditavam que abdicação havia sido uma revolução, mas que o processo revolucionário estaria apenas em seu início e deveria ser aprofundado. Eles clamavam por mudanças mais profundas, como por exemplo, a remoção das barreiras censitárias para o exercício formal da cidadania política. Já os *moderados* pregavam que a revolução ocorrera e já estava concluída, sendo que era preciso seguir estritamente dentro do caminho da legalidade, ou seja, obedecer aos preceitos constitucionais para efetuar qualquer tipo de modificação política e social. Para os *moderados*, a revolução já havia acabado, havia ficado no passado. Por fim, os *restauradores* não aceitaram a Revolução de 7 de abril e pretendiam retornar à situação

³⁶⁹ Algumas das reflexões e sínteses encontradas neste capítulo foram inicialmente realizadas em trabalho anterior. Aqui elas foram revisadas e ampliadas. Cf. Ariel Feldman. *O império das carapuças*.

³⁷⁰ Citado por Marco Morel. *O período das regências*, p. 21. Para o entendimento das transformações ocorridas no mundo atlântico entre 1776 e 1848 como um processo revolucionário único ver: Robert R. Palmer. “A revolução”, in: C. Vann Woodward (org). *Ensaios comparativos sobre a história americana*. São Paulo: Cultrix, 1972 [1968]; Eric J. Hobsbawm. *A era das revoluções* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2006; Jacques Godechot. “A Independência do Brasil e Revolução no Ocidente”, in: Carlos Guilherme Motta. *1822: dimensões*. São Paulo : Perspectiva, 1986.

³⁷¹ O Carapuceiro nº 63 (20/jul/1833). Lopes Gama também se refere à abdicação de D. Pedro I como a “Revolução de 7 de abril” em *O Carapuceiro* nº 52, 55, 68 e 75 (1833). Sobre a caracterização do 7 de abril como uma revolução, cf. Marco Morel. “As idéias mudam com os lugares: o Brasil entre a França, a Península Ibérica e as américas na crise dos anos 1830-1831”. *Cadernos do CHDD* (Centro de História e Documentação Diplomática), nº especial, Brasília, 2005; Augustin Wernet. *O período regencial*, 21-24; Arnaldo Contier. *Imprensa e ideologia em São Paulo*, pp. 13-15; Ilmar Mattos e Márcia de Almeida Gonçalves. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo : Atual, 1991, pp. 19-30.

que existia anteriormente, entronizando D. Pedro I outra vez. Restaurar, para esse agrupamento, significava regenerar a monarquia. Para eles, a revolução de 7 de abril não havia sido legítima.³⁷²

A abdicação, portanto, foi entendida como uma revolução pelos contemporâneos, mas de diferentes formas. Lopes Gama, por sua vez, elaborou uma interpretação peculiar daquilo que deveria ser a “revolução” no Brasil. Este capítulo tem como objetivo central analisar a forma pela qual Frei Miguel entendia que a revolução de 7 de abril deveria prosseguir. Como já vimos, ele acreditava que tal revolução havia sido legítima, pois contou com o “voto da Nação” e foi “tão geralmente aplaudida que nenhuma só província se declarou contra ela”.³⁷³ Contudo, depois de efetuada “nobre Revolução de 7 de abril”, que caminho o Brasil deveria seguir? A revolução estaria concluída para Lopes Gama, tal qual postulavam os *moderados* fluminenses? Ou a revolução precisava ser aprofundada, como pretendiam os *exaltados*? O padre jornalista elaborou suas próprias respostas para esses questionamentos.

Outra pauta central do debate público no início das regências foi a reforma em sentido federal. Pouco depois de o primeiro imperador embarcar para Europa, a mudança na constituição já era o assunto mais discutido na imprensa, na Assembleia Geral e nas ruas. Os espaços públicos estiveram, sobretudo, ocupados com dois temas correlatos: a modificação do texto constitucional e a concessão de maior autonomia às províncias. Essas mudanças, contudo, poderiam ocorrer de diversas formas. Alguns pretendiam implantar o federalismo de uma forma revolucionária, isto é, não se levando em conta as leis estabelecidas. Outros pretendiam que a reforma constitucional fosse efetuada dentro dos limites que a própria Carta de 1824 estabelecia. Alguns indivíduos defendiam que as mudanças na lei magna da nação aprofundasse a Revolução de 7 de abril, estabelecendo, por exemplo, eleições diretas, rompendo com barreiras censitárias e acabando com a vitaliciedade do senado. Outros setores sociais, por sua vez, defendiam que as províncias recebessem maior autonomia administrativa sem que os preceitos básicos do sistema político estabelecido a partir de 1824 fossem alterados. O movimento federalista esteve, portanto, diretamente associado ao aprofundamento, ou

³⁷² Marco Morel. *O período das regências*, p. 20-22. Já utilizada no capítulo anterior, outra formulação de Marco Morel que terá grande importância nesse capítulo é a distinção entre três tipos de soberania, cada qual vinculada a uma das três tendências políticas da época. *Exaltados*, *moderados* e *restauradores* defendiam, respectivamente, a soberania do povo, da nação e do monarca. Cf. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 99-151.

³⁷³ O Carapuceiro nº 63 (20/jul/1833).

ao não aprofundamento, da “nossa nobre revolução”. Revolução e federação eram assuntos intimamente associados.

Primeiramente (subtítulo **3.1**), serão elucidadas as formas pela quais os coevos enxergavam a ideia de revolução. Na sequência (**3.2**), será realizada uma narrativa da *setembrizada* e da *novembrada*, dois motins ocorridos no Recife durante o ano de 1831. Nosso intuito é o de demonstrar que o início das regências foi um período no qual as manifestações políticas extravasaram para as ruas de uma maneira inédita, numa nova maneira de exercício da cidadania. No subtítulo **3.3** será feita uma descrição analítica da principal fonte utilizada nesse capítulo, o jornal *O Carapuceiro*, unicamente escrito por Lopes Gama. Em seguida (**3.4**), iniciaremos a análise das fontes, esmiuçando a ideia de “revolução moral” defendida pelo Padre Carapuceiro. No subtítulo seguinte (**3.5**), procuraremos entender o desenho institucional proposto por Lopes Gama, o qual tinha como característica central restringir a participação política de setores sociais que não eram por ele considerados capazes de exercer essa participação. Na sequência (**3.6**), examinaremos a construção de um estereótipo social realizada por Frei Miguel, um estereótipo social que não teria as mínimas qualificações para exercer a cidadania política, seja em pleitos eleitorais, seja nas ruas, seja na imprensa.

Nesse momento, o capítulo irá se voltar para a análise das reformas constitucionais e a atuação pública de Lopes Gama nesse processo. Primeiramente (**3.7**) veremos como Lopes Gama, antes da abdicação, voltou-se contra qualquer modificação na carta de 1824, advogando a favor da manutenção de um Estado nacional de tipo unitário. Observaremos (**3.8**), que não só Lopes Gama, como boa parte da opinião pública brasileira, mudou radicalmente de postura após o sete de abril, passando a defender a implantação de reformas em sentido federal. Por fim (**3.9**), buscaremos analisar a dinâmica política pernambucana em torno das sociedades formalmente instituídas após a abdicação, notadamente a *Sociedade Federal* e a *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, as quais atuaram num contexto de substituição da elite dirigente local arraigada nos cargos públicos desde 1824. Buscaremos, também, entender a importância e o sentido da atuação do Padre Carapuceiro dentro do movimento federalista pernambucano do início das regências.

3.1 - O velho e o novo significado do vocábulo *revolução*

Segundo Lúcia Maria Bastos P. Neves,

pelo menos até às vésperas da abdicação de D. Pedro, o conceito de revolução continuava, na mentalidade do período, a constituir predominantemente um processo, destinado pela providência divina, para flagelo dos povos, que resultava em mudanças maiores ou menores, violentas ou não, que quebravam o tempo físico e perturbava a natureza das coisas, ao cabo do qual, em uma perspectiva cíclica, retornava-se à situação anterior. (...) Na realidade, somente uma minoria procurava superar essa visão litúrgica do conceito, reconhecendo o potencial dos homens para interferir na vida pública em seu próprio proveito, mas sem conseguir, porém, desprender-se de uma perspectiva reformista.³⁷⁴

Neves admite que existiram, durante a década de 1820, setores sociais que procuravam conferir ao conceito de revolução uma conotação mais moderna, vinculada à ideia de progresso e a uma concepção teleológica de história. Para a autora, contudo, esses eram minoria. Ao fim e ao cabo, prevalecia, segundo Neves, a velha concepção que atrelava a ideia de revolução ao movimento dos astros, os quais depois de terminar um ciclo, uma rotação, retornavam ao lugar inicial. Prevalecia, nessa concepção, a ideia de restaurar uma situação anterior.³⁷⁵

João Paulo Garrido, por sua vez, notou que aqueles que empreenderam, entre 1820 e 1824, a separação do Brasil em relação a Portugal, procuraram caracterizar esse processo como uma revolução positiva, “que se diferenciava de outras por ter sido conduzida por um descendente da família real portuguesa, e resultando em uma ordem monárquica, o Brasil seria um caso único e superior, sobretudo, quando comparado aos seus vizinhos hispano-americanos (...)”. Para Pimenta, quando os coevos se valeram do termo “revolução” para caracterizar a independência, este se “tornava um conceito indicativo de profundas transformações, mas dentro de limites considerados ‘adequados’ por alguns grupos políticos.” Era a construção da ideia de uma “*revolução positiva*, associada a termos como *emancipação*, *reforma* ou *regeneração*,” ou seja, existia um forte vínculo do conceito de *revolução* à sua concepção clássica, cíclica, de

³⁷⁴ Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. “Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)”, in: Jr. Feres & Marcelo Jasmin (org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2007, p. 140.

³⁷⁵ Hanah Arendt elaborou um dos estudos pioneiros que buscou verificar a transformação do significado da palavra revolução. A filósofa percebeu que esse vocábulo, inicialmente, referia-se apenas ao movimento dos astros, mas às vésperas da Revolução Francesa passou a ser utilizado para indicar transformações profundas na sociedade. *Sobre a revolução*. São Paulo : Companhia das Letras, 2011 [1963].

retorno ao passado. Para Pimenta, por fim, a questão da manutenção da monarquia e dos laços dinásticos com o antigo império português forneceu à historiografia, notadamente a Varnhagen, a definição do processo de independência como conservador e, no limite, como “não revolucionário”. Em outros termos, foi uma construção conceitual duradoura, que prevaleceu até as primeiras décadas do século XX.³⁷⁶

Como se percebe, o conceito de revolução carregava uma profunda marca negativa caso ele fosse utilizado em sua acepção moderna, isto é, teleológica, indicativa de progresso e de profundas transformações políticas e sociais. Nos dicionários da época, coexistiam os dois significados atribuídos ao vocábulo *revolução*, o antigo e o moderno: “na astronomia, giro dos astros”, no sentido figurado, “mudança política” e “transtorno.”³⁷⁷ O significado moderno, entretanto, era seguido pela palavra “transtorno”, indicando a conotação pejorativa atribuída às mudanças políticas revolucionárias. *Revolução* era, muitas vezes, sinônimo de tudo aquilo que havia de mais perverso na sociedade: sublevação, insurreição, guerra civil, anarquia, facção, jacobinismo, insubordinação, insurgência, motim, rebelião e revolta.³⁷⁸

Entretando, essa conotação negativa atribuída ao vocábulo revolução, se usada em sua acepção moderna, não perdurou por cerca de um século sem que houvesse acirradas disputas nos espaços públicos. No início das regências, como veremos, houve

³⁷⁶ João Paulo Garrido Pimenta. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”. *História da Historiografia*, v. 3, Ouro Preto, 2009. p. 58. Tanto Neves como Pimenta pautaram suas reflexões nas diretrizes teórico-metodológicas estabelecidas por Reinhart Koselleck. *Futuro passado*. A visão de Lopes Gama no jornal que escreveu em 1822 é convergente com o assinalado por Pimenta. Cf. **capítulo 1** dessa tese, subtítulo **1.5**. Cf., ainda, sobre essa construção conceitual duradoura, a qual definiu o processo de independência como conservador e como não revolucionário, Wilma Peres Costa. “A independência na historiografia brasileira”, in: Istvan Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*.

³⁷⁷ Luís Maria da Silva Pinto. *Dicionário da Língua brasileira* [1832], apud. Ivana Stolze Lima. “Imprensa, língua e nação nas Regências”, in: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira Brito Fonseca. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 117. Antonio de Moraes e Silva também diferencia esses dois tipos de revolução, em um verbete que não sofreu modificação nas duas edições de seu *Dicionário da Língua portuguesa*. [1813 e 1823].

³⁷⁸ João Paulo Garrido Pimenta. “A independência do Brasil como uma revolução”, p. 56. Lopes Gama, quase sempre, quando usou o vocábulo *revolução*, atribuiu uma carga negativa à palavra. *Revolução* foi sinônimo de estado convulsivo, insurreição, intempestividade e loucura. Conotações positivas atribuídas ao termo também são encontradas no discurso de Lopes Gama, mas sempre associando a palavra aos eventos de 7 de abril. Por fim, cabe ressaltar que o vocábulo também foi usado muitas vezes para definir a restauração de D. Pedro I no trono brasileiro, essa talvez uma das associações mais pejorativas que poderiam existir à época. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 61, 69, 77 e 98 (1831); *O Carapuceiro* nº 52, 55, 63, 68, 69, 75 e 76 (1833); *O Carapuceiro* nº 4, 21, 29, 31, 36 e 48 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 160, 175, 176 (tomo II, 1834).

uma tentativa, por parte de amplos setores sociais, de retirar a carga pejorativa que carregava a ideia de se promover mudanças bruscas na sociedade.³⁷⁹

3.2 - A ampliação dos canais de participação política

“(...)nasci e me criei no tempo da regência; (...) nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico(...)” (Francisco de Paula Ferreira de Rezende, 1887).

O relato acima é uma memória escrita mais de quatro décadas depois do período regencial.³⁸⁰ Essas recordações, entretanto, refletem com sagacidade o que foi o início da década de 1830. Já vimos que a imprensa periódica nunca havia sido tão ativa quanto nesses anos. Nunca o Rio de Janeiro, nem tampouco o Recife, tinham visto tamanha diversidade de periódicos.³⁸¹ A imprensa, quase que exclusivamente política, continuou sendo marcada pelo uso de uma linguagem agressiva. Como já foi observado, aquilo que era escrito estava intimamente relacionado com aquilo que era falado nas ruas. Violência escrita e verbal eram duas facetas da mesma moeda.

Em 5 de maio de 1831, foi recebida no Recife a notícia da abdicação. Segundo memórias de uma testemunha ocular, “foram muitos os aplausos e regojizos públicos; toda a cidade iluminou-se à noite e a percorreram grandes bandos de pessoas com escolhidas e alegres músicas”.³⁸² O relato, de um antagonista dos *colunas*, silencia que foram realizados, em maio, diversos motins de rua com o intuito de tirar dos altos cargos governativos autoridades encasteladas no aparato político provincial desde 1824, sobretudo se fossem nascidos d’além mar.³⁸³

Alguns meses depois, contudo, é que as estreitas ruas do Recife presenciariam tumultos de maior proporção. Na noite de 14 de setembro de 1831, soldados do Quartel do Batalhão 14º iniciaram uma revolta que dominaria toda a cidade do Recife. Saíram de seu quartel, libertaram presos de várias cadeias públicas, atraíram para o motim

³⁷⁹ Outro importante conceito, *história*, sofria grandes mudanças semânticas no início da década de 1830, o que indica que mais um conceito indicativo de grandes transformações sociais também estava em mutação. Cf. Valdei Lopes de Araújo. “A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização”. *Revista de História* (USP), v. 159, pP. 105-132, 2008; João Paulo Garrido Pimenta e Valdei Lopes de Araújo. “História”, in: João Feres Júnior (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, v. 1, p. 119-140.

³⁸⁰ Francisco de Paula Ferreira de Resende. *Minhas recordações*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1987[1887], p. 67. Ilmar R. Mattos relaciona esses três espaços – casa, rua e Estado – com a macro política imperial. Cf. *O tempo saquarema*.

³⁸¹ Cf. gráfico 1 e 2 na introdução dessa tese.

³⁸² Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife : Typ. de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1895, p. 268..

³⁸³ Cf. Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 51-73.

vários escravos sedentos por liberdade e grande parte da população pobre livre. O movimento não contou com a participação de oficiais de altas patentes. Apesar de terem dominado toda a cidade, os rebeldes não atacaram o palácio do governo, pois estariam muito mais preocupados, segundo relatos das autoridades, em saquear as casas comerciais e embriagar-se. Muitos portugueses foram espancados. No entanto, foi um movimento sem liderança. É assim que grande parte da historiografia enxerga a *setembrizada*, como um motim espontâneo.³⁸⁴

Todas as facções políticas se juntaram para debelar o movimento insurrecional. A participação de estudantes do Curso Jurídico de Olinda e de forças enviadas do interior pela elite foi essencial para restaurar a ordem na cidade. Apesar de estarem em grande número, os revoltosos não possuíam alto grau de organização e a repressão não tardou. Três dias depois do levante popular, a ordem estava restabelecida. Apesar de não haver consenso em relação aos números, pode-se dizer que foram mortos entre 100 e 300 rebeldes, contra cerca de 30 óbitos por partes das forças repressoras. Cerca de mil pessoas foram presas e enviadas para a distante ilha de Fernando de Noronha, sendo que grande parte dessa gente era constituída de militares de baixa patente que aderiram ao levante.³⁸⁵

Alguns autores tentam oferecer análises explicativas para o levante. Os argumentos são parecidos: soldos militares atrasados e ainda por cima pagos em moedas de cobre e castigos corporais excessivos nos quartéis. A falsificação de moedas de cobre atingiu níveis elevadíssimos no período aqui analisado. Tal moeda só era usada para pequenas transações comerciais. Quem saía prejudicado era aquele que recebia seu sustento em cobre, pois as casas comerciais passaram a não aceitá-las. Com a chegada do novo Comandante das Armas, o Brigadeiro General Francisco de Paula Vasconcelos, que chegou do Rio de Janeiro para substituir Lamenha Lins, deposto após o 7 de abril, instalou-se maior disciplina dentro dos corpos militares, e castigos corporais foram aplicados com mais vigor. O novo comandante também estabeleceu um horário para o

³⁸⁴ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 73-100; Idem. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro : Editora Conquista, 1965, p. 22-25; Jeffrey Mosher. "Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835". *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000, pp. 38-42.; José Otávio. *Violência e repressão no nordeste*. João Pessoa : Grafset, 1985.

³⁸⁵ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 73-100; Idem. *A Guerra dos Cabanos*, p. 22-25; Jeffrey Mosher. "Challenging Authority", pp. 38-42.

fechamento dos quartéis: oito horas da noite. Era o mesmo horário que fora imposto para o toque de recolher dos escravos um mês antes.³⁸⁶

Dois meses depois dos acontecimentos de setembro, ocorreu outro levante. Desta vez, muito menos sangrento e articulado por uma facção política determinada, isto é, por parte do grupo que no final do primeiro reinado se opôs aos *colunas*. Lopes Gama que, como veremos, posicionava-se veementemente contra a transformação da rua em palco político, apoiou em escritos posteriores as reivindicações da *novembrada*. Tratava-se, sobretudo, de afastar portugueses de cargos governativos. Isto significava destituir muitas pessoas outrora vinculadas aos *colunas*.

Os revoltosos apossaram-se do Forte das Cinco Pontas. Sitiados dentro do forte e cercados por forças legalistas, fizeram uma lista com três solicitações. Caso fossem atendidas as solicitações, os amotinados de dispersariam pacificamente. Trata-se, assim, de uma radicalização dos motins de maio do mesmo ano, que deram início à deposição de dirigentes provinciais vinculados ao primeiro reinado. As três exigências principais eram que os portugueses armados, em sua imensa maioria milicianos, entregassem suas armas; que fossem deportados portugueses que não fossem casados, artistas, fabris, capitalistas de mais de dois contos de réis e que não tivessem influência no comércio; que o governo assegurasse que os amotinados não fossem considerados criminosos.³⁸⁷

O decorrer dos acontecimentos demonstra que houve uma nítida indecisão das autoridades. Ao fim e ao cabo, depois de três dias de cerco, foi ordenado o ataque ao forte. Novamente os estudantes do Curso Jurídico de Olinda participaram da repressão. Não houve conflito, visto que os rebeldes abandonaram a fortaleza. Os dois chefes do motim foram presos.³⁸⁸

Segundo Jeffrey C. Mosher, os diversos motins que ocorreram após o 7 de abril têm um fundo social e econômico determinante. Não se tratam apenas de facções políticas pleiteando o poder político. Em épocas de reformas políticas – afirma Mosher – os riscos sociais são elevados. Mosher demonstrou como o governo provincial não possuía soberania militar, nem meios efetivos de controle social. O poder político,

³⁸⁶ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 73-100; Idem. *A Guerra dos Cabanos*, p. 22-25; Jeffrey Mosher. “Challenging Authority”, pp. 38-42.

³⁸⁷ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 119.

³⁸⁸ Manuel Correia Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 113-127. Idem. *A Guerra dos cabanos*, p. 22-25. Jeffrey Mosher “Challenging Authority”, pp. 42-43.

consequentemente, não estava consolidado, e a facção que se mostrasse mais forte poderia instituir-se no poder.³⁸⁹

Não foram só as elites, portanto, que participaram desse conturbado processo de luta pelo poder provincial. Dessa forma, é preciso notar que a *setembrizada* e a *novembrada* corporificavam uma nova forma de participação política, uma nova maneira de se exercer a cidadania. Marcello Basile analisou uma revolta ocorrida em setembro de 1831, na Corte, no teatro de São Pedro. Foi um movimento notadamente vinculado aos *liberais exaltados* e, num aspecto, diferente da *setembrizada*, pois contou com a liderança de oficiais de alta patente e também de influentes jornalistas. Em outros aspectos, contudo, eram manifestações políticas muito semelhantes. Segundo Basile:

Esta politização das ruas era a forma viabilizada de dar vazão a uma demanda política e social e a um potencial participativo que não encontravam espaço dentro dos canais institucionais de atuação política. Para além de uma cidadania formal estadocêntrica, estabelecida de cima para baixo, sob a tutela do Estado imperial, desenvolvia-se uma prática informal de cidadania, construída de baixo para cima, mediante a participação ativa das mais diversas camadas sociais nas instâncias de ação política do espaço público.³⁹⁰

Esses setores sociais pretendiam ampliar o acesso da população livre a cidadania política e construir uma nação mais inclusiva. No conceito de soberania da nação exteriorizado por Lopes Gama em 1830, e analisado no capítulo anterior, compunham a nação os proprietários de terra e de escravos, os artesãos, os comerciantes, os funcionários públicos, enfim, todos aqueles que tinham renda. Esses eram, aliás, aqueles que detinham direitos políticos pela Constituição de 1824 e que, de fato, eram representados nas instituições políticas, notadamente no parlamento. Os demais homens livres, possuidores apenas de direitos civis pelo texto constitucional, demonstravam, após o sete de abril, que existiam outros meios de exercer uma participação política efetiva. Meios que não eram exatamente a participação no processo eleitoral, vedada a esses homens sem cabedal. Tratava-se, pois, da tentativa de instituir um Estado pautado em outro tipo de soberania, a popular. Nessa, cada indivíduo seria considerado como

³⁸⁹ Jeffrey Mosher. “Challenging Authority”, pp. 47-48.

³⁹⁰ Marcello Basile. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo* (UFF). Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, janeiro de 2007, p. 56. Basile notou que foram oito grandes manifestações de rua na Corte durante o período regencial. José Murilo de Carvalho, por sua vez, observou que o início das regências foi marcado por inquietações nos grandes centros urbanos, e o final das regências por grandes levantes na zona rural. Cf. a introdução de *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1996. Para um panorama das revoltas de rua em Belém que deram início à Cabanagem, cf. Magda Ricci. “Nação e revolução: a Cabanagem e a experiência da ‘brasilidade’ na Amazônia”, in: Rafael Chambouleyron e José Luiz Ruiz-Peinado Alonso. *T(r)ópicos de História*. Belém : Ed. Açaí, 2010.

portador de direitos políticos inalienáveis e a vontade da maioria numérica da população de homens livre é que deveria ser soberana.³⁹¹

Como já foi visto no capítulo anterior, Lopes Gama defendeu, no final do primeiro reinado, o conceito de soberania da nação. Sua atuação pública, nesse sentido, teve um objetivo bem definido, que era se contrapor à ideia de soberania monárquica pleiteada pelos *colunas*. O debate político depois do sete de abril, entretanto, foi muito mais diversificado. Não havia mais apenas dois grupos nitidamente definidos que gravitavam em torno de duas tipografias. Não havia mais aquela polarização observada no capítulo anterior. O número de periódicos mais que triplicou. A complexidade e a diversidade do debate aumentou na mesma proporção.

Um terceiro levante de rua ocorrido no Recife em abril de 1832, a *abrilada*, demonstra que as opções políticas depois da abdicação eram as mais variadas. A *abrilada* foi, grosso modo, um levante contrarrevolucionário, ou seja, um levante com o intuito de restaurar D. Pedro I no trono e negar a Revolução de sete de abril. Depois desse levante ter sido debelado na capital, ele se espalhou pela zona da mata sul, região de fronteira entre Pernambuco e Alagoas, dando origem à Guerra dos Cabanos, combate de guerrilha violentíssimo que durou até 1835. A Guerra dos Cabanos é dividida pela historiografia, grosso modo, em duas partes: 1ª) inicia-se com a *abrilada* (1832) e termina com a prisão ou a deserção, até o início de 1834, dos proprietários rurais e citadinos que até então lideravam o levante; 2ª) A partir de 1834, o movimento conta com uma liderança eminentemente campesina e popular.³⁹²

Lopes Gama dedicou grande parte de sua campanha pública, entre 1831 e 1834, ao combate contra Guerra dos Cabanos. Entendendo que é mais enriquecedor detectar as mudanças no pensamento político desse indivíduo do que as permanências, optou-se aqui por dar destaque à análise de sua atuação contra os defensores da soberania popular. Sua campanha pública contra os cabanos pode ser considerada uma continuidade da que realizou contra os *colunas* entre 1829 e 1831. A diferença é que o movimento em prol da soberania monárquica passou da cidade ao campo. Nesse aspecto é que reside a principal mudança no tom de sua crítica aos supostos absolutistas, pois a partir da *abrilada* ele relacionou o movimento restaurador à ausência de espaço público na zona da mata. O fanatismo religioso e o pensamento reacionário só eram possíveis,

³⁹¹ Biografias de jornalistas que, no início das regências, defendiam a soberania popular em Marcelo Basile. *Ezequiel Correa dos Santos*; Marco Morel. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*.

³⁹² Manuel Correia de Andrade. *A Guerra dos Cabanos*; Dirceu Lindoso. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

no entender de Lopes Gama, em uma região onde não existia imprensa, onde predominava o analfabetismo e o púlpito era o principal local de formação política da população.³⁹³

A campanha contra o movimento restaurador, mesmo tendo ocupado um lugar central nos escritos públicos de Lopes Gama, não receberá uma análise aprofundada neste capítulo.³⁹⁴ Concentraremos nossa atenção na mudança de posicionamento de Frei Miguel. Ele ainda precisava demonstrar que era contrário a qualquer tipo de excesso. Ainda era necessário afastar-se dos extremos odiosos: anarquia/desordem, de um lado, despotismo/absolutismo, de outro. Contudo, as estratégias para alcançar o meio-termo não eram mais as mesmas.

3.3- De Frei Sonâmbulo a escritor do Carapuceiro

Exatamente um ano depois da abdicação, no dia 7 de abril de 1832, Lopes Gama iniciou o empreendimento jornalístico de maior sucesso em sua vida pública: *O Carapuceiro*.³⁹⁵ Para perceber o sucesso deste periódico, basta observar a média de números que os periódicos pernambucanos publicados entre 1820 e 1842 alcançaram ao chegarem ao término de suas publicações. Sem contabilizar as publicações diárias desse período, temos que os periódicos duraram em média cerca de 31 números. Contabilizando as publicações diárias, essa média sobe bastante: 97 números. O número de exemplares que *O Carapuceiro* publicou é muito superior a essas duas médias: 427. O tempo de duração do referido jornal, desde a publicação do primeiro número até a do último, também foi muito superior ao dos outros: durou mais de 10 anos, enquanto os outros periódicos – incluindo as publicações diárias – duraram, em média, pouco menos de um ano.³⁹⁶

O cabeçalho do jornal era composto pela seguinte citação: “Guardarei nesta folha as regras boas/ Que é dos vícios falar, não das pessoas (Marcial. Liv. 10, Epist.

³⁹³ A campanha pública de Lopes Gama contra a restauração e contra os cabanos encontra-se em: *O Carapuceiro* nº 6, 19, 27, 32, 33, 35, 37, 40, 42, 50, 52, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75 (1832 e 1833), 1, 3, 4, 6 e 44 (1834); *Diário da Administração Pública de Peranambuco* nº 8, 105, 140 e 160 (1834). Lopes Gama constrói a ideia de que inexistia espaço público nos matos em *O Carapuceiro* nº 6, 26, 27, 37, 40, 43, 55, 62 (1832 e 1833), 1, 21 e 32 (1834).

³⁹⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre a campanha jornalística de Lopes Gama contra os restauradores que promoviam violenta guerra no sul de Pernambuco, cf. Ariel Feldman. *O império das carapuças*.

³⁹⁵ Em 1832 ele publicaria ainda um folheto intitulado *A Columneida*. Poema herói-cômico em quatro cantos. Inexistente nos arquivos, trechos dessa divertida sátira aos *colunas*, que haviam perdido o seu monarca, encontram-se em Luís Delgado. *Lopes Gama: textos escolhidos*.

³⁹⁶ Essas médias foram calculadas tendo como base as informações contidas em: Luiz do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*; Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa periódica pernambucana*. Em relação ao *Diário de Pernambuco*, que existe desde 1825 até os dias de hoje, consideramos apenas o período entre 1825 e 1842.

33)”, demonstrando, assim que o autor não pretendia personalizar suas críticas. Em formato 21X15, semelhante ao que hoje conhecemos como tabloide, com quatro páginas de duas colunas, exibiu, a partir de junho de 1832, um desenho de uma loja de chapeleiro, de cujo balcão se aproximava um freguês que experimentava um chapéu com ajuda do lojista. Podem-se observar barretinas, chapéus, coroas imperiais, mitras e carapuças sobre uma mesa e espalhados pelo chão. Suspeita-se que a figura do lojista represente o próprio Lopes Gama. A partir de 1837, mudou o desenho do jornal, que, no entanto, continuou a ostentar uma loja de chapéus.

Figura 1: cabeçalho do jornal *O Carapuceiro* (1832-1834)

No primeiro número, foram descritas as supostas motivações que levaram o então frei beneditino a iniciar tal publicação: “Escrevo pois este periódico contra os vícios, 1º Por que estes muito prejudicam a sociedade, e eu quisera ver muito feliz a minha Pátria; 2º (...) assentou-se me no ânimo adquirir alguns vinténs (...)”³⁹⁷. É necessário ressaltar que quando Lopes Gama diz *Pátria*, ele está se referindo ao Brasil.³⁹⁸ Façamos, então, uma primeira observação importante: *O Carapuceiro*

³⁹⁷ *O Carapuceiro*, n. 1 (7/abril/1832).

³⁹⁸ O termo “pátria”, entre 1821 e 1822, quando usado pelos deputados pernambucanos nas Cortes de

continha uma proposta para o Brasil. Uma proposta que, no entanto, pretendia se diferenciar das demais até então veiculadas em outros periódicos.

“Meu campo neutro será a moral”, escrevia Lopes Gama, “(...) façam de conta, que assim como há loja de chapéus, o meu periódico é fábrica de carapuças. As cabeças que se assentarem bem, fiquem-se com elas, se quiserem (...)”³⁹⁹ Dessa maneira, o autor procurou diferenciar seu jornal dos demais, que até então apenas versavam sobre questões políticas, propondo-se a criticar os costumes e vícios que considerava nocivos para sua Pátria.

Enquanto os outros periódicos de alto coturno todos se empregam na política, uns explicando direitos e deveres sociais, outros levantando questões sutilíssimas; entre dando alvitre, ora acertados, ora equivocados com o pequeno defeito de serem impraticáveis (...) eu, que sou um piegas no círculo dos gladiadores periodiqueiros, não me meterei nesses debuxos, nem é minha intenção pôr-me a escarpelas e tracamundas com meu próximo, uns porque os respeito por bons, outros porque os temo por ferrabrazes.⁴⁰⁰

Sob essa suposta missão moralizante, *O Carapuceiro* teve uma duração incomum para sua época. Enquanto outros títulos de periódicos apenas sobreviveram alguns números, “a fábrica de carapuças” de Lopes Gama atravessou toda a década de 1830.

Os periódicos dessa época se sustentavam ou por vendas avulsas, ou por subscrições mensais (em alguns casos trimestrais ou, até mesmo, como no caso do *Diário de Pernambuco*, anuais). O preço médio de um periódico de quatro páginas, formato comum da época, era de 80 réis. Sabe-se que um escravo de ganho recebia 80 réis como pagamento diário de trabalho. Hipoteticamente, portanto, até um escravo poderia comprar uma gazeta.⁴⁰¹ Os pontos de venda de jornais eram os mais variados: lojas, boticas, casas comerciais e até mesmo as próprias tipografias. Assim, percebe-se que os periódicos eram objetos de fácil acesso a diversos setores da população. Mas, ao que tudo indica, o que sustentava um jornal não eram as vendas avulsas, e sim as subscrições.⁴⁰² Isso se percebe pela insistência de Lopes Gama, ao final de vários

Lisboa, significava a província de Pernambuco. Cf. Márcia R. Berbel. *A nação com artefato*, p. 193.

³⁹⁹ *O Carapuceiro*, n. 1 (7/ abril/1832).

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, p. 59.

⁴⁰² Informações tiradas de Luiz do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*. Seguem alguns exemplos de locais no Recife que vendiam periódicos: O *Relator verdadeiro* (1821-22) vendia seus números na Loja de Antonio Xavier da Silva, no Pátio do Colégio e na Botica de José Matias, na Rua do

números de *O Carapuceiro*, em comunicar-se com seus subscritores, como é o caso deste anúncio:

Os snrs. assinantes pagarão sua subscrições d'agora por diante a um cobrador particular, o qual dará os competentes recibos, que terão de mais as seguintes letras iniciais – A. M. S. – Outro sim roga-se aos mesmo Snrs., que se acharem a dever o mês passado, hajam de satisfazer as respectivas assinaturas conjuntamente com a do corrente.⁴⁰³

Observamos, pelas repetidas vezes em que Lopes Gama se comunica com seus assinantes, que a subscrição foi a prática que conferiu maior longevidade ao seu periódico. E tal prática parecia ser realmente a mais efetiva, pois vários jornais de curtíssima duração tentaram abarcar para si o interesse de subscritores. Pelo visto, não tiveram sucesso. É o caso do jornal *A Voz do Povo* (1831-32), que durou apenas 24 números, mas que, no seu primeiro número, anunciava vários locais onde poderiam ser efetuadas as assinaturas. Outros exemplos semelhantes a esse são comuns.⁴⁰⁴

Por fim, cabe explicitar que outros tipos de práticas também podem ter sido utilizadas para a manutenção de um periódico. Como a palavra impressa era um forte veículo de afirmação política, grupos detentores de certo poder econômico devem ter financiado alguns jornais. É difícil precisar com quais periódicos esse tipo de prática ocorreu, mas é possível levantar alguns questionamentos, como no caso do diário *O Cruzeiro* (1829-31). Sendo uma publicação diária que durou cerca de 3 anos, e exercendo uma militância política radical, beirando ao absolutismo, não podemos deixar de levantar suspeitas de que influentes membros da *Sociedade Columnas do Trono e do Altar* subsidiaram esse jornal, visto inclusive que ele foi impresso em uma tipografia própria, a Tipografia do Cruzeiro. Ter todo o aparato tipográfico era algo muito custoso para época e representava muito poder. Outro indício significativo de apadrinhamento é o do jornal *Constituição e Pedro 2º*, financiado pelo negociante Luiz Gomes Ferreira, distribuído gratuitamente entre março de 1836 e fevereiro de 1837, o qual defendia o governo do Regente Feijó e combatia a pretensa regência da princesa D. Januária. É temerário concluir que *O Carapuceiro* não contasse com nenhum padrinho, mas, ao que tudo indica, essa incomum longevidade se deu principalmente pelo sucesso que Lopes

Rosário N. 140; *O Conciliador Nacional* (1822-25), de Lopes Gama, vendia-se na Pracinha do Livramento; *O Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (1823-24) vendia-se na Loja da Gazeta, na Pracinha do Livramento N. 60. Vários outros exemplos são encontrados na obra acima citada.

⁴⁰³ *O Carapuceiro*, n. 53 (18/maio/1833). Conferir, ainda, sobre subscrição, local de venda e outras informações sobre o funcionamento do comércio de jornais da época *O Carapuceiro* nº 20, 34, 52, 69, 72, 73 (1832 e 1833), 1, 43 e 48 (1834)

⁴⁰⁴ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa periódica pernambucana*, pp. 139-140.

Gama obteve com seus leitores. A ideia de adquirir “alguns vinténs” externada no primeiro número foi levada a cabo com sucesso.⁴⁰⁵

É quase impossível precisar estatisticamente a circulação de periódicos na primeira metade do século XIX. No entanto, alguns critérios básicos podem ajudar a revelar a importância de um jornal para uma determinada sociedade: duração de sua publicação, referências recíprocas entre periódicos, publicação de anúncios e a participação de leitores por meio de comunicados. Considerando, de maneira crítica, esses quatro elementos, *O Carapuceiro* preenche praticamente todos os requisitos para ser considerado um jornal de grande repercussão.⁴⁰⁶

O Carapuceiro, ao lado do *Diário de Pernambuco*, foi, nessa província, o único periódico que atravessou todo o Período Regencial, sendo publicado de 1832 a 1842, com uma interrupção de dois anos, 1835 e 1836, e outra de um ano e meio, entre 1840 e 1841, quando Lopes Gama assumiu como suplente a cadeira de deputado geral na corte fluminense. Além disso, *O Diário de Pernambuco* publicou, entre 1840 e 1844, muitos números repetidos de *O Carapuceiro*, os quais já haviam saído do prelo anteriormente de maneira independente. Tendo em mente que os próprios leitores, através da compra de exemplares ou das subscrições, eram os principais, se não únicos, sustentáculos de *O Carapuceiro*, o público foi, durante esses anos, pelo menos suficiente para a manutenção do jornal. Ao que tudo indica, também gerou lucros para o fabricante das carapuças.

⁴⁰⁵ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa periódica pernambucana*, pp. 124-127 e 136; Luiz do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*, v. IV, pp. 141-144.

⁴⁰⁶ João Paulo Garrido Pimenta. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata, (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006. p. 69-70. Pimenta está correto ao afirmar que é muito difícil precisar a tiragem de jornal publicado na primeira metade do século XIX. Contudo, detectamos, em uma discussão entre Miranda Falcão e Lopes Gama, de 1834, elementos que podem ajudar a dimensionar a quantidade de exemplares que circulavam. O objetivo de Miranda Falcão na discussão era mostrar que a colaboração de Lopes Gama no *Diário de Pernambuco* entre 1829 e 1831 não influenciou no sucesso de seu jornal. Miranda Falcão, editor responsável pelo *Diário de Pernambuco*, afirmou que antes de *O Cruzeiro*, diário rival, aparecer, em 1829, seu jornal tinha mais que 700 assinantes. Com sua prisão, no mesmo ano, e com outro diário concorrente, o número de assinantes caiu para menos que 700. Com isto Miranda Falcão tentava provar que não foram as correspondências de *O Sonâmbulo* que conferiram popularidade a seu diário, o qual já era bem quisto pelo público leitor antes de 1829. Ainda segundo Miranda Falcão, depois que *O Sonâmbulo* deixou de escrever para o *Diário de Pernambuco*, em 1831, o número de assinantes aumentou para 800, e isto mesmo com a concorrência de outro jornal diário, *O Mercúrio*. Miranda Falcão concluiu afirmando que em 1834, mesmo com Lopes Gama lhe fazendo críticas e tornando-se seu antagonista, o *Diário de Pernambuco* contava com 840 assinantes que pagavam em dia. Tendo em vista que o núcleo urbano do Recife tinha cerca de 27 mil habitantes no período, conclui-se que apenas um diário, dentre vários outros jornais que existiram no início das regências, contava com aproximadamente 3% da população como assinante. Conjecturando que um exemplar fosse lido por pelo menos quatro pessoas, cerca de 12 % da população urbana do Recife lia *O Diário de Pernambuco* em 1834. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 380 (5/maio/1834).

Referências recíprocas entre periódicos também vão ser comuns, e não apenas no âmbito provincial, mas rompendo barreiras políticas e atingindo a corte fluminense. Os artigos de “*O Carapuceiro* foram reproduzidos nos periódicos *Jornal do Comércio* (Rio, 1833); *Gamenha* (Recife, 1833); *O Novo Carioca* (Rio, 1834); *O Sete de Abril* (Rio, 1836); *O Despertador* (Rio, 1840); *A Carranca* (Recife, 1835); *Sentinella da Monarquia* (Rio, 1845); *Marmota Fluminense* (Rio, 1852)”⁴⁰⁷.

O Carapuceiro nunca publicou anunciantes em suas páginas. No entanto, outro fator que pode demonstrar sua intensa circulação são os anúncios publicados sobre ele no *Diário de Pernambuco*. Um anúncio de 19 de abril de 1838 indicava, por exemplo, que na loja de livros de Praça da Independência havia à venda uma coleção das edições de *O Carapuceiro* de 1837 e 1838. Em 19 de janeiro de 1857, anunciou-se que havia uma coleção completa à venda “na livraria defronte ao Arco de Santo Antônio” e, em 1879, outro anúncio vendia “*O Carapuceiro*, 4 volumes, encadernados por 15\$000”. Percebe-se, dessa forma, que décadas após o fim de sua publicação, *O Carapuceiro* ainda era um sucesso. A venda dele encadernado, em formato de livro, demonstra que não havia, no século XIX, a oposição hoje existente entre o jornal, efêmero por natureza, e o livro, duradouro.⁴⁰⁸

Publicar cartas de leitores não foi prática comum desse controverso jornal. Ao longo de toda sua história, foram publicadas oito cartas apenas, e Pallares-Burke constatou que uma delas era uma cópia de uma correspondência publicada um século antes, no jornal inglês *The Spectator*. Outro fator, no entanto, que indica o grande alcance que o Padre Mestre obteve com seus escritos foi a publicação de *O Carapuceiro na Corte*, feita, como suplemento, no periódico carioca *O Despertador*. Isso ocorreu quando ele assumiu a suplência de deputado à Assembleia Geral Legislativa em 1840, em substituição a Sebastião do Rego Barros. Quando chegou ao Rio de Janeiro *O Jornal do Comércio* noticiou: “Ninguém há que não tenha lido os escritos deste insigne brasileiro... ninguém que não dê ao ilustre escritor um dos mais subidos lugares entre os

⁴⁰⁷ Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*, p. 134.

⁴⁰⁸ José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, p. 308; Leonardo Dantas. “Préface”, in: Miguel do Sacramento Lopes Gama. *O Carapuceiro* [edição fac-similar]. Para uma análise que questiona a ideia de que os livros, no século XVIII, eram bens duráveis e consistentes, enquanto os jornais seriam efêmeros, cf. a introdução da obra de Maria Lúcia Pallares-Burke. *The Spectator*.

literatos que têm honrado a nossa Pátria”. Já *O Despertador* chamou-o de “o *La Bruyère* do Brasil”.⁴⁰⁹

Pode-se, assim, constatar sem receio: *O Carapuceiro* foi um jornal de intensa circulação no período regencial. Um dos motivos para tanto pode ter sido a linguagem jocosa e sua pretendida temática diferenciada. O próprio autor tinha em mente que o público apreciava o bom humor de seus escritos. “*Ridendo castigat mores*”⁴¹⁰ é o que quer o povo, e que remédio há senão ir com ele?”⁴¹¹ Dessa maneira, Lopes Gama angariou para si um público cativo.

A pretensa proposta apolítica de *O Carapuceiro* já foi desmistificada em trabalho anterior.⁴¹² Ele foi um jornal político que aplicou engenhosa operação para cair nas graças do leitor. Vendeu a imagem de um periódico moral que não iria personalizar críticas, tal qual tentavam fazer todos os jornais desde a revolução do Porto. Vendeu a imagem de ser um jornal superior aos demais, pois tratava de temáticas universais e atemporais, enquanto os outros se apequenavam em picuinhas políticas particularistas. Lopes Gama zombou, em sua gazeta, dos gamenhos, que seriam aqueles homens “que não têm outro ofício, outro emprego, outro cuidado, senão embonecar-se para namorar”. Ridicularizou, também, os padres e frades gamenhos, dizendo que neles “é esse vício muito mais escandaloso e censurável do que nos leigos e seculares”. Esbravejou contra o luxo nos enterros e exéquias, afirmando que “levar a vaidade além do túmulo, rodear de sedas, de galões, de ricos ornatos um corpo já inanimado, uma podridão, é o que a razão não menos do que a religião condena”.⁴¹³ Se por um lado ele escrevia uma bem humorada crítica de costumes, por outro, ele jamais se negava a entrar em uma boa discussão política. Ele continuou a realizar, nas páginas do *Carapuceiro*, o mesmo jornalismo que ele vinha empreendendo desde 1822, um jornalismo altamente politizado.

A análise das propostas políticas de Lopes Gama feita nesse capítulo se dará, sobretudo, através da leitura de *O Carapuceiro*. Além desse ótimo veículo que ele

⁴⁰⁹ Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama politico*, p. 75; José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, p. 308 e 304. Jean La Bruyere foi um moralista francês do século XVII, que empreendeu uma crítica aos costumes de seu tempo, principalmente através da obra *Caracteres*, um dos mais famosos retratos morais da literatura francesa.

⁴¹⁰ Tradução livre do latim: “com riso corrigem-se os costumes”.

⁴¹¹ *O Carapuceiro*, n. 73 (23/dezembro/1837).

⁴¹² Ariel Feldman. *O império das carapuças*.

⁴¹³ *O Carapuceiro* nº 11, 16 e 23 (1832).

estabeleceu para atuar publicamente, Frei Miguel participou ativamente como correspondente do *Diário da Administração Pública de Pernambuco (1833-35)*. Neste, que era o órgão oficial do governo provincial, ele inicialmente identificou-se como “O Sonâmbulo, Escritor do Carapuceiro”. Com o passar do tempo, passou a assinar apenas “O Escritor do Carapuceiro”. A partir daí sua personalidade passou a se confundir com o jornal que escrevia. Dez anos depois, como deputado provincial, ele se defendia, em plenária, dizendo que fazia ironias aos adversários porque esse era o seu gênio, o gênio do *Carapuceiro*.⁴¹⁴

Há um aspecto, contudo, que é o que mais nos importa aqui: *O Carapuceiro* propunha um ritmo para as transformações históricas. Esse jornal defendeu uma revolução bastante específica para o Brasil, a revolução moral.

3.4 - A revolução moral

A ideia de que mudanças sociais lentas são benéficas e que, ao contrário, mudanças bruscas são maléficas, não foi inventada por Lopes Gama. Na era das revoluções, tal concepção foi, talvez, pioneiramente e melhor formulada por Edmund Burke.⁴¹⁵ O reformismo ilustrado luso-brasileiro, como vimos, igualmente compactuava com essa forma de enxergar transformações históricas.⁴¹⁶ Pretender realizar a moralização dos costumes através de um periódico também não foi uma novidade trazida por Lopes Gama, visto que um século antes existiu na Inglaterra um célebre periódico que serviu de inspiração a ele.⁴¹⁷ A originalidade de Frei Miguel foi justamente conjugar essas duas propostas num momento no qual os espaços públicos estavam em ebulição e o jornalismo era quase que exclusivamente político. Foi essa conjugação entre periodismo moralizante e crítica ao aceleração do tempo histórico que potencializou o discurso de *O Carapuceiro*.

⁴¹⁴ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*. Pernambuco : Typographia da Província, 1889, pp. 201-206.

⁴¹⁵ *Reflexões sobre a revolução em França* [1790]. Como já foi observado no capítulo 1, são muito importantes, para ter em mente a leitura que se fazia da Revolução Francesa na época da independência, as duas edições publicadas no Brasil da obra de Edmund Burke. A primeira é de 1812, a segunda, de 1822. Para perceber como a leitura do processo revolucionário francês foi realizada no Brasil da década de 1820 sob o filtro da restauração bourbônica (1815-1830), cf. Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 23-60.

⁴¹⁶ Lucia Pereira das Neves “Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)”.

⁴¹⁷ Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *The Spectator*; Idem. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*.

No terceiro número de seu jornal, publicado a 20 de abril de 1832, Lopes Gama já abriu uma exceção à sua proposta editorial e escreveu o primeiro artigo sobre política. Não poderia ser outro o assunto dessa edição, pois acabava de eclodir a *Abrilada*, levante de caráter restaurador. Mas apesar de estar esbravejando contra um movimento reacionário, que pretendia anular a abdicação do Imperador, que pretendia voltar atrás em relação à Revolução de 7 de abril, Lopes Gama, ao final do número, voltou-se, também, contra o outro extremo político: “Desengane-se finalmente o Governo, que a maioria do Brasil tem sentimentos Republicanos; que a República há de aparecer, não já; por que não nos convém; por que não temos todos os requisitos para ela; mas é mister predispor-la lentamente; *fazer a revolução não física, mas moral* (...) [grifo meu].”⁴¹⁸

Primeiramente, é preciso observar que o debate havia mudado de tom. No final do primeiro reinado, Lopes Gama era acusado de ser republicano e se defendia dessa acusação. No início das regências, ele se valeu dessa arma, atribuindo republicanismo a seus opositores. Em segundo lugar, é necessário fazer uma ressalva acerca do movimento republicano do início da década de 1830. Ele existiu e teve relevância social, como pesquisas recentes demonstram.⁴¹⁹ Contudo, não se pode deixar de lado a conotação pejorativa que a acusação de republicanismo tinha naquela sociedade. Conspirar contra a monarquia era proibido por lei, pelo Código Criminal de 1830.⁴²⁰ Acusar um opositor de republicano era, pois, importante arma política. Se a historiografia que estuda o movimento republicano afirma que muitos publicistas republicanos não se admitiam com tal para não incorrerem em crime,⁴²¹ o inverso também é válido, ou seja, a maioria das acusações de republicanismo realizadas nos espaços públicos tinham a intenção de desqualificar o adversário. Em terceiro lugar, o

⁴¹⁸ *O Carapuceiro* nº 3 (20/abril/1832). Para uma reflexão sobre a visão negativa que Lopes Gama nutria em torno da aplicação do sistema republicano no Brasil, cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuceiro”.

⁴¹⁹ Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Contribuição para o estudo da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840)”, in: Gladys Sabina Ribeiro e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*; Idem. “Federação e República na imprensa baiana (1831-1836)”, in: Idem e Mônica Leite Pereira. *Entre a monarquia e a república*.

⁴²⁰ Conforme o Artigo 87: “Tentar diretamente, e por fatos, destronizar o Imperador; privá-lo em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão. Penas de prisão com trabalho por cinco a quinze anos. Se o crime se consumir: Penas de prisão perpétua com trabalho no grau máximo; prisão com trabalho por vinte anos no médio; e por dez anos no mínimo.” Conforme http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm [acesso em setembro de 2011]

⁴²¹ Além de Silvia Carla de Brito Fonseca (obras já citadas), Renato Lopes Leite, que estudou o movimento republicano durante o processo de independência, também se vale dessa argumentação. *Republicanos e libertários*.

republicanismo não pode ser reduzido à mudança de sistema político, não pode ser reduzido à tentativa de substituir o imperador por um chefe executivo eletivo e temporário. De fato, essa pode ser uma das pautas centrais do republicanismo. Mas o termo república remetia, sobretudo, à ideia de maior participação dos cidadãos nas coisas públicas.⁴²² Nesse sentido, que remete a etimologia da palavra, ser republicano poderia ser pleitear por uma maior participação da população livre em questões políticas, independentemente de querer derrubar a monarquia ou não. Nesse sentido, então, ser republicano converge com um movimento que foi característico do início das regências: a tentativa de ampliar os canais de participação política da sociedade civil.

Em quarto e último lugar, e o que mais nos importa aqui, é a concepção de tempo histórico que Lopes Gama propõe. Já se trata de uma concepção evolutiva e linear do tempo, pois, um dia, “a República há de aparecer”. Mas como “não temos todos os requisitos para ela”, é preciso “predispô-la lentamente”. O projeto moralizante de *O Carapuceiro* é exatamente esse, fornecer os tais requisitos ao povo, criticando os vícios e empreendendo uma educação moral de longo prazo, para que no presente não seja preciso fazer uma “revolução física”.

Um mês depois, em um artigo intitulado “O luxo”, no qual, entre outras ironias, ridicularizou os penteados exagerados das senhoras, Lopes Gama terminou dizendo que, quando considerou esses males no Brasil, isto é, o abuso que as pessoas fazem do luxo, ele riu dos reformistas de papel. Enquanto não se cuidasse da educação da mocidade, continuava ele, o Brasil não teria nada mais que enxurradas de teorias e nada de sólido e seguro. Coloque no Brasil um povo educado – zombava ele – que ele mostraria o melhor dos estados republicanos.⁴²³

Em outro artigo, intitulado “A venalidade, e ladroice”, Lopes Gama relativiza o sonho dos liberais, que anunciavam um século de ouro com a árvore majestosa da constituição. Em seguida questionou: “Aonde está a reforma dos costumes?”. Segundo ele, os governantes faziam o que bem entendiam, os magistrados eram corrompidos, os empregados públicos roubavam e os juízes de paz também. Concluiu que as teorias políticas eram belas, mas eram planos em papel que não se aplicavam na prática. “Provirá isso de algum vício do sistema Liberal?” – questionou. A resposta: não. A

⁴²² Cf. Antônio Manuel Hespanha, o qual procura pensar o republicanismo português do século XIX. *Guiando a mão invisível*, pp. 107-115.

⁴²³ *O Carapuceiro* n° 5 (26/março/1832).

culpa não era do sistema liberal – acreditava ele –, pois o mal nascia das pessoas, não das coisas. Considerava, por fim, um absurdo todos quererem reformar os outros, mas não a si mesmos.⁴²⁴

Em um artigo intitulado “As reformas” é possível observar com nitidez o ritmo que Lopes Gama propunha para as transformações históricas. Ele não poderia confundir sua concepção de história com a dos restauradores. Era necessário aplicar a ideia de moderação também para a forma de enxergar as mudanças sociais. Esse vocábulo, *moderação*, extrapolou a mera definição de um agrupamento político. Ele se constituiu em um verdadeiro código de conduta humana. Lopes Gama recomendava moderação para o luxo, que não seria, essencialmente, nem bom, nem ruim, mas relativo. Quem tivesse cabedal de sobra, poderia, segundo ele, usufruir do luxo com moderação.⁴²⁵

Da mesma forma, Lopes Gama enxergava as reformas sociais. Se feitas com moderação, poderiam ser benéficas. O que seria do mundo se não houvesse melhoramentos e mudanças? – questionava ele. Em seguida, criticava Rousseau, que exaltava a vida selvagem e natural que o homem levava outrora. Afirmava o Padre Carapuceiro, por sua vez, que a civilização era muito mais conveniente que o estado selvagem.⁴²⁶ Na sequência, asseverava que não poderia existir legislação perfeita eternamente, pois ela haveria sempre de mudar conforme as ideias e os costumes. Exemplificava essa reflexão com as Ordenações Filipinas (1595), que estabeleciam leis contra bruxas, coisa que, em 1832, ninguém mais acreditava que existia. Para o Padre Carapuceiro, existiam as reformas boas e as más. Em formulação bastante próxima à de Edmund Burke, Lopes Gama não compactuava com aqueles que achavam que estavam reformando, mas estavam em verdade destruindo. Estes eram, para ele, os reformistas

⁴²⁴ *O Carapuceiro* nº 9 (23/junho/1832).

⁴²⁵ *O Carapuceiro* nº 5 (26/maio/1832). Cf. a tradução do verbete “Da Moderação”, traduzido por Lopes Gama do Coronel Weiss, em *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 1. (2/janeiro/1834). Lopes Gama utilizou o vocábulo moderação em *O Popular* nº 53 e 61 (1831); *O Carapuceiro* nº 3, 5, 19, 25, 33, 35, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 64, 67, 68, 71, 75 (1832 e 1833), nº 31, 36, 47 e 48 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 1, 8, 163, 175, 176, 178, 185 e 196 (1834). É interessante notar que Lopes Gama fez sempre questão de não se vincular à regência moderada ou à maioria legislativa na Assembléia Geral. Lopes Gama, assim, alinhava-se em termos de ideário político aos *moderados* fluminenses, mas fazia questão de não se vincular à regência moderada, criticando-a repetidas vezes. Era, dessa forma, moderado em termos ideológicos. Contudo, em termos práticos, criticava várias posturas dos *moderados* fluminenses.

⁴²⁶ Lopes Gama publicou extratos de traduções de Dunoyer. Em suma, Dunoyer defendia a ideia de que a civilização não era algo oposto à liberdade, como alguns filósofos tentavam defender. Para Dunoyer, o progresso material da civilização era compatível com o aumento da liberdade. Essas traduções foram publicadas no *Diário da Administração Pública de Pernambuco* no primeiro semestre de 1834. Cf, sobretudo, nº 38, 63, 66, 69 e 83. Barthélemy-Charles-Pierre-Joseph Dunoyer de Segonzac (1786-1862) foi um filósofo liberal francês preocupado, sobretudo, com questões econômicas.

despropositados, aqueles que queriam destruir tudo o que existia e construir um edifício social do zero, tal qual fizeram alguns estouvados na Revolução Francesa. Por outro lado, mostrando que sua concepção de evolução do tempo histórico era moderada, ele procurava se diferenciar dos restauradores. Defendia a manutenção da constituição, criticando aqueles que colocavam a culpa nela quando ocorria algum crime ou ato de corrupção. E as falcatruas ou violências que faziam os monarcas absolutos? – relativizava Lopes Gama.⁴²⁷

A tônica de sua proposta era não colocar a culpa no sistema constitucional representativo, mas nos vícios adquiridos em três séculos de absolutismo. Em dada ocasião, Lopes Gama se posicionou contra a instituição das eleições diretas. Para ele, muitos publicistas a defendiam porque eram fanáticos pelas utopias democráticas. Ele não. Ele gostava mais de estudar os homens do que seus sistemas. Assim, ele afirmava que eleições diretas em povos incultos causariam males incalculáveis.⁴²⁸ Pouco tempo antes havia escrito “Diálogo entre Cosme e Damião, ambos eleitores”. Essas personagens fictícias discutiam sobre os cargos que poderiam ser alcançados após uma eleição. Enquanto Cosme queria enriquecer e obter vantagens a qualquer custo, Damião defendia algumas virtudes que um bom homem público deveria ter. A certa altura do diálogo, Damião, o álter ego de Lopes Gama, dizia que “sem uma constituição livre, e adaptada às nossas circunstâncias, não podemos ser felizes, e sem bons costumes, a melhor constituição é letra morta”. Na sequência, Damião questionava: “por onde há de começar a reforma? Pelas pedras? Pelos bosques? Pelos brutos? Pelas cousas insensíveis? Não certamente. Deve começar pelos homens.”⁴²⁹

Outra tópica do discurso de Lopes Gama era afirmar que a felicidade, ou as condições humanas necessárias para a República, só seriam alcançadas nas próximas gerações. Em artigo intitulado “As virtudes e defeitos das senhoras”, Lopes Gama afirmava que se as senhoras fossem educadas, a futura geração seria dotada de virtudes e o Estado teria “cidadãos dignos, e capazes de o servir”.⁴³⁰ Em outro artigo, que abordava o estado de penúria das pontes do Recife, uma cidade fluvial que dependia delas, Lopes Gama relembrava que no tempo do despotismo, as pontes iam bem. Em

⁴²⁷ *O Carapuceiro* nº 10 (30/junho/1832).

⁴²⁸ *O Carapuceiro* nº 24 (30/setembro/1832). Sobre a crítica de Lopes Gama ao excesso de pleitos eleitorais no Brasil conferir Ariel Feldman. “Uma crítica às instituições representativas no período das regências (1832-1840)”.

⁴²⁹ *O Carapuceiro* nº 21 (7/setembro/1832).

⁴³⁰ *O Carapuceiro* nº 17 (18/agosto/1832).

1832, contudo – prosseguia ele – só se falava em liberdade e as coisas iam mal. A culpa, relativizava, não era do sistema constitucional, mas dos costumes com que os brasileiros foram criados durante o absolutismo. Concluiu afirmando que a geração presente não era capaz de mudar esses hábitos ruins há muito tempo arraigados, só a geração futura.⁴³¹ Já em outra edição de *O Carapuceiro*, intitulada “As impunidades dos crimes no Brasil”, ele afirmou que não só os magistrados roubavam, mas toda a população, desde o sapateiro até o alfaiate. Para ele, uma das causas de tantas falcaturas era a “falta de instrução filosófica e religiosa”. Por fim, concluiu que esta geração não tinha mais conserto, e que todos deviam trabalhar para a felicidade de seus netos.⁴³²

Mais um elemento importante nesse projeto de *revolução moral* proposto por Lopes Gama era a religião. Novamente, nesse aspecto, há uma mudança brusca em sua atuação política se relacionada com o que escreveu no final do primeiro reinado. Antes da abdicação, seria temerário afirmar que princípios religiosos eram essenciais no processo de construção do Estado nacional. Tal afirmativa poderia ser tomada como defesa do absolutismo. Ademais, ele precisava, entre 1829 e 1831, diferenciar-se dos *colunas*. Associar princípios religiosos a questões políticas era uma prática de seus rivais de então. Após a abdicação, todavia, o cenário era outro. Os campos políticos se mostravam mais diversificados. Em *O Carapuceiro*, Lopes Gama divulgou, a exaustão, a ideia de que sem religião, sem temor a Deus, sem a crença de que existem castigos e prêmios após a morte, não existiriam instituições políticas que pudessem prosperar. Eis um exemplo desse ideário:

Criem-se quantas instituições quiserem, estabeleçam as melhores leis, se os seus executores não tiverem boa moral, tudo é letra morta (...). Eu não conheço outro [meio] se não arraigar nos corações da Mocidade a pura e Santa Religião dos nossos Pais; não religião de carolices, santimonias e superstições ridículas; se não a Moral limpa, e extreme [sic.] que nos deixou o Divino Mestre.⁴³³

A ressalva que Lopes Gama faz no final do trecho supra citado era de extrema relevância para época. Era preciso diferenciar a sua religião, um catolicismo ilustrado, das superstições que, supostamente, guiavam os cabanos em sua luta pela restauração.⁴³⁴

⁴³¹ *O Carapuceiro* nº 26 (13/outubro/1832).

⁴³² *O Carapuceiro* nº 59 (29/junho/1832). Ver ainda, sobre a ideia de preparar a felicidade, a liberdade plena e a república para as próximas gerações em *O Carapuceiro* nº 29, 31, 32, 33, 46 (1834).

⁴³³ *O Carapuceiro* nº 6 (8/março/1834). Esse ideário foi veiculado em: *O Carapuceiro* nº 4, 5, 10, 13, 28, 37, 40, 43, 59, 71, 72 (1832 e 1833), 1, 6, 7, e 33 (1834).

⁴³⁴ Lopes Gama procurou diferenciar o seu catolicismo, ilustrado, civilizado, de uma religião repleta de

Outro indício de que o campo político estava mudado em relação aos anos finais do primeiro reinado, foi a ênfase que Lopes Gama conferiu ao pronto castigo como um dos melhores meios para fundar a moral de povo. Tal temática não se coadunaria bem com sua atuação pública no tempo em que combateu os *colunas*, exatamente por essa ser, como vimos, uma reivindicação de seus opositores. Em 1831, ele publicou um folheto intitulado *Memórias sobre quais são os meios de fundar a moral de um povo*. Trata-se de uma tradução do Conde Destutt de Tracy.⁴³⁵ Esta pequena obra, publicada em formato semelhante ao que hoje conhecemos como livro de bolso, advogava, grosso modo, que a principal maneira de agir positivamente sobre a moral de um povo era a pronta execução das leis. O temor ao castigo seria o meio mais eficaz de instituir bons costumes. Quanto mais impunidade, menos liberdade. Quanto mais ágil e eficaz a aplicação de punições, mais liberdade.

Este ideário, essencial para o projeto de *revolução moral* de Lopes Gama, foi inicialmente pensado em função dos distúrbios promovidos por setores mais “exaltados”, isto é, aqueles que pretendiam continuar a revolução, tais como a *Setembrizada* e a *Novembrada*. Com o desenrolar dos acontecimentos, é notória a mudança de foco. A partir do momento em que a Guerra dos Cabanos se torna mais violenta, ameaçadora e duradoura, Lopes Gama passou a pregar a pronta aplicação de punições aos rebeldes cabanos, sugerindo até a suspensão dos direitos constitucionais desses homens que pretendiam negar a Revolução de 7 de abril.⁴³⁶

A atuação de Lopes Gama no movimento federalista será trabalhada com mais detalhes no final do capítulo. Agora, porém, cabe ressaltar que a ideia de *revolução moral*, isto é, de que primeiro devem ser reformados os homens, para depois reformarem-se as instituições, foi bastante utilizada por ele nos debates acerca das

superstições e capaz de, no limite, levar o ser humano a cometer atitudes bárbaras em nome da fé. Cf. *O Carapuceiro* nº 3, 4, 6, 37, 40, 43, 76 (1832 e 1833), 1 e 6 (1834). A expressão catolicismo ilustrado é utilizada por historiadores que estudam o final século XVIII luso-brasileiro. Acreditamos, contudo, que tal termo pode ser usado para a primeira metade do século XIX. Cf. Francisco Jose Calazans Falcon. *Época pombalina*, pp. 326-368; Keneth Maxwell. *Marquês de Pombal*, pp. 119-141. Cf., para um estudo voltado ao catolicismo pernambucano do século XIX, Tiago Adão Lara. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 1986.

⁴³⁵ Foi publicado pela Typ. Fidedigna, a mesma que publicava, à época, *O Carapuceiro*. Antoine Louis Claude Destutt, o conde de Tracy (1754 —1836), foi um filósofo e político francês. Foi membro proeminente da escola filosófica dos “Ideólogos”, os quais acabaram sendo perseguidos por Napoleão. Cf., também, Vamireh Chacon. “Royer-bollard e Destutt de Tracy: liberais quase esquecidos”. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. L11, n. 204, pp. 361-368, 2002.

⁴³⁶ O ideário de que o temor ao castigo era um dos elementos fundamentais para instituir a boa moral de um povo foi explicitado em *O Popular* nº 58 (1831); *O Carapuceiro* nº 39, 52, 59, 65, 68, 73, 75, (1832 e 1833), 1, 4, 6, 7 e 44 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 183 (1833).

reformas constitucionais. Antes de aderir ao federalismo, ele já se valia dessa argumentação para deslegitimar as demandas descentralizadoras. Pouco antes da abdicação, debatendo com Borges da Fonseca, que pode ser considerado um dos pioneiros da campanha pública federalista na década de 1830, ele ponderou que “não é possível operar reformas sem um certo começo de civilização”, pois não se efetuam reformas radicais com meras leis”. Para ele, “a árvore constitucional (...) começa a estender raízes(...); mudá-la tão tenra (...) é arriscá-la a definhar-se”.⁴³⁷ Na continuação do debate com Borges da Fonseca, Lopes Gama afirmou que “não necessitamos de uma revolução política”. “Reformem-se os abusos” – clamava na sequência. Dizendo não às utopias impraticáveis, finalizou alertando que os “Povos que têm querido demais a liberdade”, precipitam-se em abismos.⁴³⁸

Em 1834, quando a legislatura ordinária tinha recebido poderes para mudar determinados artigos constitucionais, Lopes Gama já havia se tornado um federalista. Ele fazia questão, entretanto, de se diferenciar de um tipo político que ele chamou, ironicamente, de um “federalista de já e já”. Era uma clara referência ao grupo político capitaneado por Cipriano Barata, que novamente se encontrava em Pernambuco, e pelo Padre João Barboza Cordeiro.⁴³⁹ Tal agrupamento, como vimos, pretendia continuar o processo revolucionário e incluir novos setores sociais no processo de participação política, instituindo a *soberania popular* no lugar da *soberania da nação*. O Padre Carapuceiro fazia questão de lembrar o envolvimento dessas pessoas na revoluções de 1817 e 1824 e vinculá-las aos extremos políticos.⁴⁴⁰ Insinuando que “os federalista de já, e já” pretendiam não respeitar os mecanismos constitucionais para fazer as reformas descentralizadoras, ele conclamou Pernambuco a não repetir os erros de 1817 e 1824. Pernambuco ainda seria tão imprudente? – questionava. Lembrou que era manha antiga em Pernambuco fazerem revoluções loucas e intempestivas. E depois do malogro da empreitada, esses revolucionários colocavam a culpa naqueles que não seguiram a asneira, “como se revoluções fossem o mesmo, que o gagau”⁴⁴¹ [sic]”. Alertava Lopes Gama que “as revoluções não são coisas que se fazem de empreitada”. Para que a

⁴³⁷ *O Popular* nº 56 (22/março/1831).

⁴³⁸ *O Popular* nº 64 (20/abril/1831).

⁴³⁹ Sobre o Padre João Barboza Cordeiro e o jornal que escrevia, *Bússola da Liberdade*, cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “‘Bússola da liberdade’: federação e república na imprensa pernambucana”, disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/node/778> [acesso em setembro de 2011]

⁴⁴⁰ Cipriano Barata não participou de nenhuma das duas revoluções no momento em que elas eclodiram, mas foi preso em 1789 na conjuração baiana.

⁴⁴¹ “Gagão, s.m. Um jogo de parar os dados”, apud. Antônio Moraes e Silva. *Dicionário de Língua Portuguesa*.

revolução vingasse, continuava, seria preciso que previamente se fizesse “a revolução nas ideias do povo, isto é, que este haja adquirido outras noções, outros hábitos e aberto mão de certos prejuízos: do contrário a revolução perde-se (...).”. Ainda insinuando que esses “federalistas de já e já” pretendiam não seguir o curso legal das reformas constitucionais, ele alertou que alguns loucos andavam dizendo que em matéria de revolução não se devem prever consequências. Demonstrando sua concepção de *soberania da nação*, da qual só seriam detentores os considerados capazes, o Padre Carapuceiro advertiu que uma revolução em que não entram funcionários públicos, proprietários e homens estabelecidos, não poderia ser levada a sério. A reforma federal, portanto, sacramentava ele, deveria ser realizada pela Assembleia Nacional e de acordo com o poder executivo, sem os males inseparáveis de uma revolução.⁴⁴²

É preciso observar, primeiramente, que a apropriação da memória da Revolução Pernambucana de 1817 e, sobretudo, da Confederação do Equador, foi um elemento decisivo nas disputas políticas do início da década de 1830.⁴⁴³ A reivindicação central dos revoltosos de 1824, a federação, ressurgia nos espaços públicos depois de ter sido silenciada por todo o primeiro reinado. Ademais, a maneira que os rebeldes de vinte e quatro buscaram para formar sua confederação, ou seja, o rompimento, a revolução política, foi outra pauta central nos debates pós-abdicação. A luta pela memória de um evento tão recente tinha implicações práticas. Lopes Gama, por um lado, se apropriou da linguagem de seus opositores da década anterior. Acusar os “mandões da Corte” de tentar escravizar as províncias do norte foi prática comum em sua defesa das reformas federais. O Escritor do Carapuceiro chegou até a relatar um sonho, no qual Frei Caneca lhe aparecia em vestes celestiais e, como que num passe de mágica, colocava ao alcance de seus olhos imagens dos horrores de uma possível restauração de D. Pedro I. As imagens eram apocalípticas: patíbulos, execuções e muito sangue. São referências aos horrores de dois momentos já vividos pelos pernambucanos em 1817 e 1824.⁴⁴⁴ Por outro lado, Lopes Gama fazia questão de se diferenciar daqueles que, no passado,

⁴⁴² *O Carapuceiro* nº 21 (21/junho/1834). Essa argumentação foi repetida por Lopes Gama, com algumas pequenas variações, em *O Carapuceiro* nº 29, 31, 32, 33, 46 (1834).

⁴⁴³ Cf. Luiz Geraldo Silva e Ariel Feldman. “Revisitando o passado em tempos de crise”; Marco Morel. “Nação e revolução: o *rubro veio* historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”, in: Cláudia Maria das Graças Chaves & Marco Antonio Silveira. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte : Argumentum, 2008, p. 181-206. A memória da Confederação do Equador também teve importância nas disputas políticas ocorridas no Grão-Pará no início das regências. Cf. André Roberto de A. Machado. “As reformas em sentido federal”

⁴⁴⁴ *O Carapuceiro*, n. 65 (10/agosto/1833). Esse artigo foi republicado em *O Federalista* nº 37 (29/agosto/1833).

aderiram a processos revolucionários. Seu federalismo era distinto, era um federalismo que pretendia estar “sob o império das leis”.⁴⁴⁵

Em segundo lugar, é preciso notar que a acusação de que os opositores de Lopes Gama pretendiam realizar reformas federais através de revoluções, derrubando a constituição, deve ser lida com ponderação. Trata-se de um recurso do Padre Carapuceiro para deslegitimar as ações políticas do grupo rival. O que não significa que não houvesse setores dispostos a pegar em armas e mobilizar tropas com o intuito de assumir o poder e realizar reformas mais profundas. Na província do Pará, às vésperas da Cabanagem, um dos descontentamentos veiculados nos espaços públicos foi a insuficiência do Ato Adicional (1834).⁴⁴⁶ A própria insistência em criticar o Ato Adicional depois de ele ter sido sancionado, e isso em várias províncias, pode indicar a tentativa de mobilizar setores para realizar reformas constitucionais mais amplas por meios que não eram exatamente aqueles previstos pelo sistema representativo vigente.⁴⁴⁷

Discordar, aliás, daquilo que foi decidido “sob o império das leis”, isto é, debaixo das normas constitucionais vigentes, era criticar o próprio modelo de soberania estabelecido. Um modelo no qual quem exercia a soberania não era a maioria numérica de homens livres, eram apenas os considerados mais capazes. Lopes Gama defendeu, nesse contexto, esse modelo que restringia o exercício da soberania aos mais capazes.

3.5 - Restrição da cidadania política – a dimensão institucional

“Por Muitas vezes se há dito que o Governo Representativo é o Governo da maioria, o que é verdade em certo sentido; mas não devemos entender esse governo da maioria o mesmo que a soberania do Povo. O princípio da Soberania do Povo admite todos os indivíduos só porque

⁴⁴⁵ Expressão muito usada pelos coevos e consagrada no título do livro de Andréa Slemian. *Sob o império das leis*. Lopes Gama veiculou a ideia de reformas federais sob o império das leis em: *O Popular* nº 53; *O Carapuceiro* nº 19, 69 (1832 e 1833), 21, 46 e 47 (1834); *Diário de Pernambuco* nº 61, 77, 223 (1831); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 191 (1834). Antes e depois de se tornar um federalista, Lopes Gama se referiu às tentativas anteriores de instituir a federação como bem intencionadas, mas afoitas, impraticáveis, sem a devida reflexão prévia e sem o devido embasamento na literatura política. Essa tentativas anteriores, seriam, ainda por cima, arriscadíssimas, pois concederiam motivos aos absolutistas para derrubarem a constituição. Cf. *O Popular* nº 53, 56, 59, e 61 (1831); *O Carapuceiro* nº 40 e 41 (1833).

⁴⁴⁶Cf. André Roberto de A. Machado. “As reformas em sentido federal”.

⁴⁴⁷ Para ver as críticas ao ato adicional depois de sua sanção em Pernambuco e na Bahia, respectivamente, cf. Marco Morel. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*; Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Federação e República na imprensa baiana (1831-1836)”, in: Idem e Mônica Leite Pereira. *Entre a monarquia e a república*.

existem sem nenhuma outra condição; e tomando ao depois a maioria de tais indivíduos diz – Aqui está a razão, aqui está a lei – O Governo Representativo procede de outra maneira: ele considera qual é o ato, a que chama os indivíduos: examina qual a capacidade necessária para este ato: depois é que chama os indivíduos, que se presume, possuem essa capacidade, todos eles, e só eles. Ao depois busca a maioria entre os capazes (...) A soberania do Povo vê o poder legítimo na multidão; o Governo Representativo não o vê, se não na unidade, isto é, na razão, à qual deve acomodar-se a multidão”

(François Guizot. *Curso de História do Governo Representativo* [1816])

O trecho acima foi traduzido por Lopes Gama e publicado no *Diário da Administração Pública de Pernambuco* em agosto de 1834.⁴⁴⁸ Era época em que as reformas constitucionais estavam sendo ratificadas e ele promovia intenso debate com jornalistas vinculados aos ideais *exaltados*. Seus interlocutores em Pernambuco eram, sobretudo, Cipriano Barata e o Padre João Barboza Cordeiro, autores, respectivamente, dos jornais *Sentinela da Liberdade* e *Bússola da Liberdade*. Extrapolando as fronteiras provinciais, outro recorrente opositor de Lopes Gama na imprensa foi o jornal baiano *O Democrata*, redigido por Domingos Guedes Cabral.⁴⁴⁹ Antes de iniciar a tradução de Guizot, o Frei Beneditino recém-secularizado⁴⁵⁰ recomendou a seus opositores que refletissem após ler o texto desse sábio, que refletissem, sobretudo, aqueles que advogavam os extremos, em especial aqueles que pleiteavam poderes majestáticos para a multidão.

A Constituição de 1824 já previa mecanismos para colocar em prática as ideias formuladas por Guizot durante a Monarquia Bourbônica restaurada (1815-1830). Já previa mecanismos censitários, em dois graus, para selecionar os mais capazes para participar do processo eleitoral. Já previa uma câmara alta, vitalícia e com membros

⁴⁴⁸ Nº 185 (23/agosto/1834).

⁴⁴⁹ Cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Federação e República na imprensa baiana (1831-1836)”; Idem. “‘Bússola da liberdade’: federação e república na imprensa pernambucana”.

⁴⁵⁰ Lopes Gama anunciou sua secularização em *O Carapuceiro* nº 29 (16/agosto/1834). Um de seus primeiros biógrafos e amigo pessoal de Lopes Gama, associou essa secularização a dificuldades financeiras. Cf. Pedro Autran da Matta Albuquerque. “Biografia do falecido cônego da capela imperial, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”, in: *O Diário de Pernambuco* (30/04/1853).

indicados pelo chefe do executivo para regular possíveis excessos da câmara baixa, popular por natureza, cem por cento eletiva e temporária.⁴⁵¹ O problema foi, justamente, que o início dos anos trinta foi um período de reformas constitucionais, no qual esse modelo foi colocado em xeque. Além disso, os poderes provinciais estavam sendo criados. A forma pela qual seriam estruturadas as autonomias provinciais estava em debate na imprensa. Seria uma forma institucional que consagraria a soberania do povo, com uma câmara única detentora de amplos poderes? Ou seria uma forma mais próxima daquela formulada por Guizot e consagrada na Carta de 1824, com divisão de poderes e interferência do executivo no legislativo? Como a constituição seria reformada? Quem poderia ter direitos políticos? Eram, todas essas, questões em aberto. O ano de 1834, em especial, presenciou um acirrado debate público sobre qual deveria ser a forma de exercício da soberania.

Em agosto de 1834, Lopes Gama publicou artigo intitulado “O absolutista e o demagogo”, no qual reelaborou de forma criativa várias ideias formuladas por Guizot. Em um extremo, para o Padre Carapuceiro, estava a impiedade. Em outro, o fanatismo. O absolutista idolatrava o poder do príncipe. O demagogo, o poder da multidão. Para o demagogo, a soberania era derivada da simples existência humana. O demagogo colocava o poder na massa indistinta do povo e queria que todos gozassem de direitos políticos só porque eram homens. Esse sistema, para Lopes Gama, dividia a soberania em pequenas frações. Todos juntos a dividiam: o sábio, o trabalhador, o vadio, o rico, o mendigo, o homem honrado, o ladrão, o assassino e o louco. Assim, para o demagogo, a lei derivaria da “vontade geral”, e não do justo e do injusto. Continuava Lopes Gama afirmando que o absolutista buscava o poder à sombra do príncipe. Já o demagogo, à sombra do povo. O Escritor do Carapuceiro recorria à história para encontrar exemplos desses tipos políticos. A maior parte dos demagogos eram os jacobinos da Revolução Francesa: Saint-Juste, Robespierre e Barnave. Arrematava Lopes Gama afirmando que os detentores da soberania deveriam ser apenas aqueles que trabalhavam para si e para o bem público, ainda que os demagogos dissessem que a soberania residia no povo e que povo era todo o animal que falava e andava em dois pés. Na prática, acreditava ele, eram tantas as restrições censitárias para o exercício da cidadania que o poder supremo apenas residia, ao fim e ao cabo, na vigésima parte do povo. E Lopes Gama apoiava

⁴⁵¹ Para a interpretação de Lopes Gama acerca dos mecanismos constitucionais que selecionariam os mais capazes voltar ao **capítulo 2**, subtítulo **2.5**.

essas restrições, pois como o poder poderia ser igualmente repartido por um sábio, por um tolo, por um proprietário, por um comerciante, por um agricultor, por um artista, da mesma forma que por um salteador, um calaceiro e um réu de polícia? Ele defendia direitos civis para todos. Mas direitos políticos, o que para ele era o exercício da soberania, apenas para o proprietário, o empregado público, o agricultor, o negociante, o sapateiro, o pedreiro, o alfaiate e todos aqueles que subsistiam de seu trabalho ou indústria. Por fim, Lopes Gama indicava a fonte de seu pensamento, que não era Rousseau, mas Aristóteles, Cícero, Benjamim Constant, Bentham, Comte, Royer-Collard, Guizot, Pagés e Torombert. Excetuando os autores greco-romanos, a maior parte desses autores é composta de proeminentes ideólogos da França restaurada (1815-1830).⁴⁵²

Essa concepção sobre quem tinha capacidade para exercer de fato a soberania já havia sido explicitada um ano antes, isto é, em 1833, numa polêmica entre *O Carapuceiro* e *O Diário de Pernambuco*. Lopes Gama escreveu um artigo no qual criticou o caráter eletivo das altas patentes de Guarda Nacional, afirmando que a inversão da hierarquia social que ali poderia ocorrer era um disparate. Como um senhor de engenho poderia ser comandado por seu purgador? – questionava ele.⁴⁵³ Alguns dias depois de publicar esse artigo, um correspondente do *Diário de Pernambuco* questionou Lopes Gama se “um homem pardo sapateiro com qualidades de homem de bem (...) é inferior a outro qualquer e se deve gozar menos das Liberdades Nacionais do que um frade, um médico etc. e se é menos útil ao estado”. Ao que Lopes Gama respondeu:

O Sapateiro, o Ferreiro, o Barbeiro, etc., seja ele branco, pardo, preto, roxo, verde, azul, ou encarnado, logo que é livre, é cidadão, e deve gozar das Liberdades Nacionais, ou por outra dos direitos civis: mas dos Políticos não é assim: estes consistem na regalia de votar e ser votado; para o que faz preciso gozar de certa renda, e ter alguma ilustração mental: pelo que raro será o Sapateiro, o Ferreiro (...) que esteja nestas circunstâncias; porque muitos nem ler sabem.⁴⁵⁴

O critério que deveria ser levado em consideração era a instrução.⁴⁵⁵ Um oficial da Guarda Nacional não poderia, de forma alguma, prescindir dessa qualidade. Nenhum homem público poderia. A cor não era, ao menos no discurso, um critério seletivo. A

⁴⁵² *O Carapuceiro* nº 31 (30/agosto/1834).

⁴⁵³ Lopes Gama propôs uma modificação na lei que instituiu as Guardas nacionais: 1º) que de soldado até sargento a lei fosse mantida; 2º) que de alferes em diante, os eleitores de província mandassem uma lista tríplice ao presidente de província. Cf. *O Carapuceiro* nº 58 (22/junho/1833).

⁴⁵⁴ *O Carapuceiro* nº 60 (6/julho/1833), que debateu com um correspondente do *Diário de Pernambuco* que publicou no nº 137 (1833).

⁴⁵⁵ Cf. também *O Carapuceiro* nº 42 (2/março/1833).

condição de trabalhador mecânico também não. A renda, por si só, tampouco. Ela era um mecanismo para selecionar, tal qual propunha Guizot, os mais capazes.

A discussão pública sobre a forma pela qual a soberania seria exercida, entretanto, não girava apenas em torno de questões teóricas e sobre os critérios restritivos à cidadania política. O debate sobre o formato das instituições também foi intenso. Em relação à formação dos novos poderes provinciais, duas foram as questões centrais: 1º) se o presidente de província deveria ser eleito ou nomeado pelo imperador, e sobre quais deveriam ser os poderes deste; 2º) se o legislativo provincial deveria ser unicameral ou bicameral.

A partir de agosto de 1834, mesmo com as reformas constitucionais já finalizadas, Lopes Gama promoveu intenso debate com Cipriano Barata.⁴⁵⁶ O médico baiano o acusava de servilismo, ao que ele respondia que uma pessoa que censurou tantos atos da administração de sete de abril (regência *moderada*) não poderia ser servil. Em seguida, Lopes Gama repetiu a afirmação que tinha levado Barata a acusá-lo de ser realista. Acreditava o Padre Carapuceiro que o trono de D. Pedro II deveria ser mantido a todo custo, mas que mantê-lo sem deixá-lo nomear magistrados e presidentes de província era uma monstruosidade política.⁴⁵⁷ Abolir o poder moderador e passar parte de suas atribuições para o legislativo, deixando com o imperante apenas o veto suspensivo, tal qual propunha a Sociedade Federal da Bahia, era uma doutrina absurda, era transformar o imperador em um mero palhaço.⁴⁵⁸ Lopes Gama criticou Barata por insistir na ideia de presidentes eleitos. Afinal, a Câmara já havia aprovado as reformas constitucionais e uma proposta menos extrema que esta, a de que a província enviasse uma lista tríplice ao executivo, não havia sido aprovada. Para Lopes Gama, já havia excesso de eleições no Brasil. O povo já elegia os representantes no parlamento, conselheiros de governo, conselheiros de província, juízes de fato (júri), juízes de paz, as guardas nacionais e as câmaras municipais.⁴⁵⁹ Em seguida, Lopes Gama procurava mostrar que sua trajetória política era legítima. Ele havia, é bem verdade, defendido a manutenção da quantidade de processo eleitoral existente quando escrevera *O Popular*

⁴⁵⁶ O Ato Adicional foi sancionado em 12 de agosto de 1834.

⁴⁵⁷ *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 176 (14/agosto/1834), em debate com o *Sentinela da Liberdade* nº 5 (1834).

⁴⁵⁸ *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 191 (2/setembro/1834), que debate com o *Sentinela da Liberdade* nº 8 (1834), o qual transcreveu um parecer da Sociedade Federal da Bahia originalmente publicado no jornal soteropolitano *O Democrata*.

⁴⁵⁹ Trata-se de uma referência às instituições eletivas existentes entre 1824 e 1834, ou seja, antes do ato adicional.

(1830). Em 1834, porém, defendia poderes ao imperador. E que contradição havia nisso? – Lopes Gama questionava Barata. Afinal de contas, ele lutava contra os extremos. Outrora combateu o despotismo do rei, em 1834 combatia o despotismo do povo.⁴⁶⁰

E que importava se os presidentes de província fossem nomeados? – indagava Lopes Gama, em outra ocasião. Se eles desagradassem, a opinião pública reclamaria e seriam removidos. O Padre Carapuceiro exemplificou com o caso de Thomaz Xavier Gárcia d’Almeida, presidente *coluna* que caiu em 1830 junto o ministério chefiado por José Clemente Pereira após clamores nos espaços públicos.⁴⁶¹ Se os presidentes fossem eleitos isso não ocorreria, acreditava Lopes Gama, ou seja, um presidente injusto dificilmente seria deposto. O presidente eleito teria a seu favor um partido. Para tirá-lo do poder, apenas com guerra civil, acreditava o jornalista pernambucano. Instituem presidentes eleitos – desafiava ele – e certas famílias se apropriarão do cargo, criando verdadeiros ditadores. Já com presidentes nomeados, acreditava o Padre Carapuceiro, bastaria uma canetada para tirá-los do cargo. Evitar-se-iam, assim, guerras civis.⁴⁶²

Para dar sustentação a essa argumentação, Lopes Gama usava como exemplo os Estados Unidos e os vizinhos da América espanhola. O primeiro era o modelo ideal de democracia, de república, mas não deveria servir de espelho ao Brasil, pois os norte-americanos foram criados no “leite da liberdade”, ao contrário dos brasileiros, que viveram três séculos de despotismo. Cabia, pois, como já vimos, empreender primeiro a revolução moral, para que a revolução física, isto é, a institucional, fosse promovida naturalmente, sem solavancos. Tal formulação receberia a partir de 1834, como veremos no próximo capítulo, com a publicação do primeiro volume de *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, uma nova fonte de inspiração. Para o escritor francês, o *estado social*, isto é, os costumes de um povo, era o que deveria determinar o *estado político* desse mesmo povo.⁴⁶³ Os vizinhos hispânicos, por outro lado, eram o exemplo

⁴⁶⁰ *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 178 (18/agosto/1834).

⁴⁶¹ Cf. **capítulo 2** dessa tese, subtítulo **2.1**.

⁴⁶² *O Carapuceiro* nº 32 (6/setembro/1834). Sobre a discussão relativa a presidentes nomeados ou eletivos cf., ainda, *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 158, 160 (1834) e *O Carapuceiro* nº 36 (1834).

⁴⁶³ A ideia de subordinar as instituições políticas de um povo aos seus costumes já havia sido defendida por outros filósofos antes de Tocqueville, entre eles Rousseau, em *O Contrato Social*. Lopes Gama, antes de ter conhecimento de *Democracia na América*, também já veiculava essa ideia. Cf. *O Carapuceiro* nº 24, 58, (1832 e 1833), 29, 31, 32 e 36; *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 66, 69, 160, 163, 175 e 176 (1834). Para o olhar idealizado de Lopes Gama sobre os Estados Unidos, cf. *O Carapuceiro* nº 29, 32, 36 e 43 (1834); *Diário da Administração Pública* nº 160 e 163.

de uma população que fora criada no absolutismo, e que formaram repúblicas sem os pré-requisitos necessários, a saber, a ilustração, a educação moral e a supremacia do interesse público sobre o privado. Fizeram a revolução física antes da moral. Por isso, viviam em constante guerra civil.⁴⁶⁴

A segunda pauta central nos debates jornalísticos em torno das reformas constitucionais foi o formato que deveria ter o legislativo provincial. Lopes Gama, depois de aprovado o ato adicional, criticou o fato de a Assembleia Provincial ser composta apenas por uma casa. Ele sugeriu, para o caso Pernambucano, em vez de 36 deputados, 24 deputados e 12 senadores. Estes últimos de maneira nenhuma poderiam ser vitalícios. Para ser membro da Câmara alta, isto é, do senado provincial, seria preciso, segundo a proposta do Padre Mestre, maior idade e mais renda. Tanto os deputados, como os senadores provinciais, receberiam, segundo proposta de Lopes Gama, o mesmo salário. Dessa forma, os cofres públicos não seriam mais onerados do que já estavam sendo. Cipriano Barata e um correspondente do *Diário de Pernambuco* rebateram prontamente as propostas do Padre Carapuceiro, numa discussão que durou várias semanas. A argumentação de Lopes Gama se pautava na ideia de que uma só câmara tendia a ser despótica. “Tenho certa prevenção com Assembleias homogêneas” – advertia ele –, “pois nelas certos sujeito adquirem preponderância e arrastam todos atrás de si”. Ademais, continuava ele, seria fácil o governo subornar representantes reunidos em uma só casa. Em um senado, porém, isso não aconteceria com tanta facilidade, pois subornar proprietários com mais fortuna não era algo tão simples assim. Os corpos legislativos não eram isentos de paixão, acreditava o Padre Carapuceiro. “Depois da abdicação (...)” – lembrava ele – “a Assembleia Legislativa arrogou para si todos os poderes, e a maioria tornou-se não só Legislativa, senão Executiva, Judiciária e até Moderadora”. Ele chegou a usar o exemplo dos Estados federados norte-americanos, que, inicialmente, tinham uma só câmara, mas que, com o passar do tempo, foram, quase todos, instituindo senados.⁴⁶⁵

Algumas considerações merecem ser feitas a respeito desse debate. Em primeiro lugar, é nítida a contraposição entre duas formas de exercício da soberania. Um seria

⁴⁶⁴ Para a visão negativa que Lopes Gama sobre a América Espanhola, cf. *O Carapuceiro* nº 29 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 160 (1834).

⁴⁶⁵ Essa discussão foi realizada em *O Carapuceiro* nº 36 (4/outubro/1834), nº 43 (22/novembro/1834) e nº 48 (20/dezembro/1834). O debate foi empreendido com *O Sentinela da Liberdade* nº 14 (1834) e com o *Diário de Pernambuco* nº 553 (1834).

pautada na vontade popular, através de instituições que oferecessem menos entraves para se verificar a vontade da maioria. Eleições diretas, câmaras unas com imensas prerrogativas de poder, executivo provincial eletivo e extinção do poder moderador seriam alguns mecanismos institucionais importantes para que a soberania popular pudesse vigorar na prática. A outra forma de exercício da soberania, pautada nos ideais de razão e moderação, propunha outros mecanismos para conceder o poder apenas aos mais capazes: sistema bicameral, eleições em dois graus, mecanismos censitários excludentes e ampla divisão de poderes com proeminência do executivo central sobre os demais.

Em segundo lugar, é preciso destacar que mesmo com a sanção do ato adicional, em agosto de 1834, as discussões em torno das mudanças institucionais não cessaram. No Pará e na Bahia, ao que tudo indica, debates em torno de questões semelhantes a essas, colaboraram para gerar inquietações políticas que tiveram algum peso na eclosão da Cabanagem (1834) e da Sabinada (1837).⁴⁶⁶ As principais decisões políticas eram, sem dúvida, resolvidas dentro do parlamento. Mas elas também eram discutidas em outros espaços extra-institucionais, isto é, na imprensa e na rua.

3.6 - Restrição da cidadania política – a dimensão não institucional

Como bem frisamos na introdução dessa tese, os espaços públicos de discussão política estruturaram-se, sobretudo, em torno de duas instituições: imprensa e parlamento. A opinião pública, ente abstrato, mas também parte ativa no exercício da soberania, manifestava-se não apenas nas tribunas parlamentares. Periódicos, manifestações de rua, vozes, gritos e gestos compunham, sem dúvida, aquilo que os coevos passaram a chamar de opinião pública. Como já demonstramos no início desse capítulo, o início das regências foi um período no qual houve uma grande ampliação nos canais de participação política. Vários setores sociais que não eram aqueles considerados capazes por Lopes Gama entravam no outrora restrito mundo da política. Vários atores das mais diversas camadas socioeconômicas passaram a ter voz, seja através da redação de um dos inúmeros jornais que circularam no Recife e em Olinda, seja através de manifestações de rua. O Padre Carapuzeiro procurou, em seus escritos, deslegitimar a participação de setores sociais que não eram, em sua opinião, gabaritados para o mundo da política. Quem teria legitimidade para participar desse grande fórum

⁴⁶⁶Cf. André Roberto de A. Machado. “As reformas em sentido federal”; Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “Federação e República na imprensa baiana (1831-1836)”.

que era a imprensa? A rua era local para fazer reivindicações públicas? Estas eram questões que ele tentou responder.

No primeiro e no segundo número de *O Carapuceiro* tratou dos faladores que, quando iniciam um discurso, não param mais de exhibir sua erudição retórica. Lopes Gama preferia uma prisão incomunicável a ter que conviver com esses sujeitos verborrágicos. Tratando da gente ociosa, dos vadios que perambulavam pela cidade e que para ele eram os principais culpados pelas “rusgas” e “revoluções” que vinham se repetindo no núcleo urbano, reclamava:

Com efeito, enjoa ver por esse nosso mundo tanta gente ociosa, e todos profundíssimos Políticos (...). O alfaiate, em vez de estar em sua loja, cortando panos e fazendo roupa, traz a corda os fregueses semanas, e semanas; por que vive talhando Governos, gizando Constituições, e alinhavando rusgas: o Sapateiro já não quer saber de couros, e solas; só fala em Gazetas (...). Pois o Barbeiro, que dá para Publicista! Isso é uma peste; é nossa *Cólera Morbus*. Se o mando chamar para me limpar os queixos, não há Reino, de que não saiba notícias, não há Gabinete, que não traga no estojo, não há novidade com que não venha, bem pronta e afiada; e se me há de escanhoar a barba, escanho-me a paciência com Políticas (...).⁴⁶⁷

Lopes Gama tinha, pois, uma preocupação nítida ao iniciar sua campanha político-pedagógica em *O Carapuceiro*: ridicularizar os novos setores sociais que buscavam voz no mundo da política. Em outro número tratou dos pescadores de empregos públicos, isto é, daqueles que se aventuravam no processo eleitoral com o intuito de fisgar um sustento fixo. Metamorfoseando, ironicamente, cargos eletivos em variadas espécies de peixes, Lopes Gama demonstrou uma relativa saudade do Antigo Regime, época na qual o mundo da política era assunto privado e restrito. Escrevia ele que quando os “mares eram realengos (...) só pescavam os grandes pescadores válidos; e seus afilhados por especial privilégio; e ao Povo apenas é permitido pescar o miuçalho”, mas “hoje, que as águas do Oceano foram restituídas à Nação, não parece fora de Vila, e termo, que todos queiram ser pescadores”.⁴⁶⁸ Dessa forma, ele procurava demonstrar que não eram todos que poderiam pleitear cargos públicos, apenas uma minoria de pessoas aptas para tanto. Em outro artigo, intitulado “Os egoístas”, Lopes Gama buscou ridicularizar os “liberais papaguadores”. Para ele, a maioria dos que se diziam liberais só pensavam em seus interesses, não nos da pátria. Verdadeiros liberais eram raríssimos, segundo ele. Patriotas amigos da causa, e não da cousa, eram poucos. Esses,

⁴⁶⁷ *O Carapuceiro*, n. 2 (14/abril/1832).

⁴⁶⁸ *O Carapuceiro* n° 7 (9/junho/1832).

em sua opinião, eram os que menos “papagueavam” e os que não entravam em rugas.⁴⁶⁹ Assim, o Padre Carapuceiro ia moldando o tipo de pessoa que poderia ser considerada um verdadeiro liberal. Em primeiro lugar não poderia usar a rua como palco político, isto é, entrar em rugas. Em segundo lugar, não poderia “papaguear”. Mas o que seria, afinal, “papaguear”? Seria falar de política sem ter capacidade para isso.⁴⁷⁰

Um sujeito desqualificado “papagueava” tanto nas ruas, nos botequins, como através de periódicos. Em artigo intitulado “Os alvitristas”, Lopes Gama ironizou a avalanche de jornais que eram publicados em todo o Império. Ridicularizando os que se aventuravam em uma empreitada jornalística, ele escreveu que “entrando na cabeça de qualquer a mania de Redator ele se considera desde logo por uma fonte inesgotável de luzes, que não pode sofrer, [que] fiquem escondidas; pelo que trabalhando pelas [sic] derramar, alaga tudo com toda a casta de despropósitos”. Seguiu ele zombado das bisonhas epígrafes que ostentavam as gazetas, as quais, na maioria das vezes, não tinham nenhuma relação com seus títulos. Mas “periódico sem epígrafe é corpo sem alma”, e o que importava era arregimentar subscritores – arrematava acidamente. Seguiu troçando dos cabeçalhos com que os gazeteiros iniciavam os primeiros números, os quais eram repletos de lugares comuns, grande parte deles extraídos de algum livrinho francês. Aliás, qualquer pessoa que traduzia desse idioma já poderia ser considerada, segundo a aguda ironia de Lopes Gama, um filósofo, um economista. Procurando, contudo, se distanciar do outro extremo, isto é do absolutismo, ele já imaginava que algum *coluna* iria afirmar que todos os periódicos eram prejudiciais. Não – retrucava de antemão Lopes Gama –, pois existiam muitas gazetas úteis, verdadeiras atalaias da liberdade pública. Outros, no entanto, eram mais superficiais que a cabeça de um gamenho. Na sequência, ele criticava a implantação de eleições diretas no Brasil, mecanismo defendido por alguns publicistas da época, considerados utopistas fanáticos por Lopes Gama. Para ele, se houvesse eleições diretas, os postos mais importantes seriam dados a quem menos merece, pois aquele que mais “papagueia” consegue enganar o povo. “A república Periodioqueira é um Estado sempre turbulento, sedicioso e anárquico (...) – advertia o Padre Carapuceiro – e “cada redator, com poucas exceções, é um chefe de partido”. Aludindo à violência verbal, à sátira e aos ataques pessoais que

⁴⁶⁹ *O Carapuceiro* nº 14 (28/julho/1832)

⁴⁷⁰ Sobre os “papagueadores”, tanto os de botequim, de esquina, como os de periódico, cf. ainda *O Carapuceiro* nº 19, 31, 35, 36, 51 e 71(1832-1833)

eram frequentes na imprensa, ele disse que o povo estava tomando gosto pela “pimentinha”. Se um periódico viesse sem a tal “pimentinha”, os leitores faziam “beicinho” e diziam: “este nº (...) está muito sem graça”.⁴⁷¹

Como veremos ao final desse capítulo, *O Carapuceiro* foi um excelente mecanismo de afirmação eleitoral para Lopes Gama. Ao sentenciar quais eram os requisitos para poder fazer parte do debate público, ele definia um padrão de cidadão elegível. Um alfaiate legislando? Não era algo prudente, acreditava Lopes Gama.⁴⁷² Para participar da vida pública, seja institucionalmente, seja nos jornais ou nas ruas, era preciso ter instrução. Ele criticou, inclusive, a participação de estudantes do curso jurídico de Olinda nos espaços públicos. Em polêmica jornalística com o ainda jovem Nabuco de Araújo, o futuro “estadista do império”, ele disse que estudantes não poderiam ter bagagem literária suficiente para argumentar contra seu conhecimento acerca da “Soberania dos Eleitores”.⁴⁷³

Por fim, cabe explicitar que o Padre Carapuceiro procurou associar, várias vezes, seus antagonistas políticos a esses setores populares e turbulentos que não tinham a civilidade necessária para participar dos debates públicos. Na discussão que empreendeu com Cipriano Barata sobre o formato dos legislativos provinciais, o médico baiano afirmou que aquele que falasse em criação de senados provinciais deveria levar, ao menos, “lama na cara”. Para Barata, tal opinião estava respaldada nas “vozes do povo em suas conversações públicas”. Foi o mote que Lopes Gama precisava para desqualificar seu opositor. Em relação ao termo “lama na cara”, ele comentou: “Que sentença bem lançada! Que patriotismo tão filosófico! Lama na cara! (...) Viva o Sr. Barata, bisavô do Liberalismo.” Em relação ao fato de que jogar lama na cara era uma ideia que nascia de “vozes do povo”, Lopes Gama afirmou que o “Sr. Barata escuta as conversações da ínfima canalha, a que chama povo”. Seguiu Lopes Gama ironizando a casaca de algodão que Cipriano Barata usava. O médico baiano se vestia com roupa de algodão brasileiro para demonstrar, em oposição aos tecidos manufaturados ingleses,

⁴⁷¹ *O Carapuceiro* nº 24 (30/setembro/1832).

⁴⁷² *O Carapuceiro* nº 29 (3/novembro/1832).

⁴⁷³ O conceito de “Soberania dos Eleitores” foi inicialmente exposto por Lopes Gama no periódico *O Federalista*. A polêmica foi com o periódico *A Gamenha*, provavelmente escrito por Nabuco de Araújo e mais dois estudantes de Curso Jurídico de Olinda. Cf. *O Carapuceiro* nº 46 (10/março/1833).

amor à terra natal. Além disso, tal vestimenta o aproximava dos setores populares, os quais eram chamados de “farroupilhas”.⁴⁷⁴ Notem o tom ácido da ironia de Lopes Gama:

E será possível que um homem que aqui se nos encaixou vestido de casaca de algodão, como para dar nos uma lição de Economia Política; um homem que se diz mártir da Pátria (sermão que ninguém lhe encomendou) esteja servindo de eco às proposições dessa parte do povo, que só sabe combater atirando com lama na cara as opiniões de seus concidadãos? E diz que tanta sanha é pelo menos? O que será pelo mais? Já se vê, que será o cacete, o tiro, a bela facadinha, que são teoremas incontestáveis.⁴⁷⁵

Em outra discussão com Cipriano Barata, Lopes Gama afirmou que não era “capadocio de esquina”, de “botequim”.⁴⁷⁶ Já debatendo com um correspondente do *Diário de Pernambuco* e alegando a falta de preparo do povo brasileiro para o sistema republicano, afirmou: “bem conheço, que estas minhas ideias muito dessaboreiam à gente estouvada, e à numerosa classe dos bilhostres,⁴⁷⁷ e vadios”.⁴⁷⁸ Todas essas referências tentavam aproximar os opositores políticos de Lopes Gama à gente que, por exemplo, realizou a *setembrizada*.⁴⁷⁹ Essas referências tentavam associar os opositores de Lopes Gama à gente que buscava aliança com setores populares para realizar reivindicações públicas. À gente que tentava aliciar oficiais de baixa patente para empreender motins. À gente que, enfim, usava a rua como local legítimo para se fazer política.

Já realizada a análise sobre quem Lopes Gama considerava apto para participar da vida política dessa nova nação em construção, é preciso fazer uma quebra no texto e abordar um assunto que, como já foi possível perceber, foi central nos debates públicos realizados entre 1831 e 1834: as reformas federais. É preciso entender como um unitário da década de 1820 se tornou um federalista na década seguinte.

3.7 - As reformas federais – o renascimento dos debates públicos

Um embate, tipicamente americano, presenciou-se ao longo da formação dos novos estados nacionais que surgiram no Novo Mundo a partir do final do século XVIII.

⁴⁷⁴ Marco Morel definiu a indumentária de Barata como uma vestimenta utópica. Cf. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*.

⁴⁷⁵ *O Carapuceiro* nº 43 (22/novembro/1834). Debate com o *Sentinela da Liberdade* nº 14 (1834).

⁴⁷⁶ *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 176 (14/agosto/1834). Ver outra ironia fina àqueles que eram graduados nos botequins e esquinas em *O Carapuceiro* nº 33 (13/setembro/1834).

⁴⁷⁷ “Bilhóstre, s. m. Nome que por injúria significa estrangeiro”. Antônio Moraes e Silva. *Dicionário de Língua Portuguesa*.

⁴⁷⁸ *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 163 (1/agosto/1834).

⁴⁷⁹ Sobre a associação de seus opositores com a turba que levou a cabo a *setembrizada*, cf. *O Diário da Administração Pública* nº 115 (27/maio/1834). Em outra ocasião, Lopes Gama acusa o redator do jornal baiano *O Democrata* de estar preso por ser ladrão de firmas: *O Carapuceiro* nº 36 (4/outubro/1834).

Trata-se do embate entre federalismo e unitarismo. Basta lembrar que dois grupos políticos fizeram, entre 1830 e 1860, uma longa guerra no que hoje é a Argentina: o primeiro grupo se autointitulava *unitário* e o segundo grupo *federales*.⁴⁸⁰ Basta lembrar que, nos Estados Unidos da América, esse embate entre um governo central forte e a defesa de uma ampla autonomia dos Estados não ficou resolvido com a constituição de 1787. Na primeira década do século XIX, os intitulados democratas defenderam com unhas e dentes a autonomia dos estados de legislar sobre questões relativas ao fim do tráfico negreiro, para que o governo central não impusesse goela abaixo uma lei que pusesse fim à entrada de africanos nos Estados do sul, o que, ao fim e ao cabo, acabou por acontecer em 1807.⁴⁸¹ Os exemplos poderiam ser os mais variados.⁴⁸² Afinal, eram Estados em construção que tinham uma grande dimensão territorial e uma série de regiões, mais ou menos definidas durante a colonização, no seu interior. Os habitantes dessas regiões eram portadores de complexas noções de identidade e pertencimento político. Montar um aparato político e administrativo nestas vastas extensões não era tarefa fácil.

No Brasil, esse embate entre unitarismo e federalismo também foi um processo de longa duração. Se a discussão pública em torno de reformas federais ficou silenciada após a repressão à Confederação do Equador, tanto em Pernambuco como nas demais províncias, ela renasceu com intensidade em 1831. Borges da Fonseca, antigo aliado de Lopes Gama na campanha jornalística contra os *colunas*, foi, talvez, quem lançou essa temática novamente na imprensa. Já morando na corte, ele publicou, em março, uma série de artigos defendendo a adoção do sistema confederativo. Havia, à época, uma enorme confusão entre os termos *confederação* e *federação*. Hoje, esses dois sistemas são nitidamente distintos. Grosso modo, atualmente o primeiro modelo implica na

⁴⁸⁰ Cf. José Carlos Chiaramonte. *Cidades, Provincias, Estados. Orígenes da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009; Javier Domingues Arribas. “El Enemigo unitário en el discurso rosista (1829-1853). *Anuário de Estudios Americanos*. Tomo LX, 2, 2003; Pablo Buchbinder. “De la letra de la constitución a la realidad delas prácticas: formas de construcción del estado y la ciudadanía en tres estados rio-platenses durante la primera mitad del siglo XIX”. *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo 65, 1, 2008.

⁴⁸¹ Robin Blackburn. *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro : Record, 2002, pp. 285-314. Cf. também: Jack Greene. “Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativa”. *Almanack Brasiliense*. Nº 4, novembro de 2006; Vitor Izecksohn. “Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão”. *Topoi*. Rio de Janeiro, março de 2003.

⁴⁸² Para uma análise de conjunto das constituições formuladas entre 1810 e 1826 na América Ibérica, com especial atenção para a tensão entre federalismo e unitarismo, cf. Andréia Slemian. “‘Para além da boa ordem’: o papel das constituições nas independências da América Latina (c. 1810-1826)”. *Cadernos do CHDD*. Ano IV. Número especial. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

aliança entre vários Estados soberanos e o segundo indica a divisão de poderes entre o centro e as partes de apenas uma grande unidade soberana. No início do século XIX, porém, *federação* e *confederação* eram termos usados, por vezes, indistintamente.⁴⁸³

Lopes Gama, que então redigia *O Popular*, empreendeu uma polêmica com Borges da Fonseca, a qual ocupou dez edições de seu jornal. Lopes Gama afirmou que aquilo que Borges da Fonseca chamava de Confederação, na verdade não era Confederação. Para Lopes Gama, tratava-se apenas de reformas na Constituição que visavam dar mais amplidão aos conselhos provinciais. O Padre Carapuceiro acreditava que algumas reformas eram até aplicáveis, mas que outras seriam perigosas. Era aplicável, segundo Lopes Gama, dar maiores atribuições aos conselhos provinciais nas matérias consultivas e em representações. Era até aceitável mudar o nome de conselho para assembleia. Mas nunca, jamais, acreditava ele, dando a esse conselho, a essa assembleia, o poder legislativo. Estes órgãos provinciais deveriam estar sempre subordinados ao ultimatum da Assembleia Geral. Dessa forma, se a palavra final fosse sempre do legislativo central, esse sistema político não poderia ser chamado de confederação.⁴⁸⁴

Percebe-se que, para Lopes Gama, apenas do lugar onde estava depositada a soberania nacional poderiam sair leis. Podemos visualizar, nesse momento, uma concepção de soberania una e indivisível no discurso de Lopes Gama, ou seja, seu pensamento ainda parecia se mostrar em consonância com aquele que ele externara publicamente às vésperas da Confederação do Equador.⁴⁸⁵

Em outro artigo, publicado algumas semanas depois e ainda debatendo com Borges da Fonseca, Lopes Gama repetiu a mesma proposição. Novamente Lopes Gama discordou veementemente da ideia veiculada pelo jornalista paraibano de que as Assembleias Provinciais deveriam deter o poder legislativo. Lopes Gama citou Locke, o qual afirmava que o legislativo era supremo e por si só, constituía a soberania. Desta

⁴⁸³ Cf. Ivo Coser. “O Conceito de Federalismo e a Idéia de Interesse no Brasil do Século XIX”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 4, 2008, pp. 941 a 981; Idem. “Federalismo”, in: João Feres Júnior (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*.

⁴⁸⁴ *O Popular* nº 56 (22/março/1831).

⁴⁸⁵ Cf. capítulo 1, subtítulo 1.4. Sobre a construção do princípio de unidade como uma das premissas centrais da Revolução Francesa, cf. Pierre Rosanvallon. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo de 1789 a nuestros días*. Buenos Aires : Siglo XXI Editores, 2007, pp. 25-51. Ao longo da obra, Rosanvallon procura desmistificar que esse princípio, o principio de unidade, uma generalidade utópica gestada durante a Revolução, foi aplicado como modelo de Estado indiscutível e absoluto nos dois séculos que se seguiram à Revolução.

forma, não teria nenhum cabimento a proposta de Borges da Fonseca. As Assembleias Provinciais deveriam, pois, ser apenas consultivas. Elas não poderiam ser, segundo visão de Lopes Gama, depositárias da soberania. A soberania, isto é, o poder supremo, já havia sido delegado única e exclusivamente à Assembleia Geral.⁴⁸⁶

Nesse debate acerca do federalismo, tanto Lopes Gama como os federalistas norte-americanos acreditavam que era preciso olhar para as experiências passadas. No contexto da campanha pública para aprovar o texto constitucional em 1789, na América do Norte, o maior ícone desse movimento, o periódico *O Federalista*, se voltou ao passado, analisando as Confederações Gregas, as Confederações Medievais, as Modernas e, por fim, a Confederação Holandesa. Analisando todas essas experiências passadas, Madison, um dos redatores do jornal, chegou à conclusão de que todas essas experiências eram defeituosas. Nenhum desses modelos de confederação serviria de exemplo aos norte-americanos. E qual era o principal defeito? Segundo Madison, era a falta de um centro forte de poder. A falta de um centro forte capaz de colocar em prática a união dos elementos confederados. A falta de um centro forte com capacidade militar para impor suas decisões, com capacidade de unificar o comércio interno e externo. Dessa forma, os federalistas norte-americanos se colocavam como pioneiros. Cabia a eles inaugurar um novo tipo de federação e fazer funcionar uma união que nas experiências passadas fora sempre imperfeita. Cabia aos federalistas norte-americanos corrigir os erros das experiências passadas, constituindo um centro forte de poder capaz de colocar em prática suas decisões e de promover uma união perfeita.⁴⁸⁷

É preciso ter em mente, contudo, que o federalismo norte-americano do século XVIII e o brasileiro do XIX eram diferentes em sua essência. Enquanto os Estados Unidos nasceu sem um centro de poder e buscava constituí-lo, o Brasil já se tornou independente com uma capital pré-determinada, que buscava se constituir em um centro administrativo e político.⁴⁸⁸ Desmistifiquemos, entretanto, a imagem de que a Corte, o Rio de Janeiro, durante o primeiro reinado, tinha poderes efetivos sobre todo o território

⁴⁸⁶ *O Popular* nº 62 (13/abril/1832). Para uma análise do outro lado da discussão, isto é, as opiniões públicas de Borges da Fonseca, cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca”, texto apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011. Trabalhos biográficos sobre Borges da Fonseca em: Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. *A atuação política de um publicista*; Mário Márcio de A. Santos. *Um homem contra o Império*.

⁴⁸⁷ *O Federalista* nº. 18, 19 e 20.

⁴⁸⁸ Para uma análise que visualiza a anterioridade de um centro forte de poder em relação formação do Brasil como nação, cf. Maria Odila Leita da Silva. “A interiorização da metrópole”, in: Carlos Guilherme Mota (org.). *1822. Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986; Ilmar R. Mattos. “Construtores e herdeiros.”

nacional. Constitucionalmente realmente tinha, mas na prática, em um território continental, tratava-se de um centro político em processo de consolidação. Contudo, apesar dessa ressalva, é nítido que a direção do movimento federalista norte-americano foi oposta a do brasileiro. Um pretendia construir um centro de poder. Outro pretendia afrouxar os fortes laços constitucionais que atavam as províncias à Corte.

E Lopes Gama, como ele enxergava as experiências passadas em sua crítica ao federalismo de Borges da Fonseca? Para ele, jornalistas como o redator do *República*, eram até bem intencionados. Contudo, para Lopes Gama, tais ideias não tinham possibilidade de serem postas em prática. E por que não tinham possibilidade de serem postas em prática? Para responder a essas perguntas, Lopes Gama se voltou para as experiências presentes e pretéritas.

Para o redator de *O Popular*, uma confederação poderia ser ou republicana ou monárquica. Se fosse uma confederação monárquica, seria igual à organização política dos povos germânicos. Na Confederação Germânica, cada província tinha seu próprio príncipe. Esse sistema, por razões óbvias, seria inviável no Novo Mundo, pois cada província não teria à sua disposição uma família real. E se fosse uma confederação republicana? Lopes Gama demonstrava aversão a esse tipo de governo. Como já vimos, o Brasil, para ele, não estava predisposto à República. Ele recomendava que olhássemos para nossos vizinhos da América, há 20 anos em luta e banhados em sangue, que entenderíamos porque o Brasil não estava preparado para a República. Lopes Gama ainda considerava nossos vizinhos americanos mais adiantados na estrada da civilização do que o Brasil. Para ele era preciso ter virtudes para estabelecer a República,⁴⁸⁹ o que os brasileiros não tinham. Ademais, escravatura não combinava com Democracia, acreditava Lopes Gama. Aliás, esses vocábulos, democracia e república, se confundiam muitas vezes no discurso de Lopes Gama. E os Estados Unidos? Para Lopes Gama, como já vimos, os norte-americanos não nos serviam de exemplo, pois eles foram educados com moderação segundo a legislação da Inglaterra e eram um estado verdadeiramente livre. Lopes Gama concluiu afirmando que já nos bastavam os conselhos provinciais. Questionou, por fim: “Que melhor confederação do que a que já temos?”⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Concepção consagrada por Montesquieu em *O espírito das leis*, sobretudo na introdução da obra.

⁴⁹⁰ *O Popular* nº 53 (12/março/1831)

Em outro artigo, algumas semanas depois, Lopes Gama expôs essa ideia novamente. Desta vez, essa formulação apareceu mais elaborada. Ele criticou a proposta de Borges da Fonseca em relação ao artigo 3º da Constituição, que pretendia acrescentar o nome “federal” ao tipo de governo do Brasil. O acréscimo do nome “federal” ao tipo de governo do Brasil era algo absurdo, na opinião de Lopes Gama.⁴⁹¹ Para ele, existiam dois tipos de federação. O primeiro tipo de federação era a reunião de nações diferentes. O segundo tipo de federação era a reunião de províncias da mesma nação. O modelo federativo, contudo, se constituiria sempre na reunião de Estados independentes e soberanos. Esta é a definição de Lopes Gama para Federação: “A liga de Estados independentes e soberanos, por interesse recíproco, de baixo de certa direção”.⁴⁹²

O primeiro tipo de federação (a reunião de diferentes povos) tinha como exemplo a Confederação Germânica, que tinha 39 estados sob a suposta presidência da Áustria, a qual exercia uma chefia apenas nominal com pouquíssimo poder decisório. Para Lopes Gama, era o caos político. Esse tipo de federação, em sua opinião, não cabia ao Brasil, pois sua origem era a fraqueza dos Estados, que se uniam para se defender. O Brasil não precisava se unir a outras nações para se defender, concluía ele.

O segundo tipo de federação (reunião de povos que constituíam uma só nação) tinha como exemplo a Liga Anfictiônica da Grécia Antiga, as Províncias Unidas do Países Baixos, os Estados Unidos e os 22 cantões suíços. Essas confederações tinham um chefe, com mais ou menos poder, e um centro comum. Os Estados que constituíam a confederação eram independentes e soberanos. Por que esse tipo de confederação não era aplicável ao Brasil? – questionava Lopes Gama. Ao que respondia que nesse tipo de confederação preponderava o elemento democrático, com doses menores de Monarquia e Aristocracia. No Brasil, na opinião de Lopes Gama, deveria preponderar o elemento monárquico. Colocar “federal” no nome do tipo de governo do Brasil ofenderia aos princípios constitucionais, pois na lei máxima da nação, a monarquia estava acima da democracia.⁴⁹³

⁴⁹¹ A discussão sobre acrescentar ou não o nome “federal” ao sistema político do Brasil causaria na Câmara e no Senado, alguns meses depois, a partir de maio de 1831, acirradas polêmicas. Cf. Miriam Dolhnikoff. *O Pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 93-110; Andréia Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 223-251.

⁴⁹² *O popular* nº 59 (30/março/1831).

⁴⁹³ *Ibidem*. O debate sintetizado aqui se iniciou em 22 de março e durou até 30 de abril de 1831 e ocupou *O Popular* nº 56, 59, 61, 64, 65, 66, e 67.

O posicionamento de Lopes Gama nesse debate, todo ele ocorrido às vésperas da abdicação, mudou sensivelmente após o sete de abril. Logo após os motins de maio de 1831, ele encerrou a publicação de *O Popular*. Quando retornou, um ano depois, com *O Carapuceiro*, ele já era um federalista.⁴⁹⁴ Toda a argumentação construída por Lopes Gama descredenciando o Brasil ao sistema federal irá desaparecer de seus escritos públicos a partir de 1832. Ademais, quando a legislatura ordinária se reuniu após a queda do imperador, os debates em torno das mudanças constitucionais já haviam invadido o parlamento.⁴⁹⁵ Percebe-se que não havia uma relação hierarquizada entre as duas instituições estruturantes do espaço público, pois ora a imprensa repercutia o que era discutido no parlamento, ora ocorria o inverso.

3.8 - As reformas federais – a adesão de Lopes Gama e da opinião pública

Quando a legislatura ordinária tomou assento após a abdicação, em maio de 1831, os debates em torno da reforma constitucional já foram colocados como pauta central. Em outubro do mesmo ano, saiu da Câmara em direção ao Senado, o chamado projeto Miranda Ribeiro, o qual estipulava os artigos da Constituição que poderiam ser modificados pela legislatura seguinte, que tomaria assento em 1834 e seria eleita com um mandato diferenciado, ou seja, com prerrogativas de alterar a lei magna na nação. O projeto Miranda Ribeiro estipulava, entre outras resoluções, que o Império passasse a ser uma monarquia federativa, que fosse suprimido o poder moderador, o Conselho de Estado e o mandato vitalício dos senadores, que fossem criadas Assembleias Legislativas Provinciais, que fossem divididas as rendas públicas entre nacionais e provinciais e que fosse mudada a regência de trina para una. Antes que o Senado emitisse seu parecer em relação a esse projeto, e frente a um pedido de demissão da regência trina, houve a tentativa de transformar a Câmara dos Deputados em uma Assembleia Nacional com amplos poderes para modificar imediatamente o texto constitucional. Tal movimento, visto por parte da historiografia como tentativa de golpe de Estado, foi obstado e o caminho da reforma continuou a seguir os passos que a

⁴⁹⁴ No *Diário de Pernambuco* nº 61 (17/março/1831) Lopes Gama já avaliava que a natureza formara o Brasil para ser um sistema federativo. Às vésperas da abdicação, contudo, ele defendia o federalismo da mesma forma que defendia a república, ou seja, para um futuro distante. Interpretamos essa projeção de mudanças políticas para a um futuro distante como estratégia para que essas mudanças não fossem adotadas naquele momento histórico.

⁴⁹⁵ Para uma descrição detalhada sobre esses debates no parlamento, cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*, p. 93-110; Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 223-297

própria constituição estipulava.⁴⁹⁶ Indo ao Senado, reduto dos *caramurus*, o projeto Miranda Ribeiro voltou à Câmara, cerca de um ano depois, em agosto de 1832, com várias emendas. As propostas mais radicais foram suprimidas pela Câmara Alta, entre elas, a que propunha a nomenclatura de Monarquia Federativa ao Brasil, a que extinguiu o Conselho de Estado, a que acabava com a vitaliciedade do Senado e a que abolia o Poder Moderador.⁴⁹⁷

A reforma da constituição foi elaborada pela terceira legislatura (1834-1837), foi sancionada em 12 de agosto de 1834 e recebeu o nome de “Ato Adicional”. Ela representou o resultado de uma acirrada disputa entre a Câmara e o Senado em torno de diversas proposições. A vitaliciedade dos senadores foi mantida, sendo essa uma vitória da Câmara Alta. O Conselho de Estado, por sua vez, foi abolido, tal qual desde o início queriam os deputados. O fato mais importante da reforma foi, no entanto, a transformação dos Conselhos Provinciais em Assembleias, com ampla autonomia para legislar sobre questões locais.⁴⁹⁸ Era a afirmação da província como esfera de poder institucionalizado.

Antes de qualquer coisa, deve-se fazer a pergunta: por que Lopes Gama aderiu ao movimento federalista? É preciso notar que ele realizou exatamente o mesmo movimento dos *moderados* fluminenses, os quais antes da abdicação eram radicais opositores de reformas federais, mas que, a partir de maio de 1831, passaram, aos poucos, a abraçar a bandeira federalista e quando o ato adicional foi decretado, em 1834, se colocaram como os verdadeiros autores das mudanças constitucionais.⁴⁹⁹

Marcello Basile buscou entender essa mudança de posicionamento por parte dos *moderados* fluminenses. Em seu entendimento, existem três possibilidades para entender a adesão moderada ao federalismo. A primeira possibilidade é a de que os moderados, ao concordarem com a necessidade de que a lei máxima da nação precisava

⁴⁹⁶ Otávio Tarquínio de Souza e Paulo Pereira de Castro, por exemplo, enxergaram esse movimento como uma tentativa de um golpe de Estado. Cf., respectivamente, *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1988; “A experiência republicana, 1831-1840”, in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. Cf. também Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 252-254.

⁴⁹⁷ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O Pacto imperial*, p. 93-110; Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 223-297; Marcello Basile. “Unitários e federalistas: a ‘questão federal’ na imprensa da Corte”, in: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira Brito Fonseca. *Entre a monarquia e a república*, pp. 90-91.

⁴⁹⁸ Os presidentes de província continuaram sendo nomeados pelo Ministro do Império e poderiam se negar a sancionar a lei elaborada pela Assembleia Provincial. Esta, contudo, com dois terços dos votos de seus membros, poderiam derrubar o veto presidencial. Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial*, pp. 110-118.

⁴⁹⁹ Marcello Basile. “Unitários e federalistas”, pp. 89-101.

sofrer modificações descentralizadoras, pretendiam apenas esperar a temperatura do debate político baixar para depois voltarem à sua posição inicial de não tocar no texto constitucional. Como vimos, os moderados ajudaram a viabilizar, na câmara, a proposta de não se tocar na Constituição durante a terceira legislatura (1830-1833). Quem receberia poderes para tal tarefa seria a legislatura seguinte, a qual só poderia modificar ou suprimir artigos pré-determinados. Dessa forma, acredita Basile, que os moderados estariam aplicando uma operação política que até hoje é praxe dentro do sistema representativo, isto é, prorrogar a votação de um projeto para depois arquivá-lo. O autor prossegue elucidando o segundo aspecto de sua reflexão:

Havia, no entanto um motivo mais imperioso a impelir os *moderados* a levar a cabo as reformas constitucionais: o efeito fortalecedor que inicialmente tiveram sobre aqueles que realmente se identificavam com elas – os *exaltados* –, e a pressão crescente e ameaçadora dos movimentos de rua que pipocavam em várias partes do Império empunhando a bandeira federalista, sob a liderança *exaltada*.⁵⁰⁰ De tudo o que essa facção pleiteava, a campanha em favor da descentralização foi uma das poucas, senão a única, que parece ter realmente contagiado uma ampla parcela da opinião pública (principalmente, mas não só, nas províncias), a ponto de despertar o interesse dos *moderados*.⁵⁰¹

O terceiro ponto levantado por Basile diz respeito ao fortalecimento dos *caramurus*. Estes, ao emendarem no Senado vários artigos do projeto apresentado pelo deputado Miranda Ribeiro, fortaleceram-se politicamente. Os *caramurus* tornavam-se assim, cada vez mais, uma séria ameaça ao domínio moderado nas instituições governativas, ou seja, no Ministério e no Parlamento. Abraçar a causa federalista, significava, portanto, garantir aos moderados a maioria no legislativo, assegurar a governabilidade e aprovar projetos políticos que sofriam forte oposição dos *caramurus*, como por exemplo, a redução dos poderes concentrados pelo imperador.

Dos três pontos levantados por Basile, creio que apenas o segundo pode ser utilizado para entender a mudança de posicionamento de Lopes Gama. O Padre Carapuiceiro foi, como veremos, um beneficiário do Ato Adicional, colocando-se desde

⁵⁰⁰ Fazemos uma ressalva a essa colocação de Basile de que estouraram vários movimentos que empunhavam a bandeira federalista nas províncias sob a liderança *exaltada*. Em primeiro lugar, é temerário encarar o partido *exaltado* - ou qualquer outro partido existente na Corte - como um movimento nacional. Em segundo lugar, como veremos, o federalismo do início das regências nas províncias, especificamente em Pernambuco, abrigou setores sociais muito diversificados.

⁵⁰¹ Marcello Basile. “Unitários e federalistas”, p. 98. Basile reformula, de maneira mais refinada, a hipótese levantada por Augustin Wernet, o qual analisando a mudança de trajetória dos moderados paulistas em relação ao movimento federalista, interpretou-a como oportunismo político. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 110.

cedo como opção eleitoral à cadeira de deputado provincial. Não parece plausível, então, a ideia de que ele apoiou a descentralização política como estratégia para que, depois de arrefecidos os ânimos do movimento federalista, silenciasse sobre o assunto e ajudasse a engavetar a demanda por mais autonomia provincial. Travestido de federalista, desde cedo, ele percebeu que as reformas iriam ampliar a participação da elite provincial institucionalizada e que ele poderia ser um desses novos membros do grupo dirigente.

Associar a adesão de Lopes Gama às reformas federais a uma oposição aos *caramurus* é em parte, apenas em parte, uma associação possível. Pernambuco presenciou, entre 1832 e 1834, uma violenta guerra contra rebeldes imbuídos de um discurso restaurador. Apoiar reformas descentralizadoras era, também, uma forma de fazer oposição à restauração, aos *cabanos*, pois o projeto político destes últimos era notadamente unitário. Mas não se pode entender os *cabanos* pernambucanos e os *caramurus* fluminenses como um grupo político homogêneo. Abreu e Lima, líder restaurador pernambucano então residente na Corte, demonstrava, em correspondência privada a familiares, que não estava alinhado com as principais lideranças *caramurus* do Rio de Janeiro.⁵⁰² Ademais, é preciso frisar que Lopes Gama, ao criticar o “Rio de Janeiro” como ente abstrato que se opunha às reformas federais, simplificava a complexidade dos agrupamentos políticos que existiam na Corte. Lopes Gama atribuía a resistência às propostas federalistas aos “aduladores da regência”, aos “mandões da corte”, aos que se opunham ao “telegrafo das províncias do norte”, àqueles que queriam fazer as províncias serem em tudo dependentes do Rio de Janeiro. Lopes Gama colocava no mesmo bloco político os restauradores e a regência moderada, acusando esta, inclusive, de financiar os *cabanos* no sul de Pernambuco. O Rio de Janeiro, na fala do Padre Carapuceiro, era uma entidade política homogênea. Ao usar o vocábulo “Corte”, ou “Rio de Janeiro”, ele buscava juntar tudo o que havia de mais opressor, a seu ver, no cenário político de então: despotismo, restauração, levante cabano, submissão das províncias à Corte, oposição ao federalismo e, também, por vezes, a regência trina permanente. Ele não distinguia, portanto, os *moderados* dos *caramurus*. Tal confusão tinha uma intenção política nítida e remetia a símbolos já arraigados no

⁵⁰² Cf. “Carta do General Abreu e Lima e Luís Roma Sobre possibilidades de colaboração entre o partido Caramuru e os Cabanos”, publicada no *Diário de Pernambuco* nº 368 (18/abril/1834), apud. Manuel Correia de Andrade. *A guerra dos cabanos*, pp. 227-229.

imaginário político pernambucano desde 1824, pois buscava associar todos aqueles que se opunham às reformas federais a esse ente abstrato chamado Rio de Janeiro.⁵⁰³

Como já foi observado no início deste capítulo, os agrupamentos políticos existentes no Rio de Janeiro não existiam com a mesma nitidez em Pernambuco. Ao ser acusado de Caramuru, Lopes Gama respondeu:

Se Caramuru quer dizer partidista de D. Pedro I, promotor da restauração etc. etc. declaro perante o céu e a terra que não só não pertenço a essa despropositada cabilda, como lhe farei em meus escritos a mais implacável oposição (...). Se ser Caramuru porem é não ser adulator da Regência, e da atual administração; se ser Caramuru é fazer aos erros, e malversações do Governo aquela oposição legal, que entra na essência do Regime Representativo; neste único sentido confesso que sou Caramuru (...) ⁵⁰⁴

Na sequência, Lopes Gama explicou porque aderiu ao movimento federalista. Se fez oposição imediata quando Borges da Fonseca iniciou a campanha federalista em 1831 – justificava-se o Padre Carapuceiro – é porque receava “que ameaçada, como esteve grandemente, a própria Constituição, (...) viéssemos a perder com o novo pleito a Federação e mais a Constituição, e, por conseguinte, até a Independência”. Prosseguia ele afirmando que não lhe parecia assisada a repugnância do Senado a respeito das reformas Federais, porque “seria preferível transigir com o numeroso partido Federal (...) a fazer-lhe oposição, e ver por isso abismar o Brasil nos horrores da guerra civil” (observemos que o Senado não era identificado por Lopes Gama como reduto Caramuru). Por fim, ele concluía: “se estes são os sentimentos que animam os Caramurus, dou-me desde já por Caramuru, sem saber que o era”.⁵⁰⁵

Percebe-se, dessa forma, que, em agosto de 1832, havia grande confusão em relação ao vocabulário e às identificações políticas.⁵⁰⁶ Percebe-se, também, que a adesão de Lopes Gama ao federalismo se deu, segundo sua própria visão, porque não era mais possível “transigir com o numeroso partido federal”. Ou, repetindo a já citada proposição de Marcello Basile, havia uma “pressão crescente e ameaçadora dos movimentos de rua que pipocavam em várias partes do Império empunhando a bandeira federalista”, tendo sido a “campanha em favor da descentralização (...) uma das poucas,

⁵⁰³ Cf. *O Carapuceiro* nº 14, 19, 24, 33, 41, 42, 47, 48, 55, 65 e 66 (1832 e 1833).

⁵⁰⁴ *O Carapuceiro*, n. 19 (29/agosto/1832).

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

⁵⁰⁶ Já em fevereiro de 1834, ele demonstrava que as identificações políticas em Pernambuco estavam em consonância com as da corte, escrevendo um diálogo fictício entre “D. Cogumelos e D. Impófia, ambos columnas, caramurus, restauradores, ou cabanos, que é tudo la meme chose”. *O Carapuceiro* nº 3 (15/fev/1834).

senão a única, que parece ter realmente contagiado uma ampla parcela da opinião pública (...)).⁵⁰⁷

Para compreender melhor a adesão de Lopes Gama aos clamores federalistas, contudo, é preciso mapear como se deram as alianças políticas em Pernambuco no contexto pós-abdicação. Não sendo tarefa fácil identificar as diversas facções em um período no qual as opiniões estiveram tão pulverizadas, deve-se investigar como se formaram as duas principais associações políticas pernambucanas da época.⁵⁰⁸

3.9 - As associações políticas e o esvaziamento do conteúdo revolucionário do federalismo

Logo após a abdicação, em maio de 1831, foi fundada, no Recife, a Sociedade Patriótica Harmonizadora. Segundo memórias do líder maior da Sociedade e um de seus fundadores, Antônio Joaquim de Melo, os objetivos de tal organização eram apaziguar os ânimos, sustar a demissão em massa de autoridades, amparar os órfãos deixados pelas vítimas das revoluções anteriores e defender a Constituição, opondo-se, dentro dos meios legais, à restauração. Ainda segundo essas memórias, a *Patriótica Harmonizadora* era “o partido moderado e (...) tinha como órgão de imprensa o jornal o Harmonizador”.⁵⁰⁹

Meses depois, entre os acontecimentos da *Setembrizada* e os da *Novembrada*, em outubro de 1831, era publicado no *Diário de Pernambuco* um anúncio convocando interessados para fundar a *Sociedade Federal* na Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, no Recife. A despeito de já terem sido instaladas várias *Sociedades Federais* em outras províncias, a Câmara Municipal do Recife, presidida pelo líder da *Patriótica Harmonizadora*, Antônio Joaquim de Melo, elaborou uma representação acusando a *Sociedade Federal* de ser uma organização anárquica e criminosa, pois esta sociedade desejava o imediato decreto de “Federação das Províncias deste Império, atacando-se assim abertamente a Constituição Política jurada e forma do Governo atual”.⁵¹⁰ Mesmo acusada de ilegal, a *Sociedade Federal* ganhou corpo, realizando

⁵⁰⁷ Marcello Basile. “Unitários e federalistas”, p. 98.

⁵⁰⁸ Para outra interpretação em torno do federalismo de Lopes Gama no início do período regencial, cf. Luiz Sávio de Almeida. *Federalismo e região*.

⁵⁰⁹ Antônio Joaquim de Melo. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira* (1895), p. 189. Cf. também Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, pp. 51-100; Idem. *A guerra dos cabanos*, pp. 23-29.

⁵¹⁰ *Diário de Pernambuco* nº 223 (19/outubro/1831), apud Silvia Carla Pereira Brito Fonseca. “Federação

seções regulares entre 1831 e 1833, e publicando, de forma aperiódica, o jornal *O Federalista*.⁵¹¹

É necessário discorrer sobre alguns pontos para melhor entender os complexos arranjos e rearranjos políticos ocorridos em Pernambuco após o sete de abril e situar Lopes Gama nesse quadro. Em primeiro lugar, não se pode encarar a Confederação do Equador como um divisor de águas permanente da política pernambucana, separando os que a ela aderiram e os que a ela se opuseram como grupos políticos rivais desde 1824 até a Praieira, em 1848. Em segundo lugar, é preciso notar que, inicialmente, em 1831, existiram divergências entre as duas sociedades políticas em relação à forma de proceder a troca da elite dirigente pernambucana. Em terceiro e último lugar, é preciso ter em mente que, a partir de 1832, dentro do abrangente federalismo pernambucano do início das regências existiu uma variedade imensa de projetos e tendências políticas; além disso, só foi possível que o federalismo prosperasse como diretriz constitucional para a nação por ele ter se enquadrado no projeto hegemônico de seguir o caminho da legalidade, isto é, de seguir exatamente pelo caminho que ditava a Carta de 1824.

Primeiro ponto: *não se pode encarar a Confederação do Equador como um divisor de águas permanente na política Pernambucana*.⁵¹² É impossível negar que 1824 foi uma cicatriz que marcou a vida política das décadas seguintes. É impossível negar, como já foi colocado aqui, que a memória da Confederação do Equador foi um importante elemento dentro das disputas pelo poder durante todo o período de construção do Estado nacional brasileiro, ou seja, até a Praieira. Entretanto, alianças políticas são efêmeras. Alianças políticas, sobretudo dentro do sistema representativo, fazem-se e se desfazem ao sabor dos acontecimentos.

Vejamos exemplos concretos. Lopes Gama e Antônio José de Miranda Falcão estiveram de lados opostos antes, durante e logo após a Confederação do Equador. O primeiro defendeu publicamente o projeto unitário e foi responsável pelo fechamento da imprensa livre logo após a repressão imperial. O segundo foi o editor, entre 1823 e 1824, dos principais jornais federalistas, tendo passado brevemente pelo cárcere depois

e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)". *Saeculum*. [14]. João Pessoa, jan./jun. 2006, p. 58. Para uma análise panorâmica de algumas das sociedades políticas que se formaram no Brasil no início das regências, conferir Augustin Wernet. *Sociedades políticas*, pp. 21-43.

⁵¹¹ Foram encontradas as seguintes edições de *O Federalista*: nº 1 (1831), 2, 3, 4, 12, 13 (1832) e 37 (1833). Trata-se, pois, de uma documentação bastante fragmentada. As atas das sessões da Sociedade Federal eram, também, transcritas no periódico *Bússola da Liberdade*, que tem algumas edições disponíveis no site <http://www.brasiliana.usp.br/node/778> [acesso em setembro de 2011]

⁵¹² Pretende-se relativizar aqui, sobretudo, a visão de Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Augusto Dornelas Câmara. "A insurreição praieira". *Almanack Brasiliense*, nº 8, novembro de 2008.

de malogrado projeto revolucionário. Entre 1829 e 1831, contudo, eles foram aliados no debate público contra os *colunas*, inclusive trocando correspondências privadas. Lopes Gama foi correspondente quase diário, como vimos, dos jornais impressos por Miranda Falcão. Após a abdicação, porém, ocorreu novo afastamento, e os dois chegaram a trocar farpas na imprensa a despeito de ambos levantarem a bandeira do federalismo.⁵¹³

Vejamos agora a trajetória do irmão do líder da Confederação do Equador, Francisco de Carvalho Pais de Andrade, depois da anistia do sete de abril. Ele assumiu a presidência da província entre outubro de 1831 e setembro de 1832. Durante a tentativa de reprimir a instalação da *Sociedade Federal* empreendida pela *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, Francisco, então presidente, mostrou-se, como bem notou Manuel Correia de Andrade, “completamente afastado dos princípios que outrora defendia, ligando-se aos que combatiam a autonomia das províncias”.⁵¹⁴ Lopes Gama – repetidamente acusado na imprensa de hipócrita ao defender o federalismo em 1832 quando em 1824 havia sido unitário – aproveitou para ironizar aqueles que denominou de “moderados intolerantes”. Estes seriam aqueles que outrora pegaram em armas em prol do sistema federativo, mas que depois da abdicação queriam relegar a *Sociedade Federal* à ilegalidade. O rótulo irônico de “moderado intolerante” também poderia valer para Antônio Joaquim de Melo e Gervásio Pires Ferreira, proeminentes membros da *Patriótica Harmozadora* e antigos federalistas da década de 1820.⁵¹⁵

É interessante, também, olhar para a relação de Lopes Gama com o antigo líder da Confederação do Equador, Manuel de Carvalho de Pais de Andrade. Este voltou à Pernambuco em dezembro de 1831. Ao longo de 1832, tornou-se sócio da *Sociedade Federal*, exercendo inclusive a presidência da agremiação. Foi presidente da província entre junho de 1834 e abril de 1835, liderando com energia a luta contra os cabanos. E com sucesso também, pois foi quem conseguiu, depois de longos anos de luta, desarticular os rebeldes. Aparentemente, Lopes Gama e o ex-chefe da Confederação do Equador estiveram próximos publicamente em 1834. Na época em que Pais de Andrade

⁵¹³ Polêmica de Lopes Gama com o *Diário de Pernambuco* repetidas vezes. Cf. *O Carapuceiro* nº 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, (1833) e 44, 47 e 48 (1834). Para uma polêmica pessoal que travou com Miranda Falcão, cf. os dois lados da discussão em: *Diário de Pernambuco* nº 376 e 380 (1834) e *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 88 e 96 (1834).

⁵¹⁴ *Movimentos nativistas em pernambuco*, p. 132.

⁵¹⁵ Cf. *O Carapuceiro* nº 14, 19, 24, 33, 41, 42, 47, 48, 55, 65 e 66 (1832 e 1833). Gervásio Pires Ferreira, apesar de ser uma das proeminentes lideranças federalistas da década de 1820, não participou da Confederação do Equador, ao contrário de Antônio Joaquim de Melo, que foi preso tanto após a repressão imperial, como em 1829, no contexto da devassa dos pasquins. Lembremos que entre 1829 e 1831 Antônio Joaquim de Melo esteve no mesmo campo político que Lopes Gama.

presidia a província, O Padre Carapuceiro foi um dos mais assíduos correspondentes da gazeta oficial da província, o *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. Chegou até a defender publicamente o então presidente.⁵¹⁶ Um parente próximo de Lopes Gama, José Bernardo Fernandes Gama, o qual futuramente iria escrever *Memórias históricas da província de Pernambuco* [1844], era, em 1834, o responsável pelo *Diário da Administração*. Este primo de Lopes Gama também esteve no fronte da Guerra dos Cabanos. Lutou, portanto, sob os auspícios do presidente da província. A família Gama, inimiga de Pais de Andrade na década de 1820, parece que estava no mesmo campo político em 1834. Alianças são, portanto, provisórias. Por fim, observemos que Lopes Gama foi nomeado o primeiro diretor do Colégio dos Órfãos durante a administração do ex-líder da Confederação, em 1834. Entretanto, como observamos, algumas alianças políticas são efêmeras. Em 1835, Lopes Gama e Pais de Andrade já se envolviam em acirrada polêmica acerca da administração do recém-fundado Colégio dos Órfãos.⁵¹⁷

Encontravam-se, em suma, antigos revolucionários e antigos contrarrevolucionários tanto na *Patriótica Harmonizadora* como na *Sociedade Federal*.⁵¹⁸ Por outro lado, havia algo que unia ambos os agrupamentos: a tentativa de remover dos altos cargos governativos – da magistratura, dos cargos alfandegários e, sobretudo, das altas patentes militares – a nata dos contrarrevolucionários que acabou se encastelando como elite provincial desde 1824. Tratava-se da desforra contra os *colunas*. Os agrupamentos discordavam, contudo, na maneira de proceder essa renovação da elite dirigente. Para entender melhor essa questão é preciso passar para o próximo ponto de análise.

Segundo ponto: *inicialmente, em 1831, existiram divergências entre as duas sociedades políticas em relação à forma de proceder a troca da elite dirigente pernambucana*.⁵¹⁹ Essas divergências, ao que tudo indica, foram se diluindo ao longo de

⁵¹⁶ Cf. o nº 8, de 1834.

⁵¹⁷ Sobre esta polêmica, cf. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, pp. 75-78.

⁵¹⁸ Para uma prosopografia dos membros da *Sociedade Federal*, com a ênfase na atuação dos antigos revolucionários de 1824, cf. Silvia Carla Pereira Brito Fonseca. “Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)”. A lista dos principais membros da *Patriótica Harmonizadora* encontra-se em Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 64. Para verbetes biográficos de boa parte dos indivíduos citados ao longo do capítulo Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*.

⁵¹⁹ A apropriação dos cargos públicos se dava tanto por meio eleitoral como através de nomeações que partiam dos altos escalões imperiais. Lopes Gama teve um parente, José Bernardo da Gama, que se elegeu juiz de paz do importante distrito urbano da Boa Vista (cf. *Diário de Pernambuco* nº 345 e 387 de 1834). O Padre Carapuceiro e seu primo José Bernardo Fernandes Gama, diretor do *Diário da Administração*

1832, a partir do momento em que o conteúdo revolucionário da *Sociedade Federal* começou a ser esvaziado.

A principal diferença entre as duas principais sociedades políticas pernambucanas – além, obviamente, da postura em relação às reformas descentralizadoras – era a forma de se proceder a renovação da elite dirigente. A *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, fundada no contexto dos motins de maio de 1831, tinha como uma de suas metas “que não se prosseguissem as suspensões, deposições e perseguições de empregados e outras pessoas por suas opiniões políticas anteriores”.⁵²⁰ Se os motins de maio de 1831 exigiam a demissão em massa de autoridades, a *Sociedade Patriótica Harmonizadora* adotava uma postura de conciliação com os *colunas*.

Tal conciliação foi levada a cabo com sucesso até novembro, quando novo motim exigiu, como já vimos, “a expulsão da província, com a demissão dos cargos que ocupassem, se fossem funcionários, de várias pessoas consideradas absolutistas”. Os amotinados no forte das Cinco Pontas pediram destituição de várias autoridades, numa lista em que constavam vários elementos que depois liderariam a primeira fase da Guerra dos Cabanos. Não se pode afirmar que a *Sociedade Federal*, instalada um mês antes, apoiasse explicitamente esse projeto de destituir diversas autoridades através de um levante armado. Afinal, como uma sociedade política que tentava provar que não era anárquica nem ilegal poderia apoiar uma quartelada? Contudo, a posição assumida pela *Sociedade Federal* de mediadora do conflito denuncia uma promíscua proximidade dela com os rebeldes. Foi ela quem negociou, através de repetidas idas e vindas ao forte das Cinco Pontas, a rendição dos amotinados.⁵²¹ Em suma, tudo indica que esta sociedade, em novembro de 1831, estivesse mais distante da postura conciliadora da nova elite dirigente. Tudo indica que esta sociedade não concordava com a tentativa de sustar a demissão em massa de funcionários públicos empreendida pelo presidente Francisco de Carvalho Paes de Andrade e pelos *harmonizadores*.

Pública, se envolveram em polêmicas públicas sobre a nomeação do promotor da comarca de Olinda. A principal querela era entre a Junta de Paz – uma espécie de conselho deliberativo dos principais juízes de paz do Recife – e o promotor da Comarca de Olinda, Tavares da Fonseca. Tratava-se de uma disputa de jurisdição. Não estava claro quem tomaria as decisões para sanar um dos principais problemas daqueles anos: a circulação de moedas de cobre falsificadas. Lopes Gama e seu primo, obviamente, estavam ao lado da Junta de Paz, pois havia um membro da família Gama em seu interior. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 226 (1834) e *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 88 (1834). Sobre a troca da elite dirigente pernambucana ver, ainda, Marcus J. M. de Carvalho. “‘Aí vem o capitão-mor’?”

⁵²⁰ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 63-64.

⁵²¹ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 119.

Ao que tudo indica, Lopes Gama colaborou em algumas edições de *O Harmonizador*, o periódico oficial da *Sociedade Patriótica Harmonizadora*.⁵²² Tratando desse periódico, Alfredo de Carvalho escreveu que “parece ter nele colaborado Fr. Miguel do Sacramento Lopes Gama”.⁵²³ Luís do Nascimento, por sua vez, conjecturou que “alguns artigos devem ter disso escritos, dada a semelhança de linguagem, pelo padre frei Miguel do Sacramento Lopes Gama”.⁵²⁴ A única referência que se encontrou para confirmar essa informação foi um jornal de 1845 que faz menção ao fato de Lopes Gama ter participado da redação de *O Harmonizador*.⁵²⁵ O Padre Carapuceiro, contudo, não aparece na listagem dos sócios da *Patriótica Harmonizadora*.⁵²⁶ Se ele colaborou ou não com essa sociedade, é difícil precisar. Entretanto, ao que tudo indica, ele se afastou dos princípios dos “harmonizadores” de conciliarem-se com a elite dirigente *coluna*. Esse afastamento ocorreu, provavelmente, a partir das divergências explicitadas a partir da *Novembrada*, divergências decorrentes por conta da forma de proceder a troca da elite dirigente pernambucana.

Em junho de 1832, Lopes Gama criou um bordão que iria se tornar famoso no debate político da época.⁵²⁷ Tratava-se de uma ironia aguda àqueles que proferiam o dito: “eu não me quero comprometer”.⁵²⁸ Segundo o Padre Carapuceiro, quando corria o boato de que D. Pedro I desembarcaria no Recife, um homem que outrora combatera os *colunas* saía pela rua a abraçá-los. Tais sujeitos não podiam nem sequer ouvir uma palavra contra o ex-imperador que diziam: “não me quero comprometer”. Manuel Correia de Andrade interpretou que o “não me quero comprometer” significava uma crítica ao governo de Francisco de Carvalho Pais de Andrade, por este não ter reprimido de forma imediata a *Novembrada*.⁵²⁹ Propõe-se aqui interpretação diferente desse irônico bordão criado por Lopes Gama. “Não me quero comprometer” significava a falta de empenho em aceitar a reivindicação dos *novembristas*. Significava a falta de empenho em depor aqueles militares, magistrados e demais funcionários públicos

⁵²² O jornal circulou entre novembro de 1831 e setembro de 1832 de forma aperiódica.

⁵²³ Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, p. 140.

⁵²⁴ Luís do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*, v. IV, p. 89.

⁵²⁵ *A Carranca* nº 55 (1/jan/1846). Cf. o soneto “O sete caras”, no subtítulo 5.6 dessa tese.

⁵²⁶ Manuel Correia de Andrade. *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 64.

⁵²⁷ *O Carapuceiro* nº 6 (2/junho/1832).

⁵²⁸ Em 29 de setembro de 1832, o jornal *O Tubinambá* criticou veementemente a renúncia do presidente Francisco de Carvalho Pais de Andrade, o qual alegou motivos de saúde: “A quem diga que se lhe deve aplicar [a Francisco de Carvalho Pais de Andrade] aquele ditozinho do Carapuceiro - não me quero comprometer -; e certo é que este Sr. é bem sadio haja vista a revolução de 24.” Apud. Manuel Correia de Andrade. *A guerra dos cabanos*, p. 221.

⁵²⁹ *Movimentos nativistas em Pernambuco*, p. 113-127.

outrora vinculados aos *colunas*. Lopes Gama afirmava que se D. Pedro I chegasse em Pernambuco, todos os que se comprometeram e os que não se comprometeram iriam ser depostos de seus empregos públicos e substituídos pelos que chegariam com o imperador na expedição. Era uma crítica aguda a antigos confederados do Equador e também ao presidente Francisco de Carvalho Pais de Andrade, que assumiram o poder provincial depois da abdicação com uma postura conciliadora em relação a setores da elite dirigente arraigada nos cargos públicos desde 1824. Era uma forma sutil de apoiar as reivindicações de um motim de rua sem apoiar o motim propriamente dito.⁵³⁰

Mas o cenário político pernambucano era mais complicado ainda do que possa parecer. A animosidade entre a *Patriótica Harmonizadora* e a *Sociedade Federal* parece que só existiu no final de 1831. Em maio de 1832, ambas já cooperavam para que juntas pudessem auxiliar no combate à rebelião de Pinto Madeira no Ceará.⁵³¹ Passada a desconfiança depositada em torno da *Sociedade Federal*, ela passou a abrigar diversos setores que levantavam a bandeira da descentralização política. Observando duas listagens de sócios desta sociedade – a primeira de dezembro de 1831 e a segunda de agosto de 1833 – percebe-se um enorme afluxo de pessoas para seus quadros.⁵³² Observa-se a formação de um grupo bastante heterogêneo. Lopes Gama não consta na lista de 1831, apenas na de 1833. Ele entrou na *Sociedade Federal* durante o ano de 1832, foi ganhando proeminência até se tornar um dos principais correspondentes do jornal oficial da sociedade, *O Federalista*.⁵³³ As divergências entre as duas sociedades políticas pernambucanas, ao que tudo indica, foram se diluindo ao longo de 1832, a partir do momento em que o conteúdo revolucionário da *Sociedade Federal* começou a ser esvaziado. Para compreender melhor a heterogeneidade do federalismo pernambucano pós-abdicação é preciso passar ao terceiro ponto de nossa reflexão.

⁵³⁰ Lopes Gama posicionou-se repetidas vezes sobre a troca da elite dirigente que então se procedia. Na maioria das vezes eram referências indiretas, veladas. Cf. esse posicionamento, comentários de Lopes Gama acerca do processo eleitoral e sobre a pescaria de empregos públicos em: *O Carapuceiro* nº 3, 6, 7, 14, 19, 21, 22, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 46, 50, 55, 62, 67, 68 e 71 (1832 e 1833); *Diário de Pernambuco* nº 98, 109, 111 e 120 (1831).

⁵³¹ *O Federalista* nº 12 (22/maio/1832). A rebelião de Pinto Madeira foi um levante de discurso restaurador que ocorreu no sertão do Ceará, região do Cariri. Cf. Sócrates Quintino da Fonseca e Brito. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina : Projeto Petrônio Portella, 1985; Manuel Correia de Andrade. *Pernambuco e a revolta de Pinto Madeira*. Recife : Editora Nordeste, 1953.

⁵³² *O Federalista* nº 1 (30/dezembro/1831) e *O Federalista* nº 37 (29/agosto/1833). Cf. ainda Sílvia Carla Pereira Brito Fonseca. “Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)”.

⁵³³ Só dispomos de um número de *O Federalista* com colaboração explícita de Lopes Gama, o nº 37 (29/agosto/1833). Mas em *O Carapuceiro*, ele se refere a várias outras participações que fez no jornal oficial da *Sociedade Federal*. Ver, por exemplo, *O Carapuceiro* nº 46 (10/março/1833).

Terceiro ponto: *a partir de 1832, dentro do abrangente federalismo pernambucano do início das regências existiu uma variedade imensa de projetos e tendências políticas; além disso, só foi possível que o federalismo prosperasse como diretriz constitucional para a nação por ele ter se enquadrado no projeto hegemônico de seguir o caminho legalidade, isto é, de seguir exatamente pelo caminho que ditava a carta de 1824.*

Como já foi observado, o movimento federalista adquiriu uma enorme força na imprensa, nas ruas e no parlamento após o sete de abril. Adquiriu, pois, enorme força dentro dos espaços públicos, sobretudo nas províncias, onde o apelo por mais descentralização política era algo capaz de conquistar corações e mentes. Se na Corte a *Sociedade Federal* era um órgão notadamente vinculado aos *exaltados*, em Pernambuco ela acabou agrupando uma variedade enorme de pessoas. Nos quadros da *Federal* encontram-se um Nabuco de Araújo, futuro *Estadista do Império*, então estudante de Direito em Olinda, um Padre João Barboza Cordeiro, publicista bastante radical para época, e até mesmo Lopes Gama. São indivíduos que tinham diferentes projetos de futuro para a nação. Nabuco, mesmo jovem, seguramente não pretendia aprofundar a revolução de sete de abril e conceder mais espaço de participação política a setores não proprietários da sociedade. Como vimos, Lopes Gama também não. O Padre João Barboza Cordeiro, por sua vez, era favorável ao aprofundamento do processo revolucionário.⁵³⁴

Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, mesmo tendo mente que a *Sociedade Federal* não aglutinava, “em sua totalidade, ex-revoltosos egressos de movimentos republicanos [1817 e 1824]”, concluiu que ela “engendrava a construção de certa memória do passado que expressava por sua vez a afinidade doutrinária de grande parte de seus associados ao ideário republicano, a despeito das diferentes trajetórias políticas que seguiriam após a dissolução da Sociedade”. Prossegue a autora afirmando que “em nenhum jornal ligado à Sociedade Federal, foi encontrado qualquer artigo crítico à República como forma de governo, mas, ao contrário, a formulação de uma escala ‘evolutiva’ segundo a qual o federalismo representaria, por seu efeito político pedagógico, um passo em direção ao governo republicano.”⁵³⁵

⁵³⁴ Sobre o Padre João Barboza Cordeiro e o jornal que escrevia, *Bússola da Liberdade*, cf. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “‘Bússola da liberdade’: federação e república na imprensa pernambucana”. Não cabe aqui arrolar uma imensa bibliografia produzida acerca de Joaquim Nabuco. Observemos, apenas, que sua juventude seja, talvez, um dos períodos menos estudados.

⁵³⁵ Silvia Carla Pereira Brito Fonseca. “Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco

Pretende-se aqui lançar um olhar diferente sobre a *Sociedade Federal*. O eixo da hipótese aqui lançada é o de que a *Sociedade Federal*, assim como o federalismo brasileiro do início das regências, só conseguiu emplacar a reforma constitucional de 1834 porque, ao fim e ao cabo, ancorou-se no discurso da legalidade. Por legalidade entende-se, grosso modo, a manutenção da constituição e da monarquia.⁵³⁶ Acusada de ser ilegal, a *Federal* pernambucana teve que provar desde o início que não pretendia derrubar a monarquia. Seu jornal oficial, *O Federalista*, preocupou-se, repetidas vezes, em demonstrar que o federalismo era compatível com o sistema monárquico.⁵³⁷ Afirmar que o federalismo era uma preparação, um degrau, para poder, um dia, alcançar o sistema republicano, não era necessariamente defender a República.

Tal lógica argumentativa foi defendida de forma muito semelhante por Lopes Gama em seus escritos. O Padre Carapuceiro também acreditava que a felicidade futura estava na instalação da República. Todavia, como o povo brasileiro ainda não tinha os requisitos para tal forma de governo, era preciso, antes, prepará-lo. A federação era, então, um passo de aprendizado político em direção à República, pois ampliava a responsabilidade dos cidadãos em escolher os representantes que governariam a província. Pode-se afirmar que essa linhagem de argumentação defendida por Lopes Gama, e muito semelhante à encontrada em *O Federalista*, era, em essência, republicana? Afirmar que a república deveria ser adotada, não hoje, mas no futuro, era uma postura republicana?⁵³⁸ Lembremos que em política, postergar uma tomada de posição é uma estratégia para que essa mesma tomada de posição não seja aplicada de imediato. Os grandes defensores da continuidade do tráfico de escravos na década de 1830 afirmavam, repetidamente, que, um dia, no futuro, o tráfico deveria ser abolido.

(1831-1834)”.

⁵³⁶ Sobre a centralidade da lei e do processo legislativo na construção do Estado nacional brasileiro, Andréa Slemian. *Sob o império das leis*, pp. 17-45.

⁵³⁷ Cf. *O Federalista* nº 1 (1831), 2 e 3 (1832).

⁵³⁸ Lopes Gama defendeu que era inviável instituir uma federação republicana no Brasil, alegando que, diferentemente dos Estados Unidos, os brasileiros não foram criados com o “leite da liberdade”. Ele também forneceu, como exemplo negativo de federações republicanas o México e outros lugares da América Hispânica. *O Carapuceiro* nº 21, 29, 32 e 36 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 160, 163, e 169 (1834). Como já vimos, no subtítulo 3.7 desse capítulo, Lopes Gama, no início de 1831, negava a viabilidade de uma federação monárquica no Brasil. Para ver sua mudança de posicionamento, isto é, a defesa da compatibilidade entre monarquia e federação no Brasil, cf. *O Carapuceiro* nº 24 (1832), 21, e 32 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 160 (1834).

Deixar que o futuro se encarregue de tomar uma decisão é, muitas vezes, uma inteligente maneira de assegurar que essa decisão não seja tomada no presente.⁵³⁹

Ademais, flertar com o ideário republicano era importante para atrair parcela da opinião pública no multipolarizado contexto pós-abdicação, pois é impossível negar a relevância desse ideário para alguns setores sociais. Mas era necessário apenas flertar com o ideário republicano, jamais defendê-lo abertamente, visto que era crime atentar contra a integridade da monarquia. Além disso, como já observamos, dentro do abrangente federalismo pernambucano do início das regências existiu uma variedade imensa de projetos e tendências políticas, a republicana inclusive. Ela não era, porém, a tendência predominante. Se a *Sociedade Federal* foi, em seu início, formada por elementos mais radicais, aos poucos, foram entrando em seus quadros indivíduos mais conservadores, isto é, que não pretendiam continuar o processo revolucionário. Indivíduos que, assim como a corrente majoritária no parlamento, os ministros e os membros da regência trina permanente, ou seja, os *moderados* fluminenses, pautavam seu discurso em um eixo central: manutenção do *status quo* constitucional. Se esses indivíduos, tanto na Corte como nas províncias, transigiram em realizar reformas constitucionais, elas teriam que ser feitas, em sua visão, dentro dos procedimentos que a própria Carta de 1824 previa.

A ascensão de Lopes Gama dentro dos quadros da *Federal* pernambucana – afinal, ele se tornou redator de *O Federalista* – indica que essa corrente legalista e moderada passou, lentamente, a ter grande influência nesta sociedade. Indica, talvez, um dos motivos pelo qual a sociedade se dissolveu, sem maiores alardes, ao final de 1833. A diversidade de projetos e tendências políticas que se abrigaram dentro da *Sociedade Federal* pernambucana talvez explique o seu próprio fim. Em 1834, Lopes Gama polemizou publicamente, como já vimos, com Cipriano Barata e com o Padre João Barboza Cordeiro, este último ex-membro e fundador da *Federal* pernambucana. Como também já vimos, os opositores de Lopes Gama em 1834 estavam insatisfeitos com os rumos da reforma constitucional e mantinham estreito vínculo com a *Sociedade Federal* baiana.⁵⁴⁰ Parece que com a silenciosa dissolução da sociedade que congregava o tão diversificado federalismo pernambucano do início da década de 1830, houve um

⁵³⁹ Cf. Tâmis Parron. “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1-2-3, 2007, pp. 91-121.

⁵⁴⁰ Como já foi observado, Lopes Gama debateu, no *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 191 (2/setembro/1834), com o *Sentinela da Liberdade* nº 8 (1834), o qual transcreveu um parecer da Sociedade Federal da Bahia originalmente publicado no jornal soteropolitano *O Democrata*, redigido por João Guedes Cabral.

reordenamento do campo político. Aqueles que pretendiam aprofundar a revolução de sete de abril e se sentiam frustrados passaram a gravitar em torno da ainda atuante *Sociedade Federal* baiana.⁵⁴¹

O federalismo brasileiro, sobretudo o do início das regências, abrigou setores sociais muito diversificados. Essa base social tão ampla levou historiadores a interpretações muito diversas do fenômeno federalista. Sérgio Buarque de Holanda interpretou-o como um movimento arcaizante levado a cabo por elites regionais que pretendiam manter prerrogativas de poder existentes desde o período colonial.⁵⁴² Emília Viotti da Costa, por sua vez, relacionou o federalismo dos anos 1830 a uma vertente radical do liberalismo.⁵⁴³ A interpretação aqui proposta sobre as reformas federais não pretende simplificar um fenômeno altamente complexo, um fenômeno que levou historiadores de alto quilate, como Sérgio Buarque de Holanda e Emília Viotti da Costa, a interpretações tão diversas.⁵⁴⁴ Pretende-se propor aqui a ideia de que o federalismo do início dos anos de 1830 foi um movimento compósito, sobretudo nas províncias, o qual aos poucos foi sendo apropriado por uma corrente que não pretendia realizar grandes transformações sociais, por uma corrente que não pretendia conceder o exercício da cidadania política às camadas sociais não proprietárias. Uma corrente que não pretendia aprofundar a revolução de sete de abril, que pretendia seguir estritamente os passos indicados na constituição para realizar mudanças políticas. Essa foi a postura dos *moderados* na Corte. Essa foi a postura de Lopes Gama em Pernambuco, que fazia questão de não se vincular aos *moderados* fluminenses, apesar de reiterar que seu temperamento e sua postura política eram, filosoficamente falando, moderados. Como bem notou Andréia Slemian, “quando da saída de D. Pedro I da cena em 1831, e em face da pressão social para a transformação de bases políticas do regime, seria a Carta Constitucional que delimitaria a possibilidade de mudança”.⁵⁴⁵

⁵⁴¹ Sobre as divergências entre o federalismo de Lopes Gama e o de Cipriano Barata, o do Padre João Barboza Cordeiro e o de Domingos Guedes Cabral, cf., ainda, *O Carapuceiro* nº 21, 29, 31, 32, 33, 36, 46, 47, e 48 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 8, 158 e 178 (1834).

⁵⁴² Sérgio Buarque de Holanda. “A herança colonial – sua desagregação”, in: Idem(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. I. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 9-39.

⁵⁴³ Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo : Fundação Editora Unesp, 2007, pp. 133-171.

⁵⁴⁴ Para outras interpretações sobre o federalismo brasileiro do século XIX, cf., ainda, Vamireh Chacon. “Federalismo Aparente e Unitarismo Permanente.” *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 42, p. 41-53, 1976; José Murilo de Carvalho. “Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento”, in: Idem. *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2005, pp. 155-188.

⁵⁴⁵ Andréia Slemian. *Sob o império das leis*, p. 32.

Como já foi observado ao longo do capítulo, houve, após a abdicação, uma troca na elite dirigente pernambucana. Houve, inclusive, a ascensão ao poder de ex-confederados de 1824 anistiados após o sete de abril. Contudo, foi apenas com as reformas constitucionais que se abriu espaço para a ampliação e a consolidação dessa elite provincial.⁵⁴⁶ E ela seria conformada, sobretudo, através de processo eleitoral.

Em 1834, atento às mudanças que estavam ocorrendo, Lopes Gama se vale do capital político acumulado com o sucesso de seu jornal, *O Carapuceiro*, e se coloca como opção eleitoral. Contudo, a campanha eleitoral da época era sempre indireta. A tônica era jamais admitir que se estava almejando a cadeira de deputado provincial.

O Padre Carapuceiro comparou o processo eleitoral, repetidas vezes, a uma pescaria. O pescador seria aquele sujeito que pretendia fisgar um belo cargo público para proveito próprio, isto é, para garantir um ordenado fixo. O pescador pretendia ser eleito através de cabalas, ou seja, através de intrigas, de listas encomendadas. Lopes Gama, ao talhar a carapuça do pescador, colocava-se como um cidadão que não usava esses métodos, que não tinha esses objetivos escusos. Ao propor que os deputados provinciais não recebessem ordenados, pois a remuneração levaria pessoas ambiciosas a pretender o cargo, ele colocava-se como um possível deputado que não pretendia beneficiar-se financeiramente. Ademais, ele formulava um tipo de representante modelar, isto é, o representante proprietário. Ao aconselhar os eleitores, em 1834, a não votarem através de listas encomendadas, ela sugeria que um deputado deveria ter, acima de tudo, virtudes. Virtudes, essas, que ele sempre indiretamente procurava vincular à sua pessoa.⁵⁴⁷

Que virtudes seriam essas? Em primeiro lugar, como já foi destacado, ser proprietário. Em segundo lugar, ser ilustrado. Quando um jornalista fazia a clássica declaração de não ter luzes suficientes para discorrer sobre temas complexos de política, ele queria dizer exatamente o contrário, ou seja, que ele era uma fonte de luzes e pretendia iluminar o leitor com seus profundos conhecimentos. Os recorrentes embates

⁵⁴⁶ As instituições previstas inicialmente na carta de 1824 já concediam algum espaço para elites eleitas localmente. Os conselhos presidenciais e os provinciais eram formados através de processo eleitoral (cf. capítulo 2). Miriam Dolhinikof ressalta que uma das principais consequências do Ato Adicional foi a consolidação de uma elite política local, que passava a ter o direito, sobretudo, de tributar, de criar empregos e de realizar obras públicas. Para a autora, essas prerrogativas, essenciais no seu entendimento, não foram derogadas com o regresso conservador, isto é, com a revisão do Ato Adicional em 1841. Cf. *O pacto imperial*.

⁵⁴⁷ Cf. *O Carapuceiro* nº 6, 21, 33, 40, 41, 43, 46, 47 e 48 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 88, 110, 176 (1834).

entre jornalistas rivais em torno da correção gramatical e do bom uso das regras da retórica indicam que a erudição era uma característica primordial ao homem público. Por exemplo, ao ironizar Cipriano Barata por se autointitular Doutor, quando na verdade ele era apenas bacharel, Lopes Gama pretendia desmoralizar a pretendida erudição do adversário. Em terceiro lugar, era preciso ter envergadura moral. O Padre Carapuceiro, como aquele que pretendia corrigir os vícios da sociedade, colocava-se, automaticamente, como um agente moralizante.⁵⁴⁸

Ao delinear essas três características imprescindíveis a um representante do povo – ser proprietário, ilustrado e ter envergadura moral –, Lopes Gama buscava tirar a política das ruas. O proprietário não realiza manifestações de rua. Um erudito, por sua vez, em vez de pleitear seus projetos junto com a multidão, formula-os na imprensa, por escrito. Além disso, motins, levantes e manifestações de rua não estariam de acordo com a boa moral.

Para além do patronato, do clientelismo⁵⁴⁹, a imprensa se mostrou excelente mecanismo de afirmação eleitoral.⁵⁵⁰ Evaristo da Veiga foi eleito, em 1830, deputado por Minas Gerais sem jamais ter pisado naquela província. Seu jornal, o *Aurora Fluminense*, contudo, circulava nas vilas mineiras.⁵⁵¹ Um outro exemplo é o Padre Feijó. Assim como é difícil separar sua ascensão à regência de sua atuação como ministro da justiça, não há como desvincular sua escalada ao principal cargo da nação de sua atuação jornalística às vésperas da eleição.⁵⁵² O caso de Lopes Gama, contudo, indica que a repercussão de uma campanha jornalística talvez ficasse restrita aos grandes núcleos urbanos. Ele nunca conseguiu ser eleito deputado geral por Pernambuco, pois, como indicam as listas eleitorais, ele atingia expressivas votações apenas no núcleo urbano do Recife e de Olinda.⁵⁵³ Para uma cadeira no parlamento, talvez, fosse preciso contar com algo mais que um jornal de sucesso.

⁵⁴⁸ Disputas públicas em torno da correção gramatical e do bom uso das regras da retórica em: *O Carapuceiro* nº 44, 45, 46, 48, 57, 60, 61, 64, 66, 67, 71 (1832 e 1833), 32, 43, e 47 (1834). As polêmicas com Cipriano Barata foram recorrentes ao longo de 1834. Cf. *O Carapuceiro* nº 42, 43 e 46 (1834); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 158, 178 e 191 (1834).

⁵⁴⁹ Cf. Richard Graham. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1997.

⁵⁵⁰ Essa perspectiva, de aproximar a atividade imprensa da afirmação eleitoral, é trabalhada por Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa*.

⁵⁵¹ Cf. Otávio Tarquínio de Souza. *Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio Editora, 1960.

⁵⁵² Cf. Jorge Caldeira (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo : Editora 34, 1999.

⁵⁵³ O resultado dos principais colégios eleitorais de Pernambuco para o pleito de 1834 no *Diário de Pernambuco* nº 57 (2/janeiro/1835). Lopes Gama gabando-se por ter sido eleito deputado provincial com uma votação nunca antes presenciada no *Diário de Pernambuco* nº 252 (1835). Na maior parte dos

Uma nova nação estava em construção, imersa em uma cultura política na qual a palavra impressa ganhava grande importância. “Enquanto os outros periódicos de alto coturno” se diluíram no tempo, a burlesca fábrica de carapuças continuou a funcionar por cerca de 10 anos. Além de sua comprovada importância no debate público durante o início das regências, cabe levantar quanto *O Carapuço* foi decisivo para a afirmação de Lopes Gama no cenário político provincial. Lopes Gama se elegeu nas cinco primeiras legislaturas para deputado provincial a partir da instituição do Ato Adicional de 1834. Ele ocupou esse cargo, portanto, de 1835 a 1845.⁵⁵⁴ Sabe-se também que o Padre Carapuço ainda ocupou diversas funções no aparato educativo de Pernambuco ao longo da década de 1830. Em 1832, o governo retirou do Seminário de Olinda as cadeiras de humanidades, criando com elas o Colégio das Artes anexo ao Curso Jurídico. Lopes Gama, com sua cadeira de lente de Retórica assumida em 1817, transferiu-se para tal instituição, sendo que em 1839, foi jubilado dessa cátedra, recebendo a pensão anual de seiscentos mil réis. No ano de 1835, além de Lopes Gama se tornar deputado provincial, assumiu dois novos encargos: o de primeiro diretor do Colégio dos órfãos, fundado no mesmo ano, e a direção do Curso Jurídico de Olinda interinamente, desempenhando esse papel até 1839. Assim, em 1835 Lopes Gama assumiu um cargo eletivo e foi nomeado para outras duas funções públicas de bastante destaque. O sucesso de *O Carapuço* foi importante nesse nítido processo de ascensão profissional, social e política. A vitória que obteve na “arena dos gladiadores periodiqueiros” lhe garantiu um espaço de evidência na política pernambucana. O próximo capítulo tem como objetivo analisar a atuação de Lopes Gama como membro da elite dirigente provincial.⁵⁵⁵

pleitos, Lopes Gama atingia expressivas votações nas freguesias do núcleo urbano do Recife, mas em grande parte dos colégios eleitorais do interior ele não lograva o mesmo sucesso, o que indica que o capital político adquirido através atividade jornalística restringia-se, sobretudo, à população citadina. Ver, por exemplo, o resultado das eleições para a deputação geral em 1847. *Diário Novo* nº 268, 269, 270, 272, 273 e 278 (1847).

⁵⁵⁴ A primeira legislatura teve duração de três anos (1835-1837), as demais tiveram a duração de dois.

⁵⁵⁵ Cf. Luís Delgado. *Lopes Gama: textos escolhidos*, pp. 9-11; Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 82. Sobre a atuação de Lopes Gama como diretor do Curso Jurídico de Olinda, conferir Gláucio Veiga. *História das idéias da faculdade de direito de Olinda*.

CAPÍTULO 4 – O PADRE CARAPUCEIRO NA FORMAÇÃO DO REGRESSO (1835-1842)

Em março de 1836, Lopes Gama, já se identificando como o Escritor do Carapuceiro, escreveu um artigo no *Diário de Pernambuco* intitulado “Progressistas e Regressistas”. Segundo ele, “não se fala em outra coisa se não em progresso e regresso”.⁵⁵⁶ Ele mostrava estar atendo à formação dos dois grupos políticos que iriam coordenar o debate público no Brasil até pelo menos 1842.

A partir de 1835, começaram a se formar os dois agrupamentos políticos que futuramente iriam se tornar o partido conservador e o partido liberal. No período analisado nesse capítulo, essas denominações ainda não estavam definidas. Os futuros conservadores eram ainda chamados de *regressistas*, *partido da maioria* (devido à supremacia parlamentar estabelecida em 1838), *partido da ordem* ou *saquaremas*. Já identificados como *liberais*, o segundo grupo ainda era chamado de *luzias*, *partido da minoria*, *partido da oposição* ou, como Lopes Gama evidenciou, *progressistas*.⁵⁵⁷

Essa polarização, aliás, não esteve presente apenas no Brasil. Após a revolução de julho de 1830 na França, a qual repercutiu em todo o mundo atlântico, o ritmo das mudanças políticas foi acelerado, como vimos no capítulo anterior. Algumas lideranças políticas perguntavam se as transformações não estavam ocorrendo de forma muito rápida. Seria preciso frear o impulso revolucionário que aumentara a participação política de boa parte da população? Qual seria o ritmo ideal para efetuar as transformações históricas? Guiados por essas inquietações, formaram-se, na França, o *parti du mouvement* e o *parti de la résistance*. A partir de 1835, os povos germânicos já se dividiam em *Liberalen* e *Conservativen*. Na Inglaterra, os tradicionais *Wighs* e *Tories*, a essa altura, eram denominados, respectivamente, de *Conservative party* e *Radicals*.⁵⁵⁸

Em Portugal, após a Convenção de Évora Monte (1834), a qual pôs fim à guerra civil portuguesa e expatriou D. Miguel, a Carta de 1826 foi instituída. Nessa nova fase

⁵⁵⁶ *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/mar/1836). Cf. a definição que o editor do *Diário de Pernambuco* formulou para o *regresso* e o *progresso* na edição nº 13 (18/jan/1836).

⁵⁵⁷ O Partido da Ordem se autodenominaria Partido Conservador apenas a partir da década de 1850. Jeffrey D. Needell. “Formação dos partidos políticos no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”. *Almanack Brasiliense*. Nº 10. São Paulo, novembro de 2009, p. 12.

⁵⁵⁸ Tâmis P. Parron. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2009, pp. 88-89.

da história portuguesa, o grupo que mais se assemelhava aos conservadores de outros rincões do mundo era o cartista. Estes defendiam a manutenção da Carta Constitucional de 1826, praticamente uma cópia da Constituição Brasileira de 1824. Os cartistas sofreram um duro golpe em 1838, com a revolução de setembro, a qual reinstituiu a Constituição de 1822.⁵⁵⁹ Como bem definiu Christian Edward C. Lynch, “comparado ao legitimismo ou tradicionalismo, a principal característica da ideologia conservadora propriamente dita foi a de constituir, não uma reação ao advento do governo constitucional e representativo, que ela apoiava, mas de resistência àquilo que ela julgava exagerado nas propostas do liberalismo de esquerda”.⁵⁶⁰ Assim pensavam os cartistas portugueses, assim pensavam os *regressistas* brasileiros.

Lembremos que para a os coevos a ideia de formar um partido era vista com desconfiança. Um partido, no pensamento de época, representaria interesses particulares, não gerais. Ideias que fossem contra a vontade geral da nação eram vistas como facciosas e anárquicas. A noção hoje cristalizada de que dentro do sistema representativo é imprescindível uma oposição ainda não estava consolidada. Opor-se à vontade da nação era algo, teoricamente, intolerável. O objetivo da política da primeira metade dos oitocentos era buscar o consenso, não fomentar o embate entre ideias divergentes.⁵⁶¹

Entretanto, apesar da teoria política do período não tolerar a divergência no seio da vontade geral, os partidos políticos se formaram. Foi uma formação lenta e gradual. Obviamente, o grau de coesão partidária esteve muito distante do padrão do século XX. Este capítulo tem como objetivo, pois, analisar o posicionamento do Padre Carapuceiro dentro do processo de polarização partidária iniciado em 1835.

Em que pode contribuir a análise do posicionamento público de um padre/político provinciano dentro do processo de polarização partidária? Qual é a contribuição historiográfica que esse tipo de estudo pode trazer? Os estudos sobre a

⁵⁵⁹ Para uma análise do pensamento *setembrista* e *cartista*, a qual tem enfoque no liberalismo econômico, mas acaba por trazer importantíssimas reflexões sobre a conjuntura política portuguesa da década de 1830, cf. Maria de Fátima Bonifácio. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa : Estampa, 1991.

⁵⁶⁰ “O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)”. *Lua Nova: revista de cultura e política*. Nº 74. 2008, p. 70.

⁵⁶¹ Adam Przeworski. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”; Jeffrey D. Needell. “Formação dos partidos político no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”, p. 1.

formação dos partidos políticos no Brasil ainda não responderam algumas questões.⁵⁶² A historiografia ainda não explicou satisfatoriamente, por exemplo, como esses agrupamentos tornaram-se nacionais.⁵⁶³ De que forma esses partidos conseguiram lançar seus tentáculos por todo o império? Qual era o grau de coesão nacional desses grupos? Analisar a atuação pública de Lopes Gama entre 1835 e 1842 ajudará a responder essas perguntas. Mais especificamente, ajudará a entender de que forma as ideias do *regresso* se alastraram pelo Brasil e qual era o grau de coesão do ideário *regressista*.

Defendemos a tese de que havia um local central para a formação desses grupos políticos: o *parlamento*. Nisto, aliás, alguns estudiosos convergem.⁵⁶⁴ As alianças nasciam nas seções da Câmara dos Deputados e no Senado. Grandes oradores tornavam-se líderes do partido. As falas parlamentares tornavam-se as diretrizes desses agrupamentos. A *imprensa*, por sua vez, tinha a função de tornar essas diretrizes mais ou menos nacionais. Os periódicos, ao espalharem os debates legislativos por todas as províncias, cumpriam a função de fazer com que os projetos *regressistas* ou *liberais* tornassem-se nacionais. Ao longo dessa tese, defendemos a circularidade entre esses dois grandes pilares estruturantes do espaço público, isto é, *imprensa e parlamento*. Em outros termos, eles seriam espaços complementares. Entretanto, para se pensar o grau de coesão nacional dos partidos políticos imperiais, acreditamos que existe uma pequena hierarquização entre *imprensa e parlamento*. Veremos, ao longo do capítulo, que a experiência parlamentar na corte fluminense tinha maior capacidade de alinhar um político provinciano às diretrizes de um agrupamento do que o debate jornalístico. A convivência cotidiana nas sessões da câmara era capaz de irradiar para as províncias maior coesão partidária do que palavras impressas nos jornais. Quanto mais próximo do debate parlamentar um político provinciano estivesse, mais provável o alinhamento dele com as diretrizes do *regresso* ou dos *liberais*.

⁵⁶² Um ótimo balanço historiográfico sobre os estudos que buscaram entender os partidos políticos imperiais foi elaborado por Júlio Bentivoglio. “Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no império”. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 3, p. 535-556, 2010.

⁵⁶³ Jeffrey Needell concorda que ainda não foi devidamente explicado como os partidos políticos imperiais estenderam-se até as províncias. “Formação dos partidos político no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”.

⁵⁶⁴ Jeffrey Needell defende essa tese. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford : Stanford University Press, 2006. Ilmar R. Mattos, em *O tempo saquarema*, apesar de não formular claramente a ideia de que os partidos políticos adquiriam coesão através do parlamento, ao usar falas parlamentares para distinguir *saquaremas* de *luzias*, acaba por referendar essa noção. José Murilo de Carvalho também se valeu da documentação parlamentar para explicar o que ele denominou *O teatro de sombras*, isto é, a cena político-partidária do segundo reinado.

Apesar da inegável centralidade da câmara e do senado no processo de polarização política iniciado em 1835, é preciso ter em mente que a província tinha uma vida política própria. Veremos, no subtítulo 4.1, que o espaço público provincial ganhou, nesse mesmo ano, uma instituição que tornou o debate político muito mais dinâmico: a *Assembleia Provincial*. Veremos também, no subtítulo 4.2, de que forma o legislativo local recém-instituído forjou sua própria maneira de implantar as ideias do *regresso conservador*. Visto que estudos sobre Assembleias Provinciais ainda são raríssimos na historiografia, este capítulo pretende ser uma contribuição que ajude a pensar o lugar dessa instituição na formação do Estado nacional brasileiro.⁵⁶⁵

O partido *regressista* se formou durante a oposição parlamentar ao regente Feijó (1835-1837). O padre paulista renunciou em setembro de 1837, passando a regência, como ditava a Constituição, ao ministro do Império, o pernambucano Pedro de Araújo Lima, que depois seria eleito e manter-se-ia até a maioria (1840). O *regresso* instalou-se no poder com o ministério das capacidades, também conhecido como ministério de 19 de setembro de 1837, cujo líder era o titular da pasta do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Esse gabinete concentrou amplos poderes quando a quarta legislatura (1838-1841) tomou assento na câmara, pois esta era composta em sua maioria por parlamentares alinhados ao Partido da Ordem. As principais reformas políticas, jurídicas e constitucionais que o *regresso* empreendeu foram a interpretação do Ato Adicional (1840), a reforma do Código de Processo Criminal e a restauração do Conselho de Estado (1841).

A Lei de interpretação do Ato Adicional distinguiu o que seriam empregos provinciais do que seriam empregos gerais, cerceando um pouco a autonomia das Assembleias Provinciais para criar e suprimir qualquer tipo de emprego, sobretudo os vinculados ao judiciário. Era a centralização do judiciário a partir da corte. O Conselho de Estado foi um dos órgãos previstos pela Carta de 1824 e extinto pelo Ato Adicional dez anos mais tarde, sendo que seus componentes eram vitalícios e nomeados diretamente pelo Imperador. O auge da carreira de um homem público era receber o cargo de Conselheiro de Estado. Esta instituição – uma das mais conservadoras do

⁵⁶⁵ Para estudos que procuram pensar o lugar das assembleias provinciais na formação do Estado nacional brasileiro, cf. Maria de Fátima Gouvêia. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008; Idem. “Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira, Rio de Janeiro, 1820-1850”, in: *Almanack Brasiliense*. Nº 07, maio de 2008; Miriam Dolhinikoff. *O pacto imperial*; Rodrigo da Silva Goularte. “Assembléia Provincial do Espírito Santo e Governo Geral do Brasil: relações políticas (1835-1840)”. *Revista Ágora*. Vitória. Nº 11, 2010.

Império – foi recriada em novembro de 1841, voltando a possuir uma imensa gama de poderes, entre eles a faculdade de auxiliar o imperador no momento de usar o poder moderador. A reformulação do Código de Processo Criminal retirou grande parte da autoridade policial e judiciária anteriormente exercida pelos juízes de paz. Judicialmente, estes magistrados populares perderam o direito de formar culpa e de julgar contravenções e crimes sujeitos a pequena penalidade. Suas atribuições policiais foram, então, transferidas para os Chefes de polícia, Delegados e Subdelegados, sendo todos esses cargos nomeados a partir do centro.⁵⁶⁶

Durante muito tempo, essas reformas foram vistas como a reconstrução do Estado unitário no Brasil, ou seja, como a anulação do federalismo implantado com Ato Adicional em 1834.⁵⁶⁷ Recentemente, esse paradigma foi questionado por Miriam Dolhnikoff, a qual levantou a hipótese de que a lei de interpretação do Ato Adicional não cerceou o poder das Assembleias Provinciais, mas apenas definiu melhor que poderes ficariam concentrados na corte fluminense e que poderes ficariam a cargo das províncias. Ainda segundo Dolhnikoff, o que houve foi apenas uma centralização do judiciário. No poder legislativo, segundo ela, houve somente uma redefinição das atribuições inerentes às partes e ao centro.⁵⁶⁸ Neste capítulo, ao analisar a implantação de algumas ideias do *regresso* efetuada pela Assembleia Provincial de Pernambuco, com notável liderança de Lopes Gama, verificaremos que houve, antes da centralização judiciária, uma reforma *regressista* completamente distinta. Nessa reforma liderada por Lopes Gama nas tribunas do parlamento provincial e na imprensa local, pouco importava a centralização do poder judiciário. O eixo dessa reforma era aperfeiçoar o sistema repressivo e de controle social. Para isso, acreditava Lopes Gama, era preciso acabar com os cargos eletivos no judiciário e diminuir a importância do júri.

Veremos, também, ao longo desse capítulo, como o Padre Carapuceiro construiu todas suas propostas políticas reformistas tendo como base a argumentação de que o povo brasileiro não estava preparado para a democracia (subtítulo 4.3). Ao bem da verdade, ele reelaborou e apurou ideias que vinham sendo defendidas desde o início da década de 1830. Por fim, no subtítulo 4.4, verificaremos o posicionamento do Padre

⁵⁶⁶ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*, pp. 107-129; Rosa Maria Vieira. *O Juiz de paz do Império a nosso dias*, pp. 215-230; Lei n. 105 – de Maio de 1840 e Lei n. 234 – de novembro de 1841.

⁵⁶⁷ Sobretudo José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*; Ilmar R. Mattos. *O tempo saquarema*. Apesar de serem trabalhos com abordagens muito diferentes entre si, essas duas obras compartilham a ideia de que o Estado brasileiro estabelecido a partir de 1837 era altamente centralizado.

⁵⁶⁸ *O pacto imperial*.

Carapuceiro em relação à política da escravidão, isto é, verificaremos sua opinião pública sobre a lei de 1831, a qual aboliu o tráfico de africanos para o Brasil. Veremos que sua breve passagem pelo parlamento como deputado geral, em 1840, foi capaz de fazer com que ele se alinhasse aos *saquaremas* em sua política de reabrir as comportas do tráfico negro.

Antes de passarmos ao corpo central do capítulo, cabe destacar que com a morte de D. Pedro I e a dissolução do partido restaurador, em 1834, os escritos públicos de Lopes Gama repetiram à exaustão a ideia de que sem um povo verdadeiramente religioso, as melhores instituições políticas fracassariam. Este ideário já se fazia presente no início do período regencial. Entretanto, com a Guerra dos Cabanos pacificada e sem a iminente ameaça restauradora, era possível defender a importância da religião dentro do Estado liberal sem correr o risco de ser acusado de fanático, absolutista, *coluna* ou cabano. A partir de 1835, portanto, a defesa do catolicismo como elemento fundamental para o bom andamento das instituições governativas ocupou lugar central nos escritos de Lopes Gama.⁵⁶⁹

⁵⁶⁹ Não será realizada uma discussão aprofundada sobre o tema nessa tese. Tal discussão merece uma análise mais aprofundada. Cabe destacar, apenas, que já é hora de a historiografia deixar de contrapor os princípios fundamentais de um Estado liberal oitocentista à religião. Entender que a religião era um elemento que não se encaixava na formação de um governo representativo do século XIX é lançar sobre o tema um olhar teleológico reducionista. Esse tipo de olhar, que é panorâmico e enxerga o século XIX em conjunto com o XX, cristalizou a noção de que o Estado moderno, para atingir um pleno desenvolvimento, deveria apartar-se completamente da religião. Na mente de um homem da primeira metade do século XIX, contudo, não existia essa oposição Estado e religião. Lopes Gama foi, ao mesmo tempo, um agente construtor de um governo representativo, constitucional e liberal, e um defensor de uma ampla participação da igreja católica nas instituições governativas. Para uma análise que entende o rumo do Estado liberal oitocentista, no caso o brasileiro, inexoravelmente vinculado à secularização da esfera pública, cf. Gilson Ciarallo. “O Tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política.” *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 19, p. 85-99, 2011. Idem. “Autonomização dos poderes espiritual e temporal no Brasil do século XIX: extinção do padroado e secularização da esfera política.” *Universitas Humanas*, v. 7, p. 1-28, 2010. Lopes Gama, em 1835, criticou veementemente na imprensa a desapropriação dos bens das ordens religiosas regulares. Esse longo e caloroso debate aconteceu, sobretudo, com o jornal *A Voz do Beberibe*. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 74, 77, 80, 92, 114, nº de 4/ago/, 148, 149, 153, 173, 174, 181, 188, 200 e 205. Além de defender publicamente as ordens religiosas, Lopes Gama atuou na Assembleia Provincial no sentido de aprovar leis que garantissem a entrada de noviços nessas ordens. Cf. *Diário de Pernambuco* de 20/ago/1835 e nº 122 (7/jun/1835). Em 1836, Lopes Gama ainda traduziu, de M. J. B. Duvoisin, Bispo de Nantes, um texto que intitulou “Tolerância”. Esse texto, em suma, defende que o Estado não deve, em hipótese alguma, realizar perseguições por motivos religiosos. Contudo, apesar de Duvoisin advogar pela tolerância religiosa, o Estado deveria ter, em sua concepção, uma religião pública reconhecida e protegida pela lei, além de arcar com as despesas do culto. “A religião e o governo são duas potências distintas,” – afirmou o Bispo de Nantes conforme tradução de Lopes Gama – “mas que por seu próprio interesse, e dos povos devem existir estreitamente unidos”. Se a religião ajudava o governo, prosseguia Duvoisin, inibindo a corrupção dos juízes e diminuindo os crimes, o governo deveria, portanto, ajudar a religião. Em síntese, o Bispo de Nantes defendeu a independência da Igreja perante o Estado, o qual, contudo, deveria ter a sua religião oficial e tolerar as demais crenças, visto que a tolerância é um princípio cristão.

4.1 – A nova dinâmica dos espaços públicos provinciais e a estabilidade política

No dia primeiro de abril de 1835, foi inaugurada a Assembleia Provincial de Pernambuco. Por ironia do destino, o presidente de Pernambuco que fez a fala de abertura foi Manuel Carvalho Pais de Andrade, o antigo líder da Confederação do Equador. O presidente exaltou o Ato Adicional, afirmando que ele atendia a um antigo clamor, a autonomia provincial. Para ele, a instituição que então nascia tinha o “exercício parcial dessa fração [Pernambuco] da Soberania do Povo”.⁵⁷⁰ Um projeto de tipo federalista finalmente era implantado.

A primeira lei aprovada pela assembleia e sancionada pela vice-presidência, em 29 de maio de 1835, tinha apenas um artigo: “o dia 1º de abril, Aniversário da Primeira Representação Provincial, será festejado com embandeiramento e salvas de vinte e um tiros nas Embarcações de Guerra e Fortalezas (...)”.⁵⁷¹ Era nítida a preocupação dos

Entretanto, a tolerância não deveria ser ilimitada, sendo o Estado responsável por promulgar penas contra os que divulgam o ateísmo. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 62, 63, 75, 79, 81, 84, 90, 99, 101, 108, 113 e 116 (1836). Duvoisin foi nomeado Bispo de Nantes em 1802, durante o império napoleônico, e o texto traduzido por Lopes Gama provavelmente foi extraído de um livro seu publicado em 1804, *Démonstration évangélique, suivi d'un Essai sur la Tolerance*. A relação entre Igreja e Estado estabelecida por Napoleão, portanto, provavelmente serviu de inspiração para Lopes Gama. Cf. Darrin M. Macmahon. *Enemies of the Enlightenment*. The French Counter-Enlightenment and the Making of Modernity. New York : Oxford University Press, 2001, p. 236. Por fim, cabe destacar que Lopes Gama traduziu e publicou, em 1839, em forma de panfleto, a obra *A Religião Cristã demonstrada pela conversão e apostolado de S. Paulo por Lyttelton* (Recife : Typ. de M. F. de Faria). Em síntese, essa pequena obra procura demonstrar que São Paulo não foi um impostor, não foi um visionário nem tampouco foi iludido por alguém. Em outros termos, a obra procura demonstrar que o milagre presenciado por São Paulo que o levou a se tornar um apóstolo de Cristo realmente ocorreu. Tal milagre, busca demonstrar Lyttelton, não foi inventado maliciosamente por São Paulo, não foi fruto de uma imaginação supersticiosa e nem foi idealizado por outrem para iludi-lo. Toda a argumentação de Lyttelton baseia-se em princípios racionais. A interpretação que esse autor faz dos evangelhos pauta-se, portanto, em uma exegese bíblica racionalista. Lord Jorge de Lyttelton (1709-1773) escreveu essa obra na Inglaterra na primeira metade do século XVIII. Segundo Lopes Gama, na introdução dessa tradução, “os ímpios do século passado, e ainda do presente, empenhados em desacreditar o Cristianismo, usaram da tática de compor e espalhar folhetos, pequenos contos, &c., onde derramavam facilmente todo o veneno da incredulidade, e imoralidade: acertado pois me parece que pelo mesmo meio se aplique o antídoto”. Não é fortuito o fato de Lopes Gama ter traduzido um autor de uma época em que o cristianismo era duramente questionado por uma filosofia racionalista. Esse autor, Lyttelton, tentou, portanto, reverter a situação justamente valendo-se de uma argumentação racional. Durante o processo de construção do Estado nacional brasileiro era preciso reafirmar a veracidade da religião cristã em bases racionais. Sobre o início do século XVIII como uma época em que o cristianismo foi duramente questionado por uma filosofia racionalista cf. Paul Hazard. *Crise da consciência europeia: 1680-1715*. Lisboa: Cosmos, 1948 [1935]. Para uma análise da importância que o jornal *O Carapuceiro* conferiu à religião para o bom funcionamento do sistema representativo e constitucional, definindo seu pensamento como uma releitura do catolicismo ilustrado ibérico do século XVIII, cf. Ariel Feldman. *O império das carapuças*, pp. 131-142.

⁵⁷⁰ “Fala de abertura da Assembleia Provincial” (01/abril/1835), no *Diário de Pernambuco* nº 51 (06/abril/1835).

⁵⁷¹ *Coleção de Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco dos Annos de 1835 e 1836*. Tomo 1º. Recife : Typ. de M. F. de Faria, 1836, p. 3. Assim como o Conselho Provincial, o local das sessões era o Forte do Matos, construído em 1684. Apenas em 1876 o legislativo pernambucano passou para a sede atual, que hoje se conhece como Palácio Joaquim Nabuco.

deputados em demonstrar publicamente a força dessa nova instituição. Fica nítido, também, que o espaço público provincial ganhava uma nova dinâmica. Com uma Assembleia Local Deliberativa, e não apenas Consultiva, como era o extinto Conselho Provincial, Pernambuco ganhava um novo centro irradiador de discussão política.

O que era discutido na imprensa local também era nas tribunas da nascente assembleia. As divergências entre deputados provinciais também extravasavam para os jornais. Todos os temas colocados em pauta pelos periódicos pernambucanos durante o pleito de 1834 ocuparam, de alguma forma, a plenária. Vejamos um exemplo de como se processou essa complementaridade entre *imprensa e assembleia provincial*.

Uma das questões mais debatidas durante o processo eleitoral foi o problema do “chanchã”, a moeda falsificada de cobre. Lopes Gama, que já havia lançado inúmeras propostas na imprensa para tentar solucionar o problema,⁵⁷² foi eleito para a comissão que ficaria responsável por avaliar todos os projetos sobre o meio circulante.⁵⁷³ Esse foi, sem dúvida, um dos temas mais sensíveis da política pernambucana de meados da década de 1830. O tema se tornava mais delicado porque ainda não estavam claras quais eram as atribuições da Assembleia Provincial e da Geral em relação a vários aspectos, inclusive sobre o controle da emissão de moedas. O projeto apresentado pela comissão à Assembleia Provincial foi assinado por Lopes Gama como deliberação, mas Urbano Sabino Pessoa assinou, com restrições, como decreto.⁵⁷⁴ Em outros termos, Lopes Gama não queria invadir atribuições exclusivas do legislativo nacional. Sabino Pessoa, por sua vez, queria resolver esse problema de forma imediata através do poder local. Algum tempo depois de o projeto ter sido apresentado, a Assembleia Provincial enviou uma representação à Assembleia Geral pedindo urgência na resolução do problema, informando que a lei geral de outubro de 1833 não resolvera a questão. Os deputados provinciais pernambucanos clamavam à representação nacional que adotasse as medidas por eles sugeridas, visto que estavam de mão atadas, pois não tinham competência para legislar sobre a emissão de moedas.⁵⁷⁵ A decisão de não invadir

⁵⁷² As propostas de Lopes Gama para resolver o problema do meio circulante durante o pleito eleitoral de 1834 se encontram em *O Carapuceiro* nº 42, 44, 47 e 48. Cf., ainda, *Diário de Pernambuco* nº 226 (1834) e *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 88 (1834).

⁵⁷³ Acta da 17ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial (29/abril/35), no *Diário de Pernambuco* nº 77 (11/maio/1835).

⁵⁷⁴ Projeto nº 36 da Assembleia Provincial de Pernambuco, no *Diário de Pernambuco* nº 82 (16/maio/1835). Além de Lopes Gama e Urbano Sabino Pessoa, o outro membro da comissão que também assinou o projeto foi Luiz Rodrigues Sette.

⁵⁷⁵ Carta transcrita no *Diário de Pernambuco* nº 131 (25/julho/1835).

atribuições constitucionais da Assembleia Geral foi uma vitória de Lopes Gama, que adotou uma postura diferente de outros deputados provinciais, tal qual Urbano Sabino Pessoa e Gervásio Pires Ferreira.⁵⁷⁶

Gervásio Pires Ferreira, aliás, abdicou de seu cargo de deputado provincial em 30 de abril, com a justificativa de estar em “estado morboso e por não corresponder os seus trabalhos aos seus desejos”. Imediatamente, Lopes Gama buscou, sem sucesso, inviabilizar o pedido de demissão de Gervásio Pires, alegando que parecia que “o mesmo Snr. Deputado se retirava por não ter sido aprovado o art. 6 do seu projeto sobre o meio circulante”.⁵⁷⁷ Verdadeira ou não a tese de Lopes Gama, segundo a qual Gervásio Pires demitiu-se da Assembleia Provincial por não ter aprovado suas ideias em relação ao meio circulante, essa discussão mostra o quão candente era o tema. O excesso de moeda de cobre circulando e o processo inflacionário que isso gerava afetavam a todos. Afetavam a população pobre, que só usava essas moedas em suas pequenas transações cotidianas. Afetavam grandes comerciantes, como Gervásio Pires, o qual, provavelmente irritado depois de derrotado na plenária provincial, abdicou do cargo de deputado. Não era exagero quando a comissão liderada por Lopes Gama para resolver a questão fiduciária afirmou que a província estava reduzida “à última calamidade”.⁵⁷⁸

Esse exemplo que trouxemos dos debates relativos ao meio circulante serve para ilustrar como se dava a relação entre *Assembleia Provincial* e *imprensa*. Gervásio Pires e Lopes Gama, depois que o primeiro largou sua cadeira de deputado, ainda realizaram longas discussões no *Diário de Pernambuco*.⁵⁷⁹ Em suma, o que era discutido na plenária extravasava para os jornais e provavelmente para os botequins e para as ruas. Assim aconteceu com o debate relativo à construção de pontes e estradas provinciais. Assim aconteceu com o debate relativo à navegabilidade dos rios, ao encanamento das águas, ao fomento a imigração estrangeira, à construção de casas de correção e a outros

⁵⁷⁶ Em debate jornalístico com Gervásio Pires Ferreira, Lopes Gama afirmou que seu opositor invadia, em vários de seus projetos, inclusive no projeto relativo ao meio circulante, atribuições da Assembleia Geral. Lopes Gama refutou, no *Diário de Pernambuco* nº 84 (19/maio/1835), uma carta de seu antagonista inserta em *O Velho Pernambucano* nº 14.

⁵⁷⁷ Acta da 17ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial (30/abril/1835), em *Diário de Pernambuco* nº 78 (11/maio/1835).

⁵⁷⁸ Projeto nº 36 da Assembleia Provincial de Pernambuco, no *Diário de Pernambuco* nº 82 (16/maio/1835).

⁵⁷⁹ O debate entre Lopes Gama e Gervásio Pires Ferreira encontra-se no *Diário de Pernambuco* nº 84, 97, 100, 119 e 140 (maio a agosto de 1835)

milhares de assuntos. A discussão poderia nascer na imprensa e adentrar no paço do legislativo provincial. Poderia acontecer o inverso também, ou seja, um assunto poderia nascer em plenária e se tornar um franco e agressivo debate jornalístico. Uma breve comparação entre a discussão travada na imprensa durante o pleito de 1834 com as atas da Assembleia Provincial de 1835 e as leis que emanaram dessa instituição comprova essa complementaridade entre *imprensa e legislativo provincial*.⁵⁸⁰

Por um lado, houve uma retração dos espaços públicos após a aprovação do Ato Adicional, em 1834, com uma diminuição significativa do número de periódicos publicados tanto na corte como em Pernambuco.⁵⁸¹ Por outro lado, um novo elemento, a instalação do Legislativo Provincial, agregou dinamismo às discussões políticas em âmbito local.

Entretanto, é preciso fazer uma ressalva em relação a essa nova dinâmica do espaço público provincial. A Assembleia Provincial nasceu sem a capacidade de publicar anais, ou seja, de publicar as falas dos deputados. O *Diário de Pernambuco* publicava apenas as atas das sessões, que são resumos muito concisos dos trabalhos legislativos. Apenas a partir de 1843, o *Diário* passou a publicar os resumos das discussões. Os primeiros anais da Assembleia Provincial, contendo os discursos dos representantes na íntegra, são de 1845. O serviço de taquigrafia não era, portanto, algo fácil de ser instaurado em âmbito provincial.⁵⁸² A presente pesquisa fica, dessa forma, bastante dificultada, pois verificar o posicionamento de Lopes Gama dentro do legislativo provincial apenas com esse tipo de documentação, as atas, é uma tarefa difícil de ser realizada.

A ausência de anais não dificulta apenas o trabalho do historiador, como no caso dessa pesquisa. A ausência do debate legislativo diário publicado integralmente na imprensa deixava a discussão política menos dinâmica em Pernambuco. Imaginemos o que seria o debate público durante a Revolução Porto se não existisse o *Diário das Cortes de Lisboa*? Imaginemos como seria o debate jornalístico em 1822 se o *Diário*

⁵⁸⁰ *Coleção de Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco dos Annos de 1835 e 1836...*; as Atas da Assembleia Provincial encontram-se transcritas no *Diário de Pernambuco*. A participação de Lopes Gama na discussão ocorrida durante o pleito de 1834 encontra-se em: *O Carapuceiro* nº 6, 21, 33, 40, 41, 43, 46, 47 e 48 [1834]; *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 88, 110 e 176 [1834].

⁵⁸¹ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 211-212; gráfico 1 e 2 na introdução dessa tese.

⁵⁸² Sobre a taquigrafia em Pernambuco, Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*, v. 10, pp. 434-435.

das Cortes não espalhasse por todos os lados do Atlântico os discursos parlamentares na íntegra? Não há dúvida de que o espaço público pernambucano ganhou nova dinâmica com a instalação da Assembleia Provincial. Há, contudo, de se fazer essa ressalva. A ausência de um serviço de taquigrafia retardou o pleno dinamismo da discussão política em Pernambuco.

Antes de passarmos ao próximo subtítulo, cabe, brevemente, esboçar o panorama da política pernambucana entre 1835 e 1842. Este é o período de maior *estabilidade política* desde a independência até a fundação, em 1842, do Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido da Praia. Francisco do Rego Barros, primeiro barão depois conde da Boa Vista, foi presidente da província, com algumas pequenas interrupções, de 1837 a 1844. Um indício de estabilidade é a quantidade de obras públicas faraônicas construídas na gestão de Rego Barros. Muitas dessas construções ainda hoje se destacam na paisagem urbana do Recife, como o teatro Santa Isabel. Num processo de embelezamento urbano da capital moldado nos padrões europeus, foram construídas diversas pontes, reformadas outras, foi implantado o sistema de água encanada que substituiu o arcaico sistema de pipas transportadas por canoas, além de, no âmbito provincial, diversas estradas terem sido construídas. A produção agrícola e as exportações também cresceram.⁵⁸³

Outro sintoma de que as elites estavam mais coesas foi o aniquilamento do quilombo do Catucá. Durante o período inicial da crise do antigo regime em Pernambuco, isto é, entre 1817 e 1824, diversos escravos fugidos se refugiaram nas espessas matas que se iniciam ao norte de Olinda e terminam na fronteira com a Paraíba. Saqueando estradas, por vezes invadindo engenhos, o quilombolas do Catucá foram preocupação constante das elites, que só conseguiram debelá-los definitivamente quando pararam de brigar entre si. Depois da Confederação do Equador (1824) até houve um avanço nos esforços para tentar acabar com o quilombo, mas com o início da Guerra dos Cabanos, em 1832, no outro extremo da província, os escravos fugidos

⁵⁸³ Flávio Guerra. *O Conde da Boa Vista e o Recife*. Recife : Fundação Guararapes, 1973; Orlando Parahym. *O Conde da Boa Vista*. Separata do Caderno Moinho do Recife. Edição de janeiro de 1971; Gilberto Freyre. *Engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1960; Raimundo Arrais. *O Pântano e o Riacho*. A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo : Humanitas, 2004; Isabel Marson. *Revolução Praieira*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 17

voltaram a ter força na zona da mata norte. A tarefa de eliminar o Catucá só foi possível de ser completada depois de pacificada a fronteira sul da província em 1835.⁵⁸⁴

Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa, futuros líderes praieiros, elogiaram na tribuna parlamentar, em 1840, o governo de seu vindouro inimigo Rego Barros. Para Nunes Machado, pouco antes da fundação do Partido Praieiro, o governo do futuro barão gerava tranquilidade e transpirava imparcialidade.⁵⁸⁵ A segunda metade do período regencial em Pernambuco presenciou um momento de rara estabilidade política.⁵⁸⁶ A Assembleia Provincial, no início de 1835, ainda se preocupava em pacificar os rebeldes cabanos.⁵⁸⁷ Realizada essa tarefa, ela passou a ter mais liberdade para se preocupar com outras questões que ocupavam o debate público, como, por exemplo, a reforma do judiciário.⁵⁸⁸

Já tendo analisado como a instalação da Assembleia Provincial dinamizou o espaço público pernambucano e já tendo esboçado brevemente o período de estabilidade política que foi o governo de Rego Barros, passemos ao centro de nossa análise. Passemos à análise da reforma policial e judiciária empreendida não pelo núcleo do *regresso* no parlamento, mas pela deputação provincial, com destacada atuação de Lopes Gama.

⁵⁸⁴ Marcus Joaquim M. de Carvalho. “O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”, in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 2005. Para uma noção de quão duradouro foi o Catucá, ver as propostas de Lopes Gama, em 1822, para acabar com o quilombo em *O Conciliador Nacional* nº 7 (20/outubro/1822).

⁵⁸⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. (Câmara dos Srs Deputados). Sessão de 15 de julho/1840.

⁵⁸⁶ Conferir *O Carapuceiro* nº 34 (16/agosto /1839), cujo artigo principal é intitulado “O espírito de ordem em Pernambuco”. Neste artigo, Lopes Gama compara Pernambuco com as províncias em guerra (Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e Maranhão), mostrando os melhoramentos que a paz era capaz de trazer a sua terra natal, tais como o encanamento de água, o novo teatro, a iluminação a gás e a reformas das pontes. Lopes Gama afirmava também que Pernambuco já “louqueou bastante”, mas que em 1839 o espírito de ordem imperava.

⁵⁸⁷ Cf. as propostas de Lopes Gama no sentido de pacificar os últimos focos da Guerra dos Cabanos nas atas da Assembleia Provincial publicadas no *Diário de Pernambuco* nº 70, 72, 74 e 79 (maio de 1835).

⁵⁸⁸ Jeffrey C. Mosher buscou desmontar a tese de que o período entre o fim da Guerra dos Cabanos e a fundação do Partido Praieiro foi um período de estabilidade política, mostrando que existiram diversos conflitos na província, inclusive conflitos armados. Entendemos, aqui, que em um período de estabilidade política os conflitos não acabam. No nosso entendimento um período de estabilidade se constitui em um interstício de tempo no qual as rivalidades políticas estão amenizadas o suficiente para que um projeto reformista, como foi o de Rego Barros, consiga ser colocado em prática sem sofrer contestações que o inviabilizem. Cf. *Political Struggle, Ideology and State Building*. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850. Lincoln : University of Nebraska Press, 2008, pp. 145-147.

4.2 – A Assembleia Provincial de Pernambuco e a reforma judiciária e policial

No início de 1836, iniciou-se uma campanha pública na imprensa para reformar o sistema judiciário e o policial. Lopes Gama participou ativamente dessa campanha. Em abril do mesmo ano, a Assembleia Provincial aprovou uma lei que aplicou quase que na íntegra as ideias defendidas pelo Padre Carapuço em diversas correspondências no *Diário de Pernambuco*. A primeira reforma judiciária e policial instituída pelo *regresso* não nasceu no Rio de Janeiro, mas nas províncias.⁵⁸⁹

É preciso ressaltar, também, que a liderança de Lopes Gama nessa reforma judiciária possa ter, em parte, advindo de sua condição de diretor interino da Faculdade de Direito de Olinda. Na segunda metade da década de 1830, ele foi uma espécie de diretor substituto permanente dessa instituição que formou diversos estadistas brasileiros do segundo reinado. Além de ter sido o deputado provincial mais votado, o Padre Carapuço ostentava todo capital simbólico que a direção de um curso jurídico poderia lhe conferir.⁵⁹⁰

⁵⁸⁹ Além de Pernambuco, ocorreram, em diversas províncias, como São Paulo, Bahia e Maranhão, reformas e tentativas de reformas semelhantes às que analisaremos nesse subtítulo. Cf. Miriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial*, pp. 118-125. É digno de nota que um dos estudos pioneiros sobre a lei dos prefeitos, como ficaram conhecidas essas reformas judiciárias e policiais efetuadas nas províncias, é o de Thomas Flory. *El juez de paz e el jurado em el Brasil imperial*. [1ª edição em inglês de 1981].

⁵⁹⁰ Comunicados públicos de Lopes Gama como diretor do curso jurídico ou que fazem referência à sua atuação diretiva no *Diário de Pernambuco* nº 64, 66, 130, 133, 252 (1835), diversos números de janeiro e fevereiro de 1836, nº 78, 126 e 127 (1836). O resultado dos principais colégios eleitorais de Pernambuco para o pleito de 1834 no *Diário de Pernambuco* nº 57 (2/janeiro/1835). Lopes Gama gabando-se por ter sido eleito deputado provincial com uma votação nunca antes presenciada no *Diário de Pernambuco* nº 252 (1835). Para uma breve análise da atuação de Lopes Gama como diretor do curso jurídico, Gláucio Veiga. *História das idéias da faculdade de Direito do Recife*, v. II, pp. 261-285.

Figura 2: O Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Retrato a óleo existente na Faculdade de Direito do Recife (galeria de seus diretores). O Padre Lopes Gama foi, a partir de meados da década de 1830, uma espécie de diretor interino permanente do tradicional Curso Jurídico de Olinda.⁵⁹¹

⁵⁹¹ Figura copiada de Amaro Quintas. *O padre Lopes Gama político*.

Em fevereiro de 1836, Lopes Gama publicou um artigo comunicado, que era uma tradução do publicista francês Pagès, intitulado *Em Política os erros produzem os crimes*. Tratava-se de uma crítica direcionada aos juízes de paz e ao júri.⁵⁹² Após as reflexões de Pagès, Lopes Gama fez algumas considerações em mais três artigos comunicados. Ele defendeu que só deveria existir a instituição do júri nas capitais. Para ele, se a lei era a representação da vontade geral, e se os jurados tinham que ser arregimentados à força, não era, portanto, da vontade geral a existência do júri. Seguiu ele relatando a ignorância e o espírito de proteção que imperavam nos matos, sobretudo nas classes superiores. Acrescentou, ainda, a complicação que era para um grande proprietário de terras, ou para um simples agricultor, largar a roça durante um mês para exercer a função de jurado. Se no Antigo Regime, a justiça era arbitrária e ineficaz, seguia fazendo suas considerações o Padre Carapuceiro, com o advento do corpo de jurados nada havia melhorado, muito pelo contrário, a situação estava ainda pior. A solução era acabar com o júri? – questionava ele. Não, respondia na sequência. Por fim, ele refletia sobre a velocidade que as transformações históricas deveriam ter, mostrando ao público uma das essências do movimento que ficou conhecido como *Regresso*:

Tem-se querido sobressaltar os degraus compassados da civilização, tem-se procurado macaquear os Povos, que nos sobram muitos séculos na estrada da cultura política, e moral; e o resultado há sido darmos grandes quedas e em vez de progredirmos, segundo a natureza das cousas, ficarmos estacionários [...] ⁵⁹³

Essa era a tônica do *regresso*: regredir para progredir.

Na continuação de suas reflexões, alguns dias depois, Lopes Gama propôs um projeto para a reformulação do sistema de jurados então vigente em três tópicos centrais. O primeiro tópico propunha aumentar a renda anual mínima exigida para ser jurado de 200 mil para 400 mil reis, pois, segundo Lopes Gama, à “exceção dos mendigos [...] bem poucos são os que não têm anualmente mais de 200 \$ rs.”. Como outro pré-requisito para ser jurado, ele ainda acreditava que se deveria exigir a faculdade de saber ler, escrever e contar. O segundo tópico sugeria, grosso modo, que o número de jurados fosse reduzido de 60 para 30 pessoas, pois assim seria mais fácil, segundo ele, conseguir completar o júri. Por fim, o terceiro tópico recomendava que fosse paga “a cada Juiz de fato que comparecesse na sessão uma diária de 1\$280 rs.”,

⁵⁹² *Diário de Pernambuco* nº 35 (13/fevereiro/1836).

⁵⁹³ *Diário de Pernambuco* nº 37 (16/fevereiro/1836).

pois, segundo Lopes Gama, “ninguém há no nosso Brasil (formigueiro de patriotas) que se preste de bom grado a servir gratuitamente à Nação”.⁵⁹⁴

Algumas semanas depois, Lopes Gama publicou o artigo “Progressistas e Regressistas”, citado no início deste capítulo. Refletindo sobre o significado do termo *regresso*, ele questionou: “o que quererá dizer Regresso na marcha política de um Povo?”. Ele explicou que a etimologia da palavra remetia ao antigo verbo “Repédar”. Regresso, concluiu o Padre Carapuceiro, significa “voltar o pé atrás, voltar sobre o passo dado, desandar”. O Brasil deveria, então, voltar ao absolutismo? –perguntava o Padre Carapuceiro. Não, isso seria loucura, acreditava ele. “Tocar em os fundamentos do sistema Representativo [...] – arrematava ele – “é em meu humilde entender o que não pode desejar nenhum homem de senso e boa fé”. Seguiu Lopes Gama perguntando: “Por outra parte, o que é que se deve entender por Progresso? Quererão os nossos utopistas democratizar ainda mais as nossas instituições?”. Em sua opinião, esse era um grande equívoco. Bastava, acreditava ele, de liberdade.⁵⁹⁵

Na sequência do artigo, Lopes Gama procurou responder a uma pergunta central que fez: “até que ponto devemos desandar?”. Para ele, era preciso reformar o júri, rever as atribuições dos juízes de paz, reformular a guarda nacional, o Código de Processo Criminal e o Código Penal. “Eis o Regresso que me agrada” – concluía ele. Era preciso, acreditava, “monarquizar mais nossas instituições”, adaptá-las aos hábitos do povo. Liberdade não era o fim, mas o meio para a felicidade geral.⁵⁹⁶

Em outro artigo, Lopes Gama procurou dar outra nomenclatura para o movimento ao qual aderiria. Afirmava ele que o termo “regresso” era odioso, inadequado, pois remetia a uma volta atrás, a um retorno ao absolutismo. Ele preferia o termo “reforma”, pois esta era uma palavra que também aludia à ideia de progresso.⁵⁹⁷ Ao que tudo indica, o termo que eternizou o movimento político que deu origem ao partido conservador não caiu no gosto popular. Estamos utilizando neste capítulo o termo *regresso* porque a historiografia já consagrou o uso dessa nomenclatura. É preciso ter

⁵⁹⁴ *Diário de Pernambuco* nº 41 (20/fevereiro/1836). O último artigo comunicado sobre a reforma do júri refletiu sobre a importância da educação religiosa e do temor a Deus para o bom funcionamento da justiça e da administração. Nº 55 (9/março/1836).

⁵⁹⁵ *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/março/1836). Para uma análise acerca dos usos e significados da ideia de progresso na imprensa pernambucana, inclusive uma análise específica sobre o significado desse conceito para Lopes Gama, cf. Diego Henrique Barros Nery. *Representações do progresso e a cultura inscrita nos periódicos pernambucanos*.

⁵⁹⁶ *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/março/1836).

⁵⁹⁷ *Diário de Pernambuco* nº 77 (11/abril/1836).

em mente, porém, que se trata de um termo cunhado pelos adversários políticos dos *regressistas* com o intuito de deslegitimá-los. Regresso aludia à ideia de um retorno ao absolutismo. Aliás, essa prática foi comum na primeira metade dos oitocentos, a de os grupos políticos serem batizados pelos termos pejorativos criados por seus rivais na imprensa.⁵⁹⁸

Em 31 de março de 1836, em outro artigo comunicado inserto no *Diário de Pernambuco*,⁵⁹⁹ este assinado não pelo “Escritor do Carapuceiro”, mas pelo “Deputado Provincial Lopes Gama”, ele rebateu críticas feitas pelo jornal *Constituição e D. Pedro II*, as quais censuravam o “projeto de organização judiciária e policial” oferecido pelo deputado provincial Luiz Cavalcanti e apoiado, em primeira discussão, por Lopes Gama. Ele, antes de tudo, explicou os objetivos do projeto. Em primeiro lugar o projeto pretendia diminuir as atribuições dos juízes de paz, voltando eles a exercer a função que, segundo Lopes Gama, a constituição os havia designado, ou seja, mediar a conciliação de pequenos litígios.⁶⁰⁰ O segundo objetivo do projeto era reduzir o concelho de jurados às cabeças de comarca e aumentar a renda mínima para ser jurado. A terceira finalidade do projeto era criar um cargo de prefeito em cada comarca, o qual ficaria responsável por nomear os oficiais intermediários da guarda nacional, ficando a cargo do presidente de província a nomeação dos altos escalões.⁶⁰¹

Em seguida, Lopes Gama desenvolveu uma longa argumentação para demonstrar que o projeto de lei não invadia atribuições da Assembleia Geral nem das Câmaras Municipais. Em sua opinião, o projeto regulava sobre empregos provinciais e, portanto, era totalmente constitucional. Toda a confusão estava na interpretação do artigo

⁵⁹⁸ Conferir, também, outras tentativas de Lopes Gama para incentivar a substituição do termo “regresso” por “reforma” em *O Carapuceiro* nº 7 [1837], 5, 9, 43 e 61 [1838]. O termo regresso, ao que tudo indica, foi usado pela primeira vez por Evaristo da Veiga, em junho de 1835, no seu jornal *Aurora Fluminense*, para caluniar Bernardo Pereira de Vasconcelos. Jeffrey Needell. “Formação dos partidos político no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”, p. 11. Sobre o uso do termo *regresso* para desqualificar os adversários, ver ainda Miriam Dolnikoff. *O pacto imperial*, pp. 133-134. Como exemplo da perpetuação de um termo pejorativo criado por adversários políticos para identificar o grupo rival (lembremos, também, dos *colunas* em Pernambuco), temos o uso das expressões *luzia* e *saquarema*. Cf. Ilmar R. Mattos. *O tempo saquarema*, pp. 115-121.

⁵⁹⁹ Nº 72.

⁶⁰⁰ Desde a primeira legislatura (1826 a 1829), duas correntes polarizaram a discussão sobre a criação dos juízes de paz, os quais estavam previstos pela constituição de 1824. A primeira corrente defendia a tese de que esse juiz leigo apenas mediasse a conciliação em pequenos litígios. A segunda acreditava que esse cargo eletivo deveria, para além das atribuições conciliatórias, concentrar boa parcela de poder policial e algumas prerrogativas judiciárias. Com o código de processo criminal de 1832, a segunda corrente teve uma importante vitória. Cf. Rosa Maria Vieira. *O Juiz de paz do Império a nosso dias*, pp. 31-42, 59-96, 163-243.

⁶⁰¹ *Diário de Pernambuco* nº 72 (31/março/1836).

10º do Ato Adicional. Os redatores do periódico rival lembravam que o parágrafo quarto desse artigo dizia que era competência da Assembleia Provincial legislar “sobre a polícia e economia municipal, precedendo propostas das câmaras.” Para os redatores do jornal *Constituição e D. Pedro II*, portanto, a reforma da polícia deveria partir das Câmaras Municipais. Lopes Gama contra-atacou afirmando que “a Polícia Municipal é uma parte e mui pequena da grande Polícia de qualquer país, a qual abrange a organização judiciária e tudo quanto pode concorrer para a sua segurança interna”. Em seguida, o Padre Carapuceiro afirmou que não era “em virtude do citado Art. [leia-se parágrafo 4º do artigo 10º do Ato Adicional] que a nossa Assembleia adotou o Projeto; porém sim em virtude do parágrafo 7º, que a autoriza a criar e suprimir Empregos Municipais e Provinciais”.⁶⁰²

Na sequência, o deputado Lopes Gama procurou demonstrar que o projeto de lei não invadia atribuições do poder geral. “O projeto do Snr. Luiz Cavalcanti” – sustentava ele – “em nada se intromete do Poder Judiciário, que é coisa mui distinta da sua organização, ou modo de ser”. Para ele, a Assembleia Provincial – ao retirar as atribuições policiais dos juízes de paz, ao exigir maior renda para qualificação dos jurados, ao limitar o Conselho de Jurados só às cabeças de comarcas e ao criar um Juiz de Direito do Cível, cujas atribuições não eram novas – não estava alterando os princípios fundamentais do sistema judiciário. A Assembleia Provincial estava, na opinião do Padre Carapuceiro, apenas modificando alguns aspectos da organização judiciária. Aspectos que o Ato Adicional permitia que ela alterasse. Para validar ainda mais sua argumentação, ele acrescentou que na “Assembleia Provincial da Bahia já se aventou a ideia de diminuir a jurisdição dos seus Juízes de Paz, sem que por lá se pusesse em dúvida a competência da mesma Assembleia”.⁶⁰³ Isto mostra que as reformas policiais e judiciárias do *regresso* conservador, em suas primeiras formulações, talvez tenham nascido nas províncias, e não no centro do império. As discussões de uma província repercutiam na outra, mostrando que a circulação de ideias políticas se tornou mais dinâmica com a instalação das Assembleias Provinciais.⁶⁰⁴

⁶⁰² *Diário de Pernambuco* nº 72 (31/março/1836). Conferir o artigo 10º do *Ato Adicional* de 12 de agosto de 1834.

⁶⁰³ *Diário de Pernambuco* nº 72 (31/março/1836).

⁶⁰⁴ Essa nova dinâmica fica explícita em várias referências que Lopes Gama faz a decisões tomadas por assembleias de outras províncias. Conferir no *Diário de Pernambuco* (20/agosto/1835) o elogio de Lopes Gama a Assembleia Provincial da Bahia por essa ter admitido a entrada de 30 noviços em ordens religiosas regulares. Ainda sobre essa dinâmica de circulação de experiências legislativas entre as

No final desse artigo que debatia com o jornal *Constituição e D. Pedro II*, Lopes Gama acusou seus opositores de não quererem tocar nos poderes dos juízes de paz e na nomeação de oficiais da guarda nacional porque se isso fosse feito, diminuiriam as possibilidades de cabalas, ou seja, de artimanhas eleitorais e troca de favores. O Padre Carapuceiro finalizou com uma longa dissertação sobre as arbitrariedades e atitudes ignorantes cometidas pelos juízes de paz eleitos nos interiores do Brasil.⁶⁰⁵

Como já adiantamos no início desse subtítulo, em 14 de abril foi aprovada uma lei provincial que continha quase todas as propostas defendidas por Lopes Gama em seus artigos comunicados. Foi instituído um prefeito em cada comarca de Pernambuco, o qual concentrava diversas funções policiais, entre elas, fazer prender as pessoas na forma da Lei, vigiar sobre o regime de prisões, mandar dissolver os ajuntamentos perigosos, mandar fazer corpos de delito, mandar dar buscas e fazer executar as sentenças criminais. Em suma, o prefeito, que seria nomeado pelo presidente de província, assumia diversas atribuições policiais que antes eram dos juízes da paz. Os prefeitos ficariam responsáveis, também, por organizar a lista dos cidadãos para serem jurados. A renda anual exigida para ser jurado subiu - quase exatamente como havia defendido publicamente Lopes Gama - para trezentos mil réis provenientes da agricultura, criação, bens de raiz ou emprego público; ou seiscentos mil réis provenientes de qualquer outra fonte de renda. Também de forma muito semelhante às ideias defendidas na imprensa por Lopes Gama, o Conselho de Jurados ficou restrito apenas às cabeças de comarca. Nas demais localidades, eles foram suprimidos. O prefeito também concentrava, de acordo com o texto da lei, o poder de dispor de toda a força policial e da guarda nacional. A lei ainda estabelecia que os oficiais superiores da guarda nacional não fossem mais eleitos, mas nomeados pelo presidente de província. Os oficiais subalternos seriam também nomeados pelo presidente de província, o qual deveria levar em consideração a indicação dos oficiais superiores. Por fim, a lei suprimia juízes de paz em diversos distritos, ficando apenas um por paróquia, além de reduzir a jurisdição desses magistrados leigos e eletivos a conciliações, eleições e julgamento de causas cíveis até a quantia de cinquenta mil réis.⁶⁰⁶

províncias, sobretudo no que diz respeito a instituição dos prefeitos, cf. Miriam Dolhinikoff. *O pacto imperial*, pp. 118-125.

⁶⁰⁵ *Diário de Pernambuco* nº 72 (31/março/1836).

⁶⁰⁶ Lei Provincial nº 13 (16/abril/1836), publicada no *Diário de Pernambuco* nº 84 (19/abril/1836).

Sintetizando, observamos que quase todas as ideias defendidas por Lopes Gama no debate jornalístico se fizeram presentes na lei. Tal qual propôs o Padre Carapuceiro, os juízes de paz perderam suas atribuições policiais para um funcionário nomeado, as altas patentes da guarda nacional deixaram de ser eletivas, foi aumentada a renda mínima para ser jurado e os concelhos de jurados ficaram restritos às poucas vilas que ostentavam o título de cabeça de comarca. A justificativa de Lopes Gama de que o projeto não alterava a essência do poder judiciário era um artifício de retórica. O projeto de lei aumentou a jurisdição dos juízes de direito do cível (existia um por comarca), os quais acabaram por abocanhar competências anteriormente atribuídas aos juízes de órfãos, suprimidos pelo texto da lei. Essa legislação provincial também aumentou os poderes dos juízes de direito do crime de primeira instância, os quais passaram a conceder fianças, julgar as contravenções das posturas municipais, pronunciar nos casos que pertenciam aos juízes de paz e julgar os crimes que sentenciavam os juízes de paz e os juízes municipais, esses últimos suprimidos pela lei. Além disso, a lei instituiu um promotor em cada comarca “para officiar perante os Jurados e Juizes de Direito em lugar dos Promotores dos Termos, que ficam suprimidos”. Os promotores deveriam ser “nomeados por tempo de três anos pelo Presidente de Província d’entre os Bacharéis Formados”.⁶⁰⁷

A lei provincial nº 13, de 1836, tocava em questões nevrálgicas do funcionamento judiciário, retirando atribuições dos juízes de paz e transferindo para magistrados diplomados. Além desta lei que esmiuçamos acima, outra lei provincial, aprovada em 6 de junho do mesmo ano, retirou diversas atribuições dos juízes da paz e as transferiu para os juízes de direito (do crime e cíveis).⁶⁰⁸ Em suma, o que a Assembleia Provincial de Pernambuco realizou foi uma ampla reforma nos sistemas judiciário e policial pautada no ideário do regresso.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ Ibidem.

⁶⁰⁸ Lei Provincial nº 21 (06/junho/1836), publicada no *Diário de Pernambuco* nº 125 (11/junho/1836).

⁶⁰⁹ Um ano depois, Lopes Gama escreveu um projeto visando corrigir erros que a reforma judiciária de 1836 havia causado. Segundo ele, ao concentrar a justiça nas cabeças de comarca, muitas pessoas, para não terem que se locomover até a cabeça de sua comarca, acabavam desistindo de resolver suas querelas através de lei. Este projeto assinado por Lopes Gama, de 15 de abril de 1837, retirava atribuições dos juízes de paz e as transferia ao juiz municipal, além de passar atribuições concentradas nas cabeças de comarca e entrega-las ao município, ou seja, retirava atribuições do juiz de direito e transferia elas ao juiz municipal. Ao que tudo indica esse projeto não foi aprovado. Conferir o projeto nº 6, de 15 de abril de 1837, em *Diário de Pernambuco* nº 88 (21/abril/1837).

Falar em ideário do regresso, contudo, é problemático. Existiria um único ideário do regresso? Pelo que vimos acima, não se pode enxergar esse movimento político como sendo algo monolítico. As reformas regressistas são vistas pela historiografia, e com razão, como uma centralização do judiciário. Contudo, a legislação provincial analisada acima poderia ser classificada como uma tentativa de centralizar o judiciário? Obviamente que não. A lei provincial de 14 de abril de 1836, mesmo transferindo atribuições ao presidente de Pernambuco, um delegado do poder central, foi uma lei elaborada na província. Tratava-se de uma tentativa autônoma dos deputados de uma província do império de reformular as forças repressivas. Essa, aliás, era a preocupação central do governo provincial, dar efetividade ao aparato repressivo do Estado. O orçamento provincial para 1837 deixa isso nítido. Os três maiores gastos públicos foram, respectivamente, com a força policial, com obras públicas (sobretudo construção de cadeias) e com a guarda nacional.⁶¹⁰ Como bem observou Jeffrey Mosher, a construção do Estado nacional em Pernambuco prescindia, antes de qualquer coisa, da consolidação das forças repressivas e do efetivo controle social.⁶¹¹

Talvez seja preciso, portanto, repensar a proposição formulada comumente pela historiografia de que o *regresso* foi um movimento, essencialmente, centralizador.⁶¹² A centralização foi muito mais um resultado desse movimento político do que um princípio fundador. A centralização judiciária efetuada pela interpretação do Ato Adicional (1840) e pela reforma do Código de Processo Criminal (1841) foi muito mais uma consequência do que um objetivo pré-determinado do *regresso*. A centralização foi um meio, não um fim. Talvez seja mais frutífero pensar que esse movimento político esteve preocupado, desde seus primeiros dias, em consolidar o aparato repressivo e de controle social. Em outros termos, o *regresso*, desde suas primeiras proposições legislativas elaboradas nas províncias, tinha como objetivo dar maior efetividade ao sistema judiciário-policial do novo Estado nacional que se construía.⁶¹³

⁶¹⁰ Lei Provincial nº 24 (1836), publicada no *Diário de Pernambuco* nº 133 (22/junho/1836)

⁶¹¹ Jeffrey C. Mosher. *Political Struggle, Ideology and State Building*, pp. 121-137. Conferir também Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese de Doutorado (História). Recife, UFPE, 2003.

⁶¹² A ideia de que o regresso foi um movimento centralizador está presente, por exemplo, em duas obras publicadas na década de 1980, na obra de Ilmar Mattos (*O tempo saquarema*) e na de José Murilo de Carvalho (*A construção da ordem*). Como já afirmamos anteriormente, essas duas obras divulgadas na década de 1980, têm abordagens muito diferentes entre si, mas concordam com a ideia de que o Estado durante o segundo reinado foi extremamente centralizado.

⁶¹³ Wellington Barbosa da Silva analisou a prática efetiva das prefeituras de comarca. Segundo ele, não foi essa, ainda, a instituição capaz de organizar um sistema de controle social efetivo. Entre as maiores

O judiciário advindo da colônia havia sido completamente desmontado pelas reformas liberais do final do primeiro reinado e início das regências. Afinal, a magistratura era um setor predominantemente ocupado por pessoas de origem lusitana.⁶¹⁴ Assim como a criação da guarda nacional procurou desmobilizar as tropas profissionais comandadas por oficiais nascidos no além-mar,⁶¹⁵ a reforma judiciária buscou retirar a magistratura das mãos de pessoas suspeitas de defenderem interesses lusos. Afinal, eram tempos de ameaça restauradora. A separação definitiva entre Brasil e Portugal ainda não havia sido efetuada. Passados os impulsos reformistas que criaram esses magistrados leigos e eletivos com imensos poderes, os juízes de paz, a falta de controle social assustava a elite política. A impunidade era um dos assuntos mais debatidos nos espaços públicos.⁶¹⁶ É sabido que períodos de transformações políticas profundas geram instabilidade social, sobretudo em sociedades extremamente desiguais e escravistas.⁶¹⁷ Lopes Gama e outros deputados provinciais pernambucanos, acompanhando de perto quase duas décadas de transformações políticas e de instabilidade social, elegeram a consolidação do aparato repressivo e de controle social como prioridade de governo.

As reformas judiciárias e policiais da primeira fase do *regresso*, isto é, em sua versão provincial, procuraram retirar das mãos de potentados locais eleitos à função de serem os principais responsáveis pelo aparato repressivo e de controle social. A segunda fase do *regresso*, em sua versão nacional, isto é, na Assembleia Geral, realizou tarefa muito semelhante, mas conferindo ao sistema judiciário e policial de todo império maior uniformidade. Os delegados criados pela reforma do Código de Processo Criminal em 1841 eram figuras muito semelhantes aos prefeitos criados pela legislação provincial

dificuldades práticas que as prefeituras de comarca encontraram, o autor destacou as três principais: 1) dificuldade em encontrar subprefeitos (cargo chave no sistema que não era remunerado); 2) dificuldade em conseguir o número devido de comissários de polícia (outro cargo não remunerado), pois os subprefeitos tinham a concorrência da guarda nacional, a qual também buscava indivíduos para preencher os baixos escalões; 3) o conflito de jurisdição entre as prefeituras e a guarda nacional, a qual, repetidas vezes, não acatava ordens dos prefeitos. *Entre a liturgia e o salário*, pp. 160-199.

⁶¹⁴ Thomas Flory. *El juez de paz e el jurado em el Brasil imperial*.

⁶¹⁵ Fabiana Mehl Silvestre Rodrigues. “Caminhos e descaminhos da nacionalização do exército”. *Almanack Brasiliense*, nº 3, maio de 2006, pp. 57-68.

⁶¹⁶ Jeffrey Mosher. *Political Struggle, Ideology and State Building*, pp. 121-137. Conferir a preocupação de Lopes Gama, no debate público, com a impunidade em: *O Popular* nº 58 (1831); *O Carapuceiro* nº 39, 52, 59, 65, 68, 73, 75, (1832 e 1833), 1, 4, 6, 7 e 44 (1834), 29, 55, 66, (1837), 13, 18 e 47 (1838); *Diário da Administração Pública de Pernambuco* nº 183 (1833).

⁶¹⁷ Cf. Carolyn Fick. “A Revolução Francesa em São Domingos”. André Roberto de Arruda Machado. “Apontamentos para o estudo da reinvenção do Estado do Grão-Pará”, in: Wilma Peres Costa; Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *De um império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo : Hucitec, 2007; Adílson Júnior Ishihara Brito. “*Viva a Liberté*”.

pernambucana de 1836. Primeiro o *regresso* descentralizou o judiciário, para depois centralizá-lo.⁶¹⁸

Como afirmamos no início do capítulo, defendemos a tese de que o *regresso* conseguiu lançar seus tentáculos por todo território brasileiro, tornando-se, gradualmente, um movimento nacional. O centro irradiador desse movimento, conforme defendemos, foi o parlamento. Como já observamos, as falas parlamentares tornaram-se as diretrizes do *regresso* e a imprensa, por sua vez, teve a função de tornar essas diretrizes nacionais. Antes, contudo, de existir uma liderança parlamentar coesa e definida, o ideário do *Regresso* esteve presente de forma difusa nas províncias. Como vimos, as reformas institucionais pautadas no pensamento regressista foram, primeiramente, implantadas pelas Assembleias Provinciais. O movimento adquiriu um caráter nacional a partir do momento em que a maioria parlamentar implantada em 1838 começou a formular, de forma coesa, projetos reformistas.

Lopes Gama, aos poucos, alinhou-se a essa maioria parlamentar. Ao se alinhar às diretrizes do Partido da Ordem, ele passou a defender a reforma do Ato Adicional. Era uma atitude aparentemente contraditória, pois se efetuada essa revisão constitucional, a legislação provincial de 1836 que reestruturara o sistema judiciário e policial pernambucano seria anulada. Não há contradição, porém, nesse alinhamento de Lopes Gama aos saquaremas, porque eles também defendiam a reforma do Código de Processo Criminal. Os saquaremas também propunham a reestruturação do aparato repressivo pautada nos pressupostos regressistas, mas a nível nacional. A Lei Provincial de 1836 que transferiu o poder de um magistrado eleito localmente – o juiz de paz – à magistratura togada e a um empregado nomeado pelo presidente de província seria revogada. Contudo, outra legislação muito semelhante seria implantada pela reforma do Código de Processo Criminal.

Em julho de 1838, Lopes Gama publicou artigo intitulado “A oposição atual: carapuças de veludo”. Mesmo admitindo que a oposição era “um dos princípios vitais do Governo Representativo”, ele teceu agudas críticas ao partido da minoria no parlamento nacional, sobretudo aos deputados gerais Montezuma, Teófilo Otoni,

⁶¹⁸ Segundo Miriam Dolhinikoff, o *Regresso*, tanto em sua versão provincial como em sua versão nacional, ou seja, tanto a figura do prefeito quanto a do delegado, tinha em comum o fato limitar a atuação dos potentados locais, o que era de interesse, segundo a visão da autora, tanto das elites provinciais quanto das nacionais. *O pacto imperial*, p. 125.

Álvares Machado e Peixoto Alencar. Para o Padre Carapuceiro, a oposição não se guiava “pelo zelo e amor do bem público, porém sim por espírito de vingança, por ódio pessoal e pelas mais rancorosas paixões.” Para Lopes Gama, qualquer ato do governo era dificultado no parlamento. Deputados oposicionistas faziam longos discursos apenas para retardar votações importantes para o ministério. “Se um soldado do Exército da Legalidade deu quatro socos em outro dos farrapos da Sabinada” – ironizava a oposição Lopes Gama – “o Governo é tirânico, o Governo aspira ao *Regresso*, quer o Absolutismo”.⁶¹⁹

Ao final de seu artigo, Lopes Gama anexou um extrato do jornal *Sete de Abril*, o qual defendia a criação de um tribunal especial para julgar crimes políticos. “Quem há de julgar os réus de crime de rebelião?” – perguntava o redator do jornal fluminense – “O Jury do lugar?(...)Vencida a *insurreição* na Província do Rio Grande, haverá ali um só homem que possa ser juiz sem ser suspeito?”. Por fim, o jornalista acusava a oposição de hipocrisia por tentar vetar a criação de um tribunal especial para julgar crimes políticos, pois um membro dessa mesma oposição, Alves Branco, havia feito proposta semelhante quando ministro. *O Sete de Abril* era o principal porta-voz das ideias de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o mais importante ministro do *regresso*. A inserção de um extrato desse periódico em *O Carapuceiro* é muito significativa. Ela demonstra o alinhamento do Padre Carapuceiro à política saquarema.⁶²⁰

É importante abrir um parêntese e ressaltar que o termo saquarema designa, principalmente, a direção do futuro partido conservador. Ela era composta, sobretudo, por políticos fluminenses, como Eusébio de Queiroz, Paulino José Soares de Souza (futuro visconde do Uruguai) e Joaquim José Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí). Os saquaremas eram umbilicalmente ligados à crescente produção cafeeicultora do vale do rio Paraíba, que seria responsável por fazer o café se tornar, na década de 1830, a principal pauta de exportação do império.

Voltando a analisar o alinhamento de Lopes Gama à política saquarema, em maio de 1839, ele já defendia a revisão do Ato Adicional. Ele afirmava que “as Assembleias Provinciais, do modo porque as organizou o Ato Adicional, e pela

⁶¹⁹ *O Carapuceiro* n° 47 (28/julho/1838).

⁶²⁰ Sobre o jornal *O sete de abril*, cf. Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822-1850). Dissertação de Metrado (História Social). São Paulo: USP, 2010.

confusão dos poderes de que a revestiu” era um dos grandes males da nação. Em seguida, aludindo às guerras que eclodiam na Bahia, no Pará, no Rio Grande do Sul e no Maranhão, ele conclamava: “que seja devidamente reformado, e quanto antes, esse Ato Adicional, obra do momento, e gérmen da dissolução das províncias”.⁶²¹

O mesmo Lopes Gama que defendeu aguerridamente nos espaços públicos as reformas judiciárias e policiais feitas pela Assembleia Provincial em 1836, foi, aos poucos, se alinhando ao movimento *regressista* liderado por parlamentares e ministros no Rio de Janeiro. Com a ascensão do pernambucano Araújo Lima à regência, com o gabinete das capacidades empossado em setembro de 1837, com a maioria parlamentar adquirida em 1838, o *regresso* passou a ter mais coesão. O debate público na Assembleia Geral e no senado foi, aos poucos, irradiando para as províncias e conferindo, gradualmente, maior uniformidade ao ideário do *regresso*.⁶²²

Defendemos aqui, em suma, que existiram, no que diz respeito à reforma do judiciário, dois momentos distintos nesse movimento político denominado *regresso* (não seria melhor chamar de *reforma*, como defendia Lopes Gama?). Um primeiro momento (1835-1836) que teve sua base nas legislaturas provinciais e não teve uma liderança nacional destacada, nem tampouco uma coesão por todo o território brasileiro. O segundo momento, iniciado em 1837, teve liderança destacada de deputados gerais, senadores e ministros, o qual foi, aos poucos, construindo a ideia de que era preciso centralizar o judiciário.

Se no que diz respeito à reforma do judiciário o *regresso* apresentou dois momentos distintos, existe outro aspecto que esteve na base desse movimento político desde seu início. Um dos eixos que nortearam a campanha pública regressista foi a ideia de que havia, no Brasil, mais eleições do que deveriam existir. Havia, no Brasil, segundo o ideário regressista clássico, cargos eletivos em demasia. Implantar instituições estrangeiras sem pensar nos hábitos e costumes do brasileiro era um erro segundo esse pensamento. A implantação do júri, do juiz de paz eletivo, da guarda

⁶²¹ *O Carapuceiro* nº 20 (30/maio/1839).

⁶²² Conferir a continuação da discussão pública sobre a impunidade, sobre as reformas judiciárias e policiais e o progressivo alinhamento de Lopes Gama ao movimento regressista liderado por parlamentares e ministros do Rio de Janeiro em: *Diário de Pernambuco* nº 122, número ilegível de 14/junho e nº 134 (1836); *O Carapuceiro* nº 7, 29, 39, 54, 55, 66 (1837), 5, 9, 13, 18, 43, 47, 51, 61 (1838), 20 e 34 (1839).

nacional eletiva – todas essas instituições nascidas no estrangeiro – havia sido um enorme erro.

A campanha pública de Lopes Gama nesse sentido merece destaque. A campanha pública de *O Carapuceiro* no sentido de construir a ideia de que o brasileiro não estava apto para a democracia merece uma análise detalhada.

4.3 – Estado social e estado político: a reforma das instituições eletivas⁶²³

Entre 1835 e 1836, Lopes Gama não publicou *O Carapuceiro*. No ano seguinte, ele voltou a escrever esse jornal que havia sido o principal responsável por torná-lo o deputado provincial com maior número de votos em 1834. A formulação de que o brasileiro não estava apto para ser regido por instituições democráticas já havia sido feita nos primeiros anos de publicação de seu célebre periódico (1832 a 1834). Essas formulações reapareceram em 1837. A partir de então, suas proposições fizeram parte de um movimento mais amplo que reformulou as bases do Estado nacional brasileiro. A campanha pública regressista se caracterizou por criticar a adoção, no Brasil, de instituições e práticas estrangeiras que não se adaptavam aos costumes locais. A prática estrangeira mais criticada como imprópria aos hábitos brasileiros foi o processo eleitoral (na verdade o exagero de processos eleitorais). As instituições estrangeiras mais criticadas foram a guarda nacional (eletiva, a nível paroquial, em seus altos escalões), os juízes de paz (eleitos localmente) e o júri. Eram todas instituições criadas ou reformuladas no início da década de 1830.⁶²⁴

Cabe ressaltar que além das reformas já citadas no início deste capítulo, as quais retiraram as atribuições policiais dos juízes de paz, diminuíram o poder do júri popular e centralizaram os sistemas judiciário e policial, ocorreu outra importante reforma em

⁶²³ Algumas formulações desse subtítulo já foram feitas em trabalhos anteriores. Aqui, elas foram ampliadas e revisadas. Outras vezes, as formulações anteriores foram sintetizadas. Cf. Ariel Feldman. *O império das carapuças*, pp. 110-123; Idem. “Um crítica às instituições representativas no período das regências”.

⁶²⁴ Um breve panorama das instituições eletivas no Brasil entre 1820 e 1840 em Ariel Feldman. “Um crítica às instituições representativas no período das regências”. A Guarda Nacional foi criada em agosto de 1831, sendo que o regulamento que a estabeleceu continha vários artigos copiados da lei francesa que cunhou instituição de mesmo nome meses antes. Cf. Jeanne Berrance de Castro. *A milícia cidadã*, pp. 19-26. Já sendo antigo o conceito jurídico de conciliação, pois as Ordenações Afonsinas (1446) já contemplavam essa noção, foi a Constituição Francesa de 1791 que deu contornos modernos a essa prática, instituindo os Juges de Paix e, dessa maneira, influenciando diretamente os legisladores brasileiros do século XIX que criaram os juízes de paz. Rosa Maria Vieira. *O Juiz de paz do Império a nosso dias*, pp. pp. 31-42, 59-96, 163-243. O júri também foi outra instituição central dentro da Revolução Francesa. Conferir, a esse respeito, a tradução que Lopes Gama publicou de Pagès e do Conde Simão, respectivamente, no *Diário de Pernambuco* nº 35 e 122/134 (1836).

1850. Esta modificou, a partir Assembleia Geral, a estrutura da guarda nacional. Os oficiais deixaram de ser eleitos, e passam a ser nomeados. Não bastasse isso, ainda se criou o pagamento do “imposto do selo e emolumento de oficiais guardas nacionais”, o qual estabelecia que estes deveriam pagar a quantia de um mês de soldo, igual ao dos oficiais de 1ª linha de mesmo posto. Dessa maneira, o caráter democrático inicial das Guardas Nacionais foi se perdendo com o tempo, e, na segunda metade do século XIX, o recrutamento apenas recaía na população livre de baixa renda, sendo o oficialato ocupado por pessoas de cabedal. A distinção social novamente ficou evidenciada. Era a aristocratização da milícia cidadã.⁶²⁵

Assim, torna-se imprescindível compreender o pensamento que sustentou a reforma das instituições eletivas.

Não era exclusividade de Lopes Gama afirmar que deveriam ser restringidas as instituições eletivas no Brasil. Essa foi uma tônica comum do movimento regressista.⁶²⁶ Contudo, fazer esse tipo de formulação em um periódico especializado em costumes, e de comprovado sucesso, tinha um apelo maior.

Diversos filósofos já haviam hierarquizado o sistema político aos hábitos de uma população. Em outros termos, diversos pensadores já haviam escrito que as instituições governativas só seriam eficazes se elas estivessem adaptadas aos costumes do povo. Esse ideário, por exemplo, é muito forte no pensamento de Rousseau.⁶²⁷ Queremos aqui, contudo, destacar a interpretação que Lopes Gama fez de um autor que era seu contemporâneo, Alexis de Tocqueville, que publicou o primeiro volume de *Democracia na América* em 1835. Por que esse enfoque na apropriação que *O Carapuceiro* fez de Tocqueville? Em primeiro lugar porque, apesar de arraigada na filosofia política, a ideia de subordinar a política aos costumes estava sendo resignificada na década de 1830. O Padre Carapuceiro e o filósofo francês foram duas peças importantes nessa reinterpretação de uma noção antiga.

⁶²⁵ Jeanne Berrance de Castro. *A milícia Cidadã*, pp. 233-142; Denise Moura. “A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império”. *Revista de História Regional*, Vol. 4, n. 1, Verão de 1999, pp. 37-55., pp. 38-39.

⁶²⁶ Jeffrey Needel. *The party of order*, pp. 73-80; Jeffrey Mosher. *Political Struggle, Ideology and State Building*, pp. 129-137.

⁶²⁷ *Do Contrato Social*. Ou princípios do Direito Político. São Paulo : Abril, 1999 [1762]; Milton Meira do Nascimento. “O contrato social - entre a escala e o programa”. *Discurso*. Departamento de Filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v. 17, p. 119-129, 1988; Idem. “O legislador e o escritor político, duas formas de aproximação da opinião pública em Rousseau”. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 38, n. 96, p. 94-103, 1997.

Em segundo lugar, porque Tocqueville analisou os Estados Unidos, o local que na década de 1830 mais avançava em termos de ampliar a concessão de direitos políticos à população. Os anos de mil oitocentos e trinta ficaram conhecidos, nos Estados Unidos, como o período da democracia Jacksoniana. Durante a presidência de Andrew Jackson (1829-1837), alguns Estados norte-americanos adotaram o sufrágio universal.⁶²⁸ Se na Europa, como indicamos no início do capítulo, houve a ascensão de um movimento conservador, que, tal qual os regressistas brasileiros, pretendia “voltar o pé atrás, voltar sobre o passo dado, desandar”,⁶²⁹ na América do Norte, a corrente política predominante trilhava outros rumos. Na América do Norte, a participação política era ampliada, dava-se um passo à frente, não atrás. Lopes Gama fez tanta questão de diferenciar o povo brasileiro dos norte-americanos, como veremos adiante, para deixar claro a distância que existia entre os hábitos desses dois povos. Se os vizinhos do norte davam um passo à frente, o Brasil tinha que “voltar o pé atrás”, regredir.

Lopes Gama encontrou subsídio para aprofundar formulações já feitas anteriormente em *Democracia na América* (1835). É bastante nítida, como veremos, a influência que Tocqueville exerceu sobre o Padre Carapuceiro. Apesar de vários autores serem citados nas páginas de *O Carapuceiro*, como Benjamim Constant, Rousseau, Mably, Saint-Simon, Adam Smith, Ricardo, Guizot, Torember, Chateaubriand, Montesquieu, entre outros, nos deteremos aqui em empreender uma relação entre Tocqueville e Lopes Gama, visto que este foi notadamente influenciado por aquele no modo de enxergar a democracia. Alexis de Tocqueville foi citado nominalmente duas vezes pelo Padre Carapuceiro, em janeiro de 1838 e em setembro de 1839, mas traços do pensamento tocqueviliano podem ser encontrados em diversos artigos. Mostrando respeito e admiração pelo autor francês, Lopes Gama se referiu a ele, na primeira citação, como o “mui judicioso Aléxis de Tocqueville”, e na segunda como “o sábio Tocqueville” que viajou pelos Estados Unidos com “grande discernimento”.⁶³⁰

⁶²⁸ Para uma obra de fôlego sobre o tema, cf. Arthur Meier Schlesinger. *The Age of Jackson*. Boston: Little, Brown and Company, 1945. Para um estudo bastante descritivo sobre a democracia jacksoniana no Estado de Massachusetts, cf. Arthur B. Darling. “Jacksonian Democracy in Massachusetts, 1824-1848”. *The American Historical Review*, v. 29, n. 2, janeiro de 1924, pp. 271-287. Para uma visão panorâmica e bastante sintetizada dos avanços da democracia jacksoniana cf. René Remond. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961, pp. 31-80.

⁶²⁹ Lopes Gama definindo o termo *regresso* no *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/março/1836).

⁶³⁰ *O Carapuceiro* n. 5 (31/janeiro/1838) e o n. 38 (3/setembro/1839).

Alexis Charles Henri Clerel de Tocqueville nasceu em Paris em julho de 1805. Seus pais, de origem nobre, foram presos durante os dias mais radicais da Revolução Francesa e escaparam do cadafalso graças ao 9 de Termidor. Com a Restauração monárquica em 1815, seu pai iniciou a carreira política, sendo prefeito de Metz, de Amiens e de Versalhes. O próprio Tocqueville também ingressou em funções públicas nos últimos dias da monarquia Bourbon, tendo sido nomeado juiz auditor no tribunal de Versalhes em 1827. A essa altura da vida, já havia cursado Direito em Paris. Com a deposição dos Bourbon em julho de 1830, Tocqueville se viu desiludido e, não acreditando que conseguiria prosseguir com suas atividades jurídicas, escreveu a seu irmão em agosto do mesmo ano, questionando-se: “conservo meu ofício; porém, por quanto tempo? Não o sei. Na magistratura se passa o mesmo que no exército, está humilhada”. Realmente ele não se conservou no seu ofício por muito tempo, pois em abril de 1831 embarcou com seu amigo Gustave de Beaumont para os Estados Unidos após conseguir uma permissão do governo para estudar o sistema penitenciário dessa democracia do Novo Mundo.⁶³¹

Segundo François Furet, a análise das prisões norte-americanas foi apenas um pretexto. O sentido mais profundo desta viagem estava no fato de que, nos Estados Unidos, Tocqueville poderia observar um país no qual um regime político se sustentava sem a existência de uma nobreza, um país no qual tudo convergia para a democracia. Cabe frisar que a palavra democracia significava para Tocqueville igualdade de condições, ausência de distinções sociais. Tratava-se de um nobre tentando entender as razões da derrota de sua classe social. Não havia lugar melhor para isso do que uma nação na qual não havia condições sociais para a existência de sua classe. Os dois polos do pensamento tocqueviliano, segundo Furet, eram a nobreza (os vencidos) e a democracia (os vencedores). Assim, baseado em suas próprias vivências, pois Tocqueville foi testemunha ocular do processo revolucionário francês da primeira metade do século XIX, ele formulou a ideia de que as sociedades caminhavam inexoravelmente rumo a um estado democrático. O primeiro volume de *Democracia na América* (1835) é fruto dessa peculiar trajetória de vida.⁶³²

⁶³¹ “Carta de Tocqueville a seu irmão Hipólito, 18 de agosto de 1830” in: Alexis de Tocqueville. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo : Nerman, 1988, p. 21.

⁶³² François Furet. “O sistema conceptual da Democracia na América”, in: Alexis de Tocqueville. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram*

Apesar de diferentes, as trajetórias de Tocqueville e Lopes Gama podem ser comparadas. Ambos não enxergavam com bons olhos processos revolucionários. Para Tocqueville os povos europeus eram “revolucionários” e não “democráticos”, pois a desigualdade de condições gerava inevitavelmente revoluções, em sua opinião algo extremamente ruim. Lopes Gama, em janeiro de 1838, disse que os brasileiros passaram “infelizmente sem nenhuma transição de colonos a Povos livres”, e que subiram de um salto “muitos degraus do progresso social”. Em seguida, citou o “mui judicioso Tocqueville” com a seguinte frase: “a liberdade (...) nasce ordinariamente no meio de tempestades”. Em outro artigo, de maio de 1837, também expôs essa concepção tocqueviliana de marcha da história, dizendo que o Brasil errou ao passar tão bruscamente de um regime colonial para um sistema representativo, pois a revolução deveria ser lenta, e nos hábitos e ideias do povo.⁶³³

Para Tocqueville, no entanto, havia uma nação que não necessitou passar por tempestades ou revoluções para atingir o estado democrático – os Estados Unidos. Hoje podemos discordar dessa afirmação, pois sabemos o quão revolucionário foi, também, o processo de independência dos E.U.A.⁶³⁴ O que o pensador francês quis destacar, contudo, foram as características peculiares da população americana, pois ali não estavam arraigados costumes e hábitos que valorizavam distinções sociais. Nos Estados Unidos, as bases para uma sociedade igualitária estavam postas por um processo natural. Ali havia a valorização das aptidões pessoais e uma hierarquia social extremamente móvel. O subtítulo do primeiro volume de *Democracia na América* é muito sugestivo neste sentido: “de certas leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático”. Reside aí uma das características centrais do pensamento de Tocqueville, a relação entre o estado social e o estado político. Estado social, diz Tocqueville, “é geralmente produto de um fato, às vezes de leis, mais frequentemente das duas causas reunidas; mas dado que ele existe, pode-se considerá-lo como causa primeira da maioria das leis, dos costumes e das ideias que regulam a conduta das nações”. Segundo Furet, Tocqueville tentou compreender “um estado de espírito (...) que se pode também chamar de costumes

naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. São Paulo : Martins Fontes, 1998, pp. xi-xx.

⁶³³ Ibidem, pp. xx; *O Carapuceiro*, n. 5 (31/janeiro/1838) e n. 7 (11/maio/1837). Ver ainda, sobre esta temática, Ana Maria de Oliveira Burmester. “Tocqueville e a Revolução”, in: *As aventuras do pensamento*. Curitiba : Ed. da UFPR, 1993.

⁶³⁴ Robert R. Palmer. “A revolução”.

nacionais e que produz, dia após dia, a independência do social e o seu primado sobre o político”. Enfim, para Tocqueville, os costumes, o protestantismo, a uniformidade de hábitos entre os habitantes da cidade e do campo, as luzes do esclarecimento presentes em grande parte da população – tudo isso compunha o cerne do estado social democrático americano. E o estado político, por sua vez, era subordinado a todos esses fatores.⁶³⁵

Lopes Gama bebeu dessa fonte, e, ao refletir sobre a sociedade brasileira, aplicou esses conceitos em *O Carapuceiro* de maneira peculiar. Em dezembro de 1837, ironizando a recém-proclamada República de Piratini, disse:

Quando se diz aos nossos Republicanos, que o Brasil não está nas circunstâncias de governar-se Democraticamente, apontam-nos mui ufanos para os Estados Unidos da América do Norte, para a sua grandeza, e prosperidade, como se tivéssemos os mesmo elementos, como se o Brasil fosse povoado por famílias escolhidas, por filósofos, como se a nossa população fosse criada, como a daqueles Estados, com o leite da liberdade: eu porém apontarei aos nossos Republicanos, os Estados do Sul da América, as ex-colônias Espanholas(...) ⁶³⁶

Em primeiro lugar, fica evidente a apropriação das ideias formuladas por Tocqueville de que os norte-americanos eram “filósofos”, “famílias escolhidas”, “população criada” com o “leite da liberdade”. Em segundo lugar, é reveladora a preferência em comparar os brasileiros com os habitantes das ex-colônias espanholas, que se tornaram repúblicas, e “depois de males incalculáveis”, debatiam-se e lutavam “na voragem da guerra civil”. Para o pensador francês, seria impossível transplantar as leis americanas para a Europa, pois no Velho Mundo os costumes eram muitos distintos, para Lopes Gama, seria impossível transplantar essas leis para o Brasil pelo mesmo motivo. Em artigo de dezembro de 1837, agora ridicularizando a República na Bahia, o Padre Carapuceiro afirmou que o Brasil não tinha condições de ser uma república, devido à corrupção, à imoralidade, ao desleixo na educação, à falta de religião e à escravidão. Comparando os norte-americanos com os brasileiros, ele disse que, enquanto os primeiros consideravam a “liberdade como dever religioso”, para os segundos, a “liberdade é sinônimo de roubos e assassinios”; enquanto os americanos eram laboriosos e dados à indústria, os brasileiros foram criados “no ócio, no luxo, e na

⁶³⁵ Alexis de Tocqueville. *Democracia na América*, t. I, p. 107; François Furet. “O sistema conceptual da Democracia na América”, p. XXVI. Sobre a obra de Tocqueville como um todo, ver ainda Célia Galvão Quirino. “Tocqueville: sobre a liberdade e igualdade”, in: Francisco C. Weffort (org.). *Os clássicos da política*. v. II. São Paulo : Ática, 1989.

⁶³⁶ *O Carapuceiro*, n. 66 (2/dezembro/1837).

dissipação”; enquanto os americanos queriam se livrar da escravidão, o “Povo brasileiro cada vez se mostra mais empenhado na importação dessa raça desgraçada”. Lopes Gama construiu, assim, uma visão extremamente ideológica dos Estados Unidos, pois se sabe que na parte sul deste país a escravidão ainda era uma fortíssima instituição. Mesmo com a abolição do tráfico negreiro em 1807, a população escrava estadunidense continuava a crescer, reproduzida em cativeiro.⁶³⁷

Em março de 1839, Lopes Gama afirmou: “Igualdade no Brasil! É um sonho, é uma utopia, porque se há país eminentemente aristocrata, é o nosso”. Seguiu dizendo que, no Brasil, todos almejavam receber o tratamento de Dom. Em maio de 1839, criticando os acontecimentos que transcorriam no Rio Grande do Sul, isto é, a Revolução Farroupilha, disse que a democracia é “excelente para outros Povos, não é adaptada as nossas circunstâncias, não é conforme os nossos hábitos, usos, e costumes”. Em janeiro de 1839, repetiria a formulação de que a democracia não era compatível com os brasileiros devido aos maus hábitos, à miserável educação, ao tráfico de escravos incessante, à população heterogênea com costumes eminentemente aristocratas e ao espírito de insubordinação e impunidade.⁶³⁸

Assim, observamos que Lopes Gama divulgou em seu bem sucedido periódico uma vertente do pensamento conservador fortemente embasada na noção de que o estado social da sociedade no Brasil incapacitava este povo de ser regido por instituições eletivas. O estado político deveria estar de acordo com os hábitos e costumes da população. Por conseguinte, esse Padre embasou teoricamente uma de suas propostas políticas centrais: “Talvez nos conviesse a princípio uma Constituição, em que menos predomine o elemento Democrático”.⁶³⁹ O eixo do pensamento de Lopes Gama era que “o povo do Brasil é tão apto para a democracia como o muçulmano para conhecer a jurisdição do papa”.⁶⁴⁰

Em fevereiro de 1838, falando a respeito da eleição do primeiro regente uno, na qual se sagrou vencedor Feijó, ironizou, dizendo que “obtiveram no Pará não poucos

⁶³⁷ Alexis de Tocqueville. *Democracia na América*, t. I, p. 418; *O Carapuceiro*, n.72 (21/dezembro/1837). Outro artigo que compara o Brasil com os E.U.A. e com as ex-colônias espanholas da América em *O Carapuceiro* n. 3 (9/janeiro/1839). Sobre a reprodução da escravidão em cativeiro, na parte sul dos Estados Unidos, cf. Robin Blackburn. *A queda do escravismo colonial*.

⁶³⁸ *O Carapuceiro*, n. 10 (2/março/1839); *O Carapuceiro*, n.19, (28/maio/1839); *O Carapuceiro* n.5 (16/janeiro/1839).

⁶³⁹ *O Carapuceiro*, n. 5 (31/janeiro/1838).

⁶⁴⁰ *O Carapuceiro*, n. 1 (17/01/1838).

votos os facinorosos, e bem conhecidos trapilhas, e chichimecos Vinagre, Eduardo, e um Padre muito devasso, e desordeiro, vergonha do clero e opróbrio da religião”.⁶⁴¹ Em seguida, fez a recorrente comparação embasada em Tocqueville: “nos Estados Unidos, quando se procede à eleição de seu Presidente, quais são os candidatos? Os homens mais respeitáveis por seu saber, por suas virtudes, por serviços prestados à Pátria”.⁶⁴² Percebe-se que a visão que Lopes Gama construiu dos Estados Unidos foi bastante idealizada, e o polo oposto a esse mundo ideal para o desenvolvimento da democracia era o Brasil, local absolutamente impróprio para esse sistema.

No mesmo artigo, de fevereiro de 1838, Lopes Gama voltou-se contra a ideia de eleições diretas no Brasil, tal qual defendiam os adeptos de Sabino.⁶⁴³ Para isso, citou o exemplo de um cargo que já era estabelecido através de eleições diretas:

O que seria no Brasil uma eleição direta? Nós temos a amostra do pano em as eleições de Juízes de Paz. Quando estes em Pernambuco, antes da Lei Provincial de 14 de Abril,⁶⁴⁴ gozavam de onipotência, que lhes outorgaram o *santo* Código de Processo, e outras Leis, quase geralmente eram nomeados os piores homens da Comarca, do Termo, do Município. Com poucas honrosas exceções mormente por esses matos, e por essas praias viam-se ocupando o importante cargo de Juízes de Paz verdadeiros réus de polícia, borrachos de profissão, e até ladrões de cavalo; entretanto eram os Snrs. Juízes, que podiam pronunciar, prender, e mandar atirar ao cidadão mais probo, mais sisudo, etc., etc. Considerem meus pios Leitores o que seria de nós se proclamada a tal República se procedesse por eleições diretas (que são essenciais nas Democracias) para Presidentes dos nossos Estadinhos, para Senadores, Deputados etc., etc.?⁶⁴⁵

Em julho de 1839, em artigo intitulado “As nossas eleições populares”, disse que “as chapas, ou listas dos Eleitores parecem cartas preparadas por destros pelotiqueiros; por que a tática é apresentarem nelas os nomes daqueles, cujos votos desejam pilhar” e que, quando se aproximam as eleições, “sujeito há que então se constitui um Árabe do deserto; por que montado em um cavalo percorre todo esse centro, transpõe as serranias dos nossos sertões, e de colégio em colégio vai manjubando votos”. Assim, ele sustentou “que sem cabalar ninguém consegue se eleger”, e ironizou a ideia de que os mais votados constituíam-se em representantes da nação:

⁶⁴¹ Eduardo Nogueira Angelim e os irmãos Vinagre foram líderes populares da Cabanagem (1834-1840). O “Padre muito devasso” referido provavelmente é o Cônego Batista Campos, outro líder popular que morreu pouco antes da eclosão do movimento cabano.

⁶⁴² *O Carapuceiro*, n. 9 (14/fevereiro/1838).

⁶⁴³ *O Carapuceiro* n. 39 (9/fevereiro/1833) e n. 54 (25/maio/1833).

⁶⁴⁴ Ele referia-se a lei analisada no subtítulo 4.2.

⁶⁴⁵ *O Carapuceiro* n. 9 (14/fevereiro/1838).

E venham cá embarçar-me com o palavreado de vontade geral, e representação da Nação. Toda essa nomenclatura é rigorosamente uma ficção; é todavia o que deveria ser, mas de fato com poucas, e honrosas exceções os eleitos não são, nem jamais seriam escolhidos pela vontade livre, e espontânea dos Povos; que se assim fora não veríamos com mágoa tanto bajoujo, tanto animal quase irracional constituído Representante da Nação, ou Província. O profundo Machiavel, e depois, Montesquieu estabeleceram o princípio de que o Povo tem um critério admirável em suas eleições: mas com o devido respeito, ou esses grandes homens não sabiam o que eram as cabalas, ou referiam-se a Povos, mui diferentes dos nossos a esse respeito.⁶⁴⁶

Novamente Lopes Gama expressou a ideia de que o Povo brasileiro não era adaptável às práticas democráticas. Sua preocupação central foi questionar noções básicas da nova cultura política que estava emergindo, ou seja, relativizar a validade de conceitos como “vontade geral” e “representação da Nação”. Interessante notar, também, como ele misturou a sua tão famosa crítica de costumes com a divulgação de suas concepções políticas, pois, ao dizer que, aproximando-se as eleições, o “pai atraíça o filho, o filho o pai, o irmão ao irmão”, conferiu conotação imoral ao processo eleitoral, deslegitimando-o por completo, seja na esfera pública, seja na esfera na privada. Em outro artigo, de outubro de 1837, intitulado “O sistema que felizmente nos rege”, ironizou aqueles que se utilizavam dessa expressão para ovacionar o Regime Monárquico Representativo. Mais uma vez, criticou a distância entre a teoria e a prática, e afirmou que era uma grande piada a ideia de “representação nacional”, pois os deputados e senadores não representavam a “vontade geral”, e sim, um terço da população livre e, principalmente, as cabalas do partido dominante. Por fim, sugeriu que os legisladores não deveriam ser chamados de representantes da nação, e sim de tutores.⁶⁴⁷

Em agosto de 1837, publicou uma suposta carta de um leitor, que dizia que o regime representativo não funcionava no Brasil, porque o sistema político era liberal de direito e absoluto de fato. Lopes Gama concordou com a asserção desse suposto leitor e ironizou todos aqueles que falavam que, quando os representantes da nação legislassem, todos os males do país seriam solucionados. E então – questionou Lopes Gama – os males foram solucionados? Infelizmente não, respondia ele.⁶⁴⁸

⁶⁴⁶ *O Carapuceiro*, n. 21 (4/junho/1839). Conferir, ainda, descrições críticas do processo eleitoral, ironias à prática da cabala e ao processo de captação de votos em *O Carapuceiro* nº 19, 39, 42, 43 e 46 (1842).

⁶⁴⁷ *O Carapuceiro*, n. 55 (25/outubro/1837).

⁶⁴⁸ *O Carapuceiro* n. 38 (26/agosto/1837).

Em julho de 1839, o viés da crítica foi outro, mas o alvo o mesmo – o sistema representativo. Segundo ele, o intenso tráfico de empregos públicos era uma das características inerentes a esse sistema. O funcionário público procurava tirar o máximo proveito possível enquanto no exercício de sua função, pois sabia que, com qualquer mudança na situação política, seria demitido. Segundo o Padre Carapuceiro, o sistema representativo era um regime de transações, o cunho do egoísmo. Tal sistema – ainda segundo ele – induzia o poder executivo ao erro, formava um povo de intrigantes e talvez estivesse acalentando as diversas revoltas que então se sucediam, isto é, a Sabinada, na Bahia, a Cabanagem, no Pará, a Farroupilha, no extremo sul, e a Balaiada, no Maranhão. Concluiu dizendo que se o convencessem de que as eleições escolhiam os melhores, defenderia que todos os funcionários públicos fossem eleitos, mas isso raramente acontecia. “Acolha-se e proteja o mérito” – proclamou ao fim, numa clara demonstração de que acreditava que o escrutínio público de maneira alguma valorizava essa característica no candidato.⁶⁴⁹

Mesmo demonstrando desilusão com o sistema representativo, ele acreditava que a representação nacional e provincial deveria ser mantida, até porque ele foi um indivíduo que sobreviveu politicamente dentro dos espaços públicos, ou seja, desde a Revolução do Porto (1820) ele se destacou escrevendo jornais e, depois de seu sucesso como jornalista, ele se afirmou como deputado com cadeira cativa na Assembleia Provincial (1835-1845). A liberdade imprensa e a representação nacional deveriam permanecer intocadas.⁶⁵⁰ As críticas que o Padre Carapuceiro realizou ao sistema representativo não tinham a intenção de destruí-lo, mas de reformá-lo. Quando nos deparamos com críticas de Lopes Gama ao sistema representativo, temos que ter em mente que se por um lado ele ridicularizava certos pressupostos do sistema, por outro, ele sempre defendia o sistema como única forma de superar o absolutismo. Era preciso, pois, dar apenas um passo atrás, não dois. O final da década de 1830 foi uma época de revisão das utopias liberais. Uma época de ajustes.⁶⁵¹

Além de propor o fim das eleições para as altas patentes da guarda nacional, a restrição dos poderes atribuídos ao corpo de jurados e aos juizes paz, Lopes Gama

⁶⁴⁹ *O Carapuceiro* n. 30 (23/julho/1839).

⁶⁵⁰ A defesa da liberdade de opinião como reguladora do sistema político e a defesa do sistema representativo, mesmo em meio a repetidas ironias a esse mesmo sistema, em *O Carapuceiro* nº 5, 9, 14, 43, 61 (1838) e 38 (1842).

⁶⁵¹ Para uma reflexão sobre o conceito de utopia, Reinhart Koselleck. *Futuro passado*.

formulou propostas para reestruturar o sistema eleitoral como um todo. Em dezembro de 1839, publicou dois artigos propondo medidas para evitar as distorções que o sistema eleitoral vigente criava distorções criticadas, como vimos, à exaustão por Lopes Gama. Ele propôs, grosso modo, cinco medidas.⁶⁵²

A primeira era mudar a renda mínima exigida para ser eleitor, para se candidatar a deputado e para se candidatar a senador. Para ser eleitor, deveria ser exigida a renda líquida anual de 1:000 \$ rs (o sistema vigente exigia 200\$ rs); para candidatar-se a deputado 1:500\$ rs (o sistema vigente exigia 400\$ rs); para candidatar-se a senador 2000\$ rs (o sistema vigente exigia 800\$ rs). A justificativa de Lopes Gama para essa proposta era clássica: a renda seria capaz de selecionar as pessoas mais aptas, mais honestas e mais desinteressadas para a liderança política.⁶⁵³ “Os cabalistas” – narrava Lopes Gama –, “confiados na facilidade de ser eleitos, visto que 200\$ rs de renda não há *pelintra* que deixe de ter, urdem a sua teia nas eleições primárias; e basta que tenham qualquer influência no inocente povo da paróquia para arranjar eleitores à sua vontade.” É interessante notar que Lopes Gama não pretendia modificar a renda mínima para o eleitor primário, para o votante, o eleitor de paróquia:

Não sou de parecer que se altere o rendimento dos que têm de votar nas eleições primárias; justo é que o Povo continue a exercer esse importante ato de Soberania até pela razão de que muito convém, como diz o Sr. Jeremias Bentham, que em o Regime Representativo os grandes, os poderosos, os Legisladores &c. estejam em certa dependência do Povo, a fim de lhes abater o natural orgulho, a fim de que o elemento Democrático reprima as exclusivas pretensões d’Aristocracia.⁶⁵⁴

Além da curiosa citação elogiosa de Bentham, filósofo alvo de repetidas críticas por ser o porta-voz daquilo que o Padre Carapuceiro denominava de doutrina sensualista, a argumentação de Lopes Gama é muito interessante. A base do sistema eleitoral, as eleições primárias, deveria permanecer intocada. Afinal, o povo deveria ter a sensação de que participava do processo de decisão política. Era preciso, segundo Lopes Gama, “abater o natural orgulho” do povo. A mudança deveria ocorrer nas esferas superiores, isto é, nas eleições secundárias e na restrição das possibilidades de candidatura para deputado e senador. A mudança deveria ocorrer, segundo o escritor de *O Carapuceiro*, na esfera que realmente definia o processo eleitoral. Afinal, acreditava

⁶⁵² *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839)

⁶⁵³ Conferir reflexões dessa natureza, formuladas pelos liberais doutrinários franceses, os quais influenciaram fortemente a política ibero-americana, em Antônio Manuel Hespanha. *Guiando a mão invisível*, pp. 95-106

⁶⁵⁴ *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839).

ele, “onde há pobreza, não se dá independência; pois é já mui sabido que *quando a necessidade entra pela porta, a virtude escapa-se pela janela* [grifos de Lopes Gama].” Ele propunha, em última análise, uma aristocratização do sistema eleitoral. A renda exigida para ser eleitor não era suficiente para diferenciar os proprietários dos não proprietários. Quem deveria estar representado no parlamento, segundo Lopes Gama, era a classe proprietária. Para ele, a maioria do corpo legislativo deveria ser composta por homens “industriosos”, isto é, agricultores, comerciantes e outras pessoas que contribuíssem com impostos.⁶⁵⁵

A segunda proposta, segundo o redator de *O Carapuceiro*: “deixe de prevalecer entre nós (contra o literalmente disposto na Constituição) a perniciosa máxima de os Ministros de Estado só serem escolhidos na maioria da representação nacional, quero dizer, tenha o poder moderador plena liberdade de ir buscar os seus ministros onde bem lhe parecer (...)”.⁶⁵⁶ Lopes Gama criticava, em suma, a dependência do poder executivo em relação à maioria parlamentar. Dois anos depois, em 1841, o Conselho de Estado era reinstituído. O Poder Moderador, dessa forma, voltava a ganhar contornos práticos. Com isso, o imperador ficava mais à vontade para montar seu ministério, não dependendo completamente da maioria parlamentar. Caso o grupo majoritário não estivesse de acordo com a política ministerial, a câmara poderia ser dissolvida e novas eleições seriam convocadas. A essência da proposta de Lopes Gama – tornar o imperador menos dependente da maioria parlamentar – foi implantada no início do segundo reinado.

A terceira proposta era que o deputado que aceitasse qualquer emprego do governo ficasse sujeito à nova eleição, caso quisesse retomar assento na câmara. A quarta proposta era aumentar a idade mínima exigida de um deputado, de 21 para 30 anos. A quinta e última proposta era que o representante da nação, se fosse funcionário público, não recebesse salário durante as sessões legislativas.⁶⁵⁷

Percebe-se que Lopes Gama tinha duas preocupações principais. A primeira era reduzir ao máximo as instituições eletivas no Brasil. Para isso, ele se valeu, como já vimos, do argumento de que os hábitos e costumes do povo (estado social) não habilitavam o Brasil para ser regido por instituições eletivas em excesso (estado

⁶⁵⁵ Ibidem. Conferir artigo intitulado “O Industrialismo”, em *O Carapuceiro* nº 40 (13/setembro/1839).

⁶⁵⁶ *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839).

⁶⁵⁷ Ibidem.

político). O Padre Carapuiceiro não pretendia, entretanto, acabar com todas as instituições eletivas. A base do sistema representativo deveria ser mantida, isto é, as eleições para deputados (gerais e provinciais) e senadores. Esta é a segunda grande preocupação de Lopes Gama: ajustar o sistema representativo. Durante o segundo reinado, ocorreram diversas reformas na legislação eleitoral. O debate público sobre o sistema eleitoral foi praticamente ininterrupto. Os problemas apontados por Lopes Gama – a relação do executivo com o legislativo, a qualificação dos votantes e eleitores e a complicada participação de funcionários públicos no processo eleitoral – foram todos pontos centrais nas reformas eleitorais subsequentes.⁶⁵⁸

Por tudo isso, talvez seja mais preciso denominar os movimentos políticos não pelas alcunhas pejorativas que os adversários desses movimentos criaram. *Regresso* alude à ideia de reação. *Reforma*, que era como Lopes Gama queria que fosse chamado o ideário que apoiava, alude à imagem de construção. O Padre Carapuiceiro – defendemos essa tese – foi um construtor dos espaços públicos. Tendo em vista que uma prática primordial para a emergência da esfera pública foi a representação política, base do parlamento, o regresso conservador estava, portanto, construindo o sistema representativo. É preciso não confundir democracia com sistema representativo. Democracia – para Tocqueville, para Lopes Gama e para seus contemporâneos – significava igualdade de condições políticas. O sistema representativo do século XIX, por sua vez, era notadamente um sistema que defendia as desigualdades, sobretudo a desigualdade política entre proprietários e não proprietários. Basta lembrar que o sistema representativo se consolidou na Inglaterra depois da Revolução Gloriosa (1688-1689), e que no parlamento britânico existia a câmara dos lordes, representando proprietários nobilitados, e a dos comuns, representando proprietários em geral.⁶⁵⁹

⁶⁵⁸ Primeiro em 1846, depois em 1855, ocorreram duas grandes reformulações eleitorais no império. A legislação eleitoral está descrita em Eneida Desireé e Salgado e Emerson Gabardo. “O processo eleitoral no Brasil Império”. *Paraná eleitoral*, nº 47, janeiro de 2003. Conferir também José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2004.

⁶⁵⁹ Para uma crítica à historiografia que insiste em afirmar que o sistema representativo no Brasil do século XIX era falseado, assim como uma reflexão conceitual sobre os elementos básicos de um sistema representativo nos oitocentos, demonstrando que eles estavam presentes no Brasil imperial, cf. Miriam Dolhnikoff. “O governo representativo no Brasil do século XIX”. *Anais da I Semana Internacional da Amazônia Tocantina / IV Encontro de História da Amazônia Tocantina*. Cametá, 5 a 8 de julho de 2011; Idem. “Império e governo representativo: uma releitura”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, Jan./Abr. 2008. Realizei uma análise específica sobre a mudança de posicionamento de Lopes Gama entre 1829 e 1840, sobretudo sua mudança de posicionamento em relação aos juízes de paz, ao júri e a guarda nacional, instituições defendidas publicamente durante a crise do primeiro reinado e criticadas a partir de 1835. Nessa análise, uma das conclusões foi a de que os ajustes no sistema representativo propostos por

Deve-se lembrar, assim, que o sistema representativo do século XIX era eminentemente aristocrático.⁶⁶⁰ Quem era representado na câmara e no senado imperial eram os proprietários. Tratar de propriedade no Brasil do século XIX é, sobretudo, tratar de propriedade escrava. Parte da historiografia, sobretudo no contexto da Guerra Fria, não realizava estudos verticalizados sobre as instituições políticas imperiais, porque estas eram consideradas aspecto de menor importância dentro de uma sociedade escravista. A existência da escravidão, dessa forma, deslegitimava realização de pesquisas sobre o advento do liberalismo no Brasil do século XIX. Essas interpretações, fortemente influenciadas por um estruturalismo reducionista, postulavam que as ideias liberais no Brasil oitocentista eram “ideias fora do lugar”.⁶⁶¹ Atualmente, porém, estudos conseguem conciliar a emergência de um sistema liberal e constitucional com essa terrível peculiaridade da sociedade imperial brasileira, isto é, a prolongada sobrevivência do tráfico negreiro e da própria instituição da escravidão, se comparado o Brasil com outras nações ocidentais. O regresso (ou, se preferir, a reforma) foi um movimento político que concatenou três importantes dimensões, a saber, discussão jornalística, prática parlamentar e reabertura do comércio atlântico de escravos num volume jamais visto antes no Brasil, nem mesmo em tempos coloniais.

4.4 – O Carapuceiro e a política da escravidão

O posicionamento de Lopes Gama a respeito do tráfico de escravos demonstra, como já afirmamos anteriormente, que a passagem de um indivíduo pelo parlamento é capaz de alinhá-lo às diretrizes de um partido. O Padre Carapuceiro modificou sensivelmente sua opinião pública em relação à política da escravidão quando tomou assento na câmara dos deputados em 1840. Após breve passagem pelo parlamento, como deputado substituto, ele passou a defender a manutenção do comércio transatlântico de africanos em consonância com o ideário saquarema.⁶⁶²

Lopes Gama não tinham a intenção de destruí-lo, mas de ajustá-lo. Cf. Ariel Feldman. “A cidadania no final do primeiro reinado (1830)”

⁶⁶⁰ Bernard Manin. *The principles of representative government*. Cambridge : Cambridge University Press, 2002.

⁶⁶¹ Essa expressão foi consagrada pelo crítico literário Roberto Schwarz, em artigo publicado em 1973 que teve enorme repercussão na década de 1980. “As ideias fora do lugar”, in: Idem. *Ao vencedor as batatas* : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1981.

⁶⁶² Alguns indícios apontam para um envolvimento de Lopes Gama e sua família mais próxima com a propriedade agrária e a produção baseada na mão-de-obra escrava. Pressupõe-se, contudo, que embora ele e sua família pudessem extrair algum lucro com esse tipo de atividade, tratava-se de uma produção em pequena escala. Entende-se que a principal fonte de renda de Lopes Gama era oriunda de seu salário

Recentemente, a historiografia demonstrou que a lei de novembro de 1831 não foi uma “lei para inglês ver”. Foi uma legislação aprovada pelo parlamento brasileiro, a qual não apenas ratificou os termos do tratado celebrado com a Inglaterra em 1826, como acrescentou artigos que faziam dela um instrumento ainda mais eficaz no combate ao tráfico de escravos. Enquanto o tratado anglo-brasileiro previu punições apenas aos navios negreiros apreendidos em alto-mar e o julgamento da embarcação pega em flagrante, a lei brasileira declarou livre todo escravo desembarcado depois de novembro de 1831 e ampliou a possibilidade de punição aos fazendeiros implicados no

como lente de retórica, das funções que exerceu nas instituições de instrução pública, dos honorários que recebeu como deputado geral e provincial e da atividade jornalística. Dessa forma, acredita-se que sua opinião em relação ao tráfico atlântico e à escravidão não foi pautada em interesses pessoais ou familiares. Contudo, é preciso ter em mente que Lopes Gama vivia em uma sociedade escravista, possuía escravos domésticos e, muito provavelmente, se beneficiava de alguma forma do trabalho cativo rural. Em 1831, ele defendeu publicamente sua irmã, Ana Boaventura do Carmo, em uma querela envolvendo um empréstimo concedido pelo cônsul da Holanda. Sua irmã precisava de dinheiro para comprar bois, escravos e outros materiais para o Engenho Matupirama. Cf. Suplemento ao *Diário de Pernambuco* nº 74 (1831). Essa irmã é a mesma que, segundo um amigo e biógrafo de Lopes Gama, o criara. Ainda segundo esse biógrafo, “depois da abdicação, vendo Frei Miguel desamparada dos bens da fortuna a sua irmã que o criara, D. Ana Benedita Boaventura do Carmo, e suas sobrinhas, entendeu que devia secularizar-se, como, de fato, fez, (...) e chamou-as para sua companhia (*Diário de Pernambuco* de 30/abril/1853)”. Conclui-se, portanto, que Lopes Gama estava diretamente vinculado à renda e à sobrevivência dessa irmã e de seus filhos. Ao que tudo indica, familiares próximos de Lopes Gama também tinham propriedades na freguesia da Escada, situada na zona da mata sul, local onde Lopes Gama admitiu ter morado por três anos (*Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*, p. 182). Em 1847, na seção “Escravos Fugidos” do *Diário Novo* (nº 31) foi oferecida recompensa para quem capturasse uma parda de nome Rosa, que fugira junto com seu filho Francisco. A fuga ocorrera no lugar das Candeas, na casa de quem assinou o anúncio (não ficou claro quem era o assinante). Quem capturasse a escrava deveria entregá-la na casa do anunciante, ou no engenho de Massauassú, na freguesia da Escada, casa do major Candido José Lopes de Miranda. Se a escrava fosse achada no Recife, que fosse entregue no Manguinho, isto é, na casa do Padre Mestre Lopes Gama. Não foi possível identificar quem era exatamente Candido José Lopes de Miranda, mas pressupõe-se que ele deva ser um parente próximo de Lopes Gama, já que aparece, juntamente com João Sérgio Cêzar de Andrade, sobrinho do Padre Carapuceiro e filho de sua irmã Ana Boaventura do Carmo, pleiteando uma propriedade no subúrbio recifense de Poço da Panela. Cândido José Lopes de Miranda e João Sérgio Cêzar de Andrade alegavam que se tratava de uma herança de Josefa Senhorinha Lopes Gama, a qual também não foi identificada (*Diário Novo* nº 243 de 1847). Pressupomos, assim, que o engenho de Matupirama situava-se no subúrbio (hoje bairro) do Recife Poço da Panela, local privilegiado para escoar a produção por estar às margens do rio Capiberibe. Pressupomos, também, que o sítio do Manguinho, onde residiu Lopes Gama no final de sua vida, se situe próximo de onde hoje é Igreja de São José do Manguinho, no atual bairro da Graça, local que no século XIX ainda era rural. Por fim, o local onde Lopes residiu na freguesia (hoje município) de Escada provavelmente é o referido engenho de Massauassú. Sobre o sítio do Manguinho como residência de Lopes Gama, ver ainda o *Diário Novo* nº 253 de 1847, no qual o Padre Carapuceiro anunciou que teve um cavalo “ruço sujo” roubado. Segundo Gilberto Freyre, uma testemunha ocular que conheceu o Padre Carapuceiro em seu sítio do Manguinho, por volta de 1849, referiu-se a um enorme oratório de jacarandá com uma grande cruz negra por cima e uma lâmpada prata iluminando três imagens de santos, onde o célebre jornalista realizava suas devoções. Cf. “Um ortodoxo brasileiro do século XIX”. Sobre um escravo de Lopes Gama que foi preso por uso de armas, cf. *Diário de Pernambuco* nº 221 (01/10/1852). Frisemos, ainda, que Lopes Gama partiu num vapor, em 1846, acompanhado de um escravo. Ele se dirigia ao Rio de Janeiro para assumir a cadeira de deputado geral pelas Alagoas. Cf. *Diário Novo* nº 82 (1846).

contrabando. A legislação de 1831 foi, portanto, uma tentativa do parlamento de afirmar a soberania nacional brasileira perante os ingleses.⁶⁶³

O dado mais conclusivo que demonstra a efetividade da lei foi a queda do número de africanos desembarcados no Brasil entre 1831 e 1835. Foram introduzidos no império apenas 10 mil escravos durante esses quatro anos.⁶⁶⁴ Após a ascensão do ministério das capacidades, em 1837, é que realmente a lei se tornou apenas “para inglês ver”. Em 1837, foram introduzidos 41 mil escravos; em 1838, 47 mil; em 1839, 61 mil. Trata-se de um volume grande até se comparado à época em que o comércio negreiro era legal e não sofria pressão internacional.⁶⁶⁵

Essa guinada escravista no Brasil a partir de 1837 é explicada, sobretudo, pela ascensão dos regressistas ao poder. O *Regresso* foi um movimento que teve como uma de suas pautas centrais a reabertura do tráfico negreiro em forma de contrabando. Sobretudo o núcleo saquarema, eminentemente fluminense, estava preocupado com o provimento de mão de obra para a produção de café do vale do Paraíba, rio que nasce em São Paulo, passa brevemente por Minas e tem boa parte de seu curso no Rio de Janeiro. Lembremos que na década de 1830, o café passou a ser o principal produto da pauta de exportações brasileiras. O movimento regressista, especialmente em sua vertente fluminense, gravitou em torno de três eixos que se articulavam: produção cafeeira, tráfico negreiro e centralização do judiciário.⁶⁶⁶

É preciso enfatizar que as articulações políticas que permitiram a longevidade do tráfico no Brasil foram diferentes, em um aspecto, às que permitiram essa mesma longevidade em Cuba, a outra única localidade que continuou recebendo mão de obra escrava século XIX adentro. Em Cuba, ainda colônia espanhola, ao longo do século

⁶⁶³ Tâmis P. Parron. *A política da escravidão no império do Brasil*, pp. 28-88; Neuma Brilhante Rodrigues. “‘Tratados extorquidos’: considerações de Raimundo José da Cunha Mattos acerca do tratado do fim do tráfico negreiro para o Brasil”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

⁶⁶⁴ A queda do número de escravos contrabandeados no início da década de trinta pode ser explicada por alguns fatores, como por exemplo, a ameaça restauradora presente até 1834, que fez o comércio brasileiro se afastar, temporariamente, de muitos traficantes lusitanos. Outro fator que pode ser dado como exemplo é a abolição da escravidão, em 1833, no caribe inglês, a qual repercutiu em todas as potências escravistas da América, fazendo com que elas reformulassem suas políticas. Tâmis P. Parron. “Política do tráfico negreiro”, pp. 98-100.

⁶⁶⁵ Eltis, David; Behrendt, Stephen; Richardson, David & Herbert, S. Klein. *The trans-Atlantic slave trade: a data-base on CD-Rom*, apud. Tâmis P. Parron. “Política do tráfico negreiro”, p. 110.

⁶⁶⁶ A relação entre a centralização do judiciário e a reabertura do tráfico atlântico de escravos é explicada por Tâmis P. Parron. *A política da escravidão no império do Brasil*, pp. 88-144. A relação entre os saquaremas, o tráfico de escravos e a produção cafeeira do vale do Paraíba foi pioneiramente formulada por Ilmar R. Mattos. *O tempo saquarema*.

XIX, os espaços públicos de discussão política foram duramente restringidos. Por outro lado, os regressistas brasileiros, no final da década de 1830, tiveram que formular políticas de apoio ao tráfico sistêmico na imprensa e no parlamento. Nesse mesmo período, era instituído o segundo império espanhol, cujo arranjo político excluiu a representatividade colonial no Parlamento peninsular, suspendeu indefinidamente a Constituição no ultramar e buscou, acima de tudo, proteger ao contrabando negreiro. A elite açucareira de Havana trocava a representação política formal no parlamento peninsular pela suspensão dos direitos constitucionais na ilha. Seria mais fácil, acreditavam os cubanos e espanhóis, manter a escravidão e o tráfico sem imprensa e sem parlamento. O pleno funcionamento dos espaços públicos de discussão política poderia causar transtornos ao *status quo* escravista cubano. A opção do império espanhol foi, portanto, a de restringir a circulação da informação. No Brasil, foi diferente, pois a reabertura do tráfico em um volume jamais visto antes teve que ser articulada na imprensa e no parlamento.⁶⁶⁷

A campanha jornalística massiva em prol da reabertura do tráfico ganhou força no Rio de Janeiro em meados de 1835.⁶⁶⁸ Nesse ano, Bernardo Pereira de Vasconcelos discursou no parlamento afirmando que “a escravidão dos africanos não era tão odiosa como a representavam alguns outros Srs.; que ela era acomodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos, que melhoravam de condição”.⁶⁶⁹ Segundo Tâmis Parron, “desde 1827, nas ponderações parlamentares sobre o tratado anglo-brasileiro, não circulava no espaço público opinião tão francamente pró-escravista”. Em 1836, o município fluminense de Valença e a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro peticionaram à Assembleia Geral, solicitando a revogação da lei de novembro de 1831.⁶⁷⁰ A campanha jornalística em prol da reabertura do tráfico ganhou força, portanto, no mesmo momento em que a sociedade civil, através de petições, e alguns parlamentares se mobilizaram para derrubar a lei de 1831.

⁶⁶⁷ Márcia Berbel; Rafael Marquese & Tâmis Parron. *Escravidão e política : Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo : Hucitec /Fapesp, 2010, pp. 260-276. Uma análise sobre relação entre a continuidade do tráfico de escravos em Cuba e a manutenção do *status quo* colonial em Rafael de Bivar Marquese. “A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas”, in: Marco A. Pamplona; Maria Elisa Mäder. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

⁶⁶⁸ Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 105-159.

⁶⁶⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados). Sessão de 24 de julho de 1835, apud. Tâmis P. Parron. “Política do tráfico negreiro”, p. 104.

⁶⁷⁰ Tâmis P. Parron. “Política do tráfico negreiro”, p. 104.

Em outubro de 1835, o principal porta-voz da imprensa escravista, o jornal fluminense *O Sete de Abril* afirmava que “a extinção da escravatura não se realizará em nossos dias, que sua continuação é indispensável e continuará a sê-lo no Brasil, por anos, e talvez por séculos”. Um ano depois, esse mesmo jornal fazia coro às pretensões de Vasconcelos no parlamento, isto é, propunha a revogação da lei de 1831, afirmando ser ela uma “lei que pode produzir um incêndio em todo o Brasil; lei que anima a delação, que dá ao roubo a cor da virtude (...) origem de muitos males presentes e futuros (...)”. Em outra edição de 1836, afirmou *O Sete de Abril* que a lei “não será nunca observada, enquanto (...) os Sováhs da Costa d’África não mudarem o costume de reduzir à escravidão seus conterrâneos, dando-os por diminuto preço a estrangeiros a quem falecem braços para os trabalhos árduos de sua lavoura (...)”. Em 1837, *O Sete de Abril*, em consonância com a mudança de postura do movimento que pretendia reabrir o tráfico, já pensava menos em revogar a lei e mais em descumpri-la. O jornal, agora porta-voz da reabertura do tráfico em forma de contrabando, colocou como suas principais exigências “a interpretação do Ato Adicional e [a] cessação dos tropeços que se lançam ao Comércio a pretexto de evitar a importação de africanos tão necessários ao Brasil”.⁶⁷¹

Lopes Gama transcreveu, como já vimos, artigos de *O Sete de Abril* em *O Carapuceiro*. Quando sua preocupação era atacar o partido da oposição, ele mostrou-se alinhado com o principal jornal saquarema. Quando o assunto era a continuação do tráfico de escravos, contudo, seu posicionamento foi diferente. *O Carapuceiro*, entre 1837 e 1839, defendeu com veemência a aplicação da lei de 1831.

Em maio de 1837, Lopes Gama escreveu artigo intitulado “O que falta ao Brasil”. “A escravatura” – escrevia ele – “que nele [Brasil] introduziram um fermento de imoralidade que por largos anos trará aziumada e corrompida por largos anos a massa da nossa população (...)”. Na sequência, ele escreveu que “se nos não era praticável libertar a todos [escravos] de chofre, ao menos cuidarmos nos meios de sua manumissão lenta e progressiva, abstendo-nos absolutamente da importação dessas tristes vítimas da nossa nunca desculpável ambição: tudo, porém, aconteceu de pelo revéz”. Concluiu o Padre Carapuceiro dessa forma:

(...) quisemos ombrear com os povos mais adiantados no gozo da Liberdade conservando ao mesmo passo a mísera escravatura e prosseguindo no mesmo tráfico

⁶⁷¹ Respectivamente, *O Sete de Abril* de 31 de outubro de 1835, de 27 de julho de 1836, de 28 de setembro de 1836 e de 2 de setembro de 1837. Todos citados por Alain El Youssef. *Imprensa e Escravidão*, pp. 170-189.

iníquo e horroroso de carne humana; e, em consequência, temos metido em nós um número espantoso d'escravos, não obstante a Lei civil, não obstante a razão, obstantes os gritos de consciência religiosa, perpetuando destarte uma das mais prolíficas sementes da imoralidade, e retrogradação [sic] do Brasil.⁶⁷²

Alguns dias depois, Lopes Gama escreveu crítica semelhante a essa:

(...) conhece-se a peste que se mete no Brasil introduzindo –lhe escravatura: ninguém desconhece que cada escravo que se importa no nosso litoral é um barril de pólvora, que algum dia servirá para a mais horrível explosão. Entretanto, apesar de Tratados, de Leis, de Autoridades, comerceia-se em carne humana quase como em carne de vaca: embarcações chegam todos os dias carregadas dos nossos semelhantes e um Povo que se diz Cristão, um Povo cujos caudilhos e desfrutadores lhe tem metido em cabeça tantas fumaças de liberalismo e filantropia, compra e vende homens, como se foram burros. Quem sabe, se querem os pretos da Costa d'África para mestres de Moral?⁶⁷³

Em agosto de 1837, o Padre Carapuceiro escreveu artigo intitulado “Grande, e feliz descoberta em nosso comércio”. Ele ironizou a artimanha dos traficantes de escravos que, para efeitos oficiais, declaravam publicamente que estavam comerciando pipas de água salgada. “Quem poderia prever que água salgada d'Angola viria a ser um manancial de riquezas para nosso Pernambuco?” – ironizou Lopes Gama. Na sequência, ele narrou um diálogo fictício que supostamente teve com um amigo, discípulo de Jeremy Bentham e defensor do princípio da utilidade. A fala desse hipotético amigo é uma defesa da escravidão e do tráfico baseada no utilitarismo formulado por Bentham. Segue uma breve síntese desse discurso utilitarista. É preciso lê-lo, contudo, tendo em mente que Lopes Gama estava ironizando essa caricatura de discípulo de Bentham:

Cá nossos químicos ou alquimistas deram quinau nos Snrs. Ingleses; porque importa estes andem cruzando os mares para embarçar o tráfico de escravaria; se não podem embarçar a exportação d'água salgada d'Angola, a qual nossos pelotiqueiros sabem transubstanciar em escravos novos? E que belos pretinhos, todos da natureza de Vênus!

O que seria de nós se não fora a escravatura? Quem lavraria os nossos campos? Quem nos plantaria, limparia e cortaria a cana de açúcar? (...) como sem o cultivo dessa planta não poderia subsistir o Brasil, segue-se que é mui lícito, e mui justo o cativos dos Africanos.

O único princípio certo e verdadeiro de todas nossas ações é o interesse pessoal, que se funda na dor e no prazer: tudo que nos causa prazer é bom, tudo que nos causa dor é mau.

Uma vez admitido o princípio da *Utilidade*, como reprovamos a escravatura? O Patriarca do egoísmo, J. Bentham, define assim a Utilidade – A propriedade de uma ação, ou de

⁶⁷² O Carapuceiro nº 7 (11/maio/1837).

⁶⁷³ O Carapuceiro nº 10 (20/maio/1837).

um objeto em aumentar a soma de felicidade, ou em diminuir a soma de desgraças do indivíduo, ou da pessoa coletiva, sobre a qual pode influir a ação, ou objeto – Ora o cativeiro dos pretos da costa d’África aumenta a soma de felicidade dos mesmos pretos, e de quem os compra, e diminui a soma de desgraça destes e daqueles; logo a escravidão no Brasil é cousa útil, quero dizer; é do interesse bem entendido de um e de outro.

O levante de escravos ou aparecerá, ou não, e bem se pode acautelar com boas leis repressivas; mas o açúcar, que me eles [os escravos] fabricam é um prazer real, pronto e atual, e consequentemente o conservar é do bem entendido interesse do Brasil.⁶⁷⁴

Nessa aguda ironia à filosofia utilitarista, um dos principais alvos de críticas do Padre Carapuceiro na década de 1830, todo o discurso escravista é desconstruído. Em um discurso indireto, Lopes Gama ironizou os argumentos centrais dos defensores da reabertura do tráfico, como a ideia de que rebeliões poderiam ser controladas, a noção de que o escravo melhorava de vida ao sair da África e o julgamento de que sem braços escravos o Brasil não se sustentaria. Ao final desse diálogo fictício, Lopes Gama escreveu que “nada mais disse o socarrão do meu Amigo, e eu de queixo caído fiquei sem lhe saber responder”.⁶⁷⁵

Um ano depois, em setembro de 1838, Lopes Gama recomendava: “cuide-se em fazer que os Povos tomem amor ao trabalho, e se tornem industriosos, sobretudo [palavra ilegível] toda diligência por ir lenta e incessantemente acabando com o horrível e vergonhoso tráfico de carne humana”.⁶⁷⁶ Em janeiro de 1839, Lopes Gama traçou o histórico recente do contrabando negreiro. “Logo que se publicou o Tratado [1826, com a Inglaterra], nossos agricultores foram cuidando em angariar braços livres (...); mas apenas se encetou o contrabando africano, cessaram todas as novas medidas, todos correram às praias a fornecer-se d’escravos, contraindo dívidas consideráveis (...) Querem argumento mais cabal da nossa corrupção, da nossa imoralidade?”. Na sequência, ele afirmou que “falar entre nós contra o comércio d’escravos mormente em presença dos nossos camponeses é o mesmo que pregar no deserto”. Segundo Lopes Gama, os homens do campo tinham a convicção que a “Natureza, quando criou os homens de pele preta (...) foi de propósito para que trabalhassem até a consumação dos séculos em lavouras do Brasil”. Após demonstrar que o texto bíblico não corroborava com a instituição da escravidão, o Padre Carapuceiro reclamou que “pelo lado da Ciência Econômica baldado é querer convencer a nossa gente dos prejuízos do tráfico

⁶⁷⁴ *O Carapuceiro* nº 36 (19/agosto/1837).

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

⁶⁷⁶ *O Carapuceiro* nº 61 (15/setembro/1838).

d'escravaria; porque eles sem estudarem por J. B. Say, por Mill, Ricardo, Store &c., lá sabem fazer os seus cálculos, vão tirando boas safras, vão enriquecendo aos pulos, rindo dessas teorias e provendo-se de mais escravos.”⁶⁷⁷

Lopes Gama articulou sua defesa da lenta abolição da escravatura e da imprescindível abolição do tráfico em duas bases principais, a moral e a religião. Entretanto percebe-se, no trecho transcrito acima, que ele também estava atualizado em relação às justificativas econômicas para o advento da mão de obra assalariada. Sem entrar em maiores detalhes sobre o assunto, ele citou os autores que lhe davam subsídio econômico-científico para justificar o fim do trabalho escravo.

Em março de 1839, *O Carapuceiro* publicou artigo intitulado “Quem, ou por que meio há de acabar entre nós a mercancia d’escravos da Costa d’África?”. Segundo Lopes Gama, “tratados leis, regulamentos, tudo tem sido inútil, de tudo tem zombado a cobiça dos homens”. Segundo ele, o tráfico acabaria da mesma forma que acabou a moeda falsificada de cobre. Os falsificadores, de tanto guerream entre si, de tanto atacarem fábricas de chanchã de seus rivais, acabaram autodestruindo-se. Segundo Lopes Gama, “tem-se estabelecido companhias, cuja especulação é saltar por essas praias aos donos das partidas d’escravos, e à força d’armas apossarem-se da preza.” Dessa forma, acreditava ele, que o “excesso do mal trará o remédio, e as gerações futuras ver-se-ão livres desse flagelo, desse gérmen de barbaridade e corrupção, que só tem servido para empecer-nos no caminho da civilização e prosperidade”.⁶⁷⁸

Entre 1840 e 1841, *O Carapuceiro* teve uma interrupção. O motivo foi a primeira viagem de Lopes Gama ao Rio de Janeiro. Em maio de 1840, ele assumiu a cadeira de deputado geral suplente por Pernambuco, substituindo Sebastião do Rego Barros. Recém-desembarcado na corte, *O Jornal do Comércio* noticiou: “ninguém há que não tenha lido os escritos deste insigne brasileiro... ninguém que não dê ao ilustre escritor um dos mais subidos lugares entre os literatos que têm honrado a nossa Pátria”. Já *O Despertador* chamou-o de “o *La Bruyère* do Brasil”.⁶⁷⁹ Este último jornal

⁶⁷⁷ *O Carapuceiro* nº 5 (16/janeiro/1839).

⁶⁷⁸ *O Carapuceiro* nº 13 (23/março/1839). Lopes Gama defendeu a lenta abolição da escravidão, condenou a continuação do tráfico e propôs a entrada de colonos estrangeiros em outras edições de *O Carapuceiro*. O eixo de sua argumentação foi sempre moral a religiosa. Cf. nº 38, 47, 72 (1837) e nº 20 (1839).

⁶⁷⁹ José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, p. 308, p. 304. Jean La Bruyère foi um moralista francês do século XVII, que empreendeu uma crítica aos costumes de seu tempo, principalmente através da obra *Caracteres*, um dos mais famosos retratos morais da literatura francesa.

convidou-o para escrever *O Carapuceiro na Corte*, que iniciou sua primeira edição assim:

O Carapuceiro na corte! Parece que deve estar como peixe n'água. Neste grande e magnífico teatro nunca falece cabedal para toda laia de carapuças, de barretes, de toucas, bonés e berrés. Aqui a cada canto, a cada momento, e como que à mão de semear, encontra o Carapuceiro matéria prima de sobejo para o sortimento de sua fábrica. Mas o que poderá dizer de acertado e bom um pobre provinciano, um quase roceiro na corte? (...) Eis-me na grande capital do império do Brasil. Sendo a primeira vez que vejo o Rio de Janeiro, logo a entrada de seu porto me surpreendeu pela sua grandeza e majestade.⁶⁸⁰

O Despertador era um jornal do partido da oposição. Seu diretor era Francisco Sales Torres Homem, futuro Visconde de Inhomirim, membro eminente do partido liberal.⁶⁸¹ Contudo, apesar de colaborar em um jornal da minoria parlamentar, Lopes Gama estava nitidamente vinculado ao partido da maioria. No próprio *O Carapuceiro na Corte* ironizou, repetidas vezes, a prática corrente entre os oposicionistas de exigirem do ministério um programa governamental. Para ele, essa era uma atitude hipócrita que tinha como única finalidade obstruir pautas importantes do governo. Segundo ele, não havia verdadeira oposição no Brasil, ou seja, não havia oposição de princípios, apenas oposição de pessoas. Os programas governamentais eram necessários? – questionava ele. Apenas em casos de extrema importância, acreditava. “Com esses lugares comuns temperados com o molho obrigado das declamações,” – ironizava Lopes Gama – “e movimentos oratórios, desbarata-se o precioso tempo (...) e o governo sempre guerreado, vê-se em mil embaraços, sem poder acorrer às necessidades públicas (...)”.⁶⁸²

A inserção de *O Carapuceiro na Corte* em *O Despertador* seguiu, portanto, muito mais uma lógica editorial do que política. Torres Homem, ao convidar Lopes Gama para colaborar em seu jornal, provavelmente estava preocupado em agradar ao público leitor.

⁶⁸⁰ Transcrito no *Diário de Pernambuco* nº 197 (10/setembro/1840). Conforme assinalou José Antônio Gonsalves de Mello, *O Carapuceiro na Corte*, mesmo tendo um contrato de exclusividade com *O Despertador*, teve seus números transcritos no *Diário de Pernambuco* entre setembro e novembro de 1840 (Mello informou, erradamente, que foi no ano de 1844). *O Carapuceiro na Corte* foi publicado, no jornal carioca, entre 9 de agosto e 19 de outubro de 1840, nas segundas-feiras, quintas-feiras e domingos. Cf. José Antonio Gonsalves de Mello. *Diário de Pernambuco*, p. 308, p. 304.

⁶⁸¹ Alain El Youssef. *Escravidão e imprensa*, p. 190-191.

⁶⁸² *O Carapuceiro na Corte* transcrito no *Diário de Pernambuco* nº 228 (19/outubro/1840). Conferir também o mesmo tipo de ironia no nº 197 (10/setembro/1840).

Contudo, se na imprensa Lopes Gama, “um pobre provinciano, um quase roceiro na corte”, já era nome de destaque nacional, no parlamento, ele era um neófito. Foram pouquíssimos discursos na tribuna. Tendo sido eleito para a pouco importante comissão de câmaras municipais, nas raras vezes que ele subiu à tribuna, o debate foi com algum membro da oposição.

Em 1º de julho, defendeu o governo em sua proposta de fixação das forças de mar. No dia nove do mesmo mês, debateu com Antônio Carlos, então líder oposicionista, defendendo que a gratificação dos capelães do exército deveria ser a mesma que a dos cirurgiões, pois a cura da alma era tão importante, acreditava Lopes Gama, quanto a cura do corpo. No dia 20 de julho, no calor das discussões que levaram ao golpe da maioria, ele rebateu uma proposição de Montezuma. O deputado oposicionista baiano afirmara que havia dois membros da maioria que sempre se opuseram à maioria, mas que já estavam a favor dela, sendo um deles Lopes Gama. O Padre Carapuceiro, dois dias antes, tinha defendido a postergação da anistia aos rebeldes baianos da sabinada, pois em sua opinião, com a maioria já encaminhada, era prudente deixar este ato de benevolência ao jovem imperador. Lopes Gama criticou a interpretação que Montezuma fez de sua fala de dois dias antes. Fez mistério, porém, em relação à maioria, afirmando que em breve todos saberiam sua opinião sobre o tema. Aproveitou, por fim, para ironizar os longos discursos dos deputados oposicionistas, que ocupavam a tribuna por sessões inteiras. Ele afirmou que seria breve, pois sua fala custava o dinheiro do contribuinte.⁶⁸³

Mesmo que o costumeiro silêncio de Lopes Gama no parlamento não seja muito proveitoso para o historiador que busca reconstituir sua trajetória política, suas poucas participações são capazes de indicar sua clara filiação ao Partido da Maioria. Não poderia ser diferente. Afinal, ele era irmão de Caetano Maria Lopes Gama, então ministro da pasta dos estrangeiros (relações exteriores).

Como ainda não tratamos dessa importante figura, é preciso agora abrir um breve parêntese e resumir a trajetória desse irmão mais novo do Padre Carapuceiro. Caetano Maria, diferentemente do indivíduo aqui analisado, seguiu a típica trajetória de um estadista imperial sistematizada por José Murilo de Carvalho, ou seja, formou-se bacharel em Direito, ingressou na magistratura, foi deputado geral, transitou em

⁶⁸³ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs Deputados).

algumas províncias como presidente, foi eleito e ratificado como senador, assumiu um ministério, foi agraciado com um título de nobreza e, por fim, no auge de sua carreira, foi nomeado pelo imperador conselheiro de Estado.⁶⁸⁴

Caetano Maria Lopes Gama, a partir de 1854, Visconde de Maranguape, formou-se em Coimbra. Já bacharel em Direito, tornou-se juiz de fora de Penedo, nas Alagoas, e ouvidor na mesma província. Exercia esse cargo quando eclodiu o movimento liberal. Foi, então, eleito membro do governo provisório. Ratificada a separação de Portugal, foi eleito, ainda nas Alagoas, deputado à Constituinte de 1823. Dissolvida essa, foi agraciado com a ordem do cruzeiro e assumiu, na sequência, a presidência de Goiás. Em 1826, tomou assento como deputado na primeira legislatura (1826-1829). Após o término de seu mandato, voltou à magistratura, como desembargador da relação da Bahia. Logo, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, voltando, na sequência, a tomar assento no parlamento, eleito deputado por Goiás. Durante a abdicação de D. Pedro I, desempenhou, no Rio de Janeiro, o cargo de intendente geral da polícia, exercendo importante papel como mensageiro do imperador às vésperas do 7 de abril de 1831. Durante a década de 1830, exerceu diversos cargos na magistratura até que, em 1839, foi eleito e nomeado senador pela província fluminense.

⁶⁸⁵

É preciso fazer uma pausa na descrição da trajetória política do Visconde de Maranguape nesse ponto de sua vida, isto é, no momento em que ele tornou-se senador. Sua nomeação para senador ajuda a entender qual era seu lugar dentro do grupo regressista. Ele foi escolhido dentro de uma lista tríplice muito provavelmente por sua relação próxima com o regente Araújo Lima. A decisão do regente, contudo, causou uma fissura no grupo regressista e acabou por derrubar, em abril de 1839, o tão famoso ministério das capacidades, empossado em setembro de 1837. O irmão do Padre Carapuceiro, portanto, não fazia parte do núcleo duro saquarema. Ele era de outra ala regressista, a qual era liderada pelo regente, outro Pernambucano, e tinha suas divergências com a trindade saquarema e com Bernardo Pereira de Vasconcelos.⁶⁸⁶ Pelas defesas públicas que o Padre Carapuceiro fez a Araújo Lima antes mesmo de esse

⁶⁸⁴ José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*.

⁶⁸⁵ Nota necrológica publicada no *Jornal do Recife* (1/janeiro/1859); Francisco Augusto Pereira da Costa. *Dicionário Biográfico de Pernambucano Célebres*. Sobre participação de Caetano Maria Lopes Gama nos tumultos que levaram à abdicação do imperador em 1831, conferir Otávio Tarquínio de Sousa. *A vida de D. Pedro I*, tomo III.

⁶⁸⁶ Jeffrey Needell. *The Party of order*, pp. 82-85.

tornar-se regente, é de se presumir que ele também cultivasse uma estreita relação com o chefe do poder executivo nacional.⁶⁸⁷

A despeito do Padre Carapuço não estar vinculado ao núcleo saquarema do regresso, a despeito de ele não estar diretamente vinculado aos membros mais eminentes do ministério das capacidades, a despeito de suas principais alianças na corte não serem os principais defensores públicos do tráfico de africanos, há uma mudança radical na sua postura pública em relação à política da escravidão. Quando ele voltou a publicar no Recife, em 1842, *O Carapuço*, sua opinião sobre a continuidade do tráfico era completamente diferente daquela assumida entre 1837 e 1839. Vejamos o teor de sua nova postura jornalística para depois procurarmos entendermos a razão de uma mudança tão drástica.

Em 1842, ele escreveu artigo intitulado “Guerra implacável à política Inglesa”. O eixo do artigo era uma crítica à hipocrisia britânica. Transcrevendo trechos do periódico francês *Constitucional*, Lopes Gama questionou “como que a Inglaterra (...) que pelo tratado de Utrech obteve o direito exclusivo de fornecer negros às Colônias Espanholas, e que durante todo o século passado, pretendeu ter o monopólio dos mercados de carne humana, tomou tamanho zelo pela abolição da escravidão deste lado do Atlântico?” Em seguida, o Padre Carapuço buscou elucidar o verdadeiro interesse inglês, que não era filantrópico, mas era destruir a concorrência que os países escravistas faziam a seus produtos tropicais exportados a partir do vale do Ganges, na Índia. Na sequência, aludindo a um escrito do deputado francês Lanjuinais,⁶⁸⁸ o Padre Carapuço afirmou que enquanto

os ingleses estão fazendo tantos esforços para acabar com o tráfico da escravatura na Costa d’África, são eles mesmos, que o estão exercitando nas suas colônias da Índia, possuindo escravos, vendendo-os, e comprando-os em grande número, e só com uma diferença: que os escravos, que eles procuram libertar são *negros*, e que os escravos,

⁶⁸⁷ O Padre Carapuço aproveitou essas importantes alianças políticas para, logo que tomou assento na câmara, encaminhar sua jubilação (aposentadoria) da cadeira de retórica assumida em 1817. Mesmo sem ainda existir lei que regulasse a aposentadoria de professores públicos, a comissão de pensões e ordenados usou o que se praticava comumente e o que estava previsto, em lei, para os professores dos cursos jurídicos. Assim, foi sancionado o decreto que jubilou o Padre Carapuço. *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados). Sessões de 5 e 23 de maio de 1840. As defesas e elogios públicos do Padre Carapuço a Araújo Lima no *Diário de Pernambuco* nº 252 (23/dezembro/1835).

⁶⁸⁸ Jean Denis, ou Conde de Lanjuinais (1753 –1827), foi um político e pensador francês. Deputado girondino durante a revolução, refugiou-se no interior durante o período jacobino e sobreviveu. Durante a monarquia restaurada (1815-1830) ainda exerceu importante atividade parlamentar.

que eles possuem, compram, e vendem, sendo para isso autorizados por lei, são brancos!!! [grifos de Lopes Gama]⁶⁸⁹

Depois de relatar a terrível condição dos cem mil escravos que a Inglaterra conservava no Malabar, Lopes Gama mostrou-se atento à política internacional e criticou, demonstrando indignação, o tratado que o gabinete inglês então discutia com o governo de Madrid, o qual pretendia criar uma comissão mista em Cuba, composta de juízes ingleses e locais. A função dessa comissão seria a de declarar quais os africanos cativos deveriam ser libertados por terem ingressado na ilha depois da cessação do tráfico. “E não quererão logo o mesmo para o Brasil? E o que será de nós?” – questionava o Padre Carapuceiro. Notemos que dessa forma ele convidava o leitor, especialmente os “caros Patrícios Agricultores”, a descumprir a lei de 1831, a qual declarava livre todo escravo desembarcado após aquela data. “O que seria de vós Ilustres Agricultores, o que seria de todos nós, se esse tribunal chegasse a instalar-se no Brasil?” – questionava ele – “Eu sempre entendi, e entendo, que muito nos convirá acabar com esse tráfico de carne humana. Mas quando? Quando pode ser, quando nós, e só nós tomarmos previamente as nossas medidas, a fim de que nos não falem braços”.⁶⁹⁰

No final do artigo, Lopes Gama defendeu a realização de tratados com Portugal, nação com a qual o Brasil tinha estreitos vínculos históricos e, também, econômicos; nação com a qual o Brasil compartilhava o sistema de abastecimento de escravos vindos da costa da África. “Que belos amigos nossos que são os ingleses!” – ironizava ele – “Querem tirar os braços às nossas lavouras, querem reduzir-nos à extrema miséria (...)”. Por fim, mostrando estar alinhado com as diretrizes do governo saquarema, que resistia à pressão inglesa, conclamou: “coadjuvemos o governo em tão nobre, em tão vital empenho.”⁶⁹¹

A manutenção do tráfico negreiro, agora camuflada de resistência às pretensões britânicas, tornava-se, para Lopes Gama, uma nobre e vital tarefa.

Menos de um mês depois, *O Carapuceiro* seguiu sua campanha pública para detratar a política externa inglesa, escrevendo artigo intitulado “Iniquas pretensões do Gabinete Inglês”. “E como se concebe que a Inglaterra, que na Índia consente a

⁶⁸⁹ *O Carapuceiro* nº 24 (22/junho/1842).

⁶⁹⁰ Ibidem.

⁶⁹¹ Ibidem.

escravidão dos brancos, (...) só tenha simpatia pelos negros?” – perguntava Lopes Gama. Ele seguiu narrando diversas atrocidades inglesas, como a compra que fizeram de grande quantidade de arroz em época de seca na região indiana de Bengala, visando especular com o preço do grão. Segundo ele, “quatro milhões de habitantes foram vítimas desse capricho mercantil”. Ele narrou, também, atrocidades inglesas durante a guerra civil contra os Estados Unidos, como a de um navio inglês “que capturou outro americano carregado com 500 negros: tanto esses, como a tripulação foram lançados no porão, onde mais da metade morreu nas mais horríveis angústias!”.⁶⁹²

Concluiu o Padre Carapuceiro que os ingleses queriam “fazer toda a terra dependente da sua agricultura, do seu comércio, das suas manufaturas, e dos seus artistas (...)”. Seguiu ele afirmando que a Inglaterra bem sabia “que a agricultura do Brasil, única fonte de sua riqueza, não pode sem total ruína dispensar repentinamente os braços africanos”. Tratado bilateral, no entender de Lopes Gama, apenas com “nosso irmão Portugal”. Concluiu afirmando que não havia um só desses africanos libertados “pela humanidade britânica e conduzido para as colônias inglesas, que no caso de poder fazer a comparação, não preferissem a essa liberdade irrisória o cativo do Brasil”. Ele terminou esse artigo de forma muito semelhante ao anterior publicado semanas antes, ou seja, mostrando-se alinhado com a política saquarema de resistir à pressão inglesa: “unamo-nos em uma só vontade ao nosso governo, que vai dando provas de não capitular com a ignomínia e desgraça de nossa Pátria.”.⁶⁹³

Em outubro de 1842, o Padre Carapuceiro seguiu sua linha de argumentação escrevendo o artigo “Olho vivo com a política Inglesa”. “E haverá hoje” – perguntava ele – “quem ignore que todo o fito desse Gabinete [inglês] está em tirar-nos os braços à nossa agricultura e destarte livrar-nos de um forte competidor nos mercados da Europa a iguais gêneros das suas colônias na Índia?”. Mesmo reconhecendo que a escravaria era uma das maiores fontes de imoralidade do Brasil, ele acreditava que era “claro que quem quer que o Brasil acabe de entuviada com a importação de braços africanos, sem que previamente haja tomado todas as medidas para suprir essa falta tão momentosa, é indubitavelmente inimigo declarado do Brasil (...)”. Mostrando estar a par das reivindicações dos eleitores, ele afirmou que se houvesse Brasileiro “tão degenerado que anua à ruína total da sua pátria (...) seu nome será para sempre excluído das urnas

⁶⁹² Nº 29 (9/julho/1842).

⁶⁹³ Ibidem.

eleitorais”. Por fim, conjecturou que se tivesse a honra de pertencer ao corpo legislativo, daria o seguinte recado aos ingleses:

Por ora não é possível acabar com a importação de braços africanos; porque contra tal disposição levanta-se o grito geral da Nação Brasileira. Nós passaremos a tomar medidas para que não faleçam os braços à nossa agricultura; depois do que poremos termo a esse tráfico, que reconhecemos indigno e mau; porém tudo deve ser feito por nós mesmos sem que estrangeiros venham governar nossa casa.⁶⁹⁴

Por que *O Carapuceiro* mudou tão drasticamente de posição? Por que entre 1837 e 1839 o jornal de Lopes Gama não transigia com a continuação do tráfico negreiro e a partir de 1842, passou a defendê-la? São três as respostas possíveis.

A primeira resposta está na conjuntura da expiração do tratado comercial anglo-brasileiro de 1827. Previsto para expirar em 1842, uma artimanha inglesa na interpretação do tratado prorrogou-o por mais dois anos. Estavam, dessa forma, abertas as negociações para a assinatura de um novo tratado comercial. De um lado, os diplomatas brasileiros tentavam obter a redução das altas tarifas alfandegárias que insidiam na entrada do açúcar em territórios britânicos. Os ingleses, por outro lado, condicionaram as negociações à emancipação, em data a ser negociada, do ventre escravo e a uma declaração do governo brasileiro que consideraria a emancipação de todos os escravos o mais cedo possível. Em 1841, Lord Ripon, ministro do comércio da Grã-Bretanha, escreveu a um colega de ministério, sintetizando bem as diretrizes da política externa britânica: “Se vamos fazer uma concessão em favor do café e do açúcar brasileiros, deve ser em troca de alguma regulamentação estrita e realmente eficiente em relação ao comércio de escravos e mesmo à escravidão”.⁶⁹⁵

Lopes Gama, residindo em uma região produtora de açúcar, que necessitava escoar sua produção em condições mais vantajosas no mercado internacional, estava atento às discussões relativas à renovação dos tratados comerciais anglo-brasileiros. Junto com boa parte da opinião pública brasileira, que externava um clima de animosidade em relação a qualquer tipo de negociação com ingleses, o Padre Carapuceiro ainda vivenciava as dificuldades que Pernambuco encontrava para exportar seu açúcar.

⁶⁹⁴ *O Carapuceiro* n° 53 (1/outubro/1842).

⁶⁹⁵ Apud. Leslie Bethell. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília : Senado Federal, 2002, p. 263.

A segunda resposta está na mudança da política externa inglesa. Em 1839, há uma inflexão na postura britânica de combate ao tráfico negreiro. Nesse ano, o parlamento aprovou a *Bill Palmerston*. Essa lei, que levou o nome do então ministro dos estrangeiros inglês, permitiu à marinha britânica apreender navios de bandeira portuguesa (e navios sem bandeira) e julgá-los em tribunais exclusivamente britânicos. Era uma atitude unilateral da Inglaterra, praticamente uma declaração de guerra a Portugal, visto que a bandeira lusa era, no final da década de 1830, a principal camuflagem de navios negreiros que rumavam ao Brasil. Sem estabelecer um novo tratado internacional com Portugal e sem depender do julgamento em tribunais mistos, isto é, tribunais anglo-portugueses, a Grã-Bretanha intensificou a apreensão e o desmantelamento de navios negreiros no Atlântico.⁶⁹⁶

Outra mudança importante nos idos de 1839 foi a interpretação que os juízes ingleses passaram a dar aos tratados internacionais entre Brasil e Inglaterra. A cláusula dos equipamentos foi muito discutida entre diplomatas dos dois países desde a independência do Brasil. Mas, ao fim e ao cabo, nenhum acordo foi firmado. Tal cláusula permitiria à marinha inglesa apreender e levar a julgamento navios negreiros sem carga humana, isto é, sem escravos a bordo. Segundo essa tão desejada cláusula para os britânicos, um navio, apenas com equipamentos típicos para transporte de escravos, poderia ser interceptado e julgado. Mesmo que Brasil jamais tenha assinado um tratado internacional que permitisse à marinha inglesa tal poder, os juízes ingleses dos tribunais mistos passaram a fazer nova interpretação dos tratados internacionais. Tendo em vista que alguns tribunais anglo-brasileiros na costa da África não contavam com um juiz brasileiro permanentemente, os magistrados britânicos, várias vezes, sentenciaram por conta própria. O resultado dessa nova política britânica foi contundente. Uma quantidade inédita de navios negreiros foi interceptada, julgada e desmantelada.⁶⁹⁷

A mudança de postura de Lopes Gama pode ser, assim, explicada por causa da nova política externa inglesa em relação ao tráfico, mais agressiva e unilateral.

A terceira resposta pode explicar melhor a mudança de postura de Lopes Gama. A nova política externa inglesa não é capaz de explicar por si só essa tão drástica

⁶⁹⁶ Leslie Bethell. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*, pp. 181-220.

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

transformação ideológica que sofreu *O Carapuceiro*. Afinal, não seria possível o Padre criticar a hipocrisia inglesa e, ao mesmo tempo, manter a opinião de que era urgente acabar com o tráfico negreiro? Entendemos que Lopes Gama, durante sua breve experiência parlamentar, aproximou-se dos saquaremas. Ao transitar nos corredores da Assembleia Geral, ao estabelecer contato cotidiano com os políticos que capitaneavam a reabertura do tráfico em forma de contrabando, o Padre Carapuceiro converteu-se em um defensor da manutenção do comércio de almas. Afinal, por mais que existissem, em Pernambuco, setores que pleiteavam o descumprimento da lei de 1831, foi o vale do Paraíba o principal responsável pela importação massiva de africanos a partir de 1837. Era do Rio de Janeiro que emanava a principal força do movimento escravista. Ademais, o volume do tráfico negreiro para a província de Pernambuco caiu bruscamente na década de 1840.⁶⁹⁸

Quando deputado geral em 1840, Lopes Gama recebeu, como membro da comissão de câmaras municipais, uma solicitação da vila do Presídio para que a lei de 7 de novembro de 1831 fosse revogada. A solicitação foi repassada para a comissão de justiça criminal, pois esse era o procedimento padrão em petições semelhantes.⁶⁹⁹ Dessa forma, Lopes Gama pode ver na prática a enxurrada de petições que a sociedade civil enviou ao parlamento no sentido de não obstar a entrada de africanos no Brasil. Entre 23 e 25 de maio, o Padre Carapuceiro acompanhou, silenciosamente, uma longa discussão na plenária sobre a revogação da mesma lei.⁷⁰⁰ Ele estava, em 1840, no centro do debate público que justificou a continuidade do tráfico sistêmico no Brasil.⁷⁰¹

Acreditamos que a corte não impressionou Lopes Gama apenas pela “entrada de seu porto” e “pela sua grandeza e majestade.”⁷⁰² As discussões parlamentares e o seu contato com os saquaremas parece que também surtiram grande impressão no padre provinciano. Não pode ser casual uma mudança de postura tão drástica. Como explicar que o principal elemento do discurso escravista foi ridicularizado e considerado imoral

⁶⁹⁸ Dessa forma, enquanto a entrada de africanos aumentava consideravelmente no Vale do Paraíba, Pernambuco presenciava o declínio do comércio de almas. Cf. Marcus J. M. de Carvalho. “O ‘cálculo dos traficantes’: o tráfico atlântico de escravos para Pernambuco (1831-1850)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 158, n. 396, jul/set, 1997, pp. 907-943.

⁶⁹⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Camãra dos Srs. Deputados), sessão de 21/maio/1840.

⁷⁰⁰ *Ibidem*.

⁷⁰¹ Outras petições da sociedade civil, de câmaras municipais e de assembleias provinciais no sentido de derrubar a lei de novembro de 1831, assim como uma análise do debate parlamentar em torno do mesmo tema, em Tâmis P. Parron. *A política da escravidão no império do Brasil*, pp. 88-144

⁷⁰² *O Carapuceiro na Corte*, transcrito no *Diário de Pernambuco* nº 197 (10/setembro/1840).

por Lopes Gama até 1839 e, a partir de 1842, ele passou a ter sentido? Antes de 1840, como vimos, o Padre Carapuceiro achava imoral justificar a importação de braços africanos usando o argumento de que a agricultura ainda não estava preparada para prescindir da importação de escravos. Em 1842, esse passou a ser um elemento chave em seu discurso.

Tudo indica que sua convivência com os políticos que consolidaram o Estado imperial brasileiro tendo como uma de suas principais bases o binômio café-escravidão gerou grande impressão na mente de Lopes Gama. Até porque ele demonstrou independência de ideias, inclusive, em relação a seu irmão. Mesmo sendo membro do Partido da Maioria, Caetano Maria Lopes Gama defendeu no senado, em 1843, o fim imediato do contrabando negreiro, com o argumento de que a raça africana espantava a imigração estrangeira do Brasil.⁷⁰³ Seu poderoso irmão, apesar de regressista, foi caracterizado por Leslie Bethell como “um inimigo do comércio de escravos”.⁷⁰⁴ Como entender uma radical mudança de postura do Padre Carapuceiro e, além disso, uma independência intelectual em relação a seu principal padrinho político? Acreditamos que a experiência parlamentar foi decisiva nessa intrigante inflexão do ideário político de *O Carapuceiro*.

A atividade pública de Lopes Gama sofreu, em meados da década de 1840, uma aguda inflexão. A oposição ao governo de Rego Barros nasceu em 1842, com a fundação do Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido da Praia. O Padre Carapuceiro, contudo, permaneceu fiel ao ideário do Partido da Ordem até 1845. Neste ano, ele converteu-se à Praia. Se no contexto do *regresso* ele clamou pela retirada de elementos democráticos das instituições políticas do Brasil, quando ele tornou-se um jornalista e deputado praieiro passou a clamar pela reinserção dos

⁷⁰³ João Carlos Escosteguy Filho. *Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado (História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010, pp. 119-124.

⁷⁰⁴ *A abolição do comércio brasileiro de escravos*, p. 360. Tâmis Parron, por sua vez, afirmou que o irmão de Lopes Gama, em 1840, quando assumiu o ministério dos estrangeiros, “criticava abertamente a reabertura do tráfico”. *A política da escravidão no império do Brasil*, p. 149. Caetano Maria Lopes Gama foi, também, plenipotenciário em Londres do gabinete regressista de 23 março de 1841, quando renegociou um tratado internacional que regulamentava as condições de aprisionamento de navios negreiros sem carga humana. Se o tratado renegociado pelo futuro Visconde de Maranguape não era exatamente o que os ingleses queriam, ele poderia ter auxiliado bastante a marinha britânica no combate ao tráfico. O mesmo gabinete que enviara Caetano Maria Lopes Gama a Londres, porém, rejeitou o “contra-projeto” negociado por ele em Londres. Cf. o discurso de Paulino José Soares de Souza no parlamento transcrito no diário pernambucano *A União* nº 284(3/ago/1850).

elementos populares que os regressistas haviam praticamente nulificado.⁷⁰⁵ Se, em 1842, Lopes Gama defendeu publicamente a continuação do comércio atlântico de escravos, quando se tornou um jornalista praieiro passou a chamar os “ordeiros” de “contrabandistas” e “introdutores de africanos”, pois afinal, essa era uma tópica da imprensa praieira.⁷⁰⁶

No próximo capítulo, analisaremos alguns aspectos dessa profunda inflexão no pensamento público do Padre Carapuceiro.

⁷⁰⁵ Esse aspecto será melhor analisado no subtítulo 5.3 dessa tese.

⁷⁰⁶ *O Sete de Setembro* nº 56 (24/03/1846), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 104. Não será aprofundada essa nova mudança de postura de Lopes Gama em relação ao comércio de escravos, pois os elementos que temos para esse tipo de análise são escassos. Frisemos apenas que foi comum a imprensa praieira associar seus rivais ao latifúndio e ao contrabando de escravos. Marcus J. M. Carvalho acredita que tanto os praieiros como os seus rivais estiveram envolvidos com o residual tráfico negreiro pernambucano da década de 1840. Para este autor, acusar os inimigos de contrabandistas era, acima de tudo, uma estratégia política. Os praieiros, em sua opinião, não tinham uma política de contenção sistemática do contrabando negreiro, mas valiam-se da repressão ao tráfico como “instrumento político e econômico na luta contra o partido conservador.” Cf. “A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848.” *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 27, p. 151-167, 2009.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICA INSTITUCIONAL E APOIO POPULAR ÀS VÉSPERAS DA PRAIEIRA (1843-1847)

Um aspecto ainda hoje fascina os historiadores que estudam a Revolução Praieira. É o fato de que tombaram, no início de fevereiro de 1849, centenas de populares ao lado de gente do primeiro escalão da elite imperial.⁷⁰⁷ Pessoas anônimas morreram na batalha, assim como gente da importância de um Nunes Machado, um dos deputados gerais mais atuantes nas tribunas parlamentares durante a década de 1840. O ataque surpresa dos prairieiros à capital da província foi marcado pela atuação conjunta de políticos que circulavam pelas instituições mais importantes do Estado nacional com um contingente significativo de homens livres pobres. Esse capítulo, ao analisar a atuação pública de Lopes Gama nos anos que antecederam a derradeira derrota prairieira nas estreitas ruas do Recife no início de 1849, busca iluminar o entendimento dessas duas dimensões essenciais da política pernambucana às vésperas da prairieira: o funcionamento das *instituições políticas* e a busca por *apoio popular*.

Mais especificamente, este capítulo analisará a importância de duas instituições para se obter uma vitória eleitoral e assumir o poder: a *assembleia provincial* e a *câmara dos deputados*. Essas foram as instituições pelas quais Lopes Gama circulou na década de 1840.

Além de ter sido deputado provincial e geral, o Padre Carapuceiro, na sua última década de vida, ainda teria destacada atuação jornalística, a qual foi fundamental para a arregimentação de *apoio popular* urbano para os prairieiros. Atrair maior número de votantes nos grandes núcleos citadinos poderia fazer a diferença. Como veremos, os anos quarenta foram marcados pela emergência de uma nova linguagem política que aproximava os jornais aos elementos populares. Contudo, também veremos que velhas formas de atrair leitores e correligionários continuaram a ser utilizadas pelos periódicos. Foram anos de efervescência dos espaços públicos pernambucanos, com uma quantidade enorme de gazetas recorrentes tumultos nas ruas e uma imensa repercussão daquilo que era discutido tanto na Assembleia Geral quanto na Provincial.⁷⁰⁸

⁷⁰⁷ Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição prairieira”, pp. 6-7.

⁷⁰⁸ Cf. o gráfico 1 e 2 na introdução dessa tese.

Existe um aspecto do funcionamento político imperial, o *processo eleitoral*, que vincula o funcionamento das *instituições políticas* à busca por *apoio popular*. Já passadas duas décadas de sistema representativo no Brasil, os políticos se deram conta de que sem um amplo trabalho visando ter sucesso nos pleitos eleitorais, ficaria inviabilizada qualquer tipo de tentativa de se apoderar do aparato governativo. Não que nas décadas de 1820 e 1830 o processo eleitoral não teve enorme relevância. Vimos, nos capítulos anteriores, como a acirrada polarização política em Pernambuco entre 1829 e 1831 foi iniciada durante as eleições para vereadores, juízes de paz e deputados gerais. Vimos também que a atividade jornalística de Lopes Gama em *O Carapuceiro* teve enorme influência no seu sucesso eleitoral, tendo em vista que foi o deputado provincial mais votado nas duas primeiras legislaturas.⁷⁰⁹ Dessa forma, percebe-se que imprensa, instituições políticas e processo eleitoral estiveram intrinsicamente ligados desde a Revolução do Porto. Contudo, algo havia mudado na década de 1840.

Três elementos, na década de 1840, deram novos contornos ao *processo eleitoral*. O primeiro é a *consolidação partidária*. Vimos, no capítulo anterior, de que forma os partidos políticos foram, aos poucos, adquirindo um caráter nacional, o que nos leva a ter a convicção de que, iniciado o segundo reinado, as organizações partidárias já possuíam mais harmonia pelo vasto território brasileiro. Veremos, no subtítulo 5.7, que há uma mudança significativa nos anos de mil oitocentos e quarenta em relação à legitimidade que os coevos conferiam à existência das agremiações partidárias. Se nos primórdios do liberalismo ocidental a existência de partidos era considerada nociva aos interesses da nação, aos interesses da maioria, à vontade geral,⁷¹⁰ aos poucos foi se cristalizando a noção de que os partidos eram organizações essenciais para o funcionamento do sistema representativo. Nunca é demais advertir que o nível de coesão partidária existente no século XX jamais foi observado em meados do XIX. Por fim, cabe ressaltar que contornos provinciais ainda existiam e eram fortíssimos na polarização partidária do início do segundo reinado. Vejamos o exemplo mais emblemático. Os praieiros, teoricamente, eram a vertente pernambucana do partido liberal. Entretanto, como veremos ao longo desse capítulo, uma das principais lideranças liberais, o pernambucano Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, foi o maior entrave para que os praieiros assumissem o poder na província. Mesmo assim, apesar dessas ressalvas (a coesão partidária de meados do

⁷⁰⁹ Cf., respectivamente, capítulo 2 e 3 dessa tese.

⁷¹⁰ Adam Przeworski. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”.

século XIX não era a mesma observada no XX e contornos provinciais ainda eram fortíssimos), o grau de organização partidária da década de 1840 era inédito, o que deu novos contornos para o processo eleitoral.⁷¹¹

O segundo elemento que transformou o processo eleitoral na década de 1840 foi o *grau de mobilização das campanhas*. Datam da década de 1830 as primeiras reclamações de Lopes Gama em relação às cabalas, às listas encomendadas e aos arranjos eleitorais. Foram reiteradas, desde o final das regências, as críticas do Padre Carapuceiro àqueles que pareciam árabes do deserto, que montados em seus cavalos atravessavam o sertão pernambucano para articular votos em colégios eleitorais distantes. Foram reiteradas, desde o final da década de 1830, as ironias de *O Carapuceiro* àqueles que sofriam de fortes “cólicas” para saber se suas listas encomendadas foram realmente levadas adiante, sendo que o resultado do pleito decepcionava vários desses candidatos, os quais eram logrados por outros mais articulados.⁷¹² Em 1845, Lopes Gama chegou a comentar que havia sido eleito deputado provincial quando as eleições “ainda eram verdadeiramente populares, com tantos votos como nunca ninguém teve em Pernambuco (...)”.⁷¹³ Ele se referia ao pleito de 1834. O Padre Carapuceiro, nessa declaração, além de se vangloriar, mostrava que algo havia mudado em cerca de dez anos. Ao afirmar que na década passada as eleições “ainda eram verdadeiramente populares”, ele pretendia, na verdade, demonstrar que em 1845 elas já não eram mais “verdadeiramente populares”. Ele dava a entender que as eleições, em 1845, eram manipuladas pelo governo. Afirmer que as eleições eram controladas pelo governo central tornou-se um discurso comum a partir de 1840, discurso esse que a historiografia, por vezes, repetiu acriticamente. Afirmer que as eleições eram totalmente manipuladas pelo ministério, ou afirmar o contrário, é algo bastante temerário e merece uma longa discussão historiográfica. Mas uma afirmação mais ordinária pode ser feita sem receios: a partir do final das regências, o *grau de mobilização das campanhas* era muito maior do que anteriormente. O aumento da violência durante os pleitos, inclusive,

⁷¹¹ Os estudiosos, normalmente, entendem que os partidos imperiais começaram a se configurar a partir de 1837, com a queda de Feijó. A partir de então, entendem os especialistas, os partidos se consolidam como um mecanismo importante das instituições políticas brasileiras. Cf. Jeffrey Needdell. *The party of order*, pp. 73-117. José Murilo de Carvalho, em *O Teatro de Sombras*, pensa em termos semelhantes. Cf. também Paulo Pereira de Castro. “Política e administração entre 1840 e 1848”, in: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2.

⁷¹² *O Carapuceiro* nº 19, 39, 42, 43 e 46 (1842).

⁷¹³ *O Sete de Setembro* nº 22 (1845), apud. *O Lidador* nº 71 (6/dez/1845).

está diretamente ligado a essa maior articulação dos partidos para ter uma vitória eleitoral.

Por fim, o terceiro elemento, *o crescimento urbano do Recife*. Se os dois pontos explicitados acima influenciavam as paróquias e os colégios eleitorais do interior, na capital as eleições adquiriram, nos anos de mil oitocentos e quarenta, ainda maior dramaticidade. Um considerável êxodo rural, as obras empreendidas pela gestão de Rêgo Barros e o aumento da burocracia estatal provocaram um inchaço urbano no Recife. O censo de 1828 registrou, nas três freguesias centrais da capital, 25.678 habitantes. O censo de 1855 registrou, por sua vez, 40.997. Se o núcleo urbano da cidade quase dobrou de tamanho entre os dois censos, a população livre aumentou 85%.⁷¹⁴ Tendo em vista que boa parte desses homens livres participava do processo eleitoral, pode-se imaginar o quão agitado se tornava o Recife em dia de pleito. Era quase uma guerra.

O objetivo do capítulo é, reiteramos, elucidar a importância das *instituições políticas* e verificar de que forma se arregimentava *apoio popular* às vésperas da praieira, atentando para atuação de Lopes Gama nos espaços públicos. Tendo em mente que os pleitos eleitorais é que vinculavam esses dois aspectos a serem analisados, é preciso fazer breves reflexões sobre o tema. Assim que os partidos políticos foram se consolidando e se mobilizando cada vez mais para terem sucesso nas campanhas eleitorais, foram surgindo as primeiras denúncias de que os pleitos eram farsas.⁷¹⁵ Eram raras as eleições em que denúncias de fraudes não aconteciam, até porque esse tipo de queixa era um artifício político do grupo derrotado. Dessa forma, foi se consolidando a ideia de que o sistema eleitoral do Brasil imperial era facilmente manipulado pelo governo, isto é, pelo partido que estivesse no ministério. Essa noção foi cristalizada pela emblemática obra de Francisco Belisário Soares de Souza, redigida em 1872, e atravessou todo o século XX.⁷¹⁶ Importantes historiadores de diferentes gerações, como

⁷¹⁴ Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”, p. 27.

⁷¹⁵ *O Carapuceiro* é exemplar nesse sentido. Cf. subtítulo 4.3 dessa tese. Cf., também, Roberto N. P. F. Saba. “As eleições do cacete e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico”. *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.126-145, 2º semestre de 2011.

⁷¹⁶ *O sistema eleitoral no Império*: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. Brasília : Senado Federal, 1979.

Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, reiteraram a imagem de que o partido no poder facilmente conseguiria a vitória eleitoral.⁷¹⁷

Que o governo central exercia enorme influência no resultado das eleições é impossível negar. Que a posse dos ministérios e da presidência nas províncias era a principal arma em uma eleição é também impossível negar. Por fim, é impossível negar que as leis do regresso, sobretudo a reforma do código de processo criminal, conferiram enorme força para o ministério influenciar o resultado do pleito. O governo tendia a ser o vencedor das eleições. O problema dessa formulação, a de que o poder central tinha imensa capacidade de manipular o resultado das urnas, é que a complexidade do processo eleitoral tende a ser desprezada como objeto de estudo. Como explicar a importante vitória eleitoral dos praieiros em 1844 quando estes ainda não haviam se apoderado da presidência da província? Como explicar as pancadarias e a intensa mobilização para a eleição dos juízes de paz e dos vereadores em 1844 tendo como referencial a noção de que as leis do regresso conferiram poderes eleitoreiros majestáticos aos delegados e subdelegados nomeados pela presidência?⁷¹⁸ Por fim, como explicar a intensa busca por apoio popular se os pleitos eram facilmente manipulados pelo partido no poder?⁷¹⁹

Partimos aqui do pressuposto de que o sistema político imperial era altamente complexo. Vários fatores influenciavam para se obter uma vitória eleitoral e assumir os cargos governativos. Ter o maior número de juízes de paz em uma província ainda era fundamental, visto que este magistrado leigo, mesmo com seus poderes drasticamente diminuídos, ainda compunha a junta de qualificação de votantes.⁷²⁰ Dominar importantes câmaras municipais também era imprescindível, visto que elas finalizavam a apuração dos votos e enviavam os resultados para a capital da província.⁷²¹ Ter

⁷¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 5. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1974, p. 222; José Murilo de Carvalho. *Teatro de Sombras*, p. 401.

⁷¹⁸ Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e "populaça"*: as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação de mestrado (História). Recife : UFPE, 2001, pp. 91-94.

⁷¹⁹ Recentemente, alguns historiadores vêm relativizando essa afirmação por vezes simplificadora de que o governo central tinha total controle sobre os pleitos. Cf. Miriam Dolhnikoff. "Representação na monarquia brasileira". *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.9, p.43, maio de 2009; Roberto N. P. F. Saba. "As eleições do cacete e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico"; Suzana Cavani Rosas. "Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado." *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 20, p. 83-103, 2004.

⁷²⁰ Como já foi mencionado, a enorme mobilização para a eleição dos juízes de paz em 1844 demonstra a importância que eles ainda exerciam na vida política imperial. Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e "populaça"*, pp. 91-94.

⁷²¹ Dois exemplos ajudam a comprovar a enorme importância das câmaras municipais no processo

cadeiras no senado era imprescindível, como bem demonstra a batalha que foram as eleições senatoriais em Pernambuco entre 1846 e 1848, assim como a conflituosa ratificação dessas eleições.⁷²²

Assim, ao analisar a atuação pública do Padre Carapuceiro às vésperas da Praieira, estaremos analisando a importância da *Assembleia Provincial*, da *câmara dos deputados* e da *imprensa* dentro do complexo jogo político da década de 1840.

Em 1842, foi fundado o Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido Praieiro, pois seus principais jornais eram impressos na rua da Praia.⁷²³ Antigos aliados de Rego Barros (Barão depois Conde da Boa Vista) desertaram e passaram a fazer oposição a ele. Lembremos que Rego Barros governava a província desde 1837. Essa oposição era liderada, sobretudo, por jovens bacharéis recém-saídos do Curso Jurídico de Olinda, gente que ficou insatisfeita com a distribuição de cargos efetuada pelo governo do Barão. Em pouco tempo, eles atraíram os setores populares urbanos, além de conseguirem importantes alianças no interior, onde os baronistas ou guabirus⁷²⁴ – assim passaram a ser chamados os correligionários do então Barão da Boa Vista – sempre foram mais fortes. Mesmo com a queda do gabinete conservador e a ascensão do primeiro gabinete do quinquênio liberal (1844-1848),⁷²⁵ os praieiros não conseguiram assumir a presidência da província, pois um dos principais ministros do

eleitoral. Em março de 1844, Urbano Sabino Pessoa, eminência praieira, fez uma denúncia na Assembleia Provincial, quando ela ainda era dominada pelos baronistas. Segundo ele, a Câmara Municipal de Igarassu fradou as atas eleitorais e modificou profundamente o resultado geral das eleições. *Diário de Pernambuco* nº 65, 66 e 67 (18,19 e 20 de março de 1844), sessões de 15 e 16 de março. No final dos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados em 1846, mesmo em época de supremacia praieira, a Câmara do Recife, reduto baronista, conseguiu emplacar a admissão do Visconde de Goiana como deputado suplente por Pernambuco. *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados), sessões de 25 e 26 de agosto.

⁷²² Pernambuco precisava preencher duas vagas no Senado, visto que haviam falecido Antônio Carlos de Andrada e Silva e José Carlos Mayrink Ferrão. Os praieiros elegeram, dentro da listra tríplice, seus candidatos por duas vezes, a primeira em 1846 e a segunda em 1847. Os candidatos praieiros conseguiram, inclusive, a indicação imperial, mas essas duas eleições foram anuladas pelo senado, o qual tinha a prerrogativa de fiscalizar a entrada dos novos membros da casa.

⁷²³ Outras duas explicações ainda são utilizadas para explicar o apelido dado ao Partido Nacional de Pernambuco: 1) porque na rua da Praia era despejado parte do esgoto da cidade; 2) porque nessa rua estava boa parte das casas comerciais portuguesas. Ambas as explicações remetem a uma tentativa dos adversários dos praieiros de desqualificá-los.

⁷²⁴ Guabiru, segundo Lopes Gama, são uns “ratinhos estonteados”. Tratava-se de outra alcunha política que tinha como objetivo desqualificar o oponente. *O Sete de Setembro* nº 19, apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 60.

⁷²⁵ Um dos principais motivos para D. Pedro II destituir os conservadores do poder era sua intenção em anistiar os revoltosos de 1842. Cf. Paulo Pereira de Castro. “Política e administração entre 1840 e 1848”, pp. 522-526.

gabinete liberal era o já citado Holanda Cavalcanti. A família Cavalcanti tinha membros tanto no Partido Liberal quanto no Conservador. Assim sendo, qualquer grupo que estivesse no poder, eles estariam representados perante o governo central. Sendo aliados de Rego Barros na província, formaram aquilo que a imprensa praieira iria chamar, depreciativamente, de gótico castelo Rego-Barros-Cavalcanti.⁷²⁶

Os praieiros tentaram sem sucesso aliciar os dois primeiros presidentes de Pernambuco do quinquênio liberal. Contudo, eles só conseguiram assumir o poder na província depois do violentíssimo pleito eleitoral de 1844, conhecido como “fecha-fecha”. Em 24 de maio, a câmara de maioria conservadora foi dissolvida pelo imperador. Em setembro, os praieiros tiveram importante vitória nas eleições para juízes de paz e vereadores. Dominando importantes câmaras municipais e tendo juízes de paz em várias juntas de qualificação eleitoral, os praieiros obtiveram ótimos resultados nas primárias, conseguindo, através de muita violência e mobilização, a vitória final nas secundárias. Dos 13 deputados gerais por Pernambuco, 8 eram praieiros. Em dezembro de 1844, durante a terceira sessão preparatória da Câmara dos Deputados, os praieiros conseguiram articular a anulação da apuração de três colégios eleitorais (eleições secundárias) e de uma freguesia (primárias). Com isso, se sua bancada de 8 deputados já era significativa, com a alteração do resultados, os praieiros conseguiram aumentá-la para 11. Era uma bancada poderosíssima.⁷²⁷

Apenas com a força dessa significativa bancada parlamentar é que os praieiros conseguiram assumir o poder da província. Em troca de apoio ao governo, eles articularam a posse de Antônio Pinto Chichorro da Gama para a presidência de Pernambuco. Tomando posse em julho de 1845, Chichorro da Gama realizou o mesmo que Aureliano de Souza Coutinho havia realizado no Rio de Janeiro um ano antes, isto é, demitiu quase todos funcionários públicos vinculados ao partido inimigo. As leis do regresso atingiam os regressistas, o feitiço voltava-se contra o feiticeiro. O imenso

⁷²⁶ Esses fatos e explicações encontram-se em qualquer obra que verse sobre a Insurreição Praieira. Cf. Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967; Edison Carneiro. *A insurreição Praieira*. Rio de Janeiro : Conquista, 1960; Izabel Andrade Marson. *A revolução praieira*; Idem. *O império do progresso: revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Idem. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo : Editora Moderna, 1980; Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília : Senado Federal, 1978 [1850]; José da Costa Porto. *Os tempos da Praieira*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981; Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”; Urbano Sabino Pessoa. *Apreciação da revolta praieira em Pernambuco*. Brasília: Senado Federal, 1978 [1849].

⁷²⁷ Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e “população”*, pp. 116-117.

poder de nomear importantes funcionários públicos que o regresso conservador conferiu ao presidente das províncias foi utilizado sem parcimônia por Chichorro da Gama: 650 demissões. Grande parte dos demitidos eram delegados e subdelegados da polícia civil. Iniciava o período que Joaquim Nabuco chamou de “pleno domínio da praia”.⁷²⁸ Depois de interrompido esse “pleno domínio”, que durou três anos, com os baronistas realizando uma demissão em massa semelhante a que haviam realizado os praieiros, irrompeu a insurreição praieira, em novembro de 1848.

5.1 - O caminho de Lopes Gama rumo à Praia

Antes de passarmos ao corpo central desse capítulo, cabe explicar brevemente o posicionamento de Lopes Gama dentro dessas disputas partidárias. Até o pleito eleitoral de 1844, Lopes Gama esteve ao lado dos baronistas. Já jubilado, isto é, aposentado, de sua cadeira de retórica recebida em 1817, recebeu do Barão, em 1840, nova cadeira, desta vez a de Eloquência Nacional e Literatura do Liceu Pernambucano.⁷²⁹ Em 1843, o Padre Carapuceiro figurava, juntamente com o Barão da Boa vista e seus mais proeminentes aliados, na lista de sócios da Sociedade dos Melhoramentos Industriais de Pernambuco”.⁷³⁰ Como veremos adiante, até 1845, ele comportou-se como deputado provincial fiel aos baronistas.⁷³¹

Entre setembro e outubro de 1844, Lopes Gama colaborou no periódico *O Pernambucano*. Este jornal, além de ser portador de um projeto educacional moralista-religioso semelhante ao de *O Carapuceiro*, se ocupou, sobretudo, do assunto que afligia a província naqueles meses, as eleições.⁷³² Sendo escrito ao mesmo tempo em que

⁷²⁸ Joaquim Nabuco. *Um estadista do império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Tomo primeiro. Rio de Janeiro : H. Garnier, sem data. Tomo I, p. 78.

⁷²⁹ “Biografia do falecido conego da capella imperial, o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama”, in: *Diário de Pernambuco* nº 97 (30/04/1853). Segundo um jornal guabiru, de 1846, o qual acusava Lopes Gama de ingrato ao Barão, essa cadeira no Liceu foi criada apenas para o “agasalhar”. *A Carranca* nº 55 (3/jan/1846).

⁷³⁰ *Diário de Pernambuco* nº 41 (20/fev/1843).

⁷³¹ Segundo acusações posteriores, Lopes Gama colaborara no jornal *O Artilheiro*, no qual fez severas críticas aos praieiros. Lopes Gama negou essas acusações. *O Lidador* nº 68 (25/nov/1845). Outra denúncia feita *a posteriori*, acusava Lopes Gama de ter chamado, na imprensa, os praieiros de “rapazes turbulentos”. *O Lidador* nº 77 (15/jan/1846). Por fim, uma última acusação feita posteriormente foi a de que frei Miguel, em 1842, prometera publicar um jornal chamado *Bellerofonte*. O título do jornal seria uma alusão ao herói mítico Belerofonte, o qual lutou contra outra figura mítica, a Quimera. Segundo a acusação, Lopes Gama associaria, dessa forma, a Praia à Quimera. Segundo essa acusação, não saindo ele deputado geral em 1844, esqueceu-se do *Bellerofonte* e foi chegando-se à Quimera. *A Carranca* nº 67 (05/mar/1846).

⁷³² Juntamente com Lopes Gama, colaborava em *O Pernambucano* Francisco João Carneiro da Cunha, José Bento da Cunha Figueiredo e Pedro Autran da Matta e Albuquerque. Este último, colega de Lopes Gama como lente do Curso Jurídico de Olinda, ficou conhecido pela sua militância religiosa a partir da

transcorriam as violentíssimas eleições que ficaram conhecidas como o “fecha-fecha”, o jornal propunha modificações nas leis eleitorais. Em síntese, suas propostas eram semelhantes às já defendidas por Lopes Gama em *O Carapuceiro* a partir de 1837. O direito de eleição, segundo *O Pernambucano*, “deve-se estreitar-se, ou alargar-se na proporção do número dos habitantes de que se compõem as classes afligidas de ignorância, e de miséria”. Ainda segundo o jornal, duas regras eram utilizadas pelos países livres: “1ª o estado notório de dependência pessoal, ou a domesticidade: 2ª o pagamento de impostos mais, ou menos elevados.” Seguindo esse raciocínio, concluiu *O Pernambucano* com um questionamento: “Como pois admitir a votar pelo interesse geral a quem justamente se presume que é incapaz de o conhecer e não se acha em estado de conformar com ele seu voto?”⁷³³

Não sendo um jornal panfletário, de crítica direta, *O Pernambucano* procurou diferenciar-se da violenta imprensa praieira nascida em 1842. Era uma estratégia muito semelhante da utilizada pelo *Carapuceiro* no contexto da abdicação. Mesmo que em seu número inicial *O Pernambucano* fizesse questão de se dizer apartidário, o recado aos praieiros, que aliciavam os baixos estratos sociais para vencer as eleições, era claro: “Poderá desenvolver-se o espírito nacional, quando astutos aventureiros procuram aterrá-lo com grados atroadores de revolução e anarquia, alistando debaixo de suas verde-negras bandeiras os proletários, a gente ignóbil, e afugentando das urnas (arca santa da liberdade!) os cidadãos pacíficos, os proprietários, os industriais para substituí-los [sic] por entes imaginários, ou cegos instrumentos do seu furor demagógico?”⁷³⁴ Era a típica linguagem da imprensa guabiru, a qual comumente acusava os praieiros de anárquicos, revolucionários e demagógicos.

Talvez o artigo de *O Pernambucano* de crítica mais direta aos praieiros foi “Qual será o partido Nacional.” Futuramente, este escrito seria atribuído a Lopes Gama.⁷³⁵ Tratava-se de uma clara ironia ao nome oficial do partido praieiro, o Partido Nacional de Pernambuco:

No meio das divergências, em que ora luta Pernambuco em tempos de eleições, cada um dos partidos apregoa e grita pelas suas buzinas periódicas que só ele é o *partido*

década de 1850. Alfredo de Carvalho. *Annaes da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*, p. 187. Luiz do Nascimento. *História da imprensa de Pernambuco*, v. IV, p. 206. Para a militância católica de Autran da Matta e Albuquerque cf. Tiago Adão Lara. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*.

⁷³³ *O Pernambucano* nº 4 (20/set/1844).

⁷³⁴ *O Pernambucano* nº 1 (2/set/1844).

⁷³⁵ Acusação feita pelo jornal *O Lidador* (5/nov/1845).

Nacional. Mas qual d'eles é o que verdadeiramente merece a denominação de Nacional? Bem pode ser que o partido Nacional seja o que se conserve calado, aflito, antolhando o desastroso futuro e lastimando amargurado, os iminentes males da pátria.⁷³⁶

Não obstante, essas eleições, muito provavelmente, foram o motivo para que Lopes Gama debandasse para o lado da Praia. Já militando nas fileiras praieiras, sendo acusado de ser traidor e trãsfuga, ele procurou se explicar:

Sim, esses Snrs. Cavalcantis atraçoaram-me torpemente. Eu lhes falei com a maior franqueza sobre a mesma candidatura: eles fizeram-me as mais solenes promessas de coadjuvarem-me com todas as suas forças; mas o que praticaram? Compuseram duas listas (o snr. Nabuco bem sabe como estas cousas se fazem) uma de mostrar, outra de valer. Para alguns colégios onde sabiam que tinha algum parente ou amigo lá ia meu nome; mas com uma cruzinha na testa para sinal de que podia ser substituído por outro qualquer; e para a maior parte dos colégios nem isso. Uma dessas listas veio ter a minha mão juntamente com a carta que a acompanhava; e então foi que me desenganei de que era ludibriado; e traído por esses senhores. Ainda assim traguei silencioso o cálix da amargura, encerrei no coração o agravo, porém calei-me até que no *Diário de Pernambuco*, hoje um dos principais órgãos dos Snrs. Cavalcantis, foi publicado aquele insultuosos ofício do snr. Lourenço Cavalcanti d'Albuquerque Maranhão contra a minha honra e a de meu irmão.⁷³⁷

É bastante verossímil esse relato de Lopes Gama, até porque ele aparece, durante o pleito de 1844 em uma lista de candidatos baronistas à deputação geral publicada na imprensa.⁷³⁸ Durante a sessão legislativa da Assembleia Provincial de 1845, transcorrida entre fevereiro e maio, ele realmente não manifestou sua mudança de partido. Muito pelo contrário, ele votou, como veremos, junto com maioria da deputação provincial, que era então guabiru. Contudo, nos debates de 1845, já transparecia um nítido ressentimento de Lopes Gama com Nabuco de Araújo. O Padre trocou ironias constantes com o futuro “estadista do império”.⁷³⁹

A demora do Padre Carapuço em mudar de partido não se explica apenas pelo seu gesto de, silencioso, tragar o “cálix da amargura”. Sua demora em aderir à Praia também não pode ser explicada apenas pela referida carta publicada no *Diário de Pernambuco* insultando a ele a seu irmão. No primeiro semestre de 1845, ainda não havia condições políticas para ele mudar de partido. Isso só aconteceu depois que

⁷³⁶ *O Pernambucano* nº 4 (17/out/1844).

⁷³⁷ *O Sete de Setembro* (07/nov/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 80.

⁷³⁸ *O Guararapes* nº 15 (21/set/1844), apud. Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e “população”*, anexo IV.

⁷³⁹ Cf. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*, pp. 59-61, 111-113 e 136-139.

Chichorro da Gama assumiu a presidência, em julho desse ano, e depois que Lopes Gama foi eleito deputado geral pelas Alagoas, em agosto. Se ele não conseguiu ser eleito na chapa baronista por Pernambuco em 1844, ele conseguiu, com ajuda do irmão, ser eleito pela província vizinha.⁷⁴⁰ Assumindo a cadeira apenas em 1846, ele ajudou a compor a bancada praieira. É preciso, então, aumentar o tamanho dessa bancada anteriormente citado. Ela não teve 11 deputados, teve 12.⁷⁴¹

Conflitos violentos ocorreram em Pernambuco e adjacências não apenas entre novembro de 1848 e fevereiro de 1849, periodização usual da Insurreição Praieira. Os conflitos ocorreram de forma contínua desde meados da década, tanto no campo como nas cidades, tanto em Pernambuco como em suas adjacências. No final de 1844, irrompeu nas Alagoas o conflito entre *Lisos* e *Cabeludos*.⁷⁴² Assim eram conhecidas as facções políticas da província ao sul de Pernambuco. Liderados por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu e tendo estreitos vínculos com os baronistas pernambucanos, os Cabeludos gozavam de situação confortável com o governo de Bernardo de Souza Franco (julho a dezembro de 1844). Aproximando-se as eleições gerais no final desse mesmo ano, vendo que estavam em posição desvantajosa, os *Lisos* invadiram Maceió. Tudo indica que a ajuda das tropas cabanas de Vicente de Paula foi importante nessa invasão. Estes eram os sobreviventes da guerra do início da década de 1830. Eram índios, ex-escravos e caboclos que viviam isolados da civilização às margens do rio Jacuípe, no alto sertão alagoano. *Lisos* e *Cabeludos* acusaram-se, reciprocamente, seus inimigos de contarem com a ajuda de Vicente de Paula. Com a província em guerra, o irmão de Lopes Gama, Caetano Maria Lopes Gama, recebeu do gabinete liberal a missão de pacificar as Alagoas. Ele teve sucesso em sua missão, mas acabou por beneficiar os *Lisos*, que mantinham boas relações com os praieiros. Presidindo a província entre dezembro de 1844 e julho de 1845, Caetano Maria Lopes organizou as eleições. Seu irmão, o Padre Carapuceiro, foi eleito em terceiro lugar, com 939 votos.⁷⁴³

⁷⁴⁰ O resultado final das eleições para deputados gerais pelas Alagoas foi publicado no *Diário Novo* nº 175 (11/ago/1845). Lopes Gama agradece aos eleitores alagoanos no nº 180 (18/ago/1845).

⁷⁴¹ Lopes Gama sofreu diversas acusações por ter trocado de partido, tanto na imprensa como na tribuna parlamentar. Cf. *A Carranca* nº 42, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 64 e 67 (1845/1846); *O Lidador* nº 68, 71, 73, 77 e 81; *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs. Deputados), sessão de 13 de julho de 1846.

⁷⁴² A origem desses apelidos tem relação com o longo período de hegemonia conservadora (1837-1844). Com poucos cargos governativos e perdendo quase todas as eleições na província, os oposicionistas alagoanos foram chamados de *lisos*, isto é, sem emprego, sem poder, sem influência etc... O termo *liso* também indicava, à época, uma pessoa sem cabelos no corpo. Dessa forma, por oposição, os adversários políticos dos *lisos* foram apelidados de *cabeludos*.

⁷⁴³ Craveiro Costa. *O Visconde de Sininbú*. Sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São

No dia primeiro de setembro de 1845, o *Diário de Pernambuco* publicou a referida carta de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque Maranhão, proprietário de Águas Belas, região de fronteira entre Pernambuco e Alagoas. Era uma carta dirigida ao então presidente da Alagoas, Henrique Marques d'Oliveira Lisboa, o sucessor de Caetano Maria Lopes Gama. Referindo-se às anistias concedidas por este último, o missivista afirmou que “aqueles policiantes anistiados cujas garantias tiveram princípio pelo Sr. Lopes Gama [Caetano Maria]; que por interesses particulares, cujos V. Ex.[Lisboa] os não ignora, como de deputação a seu irmão [Padre Carapuço] e outras cousas, de que se colige que por isso foi dada a escápula a Vicente Ferreira de Paula para o fim de com os seus satélites fazerem as eleições”.⁷⁴⁴

Dois dias depois, o Padre Carapuço respondeu, valendo-se pela primeira vez de um jornal praieiro, o *Diário Novo*. Primeiramente, o Padre Carapuço defendeu seu irmão da acusação de se valer da ajuda de Vicente de Paula para realizar as eleições. Exaltando seu irmão como um anjo pacificador da província vizinha, surgindo “nos mares de Maceió como um santelmo no meio da tempestade”, ele explicou que “como sobre ele [seu irmão], não pudessem recair os sufrágios populares, por um testemunho de gratidão adotaram-me por um de seus candidatos.” Depois de demonstrar que seu irmão não era capaz de realizar nenhuma irregularidade nem violência para manipular as eleições, ele concluiu afirmando: “acresce a tudo isso que eu tive a honra de ser um dos recomendados do governo”.⁷⁴⁵

Alguns dias depois, no 23º aniversário da independência do Brasil, Lopes Gama iniciou a publicação do jornal *O Sete de Setembro* pela Tipografia Imparcial, a mesma que imprimia os principais jornais praieiros. Sua conversão estava efetuada. Foi uma mudança muito significativa no teor do ideário político do Padre Carapuço, pois ele teve que aderir a diversas diretrizes da pregação jornalística praieira. Seus inimigos talvez não estivessem totalmente destituídos de razão ao dizer que as opiniões de Lopes

Paulo : Companhia Editora Nacional, 1937, pp. 109-141; Luís Sávio de Almeida. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió : Edufal, 2008; Dirceu Lindoso. *A utopia armada*, pp. 64-65; Manuel Correia de Andrade. *A Guerra dos Cabanos*, pp. 193-194; *Diário Novo* nº 5, 60, 69, 90, 278 (1844), 170 e 180 (1845).

⁷⁴⁴ *Diário de Pernambuco* nº 193 (1/set/1845). A carta tem data de 6 de agosto e, em síntese, criticava tanto a administração de Caetano Maria Lopes Gama com a de Oliveira Lisboa por demitir uma série de oficiais da guarda nacional e armar subdelegados com fins eleitorais.

⁷⁴⁵ *Diário Novo* nº 194 (03/set/1845). Essa discussão ainda continuou no nº 202, quando Lopes Gama respondeu a insinuações (feitas pelo *O Lido* nº 51) que buscavam demonstrar que seu irmão era baronista; no nº 218, quando Lopes Gama respondeu a uma carta publicada pelo jornal *Voz Alagoense* nº 4.

Gama em *O Sete de Setembro* não eram verdadeiramente dele, mas cópias das ideias da Praia. “(...) Não senti o que dizeis (...)” – acusavam seus opositores – “(...) que opinião são hoje as vossas senão a reprodução fiel, a cópia servil daquilo que os demais periódicos da Praia já tem dito (...)”.⁷⁴⁶ Exageros à parte, há realmente uma mudança significativa no teor dos escritos jornalísticos de Lopes Gama, visto que para ser praieiro era preciso aproximar-se dos setores populares.

Antes, contudo, de analisar a atuação do Padre Carapuceiro em *O Sete de Setembro*, é preciso verificar de que forma se deu sua atuação como deputado provincial entre 1843 e 1845, época em que ainda cerrava fileiras com os guabirus.

5.2 – O papel da Assembleia Provincial na luta entre Praieiros e Guabirus (1843-1845)

Nosso objetivo ao analisar a atuação de Lopes Gama como deputado provincial entre 1843 e 1845 é verificar qual era o papel dessa instituição nas lutas políticas que assolaram Pernambuco. Talvez porque já esteja arraigada na historiografia brasileira a ideia de que, após o regresso conservador, a centralização política foi tão aguda, não há nenhum estudo que verticalize o papel do legislativo local nos embates que antecederam a praieira. As principais menções elucidando o papel dessa instituição nos embates entre guabirus e praieiros foram feitas por Isabel Marson. Esta autora, contudo, apesar de ter servido como base para muitas das reflexões que faremos, não estudou a Assembleia Provincial por dentro, isto é, não esmiuçou os debates ocorridos na plenária. Marson fez suas certas considerações tendo como fontes principais a repercussão dos debates legislativos na imprensa.⁷⁴⁷ As demais obras sobre a Praieira, se fazem referências à Assembleia Provincial, na maior parte das vezes o fazem de forma bastante pontual.⁷⁴⁸ Entretanto, o que se observa ao ler os anais da Assembleia Provincial, é que ela tinha uma função central dentro do jogo político da década de 1840.

Depois de um imenso esforço e de muitas discussões, os deputados provinciais alocaram verbas para o custoso serviço de taquigrafia e passaram a imprimir os debates

⁷⁴⁶ *O Lidador* n° 62 (29/out/1845).

⁷⁴⁷ Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*.

⁷⁴⁸ Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira*; Edison Carneiro. *A insurreição Praieira*; Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. *Crônica da Rebelião Praieira*; José da Costa Porto. *Os tempos da Praieira*. Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”; Urbano Sabino Pessoa. *Apreciação da revolta praieira em Pernambuco*.

legislativos na íntegra.⁷⁴⁹ A assembleia agora estava plenamente integrada dentro dos espaços públicos de discussão política pernambucanos. Aquilo que era discutido na plenária repercutia nos jornais e nas ruas, aquilo que era gritado nas ruas e escrito nos jornais repercutia dentro da assembleia.

Apesar do importante papel exercido pelo legislativo provincial, era comum que os deputados se queixassem da centralização excessiva que o regresso impusera. Lopes Gama, outrora propagandista do regresso, foi um dos que mais fez esse tipo de queixa. Essas lamentações, no entanto, devem ser vistas como um discurso muito eficaz na tentativa de aprovar leis, até porque, mesmo depois da interpretação do Ato Adicional, ainda não estava claro o que era competência provincial e o que era geral.

Em abril de 1843, Lopes Gama defendeu que as despesas com os presos eram gerais, e não provinciais. No mesmo mês, a Comissão de Poderes, em um parecer, entendeu que o tradicional Seminário de Olinda só poderia ser regido por leis oriundas da Assembleia Geral. Lopes Gama fez, na sequência, um longo discurso contrapondo-se à interpretação da comissão. Para ele, logo após o Ato Adicional, as Assembleias Provinciais exageraram em invadir atribuições da Geral. A lei pernambucana de 14 de abril de 1836, a qual reformulou a polícia, a guarda nacional e o judiciário, era o maior exemplo disso. Lopes Gama criticava, dessa forma, uma lei que ele mesmo havia sustentado anteriormente.⁷⁵⁰ Uma década depois, ele achava que, juntamente com seus pares, havia invadido atribuições gerais. Por tudo isso, Lopes Gama se colocou a favor da interpretação do Ato Adicional. No entanto, na sequência ponderou:

Hoje ouço dizer se não que as assembleias provinciais nada podem, aqui mesmo se proferiu que éramos corpos administrativos (...). Eu entendo Srs. muito pelo contrário: eu entendo que as Assembleias Provinciais dentro da órbita de suas atribuições são tão soberanas relativamente aos objetos legísláveis das suas respectivas províncias, quanto o é a Assembleia Geral para todo o Brasil (*muitos apoiados*)⁷⁵¹.

Bastava de centralização, acreditava Lopes Gama. Ele era a favor da união, mas sem centralização exagerada. Finalizando seu discurso, afirmou que o Seminário de Olinda era responsável pela instrução pública. Como tal objeto era, segundo o Ato

⁷⁴⁹ Em 1843, foram publicados apenas o resumo das discussões. Em 1844 e 1845, o *Diário de Pernambuco* passou a publicar os anais na íntegra (existem os anais completos, em publicação própria, apenas para o ano de 1845). As discussões sobre a implantação do serviço de taquigrafia encontram-se no *Diário de Pernambuco* nº 83 (12/abril/1843), sessão de 8 de abril.

⁷⁵⁰ Cf. subtítulo 4.2 dessa tese.

⁷⁵¹ *Diário de Pernambuco* nº 91 (25/abr/1843), ata da sessão de 21 de abril.

Adicional, atribuição das províncias, o padre deputado concluiu que não estariam invadindo atribuições gerais se interferissem no Seminário.⁷⁵²

Em março de 1844, Lopes Gama fez discurso muito semelhante para tentar aprovar um projeto seu. Uma lei geral de 1831 havia conferido à Irmandade de Santa Ana a administração do patrimônio da igreja Madre de Deus. O projeto de Lopes Gama previa a transferência da administração da igreja para o Colégio dos Órfãos, instituição da qual ele foi o primeiro diretor. Provavelmente ele mantinha algum tipo de vínculo afetivo com o referido colégio. A questão suscitada foi a seguinte: poderia a Assembleia Provincial modificar algo que fora estabelecido por lei geral? Lopes Gama se valeu do seguinte discurso para tentar aprovar seu projeto: “houve tempos, senhores, em que essa assembleia tudo podia, hoje com grande pasmo meu, e de muita gente, não pode nada, talvez esteja reduzida a aprovar posturas de câmaras (*apoiados*) (...)”.⁷⁵³

Dessa forma, é preciso ter em mente que esse tipo de discurso era sempre carregado de uma intenção política. Nos casos acima citados, Lopes Gama valeu-se de uma temática – a centralização excessiva imposta pelo regresso – que era capaz de provocar gritos e sussurros na assembleia apoiando seus projetos.⁷⁵⁴

Esse tipo de discurso tinha enorme apelo, até porque, como já frisamos, mesmo com a interpretação do Ato Adicional, ainda não estavam bem definidas as atribuições do poder central e do provincial. Em abril de 1844, o legislativo pernambucano estava em dúvida se o secretário da presidência era empregado geral ou provincial. Lopes Gama defendeu a tese de que ele era um empregado misto, mas que os cofres provinciais não deveriam pagar seu salário, pois em sua concepção era errado Pernambuco sustentar um emprego criado pela Assembleia Geral. Para o Padre Carapuiceiro, desde o Ato Adicional não estava claro o que era emprego geral e o que era provincial. Ele propôs que fosse enviada uma representação ao legislativo geral para que, do Rio de Janeiro, essa questão fosse definida com mais clareza. “Quando apareceu

⁷⁵² Ibidem. Não foi possível verificar o desfecho dessa discussão, que teve continuação na sessão de 21 de abril, publicada no *Diário de Pernambuco* nº 92 (26/abril/1843).

⁷⁵³ *Diário de Pernambuco* (7/mar/1844), sessão do dia 5 de março. O projeto de Lopes Gama foi rejeitado.

⁷⁵⁴ Foram comuns discursos de Lopes Gama na tribuna explorando essa temática, isto é, a centralização excessiva imposta pelo regresso. Cf. *Diário de Pernambuco* nº 61 (sessão de 9 de março de 1844) e *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*, pp. 20-23, 42-43, 59-61, 64-67 e 111-113. Na imprensa ele também explorou bastante o tema. Cf. *O Sete de Setembro* nº 14, 15 e 19, apud. *O Lidador* nº 66, 68 (1845); *Diário Novo* nº 165 (artigo assinado pelo pseudônimo *Aristippo*, 1846).

aqui o Ato Adicional” – arrematava o padre deputado – “custou-me a entendê-lo; suscitaram-se muitas dúvidas (...). Depois veio a interpretação e eu fiquei mais confuso ainda (...), cada vez estou mais confuso (...)”.⁷⁵⁵

Deste modo, é preciso verificar o verdadeiro papel da Assembleia Provincial no jogo político da época. É preciso verificar a real importância dessa instituição. Para isso, analisaremos a atuação de Lopes Gama na legislatura de 1844-1845. Nesse biênio, o Padre Carapuceiro era parte integrante da bancada guabiru, que ainda dominava o legislativo pernambucano.

Em síntese, a Assembleia Provincial tinha enorme importância política em três aspectos: 1º) ela detinha o poder de delimitar e dividir as freguesias, algo de enorme relevância no jogo eleitoral; 2º) ela regulamentava a força policial; 3º) ela possuía a faculdade de determinar a forma pela qual o presidente contrataria diversos funcionários e encaminharia as obras públicas.⁷⁵⁶

Uma das discussões mais frequentes na Assembleia Provincial era sobre a criação de novos colégios eleitorais e sobre a divisão de freguesias. Antes das famosas eleições 1844, a assembleia de maioria guabiru tentou amenizar a vitória praieira aprovando a criação de dois novos colégios, um em Garanhuns (Ouricury) e outro no Limoeiro (o de Taquaritinga). Superestimando o número de eleitores nesses colégios, que eram redutos baronistas, eles conseguiriam maior volume de votos no cômputo final. O grande problema que o Partido da Ordem encontrou é que as eleições em um desses novos colégios, o de Ouricury, foram anuladas pela Assembleia Geral. No ano seguinte, como bem apontou Isabel Marson, os guabirus parecem ter aprendido a lição e adotaram a estratégia de criar “tantos colégios novos que inviabilizaria o esforço praieiro de anulação dos escrutínios vencidos por conservadores”.⁷⁵⁷

Em março de 1844, discutia-se na assembleia um projeto que erigia a capela de Nossa Senhora da Conceição de Beberibe em freguesia. Lopes Gama afirmou ter muitos receios em criar novas freguesias, assim como fazer divisões. Para ele, tudo isso

⁷⁵⁵ *Diário de Pernambuco* nº 78 (2/abr/1844) e nº 79 (5/abr/1844), sessões de 27 e 28 de março.

⁷⁵⁶ Poderiam ser acrescentadas mais duas funções importantíssimas que Assembleia Provincial exercia: o poder de redigir a lei do orçamento e o controle na contratação das obras públicas. Essas temáticas já foram, contudo, devidamente exploradas por Miriam Dolhnikoff e Izabel Andrade Marson em, respectivamente, *O pacto imperial* e *O Império do Progresso*.

⁷⁵⁷ Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*, pp. 244-248; Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e “população”*, pp. 116-118.

aumentava os gastos públicos, sobretudo com o pagamento dos párocos. Mas, ao fim e ao cabo, foi evasivo, dando a entender que, mesmo sendo contra seus princípios a criação de novas freguesias, votaria de acordo com a maioria da assembleia. Depois de um discurso de Tacques⁷⁵⁸ contra a criação dessa freguesia, tendo em vista ser ele uma das principais lideranças guabirus no legislativo pernambucano, o projeto foi rejeitado.⁷⁵⁹

No final desse mesmo mês, ocorreu um debate que deixa claro o quão importante era, no jogo político, a criação ou demarcação das freguesias. Estava em discussão se a capela de Ouricury, situada no município de Garanhuns, deveria ser elevada a Matriz. Caso assim fosse feito, seria feita uma nova demarcação. Vimos acima, como a nova demarcação desse colégio favoreceu os baronistas na disputa eleitoral ocorrida no final de 1844. Lopes Gama foi bastante irônico ao votar a favor do projeto, demonstrado que foi compelido a aprová-lo. Após pedir informações precisas sobre um lugar que desconhecia, disse ele: “(...) eu não me oponho à divisão, Deus me livre (*risadas*), desejara só ter alguma informação dessa linha divisória (...)”.⁷⁶⁰

Durante a sessão legislativa de 1845, mesmo depois de ter sido logrado pelos baronistas no processo eleitoral do ano anterior, Lopes Gama continuou votando de acordo com a maioria da assembleia quando o assunto era a divisão ou a redefinição de freguesias. Ainda que defendesse verbas para que uma comissão de estatística recenseasse a província, e que só depois disso fossem efetuadas novas divisões, ainda que sustentasse na tribuna que as demarcações propostas normalmente tinham nefastos fins eleitorais, ele sabia que esse era um vespeiro em que era melhor não mexer. Era prudente ir com a maioria baronista da assembleia, que ainda era o seu partido.⁷⁶¹ Ademais, como já foi observado, os guabirus abusaram, em 1845, da estratégia de

⁷⁵⁸ Bevenuto Augusto de Magalhães Tacques (1818-1881) foi mais um bacharel formado em Olinda que ingressou intensamente na política pernambucana. Diferentemente de Nunes Machado e Urbano Sabino Pessoa, que desertaram para as fileiras praieiras em 1842, ele manteve-se fiel ao Barão da Boa Vista, tendo sido um dos deputados provinciais mais ativos na legislatura de 1844-45. No segundo reinado chegaria a ser ministro.

⁷⁵⁹ *Diário de Pernambuco* nº 65 (18/mar/1844), sessão de 15 de março.

⁷⁶⁰ *Diário de Pernambuco* nº 68 (21/mar/1844), sessão de 18 de março.

⁷⁶¹ Os discursos de Lopes Gama em torno de projetos de demarcação de freguesias estão nos *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*, pp. 18-19, 20, 33-34, 59-61 e 182. Muitas vezes Lopes Gama discursou contra um projeto de demarcação de freguesia, mas sempre que assim o fazia, a assembleia, em uníssono, também rejeitava o projeto. Provavelmente eram demarcações que a cúpula baronista na assembleia não considerava vantajosas.

dividir ou criar freguesias com a finalidade de enfraquecer o poderio eleitoral dos praieiros.⁷⁶²

Passemos ao segundo grande poder que Assembleia Provincial tinha no jogo político de então, a regulamentação da força policial. É preciso ter em mente que a sessão legislativa de 1845, transcorrida entre março e maio, foi bastante *sui generis*. O Partido da Ordem, isto é, os baronistas, ainda tinha a maioria do legislativo pernambucano e ainda não havia assumido a presidência alguém plenamente identificado com a Praia. Mas os guabirus sabiam que essa situação era bastante frágil. Com uma bancada de 11 membros no Rio de Janeiro, os praieiros, a qualquer momento, poderiam articular a posse de um presidente afinado com eles, o que de fato aconteceu em julho. Ademais, a eleição para deputados provinciais a ser realizada no final do ano tendia a ser favorável à Praia, o que de fato também aconteceu.

Quando ocorreu a discussão da fixação e organização da força policial, existiram, em síntese, duas propostas divergentes. A primeira previa uma força policial grande, tendo o presidente ampla autonomia para aumentá-la ainda mais. A segunda proposta previa uma força diminuta, não podendo o presidente aumentá-la a seu bel-prazer. Lopes Gama discursou dizendo que um dia já havia defendido um governo forte. Contudo, naquele momento, prosseguia ele, o presidente era quase um capitão-general. Era preciso cercear o poder do presidente. Quem deveria, portanto, na opinião do Padre Carapuceiro, ser responsável por organizar e fixar a força policial era a Assembleia Provincial. Se, àquela altura, Pernambuco tinha um bom presidente, concluía Lopes Gama, quem garantiria que no futuro o presidente fosse alguém de confiança? Maciel Monteiro,⁷⁶³ uma das lideranças baronistas mais proeminentes, fez discurso semelhante ao do Padre Carapuceiro. Ao final da discussão, a proposta que limitava a autonomia do presidente para aumentar a força policial saiu vitoriosa.⁷⁶⁴

O esforço guabiru, no entanto, foi em vão. A partir de 1846, os praieiros teriam o presidente da província e, além disso, a maioria na Assembleia Provincial. O governo

⁷⁶² *Coleção de Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco*. Tomo X. Ano de 1845. Leis nº 138 e 139 e ato legislativo nº 7.

⁷⁶³ Antônio Peregrino Maciel Monteiro (1808-1864), futuramente Barão de Itamaracá, foi quem mais ocupou a cadeira de presidente da Assembleia Provincial de Pernambuco em sua primeira década de existência.

⁷⁶⁴ *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*, pp. 64-67. A divisão de poderes entre a assembleia e o presidente foi tema recorrente na sessão legislativa de 1845.

de Chichorro da Gama, em posse de tamanho poder, criou uma força policial nunca vista antes em Pernambuco, com 650 praças.⁷⁶⁵ Um partido, obviamente, deveria ter ao seu lado o maior número de oficiais da guarda nacional. Um partido, para se consolidar no poder, deveria, também, ter ao seu lado o exército regular. Deveria, por fim, ter ao seu lado o chefe da polícia civil com seus subordinados, isto é, os delegados e subdelegados. Para isso, era preciso estar de posse da presidência da província e estar articulado com o ministério, pois todos esses cargos eram nomeados, muitas vezes, em efeito cascata, pelo governo central. Mas existia outra força repressiva, capaz de ajudar, e muito, num violento embate eleitoral e no efetivo domínio político de um partido. Essa força repressiva era a polícia que era fixada pela Assembleia Provincial. Talvez esse corpo de polícia provincial fosse até mais decisivo que a guarda nacional, tendo em vista que seus recrutas eram assalariados e tendiam a ser mais efetivos e obedientes que uma milícia composta por cidadãos. A imensa preocupação da maioria legislativa provincial guabiru de 1845 em não deixar brechas para que os praieiros criassem uma polícia poderosa e o sucesso de Chichorro da Gama em criar essa poderosa polícia local demonstram que essa era uma arma essencial no jogo político.⁷⁶⁶

Por fim, cabe esmiuçar de que forma a Assembleia Provincial conseguia limitar o poder do presidente de demitir e contratar funcionários. No início dos debates legislativos de 1845, foi apresentado um projeto que conferia grande autonomia ao presidente para remanejar funcionários. Lopes Gama discursou repetindo uma ladainha sua, a de que já tinha sido a favor de um governo central forte, mas que estava assuntado com o fato de o presidente estar com mais força do que um capitão general. O projeto foi rejeitado, pois os baronistas já anteviam a posse de um presidente favorável aos inimigos.⁷⁶⁷ No mesmo ano, foi apresentado outro projeto que regulava a forma pela qual o presidente poderia contratar funcionários públicos. O ponto mais polêmico desse projeto foi a inamovibilidade pretendida para alguns cargos. Lopes Gama foi bastante evasivo. Disse que concordava com a inamovibilidade para alguns cargos, mas discordava para outros. Na sequência do discurso, no entanto, ele apenas destacou os casos em que acreditava que não deveria ser permitido ao presidente demitir

⁷⁶⁵ Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*, p. 287.

⁷⁶⁶ A sessão legislativa de 1845 ainda presenciou uma longa discussão sobre a criação de um regulamento para a polícia provincial, com vários discursos de Lopes Gama. *Annaes* ..., pp. 94-106, 113-121, 124-129. Dessas discussões foi aprovado um extenso e detalhado regulamento disciplinar. *Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco*. Tomo X. Ano de 1845, lei nº 145, pp. 44-50. Sobre esse regulamento conferir ainda Wellington Barbosa da Silva. *Entre a liturgia e o salário*, pp. 109-121

⁷⁶⁷ *Annaes*..., p. 19.

discrecionariamente um funcionário. Para o Padre Carapuceiro, os professores substitutos, até que a cadeira de uma disciplina fosse posta em concurso, deveriam ter total estabilidade no seu cargo. Em sua opinião, assim ocorria na época dos capitães-generais, quando ainda não existiam concursos, e a instrução pública era muito mais eficiente. Trocando em miúdos, Lopes Gama apenas acrescentou mais um cargo à lista de funcionários públicos inamovíveis.⁷⁶⁸

Ao fim e ao cabo, os seguintes funcionários foram declarados inamovíveis: “O Inspetor, o Contador, o Procurador Fiscal, o Secretário e os Escriurários da Tesouraria das Rendas Provinciais; o Administrador e os Escriurários da Mesa de Rendas Provinciais Internas; o Oficial Maior, os Oficiais e os Escriurários da Secretaria da Presidência; os Professores Públicos; o Secretário do Liceu”.⁷⁶⁹ Dessa forma, o Partido da Ordem buscava evitar o inevitável, isto é, que quando os praieiros assumissem o poder realizassem uma demissão em massa. Eles tentavam assegurar, desta maneira, pelo menos alguns cargos centrais da administração provincial.

A maioria baronista no legislativo pernambucano ainda tomou outra medida preventiva para evitar uma futura reviravolta praieira. Eles transferiram a abertura da Assembleia Provincial de março para julho.⁷⁷⁰ Dessa forma, além de adiar por alguns meses a posse de uma bem provável legislatura predominantemente praieira para o biênio de 1846-1847, eles visavam tirar as principais lideranças inimigas da plenária provincial. É que entre julho e setembro de 1846, Urbano Sabino Pessoa, Nunes Machado e Vilela Tavares, para apenas citar as lideranças praieiras mais proeminentes, estariam na Assembleia Geral, no Rio de Janeiro. Com a abertura do legislativo pernambucano adiada para julho, as principais eminências da Praia não poderiam assumir os dois mandatos (deputado geral e provincial).

⁷⁶⁸ *Annaes...*, pp 154-166. Ao longo das discussões em torno desse projeto, Lopes Gama fez algumas críticas e muitas ironias, muito provavelmente por Nabuco de Araújo ser da comissão que elaborou a proposta. Cf. *Annaes...*, pp. 42-43, 136-137, 143-148. É interessante notar que uma das principais lideranças baronistas, Maciel Monteiro, posicionou-se contra a existência de cargos inamovíveis. Segundo o jornal *O Lídador* (05/nov/1845), escrito quando Lopes Gama já atuava pela Praia, o Padre Carapuceiro, quando da votação dessa lei, “concordou com sua palavra e seu voto, querendo até que os empregos fossem vitalícios, e os casos de demissão e suspensão mais restritos”.

⁷⁶⁹ *Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco*. Tomo X. Ano de 1845. Lei nº 140, p. 8. A lei determinava os casos em que esses funcionários poderiam ser, excepcionalmente, demitidos, algo que na prática, seria muito difícil de acontecer.

⁷⁷⁰ *Ibidem*. Lei nº 137, p. 4. Izabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*, p. 247-248.

A reviravolta praieira, no entanto, foi arguta. Chichorro da Gama convocou, em março de 1846, uma assembleia extraordinária, com a justificativa de “deliberar sobre socorros para as vítimas da seca que assolava o sertão e se reverem as disposições legislativas que embaraçavam a administração”.⁷⁷¹ Segundo um jornal guabiru, na sessão de abertura “ (...) as galerias estavam entupidas de gente do partido nacional que esperavam a lei que derogaria a inamovibilidade de alguns empregos ocupados pelos ordeiros(...)”.⁷⁷² Por mais exagerada que fosse essa descrição, que vinha de um jornal baronista, o qual buscava retratar o acontecimento como anárquico, é possível perceber que os espaços públicos estavam fortemente integrados. Imprensa, plenária e rua eram parte de um mesmo e integrado ambiente de debate, sem o qual se tornava insustentável qualquer projeto político. O mesmo jornal guabiru revelava a real intenção dos praieiros ao antecipar as deliberações da assembleia:

(...) essa convocação antecipada presta à praia uma oportunidade para novamente depurar os colégios eleitorais para suprimir as vozes generosas e patrióticas dos membros da oposição (...); essa convocação tem por fim a derrogação da lei de inamovibilidade de alguns empregos públicos (...); essa convocação tem por fim a divisão de novas freguesias; a criação de empregos para a acomodação dos praieiros; a remissão e abatimento do preço de alguma arrematação de rendas provinciais.⁷⁷³

A assembleia extraordinária durou apenas 17 dias. Nesse curto intervalo de tempo, o partido praieiro conseguiu tomar importantes medidas: 1) verificou o poder dos deputados eleitos; 2) anulou os colégios eleitorais que a legislatura do biênio anterior criara; 3) transferiu a abertura das sessões ordinárias de julho para outubro (adequando-se ao retorno dos deputados gerais); 4) revogou a lei que declarava alguns funcionários públicos inamovíveis; 5) elevou o Corpo de Polícia para 600 praças; 6) alterou diversas demarcações territoriais, transferindo centros de arregimentação eleitoral, criando colégios que ajudariam o partido nas vindouras eleições para dois senadores; 7) diminuiu os ordenados dos empregados da câmara do Recife, reduto guabiru, e aumentou os de câmaras municipais vinculadas aos praieiros.⁷⁷⁴

Como bem notou Marson, os praieiros não precisavam “alterar profundamente a ordem legal existente” para “retribuir aos correligionários o voto dado nas eleições”, “fortalecer as bases eleitorais do partido” e “desmontar a máquina administrativa e

⁷⁷¹ *Diário Novo* (03/fev/1846), apud Isabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*, pp. 286-287.

⁷⁷² *O Lidador* n° 92 (11/mar/1846).

⁷⁷³ *Ibidem*.

⁷⁷⁴ Síntese feita por Isabel Andrade Marson. *O Império do Progresso*, p. 287

política erguida pelo Barão da Boa Vista”. “Bastava” – conclui a historiadora – “acionar as amplas atribuições delegadas pelo Ato Adicional (artigo 10) à Assembleia Provincial, a quem competia legislar praticamente sobre todos os itens da vida pública, desde que de ‘utilidade municipal ou provincial’: do orçamento até novos empregados e mudança na divisão judicial e eclesiástica”.⁷⁷⁵

Assim, para que o “pleno domínio” da Praia fosse consolidado, era imprescindível que o partido tomasse o controle da Assembleia Provincial. Lopes Gama não atuou como deputado provincial praieiro, apenas como deputado geral. Antes, contudo, de analisar sua atuação nas plenárias da corte, é preciso entender como foi sua atividade jornalística entre setembro de 1845 e março de 1846, época em que redigiu *O Sete de Setembro*. Nesses sete meses, o Padre Carapuceiro participou de um violento e diário debate jornalístico. Desde o final do primeiro reinado, quando se valeu do pseudônimo “O Sonâmbulo”, ele não atuava na imprensa em uma contenda tão intensa e cotidiana.

5.3 – Um jornalismo de matiz popular

Primeiramente, é preciso alertar o leitor que *O Sete de Setembro*, a principal fonte usada como base para os próximos subtítulos, não existe mais nos arquivos (apenas uma edição restou). Dessa forma, nos valem as longas transcrições do jornal que Amaro Quintas fez em sua obra *O Padre Lopes Gama político*, dos comentários que o jornal *O Lidador* fez em relação ao periódico de Lopes Gama – foi comum esse jornal guabiru escrever uma seção intitulada “Revista dos jornais da Praia”, na qual resumia e contestava as ideias dos jornais praieiros – e das transcrições de artigos de *O Sete de Setembro* feitas pelo *Diário Novo*.

Em segundo lugar, é preciso fazer algumas considerações a respeito do caráter popular atribuído à Praia. Como bem notou Joaquim Nabuco, “não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular”.⁷⁷⁶ Esse apelo popular que teve o partido praieiro em Pernambuco, contudo, já recebeu interpretações

⁷⁷⁵ Ibidem, pp. 285-286. Marson contrapõe a administração de Rego Barros à dos praieiros, afirmando que a primeira esteve muito mais centralizada na presidência e a segunda na Assembleia Provincial. Acrescentamos, contudo, que essa característica da administração baronista não decorreu da fraqueza do legislativo provincial, mas de uma opção política dos deputados guabirus em delegar ao presidente amplos poderes.

⁷⁷⁶ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*, p. 102.

bastante diversas da historiografia. Caio Prado Júnior (1933) enxergou a Praieira como nossa revolução burguesa fracassada.⁷⁷⁷ Amaro Quintas, no contexto do início da Guerra Fria, postulava que a Praieira foi uma revolução com duplo sentido social, isto é, mescla de aspirações populares com ideias socialistas.⁷⁷⁸ Já Edison Carneiro (1960) afirmou que a Praia “não era um grupo isolado de homens mais ou menos ambiciosos, em busca de posições políticas”, mas “um partido norteado por sólidos princípios ideológicos, de caráter democrático-burguês”.⁷⁷⁹

Invertendo o foco de análise do social para o político, Isabel Marson e Nancy Naro, na década de 1980, buscaram averiguar a hipocrisia da pregação praieira. Em síntese, essas historiadoras acreditam que a Praia buscava angariar apoio popular com intenções meramente políticas e partidárias, em uma luta de duas facções oligárquicas. Para elas, a luta entre praieiros e guabirus era um embate entre dois grupos de grandes proprietários.⁷⁸⁰

Recentemente, contudo, há uma corrente analítica que busca unir a faceta política à faceta social da Praieira. Sem desprezar o caráter de luta oligárquica do embate, sem desprezar as intenções partidárias e interesseiras da imprensa praieira, essa corrente busca entender as motivações que levaram milhares de populares a pegar em armas. Segundo essa corrente, as camadas populares não escravas regeram sua participação no movimento praieiro seguindo seus próprios anseios e aspirações, agindo com relativa autonomia em relação à elite patronal, no campo, e em relação às lideranças políticas (sobretudo deputados e jornalistas), nas cidades.⁷⁸¹

⁷⁷⁷ Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo : Brasiliense, 2007 [1933].

⁷⁷⁸ Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira* [1967]. Este livro de Quintas é, ao bem da verdade, uma coletânea de escritos produzidos desde o fim da Segunda Guerra, como, por exemplo, “O espírito quarante-huitard da Revolução Praieira”. *Revista de História*. São Paulo, s.n., 1959.

⁷⁷⁹ Edison Carneiro. *A insurreição Praieira* [1960].

⁷⁸⁰ Nancy Naro. *The praieira revolt in Brazil*. [1981]; Isabel Andrade Marson. *Movimento praieiro* [1980] e *O Império do Progresso* [1987]. Não foi possível ter acesso à obra de Naro, sendo que o comentário acima feito em relação a sua pesquisa é baseado em observações de outros autores, sobretudo Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara em “A insurreição praieira”.

⁷⁸¹ Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”; Marcus J. M. de Carvalho. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 209-238 – 2003; Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e “população”*; Bruno Augusto Dornelas Câmara. “O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira: o aprendizado protesto popular e outras variações”. *Cadernos de História*. Ano IV, nº 4. Recife, UFPE, 2010.

Nossa análise parte do ponto de vista dessa terceira corrente historiográfica. É improvável que as lideranças praieiras tenham iludido, durante quase uma década, inertes e passivos homens livres pobres. A relação entre as lideranças praieiras e a população era uma via de duas mãos. Os líderes, jornalistas e deputados, ofereciam suas ideias. Os populares aceitavam essas ideias se as achassem interessantes. Por outro lado, porém, o embate entre baronistas e praieiros não pode deixar de ser visto como uma querela entre partidos pelo poder na província. A disputa pelo controle do aparato governativo foi uma das essências do jogo político da década de 1840.

A praieira foi, portanto, um movimento político e social.

Ao cooptar o Padre Carapuceiro, a Praia ganhava um reforço de peso na frenética atividade jornalística que agitava o Recife. Lopes Gama, afinal, era um dos mais renomados publicistas da província. O furor com que os jornais baronistas o atacaram, quando ele “virou a casaca”, demonstra que não era pouca sua importância no debate político. Se os escritos de Lopes Gama em *O Sete de Setembro* não eram exatamente a “reprodução fiel, a cópia servil daquilo que os demais periódicos da Praia já têm dito (...)”,⁷⁸² como acusou violentamente a imprensa guabiru, ele teve que flertar com as principais ideias da imprensa praieira.

Como vimos, entre o final da década de 1830 e início da de 1840, Lopes Gama buscou diminuir a relevância do elemento democrático no sistema político brasileiro. Como bem ele frisou nessa época, era preciso “monarquizar mais nossas instituições”.⁷⁸³ Como também já vimos, o Padre Carapuceiro, antes de aderir à Praia, fez recorrentes propostas para diminuir a importância dos votantes de paróquia no jogo eleitoral. Era necessário, segundo o Lopes Gama pré-praieiro, aumentar as exigências censitárias dos eleitores, de modo que só os mais capazes e aqueles que não dependiam de outrem para viver, pudessem eleger os representantes da nação. Como bem frisou Lopes Gama em 1839, “onde há pobreza, não se dá independência; pois é já mui sabido que *quando a necessidade entra pela porta, a virtude escapa-se pela janela* [grifos de Lopes Gama].”⁷⁸⁴

⁷⁸² *O Lidador* nº 62 (29/out/1845).

⁷⁸³ *Diário de Pernambuco* nº 63 (18/março/1836).

⁷⁸⁴ *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839). Cf. subtítulo 4.3 dessa tese.

Ao se tornar praieiro, contudo, ele mudou completamente de postura. Afinal, o jornalismo praieiro girava em torno de um objetivo: aproximar-se dos homens livres pobres da capital. Já vimos, na introdução do capítulo, o inchaço urbano pelo qual passou o Recife entre 1820 e 1840. Tendo em vista que a atividade jornalística, acima de tudo, atingia o mundo urbano, era para os votantes primários que os jornais praieiros voltava sua atenção.⁷⁸⁵

Demonstrando a superioridade do pobre em relação ao rico em vários aspectos, Lopes Gama escreveu, em outubro de 1845:

Ponde o pobre em lugar do rico, e vereis que raramente valerá mais e muitas vezes será pior que este por chegar menos preparado ao seu novo estado. A diferença entre eles não é diferença de natureza, senão de posição social. A mesma miséria do pobre aparta deste muitas tentações, que perpetuamente salteiam ao rico, impelido sobre um despenhadeiro pelo enojo, triste filho da ociosidade. Pelo contrário aquele, que ao despertar pela manhã só cuida como há de passar o dia ele, e sua família, não pode alargar os seus desejos para fora desse círculo estreito (...) naturalmente lhe abrem o coração para apiedar-se das mesmas necessidades, das mesmas angústias do seu próximo(...).⁷⁸⁶

Em outra ocasião, Lopes Gama criticou a interpretação do Ato Adicional, a qual, segundo ele, “caracteriza a política do regresso” e “foi um meio indireto para reformar a Constituição, e nulificar o elemento democrático”.⁷⁸⁷ Na sequência, ele acusou os guabirus de ensinar “que o povo nada tinha que atender aos negócios públicos, que cuidasse somente do trabalho e da indústria”. Dessa forma, Lopes Gama dava a entender que o povo deveria fazer o contrário, isto é, participar ativamente da vida pública.⁷⁸⁸ Por conta desse tipo de opinião, *O Lيدador*, jornal baronista, acusou o Padre Carapuceiro de desprezar os “proprietários e industriais (...), dando elevação e preferência aos proletários, aos desordeiros, aos criminosos (...)”.⁷⁸⁹ Pouco tempo depois, Lopes Gama regozijava-se com a manifestação de rua feita pelos praieiros no

⁷⁸⁵ Concordamos aqui com Izabel Marson, que acredita que a imprensa do período tinha repercussão, acima de tudo, no mundo urbano. *Movimento praieiro*, pp. 53-65.

⁷⁸⁶ *O Sete de Setembro* nº 17 (04/nov/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, pp. 33-34.

⁷⁸⁷ *O Sete de Setembro* nº 14 (1845), apud. *O Lيدador* nº 66 (12/nov/1845). Crítica semelhante foi feita no *O Sete de Setembro* nº 19 e 21 (1845), apud., respectivamente, *O Lيدador* nº 68 (25/novembro/1845) e nº 73 (dez/1845).

⁷⁸⁸ *O Sete de Setembro* nº 14 (1845), apud. *O Lيدador* nº 66 (12/nov/1845).

⁷⁸⁹ *O Lيدador* nº 68 (25/novembro/1845).

dia 2 de dezembro de 1845: “há muito tempo se não vê nesta cidade uma parada tão luzida, tão cheia, tão numerosa (...)”.⁷⁹⁰

Em março de 1847, Lopes Gama publicou um artigo intitulado “O que se deve entender por canalha”. Segundo ele, esse termo era empregado, muitas vezes, de forma equivocada. Ele considerava “canalha” a gente vil pelas ações, não pela fortuna. “Se a Aristocracia na aplicação conservasse toda a sua força etimológica” – escrevia Lopes Gama – “isto é; se fosse o governo, ou preponderância da gente melhor, eu me prezara de Aristocrata”. “Mas” – prosseguia ele ironizando nas entrelinhas a família Cavalcanti – “querer um homem superiorizar-se dos demais sem outro título mais, do que o dizer-se descendente de pais nobres(...), no século 19 é cousa inadmissível”. Lopes Gama criticava os sujeitos que se consideravam fidalgos com reverendas falsas e chamavam a todos de canalha. Para ele, essa desprezável pretensa nobreza acreditava que ser pobre e canalha era a mesma coisa. Não – contestava o padre jornalista – as pessoas não deveriam ser consideradas pela fortuna, mas pelas ações. Havia fidalgos, segundo ele, cheios de vícios, e pobres pacíficos e de bem. A pobreza não era um vício, concluía Lopes Gama. Canalha, segundo ele, era a gente de mau proceder, quer fosse fidalgo ou mecânico, rico ou pobre. Canalha, seguia ele ironizando a nata aristocrática guabiru, era quem furtava escravos. Era ridículo, em sua opinião, o homem vicioso que arrotava nobreza e chamava a todos de canalha. Abaixo, seguem as últimas linhas do artigo, as quais demonstram a conversão de Lopes Gama a um jornalismo popular:

(...) se esses aristocratas burlescos entendem, que o mesmo é ser povo, que canalha, advirtam, que fora do Imperador, e sua Augusta Família, tudo mais é povo, uns mais, outros menos qualificados, estes ricos, aqueles pobres, uns empregados públicos, outros não, uns, que vivem da agricultura, outros do comércio, quem de suas rendas, quem de sua arte, &c., todos cidadãos, todos iguais perante a lei.⁷⁹¹

Demonstrada a conversão de Lopes Gama a um jornalismo de matiz popular, o qual buscava atingir, sobretudo, os votantes primários do Recife, é preciso verificar que formas de arregimentar apoio popular eram novas e que formas eram as já velhas e consagradas. O que mudou na década de 1840? Quais eram as novas linguagens que os periódicos usavam para atingir a população pobre urbana? Quais as práticas consagradas que ainda eram utilizadas pela imprensa panfletária às vésperas da praieira? Para responder a esses questionamentos, concentraremos nossa análise em três aspectos

⁷⁹⁰ *O Sete de Setembro* n° 26 (1845), apud. *O Lidador* n° 76 (23/dez/1845).

⁷⁹¹ *O Carapuceiro* n° 4 (12/março/1847).

da atividade jornalística de Lopes Gama: o *antilusitanismo*, a leitura que fez do *socialismo utópico* e aproximação que realizou dos *setores não letrados da sociedade*.

5.4 – O antilusitanismo da década de 1840

Uma das características centrais dos jornais da Praia foi o *antilusitanismo*. A colônia portuguesa do Recife jamais deixou de crescer. Os lusitanos ocupavam grande parte do comércio a retalho da cidade e, normalmente, empregavam adolescentes e jovens imigrantes d'além-mar como caixeiros. Se o mercado de trabalho já era restrito para os homens livres pobres nativos, com os portugueses “monopolizando” a caixeiragem, uma das poucas opções de ascensão social para essa gente, a vida tornava-se mais difícil. O jornal nativista *A Voz do Brasil* afirmou que havia seis mil lojas em Pernambuco. Em cada loja havia, em média, dois caixeiros portugueses. Assim, concluía o jornal, existiam doze mil caixeiros lusitanos empregados no comércio a retalho da província.⁷⁹² Os homens livres pobres da cidade, ainda por cima, adquiriam dívidas nos armazéns e botequins, fazendo com que os comerciantes portugueses fossem identificados como o símbolo da exploração que eles sofriam. A imprensa praieira soube aproveitar de forma exemplar o ódio ao lusitano, abordando uma temática que poderia lhe render o apoio de milhares de votantes primários do Recife. Uma das principais bandeiras praieiras foi a nacionalização do comércio à retalho, isto é, do comércio miúdo, das lojas, armazéns, botequins, tabernas e boticas. Tal bandeira não foi apenas levantada na imprensa, mas também na Assembleia Provincial e Geral.⁷⁹³

Lopes Gama, ao tornar-se um jornalista praieiro, obviamente realizou pregações antilusitanas e xenófobas. Em outubro de 1845, escreveu um artigo intitulado “Os nossos artistas”:

É bem lastimosa a sorte atual dos nossos Artistas, que se acham sem trabalho em que exerçam a sua indústria, e por conseguinte privados dos meios de manter-se a si, e às suas pobres famílias; e a razão principal desta calamidade é a grande afluência de Artistas estrangeiros, que têm vindo para o Brasil tirar o pão aos próprios Brasileiros! O número dos primeiros aumentando o dos segundos tem produzido superabundância de Artistas relativamente à população do país, e além de fazer baratear consideravelmente

⁷⁹² *A Voz do Brasil* nº 13 e 20 (29/jan/1848) e (17/mar/1848), apud. Bruno Augusto Dornelas Câmara. “Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira”. *Almanack Brasiliense*. Nº 6. São Paulo, novembro de 2007, p. 42.

⁷⁹³ Bruno Augusto Dornelas Câmara. “O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira”; Idem. *O “retalho” do comércio*; Jeffrey C. Mosher. “Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil.”

a mão de obra, é parte para que os da terra pouco, ou nada achem em que se empreguem (...) A tanto tem chegado o desleixo, e incúria das nossas coisas, que de Portugal até já nos vem armadores de Igrejas, vestidos de anjos, e defuntos, &c.! Muitas pobres mulheres nossas patrícias que viviam desta indústria, estão hoje quase reduzidas a pedir por portas (...) A nossa independência e separação de Portugal a certos respeitos tem sido uma completa burla. Qualquer português em saltando no Brasil está apto para tudo, menos para soldado da G. N.; porque apresenta logo a sua papeleta de estrangeiro; mas esse mesmo muitas vezes apanha a patente de oficial; em suma talvez não fosse difícil indigitar entre nós indivíduos que nunca deixaram de ser portugueses, que nenhum título possuem de brasileiros, e todavia estão ocupando empregos públicos: tão miserável é o nosso nacionalismo! (...) Venham, quando quiserem, os estrangeiros, encontrem em nossa terra segurança e hospitalidade; tragam-nos os gêneros de sua indústria, vendam-nos a quem quiserem pelo grosso: mas estabelecer lojas, oficinas, &c., &c., isto deve ser para os nossos; e essa aluvião de alfaiates, de ourives, de tanoeiros, até de barbeiros, que por cá se nos encaixam para tirar o pão aos nossos Artistas, isso nunca mais se deve tolerar (...) Os nossos moços brasileiros nem caixeiros podem ser; porque além dos portugueses naturalmente quererem favorecer aos seus patrícios, acresce que estes como estrangeiros (muitas vezes de tarraxa, isto é, de pôr e tirar) estão isentos do pesado serviço da G. N., e aqueles não. Às artes já se não podem dedicar; porque os artistas estrangeiros tudo abarcam. Se quiserem pôr lojas de quinquilharias, maravalhas [sic], perendengues, e cachimbaches franceses, não o podem; porque têm de competir com franceses, a quem seus patrícios fiam facilmente e vendem as carregações por preço mais cômodo. Se se atiram a qualquer outro gênero de indústria ainda a mais insignificante, acham-no abarrotado de especuladores estrangeiros! (...) O que resta pois aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é mui limitado. Fora deste, aliás, difícilíssimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras, vão formar-se no Curso Jurídico; mas este ramos de indústria de dia em dia se torna menos importante pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já por aí andam sem terem em que ganhem a vida. Os que não dão para bacharéis, nem para nada de conhecimentos humanos, com poucas exceções, fazem-se padres. Os mais que se engajem no corpo de polícia, ou que andem por aí gandaiando, etc., etc. E ainda, se diz que o nosso povo é preguiçoso e vadio?⁷⁹⁴

O antilusitanismo não era um recurso novo da imprensa para arregimentar apoio popular. Vimos que ele foi largamente utilizado entre 1821 e 1824 e entre 1829 e 1834.⁷⁹⁵ Insuflar o ódio que a população livre e pobre tinha pelos portugueses sempre foi um recurso político usado pelos publicistas, sendo Lopes Gama um exemplo emblemático disso. Observa-se, no entanto, um intervalo de quase uma década na atividade jornalística lusofóbica. O segundo quartel da década de 1840 retomava, assim, um sentimento que esteve latente. É preciso verificar o que havia mudado, pois a xenofobia contra os portugueses da década de 1840 não era a mesma de outros tempos.

⁷⁹⁴ *O Sete de Setembro* nº 16 (31/10/1845), apud Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, pp. 28-29.

⁷⁹⁵ Conferir, respectivamente, subtítulo 1.7 e 2.6 dessa tese.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o antilusitanismo de outros tempos se valia de argumentações eminentemente políticas e específicas de uma dada conjuntura. Expliquemos melhor. A propaganda lusofóbica de 1821-1822 valeu-se da suposta ação recolonizadora empreendida pelas Cortes de Lisboa. Os tumultos de rua que depredaram o bairro portuário às vésperas da Confederação do Equador, em 1824, foram insuflados por jornais que diziam que uma invasão portuguesa era iminente. No final do primeiro reinado, o envolvimento de D. Pedro I com a questão sucessória portuguesa era um elemento a mais para atizar os populares a promoverem um mata-marinheiro. Logo após a abdicação do primeiro imperador, a ameaça restauradora e a Guerra dos Cabanos causava temor e aumentava o receio dos nativos contra os emigrados d'além-mar. Na década de 1840, contudo, querelas políticas de grande porte entre Brasil e Portugal já estavam praticamente resolvidas. Se Lopes Gama afirmava, como vimos, que “a nossa independência e separação de Portugal a certos respeito tem sido uma completa burla”, ele não se referia a questões de política internacional. Ele se referia ao intenso movimento migratório e comercial ainda existente entre as duas nações. Ele se referia à enorme presença lusitana no comércio e na vida recifense. O antilusitanismo da década de 1840 era muito mais social do que político. Em outros termos, ele se apoiava muito mais na vida cotidiana dos núcleos urbanos do que em querelas internacionais entre Portugal e Brasil.

A segunda grande mudança nas manifestações lusofóbicas foi em relação a suas proporções. Apesar de também ocorrerem violentos movimentos populares contra portugueses em vilas do interior, o principal foco de conflitos desse gênero foi o Recife. Seria errado afirmar que ocorreram mais pancadarias entre lusitanos e brasileiros às vésperas da praieira do que em outros tempos. Mas a proporção dessas pancadarias era muito maior. O Recife havia quase que dobrado de tamanho. A população livre pobre havia mais que dobrado. Os sete mata-marinheiros ocorridos entre 1844 e 1848 foram verdadeiras guerras urbanas.⁷⁹⁶ Como temos defendido ao longo dessa tese, a imprensa acompanhou de perto o movimento das ruas e vice-versa. Dessa forma, a proporção do debate jornalístico também foi outra. Havia mais jornais, maior era a tiragem e mais frequente a periodicidade deles. Havia mais tipografias e mais leitores.

⁷⁹⁶Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”, p. 31; Bruno Augusto Dornelas Câmara. “O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira”.

Em terceiro lugar, o antilusitanismo da década de 1840 esteve diretamente vinculado a uma das principais bandeiras praieiras: a nacionalização do comércio a retalho. Se já existiam desde a década anterior propostas nesse sentido, as quais visavam diminuir o desemprego e a vadiagem urbana, foi o Partido Nacional de Pernambuco que fez da ideia de se nacionalizarem todos os pequenos estabelecimentos comerciais algo capaz de mexer fortemente com o sentimento de uma enorme multidão.⁷⁹⁷

Por fim, como ficou claro no longo trecho que transcrevemos de *O Sete de Setembro*, a propaganda xenofóbica praieira buscava atingir, sobretudo, os artistas. Assim eram chamados os alfaiates, tanoeiros, ourives, barbeiros, pedreiros, mestre de obras, carpinteiros e outras profissões mecânicas. Em uma cidade pré-industrial inchada, os artistas mecânicos representavam boa parcela dos votantes de paróquia. Aliás, era para os artistas mecânicos, sobretudo, que se dirigia um tipo de ideário usado pelos praieiros e que por muito tempo fascinou os historiadores, o *socialismo utópico*.⁷⁹⁸

5.5 – O socialismo utópico na atividade jornalística de Lopes Gama

Os historiadores marxistas que analisaram a Praieira durante a Guerra Fria enxergaram na pregação socialista do praieiros o indicativo de que aquela havia sido uma autêntica revolução social.⁷⁹⁹ Segundo Amaro Quintas, “havia no ambiente intelectual da província um clima favorabilíssimo à expansão de ideias de reforma social” e “à agitação popular, correspondia à existência de uma elite intelectual propensa à compreensão de princípios socialistas.” O mesmo Amaro Quintas, superdimensionando a importância do socialismo na pregação jornalística de Lopes Gama, enxergou-o como “verdadeiro precursor da teoria de luta de classes de Marx” por causa dessa passagem de *O Sete de Setembro*:

Em todos os países, e em todas as épocas essas classes privilegiadas, ciosas das vantagens que possuíam, desveladas por estendê-las todas as vezes que julgaram oportuno o ensejo, já por egoísmo, já por orgulho e cobiça, sempre procuraram manter-se em poder discricionário, por isso sempre se constituíram em guerra permanente com os povos por elas deherdados [sic] e oprimidos.

⁷⁹⁷ Praticamente todas as obras sobre a praieira abordam a temática da nacionalização do comércio a retalho. O trabalho mais completo sobre o tema, contudo, é o de Bruno Augusto Dornelas Câmara. *O “retalho” do comércio*.

⁷⁹⁸ Esse termo, socialismo utópico, apesar de por vezes utilizado pelos coevos, passou a designar sistematicamente os pensadores socialistas pré-marxistas a partir do folheto escrito por Friedrich Engels em 1890. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo : Global, 1984.

⁷⁹⁹ Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira*; Edison Carneiro. *A Insurreição Praieira*.

Para Amaro Quintas, a sequência do raciocínio de Lopes Gama, fazia lembrar, “até literalmente, o início do Manifesto de Marx e Engels” de 1848:

Todas as páginas da história oferecem-nos exemplos desta verdade. Tal foi em Roma a luta dos plebeus e dos patrícios; tal na Revolução Francesa a dos comuns nascentes contra o feudalismo; e ainda hoje, pode-se dizer, que é a grande questão todo o mundo civilizado. Posterguemos nomes que não fazem ao caso; atentemos para as coisas, e conheceremos que os regressistas, os reorganizadores, os ordeiros⁸⁰⁰ de agora são ou querem ser os patrícios de Roma, ou os Senhores Feudais da meia idade.⁸⁰¹

Como já mencionamos, a interpretação que a geração de Amaro Quintas fez da praieira foi revisada, na década de 1980, por Nancy Naro e Isabel Marson, as quais demonstraram que essa revolta foi, acima de tudo, um embate político entre dois grupos de grandes proprietários. O último a interpretar a atividade jornalística de Lopes Gama em o *Sete de Setembro*, contudo, foi Quintas, em 1958.⁸⁰² É preciso, pois, fazer algumas considerações sobre o pensamento socialista de Lopes Gama às vésperas da Praieira.

A influência socialista na atividade jornalística de Lopes Gama não pode ser considerada como algo central, até porque ele praticamente não atuou na imprensa em 1848. A partir de março desse ano, quando chegaram a Pernambuco as primeiras notícias do movimento revolucionário europeu, é que o socialismo utópico ocupou um lugar de grande destaque nos jornais da Praia.⁸⁰³ Entretanto, antes desse fervor revolucionário muitas vezes inspirado nos acontecimentos europeus, Lopes Gama já se valia dos socialistas utópicos. Em setembro de 1845, ele afirmava que “Platão, Campanela, Thomas Moro, Fenelon, Bodin e alguns outros escritores imaginaram várias sociedades organizadas na maneira que lhes pareceu mais própria para evitar os defeitos, que haviam notado em as nações, cuja organização lhe era conhecida”. Acrescentava Lopes Gama que “em nossos dias três homens têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma das sociedades em geral: St. Simon, Fourier e Owen”.⁸⁰⁴

⁸⁰⁰ Ordeiros, reorganizadores e regressistas: denominações usadas para definir os baronistas.

⁸⁰¹ *O Sete de Setembro* nº 17 (04/nov/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 31.

⁸⁰² O único autor a debater com Quintas foi Glaucio Veiga, o qual, brevemente, alertou que o pensamento de Lopes Gama era muito mais refratário de Saint-Simon do que uma antevisão da teoria da luta de classes. *História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*. V. II.

⁸⁰³ Sobre a difusão da revolução de 1848 pela Europa e América Latina, Kurt Weyland. “The Diffusion of Revolution: ‘1848’ in Europe and Latin América”. *International Organization* 63, Summer 2009, Cambridge University Press, pp. 391-423.

⁸⁰⁴ *O Sete de Setembro* nº 4 (20/set/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 25.

Entre março e setembro de 1847, Lopes Gama voltou a publicar *O Carapuceiro*. Essa derradeira existência de seu famoso jornal, aliás, foi praticamente esquecida pelos estudiosos.⁸⁰⁵ Ao iniciar essa nova fase do jornal, ele redigiu um artigo intitulado “Quadro geral do século presente”, o qual foi concluído dessa maneira:

Não se imagine que pretendo utopias, sustentando o princípio da absoluta igualdade das condições: mas *est modus in rebus*⁸⁰⁶; e é inquestionável que a atual organização das sociedades humanas é horrível, e que a disparidade de fortuna mostra-se por toda a parte tão extrema, que denota sem dúvida um vício concomitante, que releva combater. Não concebo, nem admito o pensamento falasteriano de Fourier,⁸⁰⁷ por me parecer inexequível; mas havendo-me dado a lição, e meditação do sistema socialista cheguei a convencer-me que só nele se encontram luminosos e verdadeiros princípios, que cala pouco e pouco no espírito humano, hão de trazer infalivelmente no andar dos tempos uma reforma radical na sociedade, hão de verificar a doutrina do Divino Redentor, e satisfazer os virtuosos desejos dos corações bem formados. Não pode, a meu ver, estar de acordo com os desígnios de uma Providência benéfica, e justa, que a terça parte do gênero humano viva n’abundância, nos regalos, na sobejidão de cômodos, e de prazeres, e tudo mais apenas vegete na miséria, na degradação, nas privações, e na dor.⁸⁰⁸

É inquestionável que há uma profunda mudança na linguagem política em meados da década de 1840. As formas de arregimentar apoio popular urbano já não eram as mesmas. Através de transcrições praticamente diárias das notícias de outras partes do mundo, o pernambucano ficava sabendo dos acontecimentos políticos internacionais e dos novos ideários. Dentro de um espaço atlântico de circulação de ideias, o socialismo utópico adquiriu considerável relevância, tanto para a imprensa praieira, quanto para a guabiru.⁸⁰⁹ É preciso filtrar, contudo, de que forma um pensamento nascido em uma sociedade em plena revolução industrial foi reinterpretado no Recife pré-industrial.⁸¹⁰

⁸⁰⁵ Foram 25 números publicados sem periodicidade regular. Lopes Gama, provavelmente, escreveu os manuscritos antes de embarcar para o Rio de Janeiro e assumir a cadeira de deputado geral, pois a publicação de vários exemplares é concomitante à sua atividade legislativa na corte.

⁸⁰⁶ *Est modus in rebus*: em tudo deve haver o meio termo.

⁸⁰⁷ O sistema falasteriano de Fourier previa que, futuramente, o mundo fosse dividido em pequenas comunidades, cada uma com cerca de 1600 indivíduos. Nessas comunidades, ou falanstérios, todos teriam acesso à propriedade, tendo em vista que a falange é uma associação e implica participação e posse coletiva.

⁸⁰⁸ *O Carapuceiro* nº 1 (01/mar/1847).

⁸⁰⁹ É preciso destacar que a imprensa guabiru também se apropriou, de forma peculiar, do pensamento socialista. Antônio Pedro de Figueiredo, através do periódico *O Progresso*, pode ser considerado o grande ícone guabiru em termos de utilização do ideário socialista. Cf. Amaro Quintas. *O Sentido Social da Revolução Praieira*, pp. 10-18.

⁸¹⁰ A caracterização do Recife da década de 1840 como uma cidade pré-industrial é realizada de forma interessante por Mário Márcio de A. Santos. *Um homem contra o Império*.

O socialismo utópico não foi uma doutrina coesa e uniforme. Como bem notou Jacqueline Russ, ao analisar o pensamento de Saint-Simon (1760-1825), a multiplicidade dos temas abordados pelo socialista francês “explica por que pensadores muito diferentes reivindicaram a herança saint-simoniana”.⁸¹¹ Saint-Simon é, por um lado, considerado pai do “socialismo tecnocrático”, por acreditar que o problema social só seria resolvido quando as elites técnicas recebessem o poder.⁸¹² Por outro lado, ele influenciou fortemente uma corrente socialista cristã, com sua obra *Novo Cristianismo*, de 1825, na qual buscou demonstrar que o cristianismo definitivo trata “de proporcionar à espécie humana o mais alto grau de felicidade que ela possa atingir em sua vida terrestre”.⁸¹³ Por fim, encontra-se em Saint-Simon uma visão que, de alguma forma, influenciou Marx, segundo a qual o econômico tem primazia em relação ao político. Como elucidaremos adiante, o Padre Carapuceiro se apropriou, na década 1840, daquilo que particularmente lhe interessava dentro do vasto pensamento saint-simoniano.⁸¹⁴

Já em relação a outro socialista francês, Charles Fourier (1772-1837), se Lopes Gama fosse levar em consideração o âmago de sua doutrina filosófica, ele jamais a consideraria digna de crédito. Ainda segundo Jacqueline Russ, “o grande princípio de Fourier é a necessidade de satisfação das paixões humanas, todas elas sendo boas e não devendo ser contrariadas”.⁸¹⁵ Dessa forma, Fourier estaria na mesma linha dos filósofos sensualistas ou epicuristas tão combatidos pelo Padre Carapuceiro, dentre os quais o mais contestado foi Bentham. Não obstante, Lopes Gama colocou Fourier, como já vimos, entre um dos três homens que “tem tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma das sociedades em geral”. O Padre Carapuceiro buscou selecionar aquilo que lhe interessava em Fourier.⁸¹⁶

⁸¹¹ Jacqueline Russ. *O Socialismo Utópico*. São Paulo : Martins Fontes, 1991, p. 102.

⁸¹² Lopes Gama, na década de 1830, divulgou algumas vezes esse tipo de ideário. Conferir artigo intitulado “O Industrialismo”, em *O Carapuceiro* nº 40 (13/setembro/1839). Conferir, também, *O Carapuceiro* nº 52 (17/dezembro/1839) e nº 53 (20/dezembro/1839).

⁸¹³ Jacqueline Russ. *O Socialismo Utópico*, p. 100-101. Sobre o socialismo utópico cristão, cf. Gordon K. Lewis. “The Ideas of the Christian Socialists of 1848.” *The Western Political Quarterly*, Vol. 4, No. 3 (Sep., 1951), University of Utah, pp. 397-429; Pamela Pilbeam. “Dream Worlds? Religion and the Early Socialists in France.” *The Historical Journal*, Vol. 43, No. 2 (Jun., 2000), Cambridge University Press, pp. 499-515.

⁸¹⁴ Sobre o pensamento saint-simoniano, conferir ainda Ghita Ionescu (org.). *El pensamiento político de Saint-Simon*. Cidade do México : Fondo de Cultura Económica, 1983.

⁸¹⁵ *O Socialismo Utópico*, p. 103.

⁸¹⁶ Sobre Fourier, conferir ainda F. Armand e R. Maublanc (orgs.). *Fourier*. México : Fondo de Cultura Económica, 1940.

Vejamos, pois, quais os fragmentos do socialismo utópico que aparecem de forma esparsa e não sistematizada nos escritos jornalísticos de Lopes Gama. Muito provavelmente de *O Novo Cristianismo* de Saint-Simon veio a inspiração para afirmar que “só nele [no sistema socialista] hão de verificar a doutrina do Divino Redentor (...)”. Da aversão que Fourier nutria pela civilização mercantil, o Padre Carapuceiro também se serviu para escrever algumas considerações. Fourier, tendo sido um comerciante de tecidos que se arruinou por causa de especulações malsucedidas, afirmou: “Nutri por ele [pelo comércio] uma aversão secreta e fiz, aos sete anos, o juramento que Anibal fez aos nove contra Roma: jurei ódio eterno ao comércio”.⁸¹⁷ Lopes Gama, muito provavelmente, se inspirou nessa concepção de Fourier, segundo a qual a civilização mercantil tem por essência a espoliação e o parasitismo, para escrever essas linhas:⁸¹⁸

Isto [o egoísmo] observa-se principalmente em as nações industriosas, e mercadoras, onde mais que em outras partes predomina o princípio do útil, que se há tornado a única regra, a lei única das ações dos homens. Hum povo existe hoje por desgraça dos outros de tal sorte absorto na mercância, a tal ponto abrasando na febre do ganho, que em seu delírio sonha invadir o globo inteiro, estreito espaço para a sua cobiça.⁸¹⁹

Dessa forma, percebe-se que Lopes Gama, sem sombra de dúvida, bebeu na fonte dos socialistas utópicos. Mas suas apropriações, sempre criativas e ressignificadas, eram na maior parte das vezes pontuais e desconexas. O socialismo propagado por Lopes Gama não pode ser considerado um corpo doutrinário coeso. As ocorrências desse ideário também não foram exaustivas, elas aparecem esporadicamente em seus escritos.

Se a maioria das releituras em torno do socialismo aparecem esparsas nos escritos de Lopes Gama, há uma ideia que foi utilizada de forma recorrente. Uma denúncia presente em vários dos primeiros socialistas, mas sobretudo em Saint-Simon, é a de que uma classe numerosa e mais pobre trabalhava para sustentar o ócio de uma minoria ociosa. Em 1819, Saint-Simon escreveu um texto que ficou futuramente conhecido como *A Parábola*, no qual denunciou a espoliação dos trabalhadores pelos parasitas. Para ele a ociosidade, astuta e violentamente, apoderava-se dos frutos do trabalho. “A espécie humana” – escreveu o filósofo francês em outra ocasião –

⁸¹⁷ Charles Fourier. *Phalange*, apud. Jacqueline Russ. *O Socialismo Utópico*, p. 107.

⁸¹⁸ Jacqueline pp. 107-108.

⁸¹⁹ *O Carapuceiro* nº 1 (01/mar/1847). O nº 3 (9/mar/1847), cujo artigo central foi “O aperfeiçoamento geral do nosso século” externou ideias semelhantes às explícitas na citação acima. Lopes Gama afirmou que a sociedade virou um grande mercado, no qual poucos velhacos enganavam a maioria das pessoas.

“esteve até o presente dividida em duas frações desiguais, sendo que a menor delas constantemente empregou todas as suas forças, e muitas vezes até uma parte das forças da maior, para dominar esta última”.⁸²⁰

Esse ideário encaixava-se perfeitamente na campanha jornalística de Lopes Gama, pois complementava de forma exemplar um dos temas centrais de *O Sete de Setembro*. Este jornal ocupou-se, sobretudo, de provar aos leitores que a família Cavalcanti dominava província de forma quase que feudal. Era o que ele várias vezes chamou de gótico castelo Rego-Barros-Cavalcanti, uma pretensa nobreza ociosa que vivia no luxo e na dissipação às custas do suor do restante da província. Vejamos como se deu o casamento de uma ideia presente nos socialistas utópicos, sobretudo em Saint-Simon, com a crítica ao predomínio Cavalcanti em Pernambuco.

Em outubro de 1845, o Padre Carapuceiro escreveu que “não há quem ignore que um dos fins principais do partido praieiro foi, e ainda é o de desmontar do poderio exclusivo a família Cavalcanti (...). O partido praieiro em Pernambuco é todo o povo, que reage contra a facção oligárquica que o oprime por tantos anos”.⁸²¹ Em fevereiro de 1846, comentado sobre a energia da polícia praieira ao varejar engenhos de notabilidades guabirus, isto é, invadir os engenhos em busca de armas, escravos e cavalos roubados, ele afirmou que a “polícia praieira tem cercado e varejado certos castelos feudais, ou engenhos, donde tem tirado escravos furtados (...)”, pois “fiel ao programa do Governo tem demolido o gótico castelo Rêgo-Barros-Cavalcanti”.⁸²²

Em outro artigo publicado pelo *Sete de Setembro*, intitulado “misérias do Partido a Ordem”, Lopes Gama escreveu um libelo contra o predomínio da família Cavalcanti. Ele traçou o histórico desse domínio, o qual segundo ele foi iniciado com a lei de 14 de abril de 1836 (a qual foi elaborada, como já vimos, com substancial apoio de Lopes Gama). Após essa lei, os Cavalcanti foram se apoderando da Guarda Nacional e da polícia. Na sequência, monopolizaram todas as obras públicas. Tendo maioria tanto nas deputações gerais como nas provinciais, criaram leis, criaram novas câmaras municipais e dividiram distritos. Dessa forma, manipulando aspectos importantes para futuras eleições, perpetuaram-se no poder. Durante o ministério da maioridade, o qual tinha dois Cavalcanti no gabinete, as nomeações para juízes só recaíram em homens que

⁸²⁰ Saint-Simon, *L'Organisateur*, apud. Jacqueline Russ. *O Socialismo Utópico*, pp. 97-98.

⁸²¹ *O Sete de Setembro* (10/out/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama Político*, p. 27.

⁸²² *O Sete de Setembro* (10/fev/1846), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. p. 49-50.

ostentavam o sobrenome Cavalcanti, ou que eram casados com a filha de um Cavalcanti (caso de Nabuco de Araújo). Na sequência, afirmou que indo contra esse domínio familiar pelo qual passava Pernambuco, “os praieiros são o povo pernambucano, em cujo número entram indivíduos de todas as famílias”. Para Lopes Gama, não deveriam existir “castas privilegiadas, que não somos chineses”. Por fim, questionava: “porque havia o brioso povo pernambucano de consentir o [sic] ser governado, e dirigido como um engenho, ou uma feitoria?”⁸²³

Dessa forma, Lopes Gama buscou constituir a imagem de que os praieiros “simbolizam a causa do povo”. Para ele, estava “de um lado, a maioria da província”, e do outro “a legítima influência”.⁸²⁴ Para o Padre Carapuceiro, “o Partido da Praia vive vida própria e independente do poder (...), é o partido do povo (...), é o vasto complexo da nação”. Já o Partido da Ordem governou por sete anos através da força.⁸²⁵ Toda essa longa e exaustiva pregação jornalística, procurando demonstrar que Pernambuco gera sob a tutela de uma família corrupta e ociosa, encaixava-se perfeitamente com uma nova linguagem que emergia no vocabulário político. Essa pregação jornalística encaixava-se perfeitamente com a recorrente denúncia dos socialistas utópicos e repetida por Lopes Gama de que “a terça parte do gênero humano” vivia “n’abundância, nos regalos, na sobejidão de cômodos, e de prazeres, e tudo mais” vegetava “na miséria, na degradação, nas privações, e na dor.”⁸²⁶ Em outra ocasião, denunciou que “uma pequena fração mais astuta, mais velhaca, mais diligente só se ocupa em estudar traças, e modos de embaçar a todo resto, e viver à custa deste na mais plena amimetobya (vida folgada e regalona).”⁸²⁷

Se a utilização de fragmentos do socialismo utópico marcava um novo tipo de linguagem com que Lopes Gama buscava se aproximar da população pobre urbana, velhas práticas ainda marcavam tanto a imprensa praieira quanto a guabiru. Para atingir um número maior de pessoas, era preciso se valer de recursos e linguagens notadamente populares.

⁸²³ Artigo transcrito pelo *Diário Novo*, nº 235 (25/out/1845).

⁸²⁴ Artigo transcrito pelo *Diário Novo*, nº 234 (24/out/1845).

⁸²⁵ *O Sete de Setembro* nº 25 (1845), apud. *O Lidador* nº 73 (dez/1845).

⁸²⁶ *O Carapuceiro* nº 1 (01/mar/1847).

⁸²⁷ *O Carapuceiro* nº 3 (9/mar/1847).

5.6 – Atingindo os setores não letrados da sociedade: velhas práticas, novas proporções

A principal novidade que as disputas partidárias em Pernambuco trouxeram para a cultura política oitocentista foi, sem sombra de dúvidas, a realização dos *meetings*. Este consistia na presença de um orador estabelecendo contato com uma multidão em um espaço público. O tamanho de um *meeting* dependia apenas do poder da voz do orador.⁸²⁸ Provavelmente, Lopes Gama não foi protagonista de nenhum desses encontros populares, pois já era quase um sexagenário às vésperas da praieira. Não por isso ele deixou de se envolver em violentas polêmicas. Contudo, ele não participou dessas agressivas intrigas discursando em comícios populares. Ele polemizou com seus adversários através da tradicional imprensa panfletária. As práticas adotadas pelos jornalistas não eram novas. Elas já vinham sendo utilizadas desde o surgimento da imprensa periódica no Brasil. Só que, na década de 1840, essas práticas atingiram proporções maiores. Como já salientamos anteriormente, o Recife era muito maior e a quantidade de periódicos, assim como sua periodicidade, também.

Destacaremos duas práticas que visavam atingir amplos setores sociais, sobretudo a população não letrada da capital: a *utilização de versos e de historietas populares*.

É preciso destacar que a busca por aproximação popular não era característica exclusiva da imprensa praieira. Os guabirus, apesar de seu ideário representar, em alguns aspectos, particularidades de um partido mais aristocrático, também se esforçaram, e muito, para arregimentar o apoio dos homens livres e pobres da cidade. Prova disso é o fato de que eles inventaram os *meetings*. Ademais, as práticas jornalísticas que iremos analisar na sequência foram, talvez, até mais utilizadas pelos baronistas do que pelos praieiros. Talvez por isso a invasão praieira ao Recife, em fevereiro de 1849, não teve a adesão em massa esperada pelas lideranças rebeldes, pois os guabirus também foram, em alguns aspectos, um partido popular.

Publicar *versos* na imprensa periódica já era prática tradicional. Lembremos que Lopes Gama publicara, em 1832, *A Columneida* (Poema herói-cômico em quatro cantos). Era uma divertida sátira aos *colunas*, que haviam perdido o seu monarca. Ele

⁸²⁸ Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”, p. 31.

também publicou, ao longo dos dez anos de existência de *O Carapuceiro*, vários poemas. Utilizar a linguagem versada era uma forma de aproximar-se do público não letrado. A publicação quase que diária de poemas tanto pela imprensa praieira quanto pela guabiru indica uma constante tentativa dos jornalistas de se aproximar do público analfabeto. Era muito mais fácil ler um poema rimado em público, num botequim ou numa taverna, do que ler um extenso editorial em prosa. O verso lido em público era capaz de fazer a palavra escrita multiplicar-se em maior proporção do que a prosa. Um jornal, dessa forma, não atingiria apenas um leitor, mas um grupo maior de pessoas.⁸²⁹

O período em que Lopes Gama publicou *O Sete de Setembro* foi talvez um dos mais férteis na prática de vincular imprensa panfletária a versos rimados. Como temos apenas fragmentos desse jornal, demonstraremos essa intensa atividade jornalístico-poética mais através dos ataques guabirus ao Padre Carapuceiro. Foram quase que diárias as acusações ao Padre Carapuceiro em forma de verso. A mudança brusca de partido foi uma das temáticas preferidas dos guabirus para tentar desqualificar Lopes Gama. Abaixo segue uma breve biografia jornalística do Padre em forma de soneto, a qual, no título, fez um trocadilho com o jornal que ele então escrevia:

O Sete Caras

Frei Miguel quando foi *conciliador*⁸³⁰
 Uma cara política exibiu
 Segunda, e, diferente se lhe viu
 No *Sonambulo*⁸³¹ vil, *perturbador*.

Três caras teve no *Harmonizador*⁸³²
 Pelo qual belos cobres engulio
 A quarta cara, quando redigiu
 O vão *Federalista*.⁸³³ –Oh! Céus! Qu’horror!

⁸²⁹ Desde o trabalho de Mikhail Bakhtin, *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais* (São Paulo: Hucitec, 2010 [1941, 1965]), proliferaram-se estudos que buscavam entender as interfaces entre a cultura letrada e a analfabeta. Bakhtin rompeu com as fronteiras que os estudiosos enxergavam entre a cultura erudita e a popular. Os principais trabalhos que desdobraram a noção de circularidade cultural preconizada por Bakhtin concentram suas atenções para o período do Antigo Regime. Dentre esses, destacam-se: Carlo Guinzburg. *Queijos e vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007 [1975]; Roger Chartier. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora Unesp, 2004 [1987]. Para o período do Brasil imperial, Marco Morel explorou de forma interessante as interfaces entre a cultura oral e a escrita. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830.” *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ-Sete Letras, 2002; Idem. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 223-240.

⁸³⁰ *O Conciliador Nacional* foi o jornal escrito por Lopes Gama entre 1822 e 1825.

⁸³¹ *Sonambulo* foi o pseudônimo utilizado por Lopes Gama na imprensa entre 1829 e 1831.

⁸³² Esse soneto é a única referência a Lopes Gama como redator de *O Harmonizador*, periódico da Sociedade Patriótica Harmonizadora, a qual existiu no início das regências.

Quatro caras diversas só contaís!
Ei-lo *Carapuço*, a ser sem ser,
Do regresso, da fé, dos liberais!

Somaram cinco: a sexta veio a ter
No seu *Pernambucano*,⁸³⁴ ainda quis mais,
No *Sete de Setembro*, as sete encher.⁸³⁵

A *Carranca*, jornal baronista, entre fins de 1845 e início de 1846, publicou mais de um poema por edição agredindo, achincalhando e detratando Lopes Gama. Eis mais um exemplo:

Epílogo

Quem sempre foi infiel?
Miguel.
Quem é o maior cata-vento?
Sacramento.
Quem só vive dando topes?
Lopes.
Fabriquem de cortiço um monumento,
Quem fique à prumo em pedestal de lama,
E com as letras de chifre então se leia,
M. do S. L. Gama.⁸³⁶

A agressividade dos poemas era uma marca registrada dos poemas publicados em *A Carranca*. Aspectos fantasiosos também eram bastante utilizados. Enfim, tudo o que pudesse mexer com o imaginário popular era uma importante arma. Ilustra bem essa associação entre fantasia e agressividade um soneto feito em “homenagem” ao aniversário de Lopes Gama:

Aos anos de frei Miguel

Anos fez hoje o bandoleiro Gama,
Esse infame baldão do Sacerdócio,
Eterno Gomorreu, eterno sócio
Da torpe Venus, de quem reza a fama.

Esse frade, este autor de negro Trama,
Com Deus, Com S. Miguel não quer negócio
E Rojando este frade em torpe ócio,
Mil virtudes de audaz proclama.

Este frade, ao nascer, viu sobre teto

⁸³³ Lopes Gama colaborou em *O Federalista* no início da década de 1830.

⁸³⁴ Como vimos nesse capítulo, periódico no qual Lopes Gama colaborou em 1844.

⁸³⁵ *A Carranca* n° 55 (1/jan/1846).

⁸³⁶ *A Carranca* n° 46 (25/nov/1845).

Da casa, em que grunhiu a vez primeira,
Uma coruja de feio, enorme aspecto.

Serviu-lhe a tal coruja de parteira,
E em prova de que lhe teve afeto,
O dom lhe conferiu da maroteira.⁸³⁷

Outra acusação recorrente a Lopes Gama, feita em prosa e verso, era a de que ele recebia honorários de Chichorro da Gama para escrever em *O Sete de Setembro*. Essa acusação, como veremos, repercutiu na Assembleia Geral, com o Padre Carapuceiro defendendo-se na tribuna.

Frei Miguel mandando receber o salário, que percebe pela redação do *Sete de Setembro*.

Dois quadrinhas somente.

Meu negro, vai a polícia,
Corre já, corre sendeiro,
Vai dizer ao comandante,
Que mande o meu dinheiro.

Dize lá ao meu amigo,
Que se findou o quartel;
Que por força de seu trato,
Se lembre de fr. Miguel.⁸³⁸

A *Carranca*, jornal que ocupava metade de sua edição com poemas desse gênero, demonstrava que havia intensa circularidade entre o que era discutido na Assembleia Provincial e o que era veiculado nos periódicos. No mesmo número em que publicou as duas quadrinhas transcritas acima, ironizou, em verso, um projeto de Lopes Gama que pretendia tributar os donos de coqueirais:

Uma das maravilhosas pariduras do tremedor Beneditino, na assembleia provincial, foi lembrar a imposição d'um tributo sobre os coqueiros, e aqui temos, em que pararam os vastíssimos conhecimentos deste *economista à polka*. Os coqueiros rebelaram-se, desde então, e um deles lhe dirige a palavra.

O coqueiro a frei Miguel.

Sendo eu livre, dei aos homens
O tronco, as folhas, o fruto:
Um frade achou, que era pouco,
Quis que eu pagasse um tributo.

Ele vive à rédea solta,
Vive, e morre dissoluto;

⁸³⁷ A *Carranca* n° 51 (10/dez/1845).

⁸³⁸ A *Carranca* n° 53 (17/dez/1845).

Come aquilo, que não ganha,
 Mas eu, que pague um tributo.
 (...) ⁸³⁹

Apenas para ilustrar com um último exemplo, talvez um dos mais violentos ataques a frei Miguel, segue uma décima que provavelmente repercutiu nos espaços públicos:

Certa menina seduz
 O frade carapuceiro,
 Para dar-lhe sem dinheiro
 Do Francês alguma luz.
 Fiou-se ela no capuz,
 Mas coitada! se perdeu!
 Tais lições lhe o frade deu
 Que semeando Francês,
 Ao cabo do nono mês
 Um Brasileiro nasceu! ⁸⁴⁰

É difícil precisar com que frequência Lopes Gama se valeu do mesmo recurso para debater com seus opositores. Como já observamos, o que restou de *O Sete de Setembro* é altamente fragmentado. É de se presumir, contudo, que ele, como professor de retórica que era, e bom dominador das métricas em verso, não se furtou em responder a seus adversários com uma saraivada de poemas. Amaro Quintas transcreveu apenas duas composições versadas de Lopes Gama publicadas em *O Sete de Setembro*. A primeira, em latim, e a segunda é a que segue abaixo:

Aos guabirus

Amigos guabirus, façamos pazes,
 Basta de tanto insulto, e remoela;
 Afora uns furtozinhas (bagatela!)
 Vocês, aqui p'ra nós, são bons rapazes.

Este mundo moral tem suas fazes:
 Se hoje estamos nós de refestela,
 Pilhando-se amanhã vocês na sela,
 De qu'escaramuças não serão capazes!

Além disto vocês muito comeram;
 Para alguns té sobrou, que foi p'ra o saco,
 Bastante pão de ló em si meteram.

⁸³⁹ A *Carranca* nº 53 (17/dez/1845). O projeto de Lopes Gama que visava tributar os donos de coqueirais está nos *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*.

⁸⁴⁰ A *Carranca* nº 61 (31/jan/1846). Entre outubro de 1845 e abril de 1846 em praticamente todas as edições de *A Carranca* foram publicados poemas detratando Lopes Gama.

Basta dessa cobiça de macaco:
 Por sete anos já vocês s'encheram;
 Deixem os mais também tirar seu taco.⁸⁴¹

Se não sobraram registros em quantidade de versos de Lopes Gama escritos às vésperas da praieira, outro tipo de abordagem com enorme apelo popular foi possível detectar. Algumas *historietas populares* ocuparam a imprensa por dias seguidos. Eram acontecimentos jocosos que provavelmente deveriam ter grande aceitação popular. Por exemplo, um bezerro nascido nos arredores do Recife foi o assunto predileto de vários jornais praieiros por meses a fio. É que, segundo os gracejos populares, o bezerro havia nascido de pera. Assim era chamado um corte de barba tradicional à época, o qual foi associado aos guabirus.

Segundo Lopes Gama, era “o uso pera o distintivo convencional desse círculo [baronistas], vês que é raro o indivíduo da legítima influência que não a traga e não só os parentes, como os aderentes e até os pobrezinhos moradores nos seus engenhos”. Ainda segundo Lopes Gama, em uma festa de Santo Amaro que foi um tremendo sucesso, o “Torres distribuidor e vendedor da Carranca, armou por lá seu barracão, para onde afluiu a gente guabiru. Dizem que ali se via cada barba, e cada pera capazes de desmamar meninos.” Para frei Miguel, “bem raro é o homem que se assine Rego-Barros, e Cavalcanti, que não diga mui ufano, e puxando pela comprida vassoura ou pera – ‘eu sou baronista, que é o partido da ordem’”. Acrescentava ele que “até os pobrezinhos moradores nesses engenhos têm preceito positivo de trazer a tal vassoura, sob pena de serem imediatamente despejados”⁸⁴²

Em outra ocasião, Lopes Gama escreveu um artigo intitulado “O privilégio das peras” e contou um caso chistoso. O vapor do Dr. Tacques, uma das proeminências guabirus, sofreu um desastre e os passageiros tiveram que se dirigir por terra ao Recife. Conta frei Miguel que “como se aproximasse a noite [Tacques] dirigiu-se ao engenho Trapiche do Cabo”, mas lá “não estava o snr. Barão [da Boa Vista].” Pedindo abrigo ao administrador do engenho, este “medindo-o do alto a baixo disse-lhe: o snr. não é

⁸⁴¹ *O Sete de Setembro* nº 39 (23/jan/1846), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 39. O poema em latim está no nº 28 (12/dez/1845), pp. 70-71. Amaro Quintas afirma que Lopes Gama não descia tanto o tom quanto seus adversários, isto é, não usava doestos agressivos e violentos. O historiador, entretanto, em nenhum momento afirma se frei Miguel se furtou de usar a linguagem versada. Em *A Carranca* nº 55 (3/jan/1846) há uma referência a um poema-herói-cômico que Lopes Gama escreveu para ridicularizar a família Cavalcanti.

⁸⁴² *O Sete de Setembro* nº 43 e 46 (fev/1846), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, p. 61.-64.

amigo, nem partidista do barão; porque não traz pera.” Resultado: Tacques foi obrigado, segundo Lopes Gama, a dormir na casa de bagaço.⁸⁴³

Voltemos, pois, ao caso do bezerro de pera. Lopes Gama relata a historieta que repercutiu, e muito, na imprensa:

Há poucos dias, picando-se uma vaca no açougue, achou-se na barriga um monstinho que tem admirado a todo mundo. O corpo é de bezerro, mas a cabeça e cara é muito semelhante ao homem, e dá risos de macaco; porém o que mais tem espantado é o molho de cabelos compridos, tal e qual uma pera, que trouxe por baixo do lábio inferior! E o certo é que não há quem tire da cabeça do povo que o tal mostrengo é do partido da ordem, e filho de guabiru. Até já lhe dão o pai, que realmente é um próximo com feições de boi e queixos de burro; e anda com uma pera grisalha, que parece vassoura de timbó que acabou de limpar cinza!⁸⁴⁴ Alguns porém porfiam que é filho de *Veras* de outro guabiru (...). Quem sabe pois se cá o nosso fenômeno do bezerrinho com cara de gente e pera de guabiru é anúncio sobrenatural, para que se conheça que os tais guabirus não são do agrado de Deus? (...) embora os filósofos e fisiologistas queiram explicar o fato lá a seu modo e segundo as suas hipóteses, ninguém tira ao povo a cisma de que a tal vaca tinha concebido d’um guabiru, desses de pera ou vassoura extraordinária (...) As Sagradas Letras nos referem que por causa de pecados contra a natureza foram destruídas pelo fogo as cidades de Sodoma, e de Gomorra. Não é menor pecado d’um guabiru ter filho d’uma vaca.⁸⁴⁵

A historieta do bezerro de pera repercutiu na imprensa de forma exemplar. Surgiu até um periódico intitulado *O Bezerro de Pera*, o qual durou apenas dois números.⁸⁴⁶ A *Carranca*, tentando inverter a situação, afirmou que Lopes Gama era o progenitor do bezerro. O jornal guabiru lembrou um caso de um leitão monstruoso nascido no Poço da Panela em outubro de 1835. Lopes Gama tinha um sítio nessa periferia do Recife, sendo logo associado a esse leitão e, por conseguinte, ao bezerro de pera.⁸⁴⁷ Outro jornal baronista chegou a acusar a polícia praieira de não se ocupar em outra coisa que não fosse averiguar as origens misteriosas do bezerro de pera.⁸⁴⁸

Referências que flertam com o fantástico foram comuns na imprensa da época, tal como a história do demônio que apareceu a Lopes Gama quando ele estava dormindo e lhe colocou uma pílula debaixo da língua. O Padre teria acordado e “de uma tiraca escreveu doze números de *O Sete de Setembro*”.⁸⁴⁹ Frei Miguel também se valeu de recursos semelhantes, como, por exemplo, quando buscou explicar o tipo de rato que

⁸⁴³ *O Sete de Setembro* n° 22 (21/nov/1845) e n° 26(5/dez/1845), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, pp. 64-65.

⁸⁴⁴ Provavelmente trata-se da descrição física de alguma eminência guabiru que não conseguimos identificar.

⁸⁴⁵ *O Sete de Setembro* n° 49 (27/fev/1846), apud. Amaro Quintas. *O Padre Lopes Gama político*, pp. 61-62.

⁸⁴⁶ Alfredo de Carvalho. *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*, p. 195.

⁸⁴⁷ *A Carranca* n° 67 (5/mar/1846).

⁸⁴⁸ *O Lidador* n° 92 (11/mar/1846).

⁸⁴⁹ *A Carranca* n° 57 (14/jan/1846).

eram os guabirus. Ele afirmou saber que “as lagartas ou ninfas transmudam-se em borboletas”. No entanto, nunca havia lido “que espécie alguma de quadrúpede estivesse sujeita a essas mudanças (...)”. Assim, se o “guabiru entre nós é uma espécie de rato grande, tendo de metamorfosear-se, não poderá ser naturalmente, senão um morcego e dos tais vampiros que chupam sangue à gente (...)”.⁸⁵⁰

Dessa forma, nem só de diatribes políticas viveu a imprensa pernambucana da década de 1840. Defender a nacionalização do comércio a retalho, realizar pregações lusofóbicas, dialogar com a classe dos artistas mecânicos e inserir elementos do socialismo utópico não eram as únicas formas de angariar apoio popular. Outros elementos que visavam atingir a população não letrada fizeram parte das estratégias jornalísticas da época. Explorar as interfaces da cultura escrita com a cultura oral era essencial na disputa entre praieiros e guabirus.

Entre setembro de 1845 e março de 1846, Lopes Gama participou dos debates jornalísticos mais agressivos e intensos de toda sua vida pública. A agressividade da linguagem empregada pelos periódicos esteve diretamente relacionada com a violência nas ruas. No dia 31 de março de 1846, frei Miguel escreveu o último número de *O Sete de Setembro*, defendendo a candidatura de Chichorro da Gama a senador, pois as eleições se aproximavam.⁸⁵¹ No dia 15 de abril, ele partiu, juntamente com um escravo, num vapor rumo ao Rio de Janeiro. Ele viajava à corte pela segunda vez na vida para assumir a cadeira de deputado geral pelas Alagoas.⁸⁵²

5.7 - A atuação da bancada praieira, Lopes Gama e a conciliação (1846)

Como já vimos, a força da bancada praieira foi essencial para que, em 1845, fosse empossado em Pernambuco um presidente que levasse adiante a remoção de quase toda o funcionalismo público encastelado na administração desde 1837. A força dessa mesma bancada entre 1846 e 1847 também foi importante no sentido de manter Chichorro da Gama na presidência. A atuação dos deputados gerais praieiros foi um dos sustentáculos mais importantes da Praia no complexo jogo de correlação de poderes interinstitucionais do império. Não bastava amplo apoio popular. Não bastava estar de posse da presidência. Não bastava dominar a polícia civil com delegados e subdelegados obedientes ao partido. Não bastava um corpo de polícia provincial de 650

⁸⁵⁰ *O Sete de Setembro* nº 43 (6/fev/1846). Marco Morel notou que, tanto no Brasil como na França, foi comum associar inimigos políticos a animais. Conferir seu interessante estudo sobre a questão em *As transformações dos espaços públicos*, pp. 83-95.

⁸⁵¹ Nº 38 (o único exemplar que restou nos arquivos).

⁸⁵² *Diário Novo* nº 82 (1846).

praças. Era preciso ter, no Rio de Janeiro, uma bancada parlamentar atuante e articulada.

Não sendo nenhuma novidade historiográfica sublinhar a importância das negociações empreendidas na Câmara dos Deputados pelos praieiros, analisar a atuação de Lopes Gama nesse contexto ajudará, contudo, a esclarecer de que forma se processaram algumas dessas intermediações.⁸⁵³ Sublinhemos que aquilo que era discutido nas tribunas repercutia na imprensa, tanto na fluminense quanto na pernambucana, como provavelmente em outros espaços públicos.

O primeiro gabinete ministerial do quinquênio liberal, o de 2 fevereiro de 1844, subiu ao poder em grande parte imbuído de uma missão conciliatória. Havia a percepção de que o exclusivismo partidário era um mal a ser sanado, sendo esse um dos motivos que derrubou os saquaremas. Com o entendimento de que o núcleo duro do partido conservador não conseguiria levar adiante uma política que pusesse fim às disputas partidárias que já haviam causado a revolução de 1842, fez-se a reforma ministerial. O gabinete de 2 de fevereiro subiu ao poder imbuído dessa missão, isto é, de conciliar os partidos, de conceder a anistia aos rebeldes de 1842 e de por fim às divisões políticas que se alastravam pelas províncias do atual nordeste.⁸⁵⁴

Na prática, não foi bem esse o procedimento do primeiro ministério do quinquênio liberal. A chamada facção áulica, a qual tinha acesso direto ao imperador e teve participação direta na queda dos conservadores, articulou a posse de Aureliano de Souza Coutinho como presidente do Rio de Janeiro.⁸⁵⁵ Coutinho, no Rio, realizou as famosas demissões em massa ainda em 1844. No ano seguinte, o mesmo foi efetuado

⁸⁵³ Praticamente todas as obras sobre o tema conferem algum destaque à atuação da bancada praieira na Câmara dos Deputados. Cf. Amaro Quintas. *O sentido social da Revolução Praieira*; Edison Carneiro. *A insurreição Praieira*; Izabel Andrade Marson. *A revolução praieira*; Idem. *O império do progresso*; Idem. *Movimento praieiro*; Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. *Crônica da Rebelião Praieira*; José da Costa Porto. *Os tempos da Praieira*. Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”; Urbano Sabino Pessoa. *Apreciação da revolta praieira em Pernambuco*.

⁸⁵⁴ Fábio Santiago Santa Cruz. *Em busca da conciliação: ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese de doutorado (História). Brasília : UnB, 2008. Paulo Pereira de Castro. “Política e administração entre 1840 e 1848”, pp. 522-526.

⁸⁵⁵ A *Facção áulica* também era conhecida como Clube da Joana, pois, segundo a tradição, reunia-se na casa do mordomo imperial de D. Pedro II, Paulo Barbosa Silva, situada às margens do rio Joana e nas proximidades da Quinta da Boa Vista. Era, em suma, um grupo com grande influência sobre o jovem imperador, tendo como principal liderança Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o qual havia sido preceptor de D. Pedro II durante a menoridade. Cf. Júlio C. Bentivoglio. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II.” *Esboços* (UFSC), v. 17, p. 187-222, 2010; Idem. “Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade.” *História* (UNESP. Impresso), v. 29, p. 248-267, 2010.

em Pernambuco por Chichorro da Gama, ou seja, a demissão de cerca de 650 funcionários.

Em maio de 1846, contudo, o ministério de 2 de fevereiro caiu. Um dos motivos centrais da queda desse ministério foram as desavenças entre liberais do sul e do norte em relação à reforma eleitoral. O princípio das incompatibilidades eleitorais era defendido pelos luzias (liberais do sul), mas atacado pelos praieiros (liberais do norte). O princípio das incompatibilidades eleitorais pretendia proibir magistrados de se candidatarem. Como a bancada praieira era composta, em grande parte, por bacharéis em Direito, ela se voltou contra a esse princípio, que era uma das bandeiras dos luzias. Esse racha na base de apoio parlamentar ao governo foi um dos motivos da reforma ministerial de maio de 1846.⁸⁵⁶ Com o novo gabinete, eminentemente luzia, voltava ao centro dos debates o tema da conciliação. Tendo em vista que Holanda Cavalcanti sobreviveu a essa reforma ministerial, o governo de Chichorro da Gama estava seriamente ameaçado.

No mesmo mês em que assumiu o novo ministério, a pequena (mas por vezes barulhenta) oposição conservadora na câmara iniciou uma série de ataques à situação política em Pernambuco. Ferraz,⁸⁵⁷ o principal membro dessa oposição, denunciou a quantidade de demissões feitas pelo governo de Chichorro da Gama como absurdas. Mendes da Cunha, em 22 de maio, defendeu-se do ataque de Ferraz nos seguintes termos: “Sr. presidente, uma legião de empregados públicos, entre os quais militam juízes de direito, juízes municipais, empregados da fazenda e de secretaria fizeram o propósito de insultar o presidente da província [de Pernambuco] pelas gazetas, como não há exemplo em parte alguma do mundo desde a invenção da imprensa.” Lopes Gama, interferindo no discurso de seu correligionário, fez o seguinte aparte: “Na secretaria do governo se reviam as prova dos periódicos que insultavam Sua Majestade (...)”⁸⁵⁸

No mês seguinte, a temperatura das discussões aumentou. No dia 18 de junho, como registrou o taquígrafo, ocorreu um “debate animado”. Nunes Machado, uma das principais lideranças praieiras, interrompeu a discussão sobre a reforma da Guarda

⁸⁵⁶ Paulo Pereira de Castro. “Política e administração entre 1840 e 1848”, p. 527-528.

⁸⁵⁷ Ângelo Moniz da Silva Ferraz (1812-1867), futuramente barão de Uruguaiana, deputado geral eleito pela Bahia, foi, durante a legislatura de 1846, um dos membros da oposição que mais atuou nas tribunas da Câmara.

⁸⁵⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 22 de maio 1845, p. 159. Na sessão de 25 de maio ocorreram discussões semelhantes, com apartes de Lopes Gama.

Nacional, pedindo adiamento.⁸⁵⁹ Segundo ele, a Câmara só deveria voltar a discutir o projeto em debate depois que o senado aprovasse a lei eleitoral. Tratava-se de uma tentativa de pressionar o Senado em um tema que era de urgência para os interesses praieiros. O requerimento de Nunes Machado mexeu com o brio da oposição. Ferraz, na tribuna, aproveitou o calor da discussão para criticar o projeto conciliatório que os praieiros queriam levar adiante. Em dado momento, Ferraz citou, ironicamente, um discurso de um deputado governista que assim havia definido a conciliação: “Eu quero a conciliação, mas com a condição de ficarmos de cima e vós debaixo (...)”. Na sequência, Ferraz ironizou a postura do governo: “(...) para vós, nada de empregos, nada, absolutamente nada.” Ao que Lopes Gama, da plenária, respondeu a seu colega na tribuna: “de outro modo não pode ser, isto seria absurdo”. Ferraz, aproveitando a ocasião ironizou o Padre Carapuceiro, causando risos nas galerias: “Eis-que o nobre deputado pelas Alagoas, pessoa que está habilitada para dar uma opinião segura a este respeito por ter militado em ambos os partidos que diz que não pode ser de outra maneira”. Lopes Gama aproveitou a ocasião para subir na tribuna, se defender de ser um trânsfuga e dar sua definição de conciliação:

Tocarei, ainda que de leve, nessa tão falada conciliação dos partidos. Senhores, eu entendo que enquanto não definirmos bem que ideia se deva ligar a este vocábulo, não é possível que nos demos a conselho, nem entendamos o que dizemos. É pois minha humilde opinião, que se entre nós há verdadeiros partidos políticos, verdadeiras convicções, é impossível dar-se conciliação no sentido que alguns querem, porque toda a convicção é de sua natureza intolerante. Se eu estou convencido, por exemplo, [de] que os dois ângulos de um triângulo são iguais a dois retos, como poderei conciliar-me com quem negar este princípio? O que é que se pretende com essa conciliação? Será chamar para os lugares oficiais, os nossos adversários e compartilhar com eles o poder? Tal opinião não pode ser sincera nem de uma nem outra parte: porque, como bem disse o profundo Tácito: (...) *A cobiça do poder é a mais abrasadora das paixões*. Além do que não compreendo regime representativo sem dois partidos políticos, isto é, ministerialistas e oposicionistas.

Entretanto, senhores, eu abraço de muito bom grado a ideia de conciliação, ideia hasteada como uma bandeira, pelo benemérito gabinete de 2 de Fevereiro, e continuada pelo atual. Mas eu a entendo no único sentido razoável que se lhe pode dar, isto é, que ponhamos termo a esse descomedimento com que se acometem os partidos; que respeitem-se mutuamente as opiniões, que ninguém por elas seja perseguido, uma vez que se não torne insurgente; que se façam leis que garantam todos os nossos direitos; que a ninguém se negue a justiça; que se deixe ao povo o voto espontâneo nas eleições, sem que todavia deixe o governo de intervir nelas, não como poder, mas como opinião, por meio de seus amigos e aliados, e não pela força e violência.

⁸⁵⁹ Lopes Gama teve participação ativa nas discussões sobre a reforma da Guarda Nacional. *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessões de 4, 5, 17 e 18 de julho.

(...) Eis a conciliação legítima, razoável e justa; eis a conciliação que se propõe o atual gabinete, continuador do pensamento do de 2 de fevereiro. Mas uma conciliação, em virtude da qual se vão metendo os nossos adversários nos empregos importantes, nas presidências das províncias, etc., etc., isso não é conciliação, é logração, é embaçadela. Finalmente, quanto à política do país, ou nós ou vós. Voto pelo requerimento [de Nunes Machado]⁸⁶⁰

Esse discurso sintetiza bem o que seria a atuação pública de Lopes Gama no contexto da troca de ministérios. O governo de Chichorro da Gama estava ameaçado, pois a oposição se valia de uma ideia com grande aceitação pública, a ideia de conciliação, para tentar acabar com o “pleno domínio da Praia”. A clássica noção de que a vontade geral era apenas uma, de que o consenso era aquilo que deveria reger a administração pública, de que não deveria existir divisão no seio da nação, embasava os projetos conciliatórios. Era preciso inverter essa equação. Era preciso demonstrar que partidos políticos eram essenciais dentro do sistema representativo. Era preciso romper com uma antiga conotação atribuída ao vocábulo partido, segundo a qual este termo indicava a existência facções anárquicas e da prevalência de interesses particulares sobre gerais.⁸⁶¹ Os regressistas já haviam iniciado esse processo que buscava legitimar uma organização partidária. Nesse momento, contudo, eram os liberais, com acentuada contribuição dos praieiros, que buscavam mostrar que os partidos eram essenciais para o funcionamento do regime representativo. Os interesses políticos dessa formulação eram evidentes.

Se o governo de Chichorro já estava ameaçado pela política de conciliação, um julgamento ocorrido no Recife entre maio e junho foi capaz de deixar a situação mais instável ainda. O jornal guabiru *A Carranca* foi acusado de difamar o imperador e acusar o presidente da província sem produzir provas consistentes. O advogado de defesa do jornal baronista foi Borges da Fonseca, um dos jornalistas com maior popularidade entre os setores pobres urbanos. Os praieiros haviam tentado sem sucesso aliciar Borges da Fonseca, o qual manteve quase sempre uma opinião independente. Em maio de 1846, contudo, ele foi aliciado pelos guabirus e advogou em prol de *A Carranca*. Um tribunal do júri com Borges da Fonseca discursando era uma atração à parte e provavelmente muita gente compareceu ao julgamento. Os libelos de acusação e defesa foram extraordinariamente taquigrafados e registrados na íntegra pela imprensa.

⁸⁶⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 18 de junho de 1846, pp. 388-394.

⁸⁶¹ Adam Przeworski. “Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government”; Jeffrey D. Needell. “Formação dos partidos político no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”, p. 1.

Entre outras acusações ainda feitas ao jornal, estava a de que ele havia afirmado, sem provar, que Chichorro da Gama pagava a Lopes Gama para que ele escrevesse a favor de seu governo. Borges da Fonseca usou a seguinte argumentação para comprovar essa acusação: Lopes Gama não comparecia ao Liceu alegando estar doente; mesmo não exercendo sua função docente, foi visto pelas ruas do Recife; logo o Padre Mestre gozava de boa saúde; como continuava a receber seus ordenados, foi pago pelo governo para redigir *O Sete de Setembro*.⁸⁶²

“O pleno domínio da Praia” não era tão pleno assim. O tribunal do júri foi presidido por um juiz fiel aos baronistas, Rigueira Costa. O editor de *A Carranca* foi, dessa forma, absolvido, causando indignação no partido praieiro. Ao inocentar o agressivo jornal guabiru, o júri mostrava, aos olhos da opinião pública, que as acusações feitas ao presidente eram verdadeiras. Era um elemento a mais que poderia ajudar a derrubar Chichorro da Gama. Num contexto de reforma ministerial e com a ideia de conciliação ganhando força, mostrar em um tribunal que o presidente da província cometia irregularidades poderia ser decisivo.

Entre maio e agosto de 1846, ocorreu, portanto, um intenso debate que mobilizou os espaços públicos tanto em Pernambuco como no Rio de Janeiro. Os discursos na tribuna da Câmara dos Deputados eram reproduzidos pela imprensa pernambucana.⁸⁶³ O julgamento do editor de *A Carranca*, ocorrido no tribunal do júri do Recife, foi acompanhado de perto pelos jornais locais, repercutindo também na Assembleia Geral. Lopes Gama, em meio a esse turbilhão de acontecimentos, publicou, como veremos, vários artigos na imprensa fluminense sob o pseudônimo de “Aristippo”. Nesses artigos, dentre os quais alguns foram reproduzidos pela imprensa praieira em Pernambuco, o padre deputado criticou a ideia de conciliação.

No dia 6 de julho de 1846, Urbano Sabino Pessoa fez um longo discurso na Câmara dos Deputados para aprovar um requerimento. No meio de seu longo discurso, o líder praieiro afirmou que a pretendida “conciliação traz como consequência

⁸⁶² *Diário Novo* nº 143 (7/jul/1846), que reproduziu na íntegra o julgamento do Tribunal do Júri do Recife, ocorrido a 27 de maio. O nº 171 (11/ago/1846) foi uma publicação extraordinária, de seis páginas, a qual tratou única e exclusivamente do julgamento. Lopes Gama se defendeu na tribuna da Assembleia Geral das acusações de ser pago para escrever na sessão de 7 de julho (*Annaes do Parlamento*, p. 75). Vilela Tavares, outro deputado praieiro, complementou a defesa de Lopes Gama na sessão do dia 15 de julho (p. 171-175). Sobre Borges da Fonseca, cf. Mário Márcio de A. Santos. *Um homem contra o Império*.

⁸⁶³ O *Diário Novo* reproduziu quase todos os debates da Câmara dos Deputados sobre os “negócios de Pernambuco”. Os debates de 22 de maio, 6 de junho, 7 e 15 de julho foram transcritos nos números 135, 159 e 168.

necessária a inversão de todo o país; e assim os presidentes de Pernambuco, de Minas. S. Paulo, Rio de Janeiro etc., (...) tem de ser demitidos (...); de modo que a tal política de conciliação, se o governo for guiado por ela, vem a ser uma inversão completa do país (...).” Lopes Gama fez um aparte que gerou risadas de seus pares, chamando a conciliação de patuscada. Ao final do discurso, Urbano requereu “que se peça ao governo cópia da correspondência oficial do presidente da província de Pernambuco sobre os últimos julgamentos proferidos pelo tribunal dos jurados nos processos intentados contra os periódicos daquela província, por injúrias ao imperador e ao presidente da mesma”. O líder praieiro pretendia, dessa forma, demonstrar que o julgamento de *A Carranca* fora manipulado e causar a remoção de Rigueira Costa, juiz municipal que interinamente exercia a função de juiz de direito da comarca do Recife e que presidira a polêmica decisão dos jurados.⁸⁶⁴

Aproveitando o momento de fragilidade temporária do partido praieiro, Ferraz procurou inverter a situação que os praieiros tentavam estabelecer através do requerimento de Urbano Sabino Pessoa. Ferraz requereu esclarecimentos do governo de Pernambuco em relação a três aspectos: 1) a violência e manipulação ocorrida durante o pleito para dois senadores; 2) o envolvimento da polícia praieira no caso dos escravos roubados de um navio negreiro que aportara em Porto de Galinhas; 3) o mapa dos crimes cometidos na província em 1844. Dessa forma, Ferraz pretendia cobrar satisfações ao governo de Chichorro da Gama, sobre o qual recaíam suspeitas de irregularidades. Na sequência do seu discurso, o deputado conservador sintetizou o objetivo escuso dos praieiros com o requerimento de Urbano Sabino Pessoa: 1) embaçar o governo na demissão de Chichorro da Gama; 2) preparar a demissão do Governador das armas (Sr. Seara); 3) efetivar a remoção do juiz municipal que servia interinamente como juiz de direito (Sr. Rigueira Costa); 4) criticar alguns ministros atuais (Holanda Cavalcanti); 5) rebaixar os adversários (guabirus).⁸⁶⁵

Ferraz seguiu seu discurso tentando comprovar irregularidades na eleição para o senado e mostrando o bom procedimento de Rigueira da Costa no tribunal do júri que absolveu *A Carranca*. Na sequência, o deputado baiano realizou uma saraivada de críticas a Lopes Gama. Novamente, Ferraz ironizou o Padre Carapuceiro por ter mudado de partido, afirmando que existem correspondências dele, da época em que ainda era guabiru, chamando os praieiros de cafajestes e afirmando que “era preciso trabalhar

⁸⁶⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 6 de julho, pp. 60-64.

⁸⁶⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 13 de julho, pp. 145-146.

para que a província de Pernambuco não fosse entre a tal gente (*risadas*)”. Por fim, Ferraz resolveu discursar sobre o tema da conciliação, alertando que “esse tópico pertence mais o nobre deputado que se domina [sic] – Aristippo [Lopes Gama]”. O Padre Carapuceiro, em um aparte, interferiu: “para aqui não, desafio-o para a imprensa”.⁸⁶⁶

O que se observa na sequência é uma série de provocações de Ferraz feitas do alto da tribuna, com apartes de Lopes Gama realizados da plenária. O baiano afirmou que sacerdotes não deveriam se envolver em quaisquer dissensões que fossem avessas às ideias de paz e concórdia, ao que Lopes Gama respondeu: “quero conciliação, mas não embaçadela”. Ferraz insistiu com a provocação, afirmando que “os sagrados cânones proíbem tudo quando pode trazer o derramamento de sangue”. Por fim, o deputado conservador, dirigindo-se ao padre, questionou: “quer que os partidos se exterminem, se destruam! E quando um ministério apresenta a bandeira da justiça e da conciliação, é o nobre deputado que quer a guerra, é o sacerdote que conspira contra a paz, contra a concórdia!!”. Lopes Gama, irritado, disse: “Eu me retiro, Sr. Presidente, para não continuar a ser insultado”. Retirando-se, acusou Ferraz: “veio bem ensaiado”.⁸⁶⁷

Se não respondeu na tribuna ao deputado oposicionista baiano, Lopes Gama fez sua réplica, como havia prometido, na imprensa fluminense. No dia 25 de julho publicou uma carta no *Jornal do Comércio*, a qual foi transcrita em Pernambuco pelo *Diário Novo*. O padre deputado afirmou que o discurso de Ferraz tinha dois eixos. O primeiro era requerer a demissão de Chichorro da Gama, o segundo desconceituar a sua pessoa por conta dos artigos relativos à conciliação que ele havia escrito debaixo da assinatura de “Aristippo”. Para Lopes Gama, eram absurdos os fatos que Ferraz pontuava como motivos para afastar Chichorro. Primeiramente, Ferraz achava que a sentença do júri ultimamente proferida menoscabava a honra do presidente. Lopes Gama argumentava que não poderia ser levado a sério um júri cujo advogado de defesa fora Borges da Fonseca, um “furioso republicano”. Ademais, esse mesmo júri havia absolvido o testa de ferro (editor) do jornal *O Lídador*, o qual havia ofendido o monarca.⁸⁶⁸

⁸⁶⁶ Ibidem, p. 150 e 154.

⁸⁶⁷ Ibidem, p. 154.

⁸⁶⁸ *O Diário Novo* nº 175 (17/ago/1846), transcrevendo carta originalmente publicada no *Jornal do Comércio* no dia 25 de julho.

Na sequência, Lopes Gama combateu o segundo tópico que Ferraz pontuava como motivo para afastar Chichorro, isto é, o fato de o presidente pertencer a um partido e ter sido sempre fiel ao programa do governo que o nomeou. O Padre Carapuceiro, ao bem da verdade, repetiu tudo aquilo que já havia escrito anteriormente como “Aristippo” no periódico *O Mercantil*. Ele afirmou basear-se nos princípios do governo representativo que corriam estampados nos livros de Direito Público Constitucional. “Partidos políticos sempre os houve, há e há de haver” – sentenciava Lopes Gama. O Padre arrematou afirmando que a existência de partidos “não é sinônimo de dissensão civil”, nem tampouco ia de encontro com as máximas da caridade cristã.⁸⁶⁹

Assinando como “Aristippo”, Lopes Gama já havia defendido que um governo, para ter a força necessária, precisaria sustentar nas posições oficiais os seus amigos, os que lhe eram leais e aderiram ao seu pensamento político. Jamais – acreditava ele – “por motivo de conciliação, demitir seus fieis aliados (...)”. “Um presidente” – exemplificava frei Miguel – que “é amigo deste [governo], cumpre fiel e exatamente a sua missão (...), faz sossegar uma província outrora repleta de roubos e assassínios”, deveria ser mantido. Por fim, Lopes Gama ironizou o periódico fluminense *O Tempo*, com o qual debatia. Para ele, seu antagonista, involuntariamente, admitiu a importância de um partido. O redator de *O Tempo* afirmara que o governo deve “ir avante para fazer triunfar sua política”. Para o Padre Carapuceiro, isso, ou seja, o governo “ir avante para fazer triunfar sua política”, no governo representativo tinha um nome: partido político. Ele concluiu sua argumentação afirmando que era vergonhoso que no “nosso *Brasil*, que já conta com vinte tantos anos sistema representativo, os próprios escritores públicos não compreendem bem uma das mais triviais e sabidas condições do mesmo sistema”.⁸⁷⁰

A troca de ministérios efetuada em maio de 1846 foi um momento delicado para os praieiros. Um dos discursos que conseguiu obstar a política conciliatória, que acarretaria a queda de Chichorro da Gama, foi esse amplamente divulgado por Lopes Gama. Na tribuna e na imprensa, ele buscou demonstrar que a existência de partidos políticos era essencial para o bom funcionamento do sistema representativo. Muito

⁸⁶⁹ Ibidem.

⁸⁷⁰ Artigo intitulado “Reflexões ao Artigo no Tempo n. 11 sob o tema – Política Geral”, publicado originalmente pelo *Mercantil* e transcrito no *Diário Novo* nº 165 (3/ago/1846). No número anterior, o nº 164 (1/ago/1846), o diário praieiro publicou uma nota de Lopes Gama declarando que ele era o autor dos comunicados assinados pelo “Aristippo”. Outro artigo assinado pelo “Aristippo” foi transcrito no *Diário Novo* nº 175 (17/ago/1846).

antes do famoso gabinete da conciliação presidido pelo Marquês do Paraná (1853-1856), o tema já estava no centro do debate.⁸⁷¹ É preciso ter em mente, contudo, que a ideia de conciliação deve sempre ser vista como um artifício político. Em 1846, uma coordenada atuação da bancada praieira conseguiu anular esse artifício que a oposição tentava utilizar. O “pleno domínio da Praia” ganhava uma sobrevida.⁸⁷²

5.8 - Epílogo (1847-1852)

Em 1846, Lopes Gama ainda exerceria importante papel nos embates políticos travados na Câmara dos Deputados. No final das sessões, ele e Urbano Sabino Pessoa tentaram adiar um projeto sobre o meio circulante vindo do Senado. Tendo em vista que Holanda Cavalcanti era o ministro da fazenda, a bancada praieira tentava enfraquecê-lo. O ministro, ameaça onipresente aos praieiros, foi até a tribuna defender o projeto e conseguiu fazer com que ele fosse votado. Os outros liberais, isto é, todos menos a bancada pernambucana, devem ter votado contra o adiamento.⁸⁷³

A Praia conseguiria tirar Holanda Cavalcanti do ministério apenas em maio de 1847. Contudo, nos debates sobre essa nova reforma ministerial, Lopes Gama praticamente se calou. Sua atuação nesse delicado e importante momento foi nula, muito diferente do papel que exercera durante a reforma ministerial do ano anterior.⁸⁷⁴ Aliás, a atividade parlamentar do Padre Carapuceiro durante 1847 foi bastante discreta. Tudo indica um progressivo afastamento de Lopes Gama em relação às discussões mais politizadas, isto é, as discussões que envolviam querelas partidárias.⁸⁷⁵ Ao publicar nesse ano novamente *O Carapuceiro*, ele dava sinais de que se afastaria dos debates mais diretos, mais contundentes, mais agressivos.

É difícil precisar porque Lopes Gama, entre 1847 e 1848, não teve uma atuação de destaque nos espaços públicos. Talvez tenha sido porque o movimento praieiro se tornasse cada vez mais popular. Talvez Lopes Gama não simpatizasse com o

⁸⁷¹ Sobre a conciliação empreendida pelo Marquês do Paraná, cf. Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico*. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo : USP, 2010, pp. 161-194.

⁸⁷² Não foi possível verificar se Rigueira da Costa, o juiz que presidiu o julgamento do editor de *A Carranca*, foi removido.

⁸⁷³ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 31 de agosto de 1846.

⁸⁷⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessões de 14, 18, 19 e 20 de maio de 1847. O irmão do Padre Carapuceiro, Caetano Maria Lopes Gama, assumiu por dois dias a pasta da justiça no contexto da reforma ministerial. Ao que tudo indica, sua indicação não foi de agrado da bancada praieira.

⁸⁷⁵ A única discussão mais politizada da qual Lopes Gama participou em 1847 foi a referente a Faculdade de Medicina da Bahia. Tratava-se de uma queda de braço entre a Câmara, reduto liberal, e o Senado, reduto conservador. *Annaes do Parlamento Brasileiro* (Câmara dos Srs deputados), sessão de 9 de junho. Cf. Paulo Pereira de Castro. “Política e administração entre 1840 e 1848”, pp. 535-537.

crescimento do grupo que ficou conhecido como os “cinco mil”. Segundo alguns relatos, Borges da Fonseca, em meados de 1848, divulgou através das grades da cadeia um documento em prol da nacionalização do comércio a retalho. Esse documento recebeu cinco mil assinaturas. Daí o nome dado a essa dissidência popular dentro do movimento praieiro.⁸⁷⁶ Borges da Fonseca, mesmo preso pelos praieiros por crime de imprensa, começava a trilhar seu caminho rumo à Praia. Talvez Lopes Gama não simpatizasse com a adesão desse jornalista radical definido por ele como um “furioso republicano”. Talvez Lopes Gama tenha se afastado de uma militância mais ativa por conta do acirramento da violência urbana. As pancadarias, sobretudo envolvendo o sentimento lusofóbico, estavam se tornando cada vez mais frequentes.

Fato é que em 1848, o Padre Carapuceiro praticamente não atuou nos espaços públicos. Não sendo deputado nem provincial, nem geral, nesse ano, ele se dedicou, ao que tudo indica, única e exclusivamente à direção do Curso Jurídico de Olinda.⁸⁷⁷

Em 1849, quando a revolta já havia sido sufocada, Lopes Gama foi convocado, como suplente, para assumir a cadeira de deputado provincial. A assembleia estava desfalcada de vários representantes que haviam perecido na batalha, ou haviam sido presos, ou estavam foragidos. Em maio de 1849, José Caetano de Medeiros, entrou com um requerimento. Ele solicitava do governo alguns esclarecimentos: 1) “(...) o que deu lugar à prisão dos distribuidores do *Diário Novo* no dia 24 de abril (...); 2) (...) por quem foi decretada a prisão desses indivíduos, e por que maneira foi executada (...); 3) o motivo pelo qual haviam sido presos dois deputados antes de tomarem assento na assembleia provincial.”⁸⁷⁸

Segundo J. A. Figueiredo, outro deputado do que restara da bancada praieira, agora na oposição, alguns distribuidores do *Diário Novo* haviam recebido tiros sem nenhuma razão e a casa da proprietária do jornal havia sido violada. Ainda segundo Figueiredo, a liberdade de imprensa e a inviolabilidade da propriedade, garantias constitucionais, não haviam sido suspensas. Ele contou o caso de um deputado que na primeira sessão legislativa, quando os diplomas eram verificados e validados, foi preso na antessala da assembleia, sendo solto na ponte do Recife. Dessa forma, esse deputado não pode tomar assento e nem ter seu mandato ratificado. Figueiredo, por fim,

⁸⁷⁶ Marcus J. M. de Carvalho e Bruno Dornelas Câmara. “A insurreição praieira”, p. 34; Mário Márcio de A. Santos. *Um homem contra o Império*, p. 132.

⁸⁷⁷ O *Diário Novo*, durante 1848, publicou vários informes, avisos e editais assinados por Lopes Gama como diretor do Curso Jurídico de Olinda.

⁸⁷⁸ *Diário de Pernambuco* nº 103 (9/mai/1849), sessão do dia 5 de maio.

denunciou: “tem-se nos tirado os dois únicos recursos que temos para combater os atos do governo: a imprensa e a tribuna, os dois únicos recursos que nos concede o sistema que nos rege (...)”.⁸⁷⁹

Dessa forma, alguns fatos indicam que Lopes Gama, antes de eclodir a revolta, já não tinha mais atuação destacada no Partido Praieiro. Em primeiro lugar, ele não foi preso, nem tampouco impedido de assumir o mandato de deputado provincial em 1849. Ele não foi detido na antessala da assembleia, tal qual ocorreu com alguns deputados praiheiros. A repressão não recaiu sobre sua pessoa. Ele não era, portanto, alvo da repressão. Em segundo lugar, seu silêncio é sintomático. Enquanto José Caetano de Medeiros e J. A. de Figueiredo discursavam na tribuna, ele permanecia calado na plenária. Enquanto a resistência praieira denunciava os abusos da repressão, ele silenciava.⁸⁸⁰

Passados dois anos da Insurreição Praieira, contudo, Lopes Gama voltou a exercer importante papel na Sociedade Liberal Pernambucana, associação que reagrupou os antigos praiheiros e liderou a oposição aos guabirus. O Padre Carapuceiro, em 1851, foi o diretor do diário dessa sociedade, *A Imprensa*, o qual tinha como principal bandeira a convocação de uma constituinte.⁸⁸¹

Por outro lado, existem indícios que nos levam a crer que Lopes Gama, aos poucos, conseguiu se reposicionar no tabuleiro político e passou a ter trânsito dentro do governo pernambucano. Em 1851, ele foi nomeado diretor geral dos estudos da província. Era um cargo recém-criado e de grande importância, pois tinha a incumbência de organizar e gerir toda a educação primária e secundária pernambucana.

⁸⁷⁹ *Diário de Pernambuco* nº 103 (9/mar/1849), sessão de 5 de maio.

⁸⁸⁰ O requerimento de Medeiros foi rejeitado, pois a assembleia provincial era então dominada pelos guabirus. *Diário de Pernambuco* nº 110 (18/mar/1849), sessão de 10 de maio.

⁸⁸¹ Não foi possível consultar o diário *A Imprensa*. Consultaram-se, apenas, artigos do diário guabiru *A União*, os quais debatiam, de forma bastante agressiva, com Lopes Gama. Cf. *A União* nº 350, 353 (1851), 417, 486 e 497 (1852). Segundo essa documentação, Lopes Gama faria parte de uma comissão da Sociedade Liberal Pernambucana que foi, em 13 de abril de 1852, até a fortaleza do Brum pedir a assinatura de Filipe Lopes Neto, que ali se encontrava encarcerado por conta de sua liderança na Insurreição Praieira. O objetivo dessa comissão era oficializar o pedido de anistia de Lopes Neto a ser enviado ao imperador. Lopes Gama não fez parte dessa comissão por conta de seu estado de saúde. Sobre o diário *A Imprensa*, cf. Luiz do Nascimento. *História da Imprensa de Pernambuco*, v. II, pp. 67-73; Alfredo de Carvalho. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*, pp. 233-234. Suzana Cavani Rosas observa que a convocação de uma constituinte foi a proposta central da Sociedade Liberal Pernambucana até a ascensão do Gabinete da Conciliação, em 1853, presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão. A partir de então, os antigos praiheiros passaram apoiar a reforma eleitoral proposta pelo gabinete, deixando, gradualmente, de advogar pela constituinte. Essa reforma eleitoral, que ficou conhecida como lei dos círculos, foi aprovada em 1855 e instituiu o voto distrital. Cf. “Conciliação e reforma na imprensa praieira (1850/1856)”. *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 2004, pp 269-275.

Em outubro do mesmo ano, *O Diário de Pernambuco* recomendava uma lista aos eleitores que escolheriam a deputação provincial. Com o objetivo de lançar um “um denso véu sobre esse passado doloroso, que tanto nos tem prejudicado”, o jornal indicava, em primeiro lugar, o Barão da Boa Vista. A segunda indicação para que o eleitor fizesse uma boa escolha era a do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama. Dessa forma, passados dois anos da repressão à Insurreição Praieira, o Padre Carapuceiro já era indicado por um dos principais órgãos da imprensa baronista como segunda opção na lista de deputados provinciais.⁸⁸²

Contudo, já não restava mais muito tempo de vida ao polêmico padre. Lopes Gama faleceu no dia 9 de dezembro de 1852. O mundo que deixava era um mundo no qual os espaços de fazer política eram vários. O mundo que deixava era um mundo no qual sem um jornal, sem uma bancada parlamentar articulada, sem força na Assembleia Provincial, sem apoio nas ruas, seria impossível fazer política.

⁸⁸² *Diário de Pernambuco* n° 237 (20/out/1851).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1846, Lopes Gama publicou *Lições de Eloquência Nacional*. Tratava-se de um manual escolar que buscava ensinar “não a Retórica que geralmente se ensina em as aulas por Quintiliano (...)”, não a “Eloquência em geral, senão a Eloquência Nacional, (...) a Eloquência aplicada ao nosso idioma”.⁸⁸³ O livro foi adotado por diversas instituições de instrução pública do Brasil. Em 1851, foi publicada a segunda edição, sendo que, até o final do século, essa obra do Padre Carapuceiro ainda era utilizada no ensino público e privado.⁸⁸⁴

Lopes Gama, na introdução da obra, afirmou que não conhecia “estudo mais digno, estudo mais nobre, estudo mais interessante que o da Eloquência, e mormente, em nosso país, onde impera o Regime Representativo, onde a briosa Mocidade Brasileira tem de predispor-se e preparar-se para advogar na tribuna os interesses nacionais(...)”.⁸⁸⁵

Quando a Revolução Liberal eclodiu em Pernambuco, em 1821, o Padre Carapuceiro possuía uma habilidade que o distinguia de muitas outras pessoas, a habilidade retórica, tanto escrita como falada. Ele se valeu argutamente dessa habilidade adquirida nos claustros beneditinos para inserir-se em dois espaços incipientes que as revoluções políticas traziam: a imprensa e as assembleias legislativas. Pouco antes de morrer, ele deixava, baseado na sua própria experiência de vida, um recado à mocidade brasileira. A arte retórica, agora transformada e Eloquência Nacional, era uma habilidade imprescindível para um homem público. Sem apoio na imprensa, sem uma atividade articulada e eloquente nas assembleias legislativas, era impossível fazer política na década de 1850.

Havia, contudo, uma diferença entre a década de 1820 e a de 1850. Quando Lopes Gama se inseriu inteligentemente nos espaços públicos após a queda do último capitão-general de Pernambuco, imprensa e assembleias legislativas ainda não eram pilares da estrutura política. Quando Lopes Gama publicou seu primeiro jornal, em

⁸⁸³ Segunda edição. Pernambuco : Typographia de Santos e Companhia, 1851, p. 1.

⁸⁸⁴ Pode ajudar a explicar o sucesso de sua obra o fato de a primeira edição ter sido publicada no Rio de Janeiro, quando Lopes Gama era deputado geral (Editora F. de Paula Brito, 1846). Outro fato que ajuda a entender a ampla adesão dos professores primários e secundários a esse livro foram as propagandas que o *Diário Novo* fez, frequentemente, de *Lições de Eloquência Nacional* entre 1846 e 1848. Outra obra que serviu de manual escolar organizada por Lopes Gama foi publicada postumamente. *Selecta Clássica para leitura e analyse grammatical nas escolas de instrução elementar e para analyse oratória e poética nas aulas de retórica*. Pernambuco : Typographia de Santos e Companhia, 1866.

⁸⁸⁵ Segunda edição, p. 4.

1822, imprensa e assembleias legislativas eram espaços embrionários do novo Estado que se construía. Entretanto, quando Lopes Gama faleceu, em 1852, esses dois espaços já eram pilares estruturantes do Estado nacional brasileiro.

A primeira das considerações finais que pretendemos fazer é, portanto, que *Lopes Gama foi um agente construtor dos espaços públicos*. Foi uma opção individual dele colaborar na imprensa de forma praticamente contínua entre 1822 e 1852. Outra opção individual de Lopes Gama foi atuar, também de forma ininterrupta, na Assembleia Provincial a partir de 1835. É difícil precisar de que forma Lopes Gama conseguia seu sustento e o de sua família (sua irmã e seus sobrinhos). Provavelmente, grande parte de sua renda provinha de suas atividades como professor e diretor das instituições de instrução pública (Liceu, Colégio das Artes, Colégio dos Órfãos e Curso Jurídico). A atividade jornalística e as deputações provinciais e gerais, possivelmente, geravam dividendos apenas complementares para o Padre Carapuceiro. Se financeiramente sua atuação nos espaços públicos não era tão relevante assim, é impossível imaginá-lo sendo nomeado para dirigir instituições de ensino sem levar em consideração sua proeminência jornalística e sua atividade parlamentar. Lopes Gama ascendeu socialmente dentro dos espaços públicos. Lopes Gama destacou-se politicamente por conta de sua atuação nos espaços públicos. Ao se valer desses espaços, ele ajudou a consolidá-los.

Façamos, agora, nossa segunda consideração: *qualquer projeto político para ter sucesso no Brasil da primeira metade do século XIX necessitava de apoio nos espaços públicos e Lopes Gama elaborou, nesses espaços, diversos projetos para a nação*. Na primeira metade da década de 1820, ele contribuiu para a emergência do Brasil como nação autônoma, construindo a ideia de que esse território se tratava de uma unidade política soberana. Nesse mesmo período, o então monge beneditino teve importante atuação na consolidação de um Estado de tipo unitário e na derrota do projeto federalista. Além disso, após a Confederação do Equador, Lopes Gama foi um dos principais agentes políticos que legitimou, junto à sociedade pernambucana, a outorga da Carta de 1824, elaborando um processo de ressignificação semântica que transformou a Carta em Constituição. Em outros termos, a carta outorgada, de acordo com a campanha pública de Frei Miguel, foi aceita pela vontade da nação.

Entre 1829 e 1831, Lopes Gama foi um dos agentes públicos que consolidou uma importante diretriz para o Estado nacional brasileiro: a manutenção da Constituição de 1824. Segundo essa diretriz, qualquer caminho que não fosse a estrita manutenção do

texto constitucional era considerado um extremo político. A moderação e o meio-termo entre os funestos extremos – absolutismo de um lado, republicanismo do outro – estava inevitavelmente, no entender do Padre Mestre, no cumprimento das normas constitucionais. Ainda nos últimos anos do primeiro reinado, a campanha pública de Lopes Gama na imprensa foi importantíssima para a cristalização de um conceito basilar do nascente Estado nacional brasileiro, o conceito de soberania da nação. Segundo essa ideia, o imperador exercia o poder moderador e o executivo e a Assembleia Geral o legislativo. O exercício do poder, contudo, não poderia ser confundido com a origem do poder, com a fonte do poder, que estava na nação. Esta, por sua vez, não era composta por todos os cidadãos brasileiros, mas apenas pelos que possuíam direitos políticos.

No início do período regencial, a atuação pública de Lopes Gama foi importantíssima no sentido obstar mudanças políticas e sociais mais profundas no Brasil. Se existiram setores da sociedade que buscaram realizar essas profundas transformações aproveitando-se do ambiente conturbado que sucedeu o sete de abril, considerando pelos coevos uma revolução, Lopes Gama elaborou um projeto de revolução moral. Nesse projeto, as mudanças políticas mais profundas eram projetadas para o futuro. No presente, era preciso, apenas, preparar moralmente os cidadãos. Ademais, Lopes Gama, ao aderir ao federalismo, ajudou a esvaziar o conteúdo revolucionário desse movimento. Que fossem implantadas as reformas federais – defendeu publicamente Lopes Gama –, mas sem mudanças políticas e sociais profundas.

A partir de 1835, o Padre Carapuço teve importância fundamental na consolidação de um novo espaço estruturante dos espaços públicos, a Assembleia Provincial de Pernambuco. Ele foi deputado, ininterruptamente, entre 1835 e 1845. Dentro do incipiente legislativo local e na imprensa, ele ainda ajudou a efetuar as reformas institucionais pautadas pelo ideário regressista. Primeiramente, essas reformas – que visavam consolidar o sistema repressivo e de controle social – foram feitas na esfera provincial. A partir de 1838, o movimento regressista ganhou nítida liderança da deputação majoritária na Câmara dos Deputados. A partir de então, Lopes Gama apoiou o processo de centralização do judiciário, que tinha o mesmo objetivo de aprimorar o sistema de controle social, mas através de uma polícia e uma magistratura centralizada. Nesse período, *O Carapuço* fez importante campanha pública para justificar o retrocesso das instituições eletivas no Brasil. Cabe ressaltar, também, que sua primeira experiência parlamentar no Rio de Janeiro, em 1840, foi essencial para que ele,

publicamente, passasse a defender um aspecto do *regresso* que emanava da corte: a reabertura do comércio de escravos.

O Padre Carapuzeiro ainda transformaria radicalmente o teor de seus escritos públicos a partir de 1845. Nesse ano, ao aderir ao Partido da Praia, sua atividade na imprensa passou a estar preocupada, sobretudo, com a cooptação dos homens livres pobres da capital. Dessa forma, sua fase praieira pode ser considerada como a mais popular de sua carreira jornalística. Na década de 1840, ele ainda teve atuação destacada como deputado provincial guabiru e como deputado geral praieiro, ou seja, ele transitou por essas instituições estruturantes dos espaços públicos e, juntamente com seus correligionários, buscou extrair delas o máximo de vantagens para seu partido.

Essa aparentemente tortuosa trajetória pública de Lopes Gama sintetizada acima nos leva à terceira e última consideração. *O estudo da atuação de um indivíduo nos espaços públicos é capaz de mostrar que as ideias e práticas políticas não são construídas a partir de teorias pré-estabelecidas nem de obras doutrinárias, mas da ressignificação cotidiana que os agentes sociais faziam dessas teorias e obras.*

Por que a trajetória pública de Lopes Gama é *aparentemente* tortuosa? Porque seria muito simplista acusá-lo de ser uma pessoa sem princípios doutrinários. É impossível negar que esse indivíduo tinha uma imensa habilidade de se posicionar dentro dos projetos políticos vitoriosos. A única vez em que esteve ao lado do grupo derrotado, isto é, após a Insurreição Praieira, a repressão não recaiu sobre sua pessoa. No entanto, essa habilidade de se posicionar, na maior parte das vezes, ao lado dos projetos vitoriosos não pode ser atribuída apenas a um mero oportunismo político, não pode ser atribuída apenas a uma interesseira inconstância doutrinária. Grande parte dos homens públicos no Brasil da primeira metade do século XIX, uns mais outros menos, apresentaram essa mesma oscilação de ideias. Seriam todos eles oportunistas políticos? Alguns, talvez, tenham sido. Lopes Gama quiçá tenha sido. Contudo, como já afirmamos, as ideias e práticas políticas não são construídas a partir de princípios teóricos. Durante o processo de formação do Estado nacional brasileiro, as ideias e práticas políticas foram construídas cotidianamente nos jornais, nas tribunas parlamentares e nas ruas. Elas foram construídas no calor dos acontecimentos, na tensão de um embate parlamentar. Elas foram construídas em meio a uma aguerrida disputa “partidária” pelo poder. Elas foram construídas ao mesmo tempo em que motins urbanos, quarteladas e insurreições na zona rural desestabilizavam a sociedade. As

ideias e práticas políticas, naturalmente, transformavam-se de acordo com o momento vivido.

Como já afirmamos anteriormente, o Padre Carapuceiro faleceu em 1852, deixando um mundo no qual sem ter um jornal, sem ter uma bancada parlamentar articulada, sem força na Assembleia Provincial, sem apoio nas ruas, seria impossível fazer política. Quincas Borba, personagem de Machado de Assis, resumiu de forma precisa quais eram os principais meios de se promover politicamente no Brasil imperial. Seu amigo, Brás Cubas, não havia conseguido articular uma candidatura à Câmara dos Deputados, pois não acontecera um casamento arranjando com uma filha de um importante político que o apoiaria. Brás Cubas assim resumiu o conselho que Quincas Borba lhe deu: “Disse-me ele que eu não podia fugir ao combate; se me fechavam a tribuna, cumpria-me abrir um jornal”.⁸⁸⁶ A personagem machadiana, Brás Cubas, era uma pessoa derrotada por natureza e nem com um jornal afirmou-se politicamente. Não foi esse o caso de Miguel do Sacramento Lopes Gama. Se ele não foi um político de primeiro escalão, tal qual seu irmão, ele conseguiu projetar-se socialmente, sobretudo, por conta de sua atuação nos espaços públicos.

⁸⁸⁶ *Memórias Póstumas de Brás Cubas* [1881], capítulo 141.

ANEXO I – Cronologia da vida pública de Miguel do Sacramento Lopes Gama⁸⁸⁷

1793 – Nasce no Recife, em 29 de setembro, filho de João Lopes Cardoso Machado, natural de Lisboa, médico pela Universidade de Coimbra e delegado da Real Junta do Protomedicato e Pernambuco, e de sua mulher, Ana Bernarda do Nascimento, da família Fernandes Gama.

1805 – Ingressa como noviço no mosteiro de São Bento de Olinda, onde fez seus primeiros estudos.

1807 – Transfere-se para o mosteiro de São Bento da Bahia.

1808 – Professa-se em Salvador como monge beneditino.

1808-1815 – Regressa ao Recife em data desconhecida.

1817 – É nomeado lente de retórica do Seminário de Olinda pelo governador Luís do Rego Barreto, último capitão-general de Pernambuco.

1821- Sua cadeira de retórica no Seminário de Olinda é confirmada por carta régia assinada por D. João, já em Lisboa, a 20 de setembro de 1821 (eram os últimos dias de Luís do Rego Barreto em Pernambuco).

1822 – Inicia a publicação de *O Conciliador Nacional* a 4 de julho, dias depois da chegada de seu primo no Recife, Bernardo José da Gama, que vinha do Rio de Janeiro com a notícia da convocação de uma constituinte brasileira.

1823 – Provavelmente dirigiu o *Diário da Junta de Governo*, periódico oficial da Junta dos Matutos.

1824 – Após o fracasso da Confederação do Equador, dirige o *Diário do Governo de Pernambuco* e publica a segunda fase de *O Conciliador Nacional*; é nomeado por Lima e Silva, em 2 de outubro, para controlar o aparato tipográfico da província, tornando-se, pois, o responsável pelo fechamento da imprensa “livre” após a derrota militar da Confederação do Equador.

⁸⁸⁷Utilizou-se como base a cronologia feita por Evaldo Cabral de Mello. Realizamos, contudo, algumas inserções e alterações. *O Carapuceiro*: crônicas de costumes, pp. 27-28.

1825 – É nomeado visitador das escolas públicas e diretor do recém-criado Liceu, futuro Ginásio Pernambucano; redige a segunda fase de *O Conciliador Nacional*; é, muito provavelmente, o autor do folheto *Diálogo entre um corcunda, um constitucional e um federativo do Equador*.

1826 – Por motivos de saúde, retira-se à vida privada.

1829 – Regressa ao jornalismo; colabora no *Diário de Pernambuco* e em *O Constitucional* sob o pseudônimo de “Sonâmbulo” (até 1831).

1830 – Publica *O Popular*.

1832 – Inicia a publicação da primeira fase de *O Carapuceiro*, que durou até 1834; imprime *A coluneida*, sátira poética contra a Sociedade Colunas do Trono e do Altar; colabora em *O Federalista*, jornal oficial da Sociedade Federal (até 1833); as disciplinas de humanidades do Seminário de Olinda, inclusive a cadeira de retórica de Lopes Gama, são transferidas para o Colégio das Artes, anexo ao Curso Jurídico de Olinda.

1834 – Abandona a ordem beneditina, secularizando-se, pois precisava ajudar no sustento de sua irmã e seus sobrinhos; utiliza o *Diário da Administração Pública* como veículo de divulgação de suas ideias (até 1835).

1835 – Dirige o Colégio dos Órfãos; pela primeira vez assume a direção interina do Curso Jurídico de Olinda, cargo que assumiu, repetidas vezes, até o fim da década de 1840; é eleito deputado provincial pela primeira vez.

1837 – Publica três traduções: *Memórias sobre quais são os meios de fundar a moral de um povo*, de Destut Tracy; *Refutação completa da pestilencial doutrina do interesse propalada por Hobbes*, de Torombert; e *Princípios gerais de economia pública e indústria*, de Turanne; inicia segunda fase de *O Carapuceiro*, que duraria até 1842.

1838 - Inicia a segunda legislatura como deputado provincial.

1839 – Entra com pedido para jubilar-se (aposentar-se) do cargo de professor de retórica do Colégio das Artes; publica a tradução de *A religião cristã demonstrada pela conversão e apostolado de São Paulo*, de Lyttelton.

1840 – Como suplente, assume a cadeira de deputado geral por Pernambuco, indo, pela primeira vez, ao Rio de Janeiro; na Assembleia Geral, encaminha sua jubilação

(aposentadoria); inicia a divulgação de *O Carapuceiro na Corte* pelas colunas de *O Despertador*; é nomeado pelo Barão da Boa Vista titular da cadeira de Eloquência Nacional e Literatura do Liceu Pernambucano; publica a tradução do *novo curso de filosofia*, de Geruzes.

1841 – De sua autoria, publica *A farpeleira* e a sátira intitulada *Código criminal da semi-república do Passamão na Oceania*.

1842 – Inicia sua quarta legislatura como deputado provincial.

1844 – Inicia sua quinta legislatura como deputado provincial; colabora, durante as violentas eleições ocorridas entre setembro e outubro, no jornal *O Pernambucano*.

1845 – Publica *O Sete de Setembro*; é eleito deputado geral por Alagoas; converte-se ao Partido da Praia.

1846 – Tem destacada atuação da Câmara dos Deputados; colabora no jornal fluminense *Jornal do Comércio* sob o pseudônimo de “Aristippo”; publica no Rio de Janeiro as *Lições de Eloquência nacional*, em dois volumes.

1847 – É, novamente, diretor interino do Curso Jurídico de Olinda; publica a última fase de *O Carapuceiro*.

1849 – Assume como suplente a cadeira de deputado provincial.

1850 – Publica *Observações críticas sobre o romance do sr. Eugênio Sue, “O judeu errante”* e a tradução de *Uma lição acadêmica sobre a pena de morte*, de Carmignani.

1851 – É nomeado diretor geral da instrução pública de Pernambuco; dirige o diário *A Imprensa*, periódico oficial da Sociedade Liberal Pernambucana.

1852 – Escreve na *Marmota Fluminense*; publica a tradução de *Os deveres dos homens*, de Sílvio Pellico; falece no Recife, em 9 de dezembro.

FONTES

Abreviações dos arquivos

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco) – APEJE

Biblioteca Nacional – BN

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Biblioteca Pública de Pernambuco – BBP

Acervo digital da Brasileira/USP (www.brasiliana.usp.br) – BRASILIANA

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (memoria.bn.br) – HDB

Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – AALEP

Periódicos escritos integralmente por Lopes Gama

- *O Conciliador Nacional* (1822-1823) – coleção bastante incompleta – BN e APEJE.

- *O Popular* (1830) – coleção completa – IAHGP.

- *O Carapuceiro* (1832 a 1842) – coleção completa – GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro*. Edição Facsimilar da Coleção do Jornal (1832-1842). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

- *O Carapuceiro* (1847) – coleção completa – APEJE.

- *O Sete de Setembro* (1845-1846) – um exemplar nos arquivos – APEJE. Usaram-se as transcrições do jornal que Amaro Quintas fez em sua obra (*O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958), os comentários que o jornal *O Lidador* fez em relação a esse periódico de Lopes Gama (foi comum esse jornal guabiru escrever uma seção intitulada “Revista dos jornais da Praia”, na qual resumia e contestava as ideias dos jornais praieiros) e as transcrições de artigos de *O Sete de Setembro* feitas pelo *Diário Novo*.

Periódicos dirigidos por Lopes Gama

- *Diário da Junta de Governo* (1823) – coleção incompleta – FUNDAJ, BRASILIANA e APEJE.

- *Diário do Governo* (1824) – um exemplar – APEJE.

- *Diário do Governo de Pernambuco* (1825) – um exemplar – APEJE.

Periódicos em que Lopes Gama colaborou

- *O Constitucional* (1829-1831) – coleção quase completa – BN

- *O Federalista* (1831-1832) – coleção incompleta – BN e APEJE.

-*Diário da Administração Pública de Pernambuco* (1834-1835) – coleção completa – APEJE.

-*O Pernambucano* (1844) – coleção completa – APEJE.

-*O Diário de Pernambuco* (1825-1853). Coleção Completa – APEJE, FUNDAJ e BN.

-*Diário Novo* (1842-1849) – coleção completa – HDB.

-*O Liberal Pernambucano* (1852) – IHAGP.

Periódicos que antagonizaram com Lopes Gama

-*Segarrega* – coleção incompleta – FUNDAJ

-*O Amigo do Povo* (1829-1831) – coleção quase completa – BN

-*O Cruzeiro* (1829-1831) – coleção quase completa – BN

-*A Carranca* (1845-1847) – coleção quase completa – HDB

-*A União* (1848-1852) - coleção quase completa – HDB

- *O Lidador* (1845-1846) – coleção quase completa – BN

-*Sentinela da Liberdade* (1821-1835) - Extraído da obra organizada por Marco Morel (*Sentinela da liberdade e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008).

Obras de autoria de Lopes Gama

- *Lições de Eloquência Nacional*. Rio de Janeiro: Editora F. de Paula Brito, 1846. – BN

-*Lições de Eloquência Nacional*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1851. – BBP

-*Selecta Clássica para leitura e analyse grammatical nas escolas de instrução elementar e para analyse oratória e poética nas aulas de retórica*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1866 – BBP.

Folhetos de autoria de Lopes Gama

- *Diálogo entre um corcunda, um constitucional e um federativo do Equador*, in: PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador: um raro e curioso documento*. São Paulo, 1975 [1825]. O original está na BN. Autoria atribuída a Lopes Gama.

- *A Columneida*. Poema herói-cômico em quatro cantos (1832). O original não existe. Existem apenas longos trechos citados na obra de Luís Delgado (*Lopes Gama: textos escolhidos*) e em uma breve biografia de Lopes Gama escrita por Alfredo de Carvalho (*Almanaque de Pernambuco para o ano de 1904*).

Folhetos que antagonizaram com Lopes Gama

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Cartas de Pítia a Damão”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

Outros folhetos

BARRETO, Francisco Ferreira. *Oração de acção de graças que na solemnidade do juramento do projecto, como constituição política do império, que mandou celebrar o Senado da Cidade do Recife, no dia 1º de Dezembro, anniversario da faustíssima coroação, e sagração de S.M.I.C., Na Igreja Matriz do SS. Sacramento de Santo Antônio do Recife*. Recife: Typografia Nacional, 1825 – APEJE.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Resposta às calúnias e falsidades da *Arara Pernambucana*, redigida por José Fernandes Gama, preso na corte do Rio de Janeiro”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo : Ed. 34, 2001.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. “Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GAMA, Bernardo José da. *Memória sobre as principaes cauzas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos, e reunir as suas províncias*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1822 – APEJE.

GAMA, Bernardo José da. *Recordações ao governo da província de Pernambuco, por um seu compatriota*. Rio de Janeiro : Impressão Nacional, 1822 – BN.

Folhetos traduzidos por Lopes Gama

-*Memória sobre quais são os meios de fundar a moral de um povo*, de Ms. Conde Desttut de Tracy. Recife, Typ. Fidedigna, 1831 – APEJE.

- *A Religião Christã demonstrada pela conversão e apostolado de S. Paulo por Lytelton*. Recife : Typ. de M. F. de Faria, 1839. APEJE.

-*Uma lição acadêmica sobre a pena de morte*, de Carmignani. Recife : Typographia de M. F. de Faria, 1850 – APEJE.

Manuscritos

-Série documental *Instrução Pública (1825-1853)* – APEJE.

-Série documental *Escolas Superiores (1828-1842)* – APEJE.

- Série documental *Registro de Provisões* - APEJE.

-Arquivo Histórico Ultramarino- Projeto Resgate [CD-ROM].

Atas da Assembleia Provincial de Pernambuco

- *Diário de Pernambuco (1835-1844)* – APEJE, FUNDAJ e BN.

Anais da Assembleia Provincial

-*Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do anno de 1845*. Pernambuco : Typographia da Província, 1889 – AALEP.

-*Diário de Pernambuco* (1843 a 1845 e 1849) – APEJE, FUNDAJ e BN.

Leis provinciais

-*Coleção de Leys, Decretos, e Resoluções da Província de Pernambuco dos Annos de* (...). Tomo I ao XIV. Recife : Typ. de M. F. de Faria, 1836 a 1849 – AALEP.

Annaes do Parlmento Brasileiro (Câmara dos Srs. Deputados).

-Disponível no site:

www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/pesquisadiariosanais.html

Outras documentações publicadas

Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, v. CII.

Atas do Conselho do Governo de Pernambuco. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCIDES, Sérgio. *Estes penhasco*. Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773. São Paulo: Hucitec, 2003.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império” in NOVAIS, Fernando (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. V. 2. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império : questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Federalismo e região: dois breves estudos*. Maceió: EFUFAL, 1997.
- ALMEIDA, Luís Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal, 2008.
- ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. Campo Grande/Campinas: Ed. UFMS/Autores Associados, 2001.
- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1965, vol. 85.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife: Editora Conquista, 1965.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada*. Recife : Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco e a revolta de Pinto Madeira*. Recife: Editora Nordeste, 1953.
- ARAÚJO, Cícero. “Bentham, o Utilitarismo e a filosofia política moderna”, in: Atilio A. Boron. *Filosofia política moderna : de Hobbes a Marx*. São Paulo : EDUSP, 2006.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “A experiência do tempo na formação do império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização”. *Revista de História (USP)*, v. 159, pP. 105-132, 2008.
- ARENDT, Hanah. *Sobre a revolução*. São Paulo : Companhia das Letras, 2011 [1963].
- ARMAND, F.; MAUBLANC, R. (orgs.). *Fourier*. México: Fondo de Cultura Economica, 1940.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil, desde a chegada da família real de Bragança em 1808 até a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.
- ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho*. A formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ARRIBAS, Javier Domingues. “El Enemigo unitário en el discurso rosista (1829-1853). *Anuário de Estudios Americanos*. Tomo LX, 2, 2003.
- BAKER, Keith Michael Baker “Soberania”, in: FURET, François; OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais* (São Paulo: Hucitec, 2010).

BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte Imperial*, Ed. da Fgv, 2001.

BASILE, Marcello Otávio. “Unitários e federalistas: a ‘questão federal’ na imprensa da Corte”, in: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

BASILE, Marcello Otávio. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. 2004. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

BASILE, Marcello Otávio. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo* (UFF). Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, janeiro de 2007.

BASILE, Marcello Otávio. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. 2004. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios de moral e legislação* [edição incompleta]. São Paulo : Abril, 1983 [1789].

BENTIVOGLIO, Júlio C.. “Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no império”. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 3.

BENTIVOGLIO, Júlio C. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II.” *Esboços* (UFSC), v. 17, p. 187-222, 2010.

BENTIVOGLIO, Júlio C. “Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade.” *História* (UNESP), v. 29, p. 248-267, 2010.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato : Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo : Hucitec/FAPESP, 1999.

BERBEL, Márcia Regina. “A retórica da recolonização”, in: István Jancsó(org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

BERBEL, Márcia Regina. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)”. *Revista de Indias*, v. LXVIII, 2008.

BERBEL, Márcia Regina. “Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): nação, identidade e vocabulário político”, in: JANCÓS, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí : Hucitec/FAPESP/Unijuí, 2003.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política : Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo : Hucitec /Fapesp, 2010.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. “Pernambuco e o Império (1817-1822): sem constituição soberana não há união”, in: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

BERNARDES, Denis. *A ideia do pacto e o constitucionalismo em Frei Caneca*. São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1996.

BERNARDES, Denis. *O patriotismo constitucional*. Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife : UFPE, 2006.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002.

BLACKBURN, Robin. *A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Estampa, 1991.

BORDIEU, Pierre. “A ilusão Biográfica”, in: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, s.d.

BOTO, Carlota. *A Escola do Homem Novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BRANDÃO, Ulysses. *Confederação do Equador, 1824-1924*. Recife: Governo de Pernambuco, 1924.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. “*Viva a Libertê!*”: Cultura, Política Popular, Revolução e Sentimento Patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790 – 1824. Dissertação de mestrado (História) Recife: UFPE, 2008.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina : Projeto Petrônio Portella, 1985.

BUCHBINDER, Pablo. “De la letra de la constitución a la realidad delas prácticas: formas de construcción del estado y la ciudadanía en tres estados rio-platenses durante la primera mitad del siglo XIX”. *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo 65, 1, 2008.

BURKE, Peter. “A esfera pública 40 anos depois”. *Folha de São Paulo*, 24/03/2002, Caderno Mais!

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. “Tocqueville e a Revolução”, in: *As aventuras do pensamento*. Curitiba : Ed. da UFPR, 1993.

CABRAL, Flávio José Gomes. “Vozes públicas’: as ruas e os embates políticos em Pernambuco na crise do Antigo Regime Português (1820-1821)”. *Saeculum – Revista de História*, v. 13, João Pessoa, jul/dez. 2005.

CALDEIRA, Jorge (org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830-1870*. Tese de doutorado (História). Recife, UFPE, 2012.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “O Recife e os motins antilusitanos nos anos que antecederam a Insurreição Praieira: o aprendizado protesto popular e outras variações”.

Cadernos de História. Ano IV, nº 4. Recife, UFPE, 2010.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira”. *Almanack Brasiliense*. Nº 6. São Paulo, novembro de 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CANÊDO, Leticia Bicalho. “Aprendendo a votar”, in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

CARNEIRO, Edison. *A insurreição Praieira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960

CARVALHO, Alfredo de. “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama”, in: *Almanach de Pernambuco para o anno de 1904*. Recife : Imprensa Industrial, 1903.

CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821 a 1908*. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas (1817-1824)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombra*. A política Imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo e centralização no império brasileiro: história e argumento”, in: Idem. *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marcus J. M. “A República dos Afogados: a volta dos liberais após a Confederação do Equador”. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “O ‘cálculo dos traficantes’: o tráfico atlântico de escravos para Pernambuco (1831-1850)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 158, n. 396, jul/set, 1997.

CARVALHO, Marcus J. M. “A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848.” *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 27, p. 151-167, 2009.

CARVALHO, Marcus J. M. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

CARVALHO, Marcus J. M. “O traficante, a mulher do vizinho e o chicote inglês”. *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. “Os nomes da Revolução: lideranças populares da Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45. São Paulo, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M.. “O outro lado da Independência: Quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brasil), 1817-23.” *Luso-Brazilian Review*, University of Wisconsin Press, v. 43, n. 1, p. 1-30, 2006.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. “O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco”, in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M.. “‘Aí vem o capitão-mor’: As eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil imperial”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, 2002, v. 7, n. 13, pp. 157-187.

CARVALHO, Marcus J. M.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “A insurreição praieira”. *Almanack Braziliense*, n.8, novembro de 2008.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo Global, 2003.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. São Paulo Global, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo-Brasília : Ed. Nacional-I.N.I., 1977.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana, 1831-1840”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CASTRO, Paulo Pereira de. “Política e administração entre 1840 e 1848”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2.

CAVALCANTI, Orlando. *Gente de Pernambuco*. Recife: 2000.

CHACON, Vamireh. “Royer-bollard e Destutt de Tracy: liberais quase esquecidos”. *Revista Brasileira de Filosofia*, v. L11, n. 204, pp. 361-368, 2002.

CHACON, Vamireh. “Federalismo Aparente e Unitarismo Permanente.” *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 42, p. 41-53, 1976.

CHARTIER, Roger. “Textos, impressão e leitura”, in: HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo : Editora Unesp, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados*. Origens da nação argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Legalidad constitucional o caudillismo: el problema del orden social en el surgimiento de los estados autónomos del litoral argentino en la primera mitad del siglo XIX”. *Desarrollo Económico*, Vol. 26, No. 102 (Jul. - Sep., 1986).

CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, in JANCOS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

CIARALLO, Gilson. “O Tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política.” *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 19, 2011.

CIARALLO, Gilson. “Autonomização dos poderes espiritual e temporal no Brasil do século XIX: extinção do padroado e secularização da esfera política.” *Universitas Humanas*, v. 7

Constituições do Brasil. São Paulo : Atlas, 1979.

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CORRÊA, Carlos Humberto P. “A presidência de província no Império”. *Anais da XXIV reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 2004.

COSER, Ivo. “O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 4, 2008.

COSER, Ivo. “Federalismo”, in: JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte : Editor UFMG, 2009.

COSTA, Craveiro. *O Visconde de Sininbú*. Sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1937.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife : Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco”. *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco*, n. 39. Recife: Typographia de F. P. Boulitreau, 1881.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Editora do Brasil, 1976.

COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”, in: Istvan Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005.

CRUZ, Fábio Santiago Santa. *Em busca da conciliação: ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese de doutorado (História). Brasília: UnB, 2008.

CUNHA, Pedro Otávio Carneiro da. “A fundação de um império liberal”, in: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

DARLING, Arthur B.. “Jacksonian Democracy in Massachusetts, 1824-1848”. *The American Historical Review*, v. 29, n. 2, janeiro de 1924.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

DELGADO, Luiz. *Lopes Gama: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

DESIREÉ, Eneida Salgado; GABARDO, Emerson. “O processo eleitoral no Brasil Império”. Paraná eleitoral, nº 47, janeiro de 2003.

DOLHNIKOF, Miriam. “As elites regionais e a construção do Estado”, in JANCOS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

DOLHNIKOF, Miriam. “Representação na monarquia brasileira”. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.9, p.43, maio de 2009.

DOLHNIKOF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo : Globo, 2005.

DOLHNIKOF Miriam. “O governo representativo no Brasil do século XIX”. *Anais da I Semana Internacional da Amazônia Tocantina / IV Encontro de História da Amazônia Tocantina*. Cametá, 5 a 8 de julho de 2011.

DOLHNIKOF Miriam. “Império e governo representativo: uma releitura”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, Jan./Abr. 2008.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro : Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1984.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império*: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico. Dissertação de Mestrado (História Social). São Paulo : USP, 2010.

FALCON, Francisco Jose Calazans. *Época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ativa, 1982.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2009.

FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças: espaço público e periodismo político no tempo das regências (1831-1842)*. Dissertação de Mestrado (História). Curitiba, UFPR.

FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840)”. *Revista Aulas*, n. 2, out./nov.2006.

FELDMAN, Ariel. “Os múltiplos espaços de discussão política: ampliação e diversificação da esfera pública no período regencial (1831-1840)”, In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. (Org.). *De um Império a Outro: Formação do Brasil, Séculos XVII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 319-328.

FELDMAN, Ariel. “Uma crítica às Instituições representativas do período das regências (1832-1840)”. *Almanack braziliense*, n. 4, nov. 2006.

FELDMAN, Ariel. “A cidadania no final do primeiro reinado (1830): Lopes Gama e as instituições representativas”, In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (Orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Rogério. “As Cortes Constituintes da nação portuguesa e a educação pública”, in: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: V. II – Século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. “O Federalismo luso-americano revisitado: o balanço das autonomias nas Cortes de Lisboa”. Anais do XIX encontro regional de História. ANPUH, São Paulo, 2008.

FICK, Carolyn E.. “A Revolução Francesa em São Domingos: um triunfo ou um fracasso?”, In: D.Gaspar, D.Geggus (ed). *A Turbulent Time. The French Revolution and the Greater Caribbean*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

FILHO, João Carlos Escosteguy. *Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado (História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

FIORAVANTE, Maurizio. *Constitucion*. De la antigüidad a nuestros días. Editorial Trotta, 2001.

FLORY, Thomaz. *El juez de paz y el jurado en el brasil imperial, 1808-1817: control social y estabilidad política en el nuevo estado*. México : Fondo de Cultura Económica, 1986.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “Contribuição para o estudo da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840)”, in: RIBEIRO Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “‘Bússola da liberdade’: federação e república na imprensa pernambucana”, disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/node/778> [acesso em setembro de 2011].

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “O ideário republicano de Antonio Borges da Fonseca”. Texto apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “Federação e República na imprensa baiana (1831-1836)”, in: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “História e Memória: Os relatos da Confederação do Equador (1824-1924)”. *Maracanan* (Rio de Janeiro). Ano III, n.1, janeiro 2005/março 2007.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “A República em negativo: o sistema conceitual do padre Carapuceiro”. *Almanack*. Guarulhos, n.03, p.99-115, 1º semestre de 2012.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “Em Pernambuco os que oram também lutam: a imprensa abatinada e seus embates conceituais (1829-1831)”. *Pós-História* (Assis), n. 13/14, 2005/2006.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. “A América como um conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832.” *Cadernos do CHDD*. Centro de História e Documentação Diplomática (FUNAG), v. IV, p. 57-70, 2005.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira Brito. “Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)”. *Saeculum*. [14]. João Pessoa, jan./jun. 2006.

FREYRE, Gilberto. “O Padre Carapuceiro”, in: VALENTE, Waldemar. *O padre Carapuceiro: crítica de costumes na primeira metade do século XIX*. Recife: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

FREYRE, Gilberto. “Um ortodoxo brasileiro do século XIX”. *Jornal do Comércio*. Recife, 17 de setembro de 1942.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. v. III. Rio de Janeiro : José Olympio, 1951.

FREYRE, Gilberto. *Engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1960.

FRIERO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. Belo Horizonte, 1954.

FURET, François. “O sistema conceptual da Democracia na América”, in: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GARRET, João Baptista da Silva Leitão de Almeida. “Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convém na nova ordem de coisas do mundo civilizado [1830]”, in: Idem. *Obras completas de Almeida Garret*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904.

GODECHOT, Jacques. “A Independência do Brasil e Revolução no Ocidente”, in: Carlos Guilherme Motta. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. “Assembléia Provincial do Espírito Santo e Governo Geral do Brasil: relações políticas (1835-1840)”. *Revista Ágora*. Vitória. Nº 11, 2010.

GOUVÊIA, Maria de Fátima. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GOUVÊIA, Maria de Fátima. “Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira, Rio de Janeiro, 1820-1850”, in: *Almanack Brasiliense*. Nº 07, maio de 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GREENE, Jack. “Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativa”. *Almanack Brasiliense*. Nº 4, novembro de 2006.

GUERRA, Flávio. *O Conde da Boa Vista e o Recife*. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid : Editorial MAPFRE México : Fondo de Cultura Económica, 1993.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos”. *Estudos Históricos*, 1998/1.

GUINZBURG, Carlo. *Queijos e vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, Jonh. *O Federalista* [1787-1788]. Brasília : Universidade de Brasília, 1984.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia: 1680-1715*. Lisboa: Cosmos, 1948.

HESPANHA, Antônio Manuel. “Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre Antigo Regime e liberalismo”, in: JANCOS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003, pp. 93-108.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Guiando a mão invisível*. Direito, Estado e Lei no Liberalismo monárquico português. Coimbra : Livraria Almedina, 2004.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HOBBSAWM, Eric J.. *A Era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”, in: Idem (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. I. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 9-39.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

HÖRNER, Eric. Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo, 1838-1844. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo, USP, 2005.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

IONESCU, Ghita (org.). *El pensamiento político de Saint-Simon*. Cidade do México : Fondo de Cultura Económica, 1983.

IZECKSOHN, Vitor. “Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão”. *Topoi*. Rio de Janeiro, março de 2003.

JANCOS, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” in: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem*

incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil: colônia e império.* São Paulo: Brasiliense, 2007.

JÚNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti Junior. *Praieiros, guabirus e “população”*: as eleições gerais de 1844 no Recife. Dissertação de mestrado (História). Recife: UFPE, 2001.

KANT, Emanuel. “Respuesta a la pregunta: Que es ilustración?”, in: MAESTRE, Agapito (org.) *Que es Ilustración?* Editora Tecnos, s.d.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para uma semântica de los tiempos históricos.* Barcelona : Ediciones Paidós, 1993.

KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Rio de Janeiro : EDUERJ, 1999.

KRAAY, Hendrink. “A visão estrangeira: a independência do Brasil (1780-1850) na historiografia européia e norte-americana”, in: Istvan Jancsó. (org.) *Independência: história e historiografia.* São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 1986.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

LEITE, Glacyra Lazzary. *Pernambuco 1824: a Confederação do Equador.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários.* Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

LEME, Marisa Saenz. “Dinâmicas centrípeta e centrífuga na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo.” *Revista Brasileira de História*, v. 28, p. 197-215, 2008.

LEME, Mariza Saenz Leme. “Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de independência: o Conciliador Nacional em Pernambuco”. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.* São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LEVY, Giovanni. “Usos da biografia”, in: Marieta de Moraes Ferreira; Janaína Amado (orgs.). *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, s.d..

LEWIS, Gordon K. Lewis. “The Ideas of the Christian Socialists of 1848.” *The Western Political Quarterly*, Vol. 4, No. 3 (Sep., 1951), University of Utah.

LIMA, Ivana Stolze. “Entre a língua nacional e a fala caçanje: representações sociais sobre a língua do Rio de Janeiro Imperial”. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz.* Londrina : Editorial Mídia, 2005.

LIMA, Ivana Stolze. “Imprensa, língua e nação nas Regências”, in: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira Brito. *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

LINDOSO, Dirceu Lindoso. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LISBOA, José da Silva. *Extractos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro : Impressão Régia, 1812.

LISBOA, José da Silva. *Extractos das obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke por José da Silva Lisboa*. Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1822.

LOPES, José Reinaldo de Lima. “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade de século XIX”, in: István Jancsó. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Injuí : Hucitec/FAPESP/Unijuí, 2003.

LUNA, Lino do Monte Carmelo. *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano*. Pernambuco: Typografia de F. C. de Lemos e Silva, 1857.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência: 1821-1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LYNCH, Christian Edward C.. “O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)”. *Lua Nova: revista de cultura e política*. Nº 74. 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. “O público e o privado no Brasil Imperial”. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. “Pátria do cidadão: A concepção de pátria/nação em Frei Caneca”. *Revista Brasileira de História*., 1998, vol.18, n.36.

MACHADO, André Roberto de Arruda. “As ‘reformas em sentido federal’. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional.” *Revista Estudos Amazônicos* (Belém). Vol. IV, nº 1, 2009.

MACHADO, André Roberto de Arruda. “Apontamentos para o estudo da reinvenção do Estado do Grão-Pará”, in: Wilma Peres Costa; Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *De um império a outro*. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec, 2007.

MACHADO, Teobaldo. *As insurreições Liberais em Goiana a participação do clero, revoluções em goiana*. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes/FUNDARPE, 1990.

MACMAHON, Darrin M.. *Enemies of the Enlightenment*. The French Couter-Enlightenment and the Making of Modernity. New York : Oxford University Press, 2001.

MALERBA, Jurandir. “As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.99-126, 2005.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio : civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas”, in: Marco A. Pamplona; Maria Elisa Mäder. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL Márcia R.. “A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pós-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)”, In: Claudia Maria das Graças Chaves; Marco Antonio Silveira. (Org.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, v. 1.

MARSON, Isabel. *Revolução Praieira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARSON, Isabel. *O império do progresso: revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARSON, Isabel. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Lemos e Silva, 1853.

MATTOS, Ilmar R. de; ALBUQUERQUE, Luis Afonso de. *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.

MATTOS, Ilmar R. De; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

Ilmar R. Mattos. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Brasiliense*, vol 1, maio de 2005.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. O paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *O Carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. “A pedra no sapato”. *Folha de São Paulo*. 4 de janeiro de 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra Independência”, in: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo : Ed. 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. Companhia das Letras, 1989.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Economia e Sociedade no 2º. Reinado. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1996.

MELLO, Janaina Cardoso de. “Textos infames, discursos profanos: a construção de uma cidadania polimorfa nos periódicos políticos oitocentistas no Brasil e Portugal”. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2009, Fortaleza/CE.

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife : Typ. de Manoel Figueroa de Faria & Filhos, 1895.

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco / Editora Universitária, 1973.

MELO, Antônio Joaquim de. *Biografia de alguns poetas, e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife : Typographia Universal, 1856.

MELO, Antônio Joaquim de. *Obras religiosas e profanas do vigário Francisco Ferreira Barreto*. Recife: Typ. Mercantil, 1874.

MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira, 1848 e 1849*. Brasília : Senado Federal, 1978.

MONTEIRO, Tobias. *Historia do Império*. O primeiro reinado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MORAIS, Alexandre José de Mello. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte: Itatiaia/ EDUSP, 1982.

MOREIRA, Keila Cruz. “Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir”. *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia, 17 a 20 de maio de 2006.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império*. Tese de doutorado (História). Belo Horizonte, UFMG, 2011.

MOREL, Marco. “Nação e revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”, in: Cláudia Maria das Graças Chaves & Marco Antonio Silveira. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MOREL, Marco. “As ideias mudam com os lugares: o Brasil entre a França, a Península Ibérica e as américas na crise dos anos 1830-1831”. *Cadernos do CHDD* (Centro de História e Documentação Diplomática), nº especial, Brasília, 2005.

MOREL, Marco. “O abade Gregoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”. *Almanack Braziliense*. n. 2, novembro de 2005, pp. 76-90.

MOREL, Marco. “Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830”. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7letras, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos* imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MOREL, Marco. *O período das Regências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOREL, Marco (org.). *Sentinela da liberdade e outros escritos* (1821-1835). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, D&PA, 2003.

MOSER, Jeffrey C.. “Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835”. *Luso-Brazilian Review*, XXXVII. Board of Regents of the University of Wisconsin System, 2000.

MOSER, Jeffrey C.. “Political Mobilization, Party Ideology, and Lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850”. *Hispanic American Review*. 80:4. Duke University Press, 2000.

MOSER, Jeffrey C.. *Political Struggle, Ideology and State Building*. Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850. Lincoln : University of Nebraska Press, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOURA, Denise. “A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império”, *Revista de História Regional*, Vol. 4, n. 1, Verão 1999.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, sem data.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco(1821-1954)*, 9 vols. Recife: UFPE, 1969.

NASCIMENTO, Milton Meira do. “O contrato social – entre a escala e o programa”. *Discurso*, São Paulo, V. 17, 1988.

NASCIMENTO, Milton Meira do. “Rousseau, a revolução e os nossos fantasmas”. *Discurso*, São Paulo, V. 13, 1983.

NASCIMENTO, Milton Meira do. “O legislador e o escritor político, duas formas de aproximação da opinião pública em Rousseau”. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 38, n. 96, p. 94-103, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D.. “Formação dos partidos políticos no Brasil da regência à conciliação, 1831-1857”. *Almanack Brasiliense*. Nº 10. São Paulo, novembro de 2009.

NEEDELL, Jeffrey. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford : Stanford University Press, 2006.

NERY, Diego Henrique Barros. “O Uso da Concepção de Progresso como Arma Política em Pernambuco(1837-1850)”, in *Anais do XIII Encontro Estadual de História, Paraíba, ANPUH-PB*, s.d.

NERY, Diego Henrique Barros. “O uso de periódicos pernambucanos na construção de estratégias políticas (1842-1850)”. *Anais do I Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História*. Recife, UFPE, 2008.

NERY, Diego Henrique Barros. “Representações do Progresso em Lopes Gama (1832-1842)”. *Anais V Simpósio Nacional Estado e Poder: Hegemonia*. Rio de Janeiro, 2008.

NERY, Diego Henrique Barros. *Representações do progresso e a cultura inscrita no periódicos pernambucanos (1837-1850)*. Dissertação de mestrado (História). Recife, UFRPE, 2010.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. “Cidadania e participação política na época da independência do Brasil”. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. “Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)”, in: Jr. Feres & Marcelo Jasmin (org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil”. in: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo : Hucitec / Fapesp, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro : Revan : FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Constituição, usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2009.

NORA, Pierre. “Nação”, in: in: FURET, François; OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro*. Os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. Dissertação de mestrado (História). São Paulo, USP, 2009.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. *Astúcia liberal*. São Paulo : Universidade São Francisco, 1999.

OTÁVIO, José. *Violência e repressão no Nordeste (1825/32)*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

PALLARES-BURKE, Mária Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo : Editora Unesp, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator. O teatro das luzes – Diálogo e Imprensa no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

PALMER, Robert R.. “A revolução”, in: C. Vann Woodward (org). *Ensaio comparativos sobre a história americana*. São Paulo: Cultrix, 1972 [1968].

PARAHYM, Orlando. *O Conde da Boa Vista*. Separata do Caderno Moinho do Recife. Edição de janeiro de 1971.

PARRON, Tâmis. “Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1-2-3, 2007.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2009.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002

PERIOTTO, Marcília Rosa. “O jornal ‘O Carapuceiro’ (1832-1845): uma leitura na perspectiva da história da educação”. *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil*, 2007.

PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro (org.). *Diálogo entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo do Equador: um raro e curioso documento*. São Paulo, 1975.

PESSOA, Urbano Sabino. *Apreciação da revolta praieira em Pernambuco*. Brasília: Senado Federal, 1978.

PILBEAM, Pamela. “Dream Worlds? Religion and the Early Socialists in France.” *The Historical Journal*, Vol. 43, No. 2 (Jun., 2000), Cambridge University Press.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

PIMENTA, João Paulo Garrido. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense*, n. 3, maio de 2006.

PIMENTA, João Paulo Garrido. “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”. *História da Historiografia*, v. 3, Ouro Preto, 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “História”, in: João Feres Júnior (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, v. 1.

PORTO, José da Costa. *Os tempos da Praieira*. Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife,

1981.

PRZEWORSKI, Adam. "Consensus and Conflict in Western Thought on Representative Government". Revised paper prepared for the 2006 Beijing Forum, 2006.

QUINTAS, Amaro. "Agitação republicana no nordeste", in: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2.

QUINTAS, Amaro. "O nordeste, 1825-1850", in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

QUINTAS, Amaro. *A Revolução de 1817*. Recife : José Olympio / FUNDARPE, 1985.

QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama Político*. Recife : Imprensa Universitária, 1958.

QUIRINO, Célia Galvão. "Tocqueville: sobre a liberdade e igualdade", in: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. v. II. São Paulo : Ática, 1989.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o anno de 1821 até 1835*. Rio de Janeiro : Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

REMOND, René. *História dos Estados Unidos*. São Paulo : Difusão Europeia do Livro, 1961.

RENAN, Ernest. "O que é uma nação?". *Revista Aulas*, n. 1, ago./nov. 2006.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas : Editora da Unicamp, Cecult Ifhc, 2001.

RICCI, Magda. "Nação e revolução: a Cabanagem e a experiência da 'brasilidade' na Amazônia", in: Rafael Chambouleyron e José Luiz Ruiz-Peinado Alonso. *T(r)ópicos de História*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. "Uma fábrica de carapuças". *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 170, ano XXX, julho/setembro 1998, pp. 209-214.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. Campinas: Pucc, 1995.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. Um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: imprensa oficial do Estado, 1988.

ROCHA, Antônio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção*

historiográfica. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Silvestre. “Caminhos e descaminhos da nacionalização do exércitos”. *Almanack Brasiliense*, n. 3, maio de 2006.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. “‘Tratados extorquidos’: considerações de Raimundo José da Cunha Mattos acerca do tratado do fim do tráfico negreiro para o Brasil”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”, in: *Revista Brasileira de História*. V. 15, n. 30, pp. 9-22, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. *El modelo político francés: la sociedad civil contra el jacobinismo de 1789 a nuestros días*. Buenos Aires : Siglo XXI Editores, 2007.

ROSAS, Suzana Cavani. “Eleição, cidadania e cultura política no Segundo Reinado.” *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 20, p. 83-103, 2004.

ROSAS, Suzana Cavani. “Conciliação e reforma na imprensa praieira (1850/1856)”. *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Ou princípios do Direito Político. São Paulo: Abril, 1999.

ROWLAND, Robert. “Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente”, in: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003.

RUSS, Jacqueline. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SABA, Roberto N. P. F.. “As eleições do cacete e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico”. *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.126-145, 2º semestre de 2011.

SALLES, Ricardo. “Notas de um debate. Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell ‘Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857’”. *Almanack Braziliense*, n. 10, 2009.

SANTOS, Mário Márcio de A.. *Um homem contra o Império*: Antônio Borges da Fonseca. João Pessoa: A União, 1994.

SCHLESINGER, Arthur Meier. *The Age of Jackson*. Boston : Little, Brown and Company, 1945.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”, in: Idem. *Ao vencedor as batatas : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1981.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *A cidadania nos trópicos. O ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-1880)*. Tese de Doutorado (História do Direito). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação: intelectuais, ilustrados e estadistas luso-brasileiro na crise do Antigo Regime Português*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2006.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Empresa Literária Fluminense, 1889 (v.I) e 1891 (v.II) [1813].

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.

SILVA, Daniel Afonso da. “As duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial”. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. de 2009, pp. 55-69.

SILVA, Hebe Cristina da. “O Padre Lopes Gama e o romance no Brasil”. *Anais do 14º Congresso de Leitura do Brasil*, 2003.

SILVA, João Manuel Pereira da. *História da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de D. Pedro I no Brasil*. (Rio de Janeiro : B. L. Garnier, 1871.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras / Publifolha, 2000.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). *O Carapuceiro no Diário de Pernambuco e índice das edições autônomas*. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1996.

SILVA, Lourival Araújo da. “Nova Lusitânia: Fragmentos do Imaginário Pós-Colonial”. *Revista Veredas*. Ano 10, n. 9, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. “Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840).” *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 143-163, 2010.

SILVA, Luiz Geraldo . “Da festa barroca à intolerância ilustrada. Irmandades católicas e religiosidade negra na América portuguesa (1750-1815).” In: Verónica Salles-Reese. (Org.). *Repensando el pasado, recuperando el futuro. Nuevos aportes interdisciplinarios para el estudio de la America colonial*. 1 ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005, v. 1, p. 270-287.

SILVA, Luiz Geraldo. “‘Esperança de liberdade’. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”. *Revista de História*, n. 144, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. “‘Pernambucanos, sois portugueses’: natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”. *Almanack Braziliense*, n. 1, maio de 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. “Negros Patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830)”, in: JANCOS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí : Editora Unijuí/FAPESP/Hucitec, 2003

SILVA, Luiz Geraldo. “Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas ‘províncias do Norte’ (1817-1824)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*. São Paulo: USP, 5 a 9 de setembro de 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil (1821-1823)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

SILVA, Maria Odila Leita da. “A interiorização da metrópole”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822. Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese de Doutorado (História). Recife, UFPE, 2003.

SILVA, Wlamir. *Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderna na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SILVEIRA, Elza Maria Gonçalves da. *O Carapuceiro: um periódico satírico na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado (Letras). Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SLEMIAN, Andréa. “‘Delegados do chefe da nação’: a função dos presidentes de província na nova ordem constitucional no Brasil (1823-1834)”, texto apresentado no Seminário Internacional *Brasil: de um Império a outro (1750-1850)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro de 2005.

SLEMIAN, Andréia. “*Seriam todos cidadãos?* Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)”, in: JANCSÓ, Istvan. (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SLEMIAN, Andréia. “‘Para além da boa ordem’: o papel das constituições nas independências da América Latina (c. 1810-1826)”. *Cadernos do CHDD*. Ano IV. Número especial. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

SLEMIAN, Andréia. “Uma outra Independência do Brasil. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824 (resenha)”. *Dialogia (UNINOVE)*, São Paulo, v. 4, p. 129-132, 2005.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Pernambuco: da independência à confederação do equador*. Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998 [1979].

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Paulo Cezar. *A Sabinada*. Revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca, Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica, 2007.

- SOUZA, Iara Lis C. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1830). São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Typ. Industrial, 1884.
- TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e seu mundo: através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.
- THIBAUD, Clément. “La ley y la sangre. La ‘guerra de razas’ y la constitución en la América Bolivariana”. *Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.5-23, 1º semestre 2011.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Nerman, 1988.
- VARQUES, Isabel Nobre. *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil: até o reconhecimento pela antiga metrópole*. São Paulo: Melhoramento, 1962.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte: Edusp / Itatiaia, 1981.
- VEIGA, Gláucio. *História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife*. V. II. Recife: Editora Universitária, 1981.
- VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz do Império a nossos dias*. Brasília: Thesaurus, 1997.
- WERNET, Augustin. *Sociedades políticas: 1831-1832*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- WERNET Augustin. *O período regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global, 1997.
- WEYLAND, Kurt. “The Diffusion of Revolution: ‘1848’ in Europe and Latin América”. *International Organization* 63, Summer 2009, Cambridge University Press.
- WISSER, William. *Rethoric and Riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. Dissertação de Mestrado, Chappel Hill, University of North Carolina, 2006.
- YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de Metrado (História Social). São Paulo: USP, 2010.
-